

instituto



SC

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA

UNIDADE ESTADUAL DO SISTEMA NACIONAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA-SNPA/MA

VOLUME 1

SINTRASE ANUAL

**DA AGRICULTURA
DE SANTA CATARINA 1987-88**

INSTITUTO CEPA-SC

**MAURO
INSTITUTO CEPA/SC - BIBLIOTECA**

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRICOLA DE SANTA CATARINA
UNIDADE ESTADUAL DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO AGRICOLA-SNPA/MA

VOLUME 1

**SÍNTESE
ANUAL
DA AGRICULTURA
DE SANTA CATARINA**

FLORIANÓPOLIS

1988

SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO

ELABORAÇÃO

- | | |
|--|---|
| Econ. Luiz Marcelino Vieira - Gerente do Projeto | - Mat/Produção Florestal/Informações Básicas |
| Econ. Francisco Assis de Brito | - Temate |
| Engº Agrº Geraldo Buógo | - Política Agrícola/Alho/Mandioca |
| Engº Agrº Guido Boeing | - Batata/Cebola/Maçã |
| Engº Agrº Hélio de Oliveira Filho | - Banana/Cana-de-Açúcar |
| Engº Agrº José Carlos Madruga da Silva | - Uva |
| Méd. Vet. Jurandi Soares Machado | - Avicultura/Bovinos de Corte/Suínocultura |
| Econ. Luiz Toresan/Luiz Marcelino Vieira | - Estrutura, composição e variação da Produção Agropecuária |
| Econ. Márcia Janice Freitas da Cunha | - Pescado |
| Engº Agrº Osmar Alcides da Conceição | - Arroz |
| Engº Agrº Simão Brugnago Neto | - Feijão/Milho/Soja |
| Engº Agrº Tabajara Marcondes | - Bovinos de Leite/Fumo/Trigo |

ARTE E PRODUÇÃO

- Prof. Joares A. Segalin - Revisão Ling.
 Edit. Zélia Alves Silvestrini - Plan.Edit./Coord.
 Alcemir Luiz Lessa - Montagem
 José Luiz Netto Menezes - Desenho
 Jocenir Miriam Cardoso de Sousa - Datilografia
 Sidaura Lessa - Datilografia
 Ilmar Borchardt - Processamento de Dados
 Aldo Cesar Machado Cruz - Reprodução

PARTICIPAÇÃO (Bolsistas - Convênio Instituto CEPA/SC-UFSC)

- Adriane Eulau Ribeiro
 Leonilda Simoni de Oliveira
 Luiz Carlos Bruno Júnior

COLABORAÇÃO

- | | |
|--------------------------|--------------|
| EMATER-SC/ACARESC | CEASA/SC |
| ACARPESC | CIDASC |
| EMPASC | IASC |
| FETAESC | CFP |
| FECOAGRO | IBGE/CCEA-SC |
| DFA/SC | IBDF |
| CACEX do Banco do Brasil | COOPERBELO |
| SUDEPE/PDP | |

Síntese anual da agricultura de Santa Catarina.
 v.1- 1976-1981 Florianópolis, INSTITU
 TO CEPA/SC, 1976-

Anual em dois volumes.

Título anterior: Síntese informativa sobre a agricultura catarinense, 1976-1981.

A partir de 1983/84 passou a ser publicada em dois volumes.

1. Agropecuária - Santa Catarina - Periódico.
 1. Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina.

CDU 631/636(816.4)(05)

Síntese informativa da agric. de SC	Florianópolis	v.1	1987-1988
-------------------------------------	---------------	-----	-----------

APRESENTAÇÃO

HONRA-NOS APRESENTAR A SÍNTESE ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA, EM SUA 12ª EDIÇÃO.

A AGRICULTURA NO ESTADO PASSOU, EM 1987, POR CRISES DIVERSAS, E REGISTROU UM DESCOMPASSO ENTRE PREÇO DO PRODUTO E CUSTO DE PRODUÇÃO. MESMO ASSIM, VERIFICAMOS COM SATISFAÇÃO UM CERTO AUMENTO DA PRODUÇÃO. NO QUE NOS DIZ RESPEITO E RELATIVAMENTE AO QUE NOS CABE, PRETENDEMOS INCREMENTAR A AGRICULTURA, CONSOLIDANDO A APLICAÇÃO DO PLANO AGROPECUÁRIO CATARINENSE, E REGISTRAR DADOS MELHORADOS EM RELAÇÃO AOS DE DEZEMBRO PASSADO, PRINCIPALMENTE NO QUE CONCERNE AOS PRODUTOS A NÍVEL DE LAVOURA E PECUÁRIA.

OS DADOS SOBRE INFORMAÇÕES BÁSICAS JÁ ADENTRAM PELO ANO CORRENTE. COM RELAÇÃO AO ASPECTO ESTRUTURAL, NUTRIMOS IGUALMENTE A CERTEZA DE QUE VÁRIAS DAS ALTERNATIVAS PROPOSTAS PELA COMUNIDADE RURAL SEJAM ACRESCENTADAS ÀS QUE JÁ ESTÃO SENDO IMPLANTADAS NESTE PERÍODO, VINDO A BENEFICIAR, AMPLIAR E DIVERSIFICAR AS BASES DE SUPORTE DO SETOR PRIMÁRIO.

FLORIANÓPOLIS, MAIO DE 1988

NEUTO FAUSTO DE CONTO
SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA,
DO ABASTECIMENTO E DA IRRIGAÇÃO

SUMÁRIO

	P.
1. INTRODUÇÃO	7
2. A POLÍTICA AGRÍCOLA EM 1987	11
3. DESEMPENHO DA EXPLORAÇÃO VEGETAL	29
3.1. Alho	31
3.2. Arroz	42
3.3. Banana	61
3.4. Batata	73
3.5. Cana-de-açúcar	88
3.6. Cebola	97
3.7. Feijão	118
3.8. Fumo	134
3.9. Maçã	146
3.10. Mandioca	166
3.11. Milho	179
3.12. Soja	195
3.13. Tomate	209
3.14. Trigo	218
3.15. Uva	228
3.16. Produção Florestal	238
4. DESEMPENHO DA EXPLORAÇÃO ANIMAL	251
4.1. Avicultura	255
4.2. Bovinos de corte	267
4.3. Bovinos de leite	278
4.4. Mel de abelha	292
4.5. Pescado	308
4.6. Suinocultura	333
5. ESTRUTURA, COMPOSIÇÃO E VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁ RIA	349
6. INFORMAÇÕES BÁSICAS	361
7. LISTA DE GRÁFICOS	379
8. LISTA DE MAPAS	383
9. LISTA DE TABELAS	387
10. BIBLIOGRAFIA	403

1. INTRODUÇÃO

A agricultura catarinense teve em 1987 um ano crítico, paradoxalmente caracterizado por um desempenho positivo no volume produzido, 14% em relação a 1986, e negativo relativamente ao valor bruto da produção (VBP), -27,6%.

Esta definição do quadro agropecuário do estado reflete, ao seu nível, a situação do país, que em 1987 colheu a maior safra de sua história agrícola dentro de uma crise também sem precedentes, que vem se agravando nos últimos anos. O diagnóstico da situação agropecuária passa necessariamente pela economia, da qual mantêm uma dependência nevrálgica, devido à relação direta entre custos de produção e preços recebidos.

A análise que a Síntese de 1987 se propõe, como é de tradição, abrange os produtos agropecuários economicamente mais expressivos, além dos produtos oriundos da atividade extrativa vegetal e das hortaliças. Na relação percentual, estes últimos dois tópicos têm uma participação entre 8% e 10% do VBP. Apesar das limitações que as informações possam sofrer, todas concorrem, sem restrição, para a afirmação de que o ano de 1987 não foi favorável para muitos produtores catarinenses.

Enfatizando na presente abordagem o aspecto do valor bruto da produção (VBP) do setor primário, cumpre-nos destacar as atividades de maior peso em sua composição. As atividades oriundas da produção animal (que incluem carnes, leite, pescado e mel) e de grãos (arroz, feijão, milho, soja e trigo) somam juntas cerca de 75% do VBP. Dentre as primeiras, é importante o complexo avícola-suinícola, que responde por aproximadamente 37% do VBP.

Destas atividades, apesar de uma produção crescente, apenas os bovinos de corte, o leite, o trigo, o alho nobre e a uva tiveram um VBP superior ao de 1986. Todas as demais tiveram um índice decrescente.

Enquanto o índice geral da variação dos preços dos

produtos foi de 107% (Índice de Fisher), a inflação do período foi de 225%, o que representa uma defasagem nominal de 57% e defasagem real de 36%. O pior desempenho foi verificado com o alho, a cebola, o arroz, o fumo e a batata-inglesa.

Mesmo num cenário crítico, o setor primário de Santa Catarina se obstina na atividade e a sustenta. As razões que explicam tal comportamento se encontram a nível estrutural. O produtor, do seu ponto de vista, apoia-se sobre o princípio de que quando o preço iguala ou supera os custos variáveis, justifica-se a manutenção do processo produtivo, mesmo em condições de prejuízo efetivo. As explicações, fundamentalmente, são as seguintes. Santa Catarina é um estado que se caracteriza por um sistema de propriedade prevalentemente minifundiário, e que por isso dilui o impacto de defasagem dos preços/custo - fator de extensa repercussão quando da aplicação do item insumos e máquinas em grandes áreas ou latifúndios. A segunda característica é a de que a pequena propriedade é autosuficiente em questão de auto-abastecimento, e participa do mercado apenas com a produção suplementar. Finalmente, algumas culturas no estado são tradicionais, e o comportamento do produtor se estabelece sobre o princípio do mal menor, ou seja, considera menor o prejuízo dos preços do que o derivado da redução da área ou da mudança de cultura.

O enfrentamento da crise, entretanto, é decisivo para a solução dos problemas hoje sofridos pelo setor agrícola, situados na área da política econômica. Apesar de suas raízes em deficiências estruturais de mais longa data, a conjuntura de 87 tem-se exacerbado pela elevação descontrolada de insumos, fatores de produção e dos juros, e, sobretudo, pelo descontentamento com a política econômica vigente. Como nos demais estados, os produtores de Santa Catarina atingiram um razoável nível de consciência política, que lhes permitiu associar-se aos movimentos de protesto verificados por todo o país na busca de um maior espaço político para toda a classe. Dessa associação fortaleceram-se o sentido e a capacidade de organização, já há algum tempo considerada como o meio e o instrumento mais eficaz de exteriorizar a insatisfação. Na medida em que tal comportamento nasce espontaneamente como reação a uma situação dada, espelha um determinado grau de consciência, e, portanto, de evolução, dado este ponde-

nável na identificação dessa conjuntura da história agrícola. É a afirmação, emergente, de que o setor primário já não está simplesmente subordinado, mas integrado aos demais, pleiteando o enquadramento da atividade nas leis de economia e de mercado.

Daí a situação premente em que se viram as autoridades governamentais de produzir a política reclamada.

O "Plano de Metas: Política Agrícola", lançado em 86, foi insuficiente para resolver problemas estruturais, de crédito e outros. Especificamente em 87, as autoridades viram-se na contingência de voltar sobre temas candentes, como "financiamento agrícola", na tentativa de dominar a elevação descontrolada das taxas de juros, até criando confusões com as repetidas tentativas que se sobrepujaram, a ponto de desorientar não apenas o agricultor, mas também os técnicos do setor. Com as medidas do Novo Plano Cruzado, incapaz de reestruturar a economia e resolver distorções básicas, as autoridades parecem haver delimitado seu nível de intervenção. As medidas propostas centraram-se no crédito rural, apesar dos riscos que comporta como instrumento de política agrícola, com benefício de determinados segmentos em detrimento de outros e algumas seqüelas históricas indesejadas. Em complementação, foram oferecidas maiores facilidades aos produtores para saldar ou amenizar seus débitos.

Com sua postura mais recente, evidenciam as autoridades a intenção de abandonar a tarefa de ser o governo o grande comprador das colheitas brasileiras, limitando-se à fixação do preço mínimo e à determinação de intervir no mercado somente e quando os preços venham a extrapolar os estabelecidos por sua política. Instrumentos básicos dessa intervenção: utilização de estoques reguladores ou autorização para importações.

Embora o setor agrícola continue reclamando uma política estrutural, o processo continua atualmente caracterizado pelo conjuntural, pelas soluções de emergência, incapazes, apesar das tentativas, de propiciar segurança ao produtor para o adequado desempenho de suas atividades.

Mesmo com a queda nos preços reais - atribuída à confusa situação econômica e à redução de demanda devido à queda do

poder aquisitivo da população, entre outras - o produtor catari-
nense persiste na atividade, em base às características da agro-
pecuária no estado, de uma certa forma aprimoradas e bem explo-
radas, e em sua própria capacidade de empreendimento.

2. POLÍTICA AGRÍCOLA EM 1987

2.1. DAS MANIFESTAÇÕES DOS AGRICULTORES

Entusiasmados com o conteúdo do "Plano de Metas: política agrícola", divulgado em agosto de 1986, os agricultores catarinenses e brasileiros semearam e colheram a maior safra da história brasileira, enfrentando uma série de dificuldades.

Ocorre, porém, que entre a semeadura e a colheita da safra de verão 1986/87, a conjuntura econômica mudou de tal maneira que deixou muitos agricultores numa situação difícil. É óbvio que os problemas ocorridos nesse lapso de tempo não foram os únicos responsáveis pela situação de incerteza e de insegurança que se estabeleceu. Eles vêm de mais longa data e resultam, em grande parte, de problemas estruturais que foram se somando ao longo dos anos.

Assim, já em dezembro de 1986, premidos pela elevação descontrolada dos preços de vários fatores de produção e dos juros, e pela falta de recursos para crédito rural, os produtores começaram a dar claros sinais de descontentamento com a política econômica vigente e com o não-cumprimento, por parte do governo, do que ele próprio havia estabelecido para o setor primário. Nessa época, os produtores não só elaboraram a "Carta do Paraná", na qual exigiam mudanças imediatas na política agrícola.

A exteriorização dessa insatisfação atingiu um momento forte no dia 12 de fevereiro de 1987, quando milhares de produtores "marcharam sobre Brasília" para o "Dia de Alerta do Campo à Nação". Esse movimento, considerado, à época, sem precedentes na história da agricultura brasileira, conseguiu unir todo o setor na tentativa de buscar um maior espaço político para a classe produtora.

Os movimentos de protestos dos agricultores - que ocorreram nas mais variadas regiões do país, das mais diversas formas e em diferentes intensidades - foram o resultado do pro-

cesso cumulativo anteriormente referido e do aumento do grau de organização conseguido pelo meio rural nos últimos anos e considerados pelos produtores rurais como o modo mais eficaz de exteriorizar sua insatisfação.

2.2. DAS MEDIDAS DO GOVERNO

Para amenizar os problemas que foram surgindo, principalmente em relação aos financiamentos agrícolas, decorrentes da elevação descontrolada das taxas de juro verificadas já ao final de 1986, as autoridades federais sentiram-se compelidas a alterar as normas para o curtíssimo prazo - seja em relação a prazos, seja em relação a taxas - o que aconteceu pela primeira vez já em fevereiro. E, na medida em que as alterações implementadas não conseguiram atender a todas as situações, novas alterações foram efetuadas, gerando, em consequência, muita desinformação e incerteza entre os produtores rurais e mesmo entre os profissionais que atuam no setor. Isto é, foram tantas as alterações nas normas que ficou difícil acompanhá-las.

Neste quadro de incertezas e angústias, o Governo Federal divulgou (dia 12-06-87) o Novo Plano Cruzado, num momento particularmente aflitivo, tanto social quanto economicamente, considerado, à época, mais como uma tentativa de evitar uma convulsão social - e de atendimento a exigências das autoridades monetárias internacionais - do que um redirecionamento da economia com vistas a realmente resolver as distorções estruturais históricas que criaram problemas nos diversos setores produtivos, principalmente a partir da elevação exacerbada das taxas de inflação após o "Cruzado II", em novembro de 1986. Estes exigiam havia mais tempo uma tomada firme de posição por parte das autoridades econômicas. E isso, como se sabe, não ocorreu no tempo oportuno, devido, segundo diversas análises, a interferências que visavam atender a outros interesses, a exemplo do que havia ocorrido durante a vigência do Plano Cruzado.

No rastro do Novo Plano Cruzado, o governo anunciou, no início de julho, uma série de medidas com vistas a amenizar a situação dos produtores rurais.

Tais medidas, mais uma vez, centraram-se no crédito rural, apesar de ser um instrumento de política agrícola que historicamente tem beneficiado determinados segmentos em detrimento de outros, gerando ao longo dos anos muitos efeitos "não desejados" - concentração, vazamento de recursos subsidiados, endividamento crescente do setor rural, etc...

A situação de muitos produtores tomadores de empréstimos, parcialmente amenizada com as medidas tomadas nos meses anteriores, recebeu um novo impulso positivo com as de julho. Elas melhoraram as condições para que muitos produtores saldassem seus débitos.

As medidas, mais uma vez, não chegaram a resolver problemas fundamentais da agricultura, apenas amenizaram a situação. Além disso, como já havia ocorrido anteriormente quando da divulgação de "pacotes agrícolas", as medidas anunciadas geraram vários problemas, seja porque elas não previram todos os problemas enfrentados pelos produtores rurais, seja porque muitas resoluções contidas nesses "pacotes" foram interpretadas de modo diferenciado, segundo os interesses dos diversos segmentos envolvidos no processo, principalmente em relação à utilização dos índices agropecuários que deveriam ser aplicados na atualização dos financiamentos rurais (tabela 1).

Por fim, a política econômica brasileira, além de não propiciar ao produtor rural a segurança necessária ao adequado desempenho de sua atividade, tem proporcionado a queda dos preços reais dos produtos primários, o que gera uma série de consequências negativas.

2.3. DA SAFRA 1987/88

As primeiras medidas relativas à safra 1987/88 foram definidas com o "pacote" de julho (tabela 2 e 3) com uma antecedência adequada (somente não estabeleceu os preços mínimos), deixando clara a intenção do governo de não mais ser o grande comprador das colheitas brasileiras, o que, pela conjugação de diversos fatores, tem acontecido nas últimas safras. Esta intenção foi confirmada pelas normas para a comercialização que, entre outros aspectos, definem os seguintes:

TABELA 1
 ÍNDICES AGROPECUÁRIOS DE PREÇOS MENSIS PAGOS E RECEBIDOS PELOS PRODUTORES BRASILEIROS - 1986 e 1987

ANO/MÊS	ÍNDICE DE PREÇOS PAGOS PELOS PRODUTORES-IPP (1)				ÍNDICE DE PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES-IPR (2)				MÉDIA TRIMESTRE	LBC Overnight (%)
	ÍNDICE	VARIACÃO (%)			ÍNDICE	VARIACÃO (%)				
		Mês	Ano	12 meses		Mês	Ano	12 meses		
1986										
Junho	100,000	-	-	-	100,00	-	-	-	-	-
Julho	103,019	3,019	-	3,019	103,54	3,5400	-	3,54	-	-
Agosto	105,886	2,783	-	5,886	107,04	3,3803	-	7,04	-	-
Setembro	110,025	3,909	-	10,025	110,60	3,3259	-	10,60	-	-
Outubro	113,399	3,067	-	13,399	112,04	1,3020	-	12,04	-	-
Novembro	116,921	3,106	-	16,921	115,59	3,1685	-	15,59	-	-
Dezembro	121,544	3,954	-	21,544	126,56	9,4904	-	26,56	-	-
1987										
Janeiro	126,142	3,783	3,783	26,142	135,89	7,3720	7,37	35,89		16,50
Fevereiro	134,336	6,496	10,525	34,336	139,55	2,6934	10,26	39,55		14,59
Março	149,875	11,567	23,309	49,875	145,62	4,3497	15,06	45,62	6,6770	14,52
Abril	187,946	25,402	54,632	87,946	162,48	11,5781	28,38	62,48	6,5186	20,67
Maió	222,493	18,384	83,060	122,498	199,96	23,0675	58,00	99,96	4,8050	23,44
Junho	280,405	26,026	130,702	180,405	236,95	18,4987	87,22	136,95	6,2070	10,68
Julho	311,751	11,179	156,492	211,751	260,20	9,8122	105,59	151,30	12,9984	6,33
Agosto	342,549	9,879	181,831	-	-	12,1868	-	-	17,7148	8,46
Setembro	388,225	13,334	219,410	-	-	13,3340	-	-	17,1261	-
Outubro	430,332	10,846	254,054	-	-	11,0600	-	-	13,4992	-
Novembro	476,377	10,699	291,937	-	-	11,7310	-	-	11,423	-
Dezembro	-	11,539	-	-	-	13,6046	-	-	11,838	-

FONTE: CFP/DAEP/SUTEC/DIEST.

NOTA: 1) O IPP de um determinado mês é publicado no mês seguinte ao da coleta de preços e corrige os preços mínimos do mês subsequente;

EX.: O IPP de fevereiro/87 refere-se à variação de preços observados entre os dias 15.01.87 a 15.02.87 e foi publicado em março para corrigir os preços mínimos em vigor a partir de 01.04.87.

2) O IPR tem o mesmo mecanismo do IPP no tocante ao período de coleta e publicação.

3) O FAM (Fator de Atualização Mensal), conforme circular BACEN nº 1.141 de 13.03.87, é utilizado para corrigir o valor dos financiamentos de custeio e comercialização. É o menor valor dos seguintes índices:

- A) média aritmética da taxa de variação do IPR no trimestre anterior ao mês precedente ao da atualização;
- B) percentual de rendimentos produzidos pelas Letras do Banco Central (LBC) no período compreendido entre o dia 15 do penúltimo mês e do dia 14 do mês anterior ao da atualização.

Ex. 3.1. O FAM que irá corrigir os financiamentos em julho é a média aritmética da taxa de variação dos índices de maio (23.0668), abril (11,5781) e março (4,3497), por ser menor que a variação da LBC no período de 15.05.87 a 14.06.87 que foi de 23,44%.

Ex. 3.2. O FAM que irá corrigir os financiamentos em setembro será a variação da LBC referente ao período de 15.07.87 a 14.08.87, que foi de 8,33, por ser inferior à média da taxa de variação do IPR no trimestre anterior (17,1261).

TABELA 2

JUROS INCIDENTES SOBRE AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO RURAL, A PARTIR DA RESOLUÇÃO 1.350 DE 19-07-87, DO BANCO CENTRAL

FINALIDADE	% AO ANO	
	Grupo I ⁽¹⁾	Grupo II ⁽²⁾
CUSTEIO	7	9
INVESTIMENTO	7	7
COMERCIALIZAÇÃO (EGF)		
- produtores, cooperativas e beneficiadores	7	7
- indústrias	12	12
PRÉ-COMERCIALIZAÇÃO	7	7
CRÉDITOS A COOPERATIVAS		
- adiantamento a cooperados	7	7
- fornecimento a cooperados	7	7
. bens de custeio	7	9
. bens de investimento	7	7
- aquisição de bens para prestação de serviços	7	7
- antecipação de recursos de taxa de retenção	7	7
- integralização de cotas - partes	7	7
- repasse	(3)	(3)

FONTE: Diário Oficial da União de 02/07/87 - Banco Central, Resolução 1.350 de 01/07/87.

(1) Grupo I - miniprodutores, pequenos produtores e cooperativas com pelo menos 70% do quadro social composto por mini e pequenos produtores.

(2) Grupo II - demais produtores e cooperativas.

(3) A mesma taxa aplicável ao subempréstimo.

OBS.: 1 - Será estabelecida para as cooperativas a seguinte remuneração em créditos para repasse:

a) 2% ao ano se sua estrutura de assessoramento técnico, a juízo do financiador, bastar ao exame das propostas e acompanhamento dos subempréstimos, sob os padrões de segurança e eficácia.

b) 1% ao ano, na hipótese de não se atenderem os requisitos da alínea anterior.

a- Em operações de custeio formalizadas com mini e pequenos produtores e cooperativas do Grupo I, o limite de financiamento é de 100%.

TABELA 03
VALORES BASICOS DE CUSTEIO POR FAIXA DE PRODUTIVIDADE, DOS PRINCIPAIS
PRODUTOS AGRICOLAS DE SANTA CATARINA, SAFRAS 1981/82 a 1987/88

FAIXAS DE PRODUTIVIDADE (kg/ha)			1981/82 (Cz\$/ha)	1982/83 (Cz\$/ha)	1983/84 (Cz\$/ha)	1984/85 (Cz\$/ha)	1985/86 (Cz\$/ha)	1987/87 (Cz\$/ha)	1987/88 (Cz\$/ha)
ARROZ SEQUEIRO									
Até		1000	12.70	24.30	56.20	206.00	744.00	1265.00	3660.00
1001	a	1300	16.00	31.90	74.20	274.00	997.00	1662.00	4790.00
1301	a	1600	20.60	40.50	95.70	356.00	1283.00	2065.00	6120.00
Acima	de	1600	26.10	49.00	114.00	445.00	1548.00	2437.00	7110.00
ARROZ IRRIGADO									
Até		3000	40.10	76.40	187.40	751.00	2035.00	3130.00	9190.00
3001	a	3600	47.30	88.80	214.90	870.00	2233.00	3313.00	9710.00
3601	a	4200	56.40	104.30	251.90	971.00	2453.00	3926.00	12260.00
4201	a	5000	64.10	118.00	287.90	1106.00	2794.00	4441.00	14170.00
Acima	de	5000	--	120.70	299.09	1155.00	3232.00	5018.00	16300.00
FEIJAO									
Até		400	8.70	16.00	37.00	127.00	387.00	878.00	2710.00
401	a	600	18.20	33.70	75.80	283.00	885.00	1795.00	5700.00
601	a	800	20.70	40.20	90.60	345.00	1070.00	2113.00	6660.00
801	a	1000	24.90	62.70	112.90	450.00	1408.00	2787.00	8350.00
Acima	de	1000	29.80	62.70	146.00	575.00	1835.00	3427.00	10290.00
MANDIOCA (1 ciclo)									
Até		10000	17.80	33.90	78.30	246.00	933.00	1524.00	4630.00
10000	a	15000	20.50	38.80	93.40	293.00	1081.00	2111.00	6410.00
15001	a	20000	27.90	54.30	129.00	427.00	1528.00	3055.00	9540.00
20001	a	25000	30.80	60.20	142.50	476.00	1708.00	3360.00	10490.00
Acima	de	25000	33.80	66.80	160.70	561.00	2005.00	4623.00	14140.00
MANDIOCA (2 ciclos)									
Até		10000	--	--	--	381.00	1378.00	--	--
10001	a	15000	--	--	--	461.00	1675.00	--	--
15001	a	20000	--	--	--	640.00	2262.00	--	--
20001	a	25000	--	--	--	680.00	2411.00	--	--
Acima	de	25000	--	--	--	773.00	2741.00	--	--
Até		12000	--	--	--	--	--	1992.00	5800.00
12001	a	18000	--	--	--	--	--	2714.00	8320.00
18001	a	24000	--	--	--	--	--	3889.00	11450.00
24001	a	30000	--	--	--	--	--	4174.00	12270.00
Acima	de	30000	--	--	--	--	--	5909.00	16650.00

(Continua)

(Conclusão)

FAIXAS DE PRODUTIVIDADE (kg/ha)			1981/82 (Cz\$/ha)	1982/83 (Cz\$/ha)	1983/84 (Cz\$/ha)	1984/85 (Cz\$/ha)	1985/86 (Cz\$/ha)	1986/87 (Cz\$/ha)	1987/88 (Cz\$/ha)
MILHO									
Até	a	900	7.70	14.10	35.10	108.00	387.00	685.00	2150.00
901	a	1300	11.70	20.10	45.90	154.00	563.00	959.00	2990.00
1301	a	1700	13.40	25.80	61.10	218.00	795.00	1237.00	3820.00
1701	a	2100	16.20	29.70	71.30	265.00	979.00	1516.00	4590.00
2101	a	2500	18.90	34.30	84.20	309.00	1135.00	1685.00	5310.00
2501	a	3000	21.80	41.00	100.50	370.00	1354.00	2002.00	6380.00
3001	a	3500	24.70	45.00	111.20	406.00	1485.00	2184.00	6970.00
3501	a	4000	28.40	50.80	127.00	472.00	1725.00	2458.00	7710.00
4001	a	5000	32.80	57.90	149.00	574.00	1991.00	2820.00	8780.00
Acima	de	5000	--	58.00	172.30	633.00	2302.00	3236.00	10050.00
SOJA									
Até		1250	17.00	31.70	74.50	280.00	1018.00	1662.00	5240.00
1251	a	1500	20.00	35.00	80.10	304.00	1107.00	1789.00	5590.00
1501	a	1750	22.00	41.20	98.20	374.00	1355.00	2163.00	6710.00
1751	a	2000	25.20	46.90	106.70	407.00	1475.00	2340.00	7200.00
2001	a	2400	27.00	54.10	124.60	475.00	1722.00	2734.00	8290.00
Acima	de	2400	--	59.70	131.30	500.00	1810.00	2859.00	8620.00

Fonte : CFP
ELABORAÇÃO : Instituto CEPAC/SC

Obs: Os valores referentes a safra 1987/88 foram calculados multiplicando o número de OTN/ha pelo valor da OTN em jul/87 (Cz\$ 366,49), já que os VBC desta safra foram fixados em OTN/ha.

"... Ficam assegurados os preços mínimos plurianuais do arroz, feijão, mandioca, milho e sorgo, aprovados pelo Decreto nº 93.118, de 14 de agosto de 1986"⁽¹⁾

"... Na data-base (1º de agosto de cada ano) prevista no § 2º do art. 2º do Decreto nº 93.118, de 14 de agosto de 1986, o Governo garantirá aos preços mínimos plurianuais um reajuste de 95% (noventa e cinco por cento) da variação da OTN no período"⁽¹⁾

"... O Governo intervirá nos mercados agrícolas através de compra e venda dos estoques e da liberação das importações, quando os preços de mercado extrapolarem uma faixa de preços previamente definidos, denominada faixa de livre mercado"⁽¹⁾

"... A faixa de livre mercado terá como preço-piso os preços mínimos aprovados neste Decreto (tabelas 4 e 5) e como preço-teto os preços de referência previamente definidos para cada produto e respectiva região"⁽¹⁾

"... O preço de referência a vigorar em cada safra será obtido pela média dos últimos 60 (sessenta) meses de preços reais a nível de atacado, contados até 90 (noventa) dias antes do início do plantio, acrescida de uma margem percentual para cada produto ou região. O início do plantio para a safra de verão da Região Centro-Sul tem início no mês de junho"⁽¹⁾

"... A margem percentual de que trata o parágrafo 2º para a safra de verão da Região Centro-Sul, no período de 1987/88, fica fixada em 12% (doze por cento) para o arroz e o milho, e em 17% (dezessete por cento) para o feijão"⁽¹⁾

"... O Governo acionará a venda de seus estoques ou a liberação das importações cada vez que o preço de mercado superar o preço de referência, pelo espaço de duas semanas consecutivas e dando início às vendas na terceira semana"⁽¹⁾

"... Na hipótese de os preços baixarem a nível igual ou inferior ao preço de referência, o Governo cessará as vendas dos estoques e a liberação das importações"⁽¹⁾

(1) Decreto nº 95.457 de 10-12-87.

"... A liberação ou suspensão das importações de que trata este Decreto far-se-á sem prejuízo dos acordos internacionais celebrados pelo Governo" (1)

TABELA 4
PREÇOS MÍNIMOS BÁSICOS PARA OS PRODUTOS DE CICLO MÉDIO DA SAFRA DE VERÃO 1987/88 - EM OTN/kg, COM VARIAÇÃO MENSAL NO PREÇO EM OTN

PRODUTO	PREÇO MÍNIMO A VIGER EM (1)							Ago/88 em Diante
	Fev/88	Mar/88	Abr/88	Mai/88	Jun/88	Jul/88 (2)		
Algodão	0,039171	0,039954	0,040753	0,041568	0,042400	0,043248	(3)	
Mamona	0,024981	0,025481	0,025991	0,026510	0,027041	0,027581	(3)	
Milho	0,011635	0,011835	0,011977	0,012121	0,012266	0,012414	(3)	
Soja	0,014989	0,015289	0,015594	0,015906	0,016224	0,016549	(3)	

FONTE: CFP.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Na hipótese de transformação de operações de EGF - Empréstimos do Governo Federal em AGF - Aquisições do Governo Federal, será assegurado ao tomador do empréstimo o recebimento da diferença entre o preço mínimo em OTN vigente no mês de contratação do empréstimo e o vigente no mês de conversão da operação, transformada em cruzados pela relação Czf/OTN vigente neste último. No caso de conversões para AGF que venham a ocorrer após julho de 1988, tomar como referência o preço mínimo (em OTN) vigente naquele mês.

(2) Estes preços serão válidos para as operações AGF - Aquisições do Governo Federal de mini e pequenos produtores até julho de 1988. Após julho de 1988 prevalecem os critérios da nota nº 3.

(3) A partir de agosto de 1988 permanecerão em vigor os preços em OTN/kg do mês imediatamente anterior convertidos para cruzados pela equivalência de Czf/OTN de julho de 1988.

TABELA 5

PREÇOS MÍNIMOS BÁSICOS PARA A SAFRA DE VERÃO DE 1987/88 - EM OTN/kg, PARA OS PRODUTOS QUE NÃO TÊM VARIACÃO MENSAL NO PREÇO EM OTN

PRODUTO	PREÇO MÍNIMO EM OTN/kg	VALIDADE (1)
Arroz Irrigado (2)	0,021341	Até Jul/88
Arroz Sequeiro (2)	0,018314	Até Jul/88
Batata-semente	0,035304	Até Mar/88
Castanha-de-caju	0,052956	Até Mar/88
Casulo de seda	0,198586	(3)
Cera de Carnáuba	0,120476	(3)
Feijão	0,046337	Até Mar/88
Juta/Malva	0,048985	Até Jul/88
Mandioca	0,002860	Até Jul/88
Rami	0,052956	(3)
Semente de juta	0,137686	Até Jul/88
Semente de malva	0,137686	Até Jul/88
Sisal	(4)	(3)
Sorgo	0,009929	Até Jul/88
Trigo mourisco	0,007414	Até Mar/88

FONTE: CFP.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

- (1) Encerrado o período de validade dos preços mínimos em OTN, os mesmos permanecerão constantes em cruzados, até o fim do ano-safra, pelo valor (em Cz\$/kg) que vigorou para o último mês de validade.
- (2) Valem também como preços mínimos básicos para Roraima e áreas irrigadas do Nordeste, com conversão para cruzados pelo valor da OTN na data-base (agosto/87) e operações contratadas a partir de 01.09.87.
- (3) Preços mínimos com correção mensal pela variação das OTN até o fim do ano-safra.
- (4) Preço mínimo fixado pelo Decreto nº 94.691, de 27 de julho de 1987.

Já em relação aos preços mínimos (tabelas 6 a 12 e gráficos 1 a 7) - que, por serem o instrumento de política agrícola com possibilidade de atingir um maior número de produtores rurais e assegurar-lhes, por antecipação, um reembolso mínimo - houve uma relativa demora na sua definição. Isso decorreu basicamente da divergência - em alguns casos bastante apreciável - entre resultados obtidos pelos técnicos do governo (Ministério da Agricultura e Ministério da Fazenda) e pelas entidades que representavam os produtores rurais nas negociações. As diversas entidades envolvidas no processo apresentaram diferentes propostas, seja devido às diferentes tecnologias utilizadas pelos produtores, seja às diferenças de interesses dos vários segmentos de produtores e mesmo às diversas metodologias utilizadas nos cálculos.

TABELA 06
ARROZ IRRIGADO - PREÇOS MÍNIMOS MENSIAIS NOMINAIS E REAIS DE NOV/87*, 1982-87 [CZ\$]

MES	1982		1983		1984		1985		1986		1987	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
JAN	2.01	0.00	2.91	661.53	10.20	740.38	32.36	707.22	99.17	618.47	130.00	516.47
FEV	2.01	876.24	3.23	689.33	11.20	724.19	35.76	709.43	115.27	587.39	130.00	452.63
MAR	2.01	817.20	3.23	626.18	11.20	658.65	40.27	708.82	130.00	668.21	175.50	531.36
ABR	2.01	775.62	3.23	573.44	11.20	604.59	44.38	728.59	130.00	672.11	187.00	471.50
MAI	2.01	730.89	3.23	537.41	11.20	555.39	50.01	761.73	130.00	669.95	209.50	412.05
JUN	2.01	676.82	3.23	478.63	11.20	508.37	50.01	706.33	130.00	666.48	261.00	409.79
JUL	2.01	638.14	3.23	422.41	11.20	460.82	50.01	648.51	130.00	662.25	261.00	374.81
AGO	2.28	684.20	6.71	796.93	21.40	795.94	61.20	696.16	130.00	653.57	403.00	553.82
SET	2.41	697.68	7.28	766.56	23.67	796.65	66.21	690.12	130.00	646.49	428.63	545.32
OUT	2.53	698.99	7.97	740.95	26.15	781.78	72.23	690.41	130.00	637.67	452.98	518.50
NOV	2.63	692.07	8.74	749.32	29.45	801.30	78.73	654.67	130.00	622.40	494.50	494.50
DEZ	2.74	679.23	9.48	755.65	32.36	796.58	87.49	642.68	130.00	578.64	558.00	558.00

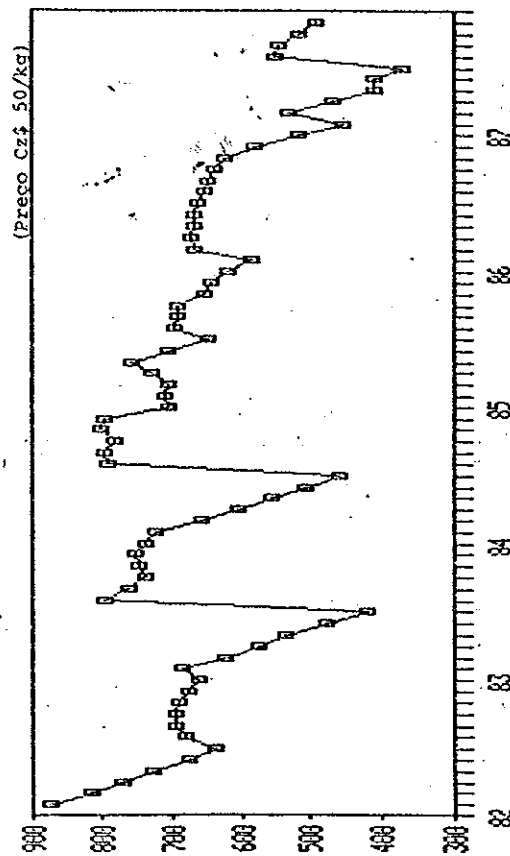
FONTE: Companhia de Financiamento da Produção

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

* Deflacionados pelo IGP-DI da FGV, Col.2 - Revista Conjuntura Econômica

GRÁFICO 1

ARROZ IRRIGADO - PREÇOS MÍNIMOS REAIS DE NOV/87 (*) - 1983-87



ANOS

FONTE: Instituto CEPA/SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*) Utilizou-se o IGP-DI da FGV (Revista Conjuntura Econômica).

TABELA 07
ARROZ SEQUEIRO - PREÇOS MÍNIMOS MENSIAIS NOMINAIS E REAIS DE NOV/87* - 1982-87 [Cz\$]

MES	1982		1983		1984		1985		1986		1987	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
JAN	1.40	652.15	2.43	552.41	8.51	617.71	30.08	657.39	102.09	636.68	133.80	531.57
FEV	1.72	749.82	2.69	574.09	9.35	604.57	33.87	671.93	118.66	604.66	133.80	465.86
MAR	1.72	699.29	2.69	521.50	9.35	549.85	37.33	657.07	133.80	687.75	133.80	405.10
ABR	1.72	663.72	2.69	477.57	9.35	504.73	42.07	690.66	133.80	691.76	180.60	455.36
MAI	1.72	625.43	2.69	447.57	9.35	463.65	42.07	640.79	133.80	689.54	192.33	380.10
JUN	1.72	579.17	2.69	398.61	9.35	424.40	42.07	594.18	133.80	685.96	268.80	422.04
JUL	1.72	546.07	2.69	351.79	9.35	384.70	42.07	545.54	133.80	681.61	268.80	386.01
AGO	1.90	570.16	5.60	665.10	18.00	669.48	63.00	716.64	133.80	672.68	415.00	570.31
SET	2.01	581.88	6.08	640.21	19.91	670.10	68.15	710.35	133.80	665.39	441.60	561.82
OUT	2.11	582.95	6.65	618.23	22.00	657.71	74.35	710.67	133.80	656.31	466.20	533.63
NOV	2.19	576.29	7.30	625.86	24.77	673.96	81.05	673.96	133.80	640.60	508.80	508.80
DEZ	2.23	565.20	7.91	630.51	27.22	670.05	90.06	661.56	133.80	595.55	574.20	

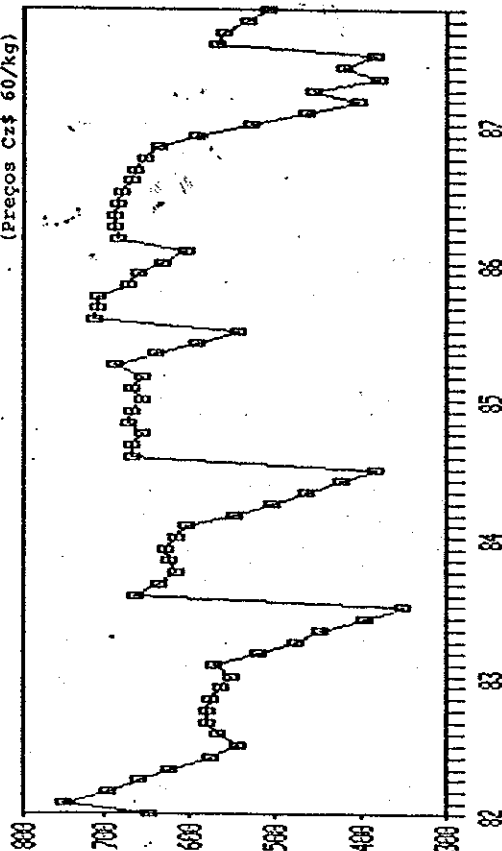
FONTE: Companhia de Financiamento da Produção

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

* Deflacionados pelo IGP-DI da FGV, Col.2 - Revista Conjuntura Econômica

GRÁFICO 2

ARROZ DE SEQUEIRO - PREÇOS MÍNIMOS REAIS DE NOV/87 (*) - 1982-87
(Preços Cz\$ 60/kg)



ANOS

FONTE: Instituto CEPA/SC.

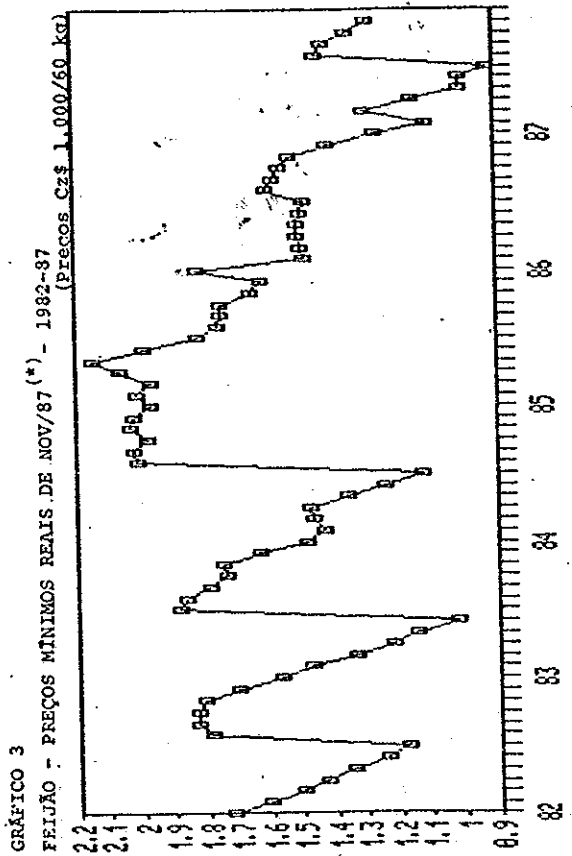
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*) Verificou-se o IGP-DI da FGV (Revista Conjuntura Econômica).

TABELA 08
 FEIJOÃO - PREÇOS MÍNIMOS MENSIAIS NOMINAIS E REAIS DE NOV/87* - 1982-87 [CZS]

MÊS	1982		1983		1984		1985		1986		1987	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
JAN	3.71	1728.20	6.90	1568.58	20.46	1485.12	90.00	1966.92	291.94	1820.68	318.60	1265.76
FEV	3.71	1617.34	6.90	1472.57	22.18	1434.16	101.34	2010.44	291.94	1487.66	318.60	1109.28
MAR	3.71	1508.36	6.90	1337.67	24.90	1464.31	111.68	1965.76	292.20	1501.94	429.00	1298.88
ABR	3.71	1431.62	6.90	1234.99	27.39	1478.56	125.86	2066.24	292.20	1510.70	456.87	1151.95
MAI	3.71	1349.05	6.90	1148.03	27.39	1358.23	140.76	2144.00	292.20	1505.85	509.40	1006.72
JUN	3.71	1249.26	6.90	1022.46	27.39	1243.23	140.76	1988.05	292.20	1498.04	639.00	1003.28
JUL	3.71	1177.87	14.40	1883.20	27.39	1126.94	140.76	1825.31	292.20	1488.54	639.00	917.64
AGO	5.98	1794.51	15.70	1864.64	54.20	2015.88	155.00	1763.15	318.60	1601.76	1050.00	1442.96
SET	6.34	1835.39	17.03	1793.21	59.95	2017.71	167.68	1747.77	318.60	1584.40	1116.60	1420.58
OUT	6.65	1837.25	18.65	1733.83	66.24	1980.30	182.94	1748.63	318.60	1562.78	1180.20	1350.90
NOV	6.90	1815.69	20.46	1754.14	74.59	2029.50	199.40	1658.08	318.60	1525.37	1288.20	1288.20
DEZ	6.90	1710.46	20.46	1630.87	81.97	2017.79	221.57	1627.61	318.60	1418.11	1453.80	

FONTE: Companhia de Financiamento da Produção
 ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC
 * Deflacionado pelo IGP-DI da FGV, Col. 2 - Revista Conjuntura Econômica



FONTE: Instituto CEPA/SC.
 ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.
 (*) Verificou-se o IGP-DI da FGV (Revista Conjuntura Econômica).

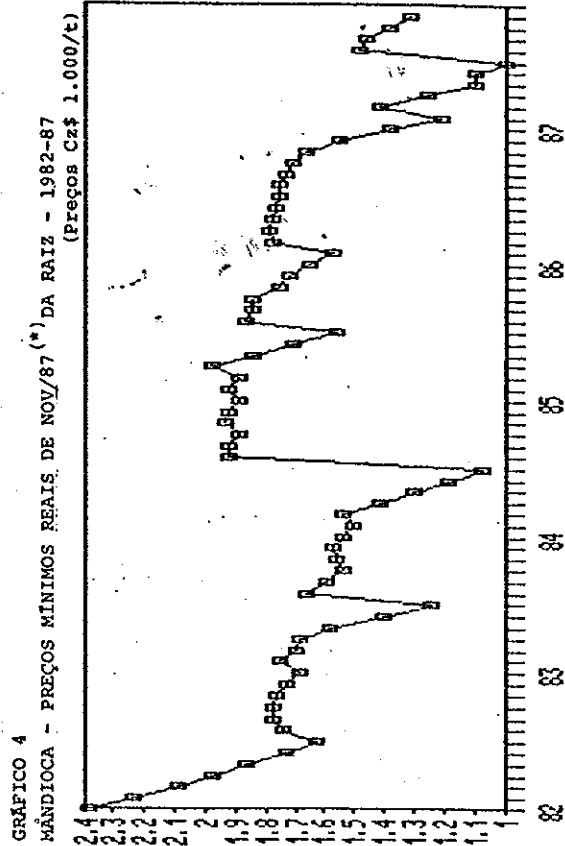
TABELA 09
 MANDIOCA - PREÇOS MÍNIMOS MENSAIS E NOMINAIS E REAIS DE NOV/87(*) DA RAIZ, 1982-87 (Cz\$/t)

ANO	1982		1983		1984		1985		1986		1987	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
JAN	5.14	2394.32	7.42	1686.79	21.28	1544.64	86.57	1891.96	265.76	1657.40	348.56	1384.78
FEV	5.14	2240.74	8.23	1756.41	23.37	1511.11	97.12	1926.72	308.89	1574.03	348.56	1213.60
MAR	5.14	2089.74	8.78	1702.13	26.24	1543.12	107.42	1890.77	345.56	1776.21	470.00	1423.01
ABR	5.14	1983.43	9.51	1688.35	26.24	1416.48	121.06	1987.44	345.56	1786.58	500.53	1262.03
MAI	5.14	1869.03	9.51	1582.29	26.24	1301.20	121.06	1843.94	345.56	1780.84	560.00	1106.72
JUN	5.14	1730.78	9.51	1409.22	26.24	1191.03	121.06	1709.82	345.56	1771.61	700.23	1099.41
JUL	5.14	1631.87	9.51	1243.70	26.24	1079.63	121.06	1569.85	345.56	1760.37	700.23	1005.57
AGO	5.80	1740.50	14.00	1662.74	51.80	1926.61	164.00	1865.53	348.56	1752.38	1080.00	1484.19
SET	6.15	1780.39	15.19	1599.46	57.29	1928.18	177.41	1849.19	348.56	1733.39	1150.00	1463.07
OUT	6.44	1779.24	16.63	1546.04	63.30	1892.41	193.56	1850.14	348.56	1709.74	1210.00	1385.01
NOV	6.70	1763.07	18.25	1564.66	71.26	1939.44	210.98	1754.37	348.56	1668.81	1320.00	1320.00
DEZ	6.98	1730.30	19.78	1576.66	78.34	1928.44	234.44	1722.15	348.56	1551.47	1490.00	

FONTE: Companhia de Financiamento da Produção

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

* Deflacionado pelo IGP-DI da FGV, Cpl.2 - Revista Conjuntura Econômica



FONTE: Instituto CEPA/SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*) Utilizou-se o IGP-DI da FGV (Revista Conjuntura Econômica).

ANOS

TABELA 10
MILHO - PREÇOS MÍNIMOS MENSIAIS NOMINAIS E REAIS DE NOV/87* -1982-87 [CZS]

ANO	1982		1983		1984		1985		1986		1987	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
JAN	1.03	479.80	1.78	404.65	5.62	407.94	21.72	474.68	60.28	375.93	84.60	336.10
FEV	1.03	449.02	1.97	420.43	6.18	399.60	24.46	485.25	70.07	357.06	84.60	294.56
MAR	1.03	418.76	1.97	381.91	6.18	363.43	26.96	474.54	79.20	407.10	115.20	348.79
ABR	1.03	397.46	1.97	349.74	6.18	333.61	30.38	498.75	79.20	409.47	122.68	309.32
MAI	1.03	374.53	1.97	327.77	6.18	306.46	30.38	462.74	79.20	408.16	136.80	270.35
JUN	1.03	346.83	1.97	291.92	6.18	280.51	30.38	429.08	79.20	406.04	171.60	269.42
JUL	1.03	327.01	1.97	257.63	6.18	254.27	30.38	393.95	79.20	403.46	171.60	246.43
AGO	1.39	417.12	3.70	439.44	13.00	483.51	37.20	423.16	84.60	425.33	265.00	364.18
SET	1.48	428.45	4.01	422.24	14.38	483.98	40.24	419.43	84.60	420.72	282.00	358.77
OUT	1.55	428.23	4.40	409.05	15.89	475.05	43.90	419.62	84.60	414.98	297.60	340.64
NOV	1.61	423.66	4.82	413.24	17.89	486.76	47.86	397.97	84.60	405.04	325.20	325.20
DEZ	1.67	413.98	5.23	416.88	19.66	483.96	52.99	389.25	84.60	376.56	366.96	

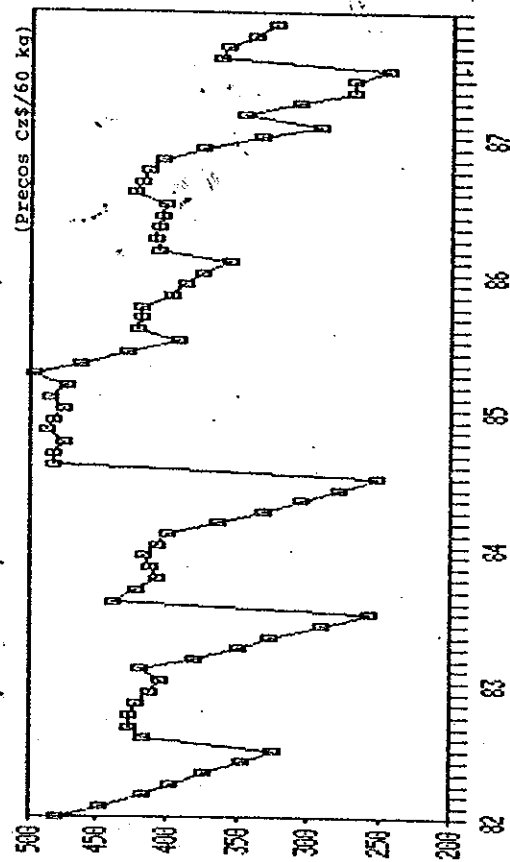
FONTE: Companhia de Financiamento da Produção

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

* Deflacionado pelo IGP-DI da FGV, Col. 2 - Revista Conjuntura Econômica

GRÁFICO 5

MILHO - EVOLUÇÃO DOS PREÇOS MÍNIMOS REAIS DE NOV/87 (*) - 1982-87



ANOS

FONTE: Instituto CEPA/SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*) Utilizou-se o IGP-DI da FGV (Revista Conjuntura Econômica).

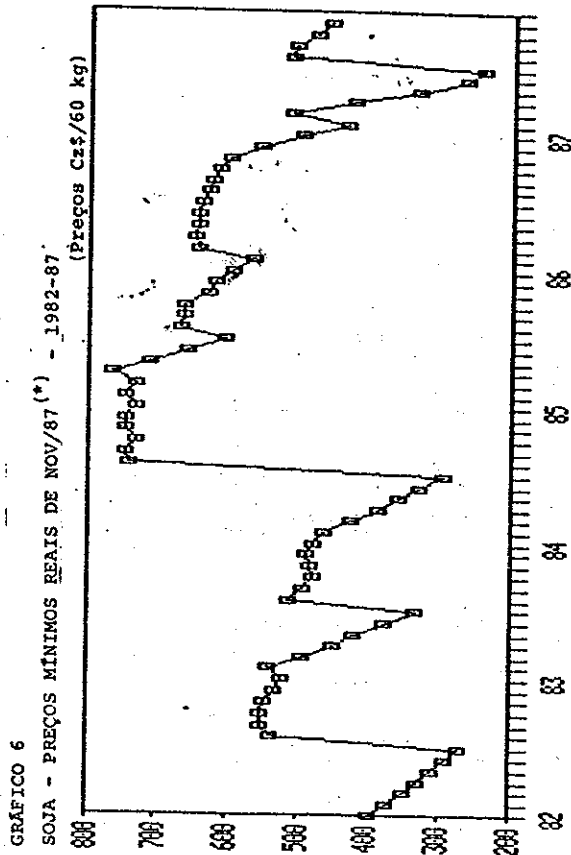
TABELA 11
SOJA - PREÇOS MÍNIMOS MENSIAIS NOMINAIS E REAIS DE NOV/87* -1982-87 [Cz\$]

ANO	1982		1983		1984		1985		1986		1987	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
JAN	0.86	400.61	2.30	522.86	6.59	478.34	33.42	730.38	95.67	596.64	125.40	498.20
FEV	0.86	374.91	2.55	544.21	7.24	468.14	37.63	746.53	111.20	566.65	125.40	436.61
MAR	0.86	349.65	2.55	494.36	7.24	425.77	41.47	729.94	125.40	644.57	170.40	515.92
ABR	0.86	331.86	2.55	452.71	7.24	390.83	46.74	767.33	125.40	648.33	170.40	429.64
MAI	0.86	312.72	2.55	424.27	7.24	359.02	46.74	711.92	125.40	646.25	170.40	336.76
JUN	0.86	289.59	2.55	377.87	7.24	328.62	46.74	660.14	125.40	642.90	170.40	267.54
JUL	0.86	273.04	2.55	333.48	7.24	297.89	46.74	606.10	125.40	638.82	170.40	244.71
AGO	1.80	540.15	4.34	515.45	20.00	743.87	59.04	671.59	125.40	630.45	375.00	515.34
SET	1.91	552.93	4.71	495.95	22.12	744.48	63.87	665.73	125.40	623.62	399.00	507.62
OUT	2.00	552.56	5.15	478.78	24.44	730.66	69.68	666.04	125.40	615.11	421.80	482.81
NOV	2.08	546.55	5.65	484.40	27.52	748.78	75.95	631.55	125.40	600.38	460.20	460.20
DEZ	2.16	535.45	6.13	488.62	30.25	744.64	84.40	619.98	125.40	558.16	519.00	

FONTE: Companhia de Financiamento da Produção

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

* Deflacionado pelo IGP-DI da FGV, Col.2 - Revista Conjuntura Econômica



ANOS

FONTE: Instituto CEPA/SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*) Utilizou-se o IGP-DI da FGV (Revista Conjuntura Econômica).

TABELA 12
SORGO - PREÇOS MÍNIMOS MENSIAIS NOMINAIS E REAIS DE NOV/87* -1982-87 (Cz\$)

MÊS	1982		1983		1984		1985		1986		1987	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
JAN	1.51	343.27	4.78	346.96	18.38	401.69	52.86	329.66	70.00	278.10	70.00	243.72
FEV	1.68	358.54	5.25	339.47	20.70	410.66	61.44	313.08	70.00	296.11	70.00	262.60
MAR	1.68	325.69	5.25	308.74	22.81	401.49	67.20	345.41	70.00	230.04	70.00	228.92
ABR	1.68	298.26	5.25	283.40	25.71	422.08	67.20	347.43	70.00	209.38	70.00	304.57
MAI	1.68	279.52	5.25	260.34	25.71	391.60	67.20	346.32	70.00	289.13	70.00	276.00
JUN	1.68	248.95	5.25	238.30	25.71	363.12	67.20	344.52	70.00	276.00	70.00	276.00
JUL	1.68	219.71	5.25	216.01	25.71	333.40	67.20	342.33	70.00	276.00	70.00	276.00
AGO	1.18	354.10	3.14	372.93	11.00	409.13	32.62	371.06	70.00	309.21	70.00	309.21
SET	1.25	361.87	3.41	359.06	12.17	409.60	35.29	367.84	70.00	304.57	70.00	304.57
OUT	1.31	361.93	3.74	347.70	13.44	401.80	38.50	368.00	70.00	289.13	70.00	289.13
NOV	1.36	357.88	4.10	351.51	15.14	411.94	41.96	348.91	70.00	276.00	70.00	276.00
DEZ	1.42	352.01	4.44	353.91	16.64	409.61	46.63	342.53	70.00	311.40	70.00	311.40

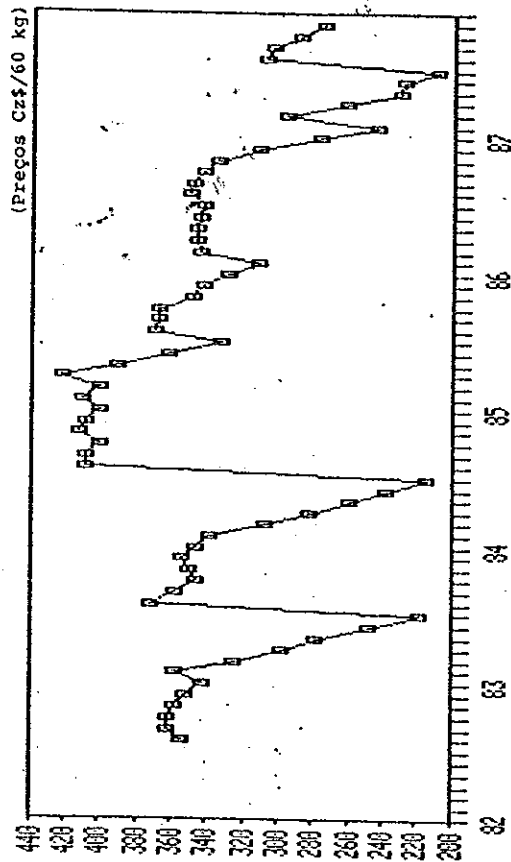
FONTE: Companhia de Financiamento da Produção

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

* Deflacionado pelo IGP-DI da FGV, Col.2 - Revista Conjuntura Econômica

GRÁFICO 7

SORGO - PREÇOS MÍNIMOS REAIS DE NOV/87 (*) - 1983-87



FONTE: Instituto CEPA/SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*) Utilizou-se o IGP-DI da FGV (Revista Conjuntura Econômica).

O fato é que, esgotadas as possibilidades de um acerto técnico, o entendimento político entre as partes envolvidas teve que se constituir num forte componente durante as negociações, para que a fixação pudesse ocorrer no prazo adequado.

Definidas as regras que nortearão a safra de verão 1987/88, mas tendo que conviver ainda com muitas incertezas - fruto da situação econômica do país e das muitas alterações ocorridas na "política agrícola" e não absorvidas inteiramente - os produtores rurais catarinenses deverão colher, em níveis globais, resultados semelhantes aos da safra passada, se as condições climáticas forem adequadas (tabelas 13 e 14).

TABELA 13
ÁREA PLANTADA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DE SANTA CATARINA - SAFRAS 1976/77 a 1987/88

PRODUTO	SAFRA	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85	1985/86	1986/87	1987/88*
ALHO		239	247	528	1299	3544	2507	2588	2568	2140	2536	3519	4406
ARROZ		148164	133330	156074	153491	148920	148168	144987	140711	146633	148741	162266	159442
BATATA		15964	16555	19903	20114	18313	19064	17132	17241	17314	17583	20491	19800
CANA-DE-AÇÚCAR		19654	20913	20124	24667	19809	19641	18499	20779	21000	24000	24000	22227
CEBOLA		6846	5724	10736	12307	16920	11380	12338	12157	14409	16678	24370	21495
FEIJÃO		188874	197106	227777	276011	291100	373000	422087	395538	414619	456649	386923	
FUMO		80533	90527	76190	76642	61250	71384	89369	86000	90000	93000	95000	96000
MANDIOCA		82962	77528	66879	60995	75066	79033	76480	79522	90000	81620		
MILHO		1063584	1005633	1078025	1128441	1150000	1108615	1095886	936231	942149	955658	1008000	983000
SOJA		350642	408785	504570	520401	483880	445000	404300	420246	420130	395560	369855	412000
TOMATE		926	997	1100	1260	1389	1426	1545	1570	1354	1353	1500	1650
TRIGO		37522	11620	4587	34749	19255	8953	25812	17319	25158	40000	134146	128890
BANANA		14998	17134	18366	16643	21484	21500	21550	23000	23000	25000	25500	27000
MACA		3815	5287	6337	7154	8031	9036	10035	10808	11946	12871	13421	14000
UVA		4270	4043	4946	5086	5255	5080	5322	6500	6500	6500	6500	6100

FORNTE: Instituto CEPA/SC
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC
* Estimativas do IBGE/CCEA-SC

TABELA 14

ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E VARIAÇÃO DAS PRINCIPAIS LAVOURAS DE SANTA CATARINA - DADOS FINAIS DA SAFRA 1986/87 E PREVISÃO DA SAFRA 1987/88 (Nov/87)

CULTURAS	ÁREA CULTIVADA (ha)		VARIAÇÃO RELATIVA (%)	PRODUÇÃO (t)		VARIAÇÃO RELATIVA (%)	RENDIMENTO (kg/ha)		VARIAÇÃO ABSOLUTA (kg/ha)
	1986/87	1987/88		1986/87	1987/88		1986/87	1987/88	
Alho	3.519	4.406	25,2	10.928	24.584	23,4	5.663	5.580	(-) 83
Arroz Irrigado	103.711	104.808	1,0	433.148	440.194	1,6	4.176	4.200	24
Arroz Sequeiro	58.555	54.634	(-) 6,7	71.608	81.951	14,4	1.223	1.500	277
Batata 1ª safra	14.662	14.553	(-) 0,7	136.313	141.921	4,1	9.207	9.752	545
Batata 2ª safra	5.829	-	-	44.979	-	-	7.718	-	-
Cebola	24.370	21.495	(-) 11,8	261.415	236.455	(-) 9,6	10.727	11.000	273
Feijão 1ª safra	271.000	270.000	(-) 0,4	189.700	216.000	11,4	700	800	100
Feijão 2ª safra	115.923	-	-	34.657	-	-	299	-	-
Maçã	13.421	14.000 ⁽¹⁾	4,3	150.000	118.000 ⁽²⁾	-20,0	13.878	15.068	1.190
Mandioca(pot) ⁽³⁾	102.424	100.424	(-) 1,95	1.433.936	1.405.936	-	14.000	14.000	-
Mand.(prod.ano) ⁽⁴⁾	80.000	78.000	(-) 2,5	1.120.000	1.092.000	-	14.000	14.000	-
Milho	1.008.000	988.000	(-) 2,0	2.419.200	2.371.200	(-) 2,0	2.400	2.400	-
Soja	369.855	412.000	11,4	455.339	618.000	35,7	1.231	1.500	269
Tomate	1.500	1.650	10,0	52.500	57.750	10,0	35.000	35.000	-
Trigo	134.146	128.890	(-) 3,9	152.009	140.259	(-) 7,7	1.133	1.088	(-) 45

FORNTE: IBGE/CCEA-SC e Instituto CEPA/SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Área em produção 10.808 ha.

(2) Calculada sobre a área em produção.

(3) Produção calculada sobre estimativas de área total cultivada no Estado (potencial).

**DESEMPENHO DA
EXPLORAÇÃO VEGETAL**

3. DESEMPENHO DA EXPLORAÇÃO VEGETAL

3.1. ALHO

1. IMPORTÂNCIA

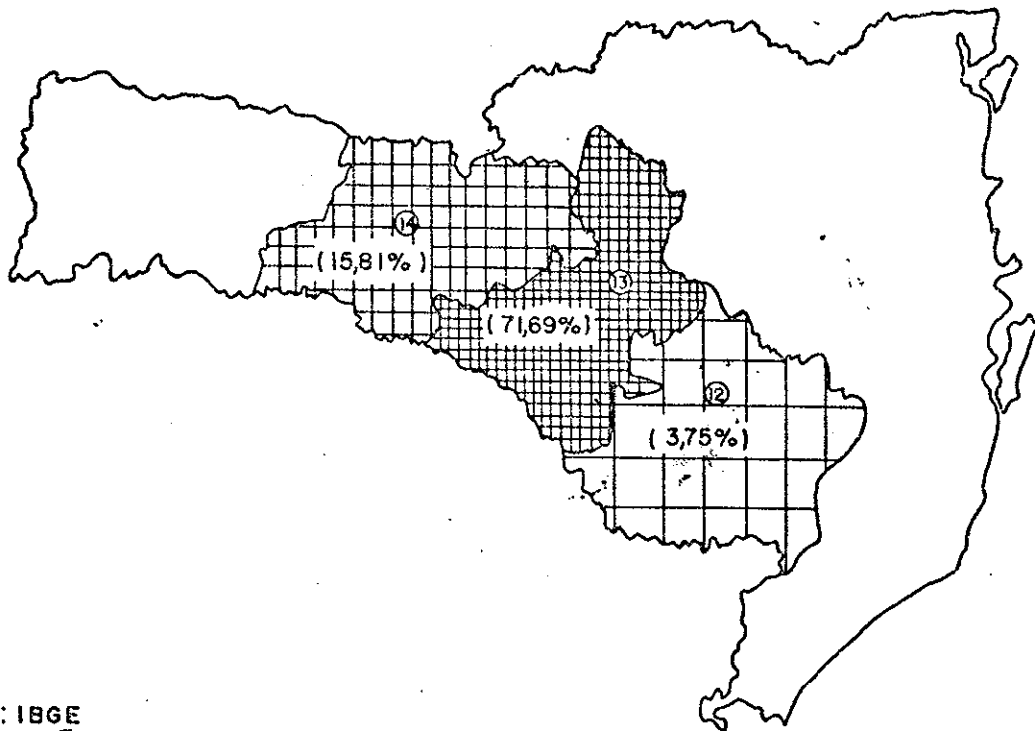
A produção nacional de alho vem se solidificando após a adoção do primeiro Plano Nacional de Produção e Abastecimento de alho. Com isso, as importações vêm diminuindo ano a ano.

Santa Catarina, atualmente, se destaca dos demais estados produtores tanto no volume de produção como na qualidade dos alhos produzidos. Os alhos tardios, classificados no comércio brasileiro como do tipo "nobre", hoje concorrem com os importados e até os superam em qualidade. As cultivares Chonan, Roxo Pérola de Caçador e Quitéria, são as mais produzidas no estado.

Pelo Censo Agropecuário de 1980 (os dados do Censo de 1985 ainda não foram divulgados), 1.437 famílias estão envolvidas diretamente com o cultivo do alho em Santa Catarina e, indiretamente, dezenas de outras são absorvidas com sua mão-de-obra, principalmente na época de plantio, a qual se concentra nos meses de junho e julho, e na colheita, da qual os meses de novembro e dezembro são os principais.

O plantio do alho se concentra na Microrregião Campos de Curitibanos, onde ocupou 65% da área cultivada na safra 1986/87 e respondeu por cerca de 72% da produção estadual. O município de Curitibanos (maior produtor estadual), na mesma safra, foi responsável por 45% da área plantada e por 48% da produção catarinense (mapa 1).

MAPA 1 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE ALHO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1986/87



FONTE: IBGE
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

2. PRODUÇÃO

Segundo o Anuário FAO de Produção, em 1985, o Brasil, com uma produção de 44 mil toneladas, se situou em 15º lugar a nível mundial. De acordo com a mesma fonte, os principais produtores foram: China, Turquia, Índia, Espanha, Coréia, Egito e Tailândia. Esses países produziram, naquele ano, cerca de 2.130.000 t, volume que representou aproximadamente 73% da produção mundial, que se situou em 2.931.000 t (tabela 1).

TABELA 1
ALHO - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MUNDIAL - 1980-85

ANO	ÁREA (1.000 ha)	PRODUÇÃO (1.000 t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1980	386	2.412	6.252
1981	379	2.174	5.734
1982	489	2.633	5.383
1983	541	2.860	5.289
1984	531	2.905	5.472
1985	528	2.931	5.551

FONTE: FAO - Anuário FAO de Producción - 1982, 1983, 1984 e 1985.

A nível nacional, Santa Catarina, a partir da safra 1985/86, passou a ser o maior produtor, ocupando a posição até então em poder de Minas Gerais (tabela 2).

TABELA 2

ALHO - PRODUÇÃO BRASILEIRA, POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO - SAFRAS DE 1980/81 A 1987/88

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	P R O D U Ç Ã O (tonelada)							
	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85	1985/86	1986/87	1987/88 (*)
Santa Catarina	6.720	7.905	8.589	9.724	8.993	13.021	19.928	24.050
Minas Gerais	16.519	15.777	22.122	19.284	11.939	10.788	12.993	16.717
R.Grande do Sul	5.165	5.592	5.797	5.889	5.689	5.768	6.292	8.032
Goiás	4.293	7.283	7.319	7.812	4.430	4.980	6.360	5.947
São Paulo	500	895	3.475	5.176	4.135	3.515	4.089	4.943
Paraná	2.686	2.730	4.180	3.580	2.258	2.400	2.905	3.770
Bahia	1.519	3.075	4.619	2.526	2.008	1.905	3.220	2.281
Espírito Santo	1.034	1.197	2.256	1.800	1.190	1.869	4.504	7.214
Ceará	280	320	524	522	743	560	597	725
Piauí	333	558	739	299	701	343	808	857
Outros	1.254	2.802	4.321	1.939	1.540	635	1.280	1.402
TOTAL	40.303	48.134	63.941	58.551	43.626	45.784	62.976	75.938

FONTE: Fundação IBGE.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*) Estimativa.

Na safra 1986/87, a produção brasileira cresceu significativamente (37%) em relação à anterior (tabela 2). Esse aumento ocorreu de modo generalizado nos estados produtores. Entretanto, os maiores crescimentos relativos aconteceram no Espírito Santo (141%), Piauí (135%), Bahia (69%) e Santa Catarina (53%).

Na última safra (1986/87), a área cultivada em Santa Catarina cresceu 38,8% em relação à anterior. No mesmo período, a produção aumentou 53%, em consequência da significativa elevação do rendimento médio que passou de 5.134 kg/ha para 5.663 kg/ha.

A posição de Santa Catarina a nível nacional na cultura do alho foi conquistada principalmente pela dedicação dos produtores no processo de seleção de sementes, preparo do solo e plantio, bem como na condução das lavouras, o que tem resultado na melhora significativa, a cada safra, da produtividade das lavouras de alhos tardios (tabela 3).

TABELA 3

ALHO - ÁREA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E ÍNDICES DE CRESCIMENTO DA CULTURA EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1979/80 A 1987/88

SAFRA	ÁREA (ha)	ÍNDICE	PRODUÇÃO (t)	ÍNDICE	RENDIMENTO (kg/ha)	ÍNDICE
1979/80	1.299	100	4.724	100	3.637	100
1980/81	3.544	273	6.720	142	1.896	52
1981/82	2.490	192	7.905	167	3.175	87
1982/83	2.588	199	8.589	182	3.319	91
1983/84	2.568	198	9.724	206	3.803	105
1984/85	2.140	165	8.993	190	4.184	115
1985/86	2.536	195	13.021	276	5.134	141
1986/87	3.519	270	19.928	421	5.663	155
1987/88 (*)	4.406	339	24.584	520	5.580	153

FONTE: IBGE/GCEA-SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*) Estimativa: IBGE/GCEA-SC (nov/87).

As condições climáticas, de modo geral, foram favoráveis ao plantio, desenvolvimento e colheita da safra 1987/88. As chuvas da primeira quinzena de junho (que criaram alguns contratempos para os trabalhos de preparo do solo), o granizo ocorrido no início de setembro na região de Curitibanos e a queda de temperatura acompanhada de excesso de chuvas ocorrida ao final do ciclo das lavouras implantadas com sementes que receberam "choque frio" - algumas das quais apresentaram rendimento inferior ao esperado - foram exceções que, entretanto, não chegaram a afetar de modo significativo o quadro geral favorável à cultura.

No que tange aos alhos comuns, cujos plantios foram efetuados em março e abril, pode-se dizer que as condições climáticas foram favoráveis ao seu desenvolvimento. Os maiores problemas surgiram durante a colheita. A contínua instabilidade climática verificada nas regiões litorâneas do estado durante o período em que essa operação tradicionalmente se intensifica acarretou um certo atraso na realização da mesma.

As operações de colheita dos alhos nobres, iniciadas em meados de novembro e concluídas em meados de dezembro, foram bastante favoráveis pelas condições climáticas propícias. O pro-

duto colhido foi, de modo geral, de boa qualidade, fator que deverá favorecer a sua conservação durante o período de comercialização do mesmo em 1988.

A qualidade dos alhos nobres produzidos no estado se constitui no fator mais importante para que essa atividade se consolide como geradora de um produto agrícola com relevante expressão econômica. Nas últimas safras, o alho tem-se situado entre os principais produtos da lavoura catarinense, com tendência de aumento na participação no Valor Bruto da Produção.

3. MERCADO/ABASTECIMENTO

Antes de 1980, o Brasil coexistia com importações crônicas em torno de 30.000 t anuais. A partir daí, graças aos incentivos dirigidos à produção interna, os volumes importados foram diminuindo, ficando reduzidos a 17.400 t no ano de 1986. Em 1987, foi autorizada a importação de 11.000 t (tabela 4).

TABELA 4

ALHO - QUANTIDADE IMPORTADA - ALADI, TERCEIROS PAÍSES E TOTAL
- 1980-87 (tonelada)

ANO	ALADI	TERCEIROS PAÍSES	TOTAL
1980	23.346	7.360	30.706
1981	17.156	3.907	21.063
1982	13.106	8.369	21.475
1983	10.769	5.549	16.318
1984	10.063	10.538	10.601
1985	10.443	6.900	17.343
1986	9.364	8.000	17.364
1987	8.400	2.600	11.000

FONTE: CIEF/MF e SNAB/MA.

O consumo aparente de alhos no país, segundo a Secretaria Nacional de Abastecimento - SNAB/MA, foi, nos últimos anos, estimado por volta de 3.250 toneladas/mês de alhos "in natura". A partir deste número, deduz-se que o mercado nacional é auto-abastecido nos meses de setembro a março, ficando dependente de importações no período de abril a agosto.

A produção de alhos do Sudeste e Centro-Oeste abastece o mercado de setembro a dezembro, enquanto a produção do Sul completa o abastecimento de janeiro a março.

O comportamento descrito nos parágrafos anteriores, que retrata o comportamento normal do mercado até 1986, sofreu modificações significativas em 1987, em função, principalmente, da queda do poder aquisitivo da população. Isso se refletiu no consumo do alho, que, caindo de forma significativa, fez com que a produção do sul do país, por exemplo, fosse comercializada por um período mais extenso que o tradicional.

O início da comercialização da safra catarinense 1986/87 se deu ainda em dezembro de 1986, com parte da produção, escoada antes de o produto estar pronto, ou seja, "em rama", e sem estar devidamente curado. Mais tarde, quando os alhos se apresentavam mais bem curados, as remessas para outros estados se normalizaram, com a comercialização ocorrendo de forma tranqüila. Entretanto, o produto contrabandeado da Argentina esfriou o mercado para o alho brasileiro, prejudicando seriamente o escoamento da safra catarinense.

A presença de alhos clandestinos no país não chegou a se constituir em novidade, mas nunca tinha ocorrido de forma tão acintosa, conforme declarações de alguns comerciantes. O produto entrou no país com extrema facilidade, sendo "nacionalizado" em municípios brasileiros de fronteiras que nunca produziram alho.

As implicações do comércio ilegal de alhos não foram somente a dificuldade de colocação da safra do sul do país no mercado, mas, também, os atrasos no pagamento por parte dos atacadistas de outras praças. Estes alegavam sérias dificuldades para colocar o alho nacional nos demais segmentos de mercado, face à concorrência dos alhos clandestinos mais baratos.

Como já foi referido anteriormente, o abastecimento de alho em 1987 apresentou algumas particularidades: a) o volume a ser importado da Argentina (6.000 t) foi, sem a aprovação dos produtores brasileiros, aumentado para 8.400 t e o início da entrada deste alho, que deveria acontecer já a partir de março, só ocorreu durante o mês de abril, face ao posicionamento dos pro-

dutores do sul do país contra a presença de grande quantidade de alhos clandestinos no mercado brasileiro; b) houve a entrada clandestina do produto argentino em plena safra brasileira e em volume expressivo, o que esfriou o mercado para o alho brasileiro e c) pesquisas revelaram que o consumo interno de alho diminuiu significativamente.

Os fatores acima citados, entre outros, além da expectativa de aumento da oferta interna a partir do início da colheita da safra 1987/88, levaram os produtores a reivindicar - em meados do ano - uma redução ou mesmo a eliminação da importação de alho da Espanha. Após as negociações entre produtores, importadores e governo, a Comissão de Política Aduaneira (CPA) resolveu reduzir de 70% para 10% a alíquota do imposto de importação e reduziu a cota para 2.600 t de alho, exceto em pó, com vigência até 31 de agosto. A quantidade autorizada foi internalizada na última semana do referido mês.

Os produtores catarinenses de alhos nobres receberam pelo produto, na safra 1986/87, preços que variaram de Cz\$ 34,00 a Cz\$ 60,00/kg. No mercado atacadista de São Paulo (Bolsa de Cereais), esse mesmo produto foi cotado entre Cz\$ 570,00 e Cz\$ 750,00/cx de 10 kg, embora se saiba que ao final da comercialização tenham sido praticados preços mais elevados, procurando acompanhar os do produto argentino, que atingia, nessa época, valores próximos e mesmo superiores a Cz\$ 1.000,00/cx 10 kg.

Enquanto boa parte do alho nobre é destinado ao atendimento do mercado nacional, a maior parte do alho "in natura" consumido no estado é produzida em pequenas áreas cultivadas com alhos comuns, sendo comercializada na própria região produtora e na CEASA/SC (tabela 7).

4. SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS PARA A SAFRA 1987/88

Os resultados obtidos pelos alhicultores catarinenses na safra 1986/87, tanto no aspecto produtivo - a produtividade média das lavouras passou de 5.134 kg/ha para 5.663 kg/ha - como no aspecto financeiro (apesar da queda dos preços reais do produto em relação à safra anterior) provocaram um aumento da área

cultivada na atual safra.

A política de importação dos últimos anos, atendendo apenas à complementação da demanda interna de alhos, também tem contribuído para o otimismo dos alhicultores catarinenses.

Os últimos levantamentos oficiais (IBGE/GCEA-SC, nov/87) indicam uma área plantada, na safra 1987/88, de 4.406 ha e uma produção de 24.584 t (tabela 5), com uma distribuição a nível de microrregiões semelhante à observada em safras anteriores. Esses números representam crescimentos de 25,20% e 23,36%, respectivamente, sobre a área e a produção da safra anterior.

TABELA 5

ALHO - ÁREA E PRODUÇÃO DA CULTURA EM SANTA CATARINA, POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA - SAFRA 1987/88 (*)

MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA	ÁREA DE CULTIVO (ha)	PRODUÇÃO ESPERADA (t)
Campos de Curitibanos	3.013	18.187
Col. do Rio do Peixe	628	3.184
Campos de Lages	215	1.262
Planalto de Canoinhas	170	554
Col. Serrana Catarinense	122	419
Col. Oeste Catarinense	65	355
Col. Alto Itajaí	100	342
Carbonífera	32	109
Litoral Sul Catarinense	13	39
Colonial de Blumenau	22	63
Florianópolis	13	23
Outras	13	47
TOTAL	4.406	24.584

FONTE: IBGE/GCEA-SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*) Previsão em novembro de 1987.

A estimativa do balanço da oferta e demanda do alho catarinense da safra 1987/88 seria a seguinte: produção de alhos curados, 24.584 t; reserva de sementes, 4.916 t; alho destinado ao mercado atacadista e aos supermercados, 14.400 t; alho desti-

nado ao consumo estadual, 2.950 t e alho destinado à industrialização, 2.318 t. É interessante ressaltar, entretanto, que estes números poderão sofrer modificações sensíveis, dependendo do comportamento do mercado em 1988 (tabela 6).

A comercialização da produção catarinense (safra 1987/88), que deverá acontecer a partir de janeiro, vem preocupando os produtores (principalmente os pequenos). Essa preocupação se fundamenta, entre outros, nos seguintes fatores:

- aumento da produção catarinense, que se elevará de 19.928 t na safra 1986/87, para 24.584 (segundo as últimas previsões) na safra 1987/88;

- a previsão de que a produção brasileira também se elevará significativamente (de 62.976 t na safra 1986/87 para 75.938 t, na safra 1987/88, segundo o IBGE/CEPAGO - out/87);

- o consumo, que, em função da queda do poder aquisitivo, se estima tenha caído para aproximadamente 200.000 cx/mês, atualmente;

- o acordo bilateral assinado com a Argentina, Chile e Uruguai que prevê a importação de alho; e

- o temor de que se repita a entrada clandestina de alho argentino.

Os dados acima referidos, se confirmados, poderão representar a auto-suficiência nacional em relação ao produto, pois compõem um quadro de comercialização diferente - e menos favorável - dos enfrentados pelos produtores em safras anteriores. Com isso, mesmo que as cotações não caiam muito em termos nominais durante a comercialização da safra catarinense, é possível que ela venha a ocorrer mais lentamente que nas safras anteriores.

TABELA 6

ALHO - QUANTIDADE DE ALHO CATARINENSE COMERCIALIZADO PARA O MERCADO NACIONAL - SAFRAS DE 1978/79 A 1987/88

SAFRA	ANO COMERCIAL	QUANTIDADE COMERCIALIZADA (t) (1)
1978/79	1979	8
1979/80	1980	153
1980/81	1981	2.780
1981/82	1982	3.200
1982/83	1983	3.500
1983/84	1984	4.200
1984/85	1985	5.820
1985/86	1986	6.770
1986/87	1987	10.050
1987/88 (2)	1988	14.400

FONTE: COOPERPLAC e Instituto CEPA/SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

NOTA: Inclui os alhos destinados ao comércio "in natura" e os destinados à industrialização.

(1) A partir da safra 1984/85, somente alhos destinados ao atacadista.

(2) Estimativa.

TABELA 7

ALHO - QUANTIDADE OFERTADA E PREÇOS MÉDIOS NOMINAIS MENSAIS PRA TICADOS NO MERCADO DA CEASA/SC - 1987

MÊS	QUANTIDADE OFERTADA (kg)			PREÇOS MÉDIOS NOMINAIS (Cz\$/kg)	
	Do Estado	Importado(1)	Total	Atacado	Varejo
Jan	1.570	320	1.890	68,86	69,80
Fev	1.242	-	1.242	60,00	75,00
Mar	3.168	100	3.268	58,28	66,91
Abr	6.128	-	6.128	60,37	68,32
Mai	10.468	-	10.468	63,98	65,45
Jun	7.699	-	7.699	62,16	64,74
Jul	6.017	-	6.017	63,77	70,62
Ago	7.081	400	7.481	69,55	74,97
Set	5.817	1.500	7.317	70,19	77,86
Out	4.657	300	4.957	70,17	76,16
Nov	4.110	824	4.934	68,28	76,37
Dez	3.420	-	3.420	64,35	111,72
TOTAL	61.377	3.444	64.821	64,99 (2)	74,88 (2)

FONTE: CEASA/SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Refere-se aos alhos importados de outros estados.

(2) Média.

Em termos de instrumentos de Política Agrícola de interesse para os alhicultores, pode-se dizer o seguinte: os Valores Básicos de Custeio (VBC) para a safra 1987/88 estabelecidos pelo Governo Federal em 20.02.87 foram reajustados - em função da majoração de fertilizantes, óleo diesel, agrotóxicos e frete - pela Resolução nº 1.319 do Banco Central do Brasil, de 13-05-87 (tabela 8). Os valores aprovados, embora tenham representado uma melhora significativa para os produtores tradicionais de alho nobre (aqueles que produzem sementes próprias), ainda ficaram aquém das necessidades dos que precisaram adquirir as sementes, uma vez que este insumo representa um percentual significativo sobre os custos de produção do alho.

TABELA 8

ALHO - VALOR BÁSICO DE CUSTEIO POR FAIXAS DE PRODUTIVIDADES E CALENDÁRIO DE LIBERAÇÕES NA REGIÃO CENTRO-SUL - SAFRA 1987/88

PRODUTO	FAIXAS DE PRODUTIVIDADE (kg/ha)		VALOR BÁSICO DE CUSTEIO (Cz\$ 1,00/ha)	LIBERAÇÕES						VALORES APROVADOS PELA RESOLUÇÃO Nº 1319
	De	Até		1ª		2ª		3ª		
				% de Crédito	A partir de	% de Crédito	A partir de	% de Crédito	A partir de	
ALHO COMUM-CURADO	-	3.500	44.261,00	65	MAR	25	ABR	10	JUL	47.248,00
	3.501	4.500	49.922,00							53.334,00
	4.501	5.500	55.798,00							59.456,00
	Acima de	5.500	61.822,00							65.339,00
ALHO NOBRE-CURADO	-	4.500	61.685,00	65	MAR	25	ABR	10	JUL	82.517,00
	4.501	5.500	65.420,00							88.387,00
	5.501	6.500	72.044,00							97.419,00
	Acima de	6.500	78.776,00							106.168,00

FONTE: CFP.

O Decreto nº 94.691, de 27-07-87, fixou os preços mínimos para a safra 1987/88. Eram os seguintes: alho nobre curado - Cz\$ 26,00/kg; alho nobre meia cura - Cz\$ 16,90/kg; alho comum curado - Cz\$ 18,20/kg e alho comum meia cura - Cz\$ 11,80/kg. Posteriormente (Resolução nº 1.451 do Banco Central do Brasil, de 15-1-88, com efeito a partir de 1ª-12-87), eles foram reavaliados para os seguintes valores: alho nobre curado - Cz\$ 45,00/kg; alho nobre meia cura - Cz\$ 29,00/kg; alho comum curado - Cz\$ 31,00/kg e alho comum meia cura - Cz\$ 2,00/kg.

3.2. ARROZ

1. IMPORTÂNCIA

A cultura do arroz em Santa Catarina se reveste de grande importância tanto econômica quanto social. No ano de 1986, o arroz ocupou a 4ª posição no Valor Bruto da Produção das lavouras catarinenses, evidenciando sua importância econômica. Por outro lado, no campo social, segundo o último Censo Agropecuário disponível do IBGE (1980), o número de famílias diretamente ligadas à atividade orizícola no estado é de 90.570. Das propriedades que se dedicam à lavoura do arroz, 25% possuem áreas menores de 10 ha, 32% possuem entre 10 e 20 ha e 33% entre 20 e 50 ha.

No cultivo do arroz em Santa Catarina prevalece a exploração do arroz do tipo irrigado, que, por sua vez, se subdivide no sistema tradicional - semeadura em solo seco para posterior irrigação - e no sistema moderno, o qual consiste na distribuição das sementes pré-germinadas no solo encharcado. Cultiva-se arroz irrigado principalmente no sul do estado, na região Colonial de Blumenau e de Joinville e no Vale do Itajaí. Já os plantios de arroz de sequeiro se concentram nas regiões Oeste Catarinense, Rio do Peixe e Planalto de Canoinhas. A distribuição da cultura no estado se dá conforme a tabela 1, a seguir.

O arroz irrigado assume maior importância que o de sequeiro na questão de área cultivada, produção e número de famílias envolvidas. Na última safra, 1986/87, o sistema de produção irrigado representou quase 86% do total da produção estadual, ocupando 64% da área plantada com os dois sistemas de cultivo.

Sobre a área cultivada na safra anterior, o arroz irrigado apresentou um crescimento de aproximadamente 7,8%, mantendo o ritmo de crescimento observado durante a década de 80. Por outro lado, o cultivo de sequeiro recuperou 11,5% da área cultivada em relação à última safra, ficando acima da área nas três safras anteriores.

TABELA 1

ARROZ - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO OBSERVADOS NAS PRINCIPAIS MRH DE SANTA CATARINA - SAFRA 1986/87

MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA	ÁREA CULTIVADA (ha)		PRODUÇÃO (t)		RENDIMENTO (kg/ha)	
	Sequeiro	Irrigado	Sequeiro	Irrigado	Sequeiro	Irrigado
Col. de Joinville	524	19.115	990	75.178	1.889	3.933
Lit. de Itajaí	260	4.744	612	21.153	2.354	4.459
Col. de Blumenau	1.043	17.194	1.527	88.019	1.464	5.119
Col. Itajaí Norte	750	215	1.005	1.165	1.340	5.419
Col. Alto Itajaí	2.940	6.967	3.279	37.011	1.115	5.312
Florianópolis	230	3.726	505	13.116	2.196	3.520
Col. Serrana Catar.	990	252	1.603	1.276	1.619	5.063
Litoral de Laguna	18	4.405	49	16.539	2.723	3.755
Carbonífera	2.403	7.693	3.942	18.802	1.640	2.444
Lit. Sul Catar.	490	14.825	920	52.210	1.877	3.521
Col. Sul Catar.	1.200	24.563	2.805	108.647	2.377	4.421
Campos de Lages	9.440	-	9.363	-	992	-
Campos Curitibanos	10.483	12	14.281	32	1.362	2.667
Col. Rio do Peixe	21.525	-	24.793	-	1.152	-
Col. Oeste Catar.	1.140	-	1.835	-	1.610	-
Plan. Canoinhas	5.115	-	4.099	-	801	-
TOTAL	58.551	103.711	71.608	433.148	1.223	4.176

FONTE: Fundação IBGE/GCEA.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

A sistematização das áreas de várzeas para formação de arroz, principalmente no sul do estado, foi o fator físico que mais contribuiu para a expansão do plantio verificado nas lavou-
ras irrigadas. Outros aspectos, como o "Plano de Estabilização
Econômica", influíram na expansão do cultivo pela boa disponibi-
lidade de crédito a juros baixos, pelos preços mínimos conside-
rados estimulantes e pelas perspectivas de aumento de consumo.

A evolução dos sistemas de exploração do arroz irriga-
do e de sequeiro está demonstrada na tabela 2 a seguir.

TABELA 2

ARROZ - ÁREA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E ÍNDICE DE CRESCIMENTO DA CULTURA (SEQUEIRO E IRRIGADO) EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1979/80 A 1987/88

SAPRA	ÁREA (ha)	ÍNDICE	PRODUÇÃO (t)	ÍNDICE	REND. (kg/ha)	ÍNDICE
1979/80						
. Irrigado	86.397	100,00	302.045	100,00	3.495	100,00
. Sequeiro	67.094	100	126.826	100,00	1.891	100,00
1980/81						
. Irrigado	83.693	96,87	270.294	89,49	3.230	92,42
. Sequeiro	65.227	97,22	133.774	105,00	2.509	133,00
1981/82						
. Irrigado	86.261	99,84	310.918	103,00	3.604	103,00
. Sequeiro	61.907	92,26	63.060	49,72	1.019	53,89
1982/83						
. Irrigado	86.620	100,00	290.087	96,04	3.329	95,25
. Sequeiro	59.605	88,84	105.230	83,36	1.795	94,92
1983/84						
. Irrigado	88.742	103,00	358.034	119,00	4.035	115,00
. Sequeiro	51.969	77,46	92.533	72,96	1.780	94,13
1984/85						
. Irrigado	92.633	107,21	378.766	125,40	4.088	116,96
. Sequeiro	52.000	77,50	67.600	53,30	1.300	68,75
1985/86						
. Irrigado	96.233	111,38	394.751	130,69	4.102	117,38
. Sequeiro	52.508	78,26	56.148	44,27	1.069	56,53
1986/87						
. Irrigado	103.711	120,04	433.148	143,40	4.176	119,48
. Sequeiro	58.555	87,27	71.608	56,46	1.223	64,67
1987/88 (*)						
. Irrigado	104.808	121,31	440.194	145,73	4.200	120,17
. Sequeiro	54.634	81,43	81.951	64,62	1.500	79,32

FONTE: Fundação IBGE/GCEA-SC

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

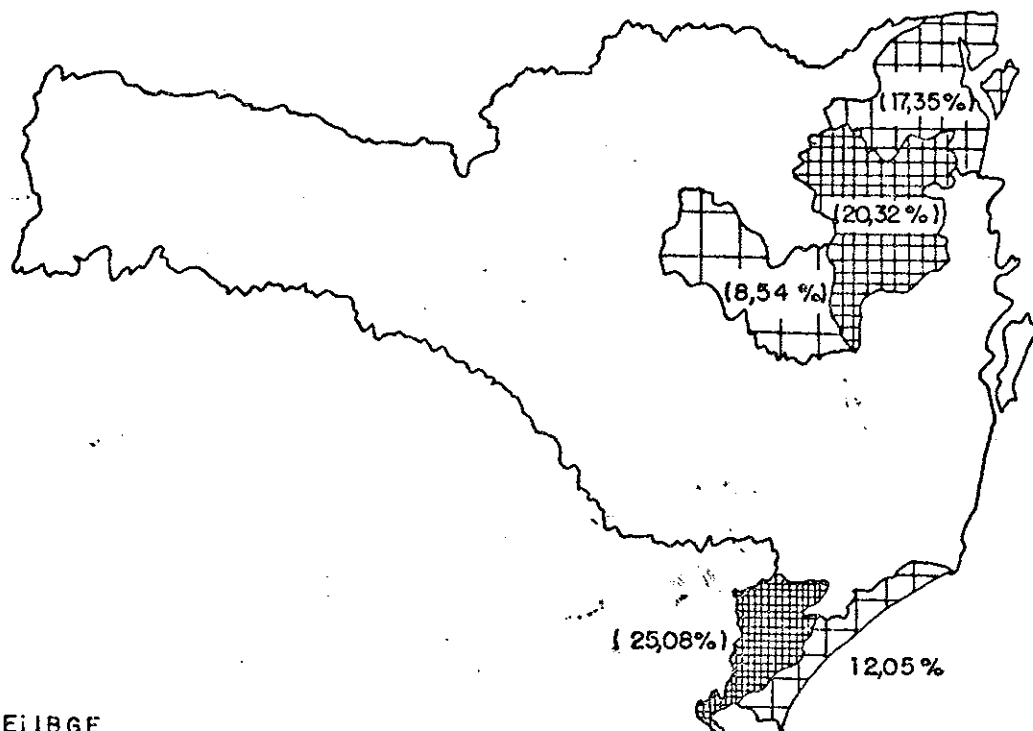
(*) Previsão em dez/87

2. PRODUÇÃO

A produção mundial de arroz em casca na safra 1986/87 atingiu 463,6 milhões de toneladas. A China, maior produtor mundial, produziu cerca de 37% do total, seguindo-se a Índia, com 19%, a Indonésia, com 8% e Bangladesh, com 5%. Estes quatro países, naquela safra, produziram quase 70% da oferta mundial de arroz não beneficiado.

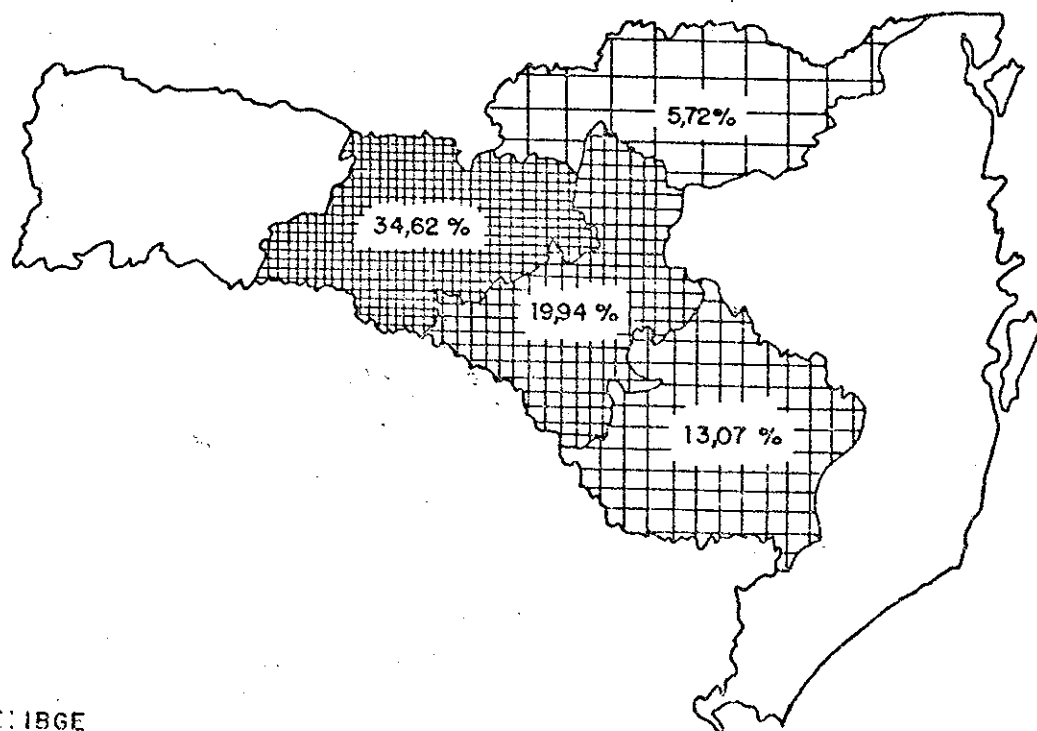
O Brasil, com uma produção de 10,5 milhões de toneladas, ocupa o 99º lugar na lista dos maiores produtores mundiais. No entanto, a produção brasileira é toda voltada para o consumo

MAPA 1 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE ARROZ IRRIGADO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1986/87



FONTE: IBGE
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

MAPA 2 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE ARROZ SEQUEIRO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1986/87



FONTE: IBGE
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

interno, acrescida de importações que vêm aumentando nos últimos anos.

Na tabela 3 estão relacionados os principais países produtores de arroz, bem como a previsão para a safra 1986/87 segundo o USDA.

TABELA 3

ARROZ - PRODUÇÃO MUNDIAL EM CASCA E BENEFICIADO - SAFRAS 1986/87 E 1987/88

ORIGEM	(em milhões de t)			
	EM CASCA		BENEFICIADO	
	1986/87	1987/88	1986/87	1987/88
Birmânia	12,5	13,5	7,8	8,4
Paquistão	5,3	4,7	3,5	3,1
Tailândia	18,0	15,8	11,9	10,4
CEE	1,9	1,9	1,3	1,3
Indonésia	38,4	38,4	26,1	26,1
Nigéria	1,0	1,0	0,7	0,7
Coréia do Sul	7,9	7,6	5,6	5,4
Austrália	0,5	0,7	0,4	0,5
Bangladesh	23,1	21,5	15,4	14,3
Brasil	10,5	9,7	7,1	6,6
China	171,1	176,0	119,8	123,2
Índia	90,9	70,5	60,0	47,0
Japão	14,6	13,3	10,0	9,7
Filipinas	9,0	8,6	5,8	5,6
URSS	2,6	2,8	1,7	1,8
Vietnã	15,4	14,6	10,0	9,5
EUA	6,1	5,8	4,3	4,1
Outros	35,7	36,0	24,7	23,9
TOTAL	463,6	442,3	315,7	301,5

FONTE: USDA (out/87).

A produção brasileira na safra 1986/87 estava prevista inicialmente em 11.683.353 t. Entretanto, a seca no Nordeste influenciou decisivamente para reduzir aquela estimativa, situando-a em torno de 10.460.417 t. O estado mais prejudicado foi o do Maranhão - um dos grandes produtores em anos de clima normal - cuja previsão inicial de 1.437.600 t acabou ficando inferior a 600 mil t.

O maior estado produtor continua sendo o Rio Grande do Sul, responsável por cerca de 34% da safra brasileira 1986/87. Esta participação do estado gaúcho foi mais expressiva em face das ocorrências climáticas negativas no Nordeste brasileiro. Santa Catarina, nessa safra, se situou como 7º maior produtor, participando com aproximadamente 4,8% da produção do país.

Com relação à safra anterior, a produção brasileira apresentou um desempenho apenas razoável. Embora os reflexos da política agrícola adotada durante o "Plano Cruzado" tenham sido positivos, a ponto de se verificar um crescimento da área cultivada da ordem de 7,5%, o mesmo não pode ser dito sobre a produção obtida, cujo incremento ficou em apenas 0,5%.

Tomando-se como base a previsão inicial da produção nordestina, o efeito da estiagem pode ser avaliado em 53% de perdas, ou seja, de 2.186.572 t esperadas, colheu-se apenas 1.019.927. Os estados mais atingidos foram: Rio Grande do Norte (-81%); Piauí (-60%); Maranhão (-54%); Bahia (-51%) e Ceará (-25%).

Os principais estados produtores podem ser visualizados na tabela 4.

TABELA 4
ARROZ - ÁREA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES - SAFRA 1986/87 (*)

ESTADO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)	PARTIC. NA PROD. (%)
Rio Grande do Sul	803.098	3.561.498	4.435	34,05
Goiás	1.185.277	1.512.200	1.276	14,46
Mato Grosso	678.944	923.578	1.360	8,83
Minas Gerais	624.671	910.920	1.458	8,71
Maranhão	930.290	596.094	641	5,70
São Paulo	303.193	552.160	1.821	5,28
Santa Catarina	162.266	504.756	3.110	4,83
Mato Grosso do Sul	331.998	476.637	1.436	4,56
Paraná	202.923	342.844	1.690	3,28
Rondônia	136.913	213.322	1.558	2,04
Piauí	219.685	152.820	696	1,46
Pará	115.937	145.407	1.254	1,39
Espírito Santo	39.587	120.430	3.042	1,15
Ceará	51.452	114.269	2.221	1,09
Rio de Janeiro	29.686	95.139	3.205	0,90
Bahia	105.402	52.174	495	0,50
Acre	29.194	44.009	1.405	0,42
Pernambuco	7.964	30.148	3.786	0,28
OUTROS	55.104	112.012	2.033	1,07
TOTAL	6.013.584	10.460.417	1.739	100,00

FONTE: Fundação IBGE .

(*) Dados de nov/87 .

No tocante ao desempenho da safra catarinense 1986/87, em relação à safra anterior, se observaram incrementos tanto na área cultivada como na produção e produtividade obtidas. O aumento da produção, considerando-se as lavouras irrigadas e as de sequeiro englobadas, foi de quase 12%. Separadamente, a oferta de grãos produzidos no sistema irrigado aumentou 9,7%, enquanto os cultivos de sequeiro aumentaram a produção em 27,5%. Nos dois casos, o aumento de produção tem causas diferentes. No caso do arroz irrigado, além do aumento da área, houve uma maior resposta ao uso de tecnologias disponíveis, principalmente o emprego de sementes de maior potencial produtivo e o aumento de áreas sistematizadas (incorporação de novas áreas e sistematização de arrozeiras anteriormente conduzidas no sistema tradicional). Daí o aumento do rendimento médio das lavouras observado nas últimas cinco safras. No tocante ao arroz de sequeiro, o efeito da estiagem no início do ano foi menos prejudicial às lavouras do que no ano anterior, motivo pelo qual também se verificou aumento de produtividade, que pode ser observado no quadro comparativo do desempenho das duas últimas safras.

TABELA 5
ARROZ - ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL - SANTA CATARINA
- SAFRAS 1985/86 E 1986/87

SAFRA	ÁREA CULTIVADA (ha)		VARIACÃO RELATIVA	PRODUÇÃO (t)		VARIACÃO RELATIVA	REND. (kg/ha)	
	1985/86	1986/87		1985/86	1986/87		1985/86	1986/87
Arroz Irrigado	96.233	103.711	7,8	394.751	433.148	9,7	4.102	4.176
Arroz Sequeiro	52.508	58.555	11,5	56.148	71.608	27,5	1.069	1.223
TOTAL	148.741	162.266	9,0	450.899	504.756	11,9	3.031	3.111

FONTE: Fundação IBGE.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Ainda com relação à disponibilidade de sementes fiscalizadas, o nível de utilização é pequeno. Da demanda catarinense, apenas 15% é produzida no estado - segundo a coordenação de defesa agropecuária da SAA, 2.054 t foram produzidas na safra 1986/87. Uma boa parte de sementes fiscalizadas é adquirida do Rio Grande do Sul; entretanto, é difícil determinar essa quantidade por falta de controle.

As cultivares atualmente recomendadas pela Empresa Ca-

tarinense de Pesquisa Agropecuária - EMPASC, são as seguintes: arroz irrigado do grupo moderno - BR IRGA 409 e 410 - CICA 8 e 9 - EMPASC 101, 102, 103, 104 e IR 841; arroz de sequeiro - IAC 164, 1.246, 47 e 25 - Batatais - EEPEG 369 e Pratao Precoce. A EMPASC lançou, no decorrer de 1987, a cultivar EMPASC 105 para lavouras irrigadas, pertencente ao grupo de grãos modernos. Essa cultivar destacou-se dos demais genótipos em 6 anos de pesquisa e por 3 anos em unidades de observação. As características que se destacaram foram a alta qualidade dos grãos e o elevado potencial de produtividade, além de boa adaptação em solos orgânicos e tolerância à bruzone. Sua produtividade média nos locais de observação variou de 4.500 a 10.600 kg/ha.

Durante a safra 1986/87 ocorreram fenômenos que não chegaram a comprometer a produção das lavouras irrigadas. Já para as lavouras de sequeiro, pelo terceiro ano consecutivo, verificaram-se quebras de safra em face da estiagem, apesar de não ter sido comprometida a produção em níveis tão graves como na safra 1985/86.

Durante o desenvolvimento das lavouras houve muita preocupação quanto à possibilidade de quebras de produtividade devido às freqüentes "ondas" de rebaixamento da temperatura, que ameaçavam as lavouras mais adiantadas na fase de floração e granação. Mais adiante, as fortes chuvas provocaram enxurradas, afetando principalmente o Litoral Norte. Registraram-se pequenas perdas de produção e de equipamentos usados na irrigação, como motores e bombas, além de danos em máquinas e benfeitorias.

Apesar desses incidentes, as lavouras irrigadas, em sua grande maioria, apresentaram aumento do rendimento médio, enquanto as de sequeiro confirmaram a diminuição em face da falta de chuvas no final do ciclo vegetativo.

No início da colheita, no litoral, as chuvas em excesso dificultaram essa operação; entretanto, a partir de fevereiro a ausência de chuvas favoreceu os trabalhos da ceifa.

Na questão do recebimento da safra, estavam previstas dificuldades relativas ao espaço físico. No sul do estado, havia cooperativas com estoques remanescentes da safra anterior. Da

mesma forma, no Alto Vale, a CRAVIL possuía dois silos ocupados, cujo espaço precisaria estar disponível para acondicionamento da nova safra. Esta situação refletia as dificuldades de venda da produção do ano anterior, geradas pelo excesso de oferta. Felizmente, os estoques remanescentes foram escoados em tempo, e a nova safra pôde ser armazenada.

3. ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO

Os dados fornecidos pelo USDA acusam uma oferta mundial de arroz beneficiado da ordem de 317,68 milhões de toneladas produzidos na safra 1986/87. Somados ao estoque inicial (de passagem), perfazem o total de 343,35 milhões, contra 342,28 milhões ofertados na safra anterior, conforme pode ser constatado na tabela 6 a seguir:

TABELA 6

ARROZ BENEFICIADO - OFERTA E DEMANDA MUNDIAL - SAFRAS 1985/86 E 1986/87

ESPECIFICAÇÃO	(em milhões de t)	
	85/86	86/87
Estoque inicial	22,16	25,67
Produção	320,12	317,68
Importação	11,68	10,83
Consumo Interno	317,58	321,28
Exportação	12,49	12,09
Estoque final	24,71	22,07

FONTE: USDA.

ELABORAÇÃO: Safras & Mercado.

Para o período 1987/88, as previsões do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos indicam que os estoques remanescentes do produto no mercado internacional diminuirão de forma expressiva, situando-se no nível mais baixo desde meados da década de 70. Foi constatada redução de colheita em vários países. A diminuição se verificou principalmente nos países do continente asiático, cujo volume é estimado em cerca de 25 milhões de toneladas. Dentro desse quadro, a oferta mundial de arroz beneficiado deverá se situar, segundo o USDA - nov/87, em 301,5

milhões de toneladas.

Face a essa situação, os preços de arroz no mercado mundial se elevaram acentuadamente, chegando a atingir os preços de um ano atrás: O arroz beneficiado da Tailândia, classe 1, FOB Bangkok, em dez/87, foi cotado a US\$ 305,00/t, contra US\$ 240,00/t em dez/86. O Brasil importou, no ano de 1986, durante o "Plano Cruzado", cerca de 1.875.000 t de arroz. Somado às 766 mil remanescentes da safra anterior, atingiu o montante de 2.641.000 t. O estoque excedente para 1987 foi de 2.214.000 t - o maior de todos os tempos.

Com esta oferta inicial, mais a produção da safra 1986/87, o país contou com uma oferta interna de 12.674.000 t.

A oferta/demanda de arroz em casca durante 1987 ficou assim estimada: estoque inicial 2.214.000 t; produção interna, 10.460.000 t; estimativa de importação, 400.000 t (acordos bilaterais com a Argentina e o Uruguai); oferta total, 13.074.000 t; consumo interno estimado, 10.500.000 t; estoque final de passagem para o ano seguinte, 2.574.000 t.

A grande oferta no início do ano - fev/87 - provocada pelo elevado volume excedente do ano anterior, acrescido do produto das primeiras colheitas, não permitia que se vislumbrassem boas perspectivas para a comercialização. Para o governo, a situação permitia um fácil controle sobre os preços, pois o país estava bem abastecido e os preços continuavam tabelados. Por outro lado, os produtores pressionavam o governo no sentido de que os preços fossem liberados. Segundo eles, a intervenção governamental no preço final do produto impedia que o mercado flutuasse naturalmente.

Em março houve o descongelamento dos preços; porém, os efeitos da queda do tabelamento no varejo somente começaram a ser sentidos no final daquele mês. Mas, foi apenas uma reação momentânea. O mercado continuou apático, sem novas alterações positivas nos preços; ao contrário, pelo excesso de oferta devido à colheita, verificaram-se negociações com preços a nível de produtor abaixo dos praticados logo após a liberação do tabelamento.

No decorrer de 1987, duas medidas foram recebidas pelo setor orizícola brasileiro. A primeira, foi a prorrogação, por mais seis meses, dos EGFs vendidos em fevereiro, além da garantia oferecida pela SEAP de que não faltariam recursos para compra da nova safra. A segunda, foi com relação ao estabelecimento das regras para a venda dos estoques oficiais. O Conselho Monetário Nacional aprovou que os estoques do governo fossem comercializados pelo preço mínimo acrescido de 5% sobre esse valor. Tais medidas tiveram por objetivo criar condições de mercado para que a iniciativa privada tivesse uma margem de segurança na comercialização da safra. Os técnicos que analisaram as decisões concluíram que uma vez implementadas essas medidas, haveria um grande estímulo à compra da safra pela iniciativa privada.

Diante do quadro caótico que a comercialização do arroz atravessava, tais medidas se revestiram de grande importância. Daí para frente os preços apresentaram melhoras, sem, contudo, atingir os níveis esperados pelos produtores e sempre defasados em relação ao preço mínimo como pode ser comprovado na tabela 7.

TABELA 7

ARROZ - PREÇOS NO ATACADO, RECEBIDOS PELOS PRODUTORES E PREÇOS MÍNIMOS OFICIAIS DURANTE O ANO DE 1987 (NOMINAL)

MÊS	ATACADO (30 kg)		PRODUTOR (Cz\$/sc 50 kg)	PREÇOS MÍNIMOS (Cz\$/sc 50 kg)
	Macerado	Parboilizado		
Janeiro	197,47	209,10	101,50	130,00
Fevereiro	186,90	202,87	110,50	130,00
Março	209,04	225,42	112,42	175,50
Abril	248,77	261,67	124,33	187,00
Maiο	273,82	293,25	142,50	208,50
Junho	392,04	436,08	210,00	261,00
Julho	434,70	474,90	245,00	261,00
Agosto	452,10	496,65	308,75	403,00(*)
Setembro	502,92	538,32	322,67	428,63(*)
Outubro	556,65	598,05	347,17	452,98(*)
Novembro	661,35	711,15	435,00	494,50(*)
Dezembro	735,99	815,10	470,00	558,00(*)

FONTE: Instituto CEPA/SC e CFP/MA.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*) Preços mínimos básicos válidos para a safra 1987/88.

A comercialização prosseguia com os preços em ascensão quando, em junho, o governo decretou o "Plano Bresser", congelando e tabelando os preços dos produtos a nível de varejo, in-

clusivo o arroz. Assim, o Novo Plano Econômico pegou o mercado em franca elevação, na medida em que a colheita se aproximava do final, ao mesmo tempo em que os estoques do produto importado ficaram escassos.

O tabelamento, por sua vez, contemplou somente o arroz polido ou branco e abrangeu apenas as praças do Rio e São Paulo, ficando os tipos macerado e parboilizado fora das tabelas. Este fato trouxe como consequência uma paralisação do mercado. Enquanto os produtores de arroz branco se mobilizaram para alterar o tabelamento usando como justificativa a inviabilidade de pagamento do preço mínimo ao produtor - na época, Cz\$ 261,00/sc - os beneficiadores de arroz macerado e parboilizado esperavam que o governo tabelasse seus produtos em níveis superiores aos do arroz polido.

Mesmo com a definição do tabelamento do arroz macerado e parboilizado, o mercado não melhorou; apenas veio definir os preços finais para esses produtos.

O tabelamento, desde a sua implantação - de junho/87 até sua extinção em outubro/87 - mesmo com os reajustes concedidos, foi sempre criticado pelos produtores e beneficiadores do produto, os quais alegavam que a tabela agia como inibidor de preços. Na verdade, era exatamente isso que o governo pretendia. Contudo, pelo nível de abastecimento do país, sabia-se que mesmo sem o controle oficial os preços não poderiam disparar. Tanto assim que após a retirada do tabelamento a reação do mercado foi mínima e os preços do arroz em casca não chegaram a encostar no preço mínimo.

Nos leilões realizados através das bolsas em todo o país, a grande procura foi somente pelo arroz do tipo agulhinha com casca. As vendas de arroz do tipo sequeiro sempre foram consideradas fracas. Apesar das alegações dos beneficiadores de que os preços alcançados eram incompatíveis com os preços de venda do produto beneficiado, os pregões realizados com arroz do Sul se mantiveram firmes em volume negociado e com preços até crescentes.

De qualquer forma, a grande procura pelo arroz do Sul,

mesmo tendo o governo colocado seus estoques à venda nas principais praças do país, demonstrava a necessidade - reconhecida pelos técnicos da CFP - de um diferencial maior entre os preços do arroz agulhinha e o de sequeiro em favor do primeiro. Em vista disso, os beneficiadores e as cooperativas do Rio Grande do Sul pressionavam o governo no sentido de que este revisasse os preços tabelados e estabelecesse níveis mais elevados para o arroz do tipo agulhinha. Em contrapartida, o governo, através da CFP, visando eliminar a pressão dos gaúchos e o desabastecimento do mercado pela retração deles nas vendas, adotou, a pedido da SEAP, uma conduta para neutralizar o movimento. Determinou a liquidação das operações de EGF, cujos contratos somavam cerca de 2,25 milhões de toneladas de arroz somente no Rio Grande do Sul. Esta medida consistiu em transformar em AGF as operações de Empréstimos do Governo Federal - EGF, vencidas em setembro com penhor mercantil abaixo dos preços de fechamento das bolsas de mercadorias. Para os casos em que os custos de EGF ficassem acima do valor de venda das bolsas, o governo estabeleceu um novo prazo para liquidação dos contratos.

A questão da concessão de subsídios à comercialização do arroz nas duas últimas safras provocou sérias distorções no mercado do arroz. Embora o governo tenha garantido um abastecimento tranqüilo, favorecendo o consumidor brasileiro, gastou enormes somas ao bancar preços mínimos acima dos praticados no mercado e ao ter que vender esse mesmo produto, mais tarde, a preços subsidiados. Além disso, no ano passado, ao liberar mais de 1,8 milhão de toneladas de arroz importado, favoreceu grandemente um segmento que não é do setor produtivo. Este protecionismo criou hábitos que descaracterizaram a lei da oferta e da procura. Hoje, grande parte dos agroindustriais do arroz não se preocupa com a formação de estoques diretamente comprados dos produtores. Prefere adquirir volumes suficientes para girar durante parte da safra e aguardar tranqüilamente as liberações dos estoques oficiais a preços mais compensadores.

Há necessidade de as autoridades responsáveis pelo abastecimento do país criarem mecanismos que permitam ao empresário fazer estoques, sem receio de intervenções do governo no mercado que acabem inviabilizando economicamente seus negócios.

A preocupação no tocante à estatização na comercialização do arroz fez com que o Conselho Monetário Nacional, em reunião de 22/09, através de voto, aprovasse importantes decisões para a comercialização de produtos básicos. O estabelecimento dessas regras terá como objetivo o disciplinamento das ações do governo na comercialização das safras. As intervenções do governo, segundo as novas regras estabelecidas, obedecerão a um intervalo de preço, dentro do qual o governo não interferirá no mercado. Esses limites serão, de um lado, o preço mínimo do produto e, de outro, os preços de venda dos estoques oficiais. Para o caso do arroz, a média dos preços reais efetivamente verificados nos últimos 60 meses, acrescida de uma margem de 12%, servirá como limite de intervenção governamental. Este valor será fixado anualmente. Tal média será calculada na praça atacadista de São Paulo, por ser a mais representativa do país.

Os níveis de intervenção serão fixados separadamente para o arroz agulhinha e o de sequeiro. Esses níveis de preços de intervenção terão validade no período compreendido entre 01.03.88 e 28.02.89 e serão fixados inicialmente nas praças da Região Centro-Sul.

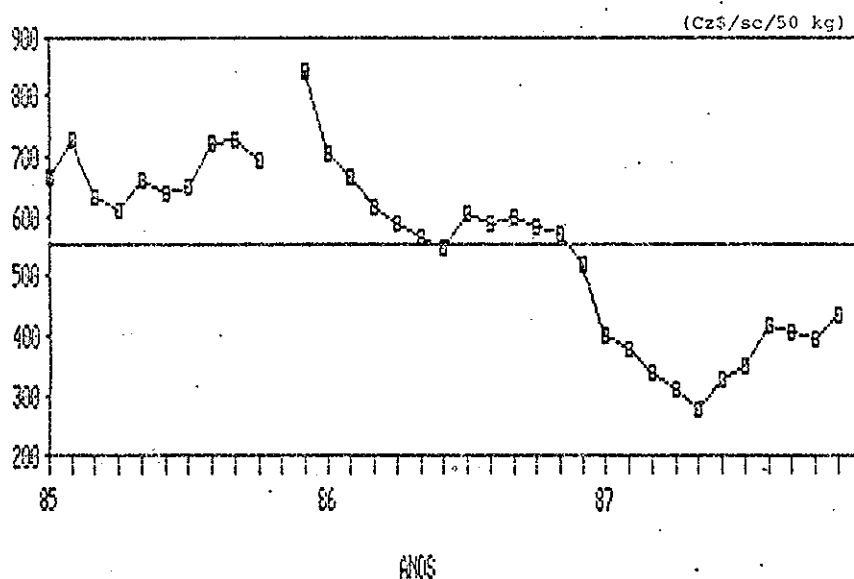
A comercialização da safra catarinense, como não poderia deixar de ser, sofreu os reflexos da situação do mercado brasileiro, apesar de suas peculiaridades. Embora não se tenham verificado anormalidades quanto ao recebimento da safra, o descontentamento face aos preços recebidos pelos produtores foi generalizado. Os preços pagos aos produtores no início da safra - fev/87 - entre Cz\$ 100,00 e 110,00/sc de 50 kg para pagamento com prazo de 30 dias, ficaram abaixo dos preços recebidos na safra anterior. As cooperativas adiantaram aos seus associados Cz\$ 110,00/sc para as primeiras produções recebidas na safra 1985/86; na safra atual - 1986/87 - o adiantamento foi de Cz\$ 100,00/sc de 50 kg.

Quando se estabelece uma comparação com os preços reais recebidos pelos produtores catarinenses nas últimas três safras, observa-se que 1987 foi o ano de preços mais baixos no período considerado. Em 1985, os preços do arroz em casca foram considerados compensadores, situando-se entre Cz\$ 670,49 e Cz\$ 841,46/sc de 50 kg - preços corrigidos com base em novembro/87 -

enquanto em 1986 se verificou um recuo nos preços recebidos pelos produtores e as variações foram menores - entre Cz\$ 551,53 e Cz\$ 70.818 - reflexo do Plano Cruzado. Já no ano atual, os preços despencaram, situando-se entre Cz\$ 280,52 e Cz\$ 435,00, em razão do grande volume de excedentes do ano anterior e da política econômica adotada.

O pique máximo do período considerado - 1985 a 1987 - verificou-se em dezembro/85, como tradicionalmente ocorria antes do primeiro plano de estabilização econômica. A partir daí, o comportamento do mercado se alterou, culminando com a maior queda registrada, em maio/87, conforme demonstrado no gráfico de evolução mensal de preços do arroz em casca em Santa Catarina.

GRÁFICO 1
ARROZ EM CASCA - PREÇOS NOMINAIS MENSAIS EM SANTA CATARINA - 1985-1986-1987



□ PREÇO MENSAL — MÉDIA DO PERÍODO

FONTE: Instituto CEPA/SC.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Apesar de o preço mínimo para a safra 1986/87 ter sido considerado satisfatório, poucos foram os produtores que se beneficiaram dele. Tradicionalmente não se faz AGF em Santa Catarina, a não ser em pequenas quantidades. Isto porque as agroindústrias de arroz giram com o produto durante todo o ano; portanto, necessitam da matéria-prima sempre disponível. Entretanto, quem fez AGF nas duas últimas safras fez ótimo negócio. Quanto aos EGF, a grande maioria é realizada via cooperativas, portanto, o pequeno produtor não associado acaba vendendo sua

produção ao preço do dia para as agroindústrias particulares, não realizando, via de regra, bons negócios. Concluindo, os preços mínimos acabam beneficiando diretamente poucos dos pequenos produtores de nosso estado, conforme pode ser constatado na tabela 8.

TABELA 8

ARROZ - VOLUME CONTRATADO ATRAVÉS DE AGF E EGF - 1986 (ATÉ NOVEMBRO DE 1987)

DISCRIMINAÇÃO	(em 1.000 t)		
	AGF	EGF	TOTAIS
Maranhão	77.466	8.116	85.582
Goiás	1.003.201	106.344	1.109.545
Mato Grosso do Sul	291.006	14.652	305.658
Mato Grosso	746.423	34.934	781.357
Minas Gerais	151.036	36.989	188.025
São Paulo	104.337	28.429	132.766
Paraná	41.658	35.520	77.178
Rio Grande do Sul	266.746	2.754.175	3.020.921
Santa Catarina	17.298	103.350	120.648
Outros	127.622	29.740	157.362
BRASIL	2.826.793	3.152.249	5.979.042

FONTE: CFP.

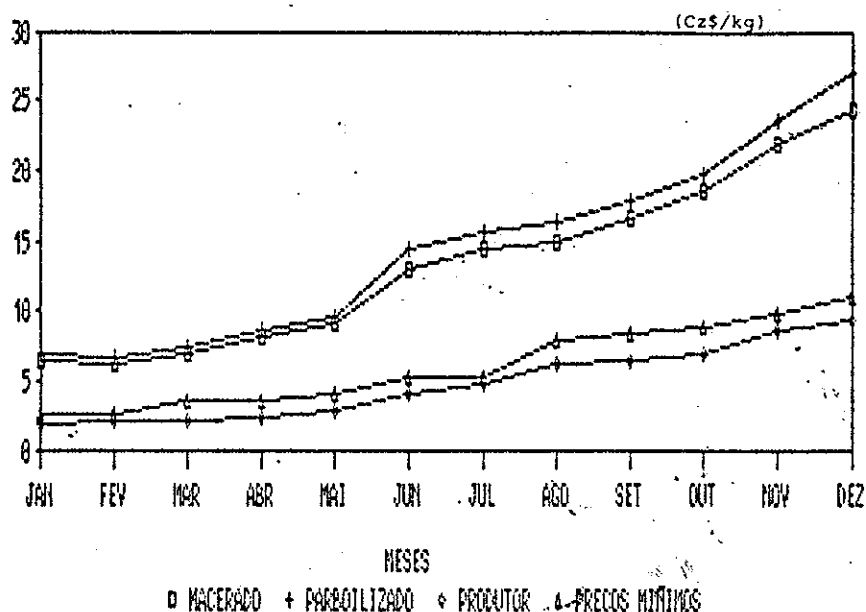
ELABORAÇÃO: Safras & Mercado.

Pela tabela acima, apenas 3,4% da produção catarinense foi vendida diretamente ao governo, enquanto 20,4% da produção foi beneficiada pela Política de Preços Mínimos através de Empréstimos do Governo Federal-EGF, concedidos pela CFP.

No tocante à comercialização do produto beneficiado, verificou-se importante evolução no preço do arroz macerado e parboilizado de Santa Catarina. Entretanto, com a decretação do tabelamento em junho o governo diminuiu a tendência altista. Somente em outubro, com a liberação dos preços a nível de varejo, os preços voltaram a crescer também no atacado, apesar de o consumo ter dado sinais de retração. No gráfico a seguir estão demonstradas as evoluções dos preços do arroz beneficiado no atacado do arroz em casca a nível de produtor e dos preços mínimos, também em casca.

GRÁFICO 2

ARROZ - PREÇOS MENSAIS, NOMINAIS (ATACADO, PRODUTOR E MÍNIMO OFICIAL) - 1987



FONTE: Instituto CEPA/SC - CFP/MA.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

4. PERSPECTIVAS PARA A PRÓXIMA SAFRA

Com relação à safra em andamento - 1987/88 - havia uma expectativa negativa antes da sua implantação na questão dos preços mínimos a serem divulgados. As notícias de "bastidores" eram de que o novo preço mínimo ficaria abaixo daquele que efetivamente foi divulgado.

O novo preço-base para o arroz irrigado com vistas ao estabelecimento da safra 1987/88, estipulado em Cz\$ 403,00/sc, superou em muito os preços que estavam sendo pagos no mercado ao produtor catarinense. Por essa razão, muitos produtores receberam bem o novo preço oficial para o arroz. Por outro lado, o nível de reajuste de 210% ficou abaixo da inflação do período, calculada em 229,02%. Desse modo, o preço-base anunciado não foi considerado incentivador, apenas veio definir, com relativo atraso, as "regras do jogo" para a próxima safra.

Na concepção da CFP, esse instrumento foi considerado estimulador para o plantio da safra 1987/88. Os argumentos são de que houve aumento real quando comparados os preços-base divulgados com os da safra passada. Além disso, as cotações de

mercado reagiram com o anúncio dos novos preços oficiais exatamente na época da decisão de plantio, inclinando o produtor para o cultivo do arroz.

Em Santa Catarina, para a safra 1987/88, mesmo com as condições desfavoráveis de mercado, as estimativas indicam um plantio próximo a 159 mil ha, o que significará um recuo próximo a 1,7%. Entretanto, a produção estimada, de aproximadamente 522 mil toneladas, significará um incremento de 3,4% em relação à última safra. A redução da área cultivada deverá ocorrer somente com o arroz de sequeiro, já que se estima a incorporação de cerca de 1.097 ha de lavouras irrigadas no sul do estado (ver tabela: Situação da Agricultura Catarinense - dez/87).

O efeito do crescimento da área irrigada se deve, fundamentalmente, à contínua evolução positiva da produtividade das lavouras, principalmente no sul do estado, em decorrência do Programa de Sistematização de Várzeas, aliado à técnica de plantio de sementes pré-germinadas.

A esta altura do ano, os plantios da safra 1987/88 estão definidos. As condições climáticas no decorrer de 1987 não foram favoráveis às operações de plantio devido ao prolongamento do inverno; mesmo assim, foram concluídas. Começam agora as preocupações sobre o que poderá advir da concentração do plantio no mês de novembro. Poderão ocorrer problemas com a não-disponibilidade de ceifadeiras, face à coincidência de maturação das lavouras e com o estrangulamento no recebimento da safra, ou seja, falta de capacidade dos engenhos para receber, secar e armazenar a produção.

Esses problemas já ocorreram em safras passadas na região do Litoral Norte, com agravamento da situação devido à ocorrência de chuvas na época da colheita. Por este motivo, é muito importante que o setor esteja preparado para essa eventual circunstância. Há necessidade de mobilização da classe produtora antes da ocorrência do problema e que não se espere somente na ação governamental para resolver essa questão.

Uma outra preocupação por parte dos produtores é a possível queda dos preços pela concentração da oferta. Neste ca-

so, é de real importância que se analise a possibilidade de que os produtores comecem a se mobilizar no sentido de conseguir recursos, em tempo hábil, para contratação de EGF.

Como no restante das regiões brasileiras produtoras de arroz, há uma grande expectativa entre os produtores catarinenses no sentido de que os preços evoluam pelo menos aos níveis dos preços mínimos previstos para a nova safra.

3.3. BANANA

1. CARACTERIZAÇÃO

A banana é um fruto de origem tropical. Exige calor constante e elevada umidade para seu perfeito desenvolvimento; no entanto, adapta-se a vários tipos de clima, desde o tropical úmido ao subtropical seco.

O Brasil destaca-se, a nível mundial, como o maior produtor, com participação de 18%.

O estado de Santa Catarina, a nível nacional, ocupa a 3ª posição, com uma participação de 7,51%.

Existem, no estado, 25.767 estabelecimentos agropecuários voltados à exploração da banana, com sua produção concentrada junto às MRH Colonial de Joinville, Colonial Sul Catarinense, Carbonífera e Colonial de Blumenau.

2. PRODUÇÃO

A produção mundial de banana, segundo dados disponíveis da FAO, em 1985, foi de 42.460.000 t, superior em 3,4% à de 1984 (41.062.000 t). As principais regiões produtoras desta cultura são a América Latina, com 19.599.000 t (46,2%), a Ásia, com 16.230.000 t (38,2%) e a África, com 5.047.000 t (11,8%) (tabela 1).

Os principais países produtores são o Brasil, com 7.505.000 t (18%), a Índia, com 4.686.000 t (11%) e Filipinas, com 4.368.000 t (10%) (tabela 2).

TABELA 1

BANANA - QUANTIDADES MUNDIAIS PRODUZIDAS A NÍVEL DE REGIÃO E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL - 1983-85

REGIÃO	1983		1984		1985	
	Qtidade (1.000 t)	Partic. (%)	Qtidade (1.000 t)	Partic. (%)	Qtidade (1.000 t)	Partic. (%)
América Latina	18.345	45,7	19.020	46,3	19.599	46,2
Ásia	15.206	37,9	15.471	37,7	16.230	38,2
África	5.022	12,5	5.001	12,2	5.047	11,8
Oceania	1.094	2,7	1.094	2,7	1.127	2,7
Europa	499	1,2	476	1,1	456	1,1
T O T A L	40.166	100,0	41.062	100,0	42.460	100,0

FONTE: FAO - Anuário FAO de Comércio - 1985.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 2

BANANA - PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES E TOTAL DA PRODUÇÃO MUNDIAL - QUANTIDADES E PERCENTUAIS DE PARTICIPAÇÃO - 1983-85

PAÍS	1983		1984		1985	
	Quantidade (1.000 t)	Participação (%)	Quantidade (1.000 t)	Participação (%)	Quantidade (1.000 t)	Participação (%)
Brasil	6.566	16,0	7.062	17,0	7.505	18,0
Índia	4.648	12,0	4.626	11,0	4.686	11,0
Filipinas	3.668	9,0	4.000	10,0	4.368	10,0
Indonésia	2.320	6,0	2.000	5,0	2.085	5,0
Equador	1.642	4,0	1.524	4,0	1.705	4,0
Tailândia	1.530	4,0	1.545	4,0	1.580	4,0
Outros Países	19.693	49,0	20.305	49,0	20.531	49,0
TOTAL MUNDIAL	40.166	100,0	41.062	100,0	42.460	100,0

FONTE: FAO - Anuário FAO de Production - 1985.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

A produção nacional de banana (518.862 mil cachos para 1987, conforme dados estimados pela Fundação IBGE), está bem distribuída pelos diversos estados, sendo que os maiores produtores são Bahia, São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais, Ceará e Rio de Janeiro (tabela 3).

TABELA 3

BANANA - ÁREA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E PARTICIPAÇÃO DE CADA REGIÃO E RESPECTIVO ESTADO NO TOTAL DA ÁREA E DA PRODUÇÃO BRASILEIRAS - 1986-87

REGIÃO/ESTADO	1986					1987 ⁽¹⁾				
	Área Colhida		Produção Obtida		Rendimen- to Cachos/ha	Área Destinada a Colheita		Produção Esperada		Rendimen- to Cachos/ha
	ha	%	1.000 Cachos	%		ha	%	1.000 Cachos	%	
NORTE	<u>45.314</u>	<u>10,55</u>	<u>49.649</u>	<u>9,85</u>	<u>1.096</u>	<u>43.868</u>	<u>9,62</u>	<u>47.032</u>	<u>9,06</u>	<u>1.072</u>
. Acre	3.779	0,88	4.906	0,97	1.298	4.037	0,89	5.186	1,00	1.285
. Amapá	605	0,14	467	0,09	772	605	0,13	460	0,09	760
. Amazonas	4.067	0,95	3.307	0,66	813	3.254	0,71	2.646	0,51	813
. Pará	14.987	3,49	21.622	4,29	1.443	17.928	3,93	24.133	4,65	1.346
. Rondônia	19.457	4,53	17.412	3,45	895	14.915	3,27	12.104	2,33	812
. Roraima	2.419	0,56	1.935	0,38	800	3.129	0,69	2.503	0,48	800
CENTRO-OESTE	<u>60.063</u>	<u>13,97</u>	<u>51.616</u>	<u>10,24</u>	<u>859</u>	<u>60.106</u>	<u>13,18</u>	<u>52.526</u>	<u>10,12</u>	<u>874</u>
. Distrito Federal	397	0,09	397	0,08	1.000	273	0,06	273	0,05	1.000
. Goiás	35.110	8,17	31.250	6,20	890	33.870	7,43	30.790	5,94	909
. Mato Grosso	21.122	4,91	15.143	3,00	717	23.977	5,26	18.857	3,63	786
. Mato Grosso do Sul	3.434	0,80	4.826	0,96	1.405	1.986	0,43	2.606	0,50	1.312
NORDESTE	<u>147.082</u>	<u>34,22</u>	<u>188.450</u>	<u>37,36</u>	<u>1.281</u>	<u>162.096</u>	<u>35,56</u>	<u>199.945</u>	<u>38,54</u>	<u>1.233</u>
. Alagoas	6.204	1,44	6.522	1,29	1.091	6.153	1,35	6.460	1,25	1.050
. Bahia	57.500	13,38	79.235	15,71	1.378	65.074	14,27	76.731	14,79	1.179
. Ceará	33.252	7,74	30.600	6,07	920	34.931	7,66	36.223	6,98	1.037
. Maranhão	8.453	1,97	11.156	2,21	1.320	9.160	2,01	12.025	2,32	1.313
. Paraíba	11.108	2,58	16.245	3,22	1.462	13.292	2,92	19.822	3,82	1.491
. Pernambuco	22.151	5,15	32.677	6,48	1.475	23.878	5,24	35.054	6,76	1.468
. Piauí	3.046	0,71	4.428	0,88	1.454	3.684	0,81	5.556	1,07	1.508
. Rio Grande do Norte	2.846	0,66	4.752	0,94	1.670	3.298	0,72	5.164	0,99	1.566
. Sergipe	2.522	0,59	2.835	0,56	1.124	2.626	0,58	2.910	0,56	1.108
SUDESTE	<u>138.386</u>	<u>32,19</u>	<u>160.781</u>	<u>31,89</u>	<u>1.162</u>	<u>149.318</u>	<u>32,75</u>	<u>163.165</u>	<u>31,45</u>	<u>1.093</u>
. Espírito Santo	28.508	6,63	21.542	4,27	756	27.874	6,11	22.857	4,41	820
. Minas Gerais	36.766	8,55	37.718	7,48	1.026	36.105	7,92	36.668	7,07	1.016
. Rio de Janeiro	33.565	7,81	35.266	6,99	1.050	33.586	7,37	35.265	6,79	1.050
. São Paulo	39.547	9,20	66.266	13,15	1.676	51.753	11,35	68.375	13,18	1.321
SUL	<u>38.993</u>	<u>9,07</u>	<u>53.720</u>	<u>10,66</u>	<u>1.378</u>	<u>40.549</u>	<u>8,89</u>	<u>56.194</u>	<u>10,83</u>	<u>1.386</u>
. Paraná	5.630	1,31	8.205	1,63	1.457	6.000	1,32	9.600	1,85	1.600
. Rio Grande do Sul	7.641	1,78	7.057	1,40	924	7.633	1,67	7.638	1,47	1.001
. Santa Catarina	25.722	5,98	38.458	7,63	1.495	26.916 ⁽²⁾	5,90	38.956 ⁽²⁾	7,51	1.447 ⁽²⁾
BRASIL	<u>429.838</u>	<u>100,00</u>	<u>504.216</u>	<u>100,00</u>	<u>1.173</u>	<u>455.937</u>	<u>100,00</u>	<u>518.862</u>	<u>100,00</u>	<u>1.138</u>

FONTE: Fundação IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Estimativas da Fundação IBGE-out/87.

(2) Levantamento Sistemático da Produção - Fundação IBGE-nov/87.

Em Santa Catarina, a exploração da cultura da banana se caracteriza pela utilização de cultivares do tipo Caturra, Nânica e Nanicão na região norte do estado. Na região sul, as culturas mais usadas são a Enxerto e Branca de Santa Catarina (60%), componentes do tipo Prata, havendo atualmente um crescimento na utilização do tipo Nanicão (40%), pela sua maior resistência ao mal-de-panamá e ao tombamento do caule.

O crescimento da área cultivada com banana, a partir da safra 1980/81, deve-se à melhoria dos preços a nível de produtor, à introdução de variedades mais produtivas e resistentes às doenças e à utilização mais intensiva de tecnologias. Os dados de produção da Fundação IBGE para 1987 (estimativa de novem-

bro 87), prevêem uma produção de 331.126 t, superior em 4.233 t à de 1986, acréscimo esse devido somente ao aumento da área colhida.

A produção de banana, em Santa Catarina, concentra-se junto à MRH Colonial de Joinville, com 47,06% da produção estadual, sendo o município de Corupá o principal produtor. Segue na segunda posição a MRH Colonial Sul Catarinense, com 17,35% da produção, liderada pelo município de Jacinto Machado. Aparecem em seguida, pela ordem de importância, a MRH Carbonífera, com 8,79% e a MRH Colonial de Blumenau, com 8,58%. Os restantes 18,22% da produção acham-se distribuídos pelas demais MRH do estado. (mapa 1).

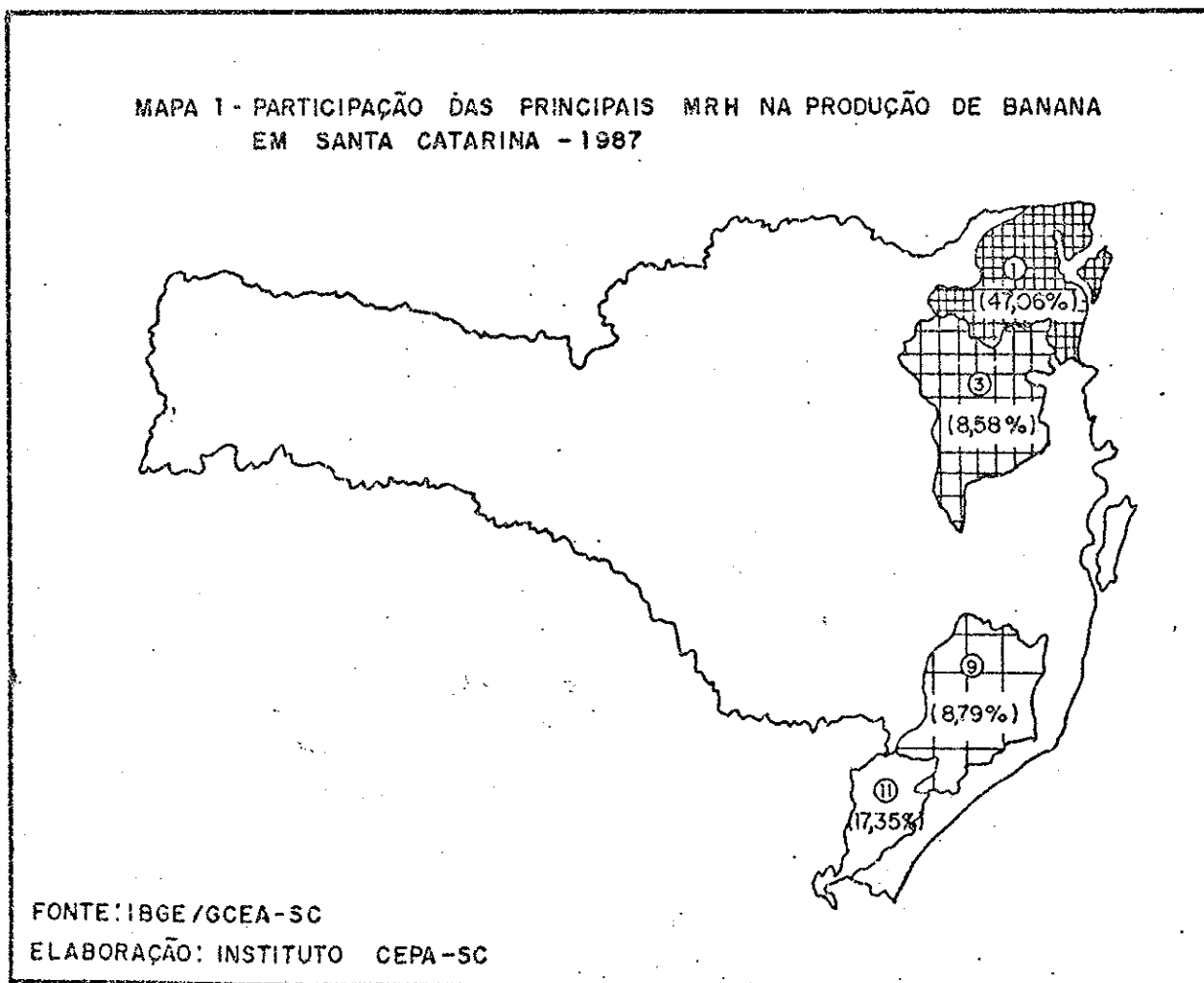


TABELA 4

BANANA - ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO DA CULTURA EM SANTA CATARINA - 1976-88

ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA		RENDIMENTO	
		Mil cachos	Toneladas	Cachos/ha	kg/ha
1976	10.598	16.957	144.134	1.600	13.600
1977	14.998	20.509	174.326	1.367	11.623
1978	17.134	23.759	201.951	1.387	11.787
1979	16.759	22.907	194.709	1.367	11.618
1980	20.514	29.192	248.132	1.423	12.096
1981	19.441	30.179	256.522	1.552	13.195
1982	21.535	30.453	258.851	1.414	12.020
1983	19.993	28.977	246.305	1.449	12.320
1984	23.747	34.724	295.154	1.462	12.429
1985	25.044	37.085	315.223	1.481	12.587
1986	25.722	38.458	326.893	1.495	12.709
1987 ⁽¹⁾	26.916	38.956	331.126	1.447	12.302
1988 ⁽²⁾	27.000	40.500	344.250	1.500	12.750

FONTE: Fundação IBGE.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Estimativa da Fundação IBGE-novembro/87.

(2) Estimativa do Instituto CEPA/SC.

Em 1987, o inverno intenso e chuvoso, que se prolongou até outubro, acarretando pouca luminosidade para a cultura, e o granizo influíram negativamente na produtividade e qualidade do produto, o que não ocorreu em 1986, que foi um ano normal, sem problemas que pudessem afetar a produção e o rendimento da cultura.

3. COMERCIALIZAÇÃO E ABASTECIMENTO

O comércio internacional ocorre através de uma competição oligopólica, especificamente entre as empresas multinacionais United Brands, Stanford Fruit e Del Monte, responsáveis por aproximadamente 70% do valor total, e por 89% do sistema de comercialização e distribuição.

A América Latina é responsável por 81,9% da exportação mundial da banana, seguida pelo Continente Asiático, com 14,3% e o Africano, com 3,1% (tabela 5).

TABELA 5

BANANA - EXPORTAÇÃO MUNDIAL, A NÍVEL DE REGIÃO, QUANTIDADES E PERCENTUAIS DE PARTICIPAÇÃO - 1983-85

REGIÃO	EXPORTAÇÃO MUNDIAL					
	1983		1984		1985	
	Qtidade (1.000 t)	Partic. (%)	Qtidade (1.000 t)	Partic. (%)	Qtidade (1.000 t)	Partic. (%)
América Latina	5.268	83,1	5.735	81,9	5.690	81,9
Ásia	835	13,2	997	14,2	992	14,3
África	193	3,0	216	3,1	221	3,1
Europa	35	0,6	47	0,7	39	0,6
Oceania	3	0,1	4	0,1	5	0,6
T O T A L	6.334	100,0	6.999	100,0	6.947	100,0

FONTE: FAO - Anuário FAO de Comércio - 1985.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Esta cultura representa excelente fonte de divisas para diversos países, tais como Equador, Honduras, Costa Rica, Filipinas, Colômbia, Panamá, Guatemala, China, Brasil e Jamaica, os quais, em conjunto, exportam 5.752.00 t, representando aproximadamente 83% da produção colocada no mercado internacional (tabela 6).

TABELA 6

BANANA - PRINCIPAIS PAÍSES EXPORTADORES E TOTAL MUNDIAL - QUANTIDADE E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL - 1983-85

PAÍS	1983		1984		1985	
	Quantidade (1.000 t)	Participação (%)	Quantidade (1.000 t)	Participação (%)	Quantidade (1.000 t)	Participação (%)
Equador	910	14,40	906	12,90	1.074	15,50
Honduras	714	11,30	830	11,90	920	13,20
Costa Rica	1.033	16,30	1.030	14,70	882	12,70
Filipinas	644	10,20	860	11,40	789	11,30
Colômbia	787	12,40	1.030	14,70	786	11,30
Panamá	652	10,30	655	9,40	686	9,80
Guatemala	316	5,00	324	4,60	380	5,50
China	121	1,90	127	1,80	135	1,90
Brasil	89	1,40	103	1,50	100	1,40
Jamaica	23	0,40	11	0,20	13	0,20
Outros	1.046	16,40	1.183	16,90	1.194	17,20
TOTAL MUNDIAL	6.335	100,00	6.999	100,00	6.946	100,00

FONTE: FAO - Anuário FAO de Comércio - 1985.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Em 1985, segundo dados disponíveis, houve um acréscimo na importação mundial, em relação a 1984, da ordem de 490.000 t (tabela 7).

TABELA 7

BANANA - QUANTIDADES MUNDIAIS IMPORTADAS, POR PAÍS - 1980-85

PAÍS	IMPORTAÇÃO (1.000 t)					
	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Estados Unidos	2.423	2.534	2.665	2.458	2.665	3.067
Japão	726	708	758	576	682	680
Alemanha Ocidental	534	523	506	459	549	589
França	446	462	463	441	443	426
Itália	279	249	324	321	315	358
Grã-Bretanha	323	332	328	307	309	324
Canadá	246	260	269	250	278	285
Holanda	114	109	98	93	95	114
Argentina	195	183	101	73	90	91
Suécia	70	72	72	67	78	87
Arábia Sudita	135	138	146	148	126	85
Áustria	77	76	77	70	78	84
Outros Países	1.108	1.106	959	870	889	897
TOTAL MUNDIAL	6.676	6.752	6.766	6.066	6.597	7.087

FONTE: FAO - Anuário FAO de Comércio - 1985.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

O Brasil destaca-se, a nível mundial, como o maior produtor; no entanto, sua participação no mercado mundial, em 1985, segundo dados da FAO, foi de apenas 1,44% (100.000 t).

Essa baixa participação é justificada, segundo especialistas, devido a vários fatores, tais como:

- negligência dos agricultores nos tratamentos culturais e fitossanitários;
- descuidos com o manejo do produto na colheita e pós-colheita;
- inadequada infra-estrutura de comercialização;
- reduzida participação dos bananicultores em associações de classe e cooperativas;
- inobservância da legislação sobre padronização e classificação da fruta, assim como ausência de um eficiente esquema de fiscalização das exportações, o que possibilita o envio de frutas impróprias para concorrer com a excelente qualidade e apresentação dos demais países produtores, principalmente da banana equatorial;

- falta de regularidade nos embarques, permitindo ao Equador se fazer presente no mercado latino, disputando-o com o Brasil.

A cultura da banana em Santa Catarina, em 1986, apresentou um valor bruto de produção de Cz\$ 367 milhões (a preços de dezembro de 1986), participando com 1,14% do valor bruto da produção do setor primário de Santa Catarina e aparecendo em segunda posição no item frutas, perdendo apenas para a maçã. Sua contribuição no VBP da lavoura foi maior que a soma da participação das culturas do tomate e do trigo.

Quanto ao consumo da banana, cerca de 8,3% da quantidade produzida é consumida na propriedade; 8,2% é vendida diretamente ao consumidor; 73,9% é entregue a intermediários e 9,41% é destinada às indústrias.

A produção da cultivar Nanicão no norte do estado destina-se, em sua maior parte, ao estado do Paraná (39,8%), ao Rio Grande do Sul (28,2%), ao consumo no próprio estado (28,4%) e é exportada para o Uruguai e a Argentina (2,1%).

A produção oriunda do sul catarinense, também da mesma variedade, destina-se principalmente ao mercado do Rio Grande do Sul (90%) e Curitiba (10%), enquanto as bananas das cultivares Enxerto e Branca de Santa Catarina, aos mercados de São Paulo (89,06%), Rio de Janeiro (5,44%), Santa Catarina (3,20%) e Paraná-Curitiba (1,36%).

Devem ser mencionados alguns fatores importantes que ainda interferem diretamente no processo produtivo e na comercialização da banana:

- a desorganização do produtor catarinense e, como consequência, da produção, implicando a má qualidade do produto colocado no mercado, não mostrando condições de competitividade com a banana oriunda de outros estados brasileiros, principalmente de São Paulo;

- a má condução e manejo dos bananais;

- a incidência de doenças nos bananais, como o mal-de-sigatoka e

o mal-do-panamá, atacando as folhas, reduzindo a área fotossintética e, conseqüentemente, baixando a produtividade e a qualidade da produção;

- a alta incidência de pragas: moleque, soneca ou broca que atacam os rizomas; encontram-se, ainda, nos bananais, os nematóides, provocando o tombamento das plantas com o cacho, atacando, além das folhas, as raízes, diminuindo, em conseqüência, a resistência ao peso e aos ventos;

- a falta de uma melhor organização da estrutura de comercialização junto aos centros consumidores que possibilite a chegada do produto até as zonas de consumo do interior do estado, dificultando, desta forma, a entrada do produto oriundo dos estados vizinhos;

- a inexistência de uma maior agressividade junto ao mercado interestadual, que deveria ser efetuada através da montagem de uma eficiente estrutura de transporte e embalagem, fazendo com que o produto chegue ao local de destino em tempo hábil, facilitando uma melhor comercialização;

- a necessidade de aumentar e agilizar as pesquisas de variedades quanto à condução e manejo dos bananais, a fim de proporcionar maior oferta do produto na época de entressafra (agosto, setembro e outubro), pois o pique ocorre durante os meses de janeiro, fevereiro e março, época de muito calor e umidade, com maior incidência de pragas e doenças; coincide, também, com a safra de frutas como maçã, pera, abacaxi e outras, e, como conseqüência, há um menor consumo de banana, fazendo os preços declinarem;

- a falta de uma política de real estímulo à bananicultura no estado, embora seja uma cultura de grande alcance social.

A tabela 8 apresenta a comercialização da banana através da CEASA/SC no período de 1985 a 1987.

TABELA 8

BANANA - QUANTIDADE MENSAL COMERCIALIZADA NA CEASA/SC - 1985-87

(tonelada)

MÊS	1985			1986			1987		
	Prata	Caturra	Total	Prata	Caturra	Total	Prata	Caturra	Total
Janeiro	91,58	142,90	234,48	187,35	223,44	410,79	168,56	204,87	373,43
Fevereiro	81,74	279,33	361,07	162,03	260,62	422,65	204,86	166,78	371,64
Março	156,97	239,22	396,19	213,44	165,68	379,12	167,49	172,31	339,80
Abril	184,87	282,14	467,01	164,97	133,32	298,29	177,55	114,59	292,14
Mai	148,41	232,18	380,59	165,74	102,90	268,64	226,13	164,60	390,73
Junho	122,62	250,53	373,15	188,74	98,27	287,01	127,13	175,32	302,45
Julho	144,11	237,25	381,36	148,42	91,50	239,92	130,80	198,70	329,50
Agosto	143,44	250,38	393,82	177,50	105,26	282,76	122,66	234,64	357,30
Setembro	171,73	240,90	412,63	198,35	129,62	327,97	118,51	260,18	378,69
Outubro	195,80	198,81	394,61	182,25	109,30	291,55	112,38	240,74	353,12
Novembro	206,80	179,02	385,82	220,44	133,02	353,46	233,86	206,91	440,77
Dezembro	171,90	194,95	366,85	190,41	128,70	319,11	190,00	210,00	400,00
TOTAL	1.819,97	2.727,61	4.547,58	2.199,64	1.681,18	3.880,82	1.979,93	2.349,64	4.329,57

FONTE: CEASA/SC - Análise Conjuntural - 1985-87 (mensal).

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Cabe salientar que da banana consumida na Grande Florianópolis, apenas uma parcela passa pela CEASA/SC, sendo que um volume expressivo é comercializado no mercado paralelo - diretamente do produtor ou atacadista de origem para o varejista (quitandas, feiras e outros).

Os preços da banana, a nível de atacado e varejo (tabela 9 e 10), verificados no período de 1985 a 1987, praticados na CEASA/SC, quando corrigidos a preços médios de novembro/87 apresentaram os seguintes índices de crescimento:

ANO	ATACADO		VAREJO	
	Branca	Caturra	Branca	Caturra
1985	100	100	100	100
1986	102	111	99	119
1987	122	125	112	126

TABELA 9

BANANA - PREÇOS MÉDIOS MENSIS CORRENTES A NÍVEL DE ATACADO E VAREJO, CONSTATADOS NA CEASA/SC -- 1985-87
(Cz\$)

MÊS	1985				1986 ⁽¹⁾				1987 ⁽¹⁾			
	Atacado		Varejo		Atacado		Varejo		Atacado		Varejo	
	Prata	Caturra	Prata	Caturra	Prata	Caturra	Prata	Caturra	Prata	Caturra	Prata	Caturra
Janeiro	638	489	728	552	2,01	1,15	2,01	1,22	3,13	2,56	3,70	3,00
Fevereiro	770	507	1.014	594	1,92	1,09	2,23	1,63	3,39	2,50	4,62	3,90
Março	740	424	974	560	1,83	1,09	1,89	1,66	3,72	2,91	4,58	3,60
Abril	601	405	887	509	1,87	1,28	1,93	1,50	4,09	3,24	5,41	...
Mai	668	454	773	540	1,86	1,38	1,94	1,74	7,37	3,94	7,20	4,00
Junho	661	486	815	557	1,97	1,39	2,27	...	7,31	4,39	6,98	4,77
Julho	760	550	901	612	2,03	1,64	2,55	2,08	10,60	6,99	10,80	7,57
Agosto	894	623	1.000	751	2,10	1,60	2,50	2,00	11,63	7,91	11,64	9,00
Setembro	958	661	981	774	2,22	1,99	2,48	2,40	11,38	7,79	12,00	8,84
Outubro	965	830	1.000	893	2,67	2,62	3,14	3,20	11,55	9,88	12,55	11,20
Novembro	1.027	952	1.043	1.068	2,73	2,65	3,32	3,25	14,22	13,20	14,22	15,00
Dezembro	1.188	963	1.200	1.071	2,68	2,60	3,36	2,83	12,50	11,00	13,00	12,65

FONTE: CEASA/SC - Análise Conjuntural - 1985-87 (mensal).

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) em cruzados

TABELA 10

BANANA - PREÇOS MÉDIOS MENSIS DE NOV/87^(*) A NÍVEL DE ATACADO E VAREJO, CONSTATADOS NA CEASA/SC
- 1985-87

MÊS	1985				1986				1987			
	Atacado		Varejo		Atacado		Varejo		Atacado		Varejo	
	Prata	Caturra	Prata	Caturra	Prata	Caturra	Prata	Caturra	Prata	Caturra	Prata	Caturra
Janeiro	13,94	10,69	15,91	12,06	12,54	7,17	12,54	7,61	12,44	10,17	14,70	11,92
Fevereiro	15,28	10,06	20,12	11,78	9,78	5,55	11,36	8,31	11,80	8,70	16,09	13,58
Março	13,03	7,46	17,14	9,86	9,41	5,60	9,71	8,53	11,26	8,81	13,87	10,90
Abril	9,87	6,65	14,56	8,36	9,67	6,62	9,98	7,76	10,31	8,17	13,64	...
Mai	10,17	6,92	11,77	8,23	9,59	7,11	10,00	8,97	14,57	7,79	14,23	7,91
Junho	9,34	6,86	11,51	7,87	10,10	7,13	11,64	...	11,48	6,89	10,96	7,49
Julho	9,86	7,13	11,68	7,94	10,34	8,35	12,99	10,60	15,22	10,04	15,51	10,87
Agosto	10,17	7,09	11,38	8,54	10,56	8,04	12,57	10,05	15,98	10,87	16,00	12,37
Setembro	9,99	6,89	10,23	8,07	11,04	9,90	12,33	11,94	14,48	9,91	15,27	11,25
Outubro	9,22	7,93	9,56	8,54	13,10	12,85	15,40	15,70	13,22	11,31	14,37	12,82
Novembro	8,54	7,92	8,67	8,88	13,07	12,69	15,90	15,56	14,22	13,20	14,22	15,00
Dezembro	8,73	7,07	8,81	7,87	11,93	11,57	14,96	12,60	10,96	9,65	10,40	11,10

FONTE: CEASA/SC - Análise Conjuntural 1985-87 (mensal).

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC, FGV.

(*) Utilizou-se o IGP-DI - Col. 2 - Revista Econômica da FGV.

Fica demonstrado, portanto, que, à exceção do preço de varejo da banana Branca em 1986, os demais, tanto em 86 como 87, em relação a 85, tiveram um índice de crescimento superior à inflação.

De maneira geral, o comportamento dos preços pagos ao produtor, conforme informações de técnicos das regiões produtoras, em termos de preços nominais, teve um crescimento em 1987, em relação a 1986, mas, em termos de preços reais, o seu índice de crescimento foi inferior ao da inflação.

4. PERSPECTIVAS PARA A PRÓXIMA SAFRA

Segundo informações de técnicos ligados à área, o percentual de produtores de banana no estado que têm suas lavouras tecnificadas aumentou de 10% em 1986 para aproximadamente 18% em 1987. Alguns deles chegaram a obter neste ano um rendimento médio de 35 a 40 t/ha, contra uma média estadual em torno de 12 t/ha; isto induz a acreditar num crescente aumento da produção dessa cultura nas próximas safras.

A previsão para 1988 é de uma produção de 344.250 t numa área a ser colhida de 27.000 ha, com um rendimento médio de 12.750 kg/ha (tabela 4).

Há perspectivas de instalação de uma indústria de purê de banana na região sul do estado, cuja capacidade a ser instalada deverá ser de 40 t por jornada diária de trabalho de 16 horas, na primeira fase.

Além disso, existem estudos de comercialização da banana Nanicão para o Uruguai.

Este conjunto de fatores, se concretizado, poderá acarretar uma expansão da cultura da banana nas microrregiões homogêneas Colonial Sul Catarinense e Carbonífera.

Por outro lado, na região norte (MRH Colonial de Joinville e Colonial de Blumenau), a persistirem os altos custos dos insumos e a defasagem dos preços pagos aos bananicultores, a tendência é manter-se estável a produção, podendo até diminuir a produtividade em função da diminuição do uso de tecnificação das lavouras.

3.4. BATATA

1. CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE

Dentre os diversos cultivos hortícolas, a bataticultura se distingue, a nível mundial, como a mais importante em termos de volume produzido.

É cultivada em praticamente todo o globo, com destaque para os países asiáticos e europeus, que respondem por mais de 85% da produção mundial.

Na América Latina, segundo dados da FAO de 1985, os principais produtores têm sido a Colômbia, a Argentina e o Brasil, este último ocupando entre a 18ª e 21ª posição entre os maiores ofertantes mundiais do tubérculo.

A cultura é praticada, a nível nacional, em todos os estados brasileiros, sobressaindo-se, no entanto, como mais expressivos, os pertencentes à Região Sul e Sudeste do país, os quais, juntos, têm respondido por mais de 95% da área implantada e da produção bruta obtida nos últimos anos.

"A produção nacional desenvolve uma tendência à intensificação, com moderada redução espacial e aumento da resposta da área plantada, o que tem resultado num leve crescimento da produção de batatas. Provavelmente a bataticultura tem resistido à competição de culturas agrícolas mais rentáveis e à valorização da terra, utilizando tecnologias mais adequadas aos novos preços relativos. Não obstante, há casos, como o do Rio Grande do Sul, uma das maiores áreas plantadas do país, onde a retração do espaço cultivado não tem sido compensada com elevação da produtividade média. Cita-se como fator crítico para a aceleração dessa política de produtividade a escassez da oferta de batata-semente, que corresponde ao desenvolvimento de genótipos de alto potencial produtivo para as diversas condições ambientais

verificadas no Brasil"(1).

A exemplo de outros cultivos hortícolas de importância nacional, também a batata foi contemplada pelo Ministério da Agricultura com um Programa Nacional de Produção e Abastecimento, que visa, em última análise, à recuperação e à expansão da bataticultura no país. Através de uma série de medidas e estratégias, pretende-se, a curto prazo, assegurar a auto-suficiência com pleno e regular suprimento das necessidades internas de batata para consumo "in natura" e industrial, garantir a comercialização e a absorção imediata de possíveis excedentes, organizar a produção nacional de batatas-semente com restrição total da importação para fins diversos, permitindo somente a importação controlada de material para multiplicação e reduzir os custos de produção mediante a utilização de novas tecnologias poupadoras de insumos.

A produção nacional de batatas, atualmente por volta de 2.300.000 t, correspondente a 175.000 ha cultivados, encontra-se assim distribuída, conforme as várias safras existentes no país: 60% da produção provém da safra das águas, 30% da safra das secas e somente 10% da safra de inverno.

Este quadro tem sido o grande responsável pelas crises sazonais de oferta, que redundam em sensíveis flutuações de preços, sendo preciso, por conseguinte, desenvolver condições para uma melhor sucessão solidária de safras, assim como um melhor disciplinamento do processo de comercialização do tubérculo.

Esta, aliás, tem sido a grande preocupação do Ministério da Agricultura, tanto que o Plano Nacional de Produção e Abastecimento propõe uma melhor distribuição das várias safras de batata do país.

Em assim sendo, ao projetar para o ano de 1990 uma oferta bruta ao redor de 2.800.000 t, a ser obtida em 240.000 ha, sugere que 21,2% dessa produção seja oriunda da safra das

(1) BRASIL. Ministério da Agricultura. Secretaria Nacional da Produção Agropecuária. Secretaria de Economia da Produção. Coleção estudos básicos para o programa de produção agropecuária. Brasília, 1986. v.3, 113p.

águas, 32,6% da safra das secas e 46,2% da safra de inverno.

"A estrutura agrária predominante na bataticultura nacional revela uma concentração do número de estabelecimentos no estrato de área de até 100 ha, com destaque para a importância dos módulos de até 10 ha, que representam 34% dos estabelecimentos totais e apenas 10,3% da área total. Na ocupação da área cultivada com batatas, predomina o proprietário-empresário (72%), mas é significativa a presença de arrendatários (21%), ocupantes e parceiros, constatando-se maior eficiência técnica (produtividade média da terra) por parte dos não-proprietários" (2).

O estado catarinense vem ocupando, sistematicamente, a 5ª colocação entre os maiores produtores nacionais, com colheitas que têm respondido por 8% a 9% da produção brasileira.

Esta atividade envolve, segundo o Censo Agropecuário de 1980 da Fundação IBGE, cerca de 37.000 pequenos agricultores catarinenses, e se caracteriza pela distribuição das terras, onde 70,4% dos estabelecimentos que cultivam batata estão em áreas de 10 a menos de 100 ha, e 21,3% dos estabelecimentos estão em áreas de menos de um a menos de 10 ha.

É desenvolvida em praticamente todas as microrregiões do estado, e em duas safras bem distintas, ou seja, a safra das águas e a das secas.

A primeira, ou das águas, constitui-se na mais significativa, tanto em área plantada como em regiões que a cultivam. Nessa safra, é possível a implantação de lavouras em todas as microrregiões do estado, sobressaindo-se, todavia, como mais importantes, as dos Campos de Lages, Carbonífera, Colonial Serrana Catarinense, Planalto de Canoinhas, Colonial do Rio do Peixe, Colonial do Oeste Catarinense e Colonial do Alto Itajaí. O plantio dessa safra estende-se de julho a dezembro, sendo que a colheita tem seu início em outubro e prolonga-se até maio do ano seguinte. A produção desse cultivo responde, normalmente, por

(2) Vid nota 1.

75% a 80% do volume total do estado em cada ano agrícola.

A segunda safra, englobando a das secas mais a do inverno, apresenta uma série de limitações quanto à sua área de abrangência, só sendo viável naquelas regiões livres de geadas ou cuja ocorrência se dá em pequena proporção. São importantes regiões desse cultivo as de Florianópolis, Colonial Serrana Catarinense, Carbonífera e Colonial do Alto Itajaí, cuja produção representa em torno de 70% do volume colhido no estado nessa safra. O plantio inicia-se em janeiro e tem seu término no mês de julho, sendo que a colheita se prolonga de abril a outubro.

2. PRODUÇÃO

Segundo o Anuário Estatístico da FAO, a produção mundial de batatas tem oscilado, nos últimos anos, entre 285 e 312 milhões de t do tubérculo. A área implantada, segundo a mesma fonte, está ao redor de 20 milhões de ha e o rendimento médio obtido tem ficado em torno de 15.000 kg/ha.

Na safra 1984/85, por exemplo, última informação disponível, a produção mundial atingiu 299,13 milhões de t, correspondentes a uma área de cultivo de 20,17 milhões de ha. Em relação ao ano precedente, esta produção mostrou-se involuída em 3,91%, redução esta devida especialmente à menor produtividade média obtida, que caiu de 15.277 kg/ha para 14.831 kg/ha.

Os maiores produtores mundiais do tubérculo, naquela safra, bem como nas que a antecederam, foram os países do continente asiático e europeu, ou, mais precisamente, União Soviética, China, Rondônia, Índia e Alemanha Oriental. No continente americano, merecem distinção as produções dos Estados Unidos e do Canadá, conforme pode ser visualizado na tabela a seguir.

TABELA 1

BATATA - PRINCIPAIS PRODUTORES MUNDIAIS - 1982-85

PAÍS	(em 1.000 t)			
	1982	1983	1984	1985
União Soviética	78.185	82.908	85.515	72.000
China	47.030	50.022	48.036	45.528
Polônia	31.951	34.473	37.437	36.546
Estados Unidos	16.109	15.146	16.448	18.331
Índia	9.912	9.956	12.152	12.642
Alemanha Oriental	8.883	7.063	11.908	11.500
Alemanha Ocidental	7.821	6.299	8.050	8.704
Romênia	5.006	6.209	6.391	6.683
Espanha	5.222	5.163	5.950	5.770
Brasil	2.155	1.827	2.171	1.947
TOTAL MUNDIAL	287.326	287.565	311.293	299.132

FONTE: Anuario FAO de Producción, vol. 39, 1985.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

A nível nacional, a bataticultura não tem apresentado ganhos muito significativos nos últimos anos, a não ser pela melhoria da tecnologia empregada e que tem resultado, em anos de clima normal, em progressivos aumentos da produtividade média.

Conforme pode ser observado na tabela 2, a cultura tem mostrado grandes oscilações em suas áreas de cultivo, alternâncias essas decorrentes de entraves que afetam a produção e a comercialização do produto e que redundam, em última análise, em desestímulo à classe produtora.

TABELA 2

BATATA - ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA E RENDIMENTO MÉDIO, SAFRAS DE 1974/75 A 1986/87

SAFRA	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANT. PRODUZIDA (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
1974/75	191.216	1.654.767	8.654
1985/76	199.641	1.897.518	9.505
1976/77	195.767	1.896.311	9.687
1977/78	211.315	1.013.882	9.530
1978/79	204.118	2.154.173	10.554
1979/80	181.084	1.939.537	10.711
1980/81	170.982	1.912.169	11.183
1981/82	182.504	2.154.775	11.807
1982/83	169.070	1.826.579	10.804
1983/84	172.633	2.171.133	12.577
1984/85	155.235	1.946.659	12.540
1985/86 (*)	160.776	1.833.651	11.405
1986/87 (*)	175.452	2.309.295	13.162

FONTE: SNAB - SEPOC/MA e Fundação IBGE/CEPAGRO.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

A safra 1986/87, por exemplo, de acordo com levantamentos efetuados pela Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias, da Fundação IBGE, relativos ao mês de outubro/87, aponta para uma área implantada da ordem de 175.452 ha e apresenta uma expectativa de produção bruta ao redor de 2.309.000 t.

Em relação à safra passada, que, como se recorda, teve sérios problemas de condução, motivados, sobretudo, pela estiagem que assolou o centro-sul do país e cujos reflexos negativos se fizeram sentir de forma mais significativa no primeiro cultivo, os números ora previstos mostram-se superiores em 9,13% e 25,94%, na área de plantio e na produção prevista, respectivamente.

O excepcional desempenho dessa safra, cujos dados de produção a serem oficializados representam a maior colheita já obtida no país, deveu-se, principalmente, às boas condições de clima verificadas durante praticamente todo o ano agrícola, além do ganho na área de plantio, derivado, sobretudo, dos bons preços de mercado durante o ano de 1986.

Desta forma, a primeira safra, ou das águas, mostrou números excepcionalmente favoráveis, ou seja, a área implantada ficou em 99.236 ha e a produção obtida alcançou o significativo volume de 1.350.050 t. Em relação à mesma safra passada, os números ora trabalhados apresentam-se superiores em 5,08% e 47,63%, na área de plantio e no volume colhido, respectivamente.

O segundo cultivo, ou das secas mais o do inverno, também revela aumentos em relação à safra 1985/86. As últimas avaliações da Fundação IBGE/CEPAGRO indicavam uma área a ser plantada de 76.216 ha e uma expectativa de produção ao redor de 959.245 t, valores estes que, se confirmados, serão 14,89% maiores que os do cultivo passado na área implantada e 4,36% na produção obtida.

Os principais responsáveis pela excelente performance da atividade nessa safra foram, novamente, os estados do Paraná, Minas Gerais e São Paulo, que em conjunto deverão contribuir com mais de 1.818.000 t do produto, ou seja, algo em torno de 80% da

oferta bruta estimada.

O estado do Paraná, maior produtor nacional do tubérculo, implantou nessa safra cerca de 50.155 ha da cultura e estima sua produção em 662.129 t.

Por sua vez, os estados de Minas Gerais - 32.995 ha cultivados - e de São Paulo - plantio de 29.000 ha - avaliam as suas colheitas em 604.959 e 551.400 t, respectivamente.

As safras das águas e das secas já foram concluídas, sendo que a do inverno - nos estados em que o clima permite esse tipo de cultivo - tem suas atividades concentradas na colheita do produto.

Considerando-se os cultivos das águas, das secas e do inverno, os últimos levantamentos oficiais apontam, para a safra 1986/87, os seguintes valores para os principais estados produtores.

TABELA 3

BATATA - ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO, SEGUNDO OS ESTADOS E O BRASIL - SAFRA 1986/87 (1)

ESTADO PRODUTOR	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
Paraná	50.155	662.129	13.202
Minas Gerais	32.995	604.959	18.335
São Paulo	29.000	551.400	19.014
Rio Grande do Sul	39.396	274.329	6.963
Santa Catarina	20.491	181.292	8.847
Outros	3.415	35.186	10.303
TOTAL DO BRASIL	175.452	2.309.295	13.162

FONTE: Fundação IBGE/CEPAGRO.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Dados sujeitos a confirmação.

Em termos de Santa Catarina, a produção do último ano agrícola também acusou valores substancialmente expressivos.

De acordo com recentes informes da Fundação

IBGE-GCEA/SC, a colheita dessa safra alcançou o significativo volume de 181.292 t de batatas, correspondentes a 20.491 ha implantados. O rendimento médio obtido ficou em 8.847 kg/ha.

A oficialização desses dados de produção representou um incremento de 36,49% sobre os dados da safra precedente e caracterizou a colheita como a mais expressiva já alcançada em Santa Catarina.

A exemplo dos demais estados produtores, o excelente desempenho da bataticultura nessa safra decorreu, principalmente, das boas condições de clima verificadas durante praticamente todo o ciclo vegetativo da cultura.

TABELA 4

BATATA - ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1975/76 A 1986/87

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1975/76	17.984	141.065	7.844
1976/77	15.964	128.886	8.074
1977/78	16.555	115.977	7.006
1978/79	19.903	172.617	8.673
1979/80	20.114	142.876	7.103
1980/81	18.313	151.936	8.297
1981/82	19.064	160.819	8.436
1982/83	17.132	118.494	6.917
1983/84	17.141	160.692	9.320
1984/85	17.314	161.900	9.251
1985/86	17.583	132.828	7.554
1986/87	20.491	181.292	8.847

FONTE: Fundação IBGE/GCEA/SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

No primeiro cultivo, ou das águas, a área de plantio ficou em 14.662 ha, tendo a produção bruta atingido 136.313 t. O incremento verificado em relação aos valores de mesmo cultivo do ano anterior foi de 4,6% e 35,0%, no total de hectares plantados e na produção obtida, respectivamente.

A segunda safra, que reúne os cultivos das secas e de inverno, também mostrou números superiores aos da safra 1985/86. De acordo com o Grupo de Coordenação das Estatísticas Agropecuárias da Fundação IBGE, essa safra apresentou, como dados finais, um plantio de 5.629 ha e uma produção de 44.979 t. Em relação à safra de 1986, esses valores mostram-se superiores em 62,91% na área cultivada e em 41,16% no total da produção colhida.

A distribuição da área implantada e da produção obtida por microrregião produtora, em Santa Catarina, considerando-se os cultivos das águas, das secas e do inverno, nos dois últimos anos agrícolas, é mostrada na tabela 5.

TABELA 5

BATATA - ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO OBTIDA, POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA DE SANTA CATARINA - SAFRAS 1985/86 E 1986/87

MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA	ÁREA PLANTADA (ha)		PRODUÇÃO OBTIDA (t)	
	1985/86	1986/87	1985/86	1986/87
Col. de Joinville	15	243	180	2.118
Lit. de Itajaí	10	-	120	-
Col. de Blumenau	256	295	1.460	1.730
Col. Itajaí do Norte	255	270	2.160	2.287
Col. Alto Itajaí	2.015	3.120	13.116	20.250
Florianópolis	466	623	4.633	7.069
Col. Serrana Catar.	2.135	2.318	14.957	21.522
Litoral de Laguna	5	10	35	79
Carbonífera	2.825	4.257	25.688	44.307
Lit. Sul Catarinense	18	34	207	460
Col. Sul Catarinense	132	180	1.420	1.600
Campos de Lages	2.380	2.700	18.752	20.768
Campos de Curitibanos	695	715	5.633	6.675
Col. Rio do Peixe	1.970	2.026	13.184	18.234
Col. Oeste Catar.	2.401	1.855	16.402	17.023
Planalto Canoinhas	2.005	1.845	14.881	17.170
TOTAL DO ESTADO	17.583	20.491	132.818	181.292

FONTE: Fundação IBGE/GCEA/SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

3. COMERCIALIZAÇÃO E ABASTECIMENTO

A comercialização do tubérculo, a nível mundial, registra valores insignificantes em relação ao volume produzido, girando, segundo dados da FAO, entre 4,5 e 5,5 milhões de t, ou seja, apenas 1% a 2% da oferta global.

O maior comprador mundial, em 1985, foi a Alemanha Ocidental, com um volume de importação da ordem de 975.825 t, ou o equivalente a 18,76% da comercialização internacional. Destacaram-se ainda, como grandes importadores, nesse mesmo ano, os Países Baixos (14,95%), a Itália (11,70%), a Bélgica (7,08%), a França (6,24%), a Argélia (6,19%), o Reino Unido (5,94%), os Estados Unidos (3,54%) e o Canadá (2,80%).

As compras brasileiras, naquele ano, representaram apenas 0,07% do total mundial, e restringiram-se à importação de batata-semente, originária, principalmente, da Alemanha Ocidental, Holanda e Suécia.

No tocante às exportações, destacaram-se como maiores ofertantes os Países Baixos (31,89% da comercialização em 1985), a Alemanha Ocidental (11,51%), a França (10,19%), a Bélgica (6,63%), a Itália (6,16%) e o Reino Unido (3,12%).

TABELA 6
BATATA - QUANTIDADES E VALORES DAS IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES MUNDIAIS E
BRASILEIRAS - 1983-85

ESPECIFICAÇÃO	BRASIL			MUNDO		
	1983	1984	1985	1983	1984	1985
Quantidade Importada (t)	5.795	5.395	3.513	4.758.253	4.770.867	5.202.159
Valor das Importações (US\$ 1.000)	4.149	3.877	1.784	901.240	1.108.843	762.877
Quantidade Exportada (t)	-	-	-	4.779.465	4.721.958	5.115.219
Valor das Exportações (US\$ 1.000)	-	-	-	804.031	993.244	638.006

FONTE: Anuário FAO de Comércio, vol. 39, 1985.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

No mercado interno, a comercialização do tubérculo durante o ano de 1987 esteve aquém das expectativas.

Motivados pela decretação das Medidas de Estabilidade

Econômica em 1986, que redundaram em aumento significativo da demanda da maioria dos produtos e geraram lucros substanciais aos produtores, os bataticultores nacionais voltaram a reinvestir na atividade. Assim, a grande maioria dos estados produtores acusou incremento em suas áreas de cultivo. Este incremento, devido às boas condições de clima verificadas durante as fases críticas de desenvolvimento da cultura, resultou em aumento da produção em quase todos os grandes estados produtores.

Como decorrência, e acrescido, ainda, de significativa redução havida na demanda, derivada sobretudo da perda constante do poder de compra da população brasileira, o mercado do produto no período em questão, com raras exceções, operou fraco e com preços muitas vezes inferiores aos custos de produção da cultura.

Apenas nos meses de maio e junho verificou-se um certo aquecimento das cotações, devido a problemas de clima em alguns estados e a um suposto período de entressafra, haja vista o término da safra das águas e o início da colheita da safra das secas.

No restante do período, contudo, conforme já frisado, o mercado, de uma forma geral, operou com excesso de oferta e preços relativamente baixos.

No tocante ao comércio estadual, o quadro do abastecimento foi, de certa forma, semelhante ao constatado nos demais centros consumidores do país. Entretanto, face a certas características próprias da atividade e do estado, entre as quais a melhor distribuição das diferentes safras no ano, os microclimas existentes, a diversificação dos cultivos e o relativo menor custo de produção da cultura, os problemas de comercialização constatados internamente foram, em alguma medida, minimizados e não chegaram a causar maiores transtornos aos agricultores.

Numa análise geral, entretanto, é possível afirmar que, se por um lado o produtor não chegou a acumular prejuízos, por outro, a atividade também não lhe conferiu lucros a ponto de considerar a bataticultura uma boa alternativa agrícola.

Embora a produção bruta estadual tenha sido superior à demanda interna (120.000 t/ano), o estado catarinense mais uma vez necessitou efetuar importações de outros estados a fim de suprir com regularidade suas necessidades de consumo. Isto se deve à concentração que se verifica normalmente no plantio das águas (65,75%), à oportunidade de compra do tubérculo por parte dos atacadistas locais (a preços mais competitivos em outras praças) e à prática comum dos intermediários de completarem suas cargas de frutas com hortaliças, entre as quais a batata.

Em assim sendo, foram efetuadas aquisições do tubérculo em praticamente todos os meses do ano, em volumes que se alternaram de acordo com a disponibilidade interna.

Conforme informações fornecidas pela Central de Abastecimento do Estado de Santa Catarina-CEASA/SC, o volume de produto oriundo de outros estados representou cerca de 45,5% da movimentação verificada naquele mercado atacadista em 1987, ou seja, foram importadas 5.512,13 t de uma oferta total da ordem de 12.097,46 t do tubérculo.

O principal fornecedor foi o estado do Paraná (5.241,11 t), sendo que a oferta interna constituiu-se principalmente de produto oriundo de municípios que compõem as microrregiões dos Campos de Lages, Carbonífera, Colonial Serrana Catarinense e Florianópolis.

Na tabela a seguir, mostram-se os volumes ofertados durante o ano de 1987 na CEASA/SC, assim como os preços médios de comercialização a nível de produtor, atacado e varejo nos anos de 1986 e 1987.

O estado catarinense, por outro lado, também enviou produto à comercialização em outras praças, tendo em vista o excesso de oferta em determinados períodos e a oportunidade de preços mais atrativos.

TABELA 7

BATATA - QUANTIDADE COMERCIALIZADA NA CEASA/SC EM 1987 E PREÇOS MÉDIOS NOMINAIS OBTIDOS, POR MÊS, 1986-87

MÊS	QUANTIDADE (t) 1987	PREÇOS MÉDIOS NOMINAIS - (Cz\$/kg)					
		PRODUTOR (1)		ATAÇADO (2)		VAREJO (2)	
		1986	1987	1986	1987	1986	1987
Jan	1.119,94	1,80	3,80	2,19	4,47	2,60	5,74
Fev	1.152,86	3,00	3,60	3,62	4,32	4,36	6,08
Mar	1.010,59	3,20	3,80	4,14	4,38	4,81	5,43
Abr	933,31	3,50	4,40	4,65	5,12	5,18	6,67
Mai	1.042,79	3,50	7,85	5,08	9,23	5,79	10,77
Jun	1.194,25	3,50	7,00	4,36	8,69	4,82	9,49
Jul	860,10	4,50	6,50	5,31	8,52	5,59	9,45
Ago	899,62	5,60	6,00	7,02	8,15	7,55	9,63
Set	993,47	5,60	5,60	6,55	7,70	7,72	8,61
Out	866,92	6,40	5,60	7,46	7,88	8,26	8,88
Nov	1.024,33	5,20	5,30	6,67	7,41	7,85	8,69
Dez	999,28	4,00	4,00	5,09	5,83	6,50	6,65

FONTE: CEASA/SC e Instituto CEPA/SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Preços coletados pelo Instituto CEPA/SC nas várias regiões produtoras.

(2) Preços médios ponderados.

Desta forma, segundo dados do Grupo de Acompanhamento de Hortigranjeiros da Companhia Brasileira de Alimentos, COBAL, a participação catarinense no suprimento da demanda nacional, considerando-se somente a comercialização das diversas Centrais de Abastecimento do país, alcançou, até o mês de setembro/87, 5.050,0 t de batatas. Os maiores compradores do produto catarinense foram os estados do Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul.

4. PERSPECTIVA PARA A PRÓXIMA SAFRA

Conforme já frisado, a colheita brasileira do último ano agrícola, excepcional em todos os grandes estados produtores, possibilitou, durante praticamente todo o período, oferta

abundante de batatas a preços relativamente baixos em todos os níveis, além de permitir ao mercado operar sem grandes entraves em termos de oferta e demanda do tubérculo.

Esta situação, de um lado salutar e benéfica ao consumidor final, por outro trouxe preocupações, haja vista que os preços recebidos pelos produtores ficaram muito aquém dos custos de produção da cultura.

Em vista do exposto, muitos agricultores retiveram o produto destinado ao consumo, com o objetivo de utilizá-lo como semente no próximo plantio, além do volume de sementes normalmente utilizado, o que permite prognosticar que, também no próximo ano, a bataticultura não será uma boa alternativa agrícola para o produtor rural.

Com efeito, os primeiros levantamentos da Fundação IBGE/CEPAGRO para a Região Centro-Sul, relativos à próxima safra, mostram uma tendência de crescimento da ordem de 3,0% sobre os 99.200 ha cultivados na safra 1986/87, ou, mais precisamente, apresentam uma expectativa de plantio da ordem de 102.000 ha, com os estados do Paraná e do Rio Grande do Sul apresentando a maior taxa de crescimento, ou seja, de 6,9% e 12,33%, respectivamente.

As atividades pertinentes a esta safra encontram-se dentro do previsto. O plantio, em fins de dezembro, achava-se praticamente concluído, sendo que a colheita, já iniciada na maioria dos estados, deverá ter continuidade até o segundo trimestre de 1988.

Em Santa Catarina, os primeiros indicativos para esta safra mostram números semelhantes aos do cultivo passado, ou seja, acusam uma expectativa de plantio de 14.553 ha e uma produção de 141.921 t do tubérculo.

As condições climáticas têm-se mostrado favoráveis à execução das diversas práticas culturais, assim como têm permitido um bom desenvolvimento dos campos implantados.

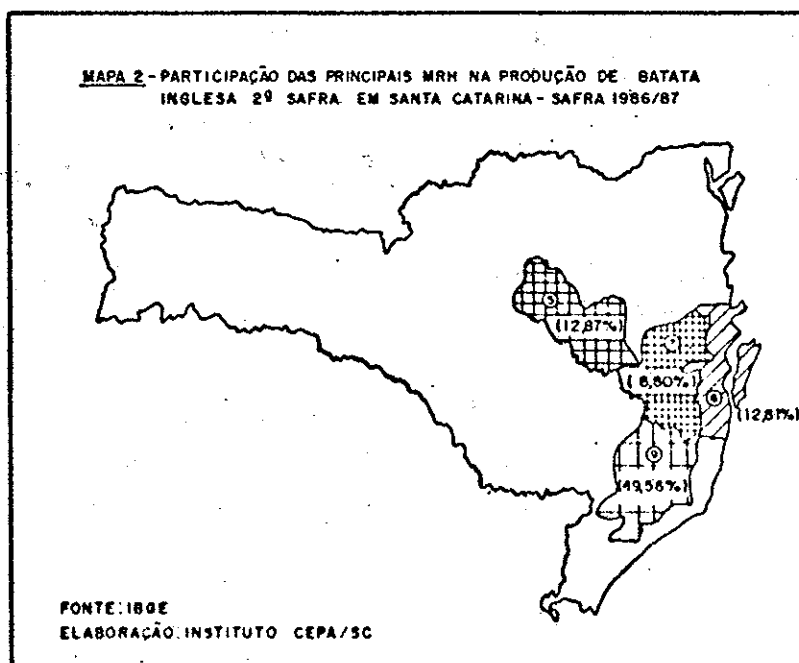
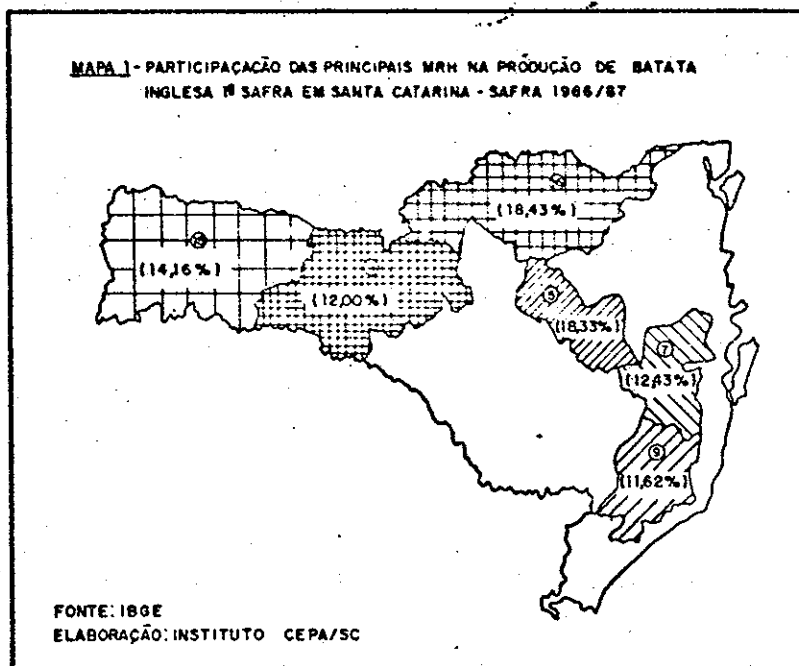
O plantio já foi concluído, sendo que a colheita, ini-

ciada em fins de outubro próximo passado, deverá ter continuidade até o início de maio próximo.

A produtividade média das lavouras já colhidas encontra-se dentro do previsto, ou seja, estão sendo obtidos rendimentos de 9.500 kg/ha.

Os preços praticados a nível de produtor, neste início de colheita, oscilam de Cz\$ 180,00 a Cz\$ 260,00/sc de 50 kg, conforme a qualidade apresentada pelo tubérculo.

O custo de produção da lavoura, segundo dados do Instituto CEPA/SC, em dezembro/87, é da ordem de Cz\$ 510,00/sc de 50 kg.



3.5. CANA-DE-AÇÚCAR

1. CARACTERIZAÇÃO

O Brasil destaca-se, a nível mundial, como o maior país produtor, com uma participação de 26,13%. O estado de Santa Catarina, a nível nacional, ocupa a 17ª posição, com uma participação de 0,46%.

Estima-se que aproximadamente 4.000 famílias se dediquem à exploração de cana-de-açúcar para fins econômicos e que existam no estado, conforme Censo Agropecuário de Santa Catarina, da Fundação IBGE, 1980, 44.177 estabelecimentos que produzem cana-de-açúcar, concentrados nas microrregiões homogêneas Colonial Oeste Catarinense, Colonial de Blumenau, Carbonífera, Colonial do Rio do Peixe, Colonial de Joinville, Colonial do Alto Itajaí, Colonial Serrana Catarinense e a de Florianópolis.

2. PRODUÇÃO

A produção mundial de cana-de-açúcar, em 1985, foi de 940.911.000 t, superior em 3% à de 1984 (912.141.009 t) (tabela 1).

Os principais países produtores são o Brasil, com 245.904.000 t (26,13%), a Índia, com 173.569.000 t (18,45%), Cuba, com 73.000.000 t (7,76%) e a China, com 58.665.000 t (6,23%) (tabela 1).

Em 1987 a produção nacional de cana-de-açúcar foi de 260.714.531 t (segundo estimativa da Fundação IBGE), sendo o estado de São Paulo o maior produtor, com 130.420.000 t, representando 50,02% da produção nacional, seguido pelos estados de Pernambuco (8,72%), Alagoas (8,16%), Minas Gerais (6,80%) e Paraná (5,34%) (tabela 2). A produção de Santa Catarina foi de 1.210.068 t.

TABELA 1
 CANA-DE-AÇÚCAR - PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES E TOTAL DA PRODUÇÃO MUNDIAL,
 QUANTIDADES E PERCENTUAIS DE PARTICIPAÇÃO - 1983-85

PAÍS	1983		1984		1985	
	Quantidade (1.000 t)	Particip. (%)	Quantidade (1.000 t)	Particip. (%)	Quantidade (1.000 t)	Particip. (%)
Brasil	216.037	24,14	222.318	24,38	245.904	26,13
Índia	189.506	21,17	174.076	19,08	173.569	18,45
Cuba	69.700	7,79	75.000	8,22	73.000	7,76
China	38.624	4,32	46.470	5,09	58.665	6,23
México	34.109	3,81	36.500	4,00	37.800	4,02
Paquistão	32.534	3,63	34.287	3,76	32.140	3,42
Austrália	24.191	2,71	25.448	2,79	24.400	2,59
Tailândia	24.407	2,73	23.869	2,62	25.690	2,73
Colômbia	24.200	2,70	23.500	2,58	25.000	2,66
Indonésia	24.470	2,73	23.726	2,60	24.901	2,65
Outros Países	217.272	24,27	226.947	24,88	219.842	23,36
TOTAL MUNDIAL	895.050	100,00	912.141	100,00	940.911	100,00

FONTE: FAO - Anuário FAO de Produção - 1985 (vol 39).

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 2
 CANA-DE-AÇÚCAR - ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE CADA ESTADO
 NO TOTAL DA CULTURA - 1986-87

ESTADO	1986					1987 ⁽¹⁾				
	Área Colhida		Produção Obtida		Rendimento (kg/ha)	Área Destinada a Colheita		Produção Esperada		Rendimento (kg/ha)
	ha	%	Tonelada	%		ha	%	Tonelada	%	
São Paulo	1.680.276	42,59	116.280.842	48,76	69.203	1.727.000	42,46	130.420.000	50,02	75.518
Pernambuco	423.039	10,73	21.349.687	8,95	50.467	430.894	10,59	22.743.871	8,72	52.783
Alagoas	413.137	10,47	21.280.133	8,92	51.509	413.137	10,16	21.280.133	8,16	51.509
Minas Gerais	297.698	7,54	16.800.000	7,04	56.435	310.725	7,64	17.727.203	6,80	57.051
Paraíba	178.077	4,51	10.710.752	4,49	60.147	168.116	4,13	9.812.421	3,76	58.367
Paraná	140.772	3,57	10.514.290	4,41	74.690	174.000	4,28	13.920.000	5,34	80.000
Rio de Janeiro	223.700	5,67	10.356.107	4,34	46.295	227.979	5,60	11.424.070	4,38	50.110
Goiás	103.170	2,61	7.024.100	2,95	68.083	105.100	2,58	7.252.400	2,78	69.005
Mato Grosso do Sul	64.080	1,62	3.983.356	1,67	62.162	67.558	1,66	4.156.284	1,59	61.522
Bahia	85.000	2,15	3.315.000	1,39	39.000	76.227	1,87	3.352.282	1,29	43.978
Rio Grande do Norte	59.552	1,51	2.957.361	1,24	49.660	60.308	1,48	2.992.747	1,16	49.624
Espírito Santo	49.396	1,25	2.887.318	1,21	58.452	51.930	1,28	2.924.934	1,12	56.325
Ceará	57.850	1,47	2.429.894	1,02	42.003	63.324	1,56	2.594.418	0,99	40.971
Mato Grosso	36.997	0,94	2.159.608	0,91	58.373	45.336	1,11	2.814.756	1,08	62.087
Sergipe	32.114	0,81	2.013.100	0,84	62.686	35.706	0,88	2.197.561	0,84	61.546
Maranhão	26.271	0,67	1.273.886	0,53	48.490	29.509	0,73	1.486.136	0,58	50.362
Santa Catarina	23.111	0,59	1.138.726	0,48	49.272	20.222 ⁽²⁾	0,50	1.210.068 ⁽²⁾	0,46	59.839 ⁽²⁾
Rio Grande do Sul	32.471	0,82	1.043.873	0,44	32.148	36.396	0,89	1.098.693	0,42	30.187
Piauí	11.894	0,30	592.534	0,25	49.818	12.207	0,30	617.234	0,24	50.564
Pará	4.844	0,12	271.523	0,11	56.053	9.215	0,23	539.073	0,21	58.500
Amazonas	1.233	0,03	60.797	0,03	49.308	1.198	0,03	72.015	0,03	60.113
Outros Estados	1.216	0,03	49.856	0,02	41.000	1.628	0,04	78.232	0,03	48.054
BRASIL	3.945.898	100,00	236.493.386	100,00	60.441	4.067.715	100,00	260.714.531	100,00	64.094

FONTE: Fundação IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Estimativas da Fundação IBGE, outubro/87.

(2) Dados de Produção Obtida e Área Colhida Conforme Fundação IBGE, em Nov/87.

As principais microrregiões homogêneas produtoras de cana-de-açúcar são as do Litoral de Itajaí, Florianópolis, Serrana Catarinense, Colonial Oeste Catarinense e Colonial de Joinville (tabela 3 e mapa 1).

TABELA 3

CANA-DE-AÇÚCAR - ÁREA PLANTADA E COLHIDA, RENDIMENTO MÉDIO OBTIDO E PRODUÇÃO OBTIDA, POR MRH DE SC - SAFRAS 1985/86 E 1986/87

MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA	SAFRA - 1985/86				SAFRA - 1986/87			
	Área Plantada (Ex. em 31/12/85) (ha)	Área Colhida (ha)	Rend. Médio Obtido (kg/ha)	Produção Obtida (t)	Área Plantada (Ex. em 31/12/85) (ha)	Área Colhida (ha)	Rend. Médio Obtido (kg/ha)	Produção Obtida (t)
Colonial de Joinville	2.330	2.330	44.356	103.350	750 ⁽¹⁾	750	43.387	40.650
Litoral de Itajaí	4.655	4.655	69.130	321.800	4.613	5.393	69.488	374.750
Colonial de Blumenau	1.825	1.820	39.615	72.100	1.705	1.705	43.387	73.975
Florianópolis	4.733	4.733	63.013	298.240	4.563	4.443	69.961	310.835
Serrana Catarinense	2.792	2.792	57.264	159.882	2.792	2.442	65.979	161.120
Litoral de Laguna	152	152	34.737	5.280	90	90	31.111	2.800
Carbonífera	1.057	1.057	33.051	34.935	1.067	1.067	44.428	47.405
Litoral Sul Catarinense	341	341	29.326	10.000	100 ⁽²⁾	100	29.750	2.975
Colonial Sul Catarinense	320	320	23.125	7.400	135 ⁽³⁾	135	27.778	3.750
Campos de Curitibaos	30	13	20.000	260	13	8	50.000	400
Colonial Rio do Peixe	1.136	1.136	19.788	22.479	1.114	1.114	30.228	33.674
Colonial Oeste Catarinense	4.205	3.745	27.503	103.000	3.475 ⁽⁴⁾	2.975	53.020	157.734
ESTADO	23.576	23.111	49.272	1.138.726	20.417	20.222	59.839	1.210.068

FONTE: Fundação IBGE.

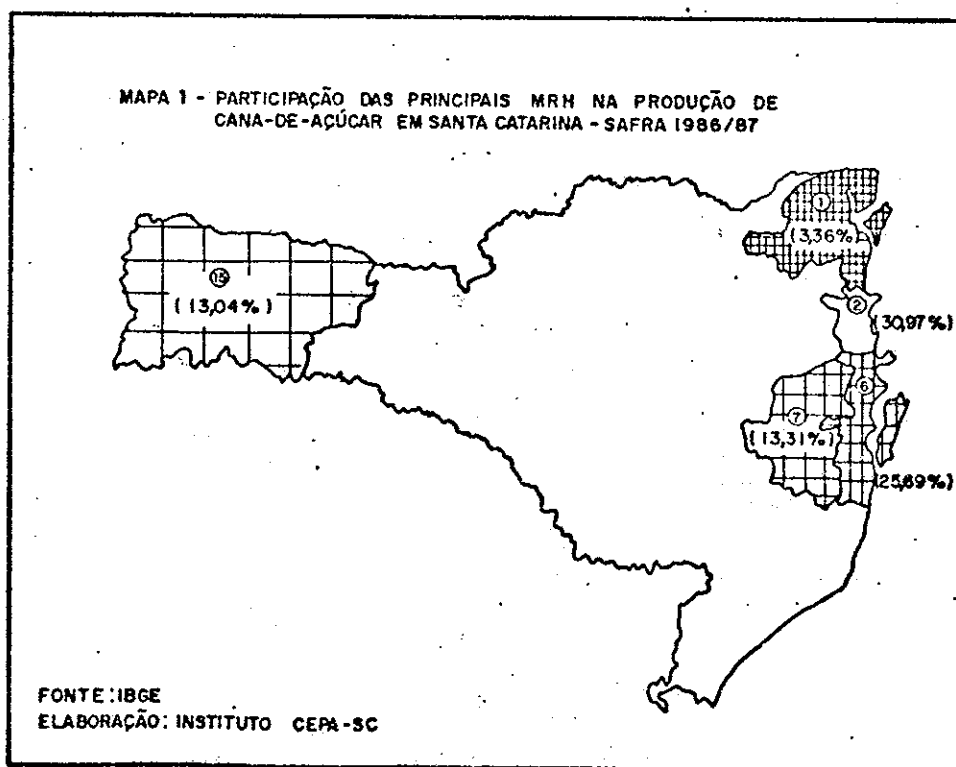
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Barra Velha, de 1.150 ha baixou para 20 ha plantados, tendo em vista a transformação de canaviais em pastagens, pela penetração da pecuária de corte na região e pela desativação da Usina Pirabeiraba S.A. em Pirabeiraba/SC.

(2) A produção de Içara, São João do Sul e Sombrio é de cana r/forragem, motivo pelo qual foi excluída do total.

(3) Idem ao item 2 com relação a Jacinto Machado, Meleiro, Praia Grande e Timbê do Sul.

(4) Idem ao item 2 com relação a Modelo, Pinhalzinho, Saudades e parte de Chapecó.



Tomando-se como base o ano de 1976, ao estabelecer-se uma comparação nos índices de crescimento da cultura de cana-de-açúcar entre o país e o estado, constatamos que enquanto o Brasil teve em 1987 um substancial aumento, tanto na área como na produção, e razoável no rendimento, o estado de Santa Catarina teve índices crescentes, mas pequenos, tanto na área como na produção e rendimento. Com relação à produtividade, que em 1986 foi decrescente, devido ainda aos resquícios das enchentes de 83/84 e às estiagens de 85/86, em 1987 os índices da mesma foram crescentes em função de um aprimoramento da tecnologia empregada no sistema de produção, principalmente no que se refere ao uso de variedades mais adequadas, apesar de o prolongado inverno e as chuvas ocorridas durante a safra terem alongado o período de colheita (tabela 4).

Ressalte-se, também, que os fornecedores, tendo em vista a política de preços do setor, ficaram, nas últimas safras, desmotivados com a cultura, dedicando-se a outros ramos da atividade agropecuária, limitando-se à colheita da cana sem o manejo necessário às soqueiras remanescentes, ocasionando um baixo rendimento agrícola, com conseqüente diminuição da produção. Apesar disto, a produção mantém-se relativamente equilibrada, em função de as usinas terem aumentado a sua produtividade, aplicando novas tecnologias em termos de variedades, mudas sadias e tratos culturais.

3. COMERCIALIZAÇÃO

Os principais derivados de cana-de-açúcar são o açúcar e o álcool.

O mercado de açúcar, a nível mundial, no corrente ano, permaneceu em baixa até outubro, quando, em função da entrada da China e da Rússia no mercado comprador, houve uma leve recuperação dos preços para o açúcar.

Com relação ao álcool, não foi confirmada a pressão do mercado aquecido, ficando a demanda levemente abaixo do esperado, motivada, presume-se, pela crise econômica existente no país.

TABELA 4

CANA-DE-AÇÚCAR - ÁREA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E ÍNDICE DE CRESCIMENTO DA CULTURA - BRASIL E SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1975/76 A 1986/87

SAFRA	BRASIL				SANTA CATARINA				ÍNDICE DE CRESCIMENTO				
	Área (ha)	Produção (t)	Rendimento to (kg/ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Rendimento to (kg/ha)	Brasil		Santa Catarina			
								Área (ha)	Prod. (t)	Rend. (kg/ha)	Área (ha)	Prod. (t)	Rend. (kg/ha)
1975/76	2.093.483	103.173.449	49.283	853.627	17.132	853.627	49.826	100	100	100	100	100	100
1976/77	2.270.036	120.081.700	52.899	955.022	19.664	955.022	48.567	116	116	115	112	107	97
1977/78	2.391.455	129.144.950	54.003	1.043.126	20.873	1.043.126	49.975	125	125	122	122	110	100
1978/79	2.536.976	138.898.882	57.750	1.084.780	20.124	1.084.780	53.905	135	135	117	127	117	108
1979/80	2.607.628	148.640.563	57.006	1.170.361	22.632	1.170.361	51.713	144	144	132	137	116	104
1980/81	2.825.879	155.924.109	55.177	1.002.330	18.159	1.002.330	55.197	151	151	106	117	112	111
1981/82	3.073.033	184.219.067	59.947	1.100.000	19.666	1.100.000	55.934	179	179	115	129	122	112
1982/83	3.447.390	216.703.375	62.860	831.402	18.499	831.402	44.943	210	210	108	97	128	90
1983/84	3.862.259	241.518.012	62.533	976.437	20.449	976.437	47.750	234	234	119	114	127	96
1984/85	3.899.558	246.542.216	63.223	1.183.467	22.833	1.183.467	51.831	239	239	133	139	128	104
1985/86	3.945.898	238.493.386	60.441	1.138.726	23.111	1.138.726	49.272	231	231	135	133	123	99
1986/87	4.067.715	260.714.531	64.094	1.210.068	20.222	1.210.068	59.839	253	253	118	142	130	120

FONTE: SUPLAN - Série Estatística Agropecuária e Fundação IBGE - Censos Agropecuários e Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Estimativas da Fundação IBGE em Out/87.

(2) Dado de produção obtida e área colhida, conforme Fundação IBGE, em Nov/87.

A nível nacional, do total de cana-de-açúcar produzido no país, um terço é destinado à produção de açúcar e o restante ao de álcool. Ao lado da Índia e de Cuba, mesmo com o excepcional crescimento da indústria alcooleira nacional, o Brasil é detentor de uma das mais significativas produções mundiais de açúcar.

A intervenção governamental na atividade agroindustrial de cana-de-açúcar brasileira é praticamente total, compreendendo desde a fixação dos preços, o estabelecimento das cotas de produção, os volumes a serem comercializados e o seu destino, até o monopólio na exportação do alimento. No entanto, neste ano (1987), com a devida autorização do órgão competente, houve algumas incursões de grupos privados (COOPERFLU e USINA DA BARRA) na exportação.

No Brasil, 185 usinas participam da produção açucareira, sendo 66 localizadas na Região Norte-Nordeste e 119 no Centro-Sul, permitindo ao país produzir durante todo o ano.

A capacidade instalada do parque açucareiro é da ordem de 12 milhões de toneladas de açúcar/safra, sendo que este volume tem-se mantido inalterado nos últimos anos.

Em torno de 70% da produção de açúcar no último quinquênio tem sido voltada aos mercados consumidores internos e os 30% restantes são destinados à exportação. O Brasil é o segundo maior exportador mundial, respondendo por cerca de 9,24% do volume total comercializado no mercado livre (tabela 5).

Na safra de 87, o Brasil deverá produzir aproximadamente 8 milhões de toneladas de açúcar e 13,5 bilhões de litros de álcool.

No estado de Santa Catarina, as principais agroindústrias que operam com o produto são: a Usina Tijucas, a Usina Adelaide (ambas do Grupo Usati) e a Destilaria Chapecó.

TABELA 5

AÇÚCAR - VOLUME TOTAL DAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS E PARTICIPAÇÃO RELATIVA, POR PAÍS - 1983-85

PAÍS	1983		1984		1985	
	Quantidade (1.000 t)	Participação (%)	Quantidade (1.000 t)	Participação (%)	Quantidade (1.000 t)	Participação (%)
Cuba	6.747	22,72	6.746	23,53	6.940	24,56
Brasil	2.572	8,66	3.165	11,04	2.611	9,24
Austrália	2.549	8,58	2.358	8,22	2.525	8,94
França	2.737	9,21	2.851	9,94	2.407	8,52
Tailândia	1.553	5,23	1.240	4,32	1.870	6,62
Alemanha Ocidental	1.163	3,92	1.019	3,55	879	3,11
Bélgica	770	2,59	855	2,98	697	2,47
Filipinas	973	3,28	1.102	3,84	583	2,06
China	247	0,83	189	0,66	393	1,39
Grã-Bretanha	343	1,15	280	0,98	372	1,32
Turquia	283	0,95	574	2,00	318	1,13
Argentina	892	3,00	416	1,45	157	0,56
Outros Países	8.877	29,88	7.879	27,47	8.505	20,08
Total Mundial	29.706	100,00	28.674	100,00	28.257	100,00

FONTE: FAO - Anuário FAO de Comércio - 1985.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

A Usina Tijucas colheu, na safra de 87, em 2.970 ha, uma produção de 224.800 t, apresentando um rendimento em torno de 76 t/ha acrescido de 5.000 t de fornecedores, estando prevista uma produção de 412.000 sacas de 50 kg de açúcar refinado granulado.

A Usina Adelaide colheu, na safra 87, em 3.700 ha, uma produção de 270.000 t, obtendo um rendimento de 73 t/ha, estando prevista uma produção de 470.800 sacas de 50 kg de açúcar refinado granulado e 8.828.000 litros de álcool.

O total de açúcar refinado granulado produzido pelas usinas do grupo gira ao redor de 7 milhões de sacas de 50 kg. Toda a exportação é realizada através do Instituto de Açúcar e do Álcool.

A Destilaria Chapecó deverá colher, na safra de 87, numa área de 375 ha, 30.000 t de cana-de-açúcar, com rendimento médio de 80 t/ha e produzir 1.800.000 litros de álcool.

Dados do IAA/Planalsucar, de 1987, indicam que a pro-

dução catarinense de açúcar e de álcool foi de 882.800 sacas de 50 kg e 10.628.000 litros, respectivamente.

4. PERSPECTIVAS PARA A PRÓXIMA SAFRA

A tendência mundial de produção de cana-de-açúcar deverá manter-se dentro dos níveis atuais, pela falta de motivação dos produtores, tendo em vista os baixos preços praticados no mercado mundial.

As perspectivas para a safra de cana-de-açúcar de 1988 indicam, no Brasil, a manutenção tanto de área como de produção (4.100.000 ha/225.000.000 t). Desse volume, o mercado é que determinará as parcelas destinadas à produção de açúcar e de álcool.

O Instituto do Açúcar e do Alcool estabeleceu um plano trienal de safra (87, 88 e 89) para o setor de cana-de-açúcar, açúcar e álcool. De acordo com o IAA, o plano trienal foi montado "a fim de proporcionar a necessária orientação ao setor produtivo, quer na formação de seus contingentes de matérias-primas, quer na realização dos investimentos industriais".

Para a safra de 1987, o IAA divulgou um volume de produção de 8,56 milhões de toneladas de açúcar e de 11.728 bilhões de litros de álcool. Conforme informações do Planalsucar, houve, em 1987, um aumento na produção de álcool (13,5 bilhões de litros), em detrimento da produção de açúcar.

Neste plano trienal, está sendo prevista para a safra 1988 a produção de 7,4 milhões de toneladas de açúcar e 13,5 bilhões de litros de álcool, e, para a safra 1989, 6,9 milhões de toneladas de açúcar e 15,3 bilhões de litros de álcool.

A nível de Santa Catarina, as estimativas de cana-de-açúcar para a safra 1988 são da ordem de 1.200.000 t, numa área a colher de 20.000 ha, sendo esperado um rendimento médio de 60 t/ha.

As estimativas de produção de cana-de-açúcar das Usinas do Grupo Usati, para a safra 1988, são ao redor de 500.000 t

para uma área a ser colhida de 6.800 ha, com rendimento médio de 75,00 t/ha, sendo estimada uma produção de aproximadamente 860.000 sacas de 50 kg de açúcar e 8.600.000 litros de álcool.

Segundo a mesma fonte, tendo em vista o inverno prolongado (1987), houve retardamento no crescimento das soqueiras, o que deverá provocar uma queda na produtividade (em torno de 5% a 8%) na próxima safra.

A destilaria Chapecô, para a safra 1988, deverá colher, numa área de 375 ha, 32.000 t, com rendimento médio de 85,0 t/ha, e produzir 2.000.000 litros de álcool.

3.6. CEBOLA

1. CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE

Considerada a segunda cultura hortícola de importância econômica do país, a cebolicultura constitui-se em uma atividade sócio-econômica de significativa relevância, principalmente para o estado de São Paulo e Região Sul - com destaque para as safras de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul - onde predomina a produção nacional.

Na Região Nordeste do país, a cultura também se reveste de importância, haja vista que contribui para a economia regional com a geração de empregos e a fixação do homem ao meio rural. É importante, principalmente, sob o aspecto do número de produtores que se dedicam à atividade, que, somente em Pernambuco e na Bahia - os dois grandes estados concentradores da produção nordestina - são superiores, segundo o Censo Agropecuário de 1980, a dez mil pequenos agricultores.

A exemplo da maioria dos cultivos hortícolas do país, a estrutura agrária que prevalece no cultivo da cebola no Brasil é a da pequena propriedade rural.

Em Pernambuco, por exemplo, dos 6.540 estabelecimentos que cultivam cebola, 70,3% possuem área com menos de 10 ha e ocupam 80,7% da área implantada com a cultura.

No estado da Bahia, onde a situação é semelhante à anterior, 94,8% dos estabelecimentos que se dedicam à cultura estão numa faixa de área que varia de menos de 10 a menos de 100 ha. Das 3.762 propriedades ceboleiras, 2.235 têm menos de 10 ha e 1.332 estão em áreas de 10 a menos de 100 ha.

A nível nacional, os estabelecimentos com menos de 10 ha foram responsáveis, em 1980, por 38% da produção brasileira e as propriedades com áreas de 10 a menos de 100 ha produziram 52,1% da produção nacional.

Outro aspecto importante na produção de cebolas no Brasil é quanto à condição do produtor. Em 1980, por exemplo, os proprietários responderam por 62,2% da produção nacional, vindo a seguir os parceiros (18,1%), os arrendatários (11,3%) e os ocupantes (8,4%). A maior eficiência técnica ficou com os parceiros, com rendimentos da ordem de 9.019 kg/ha, enquanto os proprietários mostraram a mais baixa produtividade média, ou seja, 7.141 kg/ha.

Em razão das diferenças climáticas existentes entre os vários estados produtores, a cebola no Brasil é ofertada durante praticamente todo o ano e produzida em épocas muito distintas.

No sul do país, por exemplo, a cultura é praticada em apenas uma safra; os plantios são efetuados em meados do ano, enquanto a colheita ocorre de outubro em diante. Os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, principais ofertantes do bulbo, colhem e armazenam suas produções, comercializando-as de novembro a meados do ano seguinte (maio/junho). As condições de clima, o estado fitossanitário das lavouras e o volume colhido é que determinam o tempo de armazenagem.

No estado de São Paulo são realizadas safras em épocas diferentes. A safra de bulbinhos, também conhecida como de "soqueira", é plantada de fevereiro a março e colhida de abril a junho. As cebolas híbridas, ou claras-precoces, plantadas de abril a junho, são colhidas a partir de junho até o mês de outubro. Por último, as cebolas baías precoces, plantadas de junho a agosto, são colhidas de outubro a dezembro, ou janeiro, coincidindo com a safra do Sul.

No Vale do Rio São Francisco, os estados da Bahia e de Pernambuco realizam, em conjunto, a grande safra nordestina, com cultivares híbridas e cebolas do tipo pêra precoces. A colheita da safra básica, na qual os produtores dispõem de recursos oficiais para o custeio, ocorre de maio a setembro. A safra considerada temporã, com pouca expressão em volume de oferta, é colhida de outubro a dezembro.

Há ainda outros estados produtores; sua participação, porém, em nível de abastecimento nacional, é pouco significativa.

Os principais estados produtores, com suas épocas de oferta para o mercado brasileiro, estão representados no quadro número 1, a seguir.

QUADRO 1

CEBOLA - ÉPOCAS DE OFERTA DOS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES NO BRASIL

ESTADO	ÉPOCAS DE OFERTA											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Rio G. do Sul	X	X	X	X	X	X						X
Sta Catarina	X	X	X	X	X	X					X	X
Paraná	X	X	X							X	X	X
São Paulo												
-Soqueira				X	X	X						
-Claras Prec.						X	X	X	X	X		
-Baías Perif.	X									X	X	X
Bahia					X	X	X	X	X	X		
Pernambuco					X	X	X	X	X	X		

FONTE: Instituto CEPA/SC.

A nível de Santa Catarina, a cebolicultura se destaca como a principal ocupação hortícola do estado, quer em termos de área de plantio, quer em volume obtido ou em valor bruto da produção.

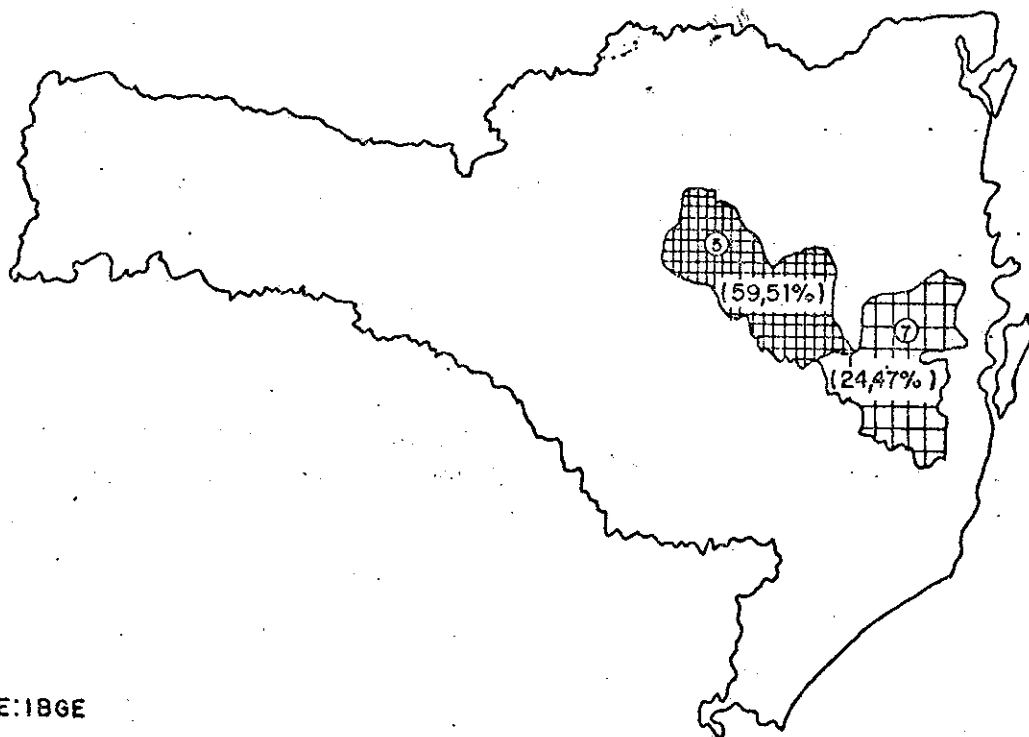
É uma atividade de pequenos produtores rurais, absorvendo, hoje, ao redor de 21.000 agricultores catarinenses. Deste total, cerca de 85% são proprietários e o restante trabalha em regime de parceria ou arrendamento.

No estado catarinense, 24,7% dos estabelecimentos que cultivam cebola possuem menos de 10 ha e 72,6% têm áreas que variam de 10 a menos de 100 ha. Estes, por sua vez, ocupam 92,9% da área plantada com a cultura em Santa Catarina.

Pela própria característica da atividade, é intensa a ocupação da mão-de-obra familiar.

O sistema de cultivo é o de semeadura com transplante

MAPA 1 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE CEBOLA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1986/87



FONTE: IBGE

ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

de mudas. Esta é feita em canteiros nos meses de março a junho, sendo que o transplante é realizado desde fins de junho até o mês de setembro.

A colheita, por sua vez, ocorre de outubro até o mês de janeiro.

A comercialização da produção se processa desde o mês de outubro até junho do ano seguinte.

A cura do bulbo é feita em armazéns especificamente construídos para o produto.

A cultura é trabalhada em praticamente todos os municípios do estado, destacando-se, no entanto, os das microrregiões Colonial do Alto Vale do Itajaí e Colonial Serrana Catarinense, que, juntos, têm respondido por mais de 80% da área plantada e da produção obtida no estado em cada ano agrícola.

Na safra 1986/87, por exemplo, mais de 60% da área cultivada com a cultura em Santa Catarina esteve localizada em apenas seis municípios, quais sejam, Ituporanga (24,62%), Alfredo Wagner (13,54%), Aurora (6,16%), Petrolândia (6,16%), Leoberito Leal (4,92%) e Bom Retiro (4,92%). Também se destacaram na oferta do produto, na última safra, os municípios de Agrolândia, com 4,10% da área cultivada no estado, Atalanta (3,49%), Imbuia (3,08%), Vidal Ramos (2,87%), Lontras (2,46%) e Rancho Queimado (1,64%).

2. PRODUÇÃO

A produção mundial de cebolas tem girado, nos últimos anos, entre 21 e 25 milhões de t do bulbo, intervalo este intimamente ligado à área de cultivo, a qual, segundo dados da FAO, tem oscilado entre 1,6 e 1,7 milhão de ha.

Os maiores produtores mundiais, conforme pode ser visto na tabela a seguir, têm sido os países do continente asiático, ou, mais precisamente, China, Índia e União Soviética, que, juntos têm respondido por mais de 32% da oferta mundial. Estes

países, entretanto, têm suas produções elevadas, mais sob o ponto de vista da grande área plantada do que propriamente pela eficiência técnica obtida em suas lavouras. Sob esse aspecto, destacam-se os Estados Unidos, Canadá, Japão, Áustria, Bélgica, Países Baixos e Reino Unido, todos com produtividades médias superiores a 35.000 kg/ha, enquanto a média mundial fica entre 13.000 e 14.500 kg/ha.

No ano de 1985, o maior produtor foi a China, que participou com 13,22% da oferta mundial, vindo a seguir a Índia (11,64%), os Estados Unidos (8,25%), a União Soviética (7,99%), a Espanha (5,15%), a Turquia (5,12%), o Japão (4,51%) e o Egito (3,47%), ficando o Brasil com a nona colocação, com 2,60% da produção mundial de cebolas.

TABELA 1

CEBOLA - PRINCIPAIS PRODUTORES MUNDIAIS - 1983-85

PAÍS	(em 1.000. t)		
	1983	1984	1985 (*)
China	2.823	3.038	3.240
Índia	2.699	2.870	2.855
Estados Unidos	1.758	1.980	2.023
União Soviética	2.030	2.200	1.960
Espanha	959	1.114	1.263
Turquia	1.000	1.100	1.255
Japão	1.170	1.099	1.105
Egito	883	800	850
Brasil	725	718	640
TOTAL MUNDIAL	22.887	23.788	24.517

FONTE: Anuario FAO de Producción, Vol. 39, 1985.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPÁ/SC.

(*)Dados Estimativos.

No âmbito nacional, a cultura da cebola ampliou-se de forma significativa nos últimos quinze anos - a taxa média anual de crescimento no período 1970-86 foi de 5,15% - quer pelas condições climáticas favoráveis à cultura, quer pelas diversas safras colhidas no país. Outro fator determinante de estímulos aos produtores e relevante no crescimento da oferta foi a restrição às importações do produto, as quais chegaram a alcançar volumes

em torno de 50.000 t do bulbo.

Em razão das diferentes taxas médias de crescimento constatadas no período em análise, ocorreram alterações significativas nas contribuições dos principais estados produtores em relação à oferta total do país.

Em assim sendo, comparando-se as médias dos anos 70-72 e dos anos 84-86, constata-se que a participação do estado de São Paulo cresceu de 17,76% para 38,48%, com uma taxa anual de crescimento de 12,3% no período 1970-86. O Rio Grande do Sul, por outro lado, mostrou queda acentuada na sua participação relativa, caindo, em mesmo período, de 44,76% para 21,91%, ao mesmo tempo em que apresentava a menor taxa de crescimento, ou seja, apenas 0,96% ao ano. O estado de Pernambuco, por sua vez, também mostrou menor eficiência, reduzindo de 10,31% para 7,36% a sua contribuição no total da oferta nacional, enquanto a Bahia aumentava sua participação de apenas 3,54% nos anos 70-72, para 7,0% em 84-86. A taxa de crescimento anual dos estados de Pernambuco e da Bahia no período 1970-86 foi de 3,7% e 11,5%, respectivamente.

Cabe destacar, por último, o desenvolvimento apresentado pela atividade no estado catarinense. Ocupando apenas a quarta colocação entre os maiores produtores e respondendo por somente 6,47% da oferta nacional no período 70-72, o estado catarinense mostrou um crescimento significativo no cultivo da olerícola, passando a ocupar lugar de destaque na produção brasileira de cebolas. Nos anos 1984-86 respondeu por 20,47% da produção nacional e apresentou, no período 70-86, a melhor taxa de crescimento, ou seja, 15,3% ao ano, bem acima, portanto, da média nacional e bastante superior ao desempenho mostrado pelos demais grandes estados produtores.

A produção brasileira de cebolas, conforme já frisado, tem apresentado ganhos muito marcantes nos últimos anos, tanto em termos de área cultivada, quanto na eficiência técnica das lavouras implantadas.

Entretanto, devido a fatores de ordem climática e situações de mercado nem sempre propícias, a produção interna, co-

mo se observa na tabela 2, tem mostrado freqüentes e profundas oscilações, alternando excessos de oferta com períodos de escassez do produto.

Estas situações, além de criar dificuldades na área do abastecimento, interferem na tomada de decisão do produtor quanto à implantação da cultura, trazendo, em última instância, prejuízos à atividade.

A última safra brasileira, por exemplo, relativa ao ano agrícola 1986/87, demonstra uma produção excepcionalmente elevada para um produto sem uniformidade de oferta, resultando grandes perdas, por se tratar de um produto perecível.

TABELA 2

CEBOLA - PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS ESTADOS - SAFRAS DE 1980/81 A 1986/87

ESTADO	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85	1985/86	1986/87 ^(*)
Rio G. do Sul	192.665	168.555	157.483	155.988	172.876	107.645	167.272
Santa Catarina	151.809	113.745	125.756	111.116	148.130	148.426	261.415
São Paulo	282.600	255.730	253.900	265.421	236.877	264.283	282.500
Bahia	40.790	46.023	52.890	71.905	20.361	47.124	54.435
Pernambuco	70.728	54.091	92.714	81.787	22.721	42.032	48.141
TOTAL	738.592	638.144	692.743	686.217	600.965	609.510	813.763
BRASIL	778.403	670.624	725.269	717.230	639.569	635.251	856.024

FONTE: Fundação IBGE/CEPAGRO

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

(*) Dados de novembro - não definitivos

De acordo com as últimas avaliações da Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias da Fundação IBGE, relativas ao mês de novembro/87, a produção brasileira de cebolas desta safra deverá ser recorde nacional e situar-se próximo a 856.024 t do bulbo. A área cultivada, segundo a mesma fonte, é avaliada em 75.986 ha e o rendimento médio esperado é de 11.266 kg/ha.

Em relação à safra anterior, que, como se recorda, teve problemas de condução tendo em vista ocorrências climáticas desfavoráveis à atividade, os números ora trabalhados mostram-se superiores em 34,75%, 19,85% e 12,44%, na produção prevista, na área de cultivo e no rendimento médio esperado, respectivamente.

Na maioria dos estados produtores, a colheita desta safra já foi concluída, prosseguindo, contudo, em fase final nos estados de Pernambuco e da Bahia e em áreas remanescentes da região de Piedade, em São Paulo.

A distribuição das áreas plantadas e das produções obtidas/esperadas, por estado produtor, na safra 1986/87, e, ainda, as suas participações relativas nos montantes previstos e os rendimentos médios alcançados/previstos, são mostrados na tabela 3, a seguir.

TABELA 3

CEBOLA - ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO OBTIDA, PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL E RENDIMENTO MÉDIO, POR ESTADO - SAFRA 1986/87

ESTADO PRODUTOR	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA/ESPERADA (%)	PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)	RENDIMENTO MÉDIO ALCANÇADO/PREVISTO (kg/ha)
São Paulo	16.700	282.500	33,00	16.916
Santa Catarina	24.370	261.415	30,54	10.727
Rio Grande do Sul	19.600	167.272	19,54	8.534
Bahia	3.717	54.435	6,36	14.645
Pernambuco	4.281	48.141	5,62	11.245
Paraná	5.582	30.220	3,53	5.414
Outros	1.736	12.041	1,41	6.936
TOTAL DO BRASIL	75.986	856.024	100,00	11.266

FONTE: Fundação IBGE/CEPAGRO.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Em termos estaduais, apesar dos esforços dos técnicos que atuam na atividade e que periodicamente se reúnem com produtores, líderes rurais, representantes de classes e agentes financeiros, no sentido de sensibilizá-los sobre os riscos decorrentes de um crescimento exagerado do setor, a cebolicultura catarinense tem mostrado avanços contínuos, em termos de área plantada, o que tem resultado em progressivos aumentos da produção obtida.

A partir do ano agrícola 1985/86, o estado passou a ocupar a segunda posição de maior produtor nacional de cebolas - até então defendida pelo Rio Grande do Sul - ascensão esta devida ao aumento da área cultivada - 15,7% superior à precedente - e principalmente em função da frustração da safra gaúcha, que retrocedeu quase 38% em relação ao cultivo anterior.

No último ano agrícola, por exemplo, os valores alcançados mostraram-se extremamente grandes e preocupantes, em se tratando de uma cultura de alto risco e de demanda agregada de pouca elasticidade.

De acordo com informações fornecidas pelo Grupo de Coordenação das Estatísticas Agropecuárias da Fundação IBGE/SC, a produção bruta dessa safra alcançou o significativo volume de 261.415 t, ou seja, mostrou um incremento, em relação ao cultivo anterior, da ordem de 76,12%.

A área de cultivo, segundo a mesma fonte, ficou em 24.370 ha, com crescimento, portanto, de 46,12%. O rendimento médio obtido foi de 10.727 kg/ha.

Como fatores determinantes do expressivo crescimento apresentado pela atividade em Santa Catarina, nos dois últimos anos, podem-se citar: a grande disponibilidade de sementes na época de plantio a preços relativamente baixos, o elevado índice de aproveitamento de mudas, normalmente favorecido pelas condições de clima, a rentabilidade apresentada pela cultura frente a outros cultivos tradicionais e o menor custo de produção quando comparado aos demais grandes estados produtores de cebola do país.

TABELA 4

CEBOLA - ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E ÍNDICES DE CRESCIMENTO DA CULTURA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1986/87 E PREVISÃO PARA A SAFRA 1987/88 (EM NOV/87)

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	ÍNDICE	PRODUÇÃO (t)	ÍNDICE	RENDIMENTO (kg/ha)
1978/79	10.736	100	94.017	100	8.757
1979/80	12.307	115	103.605	110	8.428
1980/81	16.920	158	151.581	161	8.959
1981/82	11.380	105	113.602	121	9.983
1982/83	12.338	115	125.710	134	10.189
1983/84	12.157	113	111.116	118	9.140
1984/85	14.409	134	148.130	157	10.280
1985/86	16.678	155	148.426	158	8.899
1986/87	24.370	227	261.415	278	10.727
1987/88	21.495	200	236.445	251	11.000

FONTE: FUNDAÇÃO IBGE/GCEA/SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Do volume total colhido na última safra e que representou cerca de 30,54% da produção bruta nacional, 18.000 t destinaram-se ao atendimento das necessidades internas do estado, bem como para reserva de bulbos visando à obtenção de sementes; 130.708 t, ou seja, 50% da produção, foram perdidas nas fases de colheita e armazenamento do bulbo e 112.707 t representaram a disponibilidade líquida ofertada em outros estados.

O expressivo percentual de descartes verificado nesta safra deveu-se às condições climáticas adversas por ocasião da colheita do bulbo - excesso de chuvas nos meses de dezembro e janeiro - as quais, além de não permitirem a colheita de uma área de 605 ha, favoreceram, também, o rápido apodrecimento do produto na fase de armazenamento, tendo em vista as condições de colheita e estocagem dos bulbos.

O grande volume de perdas provocou manifestações de muitos produtores, solicitando prorrogação do pagamento de financiamentos contraídos, revelando, dessa forma, situação incômoda a muito deles. A quebra de safra provocada pelas adversidades climáticas caracterizou, de certa forma, uma frustração parcial da produção, embora as perdas tenham ocorrido, em sua maior parte, na fase de armazenamento. Tais perdas acabaram por beneficiar os preços recebidos pelos produtores.

Paralelamente a esta situação, outro problema que afetou os produtores foi a pequena remuneração em face dos baixos preços de mercado, provocados pelo excesso de oferta e da má qualidade dos bulbos comercializados, sobretudo até fins do mês de fevereiro.

É necessário que se frise, contudo, que os cebolicultores catarinenses foram alertados sobre os riscos de uma expansão exagerada da área de plantio, a qual passou de 14.409 ha na safra 1984/85, para 16.678 ha em 1985, atingindo, no último ano agrícola, o excessivo cultivo de 24.370 ha.

Para que não se repitam as dificuldades de armazenagem, de escoamento e de comercialização da produção, comuns nas últimas safras, é necessário que seja obedecida a orientação do Plano Nacional de Produção e Abastecimento de Cebolas, que pre-

vê, para Santa Catarina, uma área de cultivo próxima a 14.000 ha. É preciso que os produtores se conscientizem de que existem outras regiões produtoras de cebolas no país, sendo necessário, por conseguinte, que se programem os plantios de maneira que as safras se sucedam corretamente, sem excessos nem déficit de oferta. Caso contrário, os problemas ora levantados tornarão a se repetir e a atividade produtiva passará a ser uma aventura.

3. COMERCIALIZAÇÃO E ABASTECIMENTO

No mercado internacional, a comercialização do bulbo acusa volumes relativamente pequenos em comparação ao total ofertado, ou seja, tem girado, nos últimos anos, ao redor de 7,5% da produção mundial.

Em 1985, segundo dados da FAO, o volume importado ficou em 1.818.000 t, com movimento da ordem de 373,3 milhões de dólares, enquanto as exportações alcançaram 1.789.000 t e despenderam recursos de 283,3 milhões de dólares.

Os cinco países maiores importadores do produto, naquele ano, foram a Alemanha Ocidental, o Reino Unido, a França, os Estados Unidos e a Arábia Saudita. No tocante às exportações, destacaram-se como principais, por ordem decrescente de importância: Países Baixos, Espanha, Índia, Turquia e México.

"No comércio externo brasileiro, os dados estatísticos mostram que a importação registrou, na década de 70, um total de 134.136 t, e que estas aquisições foram feitas no período de menor índice de consumo per capita. O país importou maior quantidade de cebolas nos anos de 1973 e 1978, com internalizações em torno de 48.414 e 32.100 t, quando o consumo era de 3,0 kg/hab/ano e 4,5 kg/hab/ano, respectivamente. Após o ano de 1980 não se registra qualquer ocorrência de importação.

A contribuição brasileira no mercado exportador, por outro lado, tem sido insignificante, limitando-se a eventuais excedentes produzidos.

A maior participação como exportador ocorreu no ano de

1981, quando o país ofertou, no mercado internacional, 2.471 t de cebolas - a produção brasileira daquele ano atingiu o recorde de 778 mil t e o consumo no nível mais elevado, que foi de 6,3 kg/hab/ano - conforme demonstra o comportamento histórico do mercado brasileiro, apresentado no trabalho "Estudos Básicos para o Programa de Produção Agropecuária", do Ministério da Agricultura.

A identificação de oportunidades de exportação parece ser de grande importância para equilibrar a política de produção e de abastecimento internos do bulbo". (1)

TABELA 5

CEBOLA - PRODUÇÃO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO BRASILEIRAS - 1970-86

ANO	PRODUÇÃO (t)	IMPORTAÇÃO (t)	EXPORTAÇÃO (t)
1970	284.603	2.507	1.500
1971	287.555	16.169	-
1972	281.633	14.280	-
1973	305.520	48.414	-
1974	341.371	19.242	-
1975	348.806	1.289	15
1976	430.146	4	152
1977	487.661	13	-
1978	488.498	32.100	-
1979	691.071	118	-
1980	694.585	-	200
1981	778.403	-	2.471
1982	670.624	-	26
1983	725.269	-	20
1984	717.230	-	1
1985	639.569	-	-
1986	635.251	-	-

FONTE: Fundação IBGE/CEPAGRO, CIEF, CACEX.

ELABORAÇÃO: SEP/SNAP/MA.

(1) BRASIL. Ministério da Agricultura. Secretaria Nacional de Produção Agropecuária. Secretaria de Economia da Produção. Coleção Estudos Básicos para o Programa de Produção Agropecuária (batata inglesa). Brasília, 1986. v.3.

Excessos e déficit de cebolas são situações que têm sido freqüentes nos últimos anos no mercado brasileiro e estão intimamente ligadas aos preços recebidos pelos produtores e, em alguns casos, à disponibilidade de sementes para o plantio.

Por essas razões, no sul do Brasil, qualquer intenção de controle de área a plantar escapa do acompanhamento do governo. Isto se deve à inexistência de uma política de sementes de cebolas e a situações de mercado, normalmente ruins na época de colheita do bulbo, e por demais atrativas por ocasião dos meses de abril/maio, quando têm início os trabalhos de preparo de canteiros visando à sementeira da próxima safra. Já na Região Nordeste do país, a produção é, de certa forma, regularizada através da fiscalização das importações de sementes.

De uma maneira geral, entretanto, planta-se demais e perde-se muito. Estas situações acabam por onerar o estado, via financiamentos improdutivos, e o produtor, por significativas perdas sofridas.

No último ano agrícola, por exemplo, constataram-se, nos meses de dezembro a fevereiro, situações de mercado onde os preços se situaram aquém dos custos de implantação das lavouras, cotações altíssimas a partir de meados de março até fins do mês de agosto, e novamente queda vertiginosa dos preços nos demais meses do ano.

Esta situação foi motivada pelo expressivo aumento constatado na oferta do bulbo - 34,75% superior à safra precedente - e, principalmente, pela sensível queda verificada na demanda, tendo em vista a perda constante do poder aquisitivo da população brasileira.

A nível de Santa Catarina, a safra 1986/87 - em que pesem os índices alarmantes de perdas decorrentes das condições adversas de clima por ocasião da colheita, ou seja, 130.700 t do bulbo, ou o equivalente a 50% da produção bruta colhida no estado - apresentou, como dados finais, valores excepcionalmente favoráveis e que certamente influenciaram os dados da nova safra em andamento.

De acordo com informações coletadas junto à Cooperativa Regional Agropecuária Alto Vale do Itajaí - CRAVIL, e nas diversas Exatorias de Fiscalização da Fazenda dos Municípios produtores, a remessa de produto a outras Unidades da Federação ficou por volta de 110.000 t. Os piques de oferta ocorreram nos meses de março e abril, quando cerca de 45% da disponibilidade líquida do estado foi comercializada.

Os preços de comercialização, que no início da safra situavam-se por volta de Cz\$ 1,50 a Cz\$ 2,00/kg, uma vez que ainda existia produto paulista no mercado, evoluíram de forma significativa à medida que o abastecimento passou a ser efetuado exclusivamente com produto gaúcho e catarinense, atingindo seu preço máximo no mês de maio/87, quando foi comercializado, em média, a Cz\$ 9,40/kg.

Apesar da expectativa de uma má comercialização, em face da grande oferta esperada, a avaliação final da comercialização dessa safra foi extremamente satisfatória, constatando-se um preço médio ponderado da ordem de Cz\$ 5,10/kg.

O comportamento dos preços recebidos pelos produtores catarinenses, em comparação aos custos de produção calculados bimestralmente pelo Instituto CEPA/SC, assim como as cotações praticadas nos segmentos de atacado e varejo, em Santa Catarina, no entreposto da CEASA/SC, durante o ano de 1987, podem ser visualizados na tabela a seguir.

TABELA 6

CEBOLA - CUSTO DE PRODUÇÃO E PREÇOS A NÍVEIS DE PRODUTOR ATACADO E VAREJO, POR MÊS, SANTA CATARINA - 1986/87

MÊS	CUSTO DE PRODUÇÃO		PREÇOS PRATICADOS					
			PRODUTOR		ATACADO		VAREJO	
	1986	1987	1986	1987	1986	1987	1986	1987
JAN	-	-	3,25	1,30	4,14	2,87	4,55	3,97
FEV	1,39	2,03	1,75	1,62	4,44	2,85	5,45	4,00
MAR	-	-	2,50	4,00	3,76	4,47	4,45	4,61
ABR	1,41	3,50	3,20	7,00	3,55	7,06	4,24	7,54
MAI	-	-	3,20	9,40	3,92	11,75	4,26	12,32
JUN	1,55	4,75	3,20	9,00	4,07	11,25	4,84	12,01
JUL	-	-	4,00	10,00	5,73	13,88	5,86	14,96
AGO	1,54	4,97	4,00	8,00	6,09	10,51	7,36	11,65
SET	-	-	3,50	5,50	4,29	6,53	6,06	8,09
OUT	1,66	5,37	4,00	4,00	5,41	6,05	7,00	6,88
NOV	-	-	2,07	4,00	4,95	7,42	6,21	8,74
DEZ	1,57	6,78	2,45	8,00	3,07	8,60	4,00	9,12

FONTES: (1) INSTITUTO CEPA/SC - (2) CEASA/SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

4. PERSPECTIVA PARA A PRÓXIMA SAFRA

Apesar das elevadas perdas constatadas na última safra e da constante preocupação de autoridades e técnicos com o rumo que toma a atividade em Santa Catarina, os cebolicultores locais, a exemplo das duas últimas safra, mais uma vez deram mostras de pouca sensibilidade e extrapolaram em muito a recomendação sugerida no Plano Nacional de Produção e Abastecimento de Cebolas.

Motivados pelos preços de comercialização da campanha passada - as cotações praticadas de abril a junho normalmente servem de parâmetro para indicar futuras tendências de cultivo - e pela boa disponibilidade de sementes a preços relativamente baixos, os produtores locais lançaram-se, a partir de meados do mês de abril, à sementeira da nova safra de cebolas, cujos primeiros indicativos apontavam para números superiores aos da safra precedente.

De acordo com sondagens realizadas naquele mês, nos principais municípios produtores do estado, a área de cultivo mostrava uma tendência de crescimento no mínimo de 5% sobre o total cultivado na safra 1986/87, o que elevaria para 25.500 ha a área a ser cultivada com cebola em Santa Catarina.

A primeira estimativa oficial, entretanto, mostrou uma área de plantio de 24.700 ha, e uma expectativa de produção bruta ao redor de 271.700 t do bulbo.

A situação de euforia vigente por ocasião dos preparativos para o plantio da nova safra levou a Coordenadoria de Articulação da Produção e do Abastecimento, da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, juntamente com o Serviço de Extensão Rural do estado, a promover, em fins de março próximo passado, no Alto Vale do Itajaí, reunião com técnicos ligados à cultura e representantes das Agências Bancárias, onde foram discutidas e listadas várias medidas de curto e médio prazo, visando, dessa forma, organizar a cebolicultura catarinense.

Dentre as medidas discutidas e posteriormente levadas

ao Banco Central do Brasil, cabe destacar as seguintes a serem seguidas pelos agentes financeiros:

- restrição do financiamento a produtores tradicionais, para áreas tradicionais;
- exigência de capacidade de armazenamento, por parte dos produtores beneficiados, de no mínimo 70% da sua produção total;
- incumbência às agências bancárias de fixar os critérios a serem adotados na apresentação do Plano, Projeto Técnico ou da Recomendação Técnica;
- limitação da área a financiar à da área cultivada na safra anterior;
- vinculação do financiamento ao uso de sementes fiscalizadas ou de qualidade comprovada;
- limitação do prazo de recebimento das propostas de financiamento ao final do mês de agosto.

Ficou deliberado, ainda, que o Serviço de Extensão Rural, juntamente com as Cooperativas e Agências Bancárias, desencadeariam junto aos produtores ação esclarecedora quanto a custeio, produção, armazenamento e comercialização do produto, além de orientá-los no sentido da utilização de mais de uma cultivar de cebola - precoces, médias e tardias - visando, dessa forma, ao melhor escalonamento da colheita e da oferta do bulbo.

Posteriormente, o próprio Ministro da Agricultura, frente à probabilidade de uma oferta bastante maior que as necessidades de consumo nacional - decorrente de aumentos de área superiores em 40% em alguns estados brasileiros, contrariando, dessa forma, as metas pré-estabelecidas, e, por conseguinte, diante da perspectiva de sérios problemas para todo o setor - propôs ao Conselho de Crédito Rural, em fins do mês de junho, que os produtores de cebola da Região Sul do país (RS/SC/PR) somente tivessem acesso a financiamento de custeio mediante a comprovação de capacidade de armazenamento na proporção de 10 t por hectare a financiar.

O Ministro sugeriu, ainda, que a concessão de crédito a cebolicultores iniciantes se desse mediante as seguintes condições:

- área máxima financiável de 2 ha no primeiro ano;
- expansão máxima de 50% no segundo ano;
- apresentação de plano técnico elaborado pela assistência técnica;
- disponibilidade de galpões de cura e armazenamento na proporção de 10 t por hectare a financiar; e
- acesso ao crédito aos tradicionais cebolicultores apenas para implantar área igual à cultivada na última safra, sob a condição de que suas lavouras estivessem instaladas em municípios tradicionais produtores.

Também os agricultores e técnicos dos estados do Paraná, e principalmente do Rio Grande do Sul, mostraram-se bastante apreensivos diante do quadro mostrado pela cebolicultura catarinense.

Em encontro de produtores e técnicos que atuam no setor, realizado na cidade de São José do Rio Pardo, em São Paulo, por ocasião do II Seminário Nacional de Cebolas, os técnicos gaúchos expuseram sua inquietação e seus descontentamentos frente ao rumo tomado pela atividade no estado catarinense.

Diante do quadro apresentado por Santa Catarina - que mostrou, na área de plantio e na oferta para outros estados, índices de crescimento 80% superiores aos inicialmente propostos pelo Ministério da Agricultura - eles propuseram a desativação do Plano Nacional de Produção e de Abastecimento de Cebolas.

A preocupação dos gaúchos é procedente, haja vista que, a se confirmarem as expectativas de colheita para esta safra, os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina teriam uma disponibilidade líquida, para oferta em outras Unidades da Federação, correspondente a mais de seis meses de demanda nacio-

nal de cebolas.

Entretanto, em razão das condições adversas de clima constatadas no decorrer desta safra, os números finais da produção de Santa Catarina indicavam tendência de se situar bastante abaixo das primeiras avaliações oficiais.

Com efeito, em fins do mês de setembro, o Grupo de Coordenação das Estatísticas Agropecuárias, da Fundação IBGE/SC, reavaliou os dados relativos à presente safra catarinense de cebolas. Os novos números apontavam para um plantio de 21.495 ha e para uma produção da ordem de 236.445 t do bulbo, ou seja, mostravam-se envolvidos em 12,98%, respectivamente, em relação às primeiras estimativas.

O menor desempenho, conforme já frisado, decorria das condições climáticas não-propícias, observadas sobretudo nas fases de sementeira e transplante de mudas, quando se verificou, nas principais regiões produtoras, grande instabilidade do clima, ou seja, formação de fortes geadas, seguidas de intenso calor, alta umidade relativa do ar e freqüente ocorrência de chuvas, propiciando, dessa forma, condições ideais para o aparecimento de diversas doenças da cultura. Constatou-se, assim, em praticamente todos os municípios produtores de cebolas, alta incidência de doenças fúngicas, as quais, além de induzirem a uma elevação dos custos de produção, tendo em vista o maior número de tratamentos fitossanitários, provocaram sensíveis perdas de mudas em sementeiras.

Além disso, os principais municípios produtores do Alto Vale do Itajaí foram atingidos por fortes ventos e chuvas de granizo, ocorrendo perdas quase que totais nas sementeiras das áreas afetadas pelo fenômeno. Acresça-se o fato de que as mudas já transplantadas em definitivo também não apresentavam um desenvolvimento satisfatório, tendo em vista a persistência de condições não-propícias, ou seja, de alta umidade relativa.

Em razão do exposto, o Instituto CEPA/SC, em fins de outubro próximo passado, optou por trabalhar com um rendimento médio de 10.000 kg/ha, o qual, a se confirmar, resultará em uma produção bruta da ordem de 215.000 t do bulbo para esta safra,

em Santa Catarina. Prevê-se, portanto, uma redução de 20,87% em relação às primeiras avaliações, que apontavam para uma oferta de 271.700 t de cebolas.

Apesar disso, mesmo supondo-se um descarte de 65.000 t decorrentes de prováveis perdas durante a fase de cura e armazenamento do produto, acrescido de um volume de 20.000 t para consumo estadual e reserva de bulbos para sementes, o estado catarinense disporá de um significativo montante de cebolas a ser comercializado em outras praças, ou seja, de um volume da ordem de 130.000 t, mais precisamente, o equivalente a quatro meses de demanda nacional.

A colheita desta safra catarinense foi iniciada no final de outubro próximo passado e deverá ter continuidade até fins de janeiro/88. Os primeiros bulbos colhidos foram comercializados na faixa de Cz\$ 4,00/kg, para um custo médio de produção da ordem de Cz\$ 5,37/kg.

A distribuição da cultura, segundo as microrregiões homogêneas do estado, mostrava a seguinte estimativa em novembro/87.

TABELA 7

CEBOLA - ÁREA PLANTADA E RENDIMENTO DA CULTURA, POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA DE SANTA CATARINA
SAFRAS 1986/87 E 1987/88

MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (t)		RENDIMENTO (kg/ha)	
	1986/87	1987/88 (*)	1986/87	1987/88 (*)	1986/87	1987/88
Lit. de Itajaí	3	-	5	-	1.667	-
Col. de Blumenau	741	1.242	7.370	12.000	9.946	9.662
Col. Itajaí Norte	250	180	2.300	1.620	9.200	9.000
Col. Alto Itajaí	13.772	11.487	155.555	133.946	11.295	11.660
Florianópolis	207	190	2.640	2.090	12.754	11.000
Col. Serrana Catar.	6.043	5.216	63.970	57.200	10.586	10.966
Lit. de Laguna	18	18	118	118	6.556	6.556
Carbonífera	182	193	1.360	1.484	7.473	7.689
Lit. Sul Catar.	130	100	998	960	7.677	9.600
Col. Sul Catar.	20	10	185	75	9.250	7.500
Campos de Lages	1.286	1.561	12.752	15.564	9.916	9.971
Campos Curitibanos	485	248	2.540	2.071	5.237	8.351
Col. Rio do Peixe	509	606	3.937	5.418	7.735	8.941
Col. Oeste Catar.	325	180	4.402	1.980	13.545	11.000
Planalto Canoinhas	399	264	3.283	1.919	8.228	7.269
TOTAL	24.370	21.495	261.415	236.445	10.727	11.000

FONTE: Fundação IBGE/GCEA-SC

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

(*) Previsão em nov/87

TABELA 8

CEBOLA - BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA E VARIAÇÃO PERCENTUAL
SAFRAS 1986/87 E 1987/88

OFERTA E DEMANDA	1986/87	1987/88 (*)	VARIAÇÃO (%)
Produção bruta (1)	261.415	215.000	(-) 17,76
Perdas diversas (2)	130.708	65.000	(-) 50,27
Consumo estadual	18.000	20.000	11,11
Oferta líquida	112.707	130.000	15,34

FONTE:

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

(1) Estimativa IBGE/GCEA-SC e Instituto CEPA/SC

(2) Incluídas perdas por descartes, cura e armazenagem

(3) Compreende o volume a ser escoado para outros estados

(*) Estimativa em novembro/87

3.7. FEIJÃO

1. CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE

O cultivo da leguminosa em nosso país se processa em três épocas de plantio. No primeiro período, ou safra das águas, o plantio é efetuado na maior parte entre agosto e outubro. No segundo período, ou safra das secas, é cultivado desde a segunda quinzena de dezembro até fins de fevereiro; na terceira safra, ou safra de inverno, o feijão é semeado de maio a junho. É de se ressaltar que estas são as épocas de plantio mais generalizadas, havendo, no entanto, estados onde a semeadura se processa em períodos um pouco diferenciados. No que diz respeito à produção das diversas safras ou épocas de semeadura, constata-se que a Região Centro-Sul é a mais importante produtora na safra das águas e que na safra das secas, em anos de boas condições de clima, o Norte/Nordeste apresenta uma pequena predominância. Já a terceira safra, ou safra de inverno, cujo plantio se iniciou em período mais recente, somente é cultivada em termos comerciais nos estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal.

Dentre os estados que se destacam como os maiores produtores nacionais de feijão, figuram o Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Bahia.

No contexto estadual, o feijão, atividade característica de pequena propriedade - plantada por aproximadamente 153.000 agricultores, dos quais cerca de 89,0% o cultivam em propriedades com áreas totais inferiores a 50 ha - se apresentou na safra 1986/87 como a segunda cultura na quantidade de área semeada (inferior somente ao milho). Em termos de produção, a leguminosa se situou nesta última safra como a sétima colocada, tendo perdido a sexta posição para a cebola, não só porque esta última cultura mostrou um expressivo crescimento, como, também, porque a safrinha do feijão apresentou severas perdas em função das estiagens de março.

O plantio de feijão em Santa Catarina se concentra principalmente no primeiro período (safra das águas), quando é cultivado, conforme a safra, entre 60% e 70% do total da área semeada durante o ano. Essa maior concentração decorre principalmente de neste período de plantio (set/out) as condições de clima permitirem o cultivo em todas as microrregiões homogêneas do estado. Já na safrinha, cujo plantio se processa entre janeiro e fevereiro, a menor área semeada decorre de as limitações climáticas (frio) não permitirem a semeadura em algumas regiões, principalmente nas regiões do Planalto.

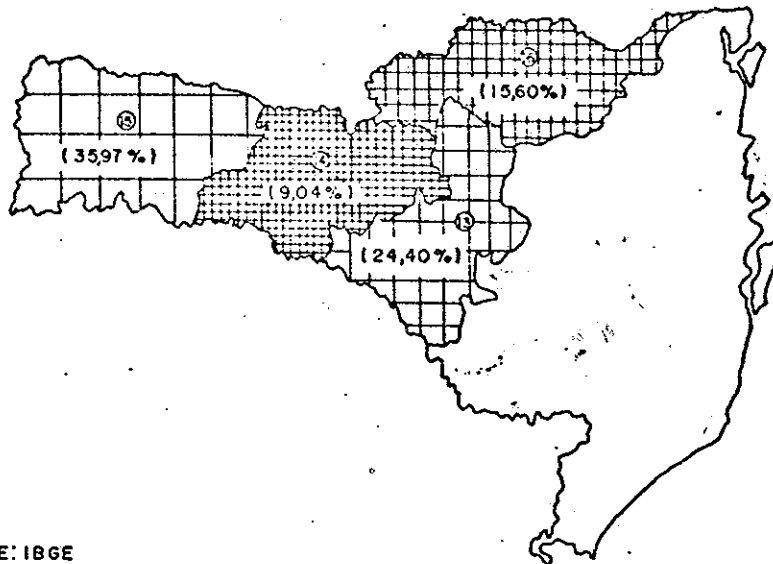
Na primeira safra, em termos de produção e por ordem de importância, destacam-se as microrregiões Colonial do Oeste Catarinense, Campos de Curitibanos, Planalto de Canoinhas, Colonial do Rio do Peixe, Colonial do Alto Itajaí e Campos de Lages. Já na segunda safra, ou safrinha, a produção se concentra principalmente nas microrregiões Colonial do Oeste Catarinense, merecendo destaque também as Coloniais do Alto Itajaí, do Rio do Peixe, a Carbonífera e a Colonial do Sul Catarinense.

2. PRODUÇÃO

A nível mundial, o Brasil se destaca como um dos principais países produtores e um dos maiores consumidores de feijão. Apesar de a produção em algumas safras se ter mostrado insuficiente para atender ao próprio consumo interno, o volume de colheita tem colocado o Brasil, com raras exceções, como o segundo produtor mundial - o primeiro é a Índia.

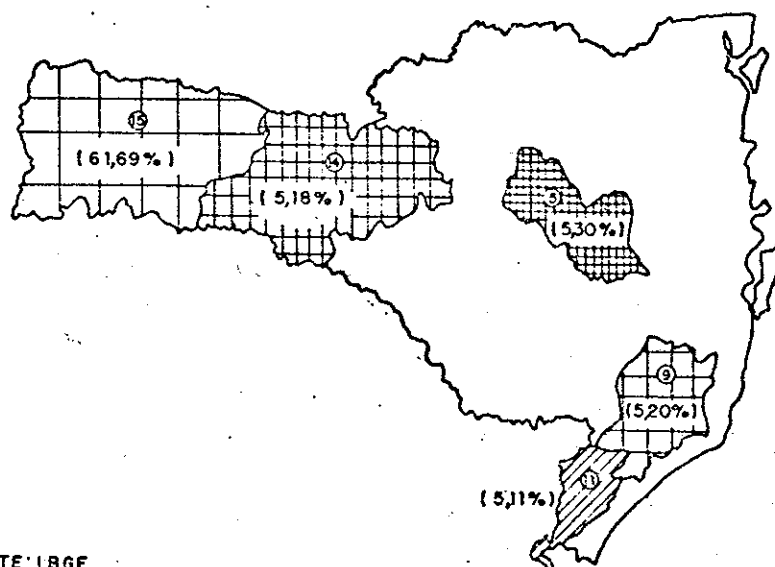
Embora os Estados Unidos se apresentem na relação a seguir como o quinto produtor mundial e sua produção se mostre crescente nos últimos anos, fato que à primeira vista pode parecer um contrasenso quando confrontado com a afirmação de que o consumo se restringiria preferencialmente aos países do terceiro mundo, é necessário ressaltar que além da existência de uma certa tradição de consumo em alguns estados daquele país, a produção se destina em boa parte à exportação.

MAPA 1 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE FEIJÃO 1ª SAFRA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1986/87



FONTE: IBGE
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

MAPA 2 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE FEIJÃO 2ª SAFRA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1986/87



FONTE: IBGE
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

TABELA 1

FEIJÃO - PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES - 1983-85

PAÍSES	(em mil t)		
	1983	1984	1985
Índia	3.502	3.010	2.900 (1)
Brasil	1.581	2.626	2.547
México	1.282	1.270	1.085
China	1.744 (1)	1.836 (1)	1.640 (1)
EUA	704	956	1.010
Idonésia	449	295 (1)	299 (1)
Birmânia	279	328 (2)	330 (1)
Tailândia	288	295	305
Tanzânia	282	280	282 (1)
Burundi	280	241	290 (1)
Ruanda	257	257	250
Uganda	238	240 (1)	240 (1)
Argentina	217	235 (1)	200 (2)
Romênia	192	216	220 (2)
Turquia	175	164	170
Japão	93	168	141
Iugoslávia	158	125	110
Irã	137 (2)	120 (1)	128 (1)
Guatemala	104	111	115 (1)
Camarões	105 (1)	107 (1)	110 (1)
MUNDO	14.078	14.993	14.615

FONTE: FAO Production Yearbook - volume 39 - 1985.

(1) - Estimativa da FAO.

(2) - dado não oficial.

Extraído de Agroanalysis - maio/87.

A produção brasileira de feijão, no ano agrícola 1986/87, se situou segundo o IBGE/CEPAGRO de outubro, em aproximadamente 2,1 milhões de toneladas. Apesar de a área plantada ter crescido cerca de 6,5% em relação à da safra anterior - decorrência do acentuado crescimento ocorrido na primeira safra, já que na segunda a área foi menor em 2% - a produção total do país se mostrou ainda menor do que o já pequeno volume colhido (2,22 milhões de toneladas) no ano anterior, em decorrência dos empecilhos de ordem climática enfrentados pela cultura em quase todos os estados. O desempenho das duas primeiras safras do país

pode ser resumidamente assim descrito: a primeira safra, cuja estimativa inicial de produção foi da ordem de 1,80 milhão de toneladas, teve sua colheita reduzida para apenas 1,05 milhão, em face de problemas climáticos - chuvas e frio no Sul e Sudeste e estiagem no Nordeste; a segunda safra também sofreu percalços com a falta de chuvas, tanto no Sudeste e no Sul, quanto no Nordeste, motivo pelo qual a produção, inicialmente prevista em aproximadamente 1,35 milhão, se reduziu para 1,02 milhão de toneladas. É de se salientar, no entanto, que a produção da segunda safra só não foi ainda menor porque o cultivo de inverno, que está incluído na mesma estatística, apresentou um bom desempenho (cerca de 131.000 t).

TABELA 2

FEIJÃO - ÁREA COLHIDA E PRODUÇÃO OBTIDA (1ª E 2ª SAFRAS), POR REGIÃO E BRASIL - SAFRAS 1985/86 E 1986/87

REGIÃO	1a. S A F R A				2a. S A F R A (1)			
	Área Colhida (1.000 ha)		Produção Obtida (1000)		Área Colhida (1.000 ha)		Produção Obtida (1.000)	
	1985/86	1986/87	1985/86	1986/87	1985/86	1986/87	1985/86	1986/87
Norte	-	-	-	-	154.070	132.142	93.677	78.021
Nordeste	1.448.985	1.211.983	496.282	144.478	1.236.271	1.151.183	464.159	326.718
Sudeste	485.343	481.114	204.887	226.277	622.725	636.178	393.955	405.219
Sul	900.864	1.139.804	292.773	665.005	314.332	191.239	161.259	75.691
Centro-Oeste	30.676	34.097	12.727	16.632	291.304	279.734	99.759	134.956
Total Brasil	2.865.888	2.866.998	1.006.669	1.052.392	2.618.702	2.390.476	1.212.809	1.020.605

FONTE: Fundação IBGE/CEPAGRO.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Nota: Estão computados os dados da terceira safra de inverno, cultivadas no Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal.

(1) Estimativas do IBGE/Levantamento Sistemático de Produção Agrícola - out/87.

A produção catarinense de feijão em 1986/87 - embora prejudicada por fatores climáticos adversos, principalmente na safrinha - atingiu 224.000 t, ou seja um volume sensivelmente superior às 181.000 t colhidas em 1986. Como decorrência, Santa Catarina, que na safra 1985/86 havia respondido por aproximadamente 8,7% da produção brasileira, situando-se como o 5º produtor nacional, teve, em 1987, sua participação aumentada para cerca de 11% da produção, evoluindo para a 4ª colocação.

No que diz respeito à primeira safra, a área de plantio assemelhou-se aos 271.000 ha cultivados em idêntico período anterior. As explicações para este comportamento centraram-se em diversos fatores, dentre os quais se destacaram: a falta de sementes; os reflexos negativos acarretados pela frustração da sa-

fra anterior; o reajuste do preço-mínimo em níveis inferiores ao esperado; a demora na liberação dos créditos de custeio e, no caso do Alto Vale do Itajaí, a preferência dada ao cultivo da cebola.

As perspectivas de produção, que inicialmente mostravam um potencial da ordem de 249.000 t, sofreram um decréscimo razoável - em decorrência não só das geadas e ventos frios da penúltima semana de outubro e segunda semana de novembro/86, como, também, das constantes chuvas à época da colheita -situando-se em apenas 189.700 t. Apesar destes empecilhos, o resultado desta primeira safra foi sensivelmente superior ao da frustrada safra do mesmo período anterior, quando foram obtidas apenas 77.140 t.

Na safrinha, ou segunda safra, a área plantada (115.920 ha) se mostrou 37,4% inferior à cultivada em 1986. Dentre as causas que foram apontadas como desestimuladoras do plantio, destacaram-se: as indefinições quanto à política de preços mínimos e de financiamento da produção - até fevereiro ainda não tinham sido estabelecidas - e a pouca atratividade dos preços de mercado que vigoraram nos dois primeiros meses do ano. Além destes, o excesso de chuvas ocorrido na primeira quinzena de fevereiro, ao ter atrapalhado o plantio, também colaborou para que a área semeada não atingisse maiores níveis. A produção, por sua vez, inicialmente estimada em aproximadamente 91.000 t, sofreu pesadas perdas em face de fatores climáticos adversos - estiagens em março, geadas em abril e maio e excesso de chuvas no período de colheita - e se situou em somente 34.650 t, ou seja, apresentou uma queda de 66,6% em relação ao volume colhido em 1986.

TABELA 3

FEIJÃO - ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO (SAFRA E SAFRINHA) DA CULTURA EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1977/78 A 1987/88

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1977/78			
. Safra	161.557	112.622	697
. Safrinha	35.549	10.370	292
1978/79			
. Safra	161.551	143.609	889
. Safrinha	66.226	45.794	691
1979/80			
. Safra	187.731	87.942	468
. Safrinha	88.280	32.030	363
1980/81			
. Safra	190.800	194.000	1.017
. Safrinha	100.300	52.250	521
1981/82			
. Safra	248.000	243.040	980
. Safrinha	125.000	78.000	624
1982/83			
. Safra	271.474	137.586	507
. Safrinha	150.613	24.842	165
1983/84			
. Safra	243.598	240.528	841
. Safrinha	155.000	105.833	683
1984/85			
. Safra	255.000	229.251	899
. Safrinha	159.619	82.902	550
1985/86			
. Safra	271.362	77.140	284
. Safrinha	185.287	103.792	560
1986/87			
. Safra	271.000	189.700	700
. Safrinha	115.923	34.657	299
1987/88			
. Safra	270.000	216.000	800

FONTE: IBGE/CEPAGRO

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

(1) Estimativa IBGE/GCEA-SC (nov/87)

A análise da tabela a seguir, além de permitir a visualização da produção microrregional, demonstra também, com bastante clareza, os prejuízos acarretados para o desempenho da segunda safra pelas condições adversas, tanto que só a microrregião Colonial do Oeste Catarinense, maior produtora estadual, apresentou um desempenho 65% inferior ao da safrinha anterior. Já, no que diz respeito à primeira safra, pode-se constatar que nas microrregiões mais importantes, embora a área de plantio se tenha mantido praticamente a mesma do ano anterior, a produção foi significativamente maior do que a obtida em 1986.

TABELA 4

FÊIJÃO - PRODUÇÃO (1ª SAFRA E SAFRINHA) POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA DE SANTA CATARINA - SAFRAS 1985/86 E 1986/87

MICRORREGIÃO	(em t)			
	1ª SAFRA		SAFRINHA	
	1985/86	1986/87	1985/86	1986/87
Col. de Joinville	271	330	286	308
Lit. de Itajaí	187	210	226	198
Col. de Blumenau	1.164	1.314	1.997	866
Col. de Itajaí do Norte	1.285	1.127	2.828	915
Col. do Alto Itajaí	7.718	9.450	9.100	1.837
Florianópolis	363	553	575	688
Col. Serrana Catar.	1.963	2.317	1.470	661
Lit. de Laguna	101	178	675	241
Carbonífera	1.901	2.144	10.792	1.800
Lit. Sul Catar.	554	290	4.465	1.223
Col. Sul Catar.	971	750	3.461	1.772
Campos de Lages	3.343	9.744	-	-
Campos de Curitibanos	14.716	46.290	1.770	798
Col. do Rio do Peixe	7.973	17.160	4.629	1.797
Col. Oeste Catar.	22.330	68.240	60.658	21.381
Planalto de Canoinhas	12.300	29.603	860	172
TOTAL DO ESTADO	77.140	189.700	103.792	34.657

FONTE: IBGE/GCEA-SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

3. MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO

O mercado mundial de feijão, quando comparado com o de outros grãos, pode ser classificado como bastante restrito. A não ser no caso dos Estados Unidos, onde boa parte da produção visa ao mercado externo, nos demais países produtores o volume de colheita busca principalmente o auto-abastecimento, ocorrendo vendas para outros países somente em momentos de safras abundantes. Em face desta pequena importância no comércio mundial e frente à inconstância da demanda de importação por parte dos países maiores consumidores - que só vão ao mercado em anos de escassez interna - os preços do feijão, que chegaram a atingir em 1972 um pico de até US\$ 660,00/t, se enfraqueceram, oscilan-

do, de 1980 para cá, entre aproximadamente US\$ 308,00/t e US\$ 617,00/t.

O mercado interestadual de feijão-carioca iniciou o ano bastante abastecido e com o grande volume da oferta pressionando os preços para baixo. No entanto, a constatação de que a safra não teria a expressão esperada proporcionou firmeza aos preços no transcorrer de fevereiro, recolocando-os praticamente nos mesmos patamares do final de 1986. No início de março, tão logo entrou em vigor o novo preço mínimo de Cz\$ 429,00/sc, as cotações em termos nominais sofreram uma sensível reação. Naquele mês, embora tenham permanecido as indefinições quanto ao tabelamento no varejo, o mercado promoveu seu próprio ajuste, dado que os níveis de preços que o atacado vinha operando inviabilizavam a comercialização até a ponta final do consumo. A tendência de crescimento das cotações foi se acentuando no transcorrer daquele mês até meados de maio, devido não só às expectativas de que a oferta seria muito apertada (em decorrência das quebras registradas na 1ª e 2ª safra do Sul e da safra de Irecê (BA), como, também, porque naquele período os preços do feijão foram liberados.

Após o expressivo crescimento dos preços registrados entre março e maio, o mercado se mostrou relativamente calmo no transcorrer de junho. A maior entrada de feijão da segunda safra do Sudeste e de alguns estados do Centro-Oeste e a redução do consumo provocado pelo grande aumento dos preços nos meses anteriores proporcionaram estabilidade ao mercado já no início de junho. Por outro lado, a volta do tabelamento no varejo (decorrência do Plano Bresser) também colaborou para frear o movimento altista que vinha se verificando até então.

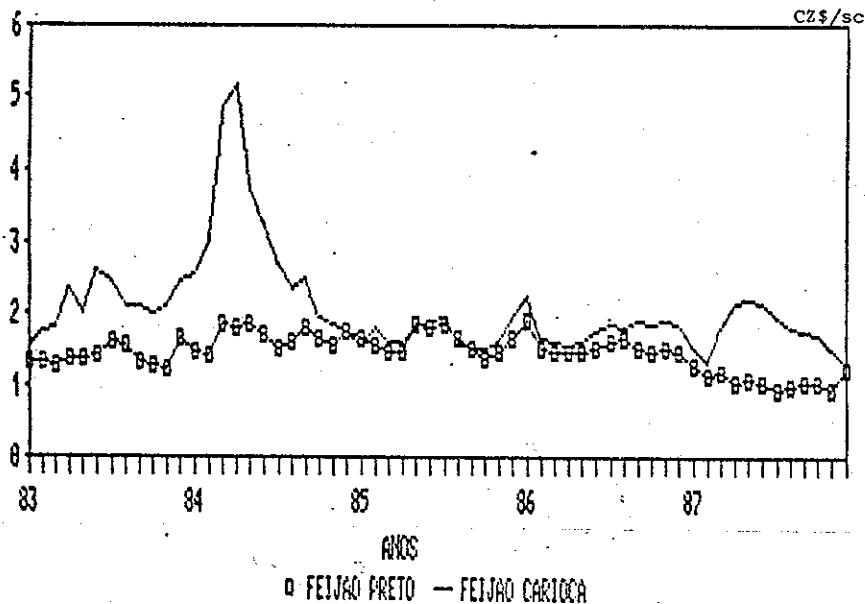
Durante o período mais agudo da entressafra (agosto a outubro), os preços correntes, embora tenham oscilado, apresentaram um comportamento relativamente estável. Este comportamento, que de certa forma contrariou as expectativas de que os mesmos tenderiam a crescer, foi creditado ao bom resultado alcançado pela safra de inverno e à redução do consumo, como, também, ao fato de o feijão da safra baiana ter fluído com razoável intensidade para o mercado do Sudeste. Esta última assertiva decorreu da constatação de que o mercado do Nordeste - que seria o

principal demandador da safra baiana - devido à baixa renda dos consumidores, não absorveu a produção (da safra daquele estado), considerada razoavelmente boa, mesmo com a sensível quebra provocada pelas estiagens.

A situação de relativo equilíbrio entre a oferta e a demanda, que atenuou a perspectiva de escassez na entressafra, e o início da colheita da primeira safra de 1987/88, já a partir de meados de outubro - principalmente no noroeste do Paraná e em São Paulo - geraram expectativas de uma oferta razoável e proporcionaram relativa calma aos preços, que, apesar de terem mostrado elevações nominais, não chegaram a acompanhar o ritmo da inflação até o final do ano.

Em termos reais, os preços, após terem apresentado uma sensível reação entre março e junho, declinaram a partir daí até o final do ano. De qualquer forma, o feijão-carioca foi um dos poucos produtos de consumo básico cujos preços tiveram, no transcorrer do ano, um comportamento razoavelmente firme.

GRÁFICO 1
FEIJÃO - PREÇOS REAIS DE OUT./87^(*), NO ATACADO DE SP - 1983-87



ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

FONTE: FECOAGRO

(*) Utilizou-se o IGP-DI da FGV (Revista Conjuntura Econômica)

Os preços reais do feijão-preto, por sua vez, se mostraram declinantes até novembro, não só como decorrência de a oferta se ter mostrado maior do que a demanda e terem sido promovidas importações da Argentina, como, também e principalmente, porque os preços foram comprimidos pelo tabelamento no varejo em níveis irrealistas. A partir de meados de novembro, entretanto, os

preços acusaram um sensível crescimento, causado tanto pela retirada do tabelamento, quanto pelo ajustamento do mercado ao novo preço mínimo.

Em termos nominais o comportamento dos preços (vide tabela 5) se mostrou quase sempre crescente. As variações e suas causas podem ser resumidamente descritas da seguinte forma. Nos dois primeiros meses do ano, o bom nível da oferta e as perspectivas de folga no suprimento foram os fatores dados como principais responsáveis pela constância dos preços, cujos níveis não se mostraram favoráveis à comercialização para quem pagou o preço mínimo. Embora o mercado se tenha ajustado, no início de março, à nova realidade do preço de garantia do governo, Cz\$ 429,00/sc, os preços voltaram a se estabilizar até meados de maio e se situaram em níveis bastante inferiores aos dos feijões de cor, já que, apesar de a produção da primeira safra ter sofrido quebras, a oferta se manteve normal.

A partir de meados de maio, as cotações voltaram a crescer em decorrência tanto do pequeno volume de estoques em mãos dos atacadistas dos grandes centros consumidores e das quebras da safrinha do Centro-Sul, quanto da influência da elevação substancial dos preços dos feijões de cor, que proporcionaram ao feijão-preto um papel mais decisivo na complementação do abastecimento global de feijão. Este comportamento, que se estendeu até junho, foi reforçado ainda pela correção gradativa do preço mínimo, o qual, após sucessivos reajustes, foi finalmente fixado em Cz\$ 639,00/sc. A tendência de crescimento foi contida, no entanto, com a volta do tabelamento em níveis irrealistas, o que manteve os preços praticamente estáveis até fins de agosto, época em que apresentaram uma leve melhora como decorrência do estabelecimento do novo preço-mínimo em Cz\$ 1.050,00/sc. Embora, daí em diante, as cotações no atacado interestadual tenham mostrado tendência de crescimento, seus níveis se mantiveram, até o final do ano, sempre abaixo do preço de garantia do governo, fato que gerou preocupações quanto ao desempenho da comercialização nos primeiros meses de 1988.

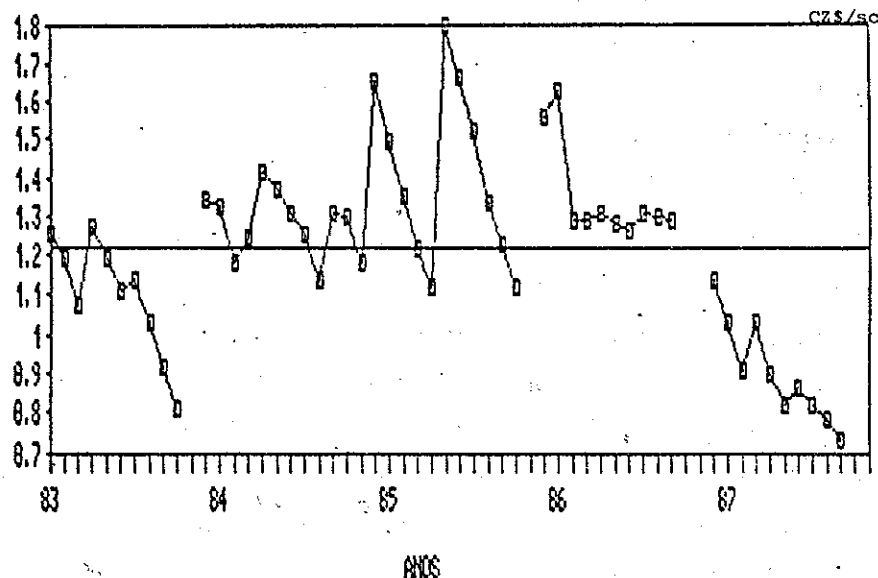
Em Santa Catarina, o mercado atacadista se apresentou bastante movimentado no transcorrer do primeiro semestre apenas com respeito ao feijão-carioca. A boa procura por parte das

grandes praças consumidoras, principalmente São Paulo, e os bons preços praticados no atacado interestadual, além de terem proporcionado rapidez no escoamento do excedente estadual, sustentaram os preços que acompanharam a mesma tendência verificada no mercado de São Paulo. Já a partir de meados do ano, com a diminuição da oferta interna estadual, os negócios foram diminuindo, com a comercialização encerrando-se praticamente ao final de agosto. No que diz respeito ao feijão-preto, a comercialização se mostrou bastante morosa, dado que os níveis de preços praticados no atacado interestadual, com exceção de alguns períodos, não se mostrou atrativa, fato que gerou a entrega ao governo de parcela dos estoques que se encontravam em EGF.

Os preços do feijão-preto, a nível de produtor do Oeste, principal região produtora, evoluíram de Cz\$ 300,00/sc em janeiro para Cz\$ 600,00/650,00 por saca ao final de junho. Apesar de ter acompanhado de perto a evolução do preço mínimo, seu crescimento real foi negativo, não só na maior parte daquele período, como, também, até setembro, quando ocorreram as últimas negociações com o produto.

GRÁFICO 2

FEIJÃO PRETO - PREÇOS REAIS DE OUT/87^(*) - RECEBIDOS PELO PRODUTOR SC - 1982-87



ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

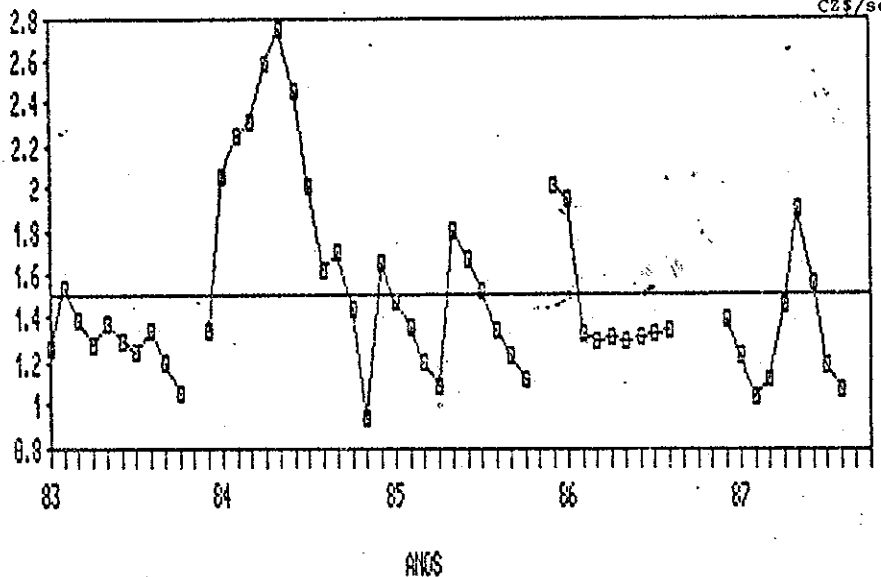
FONTE: SIMA/SC

(*) Utilizou-se o IGP-DI da FGV (Revista Conjuntura Econômica)

Já o feijão-carioca, também a nível de produtor daquela região - cujos preços reais iniciaram o ano em queda - apresentou sensível reação a partir de março até junho, seja porque em março entrou em vigor o preço mínimo da safrinha, seja porque

o mercado nacional, neste período, apresentou uma sensível elevação. A queda real das cotações a partir de junho se deveu tanto ao fato de o produto remanescente da safrinha ter caído gradativamente de qualidade, quanto do próprio comportamento do mercado interestadual, onde os preços, embora não tão acentuadamente, também se apresentaram em queda em termos reais.

GRÁFICO 3
 FEIJÃO CARIOCA - PREÇOS REAIS EM OUT/87 (*) - RECEBIDOS PELO PRODUTOR SC - 1983-87
 CZ\$/sc



ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

FONTE: SIMA/SC

(*) Utilizou-se o IGP-DI da FGV (Revista Conjuntura Econômica)

4. ABASTECIMENTO

O abastecimento nacional de feijão de cor, que em meados do ano chegou a apresentar sinais de escassez, foi razoavelmente normal, graças, principalmente, ao bom resultado da safra de inverno, cuja produção se situou próximo a 130 mil toneladas. Outro fator que também proporcionou condições de equilíbrio entre a oferta e a demanda, foi a sensível queda registrada no consumo (vide quadro a seguir), por sua vez provocada pela queda do poder aquisitivo e pelo crescimento dos preços deste tipo de feijão. A queda do consumo interno, aliada à pouca oferta internacional do produto a preços não atrativos, desmotivou os importadores que não adquiriram as 100.000 t autorizadas pelo governo. O feijão-preto, cujo consumo apresentou um expressivo crescimento em relação a 1986 (como decorrência do tabelamento de seus preços no varejo em níveis artificialmente baixos - o que provocou substituição de consumo de feijão de cor por fei-

jão-preto) mostrou um quadro razoavelmente favorável e passou o ano comercial com um certo estoque, que foi sensivelmente aumentado com a autorização de importação de 40 mil toneladas de produto argentino, em razão do acordo bilateral celebrado entre os dois países.

Em resumo, apesar de a produção brasileira se ter apresentado bastante modesta, o suprimento nacional se mostrou satisfatório, não só porque o consumo de feijões de cor ficou aquém do esperado, como também porque os estoques de passagem do ano anterior - cerca de 147 mil t de feijões de cor e 113 mil t de feijão-preto - auxiliaram a suprir a demanda.

TABELA 5

FEIJÃO - ESTIMATIVA DE OFERTA E DEMANDA - BRASIL, SAFRAS 1985/86 E 1986/87

DISCRIMINAÇÃO	(em 1.000 t)			
	PRETO		CARIOCA	
	85/86	86/87	85/86	86/87
Estoque Inicial	149	113	181	147
Produção	311	485	1.933	1.606
Importação	73	40*	12	0
Oferta	533	638	2.127	1.753
Consumo	420	558	1.980	1.742
Estoque Final	113	80	147	11

FONTE: CFP - Ago/87.

* Importação autorizada em set/87.

OBS.: Final de temporada comercial - novembro.

No que diz respeito a Santa Catarina, a produção de 224.000 t, embora sem atingir os níveis inicialmente esperados, se mostrou suficiente para atender à demanda interna estadual no transcorrer do ano, e também para gerar um excedente, da ordem de 103.000 t, exportável para outras unidades da Federação.

5. PERSPECTIVAS PARA A PRÓXIMA SAFRA

No que concerne à primeira safra catarinense de 1987/88, as estimativas do IBGE/GCEA, do final de novembro, apontavam para uma área cultivada da ordem de 270.000 ha, seme-

lhante ao total plantado no ano passado. Embora nas regiões onde predomina o cultivo do feijão-carioca a área tenha apresentado crescimento - como decorrência dos estímulos proporcionados pelos preços deste produto no mercado durante o ano - nas outras, em que a participação do feijão-preto é mais expressiva, o cultivo foi desestimulado, fato que anulou um provável crescimento da área, a nível de estado.

Diante desta previsão de plantio e apesar de a cultura ter enfrentado alguns empecilhos - principalmente com a queda de granizo em alguns municípios do oeste no início de novembro - as perspectivas de produção ainda se mostravam boas em fins de dezembro. Caso não ocorram problemas durante a colheita, acredita-se que o volume total a ser colhido a nível de estado possa situar-se num intervalo entre 200 e 220 mil toneladas.

A nível nacional, a primeira safra do Centro-Sul, apesar de ter acusado redução de aproximadamente 3,0% em relação à área cultivada em 1986 - 1,7 milhão de ha - continuava, ao final de dezembro, a apresentar uma boa perspectiva, com a produção estimada em aproximadamente 1,1 milhão de toneladas. Por outro lado, mesmo que a safra da Bahia não se recupere, é possível que a produção total da primeira safra a nível de Brasil se aproxime de 1,2 milhão de toneladas, número que, se confirmado, apresentará um incremento de aproximadamente 15% em relação ao obtido na safra passada. Apesar das expectativas de que a escassez de feijão que se registrou no nordeste no último bimestre do ano leve a um consumo mais rápido da produção da primeira safra do Centro-Sul, acredita-se que o abastecimento nacional deverá se mostrar razoavelmente tranquilo até março/abril, época em que começará a entrar no mercado o resultado das primeiras colheitas da safrinha.

TABELA 6

FEIJÃO - PREÇO NOMINAL MENSAL A NÍVEL DO PRODUTOR CATARINENSE, NO ATACADO DE SÃO PAULO E PREÇO MÍNIMO - 1987

(em CZ\$/SC de 60 Kg)

MÊS	PRODUTOR DE STA CATARINA ⁽¹⁾		ATACADO DE SÃO PAULO ⁽²⁾		PREÇO
	Preto	Carioca	Preto	Carioca	Mínimo
Jan	300,00	355,00	380,00	440,00	318,60
Fev	300,00	344,00	375,00	452,00	318,60
Mar	393,00	423,00	454,00	686,00	429,00
Abr	411,00	665,00	486,00	995,00	456,60
Mai	478,00	1.100,00	631,00	1.299,00	509,40
Jun	630,00	1.140,00	765,00	1.603,00	639,00
Jul	660,00	943,00	775,00	1.600,00	639,00
Ago	660,00	900,00	833,00	1.530,00	1.050,00
Set	660,00	ausente	966,00	1.592,00	1.116,60
Out	ausente	ausente	1.050,00	1.720,00	1.180,20
Nov	ausente	ausente	1.125,00	1.787,00	1.288,20
Dez	1.450,00	1.450,00	1.650,00	1.750,00	1.453,80

FONTE: FECOAGRO.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Nota: (1) Os preços representam a média aritmética mensal em Chapecô.

(2) Preços para feijão de boa qualidade (tipo extra).

3.8. FUMO

1. CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE

Segundo o Anuário Situación Y Perspectivas de los Productos Básicos da FAO 1986/87, no ano de 1985 a produção mundial atingiu 6,939 milhões de toneladas de fumo em folha. O Brasil continua se destacando como quarto produtor mundial, sendo superado pela China, Estados Unidos e Índia, respondendo por cerca de 6% do total produzido no mundo.

A nível de Brasil, embora existam vários estados produtores, o grosso da produção se concentra nos três estados da Região Sul, que, segundo as estimativas do IBGE/CEPAGRO (outubro/87), na safra 1986/87 responderam por 82,5% da produção nacional. Além da Região Sul, merece destaque o estado de Alagoas, que normalmente tem ocupado a condição de terceiro produtor nacional.

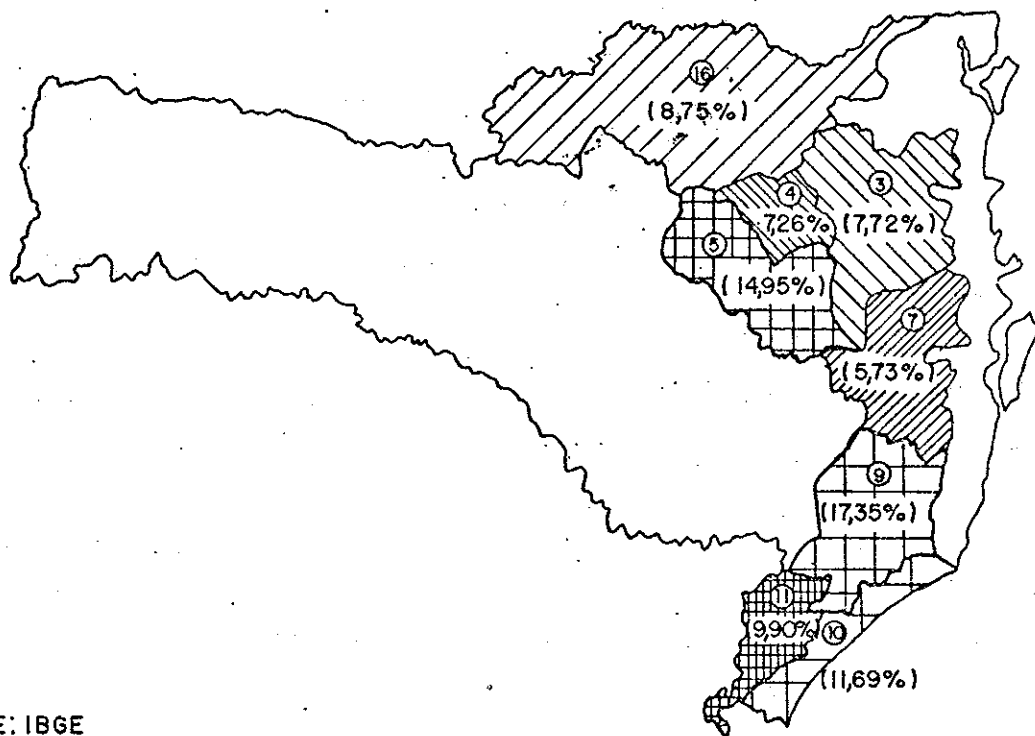
O estado de Santa Catarina, que tradicionalmente ocupava a condição de segundo produtor, nos últimos anos vem se destacando como primeiro produtor nacional. Na safra 1986/87 respondeu por aproximadamente 37% do total produzido no país.

A cultura do fumo é de extrema importância para a economia catarinense, sendo responsável na safra 1984/85 - segundo a Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 1985/86, volume 2 - por 8,1% do valor bruto da produção dos principais produtos agropecuários, situando-se como o quarto produto mais importante, superado apenas pela avicultura, a suinocultura e o milho.

Além disso, envolve aproximadamente 50.000 produtores rurais, constituindo uma importante alternativa de renda para as pequenas propriedades e recolhe para o governo um expressivo volume de recursos na forma de impostos.

A produção se caracteriza por uma estreita vinculação entre produtores e indústrias. As indústrias se responsabilizam

MAPA 1 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE FUMO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1986/87



FONTE: IBGE

ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

pela compra total - à exceção do fumo em corda - da safra de fumo do sul do Brasil, independentemente de qualidade e quantidade. As mesmas fornecem os insumos, geralmente entregues ao agricultor durante a comercialização da safra anterior, e avalizam junto à rede bancária o financiamento dos investimentos necessários e do custeio das lavouras, além de fornecerem assistência técnica aos produtores.

Depois da colheita das folhas, existem duas formas de estas serem secadas. Na região sul do estado, a secagem do produto é feita exclusivamente em estufas com calor controlado, permitindo a obtenção de um produto de melhor qualidade. Na região oeste, predomina a secagem a temperatura ambiente (galpão). Nas regiões do Vale do Itajaí e Planalto de Canoinhas, ocorre a secagem nas duas modalidades.

Os fumos, cuja secagem é realizada em estufas, compreendem os tipos Amarelinho e Virgínia, enquanto os tipos Burley e Comum são secados em galpão.

A classificação do produto se dá em duas etapas: a pré-classificação e a classificação propriamente dita. A pré-classificação é feita na propriedade pelos produtores após a orientação dos instrutores das empresas fumageiras, enquanto a classificação propriamente dita é realizada nos postos de recebimento das empresas, quando da entrega do produto, sendo supervisionada por classificadores da CIDASC. A classificação considera, basicamente, a posição da folha no pé, a cor e a qualidade. Através das diversas combinações, chega-se a 48 classes diferentes.

2. PRODUÇÃO

A produção mundial tem apresentado algumas oscilações nos últimos anos. Embora parte dessa oscilação possa ser atribuída à variação na área plantada, o maior determinante tem sido o rendimento médio obtido, que tem variado sensivelmente de uma safra para outra.

TABELA 1

FUMO - PRODUÇÃO MUNDIAL - 1983-86

ANO	PRODUÇÃO (1.000 toneladas)
1983	6.000
1984	6.456
1985	6.939
1986	6.587

FONTE: FAO - Anuário FAO de Produção - 1985 - e Situación y Perspectivas de los Productos Básicos, 1986-87.

Os principais produtores mundiais são: China, Estados Unidos, Índia, Brasil, União Soviética, Turquia e Itália, os quais, somados, representaram cerca de 60% da produção mundial de 1985.

Quanto à produção nacional, a safra 1986/87, segundo o IBGE/CEPAGRO (outubro/87), apresentou, em relação à safra 1985/86, um incremento praticamente idêntico ao verificado na área plantada. Não pode ser considerada, portanto, uma boa safra. O rendimento obtido de 1.398 kg, praticamente idêntico ao da safra 1985/86 - 1.385 kg/ha - ficou muito aquém da expectativa. Isto se deveu, em grande parte, às safras do Rio Grande do Sul e Santa Catarina que, em termos de rendimento, ficaram sensivelmente aquém do resultado atingido historicamente.

Em termos de produção, continuam destacando-se os três estados da Região Sul, além de Alagoas. Santa Catarina se destaca como primeiro produtor nacional, respondendo por 37% da produção nacional, seguido pelo Rio Grande do Sul com 35% e Alagoas, com um percentual bem mais modesto, 11% (tabela 2).

No que diz respeito a Santa Catarina, ao contrário da safra 1985/86, caracterizada por um longo período de estiagem, a safra 1986/87 foi marcada por algum excesso de chuva para as lavouras de fumo. Em vista disso e de algumas perdas provocadas por granizo, não se confirmaram as estimativas iniciais de uma produção de 161.500 t. Segundo os dados finais do IBGE/GCEA-SC, numa área plantada de 98.305 ha, foi obtida uma produção de apenas 156.669 t.

TABELA 2

FUMO - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO - SAFRAS NACIONAIS 1985/86 E 1986/87⁽¹⁾

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (t)		RENDIMENTO (kg/ha)	
	1985/86	1986/87	1985/86	1986/87	1985/86	1986/87
Santa Catarina	95.667	98.305	156.953	156.669	1.641	1.594
Rio Grande do Sul	90.113	106.046	129.966	147.366	1.442	1.390
Alagoas	39.145	36.396	43.837	46.707	1.120	1.283
Paraná	18.300	22.390	29.522	41.104	1.613	1.836
Bahia	19.648	21.784	14.147	16.515	720	758
Minas Gerais	5.910	6.064	3.822	3.938	647	649
Sergipe	5.054	2.918	5.721	3.148	1.132	1.079
Outras	5.682	5.424	3.289	2.972	579	548
TOTAL	279.539	299.327	387.257	418.419	1.385	1.398

FONTE: IBGE/CEPAGRO - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (out/87).

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

⁽¹⁾ Dados não-definitivos.

Este resultado não pode ser considerado satisfatório. Comparando-se, por exemplo, com a safra 1985/86, cuja área plantada foi de 95.667 ha e a produção de 156.953 t, verifica-se um incremento de 2,8% na área e um resultado praticamente idêntico na produção. Ou seja, o rendimento médio de 1.594 kg/ha foi ainda inferior aos 1.641 kg/ha obtidos na safra 1985/86, o qual já não havia sido encarado como dos melhores.

TABELA 3

FUMO - ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO DA CULTURA EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1978/79 A 1987/88

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1978/79	76.190	139.876	1.835
1979/80	76.642	127.401	1.662
1980/81	61.250	100.303	1.637
1981/82	71.384	132.130	1.851
1982/83	89.369	132.063	1.478
1983/84	91.319	152.231	1.667
1984/85	90.000	160.055	1.778
1985/86	95.667	156.953	1.641
1986/87	98.305	156.669	1.594
1987/88 ⁽¹⁾	96.000	158.400	1.650

FONTE: IBGE/GCEA-SC.

⁽¹⁾ Estimativa.

Embora cultivada em todas as microrregiões do estado, a cultura assume maior importância nas seguintes: Carbonífera,

Colonial do Alto Itajaí, Litoral Sul Catarinense, Colonial do Sul Catarinense, Colonial do Oeste Catarinense, Planalto de Canoinhas e Colonial de Blumenau, cujas áreas plantadas representaram, na safra 1986/87, 80% do total cultivado no estado.

TABELA 4

FUMO - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS DE SANTA CATARINA - SAFRAS 1985/86 E 1986/87

MICRORREGIÃO	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (t)		REND. (kg/ha)	
	1985/86	1986/87	1985/86	1986/87	1985/86	1986/87
Col. Joinville	695	709	1.267	1.226	1.823	1.729
Lit. Itajaí	376	323	636	541	1.691	1.675
Col. Blumenau	7.027	6.961	12.562	12.101	1.788	1.738
Col. Itajaí Norte	6.397	6.900	9.979	11.370	1.560	1.648
Col. Alto Itajaí	16.576	15.580	25.789	23.362	1.556	1.499
Florianópolis	642	662	1.078	1.142	1.679	1.725
Col. Serrana Cat.	5.955	5.608	10.468	8.974	1.756	1.600
Lit. Laguna	774	778	1.080	1.046	1.396	1.344
Carbonífera	16.126	17.007	25.846	27.190	1.603	1.599
Lit. Sul Cat.	10.324	11.640	19.025	18.322	1.843	1.574
Col. Sul Cat.	10.894	10.524	18.244	15.522	1.675	1.475
Campos Lages	1.021	964	1.616	1.381	1.583	1.433
Campos Curitib.	817	935	1.232	1.461	1.508	1.563
Col. Rio do Peixe	2.445	2.751	3.943	4.424	1.613	1.608
Col. Oeste Cat.	7.489	8.956	10.285	14.895	1.373	1.663
Plan. Canoinhas	8.109	8.007	13.913	13.712	1.718	1.713
TOTAL DO ESTADO	95.667	98.305	156.953	156.669	1.641	1.594

FONTE: Fundação IBGE/GCEA-SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

No que diz respeito ao fumo que passa pela classificação oficial da CIDASC, a situação das duas últimas safras pode ser vista abaixo:

TABELA 5

FUMO - QUANTIDADE CLASSIFICADA SEGUNDO AS DIFERENTES VARIEDADES, PARTICIPAÇÃO %-SANTA CATARINA, SAFRAS 1985/86 E 1986/87

VARIEDADE	1985/86		1986/87	
	Quantid. (t)	Partic. (%)	Quantid. (t)	Partic. (%)
Virginia	95.583	63,3	105.304	67,1
Amarelinho	18.561	12,3	13.653	8,7
Burley	34.835	23,1	36.034	23,0
Comum	1.936	1,3	1.907	1,2
TOTAL	150.915	100,0	156.989	100,0

FONTE: Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

3. MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO

O Brasil continua se destacando como um dos principais exportadores do mundo, sendo responsável em 1985 por cerca de 12,5% do total das exportações mundiais, sendo superado apenas pelos Estados Unidos, que detêm 18,7%.

TABELA 6

FUMO - PRINCIPAIS EXPORTADORES MUNDIAIS DE FUMO EM FOLHA - 1985

PAÍS	QUANTIDADE (t)	US\$ 1.000
EUA	252.953	1.529.783
Brasil	169.811	438.312
Turquia	102.726	330.143
Zimbabwe	99.844	230.000
Grécia	86.750	151.015
Itália	85.005	91.386
SUBTOTAL	797.629	2.770.639
TOTAL MUNDIAL	1.353.629	4.030.007

FONTE: Anuário FAO de Comércio - 1985.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Do lado dos importadores, destacam-se os seguintes: Estados Unidos, Alemanha Ocidental, Reino Unido, Países Baixos e Espanha, que representam 44% das importações mundiais.

No que diz respeito aos preços no mercado internacional, a exemplo do que vem acontecendo nos últimos anos, em 1987 não se apresentaram muito favoráveis. Em função de os estoques mundiais continuarem bastante elevados e das vendas subsidiadas de alguns países exportadores, como a Argentina e os EUA, o mercado internacional continua bastante ofertado e com preços relativamente comprimidos. Em vista disso, os exportadores brasileiros têm constantemente manifestado suas preocupações em relação aos cuidados que se devem ter quanto à qualidade do fumo, para competir em condições mais favorecidas nesse mercado.

TABELA 7

FUMO - PRINCIPAIS IMPORTADORES MUNDIAIS DE FUMO EM FOLHA - 1985

PAÍS	QUANTIDADE (t)	US\$ 1.000
EUA	200.977	534.823
Alemanha Ocidental	146.314	512.631
Reino Unido	120.509	384.894
Países Baixos	90.347	301.221
Espanha	66.500	299.000
SUBTOTAL	624.647	2.032.569
TOTAL MUNDIAL	1.409.732	4.732.802

FONTE: Anuário FAO do Comércio - 1985.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Dado que a qualidade do fumo exportado em 1987 tem sido melhor que a de 1986, o decréscimo no valor das exportações foi inferior ao que se verificou na quantidade. Apesar disso, o preço médio recebido em 1987 ainda fica sensivelmente aquém do preço alcançado em 1982 e 1983.

TABELA 8

FUMO QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS - 1982-87

ANO	QUANTIDADE (t)	VALOR FOB (US\$ 1.000)
1982	166.908	476.923
1983	178.047	471.954
1984	189.234	468.570
1985	201.097	459.334
1986	178.069	413.209
1987 (1)	160.000	400.000

FONTE: CACEX.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Estimativa.

Em face de ter havido uma menor utilização dos portos catarinenses para o embarque de fumo, o decréscimo das exportações catarinenses é sensivelmente superior ao verificado a nível nacional.

TABELA 9

FUMO - QUANTIDADE E VALOR DO FUMO EMBARCADO PARA EXPORTAÇÃO, PELOS PORTOS CATARINENSES - 1982-86

ANO	QUANTIDADE (t)	VALOR FOB (US\$ 1.000)
1982	31.630	116.099
1983	28.790	85.392
1984	34.595	73.526
1985	40.381	103.108
1986	28.522	78.874

FONTE: CACEX e Centro do Comércio Exterior de Santa Catarina.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

A nível de mercado interno, mais especificamente na Região Sul, a comercialização da safra 1986/87 foi bastante problemática. Nas primeiras negociações realizadas, embora os produtores não concordassem, as indústrias resolveram estabelecer o mesmo preço que vigorou na safra 1985/86. As indústrias alegaram que, em função dos preços dos cigarros bastante defasados e de o mercado internacional estar bastante adverso, não poderiam aumentar o preço a nível de produtor. No entanto, depois de algumas negociações, inicialmente foi concedido 30% e posteriormente mais um percentual - retroativo ao fumo já comercializado - que resultou num reajuste de 50% em relação à safra anterior.

Para a comercialização da safra 1987/88, que se iniciará no mês de janeiro de 1988, a negociação foi bem mais favorável para os produtores. Houve um aumento de 23% sobre a tabela que vigorou na safra 1986/87 e foi estabelecida correção mensal de acordo com a variação da OTN no período de abril a dezembro de 1987. A partir do início da comercialização, o preço será corrigido diariamente. Além disso, os produtores poderiam receber, a partir de setembro de 1987, um adiantamento de Cz\$ 5.000,00/ha plantado, para posterior pagamento sem nenhum encargo financeiro.

TABELA 10.

FUMO - PREÇO MÉDIO NOMINAL RECEBIDO PELOS PRODUTORES DE SANTA CATARINA, POR VARIEDADE E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL - SAFRAS 1985/86 E 1986/87

VARIEDADE	1985/86 Cz\$/kg	1986/87 Cz\$/kg	VARIAÇÃO (*) %
Virginia	12,94	19,20	48,4
Amarelinho	12,09	18,81	55,6
Burley	12,72	18,30	43,9
Comum	8,25	11,96	45,0
PREÇO MÉDIO PONDERADO (1)	12,72	18,87	48,3

FONTE: CIDASC - Setor Técnico de Classificação.

ELABORAÇÃO Instituto CEPA/SC.

(1) Ponderado pela quantidade comercializada por variedade.

(*) A variação, inferior aos 50% negociados, provavelmente se deve ao fato de a retroatividade do segundo reajuste do fumo já comercializado não estar computada no preço médio da safra 1986/87.

4. ABASTECIMENTO E CONSUMO

No período de 1980 a 1984, o consumo nacional de cigarros caiu gradativamente. Isto se deveu a uma sensível perda de poder aquisitivo da população. Em 1985 já se verificou uma recuperação, permitida especialmente pelo fato de os preços dos cigarros evoluírem em níveis abaixo da inflação. No ano de 1986, com o congelamento de preços e uma sensível recuperação no poder aquisitivo da população, o consumo extrapolou todas as expectativas, atingindo níveis históricos.

Neste ano de 1987, com a queda do poder aquisitivo - verificada especialmente a partir do mês de junho - mesmo com os preços dos cigarros evoluindo em níveis inferiores aos da inflação - 214,4% contra aproximadamente 369% - o consumo voltou a patamares próximos aos do ano de 1985.

TABELA 11

FUMO - CONSUMO DOMÉSTICO DE CIGARROS NO BRASIL, 1978-87

ANO	BILHÕES DE UNIDADES
1978	137,2
1979	137,4
1980	142,7
1981	134,9
1982	132,3
1983	129,2
1984	127,8
1985	146,3
1986	168,9
1987 (*)	150,0

FONTE: Sindicato das Indústrias de Fumo.

(*) Previsão.

Além da queda de consumo, no período de 1980 a 1984 verificou-se uma maior opção por marcas de categorias mais baixas e conseqüentemente mais baratas. Em 1985, esta situação começou a reverter para consolidar novamente, em 1986, uma maior preferência por cigarros de melhor categoria. Caso os preços dos cigarros evoluam a níveis mais significativos que os que se têm verificado e o quadro salarial verificado em 1987 permaneça, deverá repetir-se novamente o fenômeno verificado entre 1980 e 1984.

No que diz respeito a Santa Catarina, não obstante o estado seja o maior produtor nacional de fumo em folha, o cigarro consumido internamente vem todo de fora. Isto se deve ao fato de a matéria-prima ser apenas pré-beneficiada no estado. Depois do pré-beneficiamento, parte do produto é transformada em cigarro, principalmente no estado do Rio Grande do Sul, enquanto a outra parcela é destinada ao comércio exterior, sob a forma de fumo em folha.

5. PERSPECTIVAS PARA A PRÓXIMA SAFRA

Em termos de safra nacional, ainda não se dispõe de

estimativas de área e de produção da safra 1987/88. Em relação aos três estados da Região Sul do país, que representa cerca de 76% da área plantada, mesmo com as estimativas apontando para uma pequena redução nessa área, a expectativa é de que se atinja uma produção entre 350 e 360 mil toneladas.

Quanto a Santa Catarina, segundo as estimativas do IBGE/GCEA-SC (novembro/87), foram plantados 96.000 ha e a produção esperada é de 158.400 t. Apesar da redução na área de plantio, a expectativa de uma melhor produção em relação à safra passada se deve ao fato de que aquela sofreu problemas de excesso de chuvas e apresentou um rendimento sensivelmente aquém do esperado para este ano. Embora se estejam verificando alguns problemas, como perdas por granizo e fortes ventos, ainda se espera que a expectativa de uma melhor produção para a safra 1987/88 venha a se efetivar.

No que tange à comercialização, ao contrário dos últimos anos, quando se verificaram dificuldades de acordos entre produtores e indústrias, acontecendo até boicotes na entrega do fumo, em função do acordo prévio dos reajustes a serem concedidos e da sistemática de correção dos preços a comercialização da safra deverá se processar sem maiores problemas. Isto seguramente pesará positivamente na intenção de plantio da safra 1988/89, a qual, também pela boa negociação realizada pelos produtores com as indústrias na atual safra, deverá apresentar algum incremento na área de plantio.

3.9. MAÇÃ

1. CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE

Originária do oeste da Ásia, a maçã é uma das mais antigas, tradicionais e consumidas frutas do mundo.

Em termos de volume produzido, segundo dados da FAO, é ultrapassada apenas pela uva e pela banana, dividindo a terceira posição com a laranja.

Os maiores produtores são os países do continente asiático e europeu, e mais os Estados Unidos da América, que, em conjunto, respondem por mais de 90% da produção mundial.

No continente americano, além dos Estados Unidos, destacam-se as produções da Argentina, Canadá, Chile, México e Brasil. Neste último, a cultura, face a exigências específicas de condições climáticas, tem a sua produção condicionada a áreas bastante restritas, ou seja, aos estados da Região Sul e aos estados de São Paulo e Minas Gerais.

Em Santa Catarina, a cultura era considerada, até o ano de 1970, praticamente sem nenhuma importância no contexto da produção agrícola do estado. A partir dessa data, entretanto, graças à criação, em 1968, do PROFIT - Projeto de Fruticultura de Clima Temperado - e ainda com a possibilidade da aplicação de incentivos fiscais nessa área, a maleicultura tomou nova dimensão, com reflexos, inclusive, sobre os demais estados brasileiros.

O estado responde hoje por mais de 60% da produção nacional de maçãs, e já é possível, por exemplo, ver-se a maçã viabilizando minifúndios e empresas, gerando agroindústrias, empregos, ativando o comércio e os transportes, a arrecadação governamental, o desenvolvimento sócio-econômico de regiões inteiras, além de poupar ao país milhares de dólares em divisas, graças à substituição das importações.

Esta atividade absorve, atualmente, no estado catarinense, cerca de 1.380 unidades produtivas, sendo que mais de 70% da produção interna é concentrada nos municípios de Fraiburgo, São Joaquim, Lebon Régis, Campos Novos e Bom Jardim da Serra.

2. PRODUÇÃO

Segundo o Anuário Estatístico da FAO, a produção mundial de maçãs, nos últimos anos, tem oscilado em torno de 39 milhões de toneladas.

Em 1985, segundo a mesma fonte, a produção obtida alcançou o volume de 37.922.000 t, e os principais países produtores, com seus respectivos percentuais de participação, foram, por ordem decrescente: União Soviética (18,46%), Estados Unidos (9,34%), China (8,48%), França (6,10%), Itália (5,52%), Turquia (4,67%), Alemanha Ocidental (3,72%), Polônia (3,54%), Espanha (2,78%), Índia (2,63%) e Hungria (2,58%).

TABELA 1

MAÇÃ - PRINCIPAIS PRODUTORES MUNDIAIS - 1982-85

PAÍS	(em 1.000 t)			
	1982	1983	1984	1985
União Soviética	7.400	7.800	7.100	7.000
Estados Unidos	3.684	3.798	3.758	3.542
China	2.441	3.553	2.955	3.215
França	3.149	1.983	2.960	2.315
Itália	2.603	2.032	2.210	2.092
Turquia	1.600	1.750	1.900	1.772
Alemanha Ocidental	2.637	1.313	1.799	1.410
Polônia	2.126	1.729	1.564	1.343
Hungria	1.279	1.141	1.088	980
Espanha	892	1.076	1.020	1.056
Índia	950	967	986	1.000
TOTAL MUNDIAL	41.440	39.289	39.598	37.922

FONTE: Anuário FAO de Producción, vol. 39, 1985.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Na América do Sul, cabe destacar as colheitas da Argentina e do Chile, que em 1985 alcançaram volumes de 943 mil e 491 mil toneladas, respectivamente.

A nível de Brasil, a produção de maçãs tem evoluído significativamente nos últimos anos, apesar das dificuldades financeiras enfrentadas pelo setor.

Em apenas dez anos, a oferta de maçãs do país cresceu em cerca de 1.060%, passando de somente 23.300 t em 1976, para a expressiva produção de 247.160 t na safra 1985/86, comprometendo, inclusive, a curto prazo, as exportações da Argentina, e, a médio e longo prazo, a própria produção daquele país.

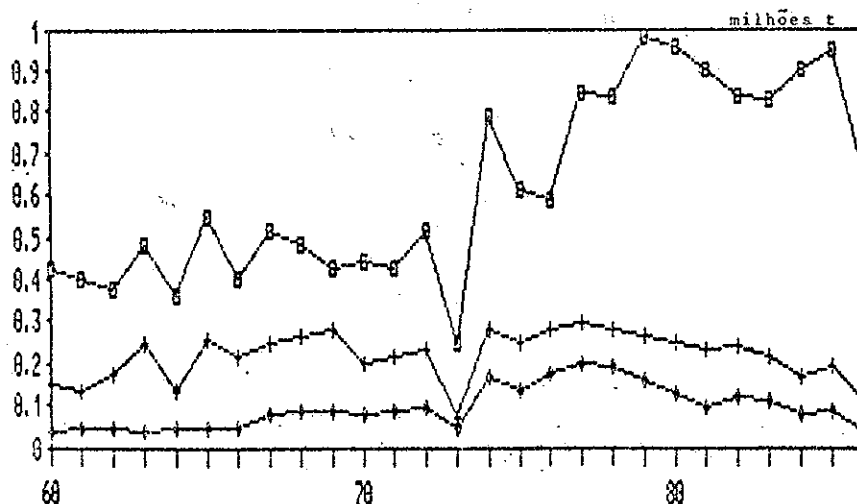
TABELA 2
MAÇÃ - CRESCIMENTO ANUAL DA PRODUÇÃO BRASILEIRA, QUANTIDADE PRODUZIDA, POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO SAFRA 1976/77 A 1985/86

SAFRA	ESTADO PRODUTOR					BRASIL
	RS	SC	PR	SP	MG	
1976/77	1.953	12.355	250	-	-	14.558
1977/78	3.349	10.854	500	-	-	14.703
1978/79	5.600	21.410	700	11.000	240	38.950
1979/80	9.000	28.225	2.356	9.000	553	49.134
1980/81	13.500	39.175	4.000	11.600	947	69.222
1981/82	25.000	76.664	7.910	17.000	1.300	127.874
1982/83	21.000	57.338	8.000	13.200	1.100	100.638
1983/84	32.000	108.609	13.980	7.000	1.200	162.789
1984/85	55.000	138.055	17.300	8.000	1.200	219.555
1985/86	65.000	156.887	15.727	7.716	1.830	247.160

FONTE: EMATER/SC - ACARESC, EMATER/PR - ACARPA, ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PRODUTORES DE MAÇÃ.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

GRÁFICO 1
MAÇÃ ARGENTINA - QUANTIDADE PRODUZIDA E EXPORTADA - 1960-1980



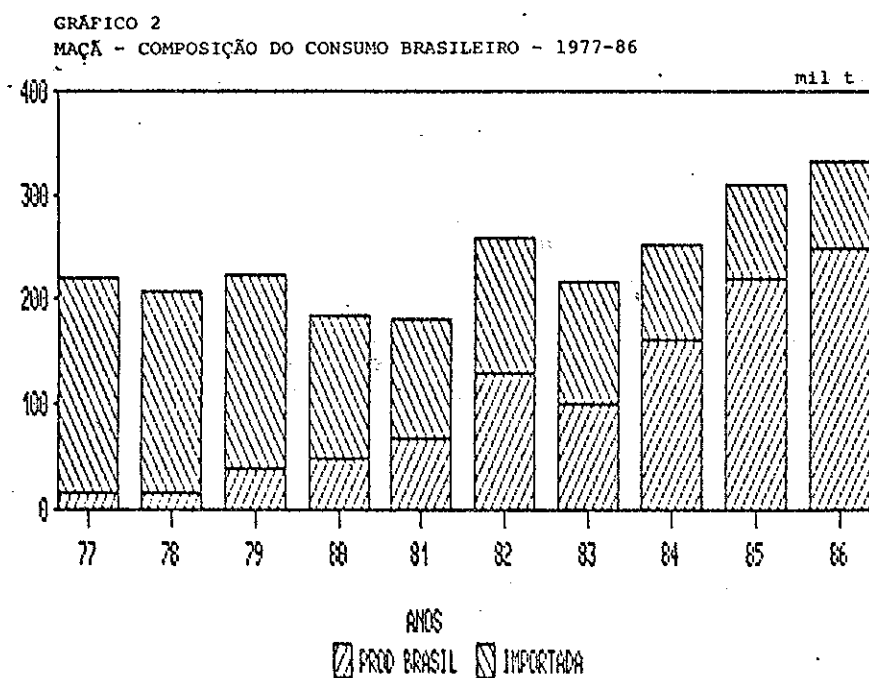
ANOS
○ PRODUÇÃO + EXPORTAÇÃO TOTAL + PARA O BRASIL

Segundo o Programa Nacional de Produção e Abastecimento de Maçãs - MA/SNAP/G.HORT (1980 a 1984), esse excelente índice de crescimento demandou, pelas características da cultura, iniciativas, ações, enquadramento e políticas nem sempre previstos e pré-estabelecidos, e resultou da necessidade de substituição das importações brasileiras de maçã. Seus volumes e valores mostram a dimensão de sua importância no abastecimento nacional.

Até há algum tempo, a produção nacional de frutas, principalmente de maçãs, era considerada insignificante em relação à necessidade de suprimento do mercado interno, sendo necessário importar, anualmente, grandes quantidades da fruta a fim de atender à demanda nacional, situando-se o Brasil entre os maiores importadores mundiais do produto.

Segundo dados da FAO, em 1970, quando foram importadas cerca de 108.000 t, já se absorvia de 5% a 6% do volume mundial dessa fruta, constituindo-se o Brasil no maior importador do hemisfério sul e o quarto a nível mundial.

A partir de 1979, entretanto, com o aumento gradativo da produção interna, o volume anual de importações de maçãs começou a decrescer de forma significativa. Já em 1984, a oferta nacional superava o volume importado.



FONTE: CIEF/IBGE, GHORT/SEPOC/SNAB/MA - CACEX - ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE MAÇÃ
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

Torna-se necessário, portanto, definir objetivos mais amplos e duradouros para a maleicultura nacional. A substituição das importações pelo Brasil já se tornou uma meta intermediária de um setor que tem potencialidades e que pode responder, como o fez até o momento, aos estímulos que vier a receber, estabelecendo-se, assim, mais uma riqueza agrícola para o país.

É preciso, para isso, que os órgãos oficiais envolvidos na atividade continuem a alocar recursos e que sejam criadas linhas de crédito especiais para o setor, sobretudo para a ampliação do parque de armazenagem frigorífica, condizentes com a atividade e oportunas em períodos e valores, para que não se frustem perspectivas de produção e para que o produto possa alcançar o mercado em períodos apropriados.

O Brasil vem ampliando rapidamente a sua produção de maçãs, ordenada pelo Programa Nacional de Produção e Abastecimento, estabelecido pelo Ministério da Agricultura a partir de 1980. De 49 mil toneladas naquele ano, o país passou a colher 247 mil toneladas na safra 1986. As importações, nesse mesmo período, decresceram significativamente, proporcionando uma economia acumulada de divisas de cerca de 300 milhões de dólares, garantindo, dessa forma, o desenvolvimento econômico-social de regiões que se estruturaram para garantir o auto-consumo.

São 26,6 mil hectares de pomares com 30 milhões de macieiras, que propiciam ocupação e renda a 100 mil pessoas, entre produtores e trabalhadores rurais.

Esses índices de excelente crescimento, em se tratando de cultura permanente que exige altos investimentos iniciais, demonstram que os consistentes recursos privados e governamentais, já aplicados na infra-estrutura e serviços de apoio ao produtor, começam a frutificar.

A maçã nacional é uma realidade e a manutenção de uma política para o setor passa a ter nova dimensão, principalmente nas ações de estocagem, comercialização e abastecimento de entressafra.

É essencial - para que a produção seja eficiente e o

setor competitivo em seu todo - que a atividade prossiga em sua evolução, com diretrizes bem assentadas e definidas. Minimizam-se, assim, as possibilidades de que seu futuro dependa de disposições atípicas e emergenciais que não agregam segurança aos investimentos e investidores do setor.

Nesse sentido, o Ministério da Agricultura, ao oficializar a segunda versão do Plano Nacional de Produção e Abastecimento de Maçãs, propõe a "consolidação de uma política nacional para o setor, direcionando a continuidade de seu crescimento integrado, colocando em vigência um elenco de medidas e estratégias adequadas para orientar o encaminhamento de decisões em todos os níveis, com o fim único de assegurar benefícios a todos os segmentos da produção/abastecimento, sem perder de vista os interesses dos consumidores e da economia nacional".⁽¹⁾

O referido Plano Nacional, a ser desenvolvido no período de 1987 a 1990, apresenta, como grandes objetivos:

- "aumentar a produção e a participação da maçã nacional no abastecimento interno, de forma a atingir, em 1990, uma produção total de 409.000 t, das quais 370.000 t a serem ofertadas ao mercado de frutas frescas, significando, dessa forma, uma oferta líquida mercantilizável de 18.500.000 caixas de 20 quilos;
- assegurar o escoamento e a comercialização da produção nacional, ampliando sua presença no mercado em volume e época, alcançando, em 1990, uma participação de 97% da necessidade de abastecimento projetada para aquele ano;
- disciplinar as importações complementares em função do aumento de oferta da maçã nacional no mercado interno, obtendo, dessa forma, uma redução de 78% da necessidade de importação em 1990, com base no volume efetivado em 1985 (90.846 t e 25.978 mil dólares CIF)".

(1) BRASIL. Ministério da Agricultura. Secretaria Nacional de Abastecimento. Secretaria Nacional de Produção Agropecuária/SNAP. Programa nacional de produção e abastecimento de maçãs. - 1987 - 1990. Brasília, EMBRATER, 1987. 28 p.

O Plano Nacional prevê, ainda, ter disponível, até 1990, 235.500 t de capacidade estática de frigorificação junto às regiões produtoras, significando, por conseguinte, um crescimento de 118.500 t no período de vigência do Programa, além da implantação de 5.000 novos hectares com macieiras, com vistas a atender ao abastecimento e à expansão do consumo até aquele ano.

Para que sejam atingidos os objetivos propostos, o Plano Nacional sugere uma série de medidas, dentre as quais cabe destacar:

- "solicitar a alocação de recursos para aplicação de crédito rural em investimentos de plantio, custeio de safra, estocagem a frio nos pólos produtores e de comercialização;
- solicitar ao organismo de crédito rural, em seus programas e controles, um tratamento individual a ser dado ao produto;
- realizar, através das Delegacias Federais da Agricultura - DFA, - Secretarias de Agricultura e/ou organismos vinculados, o acompanhamento efetivo da evolução anual dos plantios, por cultivar, como forma de avaliar e prognosticar a composição das futuras produções, adotando medidas oportunas de ajuste, exigidas pelo abastecimento;
- determinar à Secretaria Nacional de Cooperativismo - Senacoop, o apoio às cooperativas que operam com maçã, priorizando o atendimento creditício para sua consolidação, crescimento e expansão de atividades e serviços em relação ao produto;
- solicitar às associações de produtores de maçã, a nível nacional e estadual, que estimulem o entrosamento e a aglutinação de pequenos e médios produtores em organizações associativas, como forma eficaz de suprimento coletivo das necessidades de produção, beneficiamento, estocagem e comercialização da maçã nacional;
- solicitar às companhias estaduais de armazenagem uma atuação prioritária nas áreas de concentração de produção, em cada estado produtor, visando suprir e/ou complementar necessidades de estocagem frigorífica adequada ao produto;

- recomendar à SNAB a promoção de ações informativas e motivacionais sobre a maçã nacional, junto aos representantes dos segmentos de comercialização, no sentido de ampliar seus canais de distribuição durante o período de safra;
- solicitar ao CONFAZ e às Secretarias Estaduais de Fazenda que estabeleçam e mantenham políticas de estímulos tributários para a circulação da maçã nacional;
- solicitar à Carteira de Comércio Exterior - CACEX, quando das importações de maçã, vincular sua entrada a classes e tipos mais convenientes ao consumo nacional, permitindo somente a admissão de produto embalado, tipo extra, em classe (tamanho) compreendida entre 88 e 150 frutos por caixa;
- solicitar à Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária - SNAD, o estabelecimento de normas de fiscalização fitossanitária e toxicológica para todos os lotes de maçã efetivamente internalizados no país;
- solicitar à CACEX, à CINGRA e à SNAB proteção ao similar nacional em toda a linha de produtos industrializados". (2)

Estimada preliminarmente em 285.381 t de oferta bruta, a produção brasileira de maçãs da safra 1986/87 apresentou - em razão de uma série de fatores climáticos adversos verificados durante praticamente todo o ano agrícola - números finais substancialmente involuídos em relação às primeiras avaliações, ou seja, mostrou um volume total de 178.202 t do fruto.

As adversidades acima referidas dizem respeito às registradas no período de repouso dessa frutífera, quando não se verificaram, como em anos anteriores, a ocorrência de um inverno rigoroso e número bastante elevado de horas de frio abaixo de 7,2°C. Também a formação de fortes geadas em fins de outubro/86 e as constantes quedas de granizo em praticamente todas as regiões produtoras foram outros fatores negativos verificados no último ano agrícola, com conseqüências negativas sobre a produção

(2) Vid. nota 1.

e a qualidade dos frutos colhidos.

Se analisado em relação às primeiras estimativas, o dado final dessa safra mostra-se menor em 37,56%, assim como se apresenta inferior à produção da safra precedente, quando foram produzidas 247.000 t de maçãs.

A produção alcançada na safra 1986/87, por estado produtor, bem como as suas participações relativas em função do total produzido, são mostradas na tabela 3.

TABELA 3

MAÇÃ - PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES E PARTICIPAÇÃO RELATIVA - SAFRA 1986/87

ESTADO PRODUTOR	PRODUÇÃO OBTIDA (t)	PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)
Santa Catarina	104.202	58,47
Rio Grande do Sul	45.000	25,25
Paraná	23.000	12,91
São Paulo	5.000	2,81
Minas Gerais	1.000	0,56
TOTAL	178.202	100,00

FONTE: EMATER/SC - ACARESC, EMATER/PR - ACARPA, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE MAÇÃS.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

O volume efetivamente destinado à comercialização "in natura" ficou em torno de 155.000 t.

Em termos de Santa Catarina, que sistematicamente vem se destacando como o primeiro produtor nacional do fruto, a última safra foi também sensivelmente prejudicada por adversidades climáticas.

A produção estadual, que inicialmente havia sido estimada em 170.000 t, posteriormente reavaliada para 150.000 t, alcançou somente 104.202,75 t de maçãs, ou seja, mostrou-se involuída em 38,70% em relação às primeiras estimativas e foi menor que a precedente em 33,58%.

TABELA 4

MAÇÃ - ÁREA PLANTADA E COLHIDA, PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA EM SANTA CATARINA - SAFRA DE 1976/77 A 1986/87

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
1976/77	3.815	1.375	12.355	8.985
1977/78	5.287	1.965	10.854	5.524
1978/79	6.337	2.668	21.410	8.025
1979/80	7.154	3.815	28.225	7.398
1980/81	8.031	5.287	39.175	7.410
1981/82	9.036	6.337	76.664	12.098
1982/83	10.035	7.154	57.338	8.015
1983/84	10.808	8.031	108.609	13.524
1984/85	11.946	9.036	138.055	15.278
1985/86	12.821	10.035	156.887	15.634
1986/87	13.421	10.808	104.203	9.641

FONTE: EMATER/SC - ACARESC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Do total produzido na última safra, cerca de 93.044,06 t foram comercializadas "in natura" e 11.158,69 t destinaram-se à industrialização.

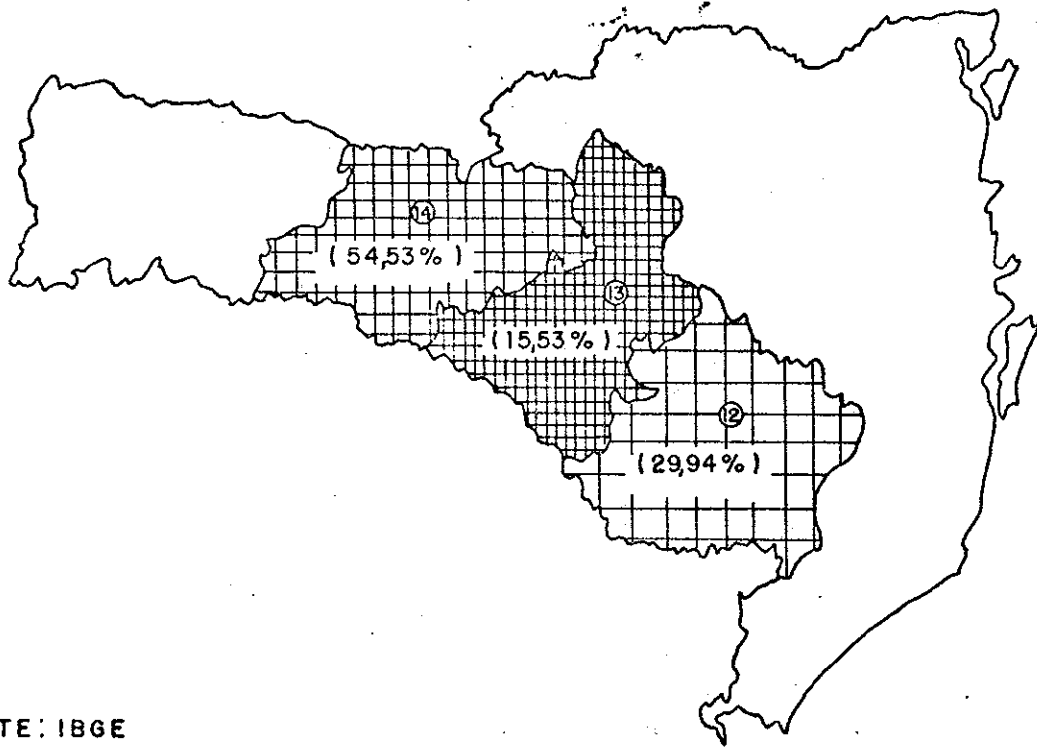
A maçã comercializada "in natura" foi ofertada por 991 produtores e representou 89,3% da oferta interna estadual.

Ao produto industrial coube uma participação de 10,7% na produção catarinense, sendo ofertado por 465 produtores.

A exemplo de anos precedentes, os maiores destaques, no âmbito microrregional, foram novamente para as regiões Colonial do Vale do Rio do Peixe e Campos de Lages.

A primeira, respondeu por aproximadamente 54,53% da produção estadual, ou seja, com uma oferta de 56.823,39 t, sobressaindo-se o município de Fraiburgo com uma produção de 49.224,52 t de maçãs.

**MAPA 1 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE MAÇÃ
EM SANTA CATARINA - SAFRA 1986/87**



FONTE: IBGE

ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA /SC

Na região dos Campos de Lages aparecem como maiores produtores os municípios de São Joaquim e Bom Jardim da Serra, com colheitas de 22.356,47 e 3.556,92 t, respectivamente. A oferta dessa região foi de 31.197,72 t do fruto, ou seja, 29,94% da produção catarinense.

Também merecem destaque as ofertas dos municípios de Lebon Régis, Campos Novos, Água Doce, Lages e Urubici, cuja produção vêm, a cada ano, mostrando constantes aumentos.

Apesar dos avanços da maleicultura nacional, o setor ainda enfrenta uma série de problemas ligados à produção e à comercialização, sendo os mais importantes os relacionados com a infra-estrutura de recebimento, classificação e armazenagem frigorífica do produto.

As últimas informações disponíveis, a nível nacional, davam conta da existência de somente 150.000 t de armazenagem frigorífica.

O estado de Santa Catarina - dentre as demais unidades da Federação - se destaca como o mais bem estruturado nessa área, já dispondo de uma estrutura de armazenagem a frio, específica para a maçã, superior a 113 mil toneladas.

A distribuição dessa estocagem, em Santa Catarina, está em 87,4% sob administração privada, 10,8% pertence a Cooperativas e somente 1,8% está sob orientação oficial.

TABELA 5
MAÇÃ - DISTRIBUIÇÃO DA ARMAZENAGEM A FRIO CONFORME A ADMINISTRAÇÃO DAS UNIDADES, POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA - SANTA CATARINA - 1987

MICRORREGIÃO PRODUTORA	ADMINISTRAÇÃO DAS UNIDADES			TOTAL
	Particular	Cooperativa	Oficial	
Col. Rio do Peixe	81.440	1.125	550	83.115
Campos de Lages	14.195	11.110	1.200	26.505
C. Curitibanos	3.000	-	250	3.250
Col. Oeste Cat.	300	-	-	300
TOTAL	98.935	12.235	2.000	113.170

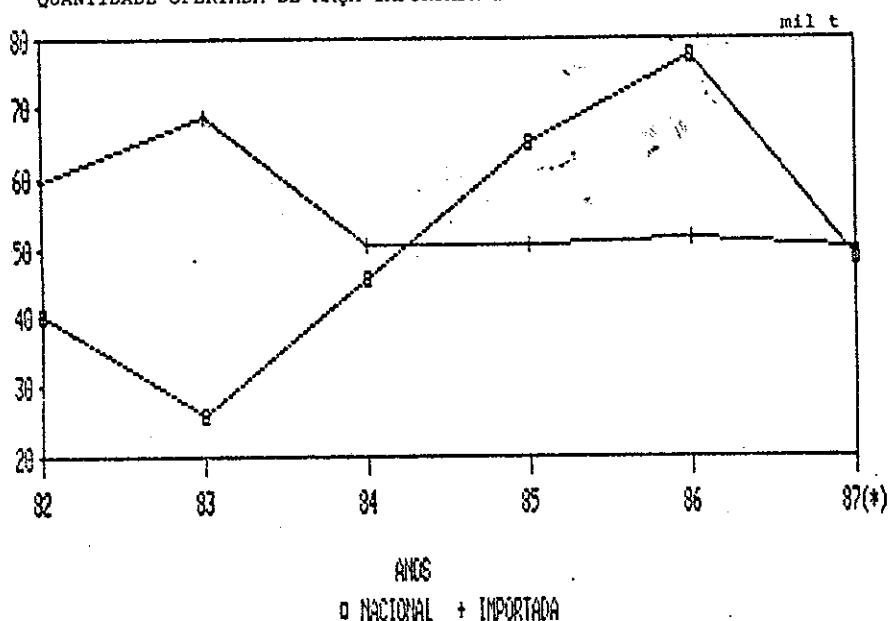
FONTE: COCAR - COMPANHIA CATARINENSE DE ARMAZENAMENTO.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

3. COMERCIALIZAÇÃO E ABASTECIMENTO

Apesar dos entraves ligados à atividade, a maçã nacional vem ampliando sua participação no mercado interno, seja pelo aumento da produção, seja como decorrência de uma maior conscientização do produtor que criou uma infra-estrutura que lhe permite a colocação no mercado de fruta de excelente qualidade, competitiva com a maçã importada, além de ampliar o período de oferta do produto (gráfico 3).

GRÁFICO 3
QUANTIDADE OFERTADA DE MAÇÃ IMPORTADA E NACIONAL DA CEAGESP - 1982-87



FONTE: CEAGESP
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

TABELA 6
MAÇÃ - POPULAÇÃO BRASILEIRA, QUANTIDADE PRODUZIDA E IMPORTADA, CONSUMO NACIONAL E VALOR DAS IMPORTAÇÕES - 1977-87

ANO	POPULAÇÃO BRASILEIRA (1.000 hab)	PRODUÇÃO NACIONAL (t)	VOLUME IMPORTADO (t)	VOLUME TOTAL (t)	CONSUMO NACIONAL (kg/hab/ano)	VALOR VOLUME IMPORTADO (US\$ 1000CIF)
1977	110.562	14.558	202.565	217.123	2,0	88.396
1978	113.304	14.703	190.217	104.920	1,8	97.758
1979	116.114	38.950	183.117	222.067	1,9	101.882
1980	119.099	49.134	135.410	184.544	1,5	77.206
1981	122.000	69.222	112.563	181.785	1,5	68.424
1982	125.000	127.874	127.631	255.505	2,0	67.148
1983	128.000	100.638	115.384	216.022	1,7	42.568
1984	131.000	162.789	89.733	252.522	1,9	29.655
1985	134.000	219.555	90.845	310.400	2,3	26.484
1986	137.000	247.160	83.931	331.091	2,4	47.240 (1)
1987	140.000	178.202	123.810	302.012	2,1	46.174 (1)

FONTE: CIEF/IBGE, GHORT/SEPOC/SNAB/MA, CACEX, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE MAÇÃ

ELABORAÇÃO: Instituto CEP/SC

(1) US\$ 1.000 FOB.

Entretanto, para que não se frustem perspectivas de ofertas e como forma de "assegurar o escoamento e a comercialização da produção nacional, ampliando sua presença no mercado em volume e época, o Plano Nacional de Produção e Abastecimento de Maçãs, propõe:

- pôr em execução as normas de classificação e padronização vigentes para comercialização do produto;
- dotar as regiões de concentração de produção com infra-estrutura adequada de beneficiamento, classificação e armazenagem frigorífica;
- estimular a formação de grupos organizados de produtores com vistas à comercialização;
- estabelecer linhas de crédito com prazo, carência e encargos financeiros compatíveis, para a implantação de unidades de processamento, classificação e armazenagem frigorífica, beneficiando os produtores individuais e suas organizações;
- alocar recursos para financiamento à estocagem frigorífica da maçã destinada ao abastecimento de entressafra;
- acionar os agentes governamentais no suprimento da estocagem frigorífica e normalização de escoamento de safras, quando a participação e/ou a interveniência dos mesmos for necessária e oportuna;
- dotar os mercados atacadistas oficiais de adequada infra-estrutura de estocagem a frio, que lhes permita a consecução de uma cadeia de frigorificação em benefício da maçã nacional;
- orientar para as regiões de concentração produtora aplicações públicas e programas especiais que contemplem melhorias infra-estruturais relacionadas com a abertura e a conservação permanente de estradas para o escoamento da produção;
- promover o consumo e a distribuição capilar da maçã nacional" (3).

(3) Vid nota 1.

A par dos problemas ligados à produção, constatados no último ano, a comercialização dessa safra também transcorreu aquém das expectativas, quer pelo maior percentual de frutos de qualidade inferior, quer pela presença constante da fruta importada no mercado, quer pelo menor consumo, decorrente da perda constante do poder de compra da população brasileira. Com relação à importação da fruta, é oportuno lembrar que o governo federal, contrariando os interesses do próprio país e numa demonstração de descaso para com os maleicultores nacionais, firmou, em fins de outubro/86, acordo de cooperação com a Argentina, com duração de três anos e entrada em vigor a partir de janeiro/87, permitindo a importação de 200.000 caixas de 20 kg de maçãs no mês de janeiro, 100.000 caixas de fevereiro a maio e livre importação no período de junho a dezembro.

A verdade é que o mercado, no corrente ano, com raras exceções, operou fraco e com preços relativamente baixos após a livre importação da Argentina, se comparados aos verificados na safra precedente.

Na CEAGESP - Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo, por exemplo, a movimentação do produto neste ano (até o mês de outubro), ficou em apenas 2.865.800 caixas de 17 kg, contra 4.464.000 caixas de 1.896. O volume importado, por sua vez, crescia, no mesmo período, de 1.867.300 caixas de 20 kg, para 2.378.400 caixas, quantitativo esse formado praticamente de fruto oriundo da Argentina.

Apenas para ilustrar, cabe lembrar que a produção de maçãs da Argentina da safra 1986/87 alcançou 1.078.000 t, recorde histórico dessa fruta, superando em 81,5% o volume registrado na safra 1985/86 e superior em 34,4% e 27,2%, respectivamente, à média dos últimos cinco a dez anos.

Não obstante as dificuldades concernentes à parte produtiva e às relacionadas ao normal escoamento da safra, comprovadas neste ano e já amplamente abordadas, os preços de comercialização do produto podem ser considerados como satisfatórios.

TABELA 7

MAÇÃ - ÁREA PLANTADA E COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA CULTURA ARGENTINA - MÉDIAS DAS SAFRAS 1981/82 - 1985/86 E 1976/77-1985/86 E SAFRAS 1976/77 A 1986/87

PERÍODO	ÁREA PLANTADA (ha)	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
MÉDIA/SAFRAS				
1981/82				
1985/86	57.100	50.870	801.860	15.763
1976/77				
1985/86	54.554	49.047	847.730	17.284
SAFRAS				
1976/77	50.000	44.000	820.000	18.636
1977/78	52.000	47.000	810.000	17.234
1978/79	53.500	48.100	972.000	20.208
1979/80	52.500	49.000	958.000	19.551
1980/81	52.045	48.018	908.000	18.910
1981/82	55.100	51.550	804.000	15.597
1982/83	56.250	51.800	817.000	15.772
1983/84	57.500	48.600	872.000	17.942
1984/85	58.150	49.600	922.400	18.597
1985/86 (*)	58.500	52.800	593.900	11.248
1986/87 (*)	58.000	52.800	1.078.000	20.417

FONTE: Noticiario Frutícola/Câmara Argentina de Fruticultores integrados.

(*) Dados provisórios.

Apesar de, no cômputo anual, a média de preços reais - corrigidos pelo IGP de novembro/87 - ter-se situado 7% inferior à do ano precedente, a análise pormenorizada da comercialização mensal permite confirmar que o resultado financeiro dessa safra superou a de anos passados.

Esta afirmativa decorre da constatação de que, no transcorrer do primeiro semestre deste ano, quando mais de 60% da produção da última safra foi comercializada, os preços médios mensais - considerando-se apenas a oferta na CEAGESP - conforme se observa na tabela 8 e no gráfico 4 a seguir, mostraram-se substancialmente maiores que os verificados em mesmo período do ano passado. Esta situação de mercado é creditada ao fato de o

consumo interno, no período, situar-se ainda em níveis de 1986, haja vista a recuperação salarial ocorrida durante o Plano Cruzado e uma perda salarial não tão significativa como a ocorrida no segundo semestre deste ano.

A partir de julho próximo passado, entretanto, com o achatamento dos salários e como decorrência da maior entrada no país da fruta importada da Argentina, os preços médios, em termos reais, caíram substancialmente.

Em assim sendo, as médias mensais relativas ao segundo semestre de 1987, com raras exceções, mostraram-se sensivelmente menores que as verificadas nos últimos sete anos.

A nível de produtor catarinense, a comercialização dessa última safra, segundo dados fornecidos pelo Serviço de Extensão Rural do estado, atingiu um montante de Cz\$ 1.132.509.749,37, representando, portanto, a preços nominais, um crescimento de 90,32% sobre os Cz\$ 595.065.480,00 da safra anterior.

O produto comercializado "in natura" movimentou recursos da ordem de Cz\$ 1.102.499.652,32 e foi vendido, a nível de propriedade, a um preço médio de Cz\$ 16,84/kg. O produto industrial teve um preço médio de venda de Cz\$ 2,68/kg, e o total restante dessas transações alcançou Cz\$ 30.010.097,05.

Na região de São Joaquim, sede da Cooperativa Regional Agropecuária Serrana Ltda, a comercialização da safra foi considerada excelente, quer em escoamento da produção, quer em termos de preços recebidos. Segundo relatório divulgado pela entidade, a comercialização da Coopertiva atingiu em torno de 3.000 toneladas de maçãs - o total recebido foi de cerca de 3.220 toneladas, sendo que a diferença constituiu-se de descartes ocorridos nas fases de recebimento, classificação e armazenagem do produto.

O maior preço de venda da Cooperativa ficou com a cultivar Fuji, com média de safra de Cz\$ 18,90/kg, seguida pelas cultivares Starkrimson e Red Delicious, com médias de Cz\$ 15,12/kg; pelas cultivares Gala, Cz\$ 14,47/kg e Golden Delicious, que

foi comercializada, em média a Cz\$ 14,10/kg.

O preço médio da safra comercializada pela Cooperativa ficou em Cz\$ 14,50/kg.

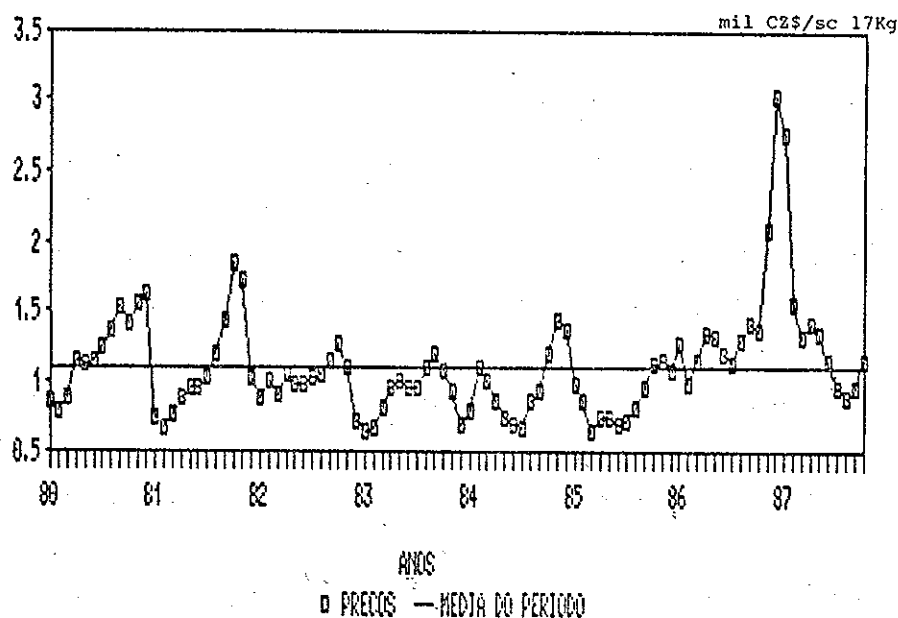
TABELA 8
MAÇA NACIONAL-PREÇOS MEDIOS MENSAIS VERIFICADOS NA CEAGESP - 1982-1987

MES	(Cz\$/cx 17kg)							
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
JAN	853.87	749.52	886.84	634.49	787.01	976.70	1257.90	2762.14
FEV	786.59	668.29	1012.21	677.71	1098.85	862.25	972.02	1569.74
MAR	877.08	752.03	916.05	800.04	1013.63	644.26	1157.43	1310.96
ABR	1138.37	872.02	1043.96	967.32	856.78	743.97	1329.49	1422.20
MAI	1131.90	958.65	980.85	995.05	732.52	742.06	1322.35	1336.86
JUN	1149.22	959.19	984.77	961.34	702.60	681.17	1198.29	1140.04
JUL	1252.44	1020.34	1021.15	959.80	659.75	715.41	1121.88	959.87
AGO	1361.17	1205.24	1055.76	1102.82	865.48	809.91	1295.37	887.76
SET	1528.58	1435.73	1145.66	1199.05	936.25	960.94	1420.53	950.92
OUT	1420.99	1854.58	1259.86	1081.79	1198.84	1116.58	1363.18	1151.82
NOV	1561.02	1731.97	1105.34	940.68	1429.49	1152.66	2097.84	-
DEZ	1632.61	1037.60	716.02	690.84	1355.61	1068.50	3040.08	-
MEDIA	814.07	939.46	934.99	718.75	752.73	765.49	1263.66	1175.20

FONTES : CEAGESP - FGV, Conjuntura Econômica, Índice Geral de Preços, Coluna 2

ELABORAÇÃO : Instituto CEPA/SC

GRÁFICO 4
MAÇA NACIONAL - PREÇOS REAIS EM OUT/87 - 1980 A 1987



FONTE: CEAGESP

ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

4. PERSPECTIVA PARA A PRÓXIMA SAFRA

Com referência à safra 1987/88, os primeiros levantamentos da produção nacional apontam para uma oferta bruta da ordem de 289.500 t de maçãs, ou seja, uma colheita 62,46% supe-

rior à frustrada safra do último ano.

Do volume estimado a ser colhido, cerca de 260.000 t deverão ser comercializadas "in natura" e o restante destinado à industrialização.

O estado catarinense, a exemplo de anos precedentes, deverá responder por mais de 60% da oferta nacional.

TABELA 9

MAÇÃ - PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES E PARTICIPAÇÃO RELATIVA - SAFRA 1987/88

ESTADO PRODUTOR	PRODUÇÃO PREVISTA (t)	PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)
Santa Catarina	180.000	62,18
Rio Grande do Sul	70.000	24,18
Paraná	30.000	10,36
São Paulo	7.500	2,59
Minas Gerais	2.000	0,69

FONTE: EMATER/SC-ACARESC, EMATER/PR-ACARPA, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE MAÇÃS.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

A nível de Santa Catarina, a expectativa de colheita para o próximo ano aponta para um volume da ordem de 180.000 t do fruto, e, a não ser que ocorram problemas de ordem climática, tem-se como certo o alcance dessa meta. Esta suposição baseia-se não somente em uma provável alternância de safra, mas, sobretudo, nas excelentes condições de clima verificadas até o momento.

Como se recorda, o inverno no corrente ano foi sobremaneira benéfico à cultura, tendo o número de horas de frio abaixo de 7,2°C superado, em alguns municípios, as 700 horas necessárias a uma boa quebra de dormência das plantas.

Assim, caso se confirme efetivamente a produção ora prevista para Santa Catarina, e na hipótese de os demais estados também alcançarem as produções inicialmente estimadas, a próxima safra nacional deverá responder pelo equivalente a 80% da demanda do país, avaliada para o próximo ano em 320 mil toneladas.

A maior preocupação dos fruticultores, no momento, além da apreensão frente às condições de clima dos próximos meses, reside nas medidas a serem tomadas pelo governo federal, visando disciplinar a entrada no país da fruta importada da Argentina e permitir, dessa forma, um melhor escoamento da safra nacional.

No último ano, como se recorda, a comercialização da produção interna foi sensivelmente prejudicada, pois, além do maior percentual de frutos de padrão inferior e da acentuada queda verificada no consumo, o governo liberou a importação da fruta a partir de junho próximo passado, trazendo, com isso, sérios danos à classe produtora.

As preocupações dos maleicultores, por conseguinte, têm fundamento, uma vez que o volume a ser importado no próximo ano, principalmente da Argentina, deverá ficar, no mínimo, em 60.000 toneladas. Esse volume, aliás, é pleiteado pela Associação Nacional dos Produtores de Maçãs como quota máxima e não mínima, a ser importada durante o ano de 1988. Alia-se a isso a perda constante do poder de compra da população brasileira, fazendo com que o consumo per capita novamente se situe em torno de 2 kg/hab/ano.

Ainda em recente encontro dos representantes dos produtores com técnicos do Ministério da Agricultura e com o próprio Ministro, com o intuito de renegociar os números do Acordo da Associação Latino-Americana de Desenvolvimento Integrado, relacionados à Argentina, ficou acertado um plano de ação que prevê a entrada no mercado brasileiro de 200.000 caixas de 20 kg no período de janeiro a março do próximo ano, proibição das importações em abril e maio e mais uma quota de 250.000 caixas para o período de junho a setembro. A partir de outubro, até dezembro/88, as importações estarão liberadas. Ficou estabelecido, também, que se houver excesso de importação no início do próximo ano, o governo federal poderá vir a aplicar uma cláusula de salvaguarda, a fim de proteger os interesses internos.

A colheita desta safra, iniciada em novembro próximo passado no estado de São Paulo, deverá ter continuidade ainda até fins de abril ou meados de maio de 1988.

3.10. MANDIOCA

1. CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE

A produção mundial de mandioca em 1985, segundo o Anuário da FAO, foi de 136.532.000 toneladas em 14.195.000 hectares cultivados. Deste total, a Ásia e a África produziram 41,4% e 36,9%, respectivamente.

Apesar de a produção estar mais concentrada na África e na Ásia, em termos de principais países produtores mundiais, o Brasil se destaca como o 1º, respondendo, em 1985, por 16,9% da produção total, seguido pela Tailândia, com 14,7%, pelo Zaire, com 11,3% e pela Indonésia com 10,6%.

A nível nacional, embora a mandioca seja cultivada em todas as unidades da Federação, tem especial destaque nos estados da Bahia, Pará, Piauí, Maranhão, Paraná, Rio Grande do Sul e Pernambuco, responsáveis, na safra 1986/87, por aproximadamente 62% da produção nacional (IBGE/CEPAGRO - dez/87).

Em Santa Catarina, que ocupou a condição de 8º produtor nacional na safra 1986/87 (IBGE/CEPAGRO - dez/87), a mandioca é cultivada em todas as microrregiões e tem um valor bastante significativo como cultura de subsistência e como fornecedora de matéria-prima para um parque industrial com expressão a nível nacional.

Além do seu valor de subsistência, na Região Sul e no Vale do Itajaí, parte significativa da produção é destinada às indústrias. No Vale do Itajaí, cuja colheita é normalmente realizada ao final do segundo ciclo da cultura, a mandioca é destinada principalmente às indústrias que fabricam fécula. No sul do estado, a colheita é tradicionalmente realizada ao final do primeiro ciclo vegetativo e a produção é especialmente utilizada para a fabricação de farinha, embora a produção de fécula tenha sido bastante incrementada nesta região.

É importante observar que é justamente nestas regiões, em que o produto é utilizado para fabricação de derivados, que normalmente ocorrem períodos cíclicos de redução ou incremento de área plantada. Esses períodos decorrem especialmente do comportamento no mercado de derivados, que estimulam ou não o cultivo da mandioca.

Nas demais regiões do estado, o produto é utilizado principalmente para consumo no próprio estabelecimento, seja para o trato dos animais, seja para a alimentação humana.

TABELA 1
MANDIOCA - DESTINO DA COLHEITA NAS MICRORREGIÕES DE SANTA CATARINA - 1980

MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA	(8)					
	CONSUMO NO ESTABELEC.	ENTREGA COO PERATIVA	ENTREGA IN-DÚSTRIA	VENDA INTER MEDIÁRIO	VENDA CONSUMIDOR	OUTROS
Colonial de Joinville	62,30	0,05	11,19	22,54	3,92	-
Litoral de Itajaí	24,73	0,13	32,43	38,87	3,84	-
Colonial de Blumenau	73,98	0,83	19,23	2,79	2,98	0,19
Col. Itajaí do Norte	55,93	0,11	40,52	2,56	0,86	0,02
Col. Alto Itajaí	17,10	0,06	77,46	4,51	0,84	0,03
Florianópolis	55,56	0,07	12,69	22,28	9,38	0,02
Col. Serrana Catarinense	63,49	-	20,65	12,80	2,85	0,21
Litoral de Laguna	25,99	-	8,95	64,08	0,69	0,29
Carbonífera	31,91	0,92	43,17	21,34	2,61	0,05
Lit. Sul Catarinense	17,72	-	59,85	21,45	0,85	0,13
Col. Sul Catarinense	59,27	-	20,56	17,23	2,81	0,13
Campos de Lages	78,73	-	6,08	3,12	12,07	-
Campos de Curitibaos	81,54	-	2,24	11,42	4,76	0,04
Col. do Rio do Peixe	97,23	-	0,14	0,83	1,33	0,47
Col. Oeste Catarinense	98,56	0,02	-	0,39	0,81	0,22
Plan. de Canoinhas	86,75	0,07	5,49	4,96	2,52	0,21
SANTA CATARINA	57,27	0,21	23,66	15,45	3,28	0,13

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário de SC - 1980.

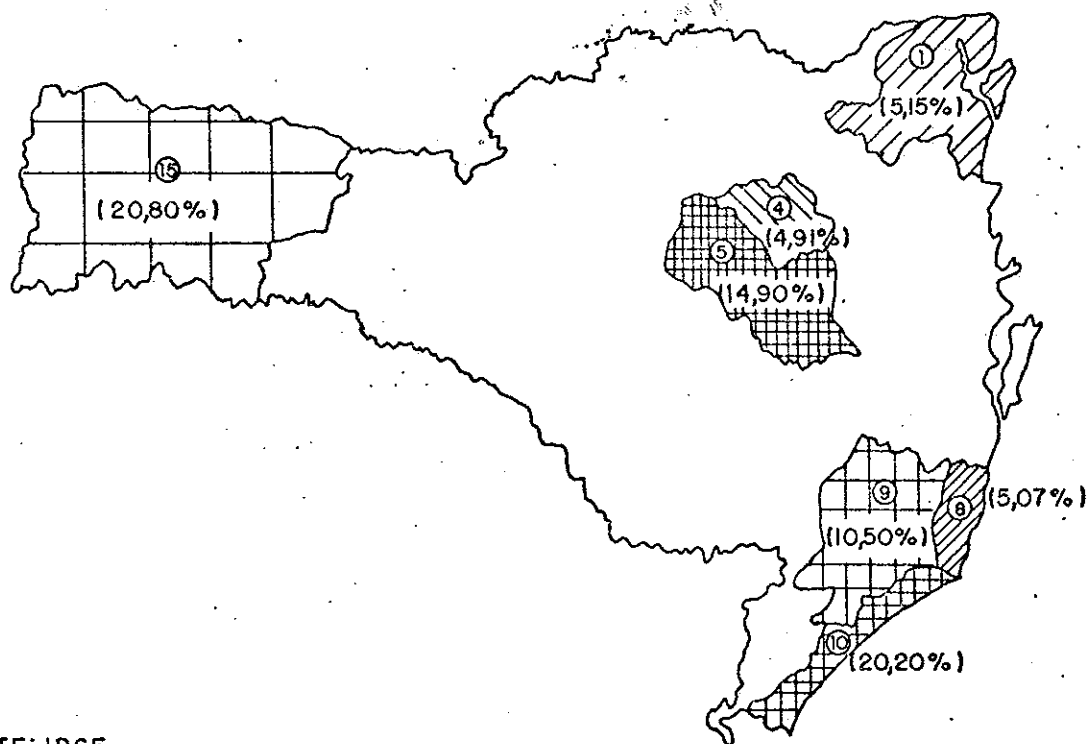
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Em termos de área cultivada na safra 1986/87, a nível de estado, a mandioca ocupou a 5ª posição entre as culturas de verão - sendo superada por milho, soja, feijão e arroz. A cultura envolve aproximadamente 90.000 produtores; cerca de 70% destes, em 1980, plantavam menos de 1 ha.

2. PRODUÇÃO

A produção mundial, no período de 1980 a 1985, apresentou um incremento de 14,5%. Este crescimento se deveu, prin-

MAPA 1 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE MANDIOÇA
EM SANTA CATARINA - SAFRA 1986/87



FONTE: IBGE

ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

principalmente, ao aumento na produção da África e da Ásia.

O crescimento da produção africana ocorreu de forma mais ou menos generalizada em todos os países produtores, enquanto na Ásia é atribuída principalmente à produção da Tailândia, que, representando cerca de 40% da produção daquele continente, no período de 1980 a 1985 aumentou em aproximadamente 45% - registre-se aqui a queda de produção deste país em 1986, devido à ocorrência de adversidades climáticas. Já, na América do Sul, a diminuição ocorrida no período 1981-84 se deveu basicamente ao decréscimo da produção brasileira, que representa aproximadamente 80% da produção deste continente.

TABELA 2

MANDIOCA - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MUNDIAL - 1980-85

ANO	ÁREA (1.000 ha)	PRODUÇÃO (1.000 t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1980	13.767	119.270	8.663
1981	14.579	128.320	8.802
1982	13.951	125.916	9.026
1983	13.420	125.050	9.318
1984	14.105	134.385	9.549
1985	14.195	136.532	9.680

FONTE: FAO - Anuário FAO de Producción - 1982-85.

A nível nacional, de acordo com as mais recentes estimativas oficiais (IBGE/CEPAGRO, dezembro/87), a produção nacional da safra 1986/87 deverá ser de 23.398.728 t numa área de 1.939.073 ha, com um rendimento médio de 12.067 kg/ha. Esses números, se confirmados, representarão redução de 5,43%, 8,44% e 3,19%, respectivamente, na área, na produção e no rendimento. Essas reduções ocorreram principalmente nos estados da Bahia, Espírito Santo e Ceará.

Ainda que na safra 1985/86 a área cultivada com mandioca tenha aumentado em relação às imediatamente anteriores, verifica-se, através de uma análise histórica, que isto caracteriza mais uma recuperação, principalmente na Região Nordeste e Norte do país, do que propriamente um crescimento da cultura da mandioca.

TABELA 3

MANDIOCA - ÁREA E PRODUÇÃO BRASILEIRA, POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO - SAFRA 1985/86 E 1986/87 (1)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO.	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (t)		RENDIMENTO (kg/ha)	
	Safra 1985/86	Safra 1986/87	Safra 195/86	Safra 1986/87	Safra 1985/86	Safra 1986/87
Bahia	417.000	310.000	5.421.000	3.937.000	13.000	12.700
Pará	173.030	160.462	2.318.573	2.024.370	13.400	12.616
Paraná	85.800	85.445	1.700.000	1.853.950	19.814	21.698
Pernambuco	141.168	132.794	1.429.580	1.291.373	10.127	9.725
Rio Grande do Sul	134.565	132.450	1.592.008	1.693.565	11.831	12.786
Minas Gerais	93.516	89.438	1.141.456	939.463	12.206	10.504
Santa Catarina	84.812	80.000	1.224.186	1.120.000	14.434	14.000
Maranhão	228.352	242.460	1.808.315	1.965.868	7.919	8.108
Piauí	120.784	157.699	1.779.956	1.773.375	14.737	11.245
Amazonas	81.804	82.726	957.027	976.167	11.800	11.800
São Paulo	35.511	38.630	713.686	754.915	20.098	10.542
Ceará	125.448	117.976	1.118.535	1.001.861	8.916	8.492
Rio Grande do Norte	60.355	57.701	600.451	551.408	9.949	9.556
Paraíba	56.642	49.205	518.405	446.498	9.152	9.074
Espírito Santo	35.311	20.147	590.128	327.752	16.712	16.268
Rondônia	23.702	26.722	382.501	414.456	16.138	15.510
Sergipe	35.899	32.187	525.884	461.465	14.649	14.337
Mato Grosso do Sul	24.373	24.986	444.155	479.595	18.223	19.195
Mato Grosso	16.613	22.866	254.767	354.975	15.335	15.524
Goiás	24.400	25.910	348.200	369.620	14.270	14.266
Acre	16.668	17.633	290.950	310.078	17.456	17.585
Rio de Janeiro	11.935	11.105	183.317	172.398	15.360	14.985
Alagoas	16.368	16.079	146.489	139.340	8.950	8.666
Anapá	3.984	2.425	42.773	25.060	10.716	10.334
Roraima	2.583	1.177	10.259	8.776	7.456	7.456
Distrito Federal	390	450	4.396	5.400	11.272	12.000
TOTAL	2.050.313	1.939.073	25.555.997	23.398.728	12.464	12.067

FONTE: IBGE/CEPAGRO - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - dez/87.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Dados sujeitos a alteração.

Em Santa Catarina, na safra 1986/87, segundo os dados finais da Fundação IBGE/GCEA-SC, a área cultivada atingiu 100.679 ha, dos quais foram colhidos 75.738, registrando-se uma produção de 1.221.229 t.

A significativa diminuição da área colhida em 1987, segundo os dados do IBGE/GCEA-SC, foi, em grande parte, compensada pelo expressivo aumento no rendimento, em relação à safra anterior, que ocorreu na maioria das microrregiões, porém de modo mais expressivo nas seguintes: Colonial de Joinville, Colonial do Rio do Peixe, Colonial do Oeste Catarinense, Florianópolis e Colonial Serrana Catarinense.

TABELA 4

MANDIOCA - ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO EM SANTA CATARINA
- SAFRAS DE 1976/77 A 1987/88

SAFRA	ÁREA COLHIDA (1) (ha)	PRODUÇÃO (1) (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1976/77	82.962	1.239.687	14.942
1977/78	77.528	1.208.159	15.583
1978/79	66.879	1.120.967	16.761
1979/80	71.013	1.002.841	14.122
1980/81	76.073	1.274.881	16.759
1981/82	79.033	1.141.097	14.438
1982/83	76.480	999.746	13.071
1983/84	83.102	1.090.968	13.128
1984/85	88.213	1.180.775	13.385
1985/86	84.812	1.234.686	14.558
1986/87	75.738	1.221.129	16.124
1987/88 (2)	77.366	1.290.533	16.681

FONTE: IBGE.

(1) A área e a produção consideradas referem-se àquelas realmente colhidas em cada safra (desconsideradas a área e a produção para o ano seguinte).

(2) Estimativa: Fundação IBGE/GCEA-SC (dez/87).

TABELA 5

MANDIOCA - ÁREA CULTIVADA EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1983/84 A 1987/88 (1)

DISCRIMINAÇÃO	(ha)				
	1983/84	1984/85	1985/86	1986/87	1987/88 (1)
Área que permaneceu do ano anterior	29.315	21.316	31.146	27.954	26.686
Área plantada no ano	79.522	90.000	81.620	74.470	75.535
Área total cultivada no ano	104.418	119.359	112.766	102.424	102.221
Área colhida no ano	83.102	88.213	84.812	75.738	77.366
Área que permanece para colheita com dois ciclos vegetativos	21.316	31.146	27.954	26.686	24.855

FONTE: Fundação IBGE/GCEA-SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Estimativa da Fundação IBGE/GCEA-SC.

TABELA 6

ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA LAVOURA NAS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS DE SANTA CATARINA
- SAÍRA 1986/87 ⁽¹⁾

MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA	ÁREA CULTI- VADA EM 31/12/86 (ha)	ÁREA COLHI- DA EM 87 (ha)	ÁREA PLANTA- DA EM 87 (ha) (1)	ÁREA REMANES- CENTE EM 31/12/87 (ha)	PRODUÇÃO NA SAÍRA 86/87 (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
Colonial de Joinville	3.565	3.565	3.415	-	62.890	17.641
Litoral de Itajaí	552	276	287	276	3.924	14.217
Colonial de Blumenau	6.660	3.354	3.457	3.246	55.440	16.530
Col. do Itajaí Norte	6.200	3.000	3.050	3.200	60.000	20.000
Col. do Alto Itajaí	15.280	8.615	10.105	6.665	181.725	21.094
Florianópolis	4.000	2.290	2.490	1.710	33.995	14.846
Col. Serrana Catarinense	3.715	2.180	2.285	1.535	36.905	16.929
Litoral de Laguna	5.950	4.710	4.960	1.240	61.958	13.135
Carbonífera	10.986	9.036	9.105	1.950	128.498	14.221
Lit. Sul Catarinense	18.750	18.730	17.222	20	247.220	13.991
Col. Sul Catarinense	1.750	1.750	1.850	-	24.600	14.057
Campos de Lages	300	300	300	-	1.800	6.000
Campos de Curitiba	130	66	64	64	990	15.000
Col. do Rio do Peixe	2.404	1.726	2.440	678	24.793	20.158
Col. do Oeste Catarinense	17.535	13.935	12.300	3.600	254.531	18.266
Planalto de Canoinhas	2.902	2.205	2.205	697	31.960	14.494
TOTAL	100.679	75.738	75.535	24.941	1.221.229	16.124

FONTE: IBGE/GCEA-SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Estimativa: IBGE/GCEA-SC - dez/87.

A área plantada em 1987 foi levemente superior à do ano anterior. Esse aumento deveria ter sido maior, como consequência dos preços da raiz. Entretanto, isso não ocorreu, principalmente em função da falta de manivas verificada em certos locais. Além disso, a ocorrência de condições pouco propícias durante a época adequada ocasionou um atraso significativo nas operações de plantio.

3. MERCADO, COMERCIALIZAÇÃO E PERSPECTIVAS

A comercialização da raiz e dos subprodutos em 1987 pode ser assim resumida:

a) Raiz - Os preços da raiz, que no início da colheita se situavam entre Cz\$ 650,00/t e Cz\$ 800,00/t (lavouras de 1 ciclo e de 2 ciclos no sul, respectivamente) e em Cz\$ 700,00/t "no barranco" no Vale do Itajaí, situaram-se, no final (setembro), na faixa de Cz\$ 1.200,00/t no "barranco" (e até um pouco mais em alguns casos), o que representou valores próximos, ou mesmo supe-

riores, a Cz\$ 1.400,00/t posto na indústria (tabela 7).

Entre os fatores que contribuíram para que os preços da raiz praticamente dobrassem durante a colheita estão a quebra da produção e a expectativa com o comportamento do mercado dos subprodutos da mandioca, principalmente da fécula após a retirada parcial do subsídio do trigo que, segundo avaliações daquele momento, poderia gerar uma demanda adicional dos mesmos (com uma reação dos preços destes e também da raiz). A perspectiva atual é de que estes fatores deverão continuar contribuindo para que a raiz atinja bons preços na próxima colheita.

b) Farinha - O ajuste no tabelamento realizado em fevereiro permitiu uma pequena reação do mercado nesse mês, que esteve praticamente parado em 1986, como decorrência dos grandes estoques do produto e do próprio tabelamento. A partir daí, as cotações nos atacadistas dos grandes centros consumidores começaram a se recuperar de modo lento, mas continuado, com o mercado, em consequência, tendendo à normalidade.

A recuperação do preço do produto em meados do ano pode ser creditada, entre outros fatores: à atualização dos preços mínimos e à regularização dos EGF em algumas regiões do país; ao fato de o governo não ter vendido farinha dos estoques oficiais ao mercado brasileiro (durante o ano foi licitada e homologada a venda de aproximadamente 90.000 t do estoque oficial); à intenção, que vinha sendo reiterada por produtores de alguns estados do Nordeste, no sentido de reduzirem o plantio ou a colheita de 1987; finalmente, à situação de "comprador" da Região Nordeste, que, já naquela época, estava buscando farinha no sudeste e no sul do país.

A divulgação do Novo Plano Cruzado (12-6-87) e de um novo tabelamento do produto (28-6-87) geraram certa apreensão e levaram a uma diminuição na intensidade dos negócios, principalmente pelo fato de que, com exceção de São Paulo, os preços tabelados a nível de varejo foram considerados inferiores aos custos reais de produção e comercialização.

TABELA 7

MANDIOCA - PREÇOS MÉDIOS NOMINAIS E REAIS DE DEZ/87(*) RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES DE SANTA CATARINA E PREÇOS MÍNIMOS - SAFRAS DE 1979/80 A 1987/88

SAFRA	PREÇOS MÉDIOS**		PREÇOS MÍNIMOS	
	Nominais	Reais	Nominais	Reais
1979/80	3,35	4.843,51
1980/81	3,91	2.689,50
1981/82	5,08	1.766,52	3,05	2.097,95
1982/83	11,15	1.534,62	5,80	2.016,90
1983/84	87,30	3.762,87	14,40	1.981,93
1984/85	142,50	1.878,39	51,80	2.232,72
1985/86	330,00	1.922,68	164,00	2.161,79
1986/87	950,00	1.512,97	348,56	2.030,81
1987/88	1.080,00	1.720,01

FONTE: CFP e Instituto CEPA/SC.

(*) Deflacionado pelo IGP-DI (col. 2) FGV - Revista Conj.Econ.

(**) Considerou-se a média ponderada dos preços mais comuns praticados durante o período de colheita (abr. a set.) nas regiões onde a raiz se destina predominantemente às indústrias.

A partir daí, houve um deslocamento (com o conseqüente aumento) da oferta do produto para São Paulo, o que pressionou para baixo as cotações a nível de atacado. Com isso, houve uma diminuição no ritmo de comercialização.

Devido, entretanto, aos baixos estoques a nível de país, os preços começaram novamente a reagir apesar do tabelamento - que, através da Portaria 157 de 18-8-87, foi revisto, baixando os preços de São Paulo e aumentando diferenciadamente nos demais estados. Daí em diante - e apesar do tabelamento que só terminou com a Portaria nº 232, de 30-10-87, assim mesmo devendo obedecer à fórmula Custo, Lucro Despesa (CLD), instituída pela Portaria nº 73, de 19-4-87 - os preços vêm subindo rapidamente, podendo continuar pelos próximos meses, principalmente devido à escassez do produto.

c) Fécula - Os preços da fécula, após pequena recuperação nos

dois primeiros meses do ano, caíram, em função da proximidade da colheita. Nos meses seguintes, quando considerados os custos diretos e indiretos de produção e comercialização, mantiveram-se em patamares incompatíveis. Após a edição do Novo Plano Cruzado (12-6-87), a comercialização passou a se processar de forma lenta, porém já com perspectivas de reação, o que fez com que as indústrias não forçassem suas vendas e disputassem mais acirradamente (através da elevação dos preços) a compra de raiz. A reação esperada ocorreu (tabela 8) e foi creditada, à época, entre outros fatores, à queda do subsídio do trigo (que abriu novas possibilidades para os derivados da mandioca), à menor produção de fécula e aos baixos estoques nos segmentos intermediários.

TABELA 8

MANDIOCA - PREÇOS MAIS COMUNS (NOMINAIS E REAIS(*)) DA FÉCULA EM SANTA CATARINA, A NÍVEL DE INDÚSTRIA, EM 1987

MÊS	PREÇO	
	Corrente	Constante
Janeiro	-	-
Fevereiro	6,60	26,63
Março	6,25	21,93
Abril	6,00	17,53
Maiο	7,50	17,18
Junho	9,00	16,38
Julho	9,50	15,81
Agosto	15,00	23,89
Setembro	15,00	22,12
Outubro	15,50	20,56
Novembro	15,50	17,96
Dezembro	20,00	20,00

FONTE: Indústrias diversas.

(*) Deflacionado pelo IGP-DI (col. 2) da FGV - Revista Conjuntura Econômica para dezembro/87.

Entre as razões que poderiam ser apontadas para explicar a estabilização que ocorreu a seguir, estão a redução do consumo (ocasionada pelo baixo poder aquisitivo, que reduz o consumo de produtos mais nobres, em cuja fabricação a fécula é utilizada), o subsídio ainda embutido na farinha de trigo e a

necessidade de algumas indústrias de "fazer dinheiro" para saldar os EGF que começaram a vencer ao final de outubro/início de novembro. A perspectiva é de uma relativa melhora nos primeiros meses do próximo ano.

TABELA 9
MANDIOCA - COMPARATIVO ENTRE OS PREÇOS MÍNIMOS (NOMINAIS E REAIS*) DA FARINHA, FÉCULA E RAIZ - SAFRA 1981/82 A 1986/87

PRODUTO	TIPO	UNID.	1981/82		1982/83		1983/84	
			Nomi- nais	Reais	Nomi- nais	Reais	Nomi- nais	Reais
Farinha	I	50 kg	1,10	385,11	2,15	297,91	6,70	304,61
	II	50 kg	1,06	371,11	2,05	284,05	6,52	296,43
	III	50 kg	1,00	350,10	1,94	268,81	6,14	279,15
Fécula	I	kg	0,03	10,50	0,05	6,93	0,15	6,82
Raiz		t	3,05	1.067,81	5,80	803,66	14,40	654,69

(continua)

(conclusão)

PRODUTO	TIPO	UNID.	1984/85		1985/86		1986/87	
			Nomi- nais	Reais	Nomi- nais	Reais	Nomi- nais	Reais
Farinha	I	50 kg	33,20	440,60	94,50	554,28	149,50	239,69
	II	50 kg	31,85	422,68	90,50	530,82	143,50	230,07
	III	50 kg	30,05	398,80	85,50	501,49	135,50	217,25
Fécula	I	kg	0,07	10,22	2,69	15,78	4,78	7,66
Raiz		t	51,80	687,44	164,00	961,93	348,56	558,84

FONTE: CFP.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*) Deflacionados pelo IGP-DI da FGV para dez/87.

4. ABASTECIMENTO E CONSUMO

As informações atuais sobre o consumo de mandioca e seus derivados são bastante precárias. Os últimos dados de que se dispõe são referentes ao Estudo Nacional de Despesa Familiar, realizada pela Fundação IBGE em 1974/75 (tabela 10).

O mesmo estudo desenvolvido na Região Sul mostrou o seguinte quadro para a área não-metropolitana onde está enquadrada a população de Santa Catarina (tabela 11):

TABELA 10

MANDIOCA - CONSUMO " PER CAPITA " DA RAIZ E DE SEUS DERIVADOS POR LOCAL DE CONSUMO - 1974-75

LOCAL DE CONSUMO	PRODUTO (kg/habitante/ano)		
	In natura (aipim)	Farinha de mesa	Fécula
Rio de Janeiro	2,3	5,6	0,1
São Paulo	2,4	1,1	0,1
Minas Gerais e Espírito Santo	4,0	8,8	0,6
Sul	3,5	0,5	0,5
Nordeste	4,3	43,7	3,1
Distrito Federal	2,6	2,2	0,5
Outros	5,0	23,6	0,7
Brasil	3,6	17,3	1,2

FONTE: Fundação IBGE/ENDEF.

TABELA 11

MANDIOCA - CONSUMO "PER CAPITA" DE RAIZ E DE DERIVADOS NA ÁREA RURAL E URBANA DA REGIÃO SUL DO BRASIL - 1974-75

PRODUTO	(kg/habitante/ano)		
	ÁREA		GERAL
	Rural	Urbana	
In natura (aipim)	23,2	7,0	15,8
Farinha de mesa	4,4	3,2	3,5
Fécula	0,7	0,2	0,5

FONTE: Fundação IBGE-ENDEF.

É bastante provável que, em função da política de subsídio ao trigo - e, conseqüentemente, do aumento do consumo deste produto em regiões como o Nordeste, onde tradicionalmente não era hábito - tenha havido alterações no consumo da mandioca e de seus derivados, mostrado nas tabelas 10 e 11. Este quadro tende a sofrer novas alterações em função da retirada do subsídio ao trigo, ocorrido durante o ano. Em Santa Catarina, os dados mais recentes, obtidos através de pesquisas de campo realizadas em

Joinville(1) e Florianópolis(2), revelam consumos de 7,20 e 11,57 kg/habitante/ano, respectivamente.

Quanto à oferta, em termos da farinha, a produção nacional tem sido suficiente para atender ao consumo sem maiores problemas. A fécula, por sua vez, que já teve uma boa participação no mercado externo, em função de ter perdido competitividade, está sendo colocada, em grande parte, no mercado interno e atende à demanda sem maiores problemas.

No que tange a Santa Catarina, tanto em termos de farinha quanto de fécula, o estado apresenta produção bastante superior ao consumo. Em função disso, em se tratando de farinha, quando a oferta de outras regiões se apresenta boa, o governo se torna um grande comprador da produção interna. Em termos de fécula, o estado se destaca como grande produtor e também como grande exportador do produto.

(1) INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. Plano de Desenvolvimento Rural da Baixada Norte Catarinense: Consumo Alimentar em Joinville. Florianópolis, 1987, 183 p.

(2) Consumo alimentar na Grande Florianópolis. Florianópolis, 1985, 82 p.

3.11. MILHO

1. CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE

O milho é cultivado na maioria dos países, o que o torna o segundo cereal mais importante em termos da produção mundial, sendo suplantado apenas pelo trigo. Dentro do contexto das nações, o Brasil se destaca como o 3º produtor, só que com uma participação de apenas 5,57%, significativamente menor do que a dos dois primeiros colocados, Estados Unidos e China, que na safra 1986/87 responderam, respectivamente, por 44,0% e 14,5% da produção global.

A nível de Brasil, embora o cereal seja cultivado em todas as unidades da Federação, a produção se concentra no Centro-Sul, com destaque para os estados do Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Santa Catarina, que em conjunto respondem, em anos de produção normal, por mais de 90% da produção nacional.

Em Santa Catarina, o milho desponta como a principal cultura, tanto em termos de área plantada e produção quanto na formação do Valor Bruto do subsetor lavouras. Apesar de o estado se situar como um dos principais produtores nacionais, o volume de colheita tem-se mostrado tradicionalmente insuficiente para atender ao grande consumo interno - decorrência da grande produção de carnes de aves e suínos - o que tem gerado para os consumidores a necessidade de recorrer a importações de outros estados, e até mesmo, conforme o ano, do exterior. Por ser cultivada primordialmente com vistas ao suprimento das próprias propriedades - com destaque para o arraçamento de suínos - a cultura do milho é uma atividade exercida predominantemente por pequenos agricultores. Segundo o último levantamento censitário disponível (Censo Agropecuário de 1980), era de aproximadamente 179.000 o número de agricultores dedicados a ela. Destes, cerca de 93.000 o plantaram na modalidade solteira, 53.000 o cultivaram em consórcio com outras culturas e aproximadamente 35.000 em outras formas associadas. Ainda segundo aquele mesmo levantamento

censitário, a utilização de sementes melhoradas abrange 77% da área total plantada (61,6% em 1975) e o uso de fertilizantes, em diversas formas e quantidades, foi efetuado em 54,1% do total da área semeada (26% em 1975) .

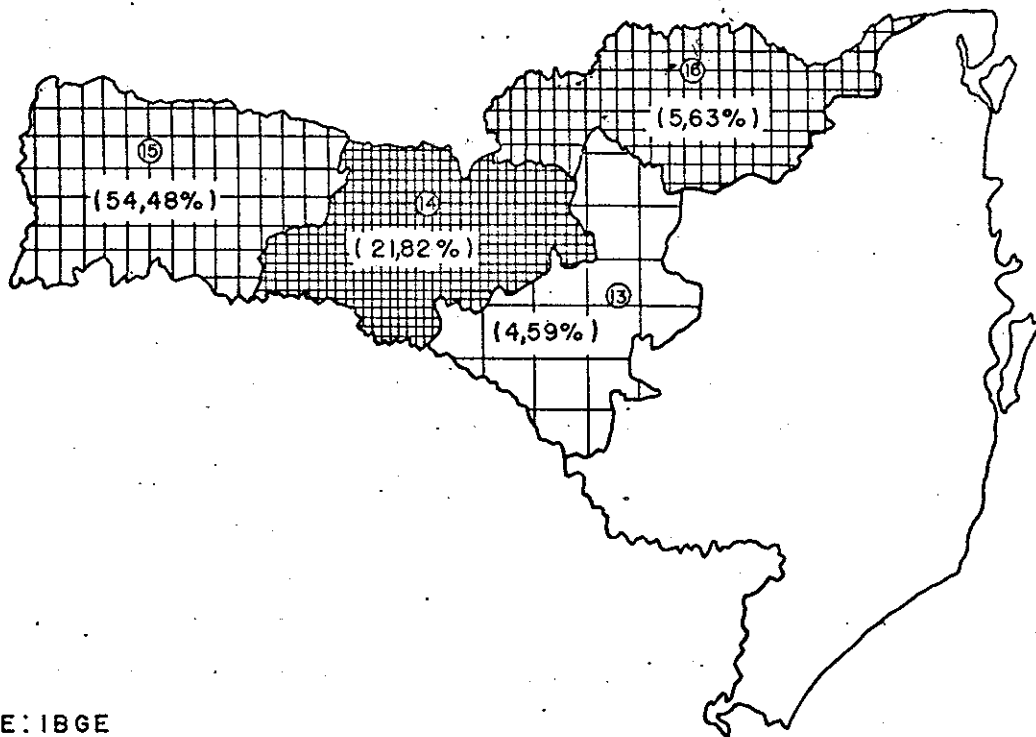
Apesar de na safra 1986/87 a produção catarinense se ter apresentado como uma das melhores dos últimos anos, o estado, que em 1986 havia respondido por aproximadamente 9,8% da produção, situando-se como o 5º produtor brasileiro de milho, teve, em 1987, sua participação reduzida para somente 8,9% do volume total colhido a nível de Brasil, caindo para a 6ª colocação, atrás, por ordem de importância, dos estados do Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Goiás. Esta menor participação de Santa Catarina no contexto da produção nacional decorreu do fato de a safra brasileira ter sido a maior de todos os tempos, e também de o cultivo nos outros principais estados produtores ter crescido substancialmente, como conseqüência da substituição por milho de áreas anteriormente cultivadas com soja.

A distribuição da produção catarinense a nível microrregional continuou a situar o oeste, cuja participação foi de aproximadamente 56,9%, como a principal microrregião produtora do estado em 1987. Seguiram-se-lhe, por ordem de importância, a microrregião Colonial do Rio do Peixe, com cerca de 20,4%, Planalto de Canoinhas, com 5,7%, Campos de Curitibanos, com 4,2% e Colonial do Alto Itajaí, com 2,6% da produção estadual.

2. PRODUÇÃO

A produção mundial de milho na safra 1986/87 foi de aproximadamente 475,0 milhões de toneladas, volume um pouco inferior (cerca de 1,7%) ao obtido na safra anterior. Este leve recuo ocorreu principalmente, pelo sensível decréscimo apresentado pela produção norte-americana - como conseqüência da redução de quase 8% na área de plantio - já que em outros países, como a China e o Brasil, o volume colhido foi bem melhor do que na safra anterior. Não obstante este leve recuo, a produção da safra 1986/87 se constituiu na segunda maior da história, o que manteve os estoques mundiais em nível bastante elevado.

MAPA 1 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE MILHO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1986/87



FONTE: IBGE
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

TABELA 1

MILHO - PRODUÇÃO MUNDIAL POR PAÍS - SAFRAS DE 1984/85 A 1987/88

(em milhões de t)

PAÍS	SAFRA	1984/85	1985/86	1986/87 (*)	1987/88 (*)
EUA		194,5	225,5	209,6	181,3
China		67,7	63,8	69,0	75,0
Brasil		22,2	21,0	26,5	24,0
CEE		20,0	25,7	25,0	23,3
URSS		12,5	14,4	12,5	15,0
Argentina		12,0	12,1	9,5	11,5
Outros		123,3	120,6	123,0	117,0
TOTAL MUNDIAL		452,2	483,1	475,1	447,1

FONTE: USDA.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*) Previsão USDA (out/87).

A nível de Brasil, a área cultivada com milho apresentou um crescimento de aproximadamente 11,7% em relação aos 13,08 milhões de hectares plantados na safra 1985/86. O aumento do cultivo verificado em todas as regiões do país foi creditado, principalmente, aos seguintes fatores: preço mínimo mais vantajoso em relação ao da soja - em especial para os estados do Sul, São Paulo e parte de Minas, onde o preço de garantia foi reajustado para Cz\$ 84,60/sc - aumento do limite de financiamento do VBC para os grandes e médios produtores e desestímulo ao plantio de soja e algodão, que cederam área para o milho. A produção, por sua vez, embora tenha alcançado o volume recorde de 26,9 milhões de toneladas, não apresentou o desempenho esperado, que em momentos de maior otimismo chegou a ser calculado em níveis próximos a 28,0 milhões de toneladas.

Na Região Centro-Sul, onde o plantio apresentou um incremento da ordem de 13% em relação aos 9,6 milhões de hectares cultivados em 1986, a produção teve um excelente desempenho, alcançando 25,6 milhões de toneladas. Apesar de as chuvas de maio terem atrapalhado a colheita e de as estiagens de março terem causado reflexos negativos, principalmente em parcelas das safras do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, e também na sa-

frinha do Paraná, o volume da produção apresentou um crescimento da ordem de 42% em relação ao da frustrada safra de 1985/86. Já no Nordeste, embora a área de plantio também tenha apresentado um bom incremento (cerca de 8%), o volume da produção foi drasticamente reduzido em face das estiagens que assolaram a maior parte dos estados daquela região.

TABELA 2
MILHO - PRODUÇÃO BRASILEIRA, POR REGIÃO - SAFRAS DE 1981/82 A 1986/87

REGIÃO	S A F R A (em 1.000 t)					
	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85	1985/86	1986/87 (*)
Norte	313,6	190,1	368,4	318,7	402,7	436,0
Nordeste	1.133,5	306,9	1.472,8	1.534,9	1.905,0	706,1
Centro-Oeste	2.472,2	2.282,4	2.306,6	2.435,8	3.333,4	4.437,2
Sudeste	6.740,1	6.082,2	5.713,7	6.208,9	6.679,6	7.384,1
Sul	11.206,0	9.881,0	11.312,6	11.521,4	8.220,5	13.934,5
TOTAL	21.865,4	18.743,0	21.174,4	22.019,7	20.541,2	26.897,9

FONTE: Fundação IBGE.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*) Estimativa IBGE/CEAGRO (em out/87).

TABELA 3
MILHO - PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES - SAFRAS DE 1981/82 A 1986/87

ESTADO	S A F R A (em 1.000 t)					
	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85	1985/86	1986/87
Paraná	5.430,0	5.018,9	5.400,0	5.803,7	4.331,5	7.641,8
Rio Grande do Sul	3.147,2	3.174,8	3.567,4	3.558,6	1.937,7	3.873,5
Santa Catarina	2.142,8	1.687,3	2.345,2	2.159,1	1.951,3	2.419,2
São Paulo	3.392,4	3.164,0	2.866,7	2.895,3	3.093,6	3.732,5
Minas Gerais	3.053,8	2.696,0	2.563,6	3.015,1	3.266,2	3.344,1
Goiás	1.922,1	1.722,9	1.721,3	1.690,8	2.464,4	3.034,7
TOTAL	19.088,3	17.463,9	18.464,2	19.122,6	17.044,7	24.045,8

FONTE: Fundação IBGE/CEPAGRO.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

A safra catarinense de milho, que até fins de fevereiro apresentava um potencial de produção bastante expressivo, sofreu perdas principalmente devido às estiagens de março. A falta de chuvas naquele mês acarretou quebra no rendimento médio estadual - principalmente no das lavouras plantadas mais tardiamente - que caiu de 2.550 kg/ha, esperado em fevereiro, para cerca de 2.400 kg/ha. Em face disso, a perspectiva de produção, que nos momentos mais favoráveis chegou a ser calculada em 2,57 milhões de toneladas, caiu para as proximidades dos 2,4 milhões de toneladas. É de se ressaltar, entretanto, que, apesar das seqüelas

acarretadas pelo fenômeno climático acima aludido, a produção foi significativamente superior à da safra anterior (1,95 milhão de t), não só porque o rendimento médio das lavouras foi melhor (mais 17,5%), como, também, porque a área de plantio cresceu cerca de 5,5% em relação à cultivada na safra 1985/86. O crescimento do plantio, por sua vez, foi creditado a diversos fatores, entre os quais se destacaram: o preço mínimo (que apesar de não ter sido considerado bom, foi, ainda assim, vantajoso em relação aos de outras culturas); a melhora do nível de financiamento do VBC e o desestímulo ao cultivo da soja, que cedeu parte da área para o milho.

TABELA 4

MILHO - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA CULTURA EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1976/77 A 1987/88 (série reajustada)

SAFRA	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1976/77	825.977	2.076.506	2.514
1977/78	819.534	1.294.044	1.579
1978/79	837.482	1.327.409	1.585
1979/80	877.716	2.017.999	2.299
1980/81	905.836	2.264.590	2.500
1981/82	903.742	2.142.772	2.371
1982/83	901.629	1.686.948	1.871
1983/84	936.231	2.345.209	2.505
1984/85	942.149	2.159.049	2.292
1985/86	955.658	1.951.209	2.042
1986/87	1.008.000	2.419.200	2.400
1987/88 (*)	988.000	2.371.200	2.400

FONTE: IBGE/GCEA-SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*) Previsão do IBGE/GCEA-SC (nov/87).

No que se refere à produção microrregional, apesar de as estiagens de março terem acarretado prejuízos um pouco mais acentuados nas microrregiões cujo plantio transcorre mais tardiamente, como foi o caso do Planalto, o desempenho da cultura foi, de um modo geral, bastante superior ao registrado na safra 1985/86, quando as estiagens de jan/fev causaram perdas sensíveis nas microrregiões Colonial do Oeste Catarinense e Campos de Curitibanos.

TABELA 5

MILHO - ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA DE SC - SAFRAS 1985/86 E 1986/87.

MICRORREGIÃO	ÁREA PLANTADA (ha)		PRODUÇÃO OBTIDA (t)	
	1985/86	1986/87	1985/86	1986/87
Col. de Joinville	4.816	4.680	10.597	12.617
Lit. de Itajaí	677	792	1.318	2.373
Col. de Blumenau	14.040	13.772	31.815	34.416
Col. Itajaí do Norte	8.930	9.900	19.508	23.441
Col. do Alto Itajaí	29.880	32.134	46.372	70.791
Florianópolis	2.078	2.112	4.468	6.500
Col. Serrana Catar.	11.205	12.273	24.405	27.344
Lit. de Laguna	452	451	648	1.000
Carbonífera	16.450	16.902	34.906	46.753
Lit. Sul Catarinense	5.770	5.577	11.797	13.719
Col. Sul Catarinense	15.090	15.193	40.214	49.539
Campos de Lages	19.370	19.116	26.897	37.645
Campos de Curitibanos	62.960	64.095	84.253	111.102
Col. do Rio do Peixe	211.690	218.286	498.906	527.795
Col. Oeste Catar.	495.300	526.126	1.005.728	1.317.950
Planalto de Canoinhas	56.950	66.969	109.467	136.215
TOTAL	955.658	1.008.378	1.951.299	2.419.200

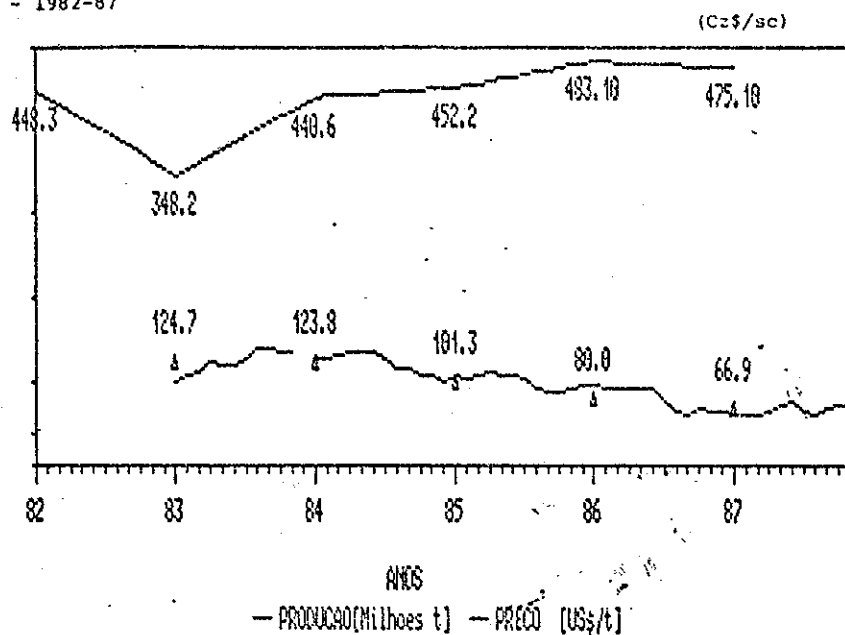
FONTE: Fundação IBGE/GCEA-SC - Safra 1985/86 e estimativa Instituto CEPA/SC para a safra 1986/87.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

3. MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO

As cotações internacionais do milho, que haviam apresentado uma sensível deterioração desde meados de 1984, como decorrência tanto do aumento da produção quanto do crescimento dos excedentes mundiais, começaram a esboçar melhoras a partir de março de 1987. O quadro mais favorável de oferta/demanda, indicando diminuição dos estoques mundiais, em face tanto da menor produção quanto do maior nível de consumo, foi o principal fator apontado como responsável pela reversão das cotações. Essa tendência de melhora (que se manteve inclusive durante o período da safra norte-americana, época em que a oferta aumenta) e a possibilidade de o governo dos Estados Unidos continuar incentivando a redução de plantio levam a acreditar que os preços internacionais do milho continuarão a se recuperar no transcorrer do ano vindouro.

GRÁFICO 1
MILHO - PRODUÇÃO MUNDIAL E PREÇOS VERIFICADOS NA BOLSA DE CHICAGO (*)
- 1982-87



FONTE: USDA e Bolsa de Chicago.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

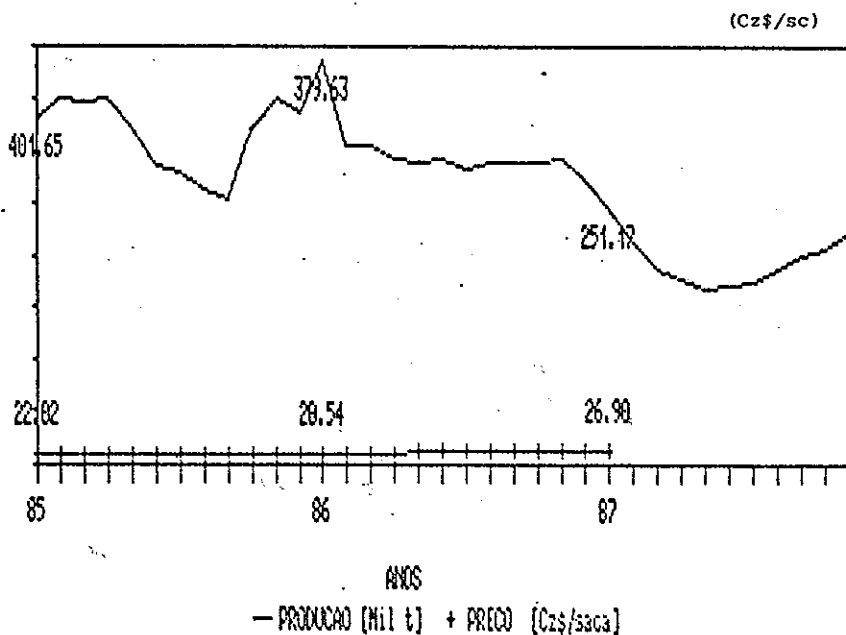
(*) Cotações na Bolsa de Chicago para a primeira entrega (sem prêmio)

O mercado nacional de milho nos sete primeiros meses de 1987 permaneceu calmo e com preços reais decrescentes. A falta de liquidez fez com que os preços nominais no Centro-Sul se mantivessem abaixo do mínimo até meados de maio. O grande excedente de milho, as altas taxas de juros e as perspectivas pessimistas quanto ao desempenho do mercado de aves e suínos fizeram com que as empresas adquirissem o produto em quantidades que só atendiam às suas necessidades mais imediatas, gerando, como consequência, uma situação de oferta muito superior à demanda, o que obrigou o governo a comprar grande parte da produção. Já no transcorrer da segunda quinzena de maio, a redução da colheita na maior parte dos estados produtores - reflexo das constantes chuvas e da preferência dada à colheita da soja - causou retração da oferta, o que provocou um aquecimento dos preços correntes no atacado do Sul e do Sudeste, elevando as cotações para níveis superiores ao mínimo oficial. Após essa reação, que foi reforçada também pelo maior reajuste do preço-mínimo em princípios de junho, as cotações, a partir de meados deste mês, se mostraram praticamente estáveis até fins de julho. A paralisação momentânea dos negócios, provocada pela edição do Plano Bresser, o grande volume de estoques em mãos do governo, o alto custo do dinheiro, a oferta pela CFP dos remanescentes de milho importado

e o congelamento dos preços de algumas carnes fizeram com que a comercialização, neste período, se mantivesse calma e os preços não mostrassem grandes alterações.

A partir de agosto, embora a CFP tenha efetivamente iniciado a venda de seus estoques, o mercado apresentou um aquecimento que não era esperado. A redução da oferta no mercado livre e a pouca disponibilidade de estoques em mãos dos grandes consumidores fizeram com que o mercado ficasse fortemente dependente dos estoques do governo e se balizasse daí em diante pelos preços de venda da CFP nos leilões das Bolsas. Com a nova política adotada pelo governo para a "desova" de seus estoques - que procurou, já a partir de fins de setembro, reajustar seus preços acima dos índices inflacionários de forma a compatibilizá-los com o novo preço mínimo - e com o recrudescimento da inflação os preços do milho, cresceram substancialmente no transcorrer do quarto trimestre do ano. Esta tendência foi ainda mais reforçada pelo fato de a CFP ter priorizado a venda em Bolsas dos estoques depositados no Centro-Oeste, o que, pelo alto custo do frete, encareceu ainda mais o produto.

GRÁFICO 2
MILHO - PRODUÇÃO NACIONAL E PREÇOS REAIS DE OUT/87 (*) NO ATACADO
PARANAENSE - 1985-87



FONTE: IBGE/CEPAGRO e FECOAGRO.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*) Utilizou-se o IGP-DI (col.2) da FGV - Revista Conjuntura Econômica

As perspectivas para os primeiros meses de 1988 são de que as cotações do milho se manterão próximas ao mínimo oficial, ou até levemente superiores, uma vez que as estimativas de uma

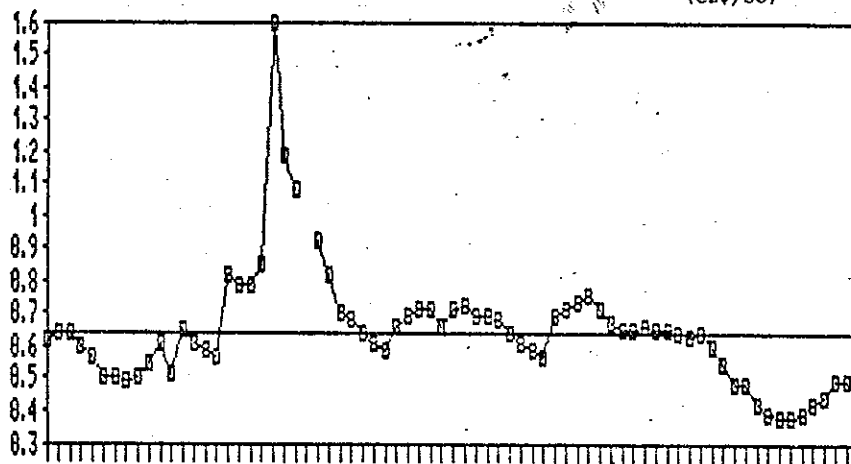
produção nacional bem inferior à da safra 1986/87 e a sinalização do governo de só desovar estoques quando os preços ultrapassarem em 12% a média dos últimos sessenta meses deverão fazer com que os consumidores mostrem maior interesse na formação de estoques no período da safra, a fim de não ficarem vulneráveis a prováveis altas de preços.

Em Santa Catarina, a comercialização também se mostrou bastante calma na primeira metade do ano. O bom nível de estoques em mãos dos grandes consumidores, a existência de uma oferta razoável e a continuidade dos leilões da CFP (milho importado) fizeram com que, nos dois primeiros meses do ano, os compradores se mostrassem retraídos, ofertando preços inferiores aos pedidos pelos vendedores. Embora os preços tenham apresentado um certo crescimento nominal a partir de março, com a entrada em vigor do novo preço mínimo, as cotações, no atacado do oeste, neste mês e em abril, se situaram em níveis inferiores aos de garantia do governo, fato que chegou a provocar a venda (AGF) de aproximadamente 40.000 t de milho ao governo. Esta situação decorreu tanto das boas perspectivas da safra catarinense quanto da safra nacional, fato que propiciou aos consumidores segurança quanto ao atendimento das suas necessidades, e se refletiu em retração das compras. Já a partir de maio, no entanto, em face das grandes aquisições efetuadas pela CFP no Paraná, os preços naquele estado encostaram no mínimo, o que se refletiu no mercado catarinense. Em face disso, o milho paranaense, que tradicionalmente apresentava atratividade para os consumidores catarinenses, não mostrou competitividade. Como decorrência desta situação de mercado, e também da retração da colheita - provocada por chuvas - o mercado catarinense se mostrou mais movimentado e começou a operar com preços no atacado superiores ao mínimo oficial. Apesar disso, a comercialização se apresentou relativamente morosa até agosto, com os consumidores mostrando resistência em pagar os preços pedidos pelos vendedores. Após esta relativa calma, o mercado catarinense começou a apresentar maior movimentação já a partir da segunda semana de agosto. A demora no início das vendas diretas aos produtores e a pouca disponibilidade de estoques em mãos dos grandes consumidores forçaram a procura, tanto pelo produto ainda em mãos das cooperativas e particulares, quanto pelo milho que a CFP começou a leiloar através da Bolsa de Mercadorias e Cereais de Santa Catarina. Os preços que,

embora nominalmente ascendentes, vinham mostrando um comportamento razoavelmente calmo, começaram a esboçar uma reação que foi se acentuando nos meses seguintes, à medida que a forte dependência dos estoques do governo atrelava os preços de mercado aos de venda da CFP.

Em termos reais, os preços, que até agosto se mostravam declinantes, começaram, a partir daí, a apresentar uma sensível melhora, para fechar o ano praticamente nos mesmos níveis de 1986. É de se ressaltar, no entanto, que os níveis das cotações de 1987 foram os piores dos últimos anos.

GRÁFICO 3
MILHO - PREÇOS REAIS DE OUT/87 NO ATACADO CATARINENSE - 1982-87
(Cz\$/sc)



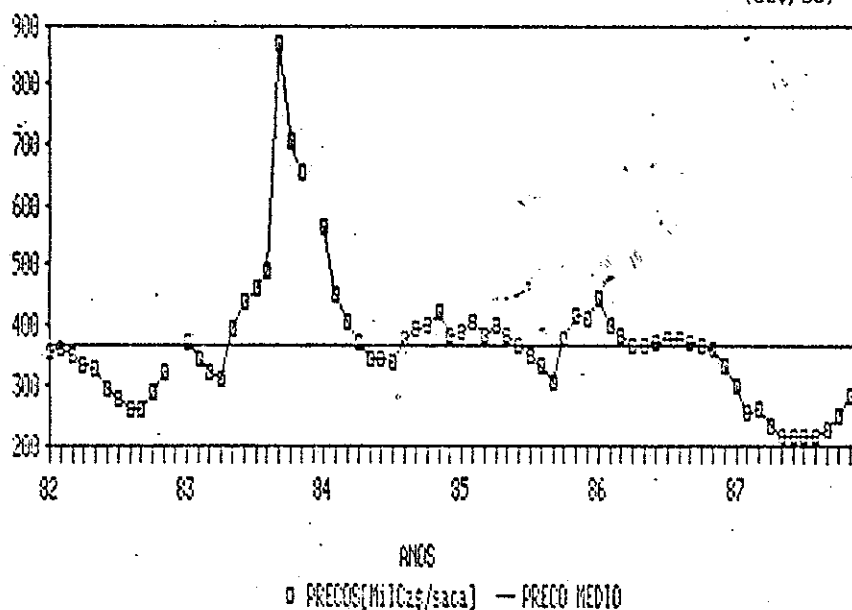
ANOS
□ PREÇOS[Mil(Cz\$/saca)] — PREÇO MEDIO

FONTE: SIMA/SC e Instituto CEPA/SC.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Os preços recebidos pelos produtores do Oeste Catarinense, que nos dois primeiros meses de 1987 se apresentaram estabilizados ao redor de Cz\$ 85,00/sc, evoluíram gradativamente daí em diante, fechando o mês de junho com cotações entre Cz\$ 160,00 e Cz\$ 170,00/sc. Esta evolução, embora com alguns desânimos - para cobertura de frete, Funrural e outras despesas - acompanhou de perto o crescimento dos preços mínimos. No entanto, é de se registrar que, ao contrário de anos anteriores, quando as cooperativas procuraram sustentar os preços aos seus associados na faixa do mínimo para o produto posto na fazenda, neste ano, em face da resistência dos compradores, elas se resguardaram e pagaram o preço de garantia somente para o produto coloca-

do nos seus próprios armazéns. No transcorrer do segundo semestre, embora as cotações tenham acompanhado a evolução dos preços de atacado, seus níveis se situaram cerca de 10% abaixo destes. Em termos reais, os preços recebidos pelos produtores catarinenses foram os mais baixos registrados desde 1982.

GRÁFICO 4
MILHO - PREÇOS REAIS DE OUT/87(*) PAGOS AO PRODUTOR CATARINENSE -1982-87
(Cz\$/sc)



FONTE: SIMA/SC e Instituto CEPA/SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*)Utilizou-se o IGP-DI (Col.2) da FGV - Revista Conjuntura Econômica

4. ABASTECIMENTO E CONSUMO

A produção mundial de milho na safra 1986/87 (475,0 milhões de t) foi um pouco menor do que a obtida na safra anterior; ainda assim, foi maior do que o consumo global, estimado em aproximadamente 452 milhões de toneladas, já computado um incremento da demanda superior a 7% em relação à temporada passada. Embora a diferença entre a produção e o consumo mundial não se tenha mostrado muito expressiva (aproximadamente 23,0 milhões de toneladas), esta sobra colaborou para que os excedentes globais se elevassem para cerca de 147 milhões de toneladas, dos quais aproximadamente 124,0 milhões só nos Estados Unidos. Estes números são os maiores de todos os tempos. Não obstante as estimativas preliminares indiquem que a produção mundial da safra 1987/88 deva se situar num patamar levemente inferior ao consumo previsto, tudo indica que, em face dos grandes estoques dispo-

níveis, a oferta na próxima temporada comercial continuará sendo expressiva.

TABELA 6
MILHO - ESTIMATIVA DE OFERTA/DEMANDA DOS ESTADOS UNIDOS E MUNDIAL -
SAFRAS 1986/87 e 1987/88.

ESPECIFICAÇÃO	(em milhões de t)			
	ESTADOS UNIDOS		MUNDIAL	
	1986/87	1987/88	1986/87	1987/88
Estoque Inicial	102,62	124,00	123,84	147,09
Produção	209,63	181,34	475,13	447,12
Importação	-	-	60,66	66,09
Uso Doméstico	149,54	153,04	451,88	461,73
Exportação	38,74	40,64	63,87	65,41
Estoque Final	124,01	111,71	147,09	132,49

FONTE: USDA (outubro/87).

O quadro de oferta/demanda de milho, a nível de Brasil, se mostrou, como um todo, superavitário neste ano de 1987 (vide quadro abaixo). Apesar de o consumo ter apresentado um crescimento expressivo - como decorrência do aumento dos criatórios de aves e de suínos, e, em menor escala, pela substituição de trigo por milho no consumo humano - o aumento da produção nacional, acrescido de um pequeno "carry-over" da temporada passada, gerou um excedente expressivo, que deverá auxiliar na oferta do próximo ano.

No que diz respeito ao abastecimento do Centro-Sul, notou-se que até fins de julho o mercado se mostrou plenamente atendido com a oferta nas Bolsas de milho importado pela CFP (nos dois primeiros meses) e pelo produto da nova safra. No transcorrer do segundo semestre, no entanto, a grande concentração de produto em mãos do governo - que adquiriu cerca de 6,2 milhões de toneladas através de AGF - a pouca formação de estoques por parte dos grandes consumidores e mais os tradicionais déficits registrados nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, fizeram com que estes estados ficassem fortemente dependentes dos estoques governamentais, o que acarretou alguns problemas de suprimento no quarto trimestre do ano. É de se salientar, entretanto, que estas carências decorreram muito mais do encarecimento dos fretes - o que em muitos casos inviabilizou as compras em outros estados - do que de uma efetiva falta de produto, já que existiam expressivos estoques nos

estados do Centro-Oeste. Já a Região Nordeste, cuja safra sofreu sensível quebra em face da ocorrência de estiagens, a diferença entre a produção e o consumo regional, quando considerado todo o ano comercial, foi negativa em aproximadamente 1,0 milhão de toneladas, fato que obrigou o governo a transferir para aquela região parte de seus estoques formados no Centro-Sul.

TABELA 7 .
MILHO - PREÇOS MENSAIS, A NÍVEL DE PRODUTOR E ATACADO EM SANTA CATARINA,
ATACADO NO PARANÁ E NA BOLSA DE CHICAGO - 1987

(valor nominal em Cz\$ 1,00/sc)

MÊS	PRODUTOS EM EM SC (1)	ATACADO EM SC (4)	ATACADO NO PARANÁ (3)	PREÇO MÍNIMO	BOLSA DE CHICAGO (US\$/t) (4)
Janeiro	87,00	100,00	89,00	84,60	62,30
Fevereiro	85,00	101,00	88,00	84,60	59,40
Março	100,00	118,00	90,00	115,20	62,50
Abril	105,00	121,00	102,00	122,40	66,00
Mai	125,00	143,00	124,00	136,80	73,30
Junho	156,60	179,00	159,00	171,60	75,30
Julho	173,80	196,00	175,00	171,60	65,60
Agosto	180,60	209,00	197,00	265,00	61,30
Setembro	203,50	240,00	227,00	282,00	66,60
Outubro	253,40	280,00	260,00	297,60	72,20
Novembro	328,00	361,00	323,00	325,20	71,90
Dezembro	385,00	415,00	365,00	366,96	73,10

FONTE: INSTITUTO CEPA/SC.

- (1) Preços mais comuns na praça de Chapecô.
- (2) Preços pedidos pelos vendedores em Chapecô.
- (3) Atacado do Sudeste e do Oeste do Paraná.
- (4) 1ª entrega.

Com relação a Santa Catarina, o déficit entre a produção e o consumo foi estimado em níveis superiores a 450.000 t. Apesar de a produção se ter mostrado razoável (cerca de 2,4 milhões de t), o crescimento da atividade avícola e suinícola - estimada em 4% e 9%, respectivamente, em relação a 1986 - gerou uma previsão de consumo global, quando consideradas as perdas com transporte e armazenagem, próximo a 2,9 milhões de toneladas. Esta diferença entre a produção e o consumo foi suprida em sua quase totalidade pelos estoques oficiais, uma vez que as empresas, em face de diversos fatores, não mostraram grande interesse em promover compras diretas no Paraná. Apesar dessa deficiência, o suprimento estadual de milho foi garantido principalmente pelos estoques do governo, quer seja através da venda em bolsa e do programa de equalização aos exportadores de carnes, quer seja através das vendas diretas aos pequenos consumidores. Já no último trimestre do ano, alguns problemas começaram a se

evidenciar. Embora, neste período, os grandes consumidores e os pequenos produtores do oeste se encontrassem numa situação razoavelmente tranqüila - em face de os primeiros terem recebido milho pelo programa de equalização e os segundos terem utilizado programa de vendas diretas - os produtores de médio porte, sem acesso às vendas diretas e os consumidores do litoral, onde os estoques da CFP já eram quase inexistentes ao final de outubro, enfrentaram alguns entraves, uma vez que para se abastecer tiveram de recorrer a compras na Bolsa, cuja oferta se restringia a produto depositado no Centro-Oeste.

TABELA 8
MILHO - ESTIMATIVA DAS NECESSIDADES CATARINENSES - 1985-87

DISCRIMINAÇÃO	(em t)			
	ANOS	1985	1986	1987
DEMANDA		2.354.419	2.501.700	2.640.875
Consumo Humano		60.000	65.000	65.000
Consumo Animal		2.229.919	2.366.900	2.491.125
. Suínos		1.283.300	1.346.000	1.409.500
. Frangos de corte		647.780	704.000	763.940
. Matrizes de pintos		77.263	90.000	82.790
. Matrizes de ovos		17.936	19.400	27.000
. Perus		49.140	53.000	53.235
. Outros animais		154.500	154.500	154.500
Consumo Industrial		60.000	65.000	80.000
Sementes		4.500	4.800	3.750
PERDAS		213.000	195.000	242.000
NECESSIDADE TOTAL		2.567.419	2.696.700	2.882.875
PRODUÇÃO		2.134.000	1.951.300	2.419.200
DÉFICIT	(-)	433.419	(-) 745.400	(-) 463.675

FONTE: Instituto CEPA/SC.

5. PERSPECTIVAS PARA A PRÓXIMA SAFRA

As estimativas do USDA para a safra mundial de milho do período 1987/88 indicam que a produção deverá se situar em cerca de 447 milhões de toneladas, ou seja, deverá apresentar uma redução de aproximadamente 6% em relação aos 475,1 milhões de toneladas da safra anterior. Esta perspectiva de diminuição é fruto, principalmente, da expressiva queda da produção norte-americana (menos 28,3 milhões de toneladas) que, por sua vez, resultou da redução de quase 14% na área de plantio.

As estimativas para a nova safra do Centro-Sul do Brasil e de Rondônia apontavam para uma área de cultivo da ordem de

9,7 milhões de hectares, número que, se for confirmado, representará uma redução de aproximadamente 10% em relação aos quase 10,7 milhões cultivados na safra 1986/87. Este recuo foi creditado seja às dificuldades enfrentadas na comercialização do milho durante o período safra, seja à melhora do mercado da soja, cujo cultivo retomou as áreas perdidas para o milho no ano anterior. No que concerne à produção, o recuo sobre os 25,7 milhões de toneladas colhidos em 1987 deverá ser um pouco mais expressivo, principalmente pela menor utilização de insumos que deverá baixar o rendimento médio das lavouras - as estimativas indicam a possibilidade de a produção se situar próximo a 22,0 milhões de toneladas. Diante disso, e se apostarmos numa recuperação da produção do Norte/Nordeste para algo próximo a 2,0 milhões de toneladas, a produção nacional em 1988 poderá ser da ordem de 24,0 milhões de toneladas. Se esta hipótese se confirmar, o abastecimento nacional, no ano vindouro, poderá estar garantido, já que a deficiência da produção deverá ser parcialmente compensada, tanto pelos grandes excedentes ainda previstos para o final desta temporada comercial, quanto pela perspectiva de retração de consumo decorrente da expectativa de queda na produção de aves e suínos.

As perspectivas quanto à safra catarinense, apesar da menor área plantada - menos 2% em relação à safra passada - se mostravam bastante favoráveis. As razoáveis condições climáticas que vigoraram até o final do ano permitiam visualizar a possibilidade de a produção se situar num patamar próximo a 2,37 milhões de t. No entanto, mesmo que esta razoável produção venha a se confirmar, o estado continuará dependendo do aporte de milho de outros estados, uma vez que, embora o consumo tenda a ser um pouco inferior ao de 1987, se situará, ainda assim, num nível bem maior do que o de produção.

TABELA 9
MILHO - ESTIMATIVA DE OFERTA/DEMANDA - BRASIL - SAFRAS de 1983/84 a 1987/88

ANO COMERCIAL	ESTOQUE INICIAL	PROD.	IMPORT.	OFERTA	CONS.	EXCED.	(em 1.000 t)	
							EXPORT.	ESTOQUE FINAL
1983/84	1.823	19.014	465	21.303	19.740	1.563	739	824
1984/85	824	21.178	0	22.001	19.700	2.301	180	2.121
1985/86	2.121	21.174	200	23.495	21.053	2.442	0	2.442
1986/87	600 (1)	20.264	2.936	23.800	22.200	1.600	0	1.600
1987/88	1.600	26.979	360	28.939	25.085	3.854	0	3.854

FONTE: CFP - Agosto/87.

(1) O estoque inicial, a partir deste ano, começa em 01/03.

3.12. SOJA

1. CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE

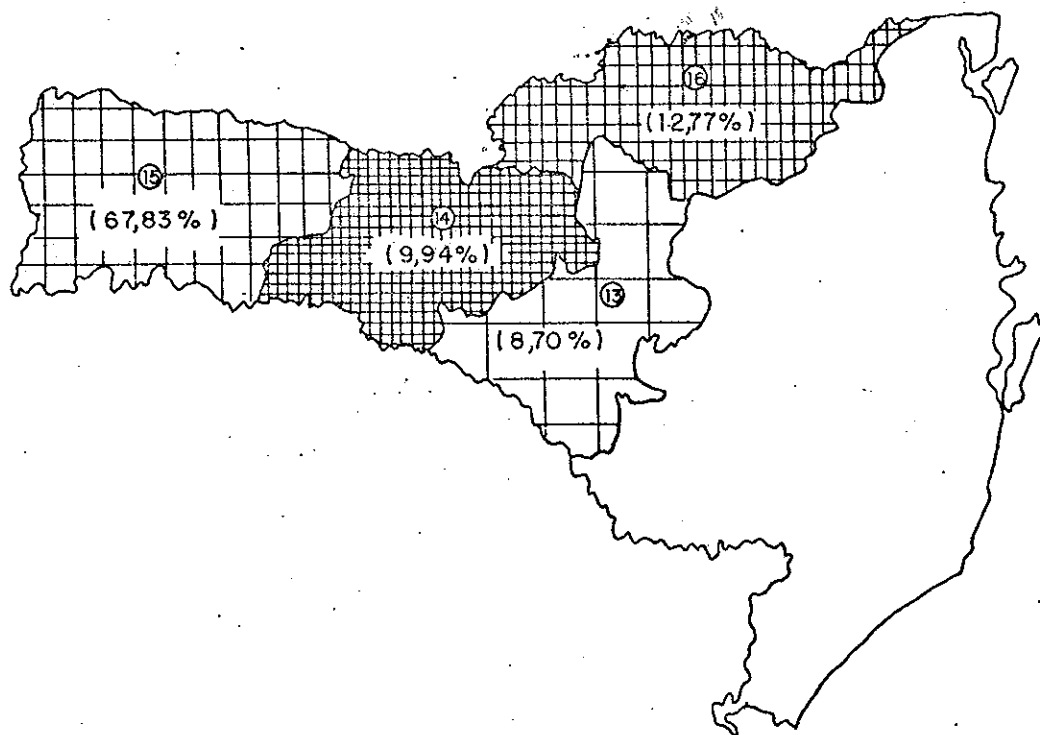
A nível mundial, a soja se destaca como a principal oleaginosa e também como a mais importante fonte de proteína vegetal do mundo. Apesar de ser cultura de origem asiática e ter a China como um dos principais países produtores, sua produção se concentra principalmente nas Américas, onde os Estados Unidos, o Brasil e a Argentina respondem, em conjunto, por aproximadamente 80% da produção mundial. No conjunto dos países, o Brasil se destaca como o segundo produtor, suplantado apenas, porém largamente, pelos Estados Unidos.

No Brasil, embora a soja já comece a ser cultivada em alguns estados do Nordeste, como a Bahia e o Maranhão, a produção se concentra no Centro-Sul, sendo o Rio Grande do Sul e o Paraná os dois principais produtores nacionais. No contexto brasileiro, Santa Catarina, embora permaneça como o 8º produtor de soja, teve sua participação reduzida de 3,7%, em 1986, para 2,7%, em 1987, como decorrência tanto da menor produção estadual, quanto de um melhor desempenho da safra brasileira, que cresceu para aproximadamente 17,0 milhões de toneladas, contra somente 13,3 milhões de toneladas em 1986.

No estado catarinense, a cultura é explorada por cerca de 59.000 agricultores. Embora seja plantada por grande número de pequenos agricultores - muitos dos quais plantam a oleaginosa em consórcio com milho - a produção se concentra, em grande parte, nas propriedades maiores, onde, segundo o Censo de 1980, somente 8% dos sojicultores responderam por quase 50% da produção estadual.

A distribuição da produção catarinense a nível microrregional continua a apontar a Colonial do Oeste Catarinense, cuja participação em 1987 foi da ordem de 68%, como a principal microrregião produtora. Seguem-na, por ordem de importância, as microrregiões Planalto de Canoinhas, com 12,8%, Colonial do Rio do

**MAPA 1 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE SOJA
EM SANTA CATARINA - SAFRA 1986 / 87**



FONTE: IBGE
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

Peixe, com 9,9% e Campos de Curitibanos, com 8,7%.

2. PRODUÇÃO

Segundo o relatório do USDA de out/87, a produção mundial de soja da safra passada situou-se em aproximadamente 98,3 milhões de toneladas, número que, apesar de inferior ao previsto em meados do ano - em razão da revisão da safra norte-americana, superestimada em 1,8 milhão de t - se transformou, ainda assim, no maior volume colhido em toda a história. Apesar de a produção norte-americana ter ficado 8% aquém da obtida na safra anterior - como decorrência não só de uma leve queda no rendimento médio, como, principalmente, pela retração em mais de 5% quanto à área de plantio - o volume total de soja colhido a nível mundial foi maior do que o obtido na safra 1985/86, graças, principalmente, à recuperação da produção brasileira e ao bom desempenho da safra chinesa.

TABELA 1

SOJA - PRODUÇÃO MUNDIAL - SAFRAS DE 1984/85 A 1987/88

PAÍS	(em milhões de t)			
	1984/85	1985/86	1986/87 (*)	1987/88 (*)
E.U.A.	50,64	57,11	52,80	53,56
Brasil	18,29	14,10	17,30	17,50
China	9,70	10,50	11,71	11,80
Argentina	6,75	7,30	7,30	8,30
Paraguai	0,95	0,60	0,95	1,00
Canadá	0,94	1,05	0,96	1,10
Índia	0,96	0,98	0,90	1,00
Indonésia	0,87	0,90	0,99	0,95
México	0,55	0,71	0,61	0,73
U.R.S.S.	0,47	0,46	0,70	0,70
Europa Oriental	0,76	0,58	0,75	0,73
Outros	2,23	2,57	3,32	4,05
TOTAL	93,10	96,86	98,29	101,41

FONTE: USDA.

(*) Estimativa USDA - out/87.

Com relação à safra brasileira, ainda que a área plantada tenha apresentado uma redução de aproximadamente 4% em relação aos 9,64 milhões de hectares cultivados em 1986, a produção alcançou quase 17,0 milhões de toneladas, volume que, além de ser o segundo maior já colhido a nível de país, se mostrou cerca de 29% superior ao obtido na frustrada safra do ano anterior.

As primeiras causas apontadas como responsáveis pelo declínio na área de plantio foram a queda dos preços internacionais - que se refletiram em preços internos bastante depreciados - e a política oficial que, ao não reajustar o preço mínimo da soja e ao limitar os níveis de financiamento de custeio, premiou as culturas de alimentos básicos e fez com que a soja perdesse área, principalmente para a cultura do milho. Já no que diz respeito à produção, embora as estiagens de março tenham afetado parcela das produções do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do sudoeste do Paraná - regiões de colheita mais tardia - nas demais regiões o clima se mostrou favorável, fato que permitiu a obtenção de um rendimento médio nacional da ordem de 1.840 kg/ha e se refletiu numa excelente produção.

TABELA 2

SOJA - PRODUÇÃO BRASILEIRA, POR ESTADO - SAFRAS DE 1980/81 A 1986/87

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	S A F R A						
	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85	1985/86	1986/87 ⁽¹⁾
Paraná	4.950,0	4.200,0	4.315,0	4.121,0	4.413,0	2.600,0	3.645,0
Rio Grande do Sul	6.088,3	4.220,6	5.268,9	5.415,0	5.711,0	3.269,0	4.995,2
Mato Grosso Sul	1.346,0	1.537,3	1.801,0	2.003,0	2.558,6	1.965,0	2.342,6
São Paulo	1.032,0	993,3	966,0	871,0	960,3	918,0	923,4
Goiás	382,6	560,9	692,9	847,0	1.356,2	1.127,6	1.064,3
Santa Catarina	648,2	534,0	405,4	579,0	563,9	498,0	455,3
Minas Gerais	279,4	390,1	477,5	554,0	882,6	796,5	819,5
Mato Grosso	224,9	365,5	611,3	1.050,0	1.656,0	1.921,3	2.379,0
Distrito Federal	25,5	32,4	39,8	52,0	91,8	83,8	90,0
Outros	1,1	0,4	4,2	44,0	85,0	155,6	158,9
TOTAL	14.978,0	12.834,5	14.582,0	15.536,0	18.278,4	13.334,7	16.873,3

FONTE: Fundação IBGE/CEPAGRO.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Estimativa IBGE/CEPAGRO - out/87.

TABELA 3

SOJA - ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO NO BRASIL - SAFRAS DE 1972/73 A 1986/87

SAFRA	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1972/73	3.615	5.012	1.386
1973/74	5.143	7.877	1.532
1974/75	5.825	9.893	1.698
1975/76	6.417	11.227	1.750
1976/77	7.070	12.513	1.770
1977/78	7.782	9.541	1.226
1978/79	8.256	10.240	1.240
1979/80	8.774	15.156	1.727
1980/81	8.485	14.978	1.765
1981/82	8.202	12.835	1.564
1982/83	8.486	14.582	1.719
1983/84	9.456	15.483	1.645
1984/85	10.153	18.278	1.800
1985/86	9.186	13.335	1.452
1986/87 (*)	9.152	16.873	1.844

FONTE: IBGE/CEPAGRO.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*) Previsão de out/87 do IBGE/CEPAGRO.

A safra catarinense de soja, que no início do ano mostrava uma perspectiva bastante alentadora, não apresentou o desempenho esperado. As estiagens que assolaram todas as regiões produtoras durante o transcorrer de março/87 afetaram a produção. Embora muitas das lavouras que durante aquele período se aproximavam do ponto de colheita não tenham apresentado problemas, as que se encontravam em fases mais atrasadas apresentaram quebras de intensidade variável; as que mais sofreram foram aquelas que se encontravam nas fases de floração, formação de vagens e enchimento de grãos. Como decorrência, a produção inicialmente estimada em cerca de 500.000 t reduziu-se para apenas 455.000 t. A produção da safra 1986/87, quando comparada às 498.000 t obtidas na safra anterior, apresentou uma involução da ordem de 9% em virtude dos problemas climáticos que afetaram o rendimento das lavouras (que se situou em níveis ainda menores que os 1.259

kg/ha obtidos na semifrustrada safra de 1986), e, principalmente, porque a área plantada acusou uma involução da ordem de 6,5%. Dentre as principais causas apontadas como responsáveis pela diminuição registrada na área de plantio, destacam-se: a permanência do preço mínimo no mesmo nível do que vigorou para a safra de 1986; o baixo valor dos financiamentos de custeio; a retração de financiamento para novas lavouras; os baixos preços registrados no transcorrer de 1986 e as poucas perspectivas de melhora das cotações no transcorrer de 1987.

TABELA 4

SOJA - ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA CULTURA EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1976/77 A 1987/88

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1976/77	350.642	476.365	1.359
1977/78	408.785	354.681	868
1978/79	504.570	433.863	860
1979/80	520.401	718.764	1.381
1980/81	483.880	648.000	1.339
1981/82	445.000	534.000	1.200
1982/83	404.300	405.400	1.003
1983/84	420.246	578.763	1.377
1984/85	420.130	563.882	1.342
1985/86	395.560	498.034	1.259
1986/87	369.855	455.339	1.231
1987/88	412.000	576.000	1.400

FONTE: IBGE/GCEA-SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*) Estimativa Instituto CEPA/SC (dez/87).

No que concerne ao desempenho da cultura por microrregião, notou-se que além de a área ter caído em todas elas, o rendimento médio, com exceção da microrregião Planalto de Canoinhas, também foi inferior ao obtido na safra anterior. Por outro lado, segundo o levantamento do IBGE/GCEA, verificou-se que a região que mais sofreu com as intempéries foi a Colonial do Oeste Catarinense, onde aproximadamente 10% da área plantada deixou de ser colhida.

TABELA 5

SOJA - ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO OBTIDA, POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA DE SANTA CATARINA, SAFRAS 1985/86 E 1986/87

MICRORREGIÃO	ÁREA PLANTADA (ha)		PRODUÇÃO OBTIDA (t)	
	1985/86	1986/87	1985/86	1986/87
Col. Alto Itajaí	150	50	270	135
Lit. Sul Catar.	1.160	670	1.455	1.242
Col. Sul Catar.	150	-	270	-
Campos de Lages	1.615	1.380	2.190	1.998
Campos Curitibanos	31.680	27.360	47.178	39.617
Col. Rio do Peixe	59.850	58.045	59.916	45.295
Col. Oeste Catar.	265.100	249.710	329.146	308.875
Plan. Canoinhas	35.855	32.640	57.400	58.177
ESTADO	395.560	369.855	497.764	455.339

FONTE: Fundação IBGE/GCEA-SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

3. MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO

As cotações internacionais da soja-grão, que iniciaram o ano bastante fracas, apresentaram uma sensível melhora entre abril e junho, em decorrência de uma conjugação de fatores positivos, dentre os quais se destacaram estimativas de redução de plantio da safra norte-americana; aumento da demanda mundial por farelo e grãos; perspectiva de redução da produção de óleo de palma na Malásia; notícias de que as condições climáticas estariam atrapalhando o plantio da safra norte-americana, e a expressiva queda do dólar. Após este expressivo crescimento, as cotações acusaram movimento declinante até meados de setembro, principalmente em face do bom comportamento da safra norte-americana. Daí em diante, os preços voltaram a se recuperar, seja pela revisão para menos da safra dos Estados Unidos - o relatório do USDA de setembro acusou uma redução superior a 1,0 milhão de toneladas - seja pelas previsões de que os estoques daquele país seriam bastante inferiores aos que vinham sendo estimados. Esta tendência de crescimento se fortaleceu ainda mais ao final de novembro/início de dezembro, quando pesadas compras por parte da União Soviética sustentaram o mercado e elevaram as cotações para os mais altos níveis do ano. As perspectivas para os primeiros meses de 1988 são de que as cotações deverão se mostrar firmes. Esta expectativa decorre tanto das estimativas de redução nos es-

toques americanos e da previsão de aumento da demanda mundial por farelo e óleo de soja, quanto da possibilidade de a União Soviética retornar ao mercado adquirindo grandes quantidades de farelo e grão.

As cotações internacionais do farelo, em face do aumento da demanda, mantiveram-se crescentes na maior parte do ano (exceto de julho a agosto), tendência substancialmente reforçada nos últimos meses de 1987, quando a concentração da oferta nas mãos dos esmagadores americanos e o aquecimento do consumo no hemisfério norte proporcionaram um expressivo aumento dos preços, cujos níveis chegaram, em fins de novembro, a ultrapassar US\$ 240,00/t, ou seja, o mais alto registrado desde 1984. Um outro ponto a ressaltar é que desde meados de outubro de 1987 os preços do subproduto mostraram-se superiores aos do grão, fato bastante inusitado no comércio internacional do complexo. As expectativas, no entanto, são de que as cotações se enfraqueçam a partir de fev/mar, uma vez que, embora as estimativas sejam de o consumo continuar aumentando, a oferta tende a crescer em ritmo mais acelerado com o início do esmagamento da safra sulamericana.

As cotações do óleo, que nos quatro primeiros meses de 1987 apresentaram tendência de queda, se fortaleceram em maio e junho, principalmente em decorrência das estimativas de redução na produção de óleo de palma na Malásia. Após terem apresentado movimento decrescente de julho a setembro - como reflexo do comportamento declinante das cotações do grão e do farelo - os preços se mostraram firmes daí em diante, tendência que deverá persistir em grande parte de 1988, graças à expectativa de crescimento nas importações da Índia, da China e da União Soviética.

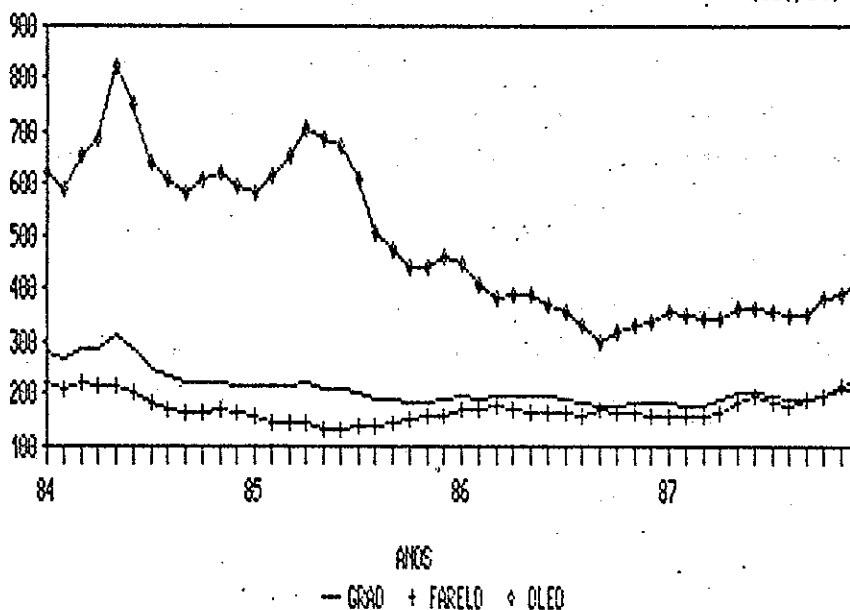
No mercado interno brasileiro, os preços reais da soja-grão, após se terem apresentado decrescentes até março, começaram, a partir daí, a mostrar um movimento ascendente, que se estendeu, com exceção de partes de setembro e de outubro - quando as importações em "draw-back" e a recompra de alguns contratos de exportação esfriaram momentaneamente o mercado - até o final do ano. A evolução dos preços foi influenciada, inicialmente, tanto pela melhora das cotações internacionais no segundo trimestre - fato que acelerou as exportações do complexo - quanto pela mi-di-desvalorização do cruzado no início do Plano Bresser. Esta

tendência, embora dificultada pelo tabelamento interno do óleo a partir de junho e pela suspensão das exportações de grão e óleo em julho, manteve-se até inícios de setembro, em razão da diminuição da safra interna de grãos e da sensível alta nos preços do farelo, e também pela quebra, em agosto, da "trading company" suíça Panchaud e Cie - que havia negociado soja brasileira sem a necessária cobertura - fato que provocou uma corrida de compras. Após a relativa calma de setembro/outubro, as cotações voltaram a crescer em níveis reais, influenciadas tanto pela pouca existência de soja ainda a comercializar e pelo altos preços alcançados nas licitações da CFP, quanto pela liberação dos preços do óleo, em novembro.

GRÁFICO 1

SOJA - COTAÇÃO INTERNACIONAL DE GRÃO, FARELO E ÓLEO - 1984-87

(Cz\$/sc)



FONTE: FECOAGRO (cotações na Bolsa de Chicago para os contratos de primeira entrega (sem prêmio).

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

O mercado de farelo, que iniciou o ano bastante calmo e com preços crescendo abaixo do índice inflacionário, experimentou um expressivo aquecimento a partir de meados de abril, principalmente em face do grande volume de contratos negociados para o exterior. Apesar de os preços terem apresentado um leve recuo no início de julho devido à aplicação da "tablita" nos negócios a prazo, as cotações voltaram a ganhar um grande impulso a partir daí até setembro, influenciados que foram por especulações de

que, em face do grande volume das exportações e do aumento de consumo interno, ocorreria falta de farelo para atender às necessidades internas. Já a melhora das perspectivas da oferta visualizadas a partir de setembro, proporcionada principalmente pelo aumento da programação das importações de soja em regime de "draw-back" e pela recompra de alguns contratos de exportação de grão, fizeram com que o mercado apresentasse um comportamento mais calmo nos últimos três meses do ano.

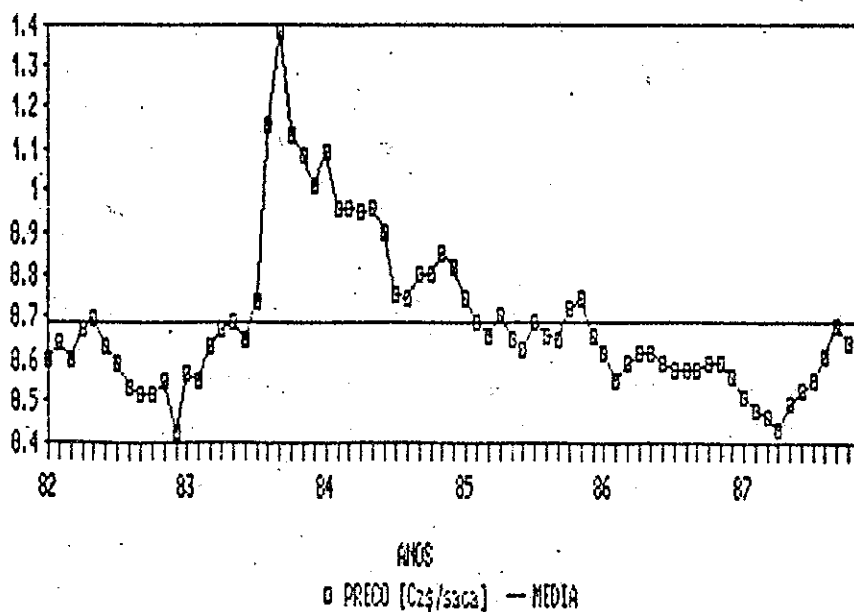
O tabelamento do óleo no varejo, além de ter mantido o mercado deste produto amarrado aos reajustes autorizados pelo consumo e causado, em alguns momentos, dificuldades na margem de esmagamento das empresas, conteve os preços deste produto em níveis artificialmente baixos até novembro, quando, com o fim do tabelamento, os preços apresentaram um sensível crescimento.

Em Santa Catarina, o mercado de soja-grão acompanhou de perto a evolução registrada nos demais estados do Sul e do Sudeste. O comportamento dos preços no atacado de Chapecó também foram aproximadamente iguais aos verificados em outras praças do Sul, só que com algum desãgio, já que a maior distância dos portos acarretava maiores despesas com frete, o que fez cair a paridade. Os preços ofertados aos produtores catarinenses, situados próximo ao mínimo oficial de Cz\$ 170,40/sc no início da safra, foram gradativamente se desgarrando para cima a partir de abril, à medida que a melhora das cotações externas proporcionou espaço para o crescimento das cotações no atacado.

GRÁFICO 2

SOJA - PREÇOS REAIS DE OUT/87 NO ATACADO CATARINENSE - 1982-87

(Cz\$/sc)



4. ABASTECIMENTO E CONSUMO

Não obstante a produção mundial da safra 1986/87 ter sido a maior já obtida, o expressivo aumento registrado no consumo fez com que os estoques globais ao final da temporada se mostressem significativamente menores do que os da temporada 1985/86. Embora pareça que, graças principalmente à recuperação apresentada pela demanda nos últimos tempos, a tendência de crescimento dos estoques começa a se reverter, os níveis dos excedentes mundiais de soja-grão deverão permanecer altos, uma vez que com a sinalização de recuperação dos preços internacionais a produção, desde que as condições climáticas se mostrem normais, poderá continuar crescendo em ritmo possivelmente semelhante ao da recuperação da demanda.

TABELA 6

SOJA - OFERTA E DEMANDA MUNDIAL DE GRÃOS E DERIVADOS - TEMPORADAS COMERCIAIS DE 1986/87 E 1987/88
(em milhões de t)

DISCRIMINAÇÃO	GRÃO		FARELO		ÓLEO	
	1986/87	1987/88	1986/87	1987/88	1986/87	1987/88
Estoque inicial	23,23	20,00	2,87	3,14	1,64	1,92
Produção	98,30	101,88	65,07	65,91	14,68	14,86
Importação	27,86	27,61	26,03	25,63	3,58	3,68
Esmagamento	82,74	83,70	-	-	-	-
Cons. interno	100,23	101,54	65,54	66,74	14,10	14,59
Exportação	28,55	28,23	25,30	24,75	3,87	3,77
Estoque final	20,00	19,71	3,14	3,19	1,92	2,11

FONTE: USDA - Nov/87.

ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC.

No que concerne ao abastecimento nacional, a recuperação da produção para níveis próximos a 17,0 milhões de toneladas, mais os remanescentes da temporada anterior (cerca de 900.000 t), juntamente com as importações estimadas em cerca de 500.000 t, proporcionaram uma oferta global de grãos da ordem de 18,4 milhões de toneladas, número que permitiu um esmagamento, descontadas as exportações, da ordem de 14,0 milhões de toneladas. Este nível de esmagamento, embora tenha revertido numa boa produção tanto de farelo quanto de óleo, não chegou a proporcionar abundância de oferta no mercado interno, não só porque o consumo de farelo cresceu bastante, como, também, porque as vendas de farelo e óleo para o exterior evoluíram substancialmente - na temporada 1986/87 a participação brasileira nas exportações mundiais destes

produtos foi de 31,0% e 27,4%, respectivamente. O crescimento das exportações de todo o complexo permitiu que as receitas cambiais, que em 1986 haviam caído para cerca de 1,7 bilhão, se recuperassem e atingissem neste ano aproximadamente 2,5 bilhões de dólares.

TABELA 7

SOJA E DERIVADOS - OFERTA E DEMANDA BRASILEIRA - SAFRAS DE 1983/84 A 1988/89.

(em milhões de t)

PRODUTOS	ANO COMERCIAL	ESTOQUE INICIAL		PROD.	IMPORT.	OFERTA	CONS.	EXCED.	EXPORT.	ESTOQUE FINAL
		Data	Quant.							
SOJA EM GRÃO	83/84	01.02.83	619	14.533	34	15.186	13.803	1.383	1.115	268
	84/85	01.02.84	268	15.340	154	15.762	13.597	2.165	1.561	604
	85/86	01.02.85	604	18.211	378	19.193	14.844	4.349	3.456	893
	86/87	01.02.86	893	14.189	358	15.440	13.332	2.108	1.200	908
	87/88	01.02.87	908	16.961	550	18.419	15.100	3.319	3.050	269
	88/89	01.02.88	269	18.770	300	19.339	15.400	3.939	3.300	639
FARELO DE SOJA	83/84	01.02.83	367	10.015	0	10.382	2.170	8.212	7.785	427
	84/85	01.02.84	427	9.738	0	10.165	1.967	8.198	7.687	511
	85/86	01.02.85	511	10.716	0	11.227	2.120	9.107	8.648	459
	86/87	01.02.86	459	9.594	0	10.053	2.789	7.264	6.981	283
	87/88	01.02.87	283	10.814	0	11.097	2.950	8.147	7.950	197
	88/89	01.02.88	197	11.048	0	11.245	3.050	8.195	7.950	245
ÓLEO DE SOJA	83/84	01.02.83	183	2.420	42	2.645	1.573	1.072	947	125
	84/85	01.02.84	125	2.353	145	2.623	1.563	1.060	927	133
	85/86	01.02.85	133	2.589	110	2.832	1.641	1.191	940	241
	86/87	01.02.86	251	2.318	150	2.719	2.020	699	439	260
	87/88	01.02.87	260	2.613	80	2.953	1.780	1.173	1.050	123
	88/89	01.02.88	123	2.670	50	2.843	1.830	1.013	850	163

FONTES: CFP - Informativo CFP - Ago/87 (até ano comercial 86/87).

Safras e Mercados - Carta Analítica Semanal nº 482 (anos comerciais 87/88 e 88/89).

Em Santa Catarina, a produção, que em anos de safras mais abundantes já se mostrava insuficiente para atender a uma demanda de esmagamento superior a 1,3 milhão de toneladas, continuou a se apresentar extremamente deficitária, obrigando, com a redução da safra 1986/87, as indústrias esmagadoras a buscarem um volume de soja ainda maior no mercado de outros estados e até mesmo no exterior - boa parte das cerca de 500 mil toneladas importadas pelo Brasil em regime de "draw-back" se destinaram para este estado. Por outro lado, quando se considera apenas o esmagamento da produção estadual (455.300 t de grãos), o volume de farelo e óleo dele resultantes também mostrou um déficit significativo, já que se estima que o consumo anual de farelo e óleo seja da ordem de 500 mil e 60 mil toneladas, respectivamente. Apesar disso, graças ao grande parque industrial instalado no estado - capacidade de esmagamento da ordem de 1,3 milhão de toneladas - Santa Catarina exporta um volume considerável, principalmente de farelo, para o mercado externo.

5. PERSPECTIVA PARA A NOVA SAFRA

A produção mundial da safra 1987/88, segundo as previsões do USDA, podem se situar em quase 101 milhões de toneladas, número que se mostra 2,7% superior aos 98,3 milhões de toneladas obtidos na safra anterior. Esta perspectiva é fruto tanto da previsão de um leve aumento na produção norte-americana, quanto do provável crescimento das produções do Brasil e da Argentina.

A nível de Brasil, as estimativas em dezembro eram de que a área semeada atingiria um montante próximo a 10,5 milhões de hectares, o que representa um incremento de aproximadamente 14% em relação ao plantio do ano passado. Este crescimento, creditado às melhores perspectivas de mercado e principalmente à falta de estímulos a culturas concorrentes como o milho e arroz, foi sentida na maioria dos estados produtores, com ênfase especial nos estados do Paraná e Goiás, onde foram calculados incrementos superiores a 20% em relação à área plantada em 1986/87. Embora tudo indique que o rendimento médio deverá cair, como decorrência da menor utilização de insumos, as expectativas são de que a produção poderá se situar em nível superior a 18,5 milhões de toneladas e se transformar na maior colheita já obtida a nível de Brasil - em 1984 foram colhidos 18,28 milhões de toneladas de soja.

A safra catarinense, segundo as estimativas de dezembro do IBGE/GCEA/SC, mostrou um incremento bastante expressivo quando comparado com os 369.800 ha cultivados no ano passado. Apesar das perdas em algumas lavouras pela ocorrência de granizo em áreas localizadas no oeste no início de novembro, o clima, de um modo geral, se mostrou favorável à cultura até o final de dezembro. Como consequência, a expectativa é de que nos 412.000 ha semeados, a produção, caso não ocorra nenhum problema até o final da colheita, se situe num patamar superior a 550.000 t.

TABELA 8

SOJA - COTAÇÕES MENSAIS DO COMPLEXO SOJA - BOLSA DE CHICAGO
1987 (1ª entrega sem prêmio)

MÊS	PRODUTO	(US\$/t)		
		GRÃO	FARELO	ÓLEO
Janeiro		182,60	158,20	357,50
Fevereiro		179,80	159,20	349,10
Março		180,10	155,20	344,60
Abril		188,60	166,10	345,90
Maió		203,80	184,80	365,70
Junho		205,80	195,30	367,40
Julho		198,90	186,80	355,30
Agosto		190,80	177,30	348,50
Setembro		192,60	189,30	353,70
Outubro		197,80	196,60	383,30
Novembro		207,30	218,00	390,40
Dezembro		217,70	230,80	418,10

FONTE: Das Cotações Diárias: FECOAGRO.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 9

SOJA - COTAÇÕES MENSAIS DO GRÃO, DO FARELO E DO ÓLEO A NÍVEL DE PRODUTOR
E ATACADO CATARINENSE, E NA BOLSA DE CEREAIS DE SP - 1987

MÊS	ATACADO	PRODUTOR	BOLSA DE CEREAIS DE SP	
	CATARINENSE (Cz\$/sc) (a)	CATARINENSE (Cz\$/sc) (a)	Óleo Refinado (Cz\$/lt)	Farelo (Cz\$/kg)
Janeiro	147,00	134,00	6,65	3,10
Fevereiro	158,00	140,00	7,72	3,25
Março	175,00	161,00	8,28	3,66
Abril	196,00	175,80	10,78	3,92
Maió	290,00	266,00	16,30	5,45
Junho	383,00	364,00	20,00	7,30
Julho	444,00	416,30	21,50	8,44
Agosto	505,00	460,00	n.d.	10,20
Setembro	613,00	573,00	25,00	13,56
Outubro	640,00	600,00	25,00	13,65
Novembro	678,00	600,00	36,30	14,96
Dezembro	800,00	700,00	44,00	19,00

FONTE: FECOAGRO.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

NOTA: a) Refere-se ao preço do grão na praça de Chapecó.

b) Média aritmética das cotações.

3.13. TOMATE

1. CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE

O Brasil tem-se distinguido, nos últimos tempos, como o 10º produtor mundial do fruto, obtendo colheitas que respondem por 2,8% a 3,2% da produção mundial de tomate.

Em Santa Catarina, a cultura se caracteriza como uma atividade de pequenos e tradicionais produtores rurais, congregando, segundo o Censo Agropecuário de 1980, cerca de 7.000 pequenos agricultores, que cultivaram, em média, 0,2 hectares.

Apesar de o cultivo do tomateiro ser possível em todas as microrregiões homogêneas e, em algumas, durante todos os meses do ano, essa atividade não tem apresentado no estado catarinense, nas últimas safras, ganhos de área muito marcantes.

Tal constatação decorre da incipiente estrutura de comercialização existente, propiciando intensa ação dos intermediários, o que torna muito inseguro o sucesso econômico desse empreendimento agrícola.

O estado catarinense tem ocupado, no cenário nacional, entre a 10ª e a 12ª posição entre os maiores produtores brasileiros de tomate, com participações que oscilam, conforme as condições climáticas e de mercado, de 2% a 2,5% da produção nacional do fruto.

Embora cultivado sem interrupção no estado, há algumas regiões, entretanto, onde a atividade se reveste de maior importância, notadamente pela existência de microclima propício e pela proximidade de maiores centros consumidores. É o caso particular das microrregiões dos Campos de Lages, Campos de Curitibanos, Colonial Serrana Catarinense, Carbonífera e de Florianópolis, que, juntas, respondem por mais de 70% da área normalmente cultivada e da produção colhida com tomate em Santa Catarina.

2. PRODUÇÃO

Em termos mundiais, a cultura encontra-se disseminada por todas as partes do globo, e as oscilações verificadas anualmente, na área implantada e na produção obtida, decorrem mais de problemas de ordem climática que de mercado.

Em 1985, segundo dados da FAO, a produção mundial alcançou 60,8 milhões de t do produto, obtida numa área cultivada de 2.558.000 ha.

Os principais países produtores - que, em conjunto, respondem por mais de 70% da produção mundial - e os respectivos percentuais de participação no volume obtido em 1984, foram, por ordem decrescente: Estados Unidos da América (13,94%), União Soviética (12,80%), Itália (10,48%), China (8,16%), Turquia (6,3%), Egito (4,44%), Espanha (4,36%), Grécia (3,84%), Romênia (3,07%) e Brasil (3,06%).

A evolução mundial da cultura do tomate, nos anos de 1980 a 1985, é mostrada na tabela a seguir:

TABELA 1

TOMATE - ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO COLHIDA E RENDIMENTO MÉDIO NO MUNDO - 1980-85

ANO	ÁREA CULTIVADA (1.000 ha)	PRODUÇÃO COLHIDA (1.000 t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
1980	2.433	50.998	20.961
1981	2.384	51.579	21.635
1982	2.457	54.867	22.331
1983	2.506	55.803	22.268
1984	2.552	60.273	23.618
1985	2.588	60.825	23.503

FONTE: FAO - Anuario de Producción, v. 36-9. 1982 a 1985.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

No contexto nacional, a produção da safra 86/87 está sendo avaliada pela Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias - CEPAGRO, da Funda-

ção IBGE, em 2.043.177 t. A área plantada é estimada em 57.619 ha e a produtividade média esperada é de 35.460 kg/ha.

Se comparados aos valores obtidos na safra anterior, os números ora previstos mostram-se superiores em 11,92% e 11,14%, na área de plantio e na produção esperada, respectivamente. O melhor desempenho da atividade em relação ao ano agrícola 1985/86 decorreu, principalmente, dos preços praticados durante a safra anterior e no decorrer desta.

A cultura, colhida nos estados sulinos e em estágios finais de maturação e colheita nas demais regiões, apresenta os seguintes resultados nos diversos estados produtores:

TABELA 2

TOMATE - ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO ESPERADOS NO BRASIL, SEGUNDO OS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES - SAFRA 1986/87⁽¹⁾

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO PREVISTA/OBTIDA (t)	REND. ALCANÇADO/ESPERADO (kg/ha)
Amazonas	47	562	11.957
Roraima	27	589	21.815
Maranhão	289	8.483	29.353
Ceará	1.459	37.795	25.905
Rio Grande do Norte	443	11.988	27.061
Paraíba	1.283	45.445	35.421
Pernambuco	11.783	290.856	24.684
Sergipe	307	5.415	17.638
Bahia	7.400	272.301	36.797
Minas Gerais	4.618	186.167	40.313
Espírito Santo	1.084	53.435	49.294
Rio de Janeiro	2.661	121.355	45.605
São Paulo	17.500	733.800	41.931
Paraná	1.130	47.000	41.593
Santa Catarina	1.500	52.500	35.000
Rio Grande do Sul	2.929	68.093	23.248
Mato Grosso do Sul	141	3.952	28.028
Mato Grosso	70	1.592	22.743
Goiás	2.424	88.590	36.547
Distrito Federal	219	11.012	50.283
Outras	305	2.247	7.367
TOTAL BRASIL	57.619	2.043.177	35.460

FONTE: Fundação IBGE/CEPAGRO.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Dados sujeitos a confirmação.

No âmbito estadual, a safra 1986/87 apresentou, como dados finais, uma área de cultivo de 1.500 ha e uma produção bruta de 52.500 t de tomates.

Em relação às primeiras estimativas, que apontavam para uma colheita de 42.000 t, o dado final dessa safra mostra-se superior em 25%, aumento este devido à não-ocorrência de problemas agroclimáticos para esta cultura e ao acréscimo na área plantada, em virtude da remuneração obtida pelos produtores.

Quando analisada em relação à safra anterior, que foi afetada por problemas de estiagem, a produção desta safra cresceu 49%. Na tabela seguinte, é apresentada a evolução da cultura do tomateiro, em Santa Catarina, nos últimos 10 anos.

TABELA 3

TOMATE - ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1977/78 A 1986/87

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
77/78	997	28.029	28.113
78/79	1.100	32.930	29.936
79/80	1.260	35.197	27.934
80/81	1.389	41.004	29.520
81/82	1.426	38.900	27.279
82/83	1.545	33.694	21.808
83/84	1.570	48.225	30.716
84/85	1.354	42.049	31.055
85/86	1.353	35.225	26.034
86/87	1.500	52.500	35.000

FONTE: IBGE/GCEA-SC.

A distribuição microrregional da cultura, por motivos já abordados anteriormente, vem-se portando dentro dos parâmetros apresentados em anos precedentes. É oportuno ressaltar, todavia, que, tendo em vista as limitações impostas pelo clima, algumas microrregiões se destacam na produção de tomate de verão, enquanto outras se revelam mais significativas no cultivo de inverno.

No primeiro caso se enquadram, como mais importantes, as microrregiões dos Campos de Lages, Florianópolis, Colonial Serrana Catarinense, Campos de Curitibanos, Carbonífera e Colonial do Rio do Peixe, ao passo que as microrregiões de Florianó-

polis, Colonial Serrana Catarinense, Colonial de Blumenau, Carbonífera, Colonial de Joinville e Litoral de Itajaí apresentam maior relevância no cultivo de inverno. Note-se que, devido à existência de microclimas favoráveis, as de Florianópolis, Serrana Catarinense e Carbonífera produzem durante todo o ano.

Na tabela abaixo, a distribuição microrregional da cultura em Santa Catarina no último ano agrícola.

TABELA 4

TOMATE - ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA - SANTA CATARINA - SAFRA 1986/87

MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
Colonial de Joinville	15	450	30.000
Litoral de Itajaí	37	848	22.919
Colonial de Blumenau	42	1.250	29.762
Colonial do Alto Itajaí	41	1.230	30.000
Florianópolis	497	18.291	36.803
Col. Serrana Catarinense	235	7.659	32.591
Litoral de Laguna	5	105	21.000
Carbonífera	189	5.877	31.095
Lit. Sul Catarinense	8	80	10.000
Col. Sul Catarinense	4	60	15.000
Campos de Lages	75	3.625	48.333
Campos de Curitibanos	99	3.670	37.071
Col. do Rio do Peixe	223	8.830	39.596
Planalto de Canoinhas	30	525	17.500
ESTADO	1.500	52.500	35.000

FONTE: IBGE/GCEA SC.

3. COMERCIALIZAÇÃO E ABASTECIMENTO

A safra nacional, de aproximadamente 2 milhões de t, manteve o mercado abastecido durante todo o ano, com a oferta de tomate de mesa sendo mais significativa nos meses de julho a setembro.

Essa maior oferta decorreu dos acréscimos significati-

vos de preço nas duas últimas safras e dos problemas de comercialização do tomate industrial do Vale do São Francisco. Como os preços do tomate de mesa eram atrativos e a produção foi muito boa, os produtores classificaram parte da produção e venderam-na para o consumo "in natura".

O mercado catarinense esteve bem abastecido, uma vez que a produção local, tendo em vista a distribuição da colheita por todo o ano, foi suficiente para o consumo interno. Somente nos meses de setembro a novembro é que foi expressiva a entrada de produtos de outros estados, notadamente de São Paulo, em virtude do pique de safra desse estado, o que veio a provocar uma queda no preço real a partir de setembro.

Vale destacar que em setembro o mercado da CEASA/SC teve um volume comercializado de 632 t.

As informações obtidas junto a este entreposto comercial indicaram que houve acréscimo de 34% em relação ao ano anterior. Do volume total de 5.922 t, 4.681 t provieram da produção catarinense, sendo maiores fornecedores os municípios pertencentes às microrregiões Colonial Serrana Catarinense e Florianópolis.

Quanto aos preços, o seu nível manteve-se elevado durante toda a safra, tendo atingido seu pico exatamente no mês de maio de 1987. Seu preço na CEASA/SC atingiu Cz\$ 20,00/kg (a preços de novembro de 1987), o maior obtido durante a safra neste entreposto atacadista.

Contudo, vale ressaltar a peculiaridade da formação de preços do tomate no estado - o pique da colheita ocorre concomitantemente ao de preço. Apesar de parecer, a priori, uma afronta à lei da oferta e da procura, é importante lembrar que os preços deste produto são estabelecidos nos grandes centros consumidores, notadamente São Paulo, e que, à época da "entressafra" na Região Sudeste, ocorre o pique da colheita da produção estadual.

Contudo, ao final de maio, os preços declinaram, trazendo apreensão aos produtores das microrregiões Serrana Catarinense e Florianópolis, os quais fazem exploração cuja colheita

ocorre durante o inverno. Durante os anos anteriores, eles obtiveram excelente remuneração, notadamente em 1985, quando a média dos preços reais entre maio e setembro foi praticamente o dobro dos meses restantes deste ano.

Tal expectativa foi quebrada a partir do final de agosto, quando ocorreu uma elevação nominal de preço de Cz\$ 168,00/cx de 25 kg em final de julho, para Cz\$ 480,00/cx de 25 kg em fins de agosto. Isto decorreu das baixas temperaturas registradas no mês, quando, em relação ao mês anterior, ocorreu uma queda de 50% no volume comercializado na CEAGESP.

A persistência, em Santa Catarina, de condições desfavoráveis ao crescimento e amadurecimento da produção local implicou uma redução drástica do suprimento do mercado da CEASA/SC por produtos de Santa Catarina. Se, em julho, a produção estadual supriu 88% deste mercado, com a entrada da safra paulista, nos meses de setembro e outubro ela representou 27% e 32%, respectivamente.

Aliada à redução no volume ofertado do produto local, a concentração da colheita paulista novamente provocou, a partir de setembro, uma pequena redução nos preços praticados em outubro, com uma recuperação já no mês seguinte.

TABELA 5.

TOMATE - QUANTIDADE COMERCIALIZADA NA CEASA/SC, EM 1987 E PREÇOS MÉDIOS DE COMERCIALIZAÇÃO - 1986 E 1987

MÊS	VOLUME (t) 1987	PREÇOS MÉDIOS NOMINAIS (Cz\$/kg)					
		PRODUTOR (1)		ATACADO (2)		VAREJO (2)	
		1987	1986	1987	1986	1987	1986
Janeiro	552,5	3,40	2,50	4,10	2,94	6,52	3,53
Fevereiro	581,9	4,40	5,25	5,27	6,18	6,57	9,14
Março	469,9	5,00	6,78	6,03	7,98	7,24	10,06
Abril	411,7	8,00	7,50	9,42	8,34	12,57	11,09
Maio	388,8	7,45	5,68	8,77	6,59	12,49	7,78
Junho	461,5	7,00	2,90	7,88	3,57	11,33	5,19
Julho	600,4	5,50	2,75	6,34	3,14	8,53	4,11
Agosto	525,8	9,00	2,50	10,46	2,91	12,18	4,38
Setembro	632,4	10,00	3,00	11,75	3,79	16,55	4,42
Outubro	452,5	8,60	3,20	10,03	3,90	14,27	4,96
Novembro	408,0	12,80	3,20	15,08	3,89	18,70	5,71
Dezembro	436,9	11,12	3,00	12,35	3,43	17,58	5,50
TOTAL	5.922,3	-	-	-	-	-	-

FONTES: CEASA/SC e Instituto CEPA/SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

NOTAS: (1) Preços coletados pelo Instituto CEPA/SC em várias regiões produtoras.

(2) Preços médios ponderados.

Mas, apesar dos grandes riscos que a atividade enfrenta e das rápidas oscilações no preço do produto, a atividade é capaz de dar respostas rápidas a um crescimento de renda, principalmente num país onde os aglomerados urbanos continuam com altas taxas de crescimento. Este processo de urbanização, se associado a um crescimento de renda, poderá gerar um crescimento seguro na tomaticultura, tanto da produção de tomate de mesa, quanto do industrial.

4. PERSPECTIVAS PARA A PRÓXIMA SAFRA

Os ganhos obtidos pelos tomaticultores a partir da safra 1985/86 não levam necessariamente a afirmar que a produção de tomates continuará crescendo, uma vez que, no final da safra 86/87, os preços já cediam, induzindo a uma redução dos ganhos obtidos em relação às duas últimas safras.

Vale destacar que, apesar de a produção haver atingido pela primeira vez a marca recorde de dois milhões de toneladas na safra 86/87, esta safra foi implantada em condições econômicas desfavoráveis, mesmo assim, com perspectivas de ter sido uma época mais favorável que a da próxima.

Apesar de estimativas preliminares indicarem crescimento entre 500 e 1.000 hectares na área total a ser cultivada na safra 1987/88, tal expectativa pode não se confirmar, em virtude da provável incapacidade do mercado de absorver 35.000 toneladas a mais que os 2,043 milhões da safra anterior.

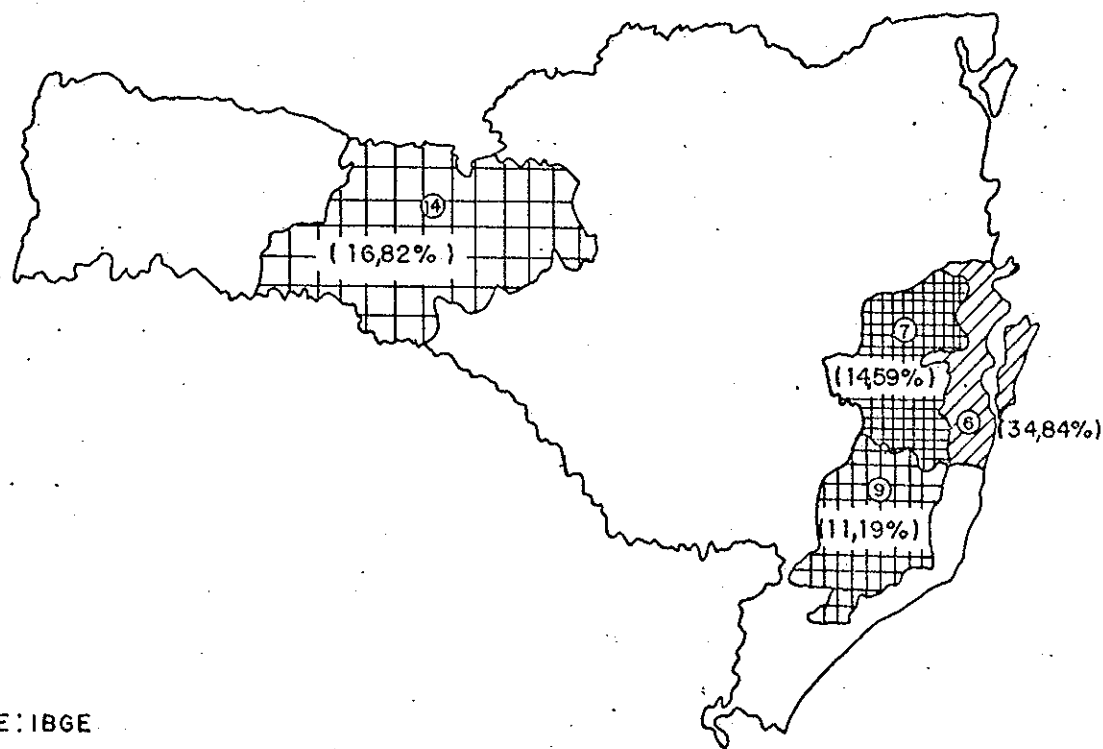
Para Santa Catarina, as últimas estimativas indicam um crescimento de 10% sobre a área cultivada da safra anterior.

Motivados pela contínua rentabilidade da atividade em Santa Catarina e devido à mobilidade de fatores de produção no curto prazo no setor agrícola, os produtores poderão ser induzidos a prosseguir aumentando a área cultivada.

Contudo, a queda da massa salarial e o crescimento da tomaticultura brasileira podem não confirmar tal tendência, em

função da elasticidade-renda do produto. Mesmo que venham a se confirmar as previsões da safra catarinense, o mesmo não ocorrerá a nível nacional, já que a colheita de nossa safra ocorre antes que a brasileira.

MAPA 1 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE TOMATE EM SANTA CATARINA - SAFRA 1986/87



FONTE: IBGE

ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

3.14. TRIGO

1. CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE

O trigo tem sido um produto de grande importância na alimentação brasileira. Embora em muitas regiões do país o seu consumo não fosse hábito tradicional, a partir de meados da década de 1970, especialmente em função da política de subsídios, em detrimento do consumo de produtos como o milho, mandioca, arroz e feijão, o trigo passou a ser consumido em larga escala em praticamente todo o país.

Em função do elevado volume necessário para atender à demanda interna e da política de subsídio, o trigo tem-se destacado como um dos produtos mais importantes para a economia nacional. Nos últimos anos, o país vinha despendendo valores próximos a US\$ 1 bilhão para manter essa política.

Apesar de o país estar se constituindo num grande consumidor de trigo, no que diz respeito à produção, a sua representação no cenário mundial é muito pequena, participando na safra 1987/88 com apenas cerca de 1% da produção mundial.

As lavouras brasileiras estão concentradas nos estados do Centro-Sul. O plantio é realizado do mês de fevereiro a julho e as operações de colheita são iniciadas a partir de julho e finalizadas em dezembro. A nível nacional, predominam os médios e grandes produtores, e normalmente o cultivo do trigo é realizado após a colheita da soja em áreas mecanizadas.

Em Santa Catarina, o trigo não ocupa lugar de destaque. Não obstante o estado seja o 5º produtor nacional de trigo, a área cultivada ainda é bastante modesta em relação à dos principais estados produtores, representando, no ano de 1987, 3,8% da área plantada no país.

Apesar de o estado contar com significativa parcela de

áreas motomecanizadas, o cultivo do trigo não tem ocupado parte muito significativa destas. Além disso, a área plantada tem apresentado grandes flutuações de um ano para outro. Tais flutuações dependem especialmente das políticas de preços e de crédito e do resultado obtido na safra anterior.

Quando comparada com as principais lavouras do estado, na safra 1987/88, a área cultivada com trigo fica na 5ª posição, atrás das áreas do milho, da soja, do feijão e do arroz. A área plantada se concentra nas microrregiões Colonial do Oeste Catarinense, Planalto de Canoinhas, Campos de Curitibanos e Colonial do Rio do Peixe.

2. PRODUÇÃO

Segundo o Boletim do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (outubro/87), a produção mundial de 1987/88 deverá atingir 507,4 milhões de toneladas. Este total significa uma redução de 4% em relação à safra recorde de 1986/87, que atingiu 528,87 milhões de toneladas. No período 1987/88, as estimativas indicam para os principais produtores as seguintes produções: China, 88,0 milhões de toneladas; URSS, 80,5 milhões, Comunidade Econômica Européia, 75,2 milhões e os Estados Unidos, 57,3 milhões.

TABELA 1
TRIGO - PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DA PRODUÇÃO MUNDIAL - 1985

DISCRIMINAÇÃO	PRODUÇÃO (1.000 t)	PARTICIPAÇÃO (%)
China	85.286	16,7
URSS	83.000	16,3
U.S.A.	65.992	12,9
Índia	44.229	8,7
França	29.030	5,7
Canadá	23.900	4,7
Turquia	17.032	3,3
Austrália	16.550	3,2
Reino Unido	11.700	2,3
Paquistão	11.600	2,3
Alemanha Ocidental	9.866	-1,9
SUBTOTAL	398.185	78,0
TOTAL MUNDIAL	510.029	100,0

FONTE: Anuário FAO de Produção - 1985.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Desses países produtores, apenas alguns se destacam como grandes exportadores, concentrando grande parte do total das exportações mundiais.

TABELA 2

TRIGO - PRINCIPAIS PAÍSES EXPORTADORES (TRIGO + FARINHA) E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS - 1985

DISCRIMINAÇÃO	(1.000 t)	PARTICIPAÇÃO (%)
USA	26.141	24,8
França	19.029	18,1
Canadá	17.363	16,5
Austrália	15.780	15,0
Argentina	9.716	9,2
SUBTOTAL	88.029	83,6
TOTAL MUNDIAL	105.221	100,0

FONTE: Anuário FAO de Comércio - 1985.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

A nível nacional, segundo as estatísticas do CTRIN, na safra 1986/87 a produção atingiu 5.638.470 t, constituindo-se na maior produção da história da triticultura nacional. Apesar do recorde, não fossem os problemas de ordem climática no estado do Paraná, Mato Grosso e São Paulo, a produção nacional poderia ter sido sensivelmente melhor. Ainda assim, o resultado da safra foi considerado satisfatório.

Em vista disso, mesmo com o estabelecimento do preço em níveis sensivelmente inferiores aos da safra 1986/87 (tabela 8), a redução na área de plantio da safra 1987/88 atingiu apenas 13% (tabela 3), o que pode ser considerado modesto, já que se chegou a falar em percentuais superiores a 20%.

Em termos de produção, o resultado final da safra 1987/88 superou todas as expectativas iniciais. Apesar da redução na área de plantio, as últimas estimativas indicavam uma produção 6,2% superior ao até então recorde da safra 1986/87. Isto não deixou de surpreender, especialmente pelo fato de o estado do Paraná, responsável por 50% da área plantada no país, ter sofrido em algumas regiões, além de redução na área de plantio, proble-

mas de alta incidência de bruzone. Isto fez com que se temesse uma possível frustração na safra daquele estado, o que não se confirmou.

TABELA 3

TRIGO - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO POR ESTADO - SAFRAS 1986/87 E 1987/88⁽¹⁾

ESTADO	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (t)		RENDIMENTO (kg/ha)	
	1986/87	1987/88	1986/87	1987/88	1986/87	1987/88
Paraná	1.947.000	1.700.000	2.939.886	3.270.000	1.510	1.924
Rio Grande do Sul	1.197.724	962.802	1.811.146	1.700.000	1.512	1.766
Mato Grosso do Sul	396.039	426.649	452.026	550.000	1.141	1.289
São Paulo	217.800	177.038	312.350	335.000	1.434	1.892
Santa Catarina	134.146	128.890	152.009	160.000	1.133	1.241
Outros Estados	11.845	8.586	27.324	25.000	2.307	2.912
TOTAL DO BRASIL	3.904.554	3.403.965	5.694.741	6.040.000	1.458	1.774

FONTE: Fundação IBGE/CEPAGRO (out/87), CTRIN, IBGE/GCEA-SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Quanto a Santa Catarina, a exemplo do que aconteceu a nível de país, a área de plantio não atingiu a redução esperada, chegando a apenas 3,9%. Isto se deveu especialmente ao bom resultado das duas últimas safras, ao fato de não haver muitas opções para o plantio no inverno e também ao fato de o VBC ter sido considerado satisfatório por grande parte dos produtores.

TABELA 4

TRIGO - ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA CULTURA EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1978/79 A 1987/88

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1978/79	4.587	3.791	826
1979/80	34.749	18.864	543
1980/81	19.255	9.033	469
1981/82	8.953	8.606	961
1982/83	25.812	13.650	529
1983/84	17.319	9.881	570
1984/85	25.158	11.815	469
1985/86	40.000	51.620	1.290
1986/87	134.146	152.009	1.133
1987/88 (*)	128.890	160.000	1.241

FONTE: IBGE/GCEA-SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*) Estimativa.

Em relação à produção catarinense, o resultado da safra ficou aquém das expectativas. Esta assertiva decorre do fato de que até o mês de novembro, quando se intensificaram as operações de colheita, existiam grandes perspectivas de o rendimento médio estadual superar sem muitos problemas o recorde estadual de 1.290 kg/ha alcançado em 1985. Isto não se concretizou, em função de alguns problemas como: fortes ventos e granizo; má formação dos grãos, provocada pelo excesso de chuvas no período de floração e incidência de doenças como giberela e mal-do-pé, verificadas nas diferentes regiões do estado. No entanto, mesmo com todos estes problemas, em função de o IBGE/GCEA-SC vir trabalhando com uma produtividade média de 1.117 kg/ha - bem inferior à esperada nas regiões atingidas - a produção estadual, segundo as estimativas do final do ano, poderia atingir até 160.000 t; portanto, sensivelmente acima das 143.861 t inicialmente estimadas pelo IBGE/GCEA-SC.

TABELA 5

TRIGO - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA DE SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1985/86 A 1987/88(*)

MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (t)		RENDIMENTO (kg/ha)	
	1985/86	1986/87	1985/86	1986/87	1985/86	1986/87
Carbonífera	25	6	24	6	960	1.000
Col. Sul Catar.	4	-	4	-	1.000	-
Campos de Lages	110	70	116	27	1.054	386
Campos de Curit.	3.014	18.219	5.315	17.753	1.763	974
Col. Rio do Peixe	2.904	8.850	3.623	8.955	1.247	1.012
Col. Oeste Catar.	31.387	92.268	38.223	110.219	1.217	1.195
Plan. Canoinhas	2.556	14.733	4.315	15.049	1.688	1.021
TOTAL DO ESTADO	40.000	131.146	56.620	152.009	1.290	1.133

FONTE: Fundação IBGE/GCEA-SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*) Estimativa.

3. MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO

No mercado internacional, na Bolsa de Mercadorias de Chicago, a exemplo do que já vinha ocorrendo em 1986, o preço do trigo permaneceu em níveis bastante baixos. Esse preço tem permanecido nesses níveis em função de os estoques mundiais estarem bastante elevados e também pelo fato de que o mercado vem sendo puxado para baixo pelas grandes vendas com preços sensivelmente subsidiados.

TABELA 6

TRIGO - MÉDIA MENSAL (*) DA COTAÇÃO NO FECHAMENTO DA BOLSA DE MERCADORIAS DE CHICAGO, PARA O PRIMEIRO MÊS DE ENTREGA - 1985-87

		(US\$/t)		
MÊS DE ENTREGA \ ANO	1985	1986	1987	
Março	12,43	1 23,91	104,81	
Maio	129,33	113,36	106,22	
Julho	116,78	92,07	98,59	
Setembro	105,35	94,13	99,48	
Dezembro	117,98	102,72	109,53	
MÉDIA DO ANO	119,57	105,24	103,73	

FONTE: Folha de São Paulo e Gazeta Mercantil.

(*) Tomando-se como base a cotação das terças-feiras de cada semana.

Em relação à comercialização da safra nacional, como o governo detém o monopólio na compra do trigo, as vendas por parte dos produtores normalmente decorrem sem maiores problemas. Na safra 1986/87, em face de o governo ter parcelado o pagamento aos produtores e ainda assim ter apresentado falta de recursos, houve alguns problemas. Neste ano, à exceção do mês de setembro, quando se verificaram alguns problemas de disponibilidade de recursos, a comercialização da safra transcorreu normalmente.

Da produção desta safra, o CTRIN adquiriu (até o dia 16/12/87) 5,68 milhões de toneladas, com peso hectolítrico (ph) médio de 79,09. Este peso é o segundo melhor da história da triticultura nacional, superado em pouca coisa pelo recorde de 1985, quando atingiu 79,37 (tabela 7).

Quanto ao preço recebido pelos produtores, ao contrário do que vigorou nas duas últimas safras, foi alvo de muitas críticas por parte dos produtores. Em vista de os preços no mercado internacional estarem em níveis inferiores àqueles que vigoraram em 1985/86 e 1986/87, o governo estabeleceu para a safra 1987/88 preço bem inferior ao das duas últimas. Além disso, em função de a sistemática de correção na última safra ter sido estabelecida inicialmente com base na evolução do Índice de Preços pagos pelos produtores e, depois, na evolução da OTN, em termos de equivalen-

te dólar, com o passar dos meses o preço aos produtores acabou ficando ainda mais baixo do que quando foi estabelecido no mês de abril.

TABELA 7
QUANTIDADE ADQUIRIDA PELO CTRIN E PESO HECTOLÍTRICO MÉDIO, POR ESTADO
- SAFRAS 1985/86 E 1987/88

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	1985/86		1986/87		1987/88 (1)	
	Quantidade Adquirida (t)	Ph	Quantidade Adquirida (t)	Ph	Quantidade Adquirida (t)	Ph
Paraná	2.725.107	80,18	2.939.886	76,81	2.150.000	79,52
Rio G. do Sul	985.527	76,41	1.811.146	75,68	1.517.000	78,14
Mato Grosso Sul	324.539	80,89	452.026	78,86	548.000	79,34
São Paulo	282.140	80,60	312.350	76,78	331.000	79,66
Santa Catarina	43.020	76,30	143.656	75,46	114.000	77,12
Minas Gerais	19.434	80,00	25.002	78,99	21.212	78,83
Outros Estados	787	-	2.322	-	2.275	-
TOTAL	4.380.554	79,37	5.686.388	76,59	5.683.487	79,09

FONTE: CTRIN.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Até o dia 16/12.

TABELA 8
TRIGO - PREÇOS MENSIAIS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES BRASILEIROS-1985-87

MÊS	PREÇOS CORRENTES (Cz\$/t)			PREÇOS EM EQUIVALENTE US\$/t (*)		
	1985	1986	1987	1985	1986	1987
Abril	1.100,00	3.340,00	4.500,00	248	241	202
Mai	1.231,56	3.340,00	5.020,50	248	241	197
Junho	1.355,70	3.340,00	6.295,72	248	241	183
Julho	1.479,84	3.340,00	6.285,72	248	241	145
Agosto	1.594,05	3.340,00	6.295,72	248	241	137
Setembro	1.725,64	3.340,00	9.025,00	248	241	186
Outubro	1.932,96	3.340,00	9.540,00	248	241	185
Novembro	2.114,21	3.340,00	10.415,00	248	237	186
Dezembro	2.310,35	3.340,00	11.752,26	248	235	185

FONTE: SUNAB.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*) Baseado na cotação do dia primeiro de cada mês.

É oportuno observar que, para efeito de comparação, se deve utilizar apenas o período em que se concentra a comercialização da safra, que normalmente vai do mês de setembro ao mês de dezembro.

No que diz respeito ao preço de venda do trigo do governo para os moinhos, em decorrência da decisão de se retirar, ou pelo menos diminuir o subsídio ao consumo de trigo, este pre-

ço, inalterado desde dezembro de 1985, cresceu significativamente neste ano (tabela 9).

TABELA 9

TRIGO - PREÇOS RECEBIDOS PELO GOVERNO PELO TRIGO DE ph 78 POSTO NOS MOINHOS - 1985-87

MÊS/ANO	CZ\$/TONELADA	EQUIVALÊNCIA EM US\$/TONELADA (1)
Dezembro/85	1.060,31	106,33
Maiio/87	1.060,31	34,49
Junho/87	6.500,00	162,91
Outubro/87	7.108,59	133,12
Novembro/87	7.820,00	131,92
Dezembro/87	9.775,00	144,05

FONTE: Diário Oficial da União.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Baseado na cotação média de cada mês.

Apesar do expressivo reajuste havido no mês de junho (513%), com a evolução dos meses o nível de subsídio voltou a crescer. Em junho, o preço teoricamente pago aos produtores - não havia comercialização - era superior ao de venda aos moinhos; em dezembro, a situação já era inversa.

4. ABASTECIMENTO E CONSUMO

O consumo nacional de trigo em grão normalmente fica pouco acima dos 6,0 milhões de toneladas. O ano de 1986, em função do Plano Cruzado e do elevado nível de subsídio, foi totalmente atípico, com o consumo chegando a superar os 7 milhões de toneladas.

Neste ano de 1987, o consumo ficou próximo dos 6,7 milhões de toneladas. Embora ainda possa ser considerado um pouco elevado, explica-se especialmente pelo fato de que quando o subsídio começou a ser reduzido já se estava em junho e, até então, o consumo de produtos à base de trigo esteve relativamente aquecido.

Para atender a essa demanda, além da produção interna, tem-se recorrido à importação. Neste ano foram internalizados cerca de 2,0 milhões de toneladas, basicamente de três países: Argentina, Canadá e França. Com os dois primeiros, o Brasil tem acordos bilaterais que prevêm a importação de trigo. A importação do trigo francês se deve ao fato de aquele país estar oferecendo o produto a preço bastante reduzido.

A nível de Santa Catarina, estima-se que o consumo seja um pouco superior a 300.000 t. Em vista de a produção estadual ficar bastante aquém deste volume, o consumo vem sendo atendido em grande parte pelo produto de outros estados.

5. PERSPECTIVAS PARA A PRÓXIMA SAFRA

A próxima safra é uma incôgnita. A intenção de plantio é normalmente determinada por três fatores: o valor básico de custeio, o resultado da safra anterior e o preço de aquisição estipulado pelo governo; de forma mais especial, pelos dois últimos.

Em relação ao resultado final desta safra, praticamente todos os estados produtores obtiveram produtividades superiores àquelas atingidas no ano passado. Portanto, como já se destacou, mesmo com uma área plantada sensivelmente inferior, a produção nacional deste ano acabou superando a do ano passado. Isto, sem dúvida nenhuma, pesará positivamente na intenção de plantio do próximo ano.

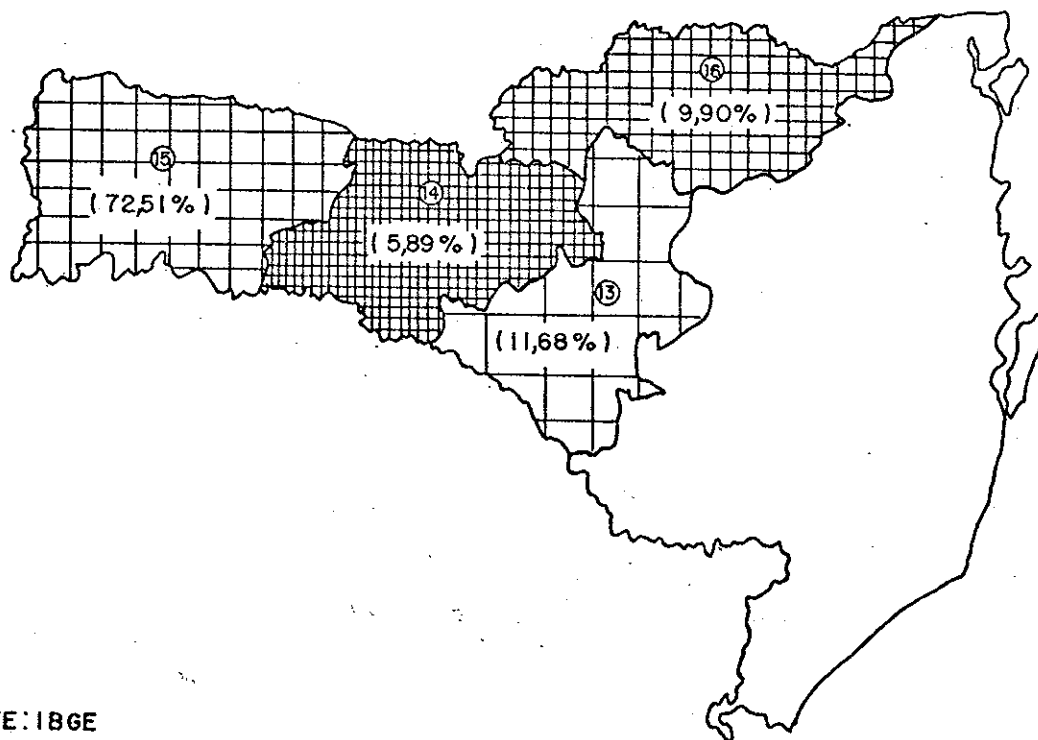
Quanto ao preço de aquisição, ao contrário de 1986, quando já se sabia que para 1987 vigoraria um preço bem inferior ao daquela safra, não se sabe qual é a pretensão do governo para 1988.

O fato é que depois de três safras relativamente satisfatórias, as perspectivas são de que no ano que vem se repita uma grande área plantada com trigo. Isto, para se confirmar, depende fundamentalmente do preço a ser estabelecido pelo governo.

Em relação ao abastecimento nacional do próximo ano, a

situação deverá ser bastante tranqüila. A expectativa é de que o governo mantenha a política de retirar o subsídio, o que deverá provocar alguma redução no consumo. Isto, aliado à ótima produção deste ano e aos volumes previstos para serem importados do Canadá e Argentina, garante o suprimento do mercado interno até com sobras. Em vista disso, é provável que o governo busque formas de não comprar todo o trigo previsto no acordo bilateral com a Argentina, que prevê para 1988 a internalização de 1,45 milhão de toneladas de trigo daquele país.

MAPA 1 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE TRIGO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1986/87



FONTE: IBGE

ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

3.15. UVA

1. CARACTERIZAÇÃO

Trata-se de atividade realizada nas pequenas propriedades rurais exploradas sob regime familiar. Dados do Censo Agropecuário de 1980, já analisados com maior detalhamento na Síntese anterior, indicam que de um total de 30.620 produtores, 90,5% possuíam estabelecimentos com área inferior a 50 hectares, sendo que 25.552 (83,4%) exploravam parreiras em área inferior a 1 hectare. No que tange à aplicação de tecnologia, segundo a mesma fonte, 2.369 agricultores (7,7% do total) realizavam algum tipo de tratamento fitossanitário e 1.650 faziam a adubação e os tratamentos fitossanitários. Ainda de acordo com as informações censitárias de 1980, apenas 1.881 agricultores produziam para o mercado, comercializando 21.186 t, o equivalente a 65,1% do total da safra 1979/80 (Tabelas 1 e 2). Técnicos da EMATER/SC-ACARESC, que atuam na microrregião Colonial do Rio do Peixe, estimam atualmente em 800 a 1.000 o número de agricultores que encontram na atividade sua principal fonte de renda.

2. PRODUÇÃO

A vitivinicultura catarinense foi responsável, na safra 1986/87, por 9,0% da produção nacional de uva. É precedida apenas pelos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná que detêm, respectivamente, 66,6%, 16,4% e 3,7% da produção brasileira. Enquanto nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina a maior parte da produção comercializada se destina à vinificação, nos estados de São Paulo e Pernambuco o destino principal da produção é o consumo "in natura".

TABELA 1

UVA - COLHEITA E EFETIVO DAS PLANTAÇÕES, SEGUNDO A TECNOLOGIA APLICADA E GRUPO DE ÁREA DO PRODUTO
SANTA CATARINA - 1980

TECNOLOGIA APLICADA E GRUPOS DE ÁREA DA CO LHEITA DO PRODUTO	INFORMANTES	COLHEITA NO ANO DE 1980			EFETIVO DAS PLANTAÇÕES			
		QUANTIDADE (t)	VALOR	ÁREA (ha)	MÊS QUE PRODUZIRAM	PÉS EM IDADE PRODUTIVA	PÉS NOVOS	
							TOTAL	PLANTADOS/80
TECNOLOGIA APLICADA	30.620	32.561	474.677	3.799	4.990.696	5.421.578	1.582.874	838.443
Irrigação Defensivos Adubação	15	118	1.199	10	15.105	15.126	3.828	1.518
Irrigação e Defensivos	4	1	17	0	145	1.165	4.025	4.000
Irrigação e Adubação	5	8	94	0	400	500	605	5
Defensivos e Adubação	1.650	15.707	247.371	1.798	2.656.248	2.862.692	863.810	477.507
Irrigação	4	4	47	0	800	800	240	240
Defensivos	2.368	5.987	68.449	748	1.006.963	1.092.867	255.418	142.175
Adubação	1.127	1.398	16.640	173	195.652	209.732	62.381	37.856
Tec. não declarada	25.447	9.338	140.860	1.070	1.115.383	1.238.696	302.567	175.142
GRUPOS DE ÁREA DA CO LHEITA DO PRODUTO (ha)	30.620	32.563	474.677	3.800	4.990.696	5.421.578	1.582.874	836.443
Menos de 1	25.552	13.874	197.481	1.452	1.620.011	1.841.709	569.989	268.070
1 a menos de 2	507	5.101	54.738	659	847.067	864.997	165.066	86.791
2 a menos de 5	386	8.638	91.706	1.102	1.491.777	1.545.279	205.316	112.646
5 a menos de 10	51	2.492	26.332	326	451.820	454.820	31.800	22.400
10 a menos de 20	11	1.680	15.846	136	225.400	225.400	35.000	30.000
20 a menos de 50	1	167	1.507	24	53.000	53.000	-	-
50 a menos de 100	-	-	-	-	-	-	-	-
mais de 100	1	611	87.067	101	301.621	301.621	109.835	8.200
Sem declaração	4.111	-	-	-	-	134.752	465.868	310.336

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário de Santa Catarina - 1980

TABELA 2

UVA - COLHEITA E EFETIVO DAS PLANTAÇÕES, SEGUNDO O DESTINO DA PRODUÇÃO E GRUPOS DE ÁREA TOTAL
SANTA CATARINA - 1980

DESTINO DA PRODUÇÃO E GRUPOS DE ÁREA TOTAL	INFORMANTES	COLHEITA NO ANO DE 1980			EFETIVO DAS PLANTAÇÕES			
		QUANTIDADE (t)	VALOR (CZ\$ 1.000)	ÁREA (ha)	PÉS QUE PRODUZIRAM	PÉS EM IDADE PRODUTIVA	PÉS NOVOS	
							TOTAL	PLANTADOS/80
DESTINO DA PRODUÇÃO	30.620	32.563	474.677	3.800	5.010.696	5.421.578	1.582.874	838.443
Consumo no Estab.	24.580	11.377	170.114	1.379	1.432.164	1.546.488	405.604	170.116
Entregue à Cooperativa	139	2.363	23.616	254	287.762	298.787	55.756	32.846
Entregue à Indústria	905	15.947	244.055	1.834	2.828.327	2.965.337	548.734	262.916
Entregue a Intermed.	354	1.568	19.202	175	244.718	241.512	63.387	38.031
Venda direta ao Cons. s/ declaração	483	1.288	17.368	156	215.159	232.269	40.540	24.147
	4.159	20	322	2	2.566	137.185	468.853	310.387
GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha)	30.620	32.561	474.673	3.797	4.990.696	5.421.578	1.582.874	838.443
menos de 1	343	49	783	4	5.124	5.309	2.614	1.598
de 1 a menos de 2	337	89	1.346	5	9.003	11.882	2.829	2.298
de 2 a menos de 5	1.353	514	6.847	51	67.337	78.852	25.856	15.343
de 5 a menos de 10	3.709	1.877	24.152	199	241.380	251.182	79.672	45.897
de 10 a menos de 20	10.423	7.233	93.228	840	1.081.801	1.182.884	348.232	201.747
de 20 a menos de 50	11.558	15.938	190.235	1.919	2.445.926	2.642.015	660.861	372.308
de 50 a menos de 100	2.295	4.886	56.376	543	667.877	715.675	277.732	138.977
mais de 100	602	1.975	101.706	236	472.248	533.779	185.078	60.275
SEM DECLARAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário de Santa Catarina - 1980

TABELA 3

UVA - ÁREA DESTINADA À COLHEITA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA CULTURA NAS DIFERENTES UNIDADES DA FEDERAÇÃO - SAFRA 1986/87

ESTADO	ÁREA COLHIDA		PRODUÇÃO		REND. MÉDIO
	(ha)	%	(t)	%	(kg/ha)
Rio G. do sul	39.826	68,1	392.798	66,6	9.863
São Paulo	8.914	15,2	96.895	16,4	10.870
Santa Catarina	5.363	9,2	52.791	9,0	9.844
Paraná	2.230	3,8	21.927	3,7	9.833
Pernambuco	751	1,3	10.996	1,9	14.642
Outros	1.399	2,4	14.368	2,4	10.270
TOTAL	58.483	100,0	589.775	100,0	10.085

FONTE: IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - Agosto/87.

A nível de Santa Catarina, a Microrregião Colonial do Rio do Peixe, de acordo com os dados da Fundação IBGE relativos à safra 1986/87, é responsável por 58,7% da área colhida, concentra 55,5% da produção estadual e detém 88,6% da capacidade total de industrialização do estado (Tabela 4).

TABELA 4

UVA - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA VIDEIRA, POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA DE SANTA CATARINA - SAFRA 1986/87

M R H	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
Col. de Blumenau	15	149	9.933
Col. de Itajaí Norte	6	48	8.000
Col. do Alto Itajaí	250	2.037	8.148
Col. Serrana Catar.	149	1.676	11.248
Carbonífera	295	3.820	12.949
Col. Sul Catarinense	54	446	8.259
Campos de Curitibanos	155	1.173	7.568
Col. do Rio do Peixe	3.146	29.315	9.286
Col. Oeste Catarinense	1.190	13.401	11.261
Planalto de Canoinhas	103	706	7.049
ESTADO	5.363	52.791	9.844

FONTE: Fundação IBGE.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Destacam-se, na microrregião Colonial do Rio do Peixe, os municípios de Videira, Pinheiro Preto, Tangará e Caçador, responsáveis, respectivamente, por 28,8%, 18,8%, 16,7% e 14,3% da produção (tabela 5).

TABELA 5

UVA - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO, POR MUNICÍPIO DA MICRORREGIÃO COLONIAL DO RIO DO PEIXE - SAFRA 1986/87

MUNICÍPIO	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
Água Doce	10	136	8.500
Arroio Trinta	38	304	8.000
Caçador	484	4.164	8.600
Catanduvas	8	8.875	71
Concórdia	73	1.168	16.000
Herval Velho	11	110	10.000
Fraiburgo	139	1.902	13.685
Herval do Oeste	25	375	15.000
Ibicaré	11	220	20.000
Jaborá	32	85	2.656
Joaçaba	25	375	15.000
Lacerdópolis	19	180	9.473
Pinheiro Preto	413	5.504	13.328
Ponte Serrada	10	60	6.000
Rio das Antas	190	912	4.800
Salto Veloso	45	325	7.215
Tangará	548	4.870	8.888
Treze Tílias	9	54	6.000
Videira	1.050	8.400	8.000
TOTAL	3.146	29.215	9.286

FONTE: Fundação IBGE.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

A microrregião Colonial do Oeste Catarinense ocupa o segundo lugar em termos de área colhida e produção. Em verdade, nessa região não existe nenhuma indústria de transformação do produto, nem atividade de fomento e/ou de estímulo por parte do Serviço de Extensão Rural, o que leva a crer que os dados de produtividade possam estar superestimados. Em termos de destino da produção, em 1980 cerca de 96,3% da produção era consumida no

estabelecimento.

A região sul do estado (microrregião Carbonífera) aparece em terceira posição, responsável por 7,2% da produção (Tabela 6).

TABELA 6
UVA - ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO POR MUNICÍPIO DA MICRORREGIÃO CARBONÍFERA - SAFRA 1986/87

MUNICÍPIO	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
Armazém	4	120	30.000
Criciúma	4	80	20.000
Lauro Müller	18	450	25.000
Orleans	16	120	7.500
Pedras Grandes	102	1.166	11.432
Rio Fortuna	7	56	8.000
São Martinho	15	360	24.000
Siderópolis	9	68	7.500
Treze de Maio	10	300	30.000
Urussanga	110	1.100	10.000
TOTAL	295	3.820	12.949

FONTE: Fundação IBGE.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

De acordo com as informações colhidas junto à Fundação IBGE, na safra 1986/87 foram colhidos 5.363 ha de parreirais com uma produção de 52.791 t do produto. A queda de 12,7% na produção deveu-se basicamente à ocorrência de geadas em setembro e outubro de 1986 (Tabela 7).

TABELA 7
UVA - ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1979/80 A 1986/87

ANO	SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1979/80		5.086	44.428	8.735
1980/81		5.290	75.757	14.320
1981/82		5.080	80.565	15.859
1982/83		5.356	57.087	10.658
1983/84		5.630	72.532	12.883
1984/85		5.769	75.546	13.095
1985/86		4.286	59.531	13.889
1986/87		5.363	52.791	9.844
1987/88(*)		4.632	62.873	13.573

FONTE: IBGE - Produção Agrícola Municipal - 1980-85.

IBGE/GCEA-SC - Safras 1985/86 E 1986/87.

(*) Estimativa preliminar.

3. INDUSTRIALIZAÇÃO

Do volume total de produção, o Serviço de Inspeção de Produto Vegetal registrou, em 1987, que 18.549.528 kg de uva (50,9% a menos que no ano anterior) foram destinados à industrialização no estado, sendo 6,2% de uva vinífera e 93,8% de uvas comuns, conforme se observa na tabela 8.

TABELA 8

UVA - QUANTIDADE INDUSTRIALIZADA POR GRUPO E TIPO - SANTA CATARINA - SAFRAS 1985/86 E 1986/87

DISCRIMINAÇÃO	(kg)	
	SAFRA 1985/86	SAFRA 1986/87
Uva Tinta Comum	18.091.029	12.907.063
Uva Tinta Vinífera	1.415.027	779.171
Uva Branca Comum	8.110.026	4.486.264
Uva Branca Vinífera	354.277	377.030
Uva Rosada Comum	354.277	...
TOTAL	27.998.387	18.549.528

FONTE: MA/DFA-SC - SERPV.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Com relação às uvas viníferas, cabe destacar que as principais dificuldades têm ocorrido na fase de comercialização. Os produtores ficam na dependência de poucas indústrias que têm condições de industrializar o produto. Em verdade, a sua industrialização exige um processo tecnológico diferenciado do usual e um tempo maior para maturação do vinho.

Do processo de industrialização resultou, de acordo com a fonte citada anteriormente, uma produção de 12.570.939 litros de vinho (tabela 9) e 1.166.393 litros de suco de uva integral.

Com referência à localização das cantinas, verifica-se que as microrregiões Colonial do Rio do Peixe e Carbonífera detêm, respectivamente, 88,6% e 11,4% da capacidade de industrialização, conforme mostram as tabelas 10 e 11.

TABELA 9

VINHO - VOLUME PRODUZIDO POR TIPO, NAS REGIÕES DE VIDEIRA E URUSSANGA - SANTA CATARINA - 1978-87

ANO	(1.000 litros)			
	BRANCO	TINTO	ROSADO	TOTAL
1978	2.549	12.272	395	15.216
1979	2.117	16.697	919	19.733
1980	1.535	14.337	835	16.707
1981	3.635	16.516	928	21.079
1982	3.680	14.803	702	19.185
1983	2.614	8.462	1.471	12.547
1984	4.289	12.486	685	17.460
1985	6.423	17.206	733	24.362
1986	5.066	13.462	960	19.488
1987(*)	3.731	7.854	986	12.510

FONTE: MA/DFA-SC - SERPV.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*) Estimativa.

TABELA 10

UVA - CAPACIDADE DE ESTOCAGEM DAS CANTINAS NA MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA COLONIAL DO RIO DO PEIXE, POR ESTABELECIMENTO E MUNICÍPIO - 1987

ESTABELECIMENTO	MUNICÍPIO	(em litro)				TOTAL
		PIPA DE MADEIRA	PIPA DE FIBRA	PIPA METÁLICA	PALETA DE CONCRETO	
Adegas de Produtos Casa Grande S/A	Tangará	1.100.800	6.000	1.095.000	1.062.000	3.263.800
ADESUL S/A Ind. e Com. de Bebidas	Videira	1.071.300	-	-	697.700	1.769.000
Angelo Quintino Zago e Cia	Videira	463.500	-	200.000	-	663.500
BRESSAN Com. e Ind. de Vinhos Ltda	P. Preto	301.000	-	136.000	-	437.000
Cooperativa Agrícola Caçador Ltda	Caçador	682.350	-	-	193.000	875.350
Cooperativa Agrop. Videirense Ltda	Videira	73.500	-	622.000	1.843.000	2.538.500
Dionísio José Franceschet	Herval d'Oeste	79.900	-	-	-	79.900
Granja Monte Carvalho Ltda	Tangará	1.464.950	-	1.326.000	272.000	3.062.950
Granja Retiro Sausoso Ltda	Rio das Antas	379.900	-	-	80.000	459.900
Granja São Henrique Ltda	P. Preto	177.000	-	-	-	177.000
Ind. e Com. Vinhos Salto Veloso Ltda	Salto Veloso	608.300	-	47.000	-	655.300
Imão Arcari Ltda	Tangará	404.900	3.000	93.000	306.000	806.900
Imão Picolli Ltda	P. Preto	695.700	-	422.000	-	1.117.700
Isidoro Picolli Ltda	P. Preto	160.800	-	340.000	153.000	653.800
Natal Zago e Cia Ltda	Videira	509.600	-	-	-	509.600
Vinhos Duelo Ltda	P. Preto	881.200	-	795.000	300.000	1.976.200
Vinhos Iomerê Ltda	Videira	285.400	-	331.500	150.000	766.900
Vinhos Menegola Ltda	Videira	388.882	-	369.000	229.130	987.012
Vinícola Monte Belo Ltda	Videira	329.800	-	-	-	329.800
Vinhos Picolli Ltda	P. Preto	635.700	-	222.500	164.000	1.022.200
Vinícola Fraiburgo S/A (matriz)	Fraiburgo	62.700	86.900	385.400	4.818.000	5.353.000
Vinícola Fraiburgo S/A (filial)	Videira	-	13.000	-	4.694.000	4.707.000
Vinícola Santa Inês Ltda	P. Preto	278.400	-	-	-	278.400
Vinícola Videira S/A	Videira	3.903.100	-	1.245.000	407.500	5.555.600
Vinhos Randon Ltda	P. Preto	1.175.800	2.500	2.412.000	318.000	3.908.300
Vitivinícola São José Ltda	P. Preto	274.700	-	-	-	274.700
Vinícola Zago Ltda	Videira	1.667.500	-	-	-	1.667.500
EMFASC	Videira	23.996	-	3.210	31.845	59.051
Picolli Ind. e Com. de Vinhos Ltda	P. Preto	304.300	-	20.000	-	324.300
Vinícola Miozzo Ltda	Videira	72.300	-	-	-	72.300
TOTAL	-	18.457.278	111.400	10.064.610	15.719.175	44.352.463

FONTE: MA/DFA-SC - SERPV.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 11

UVA - CAPACIDADE DE ESTOCAGEM DAS CANTINAS, NA MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA CARBONÍFERA, POR ESTABELECIMENTO E MUNICÍPIO - 1987

ESTABELECIMENTO	MUNICÍPIO	PIPA DE MADEIRA	PALETA E ESTOQUE DE TIJOLO ARMADO	PIPA METÁLICA	TOTAL EM LITROS
Abramo Silvestre e Cia Ltda	Tubarão	1.359.148	437.929	-	1.797.077
Aldo Felipe e Filhos - Viníc. Felipe	Tubarão	80.800	116.400	-	197.200
Caruso Mac Donald e Cia Ltda	Urussanga	-	1.894.580	-	1.894.580
Darvino Bez Batti e Cia Ltda	Urussanga	187.250	211.760	-	399.010
Imãos Cadorin	Urussanga	-	325.490	-	325.490
Imãos Felipe e Cia Ltda	Pedras Grandes	119.656	207.774	-	327.430
Vinícola Ghisi S.A.	Treze de Maio	86.700	329.143	-	415.843
Vinícola Mazon Daud Ltda	Pedras Grandes	-	-	-	-
Vinícola Urussanga Ltda	Urussanga	1.300	337.124	-	338.424
TOTAL	-	1.834.854	3.860.200	-	5.695.054

FONTE: MA/DFA-SC - SERPV.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

4. MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO

Com relação ao destino da produção, o Censo Agropecuário de 1980 indica que 34,9% da produção era consumida no estabelecimento, 7,3% entregue às cooperativas, 49,0% entregue à indústria, 4,8% entregue a intermediários e 3,7% vendida diretamente ao consumidor (ver tabela 2, citada anteriormente). Levantamento realizado pela Coordenadoria de Fruticultura junto a 542 agricultores assistidos pelo Serviço de Extensão Rural mostra que a maior parte da produção comercializada destina-se à indústria, e representa 78,6% do valor das vendas. A uva vendida para consumo "in natura" representou 18,5% do volume comercializado e foi responsável por 21,4% das receitas auferidas (tabela 12).

Com relação à uva destinada ao consumo "in natura", cabe acrescentar que o município de Caçador, com solos mais pedregosos, produz uvas com maior teor de açúcar. A cooperativa local destina grande parte da produção para esse fim, vendendo o produto nas Centrais de Abastecimento de Curitiba (PR) e industrializando apenas o excedente. O maior ou menor volume de uva "in natura" colocado nos mercados consumidores depende em muito dos preços oferecidos pela indústria. Nas safras em que os preços praticados pela indústria são desfavoráveis, cresce a oferta nos mercados consumidores. A comercialização para o consumo, em-

bora exija um produto de melhor qualidade e maiores cuidados de colheita e embalagens adequadas, tem a vantagem de que os pagamentos são feitos em menor prazo do que as vendas realizadas para a indústria.

TABELA 12
UVA - NÚMERO DE PRODUTOR, QUANTIDADE COMERCIALIZADA, PREÇO MÉDIO E VALOR TOTAL DA MICRORREGIÃO
HOMOGÊNEA - COLONIAL DO RIO DO PEIXE, POR MUNICÍPIO - SAFRA 1986/87.

MUNICÍPIO	NÚMERO DE PRODUTOR	QUANTIDADE (t)	PREÇO MÉDIO (Cz\$/kg)	VALOR TOTAL (Cz\$)
Arrolo Trinta	In Natura	8	29,00	426.750,00
	Industrial	15	62,04	244.775,00
	Total	19	91,04	671.525,00
Caçador	In Natura	24	378,30	1.888.350,01
	Industrial	16	122,80	549.100,00
	Total	24	501,10	2.437.450,01
Campos Novos	In Natura	1	2,00	40.000,00
	Industrial	0	0,00	0,00
	Total	1	2,00	40.000,00
Capinzal	In Natura	1	10,00	61.000,00
	Industrial	0	0,00	0,00
	Total	1	10,00	61.000,00
Fraiburgo	In Natura	35	914,65	5.353.575,00
	Industrial	23	419,42	3.916.001,00
	Total	37	1.334,07	9.269.576,00
Joaçaba	In Natura	1	7,00	80.500,00
	Industrial	0	0,00	0,00
	Total	1	7,00	80.500,00
Pinheiro Preto	In Natura	18	151,05	1.408.750,02
	Industrial	107	3.926,67	18.849.070,20
	Total	107	4.077,72	20.257.820,22
Rio das Antas	In Natura	23	140,25	889.600,06
	Industrial	46	336,00	1.292.950,09
	Total	54	476,26	2.182.550,15
Salto Veloso	In Natura	6	8,35	45.725,03
	Industrial	12	104,43	405.846,90
	Total	17	112,78	451.571,93
Tangará	In Natura	49	518,53	2.604.810,00
	Industrial	87	2.833,61	13.765.575,00
	Total	87	3.352,14	16.370.385,00
Videira	In Natura	55	75,25	410.400,22
	Industrial	178	2.034,95	9.529.630,71
	Total	194	2.110,20	9.940.030,91
TOTAL	In Natura	221	2.234,39	13.209.460,34
	Industrial	484	9.839,93	48.552.948,90
	Total	542	12.074,33	61.762.409,24

FONTE: Coordenadoria de Fruticultura da EMATER-SC/ACARESC.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Na região sul do estado, técnicos que atuam no setor estimam que cerca de 40% da produção regional é consumida "in natura". Por outro lado, de acordo com a mesma fonte, cerca de 85% da uva industrializada é adquirida no vizinho estado do Rio Grande do Sul.

5. PERSPECTIVAS PARA A PRÓXIMA SAFRA

Para a safra de 1987/88, está prevista uma produção de 62.873 t, 19,1% superior à obtida na safra anterior e que representa uma produção a níveis normais. O preço mínimo estabelecido para as uvas comuns superiores, com 15º GL, negociado entre os representantes dos produtores da indústria e do governo, foi estabelecido em Cz\$ 9,70 para fevereiro/88, devendo ser corrigido de acordo com as variações da OTN (Obrigações do Tesouro Nacional) de março até a data de pagamento. Ficou definido, também, que para cada grau glucométrico acima de 20º GL o diferencial de preço é de Cz\$ 1,46/kg. Vale lembrar que na safra anterior o preço mínimo estabelecido foi de Cz\$ 2,30, enquanto os preços praticados em função da escassez da oferta foram de Cz\$ 4,93, conforme levantamento realizado pela EMATER-SC/ACARESC. Para a próxima safra, parece importante, especialmente do ponto de vista dos agricultores, a interferência governamental no sentido de fazer cumprir o preço mínimo estabelecido. De parte da indústria, cuja capacidade ociosa na safra passada foi de 62,9%, a preocupação se relaciona com a existência de estoques das safras anteriores e com a elevação dos custos da produção de vinho - inviabilizando o seu consumo pela população, cujo poder aquisitivo vem sendo corroído.

3.16. PRODUÇÃO FLORESTAL

1. CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE

As informações disponíveis até 1984 indicavam que da área total estadual de 95.483 km², cerca de 33,4% era composta por formações florestais, sendo que 17% constituíam florestas em regeneração.

Atualmente, cerca de 4,55% do território catarinense é constituído por florestas cultivadas, correspondendo a 434.485 ha.

Anualmente, são abatidos cerca de 80.000 ha de árvores em todo o estado, representando 0,84% da sua área.

O setor florestal estadual contempla as atividades procedentes pelos subsetores madeireiro, alimentício, industrial e energético.

É o subsetor madeireiro que desdobra a matéria-prima, produz madeira serrada e laminada, a destina para uso final e também fornece parte substancial de insumos para outras indústrias, tais como as de móveis, compensados e de abertura (construção civil).

No subsetor alimentício, despontam as espécies de erva-mate e o palmito, bastante tradicionais nos hábitos da população sulina.

O subsetor industrial se utiliza diretamente a madeira das árvores para transformá-la em produtos altamente diferenciados, representados no estado pela produção de óleo de sassafrás, de celulose - sob forma de pasta mecânica ou pasta química - e, mais recentemente, pela produção de papel em grandes instalações industriais, a partir, principalmente, de florestas plantadas com espécies exóticas.

Finalmente, o subsetor energético tem a tradicional aplicação doméstica da madeira na calefação, principalmente nas regiões onde o frio se apresenta com mais intensidade, bem como no preparo de alimentos. Com a substituição gradativa, pelas indústrias dos derivados do petróleo e da energia elétrica pelo uso da lenha, esta vem adquirindo importância estratégica.

2. PRODUÇÃO FLORESTAL

Segundo dados da FAO, a produção mundial de madeira bruta cresceu, no período de 1980 a 1985, a uma taxa anual de 1,47%, ultrapassando a cifra de 3,2 bilhões de metros cúbicos (cerca de 2 bilhões de toneladas).

Os países que mais se destacaram no contexto mundial, no período, por ordem de importância, foram os Estados Unidos (448.488 t), a União Soviética (355.700 t), a China (263.373 t), a Índia (245.029 t), o Brasil (225.905 t), o Canadá (171.305 t), cabendo à Indonésia a sétima colocação (149.008 t). A soma desta produção, cerca de 1,86 bilhões de metros cúbicos, representa cerca de 59% da produção total mundial.

Segundo a mesma fonte, as estimativas mundiais de madeira em tora para beneficiamento e transformação, no mesmo período (1980-85), indicam os Estados Unidos como o principal explorador desta atividade, sendo que em 1985 produziu 346,6 milhões de m³; a China, 92,7%; Brasil, 57,8 milhões de m³, a Índia, 28,6 milhões de m³, a Indonésia, 26,8 milhões de m³, sendo que este país, nos anos de 1980, 1983 e 1984, apresentou volumes de produção superiores aos da França; findando, na sexta posição, destaca-se a Índia, com 22,6 milhões de m³. O somatório da produção desses países representa 575,1 milhões de m³, ou seja, 38,29% da produção mundial, tendo em vista que a produção mundial em 1985 foi de 1 bilhão e 502 milhões de metros cúbicos.

TABELA 1

PRODUÇÃO FLORESTAL - ESTIMATIVA DE PRODUÇÃO TOTAL MUNDIAL DE MADEIRA BRUTA - 1980/85
(em 1.000 m³)

PAÍS \ ANO	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Costa do Marfim	12.002	11.482	11.809	12.074	12.178	12.486
Etiópia	33.374	34.201	35.284	36.168	37.022	37.896
Quênia	26.515	27.436	28.557	29.788	31.115	32.409
Nigéria	81.474	85.158	87.125	89.231	92.239	95.566
Sudão	16.927	17.431	17.935	18.449	18.973	19.524
Tanzânia	38.203	39.529	40.989	42.440	43.960	45.540
Zaire	26.291	27.035	27.887	28.718	29.562	30.491
Canadá	158.842	144.572	129.673	156.965	165.185	171.305
México	18.508	18.742	19.350	19.736	20.678	21.317
USA	418.453	419.016	396.896	437.762	452.215	448.488
Brasil	207.654	211.213	214.823	218.482	222.177	225.905
Oclômbia	16.121	16.305	16.319	16.613	16.916	17.224
Bangladesh	23.818	24.474	25.252	25.841	26.483	27.144
China	233.528	233.464	238.978	245.761	258.422	263.373
Índia	220.414	225.109	229.912	234.837	239.875	245.029
Indonésia	141.396	139.185	146.609	146.010	149.924	149.008
Japão	34.622	31.958	32.813	31.591	33.035	33.465
Malásia	36.382	34.600	38.543	41.414	40.202	39.688
Nepal	14.115	14.434	14.764	15.094	15.435	15.776
Paquistão	17.406	17.936	18.484	19.049	19.633	20.233
Filipinas	34.972	34.374	34.227	35.045	35.448	36.614
Tailândia	38.246	38.219	38.929	39.732	40.710	41.276
Turquia	22.575	21.878	21.878	20.791	18.623	18.446
Vietnã	22.715	23.130	23.553	23.984	24.423	24.872
Austria	14.386	14.256	13.399	13.647	14.204	14.204
Tchecoslovaquia	18.767	18.796	19.181	18.833	18.913	19.002
Finlândia	47.119	43.910	37.656	38.408	40.855	41.782
França	39.378	37.863	37.399	38.675	38.999	38.999
Alemanha Ocidental	32.877	31.339	31.005	28.160	30.650	30.650
Polónia	20.966	20.683	22.122	24.684	23.963	23.340
Romênia	18.336	20.425	23.047	22.947	24.126	24.126
Espanha	12.484	13.041	14.098	14.450	13.696	13.696
Suécia	49.219	49.884	50.940	53.004	53.339	53.339
Austrália	17.059	17.696	16.940	16.261	17.950	19.217
USSR	356.600	358.200	355.900	355.700	355.700	355.700
Outros	420.212	428.066	434.776	442.508	450.303	457.889
TOTAL	2.941.956	2.945.040	2.941.052	3.052.852	3.127.129	3.165.019

FONTE: FAO - Anuário de Productos Florestales - 1985 (pg 2).
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 2

PRODUÇÃO FLORESTAL - ESTIMATIVA DE MADEIRA EM TORA PARA BENEFICIAMENTO E TRANSFORMAÇÃO POR PAÍS - 1980-85

PAÍS	ANO	(em 1.000 m ³)					
		1980	1981	1982	1983	1984	1985
Etiópia		1.465	8.044	1.765	1.813	1.813	1.813
Quênia		1.403	1.279	1.308	1.391	1.522	1.555
Nigéria		7.360	8.507	7.884	7.325	7.557	7.979
Sudão		1.600	1.647	1.693	1.741	1.789	1.840
Tanzânia		1.223	1.241	1.341	1.377	1.414	1.453
México		6.345	6.253	6.527	6.576	7.177	7.473
USA		327.095	317.094	294.974	335.840	350.293	346.566
Brasil		57.240	57.345	57.453	57.570	57.670	57.781
Colômbia		3.054	2.954	6.673	2.673	2.673	2.673
Bangladesh		882	890	1.009	926	883	846
China		78.877	75.743	78.101	81.656	91.047	92.652
Índia		18.513	19.259	20.037	20.852	21.703	22.592
Indonésia		30.567	26.171	25.367	28.491	30.088	26.811
Nepal		560	560	560	560	560	560
Paquistão		574	582	591	600	610	620
Filipinas		9.108	7.880	7.088	7.244	6.969	7.442
Tailândia		4.720	4.018	4.034	4.131	4.390	4.223
Turquia		6.224	6.878	6.878	5.903	6.135	5.958
Vietnã		3.099	3.128	3.158	3.188	3.218	3.250
França		28.966	27.451	26.981	28.257	28.575	28.575
Outros		856.338	827.231	816.653	851.191	868.778	879.385
TOTAL		1.445.213	1.404.155	1.366.029	1.449.305	1.494.864	1.502.047

FONTE: FAO - Anuário de Productos Florestales - 1985 (pg 36).

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

No que se refere às estimativas de lenha e carvão vegetal, transformados em lenha, ainda conforme a mesma fonte (tabela 3), observa-se que os sete países principais produtores representam aproximadamente 55% do total mundial, sendo a Índia o primeiro produtor (222,4 milhões de m³); seguem a China (170,7 milhões de m³), o Brasil (na 3ª posição, com 168,1 milhões de m³), a Indonésia (122,2 milhões de m³), os Estados Unidos (101,9 milhões de m³), a Nigéria (87,6 milhões de m³) e, finalmente, na sétima colocação, a Tanzânia (44,1 milhões de m³).

Ainda conforme a mesma fonte, o Brasil destaca-se no "ranking" mundial como o 5º país produtor de madeira bruta e 3º produtor de madeira em tora utilizada para beneficiamento e transformação, mantendo esta mesma posição (3ª) no item referente a lenha e carvão vegetal, transformados em lenha (tabelas 1, 2 e 3).

TABELA 3

PRODUÇÃO FLORESTAL - ESTIMATIVA MUNDIAL DE LENHA E CARVÃO VEGETAL,
TRANSFORMADOS EM LENHA - 1980-85

PAÍS	(em 1.000 m ³)					
	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Etiópia	31.909	32.704	33.519	34.355	35.209	36.083
Quênia	25.112	26.157	27.249	28.397	29.593	30.854
Nigéria	74.114	76.651	79.241	81.906	84.682	87.587
Sudão	15.327	15.784	16.242	16.708	17.184	17.684
Tanzânia	36.980	38.288	39.648	41.063	42.546	44.087
México	12.163	12.489	12.823	13.160	13.501	13.844
USA	91.358	101.922	101.922	101.922	101.922	101.922
Brasil	150.414	153.868	157.370	160.912	164.507	168.124
Colômbia	13.067	13.351	13.646	13.940	14.243	14.551
Bangladesh	22.936	23.584	24.243	24.915	25.600	26.298
China	154.651	157.721	160.877	164.105	167.375	170.721
Índia	201.901	205.850	209.875	213.985	218.172	222.437
Indonésia	110.829	118.014	115.242	117.519	119.836	122.197
Nepal	13.555	13.874	14.204	14.534	14.875	15.216
Pequistão	16.832	17.354	17.893	18.449	19.023	19.613
Filipinas	25.864	26.494	27.139	27.801	28.479	29.172
Tailândia	33.526	34.201	34.895	35.601	36.320	37.053
Turquia	16.351	15.000	15.000	14.888	12.488	12.488
Vietnã	19.616	20.002	20.395	20.796	21.205	21.622
França	10.412	10.412	10.418	10.418	10.424	10.424
Outros	420.525	432.164	443.181	448.172	455.080	461.054
TOTAL	1.496.742	1.540.884	1.575.022	1.603.546	1.632.264	1.662.971

FONTE: FAO - Anuário de Productos Florestales - 1985 (pg 16).

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

A produção catarinense de madeira, em 1987, foi estimada de acordo com os dados existentes no IBDF. Para calcular o volume extraído das florestas, tomaram-se os produtos florestais industrializados mais comercializados e que exigem guia do IBDF. Para evitar dupla contagem de produtos, consideraram-se apenas os volumes de madeira serrada, madeira laminada, papel e similares. Aplicando-se os fatores de conversão, chega-se aos volumes da matéria-prima, ou seja, toras de madeira, necessários para os citados produtos industriais.

Cabe frisar que diversos postos regionais do citado órgão, como Caçador, Chapecó, Itajaí, Mafra, Rio do Sul, São Francisco do Sul e Florianópolis, por falta de informação não preencheram as guias solicitadas, tornando-se necessário fazer uma estimativa de produção dos respectivos postos, levando-se em consideração o comportamento do movimento de produção dos demais postos que devolveram as guias preenchidas.

A tabela 4 mostra o resultado da produção florestal

estadual. Nela se verifica que o item madeira serrada decresceu, em 1987, em comparação com 1986, 40,80%. Este decréscimo foi ocasionado principalmente pela instabilidade econômica, após o término do Plano Cruzado, dificultando o desenvolvimento do setor hoteleiro e da construção civil, bem como do parque de embalagens das indústrias.

Entretanto, as demandas de madeira laminada e de papel e celulose apresentaram, em 1987, taxas de crescimento de 12,73% e 17,06%, respectivamente, quando comparadas com as do ano anterior, em função, principalmente, do aumento das exportações efetivadas em 1987.

TABELA 4
PRODUÇÃO FLORESTAL - VOLUME PRODUZIDO, FATOR DE CONVERSÃO, EQUIVALÊNCIA EM MADEIRA ROLIÇA E VARIAÇÃO PERCENTUAL - 1986-87

PRODUTO	VOLUME		FATOR DE CONVERSÃO	EQUIVALÊNCIA EM MADEIRA ROLIÇA (tora)		VARIAÇÃO % (1987 ÷ 1986)
	1986	1987		1986	1987	
	(em m ³)					
Madeira Serrada	3.595.680	2.125.162,152	1,9	6.831.792	4.037.808	- 40,90
Madeira Laminada	111.852	126.091,776	2,4	268.445	302.620	12,73
Papel e Celulose	278.458	280.889,202	5,3	1.475.831	1.727.602	17,06
Total	-	-	-	8.576.068	6.068.030	- 29,24

FONTE: Fundação IBGE.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Por outro lado, os dados oficiais da Fundação IBGE mostram, em 1985, conforme tabela 5, uma produção de madeira em tora de 3.935 m³. As microrregiões homogêneas que apresentaram as maiores explorações, por ordem de importância, foram Colonial do Oeste Catarinense (18,91%), Colonial do Rio do Peixe (15,00%), Campos de Curitibanos (14,82%), Planalto de Canoinhas (12,96%), a Campos de Lages (9,64%), Colonial de Blumenau (8,24%) e Colonial Serrana Catarinense (5,34%), perfazendo juntas 84,91% do volume total de madeira em tora extraída.

Lembra-se que a mesma tabela também contempla informações sobre os itens carvão vegetal, lenha e nó de pinho.

Quanto à produção catarinense de lenha, lembra-se que nos últimos anos as estatísticas têm mostrado o aumento do seu consumo, decorrente, sobretudo, da substituição de derivados de petróleo por grande parte do parque industrial estadual.

As projeções feitas através da Secretaria da Indústria e Comércio indicavam, em 1981, um consumo de lenha e carvão vegetal crescente à taxa anual de 4%. Os resultados finais mostravam, naquele ano, que o volume total consumido havia alcançado 16,6 milhões de metros estéreos. Com base nesse comportamento, em 1987 o consumo de lenha e carvão vegetal deverá atingir um volume total de 21 milhões de metros estéreos, equivalente a 10 milhões de toneladas.

Salienta-se que toda a demanda estadual de lenha e carvão vegetal é atendida integralmente através da produção interna, uma vez que não há registros nas fontes oficiais de estatísticas que mencionem dados de importação ou compra desse tipo de produto pelo estado de Santa Catarina.

Entretanto, as informações da Fundação IBGE indicavam, em 1985, uma quantidade de carvão vegetal e de lenha produzida em Santa Catarina, distribuída em todas as microrregiões existentes, bastante inferior àquela estimada através dos dados iniciais da Secretaria da Indústria e Comércio.

TABELA 5

EXTRATIVISMO VEGETAL - QUANTIDADE E VALOR DA PRODUÇÃO DE CARVÃO, LENHA, MADEIRA EM TORO E NÓ DE PINHO, POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA - SANTA CATARINA - 1985

DISCRIMINAÇÃO MRH	CARVÃO		LENHA		MADEIRA EM TORO		NÓ DE PINHO	
	Quantidade (t)	Valor (Cz\$ 1.000,00)	Quantidade (t)	Valor (Cz\$ 1.000,00)	Quantidade (t)	Valor (Cz\$ 1.000,00)	Quantidade (t)	Valor (Cz\$ 1.000,00)
Col. de Joinville	6.630	4.058.750	978	12.080.000	120	9.920.000	-	-
Lit. de Itajaí	270	675.000	128	1.912.500	24	3.550.000	-	-
Col. de Blumenau	42.541	10.409.365	633	8.961.100	324	35.680.750	-	-
Col. Itajaí Norte	526	131.425	141	2.114.400	101	15.132.000	-	-
Col. Alto Itajaí	944	266.739	860	8.588.215	153	14.374.100	-	-
Florianópolis	736	317.258	497	5.263.250	65	7.660.175	-	-
Col. Serrana Cat.	1.283	502.801	781	9.332.800	210	26.841.100	-	-
Litoral Laguna	6	3.004	55	687.518	10	540.375	-	-
Carbonífera	2.293	1.009.736	570	5.271.039	63	4.117.775	-	-
Lit. Sul Cat.	36	13.392	97	1.754.177	2	97.600	-	-
Col. Sul Cat.	140	37.800	485	8.449.300	57	3.636.300	-	-
Campos Lages	1.192	408.800	405	4.050.000	379	64.763.600	9	217.920
Campos Curitibanos	2.750	968.930	683	6.905.896	583	83.421.880	4,6	1.136.700
Rio do Peixe	1.240	1.373.795	2.014	35.760.853	590	58.473.550	1,0	426.043
Col. Oeste Cat.	418	397.118	931	14.263.269	744	63.509.362	0,8	14.514
Planalto Canoinhas	24.338	5.010.120	841	8.916.321	510	28.423.174	7	116.560
TOTAL	85.343	25.584.033	10.099	134.310.638	3.935	420.145.741	72,8	1.911.737

FONTE: Fundação IBGE, Produção Extrativa Vegetal - 1985.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

OBS: No item "madeira em toro" estão incluídos 485.841 m³ de árvores abatidas, correspondente ao pinho brasileiro.

4. MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO

As informações referentes ao comércio brasileiro de produtos florestais para o mercado internacional são aquelas contidas no documento "Infoc Madeireiro", publicado pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, onde se mostra que em 1985 o setor florestal gerou uma renda de 784,8 milhões de dólares - excluídos os produtos oriundos da castanha do Brasil (cera de carnaúba e extrato tanante de origem vegetal) - contra 1.055,2 bilhão de dólares gerados em 1984, acusando um declínio, em relação a este ano, de 25,62%.

TABELA 6
PRODUÇÃO FLORESTAL - QUANTIDADE E VALOR DA EXPORTAÇÃO DE
PRODUTOS FLORESTAIS BRASILEIROS - 1984-86

PRODUTO	1984		1985		1986 (1)	
	Volume (1.000 t)	Valor (US\$ 1.000 FOB)	Volume (1.000 t)	Valor (US\$ 1.000 FOB)	Volume (1.000 t)	Valor (US\$ 1.000 FOB)
Palmito	9.884	25.685	5.148	10.206	6.928	18.972
Erva Mate	20.062	15.649	22.149	14.007	10.239	12.897
Madeira Serrada	101.271	36.937	140.375	47.120	162.726	57.361
Pasta Química	962.647	393.347	918.750	275.957	692.571	245.935
Madeira Aplainada	259.553	144.044	197.669	74.906	91.105	38.361
Madeira Laminada	39.115	33.329	39.024	34.296	30.134	24.947
Madeira Compensada	133.708	63.322	150.558	65.207	122.205	56.973
Chapa de Fibra	181.704	42.960	162.427	36.824	145.247	34.925
Papel Cartão	4.762	55.130	5.833	62.097	4.764	50.745
Papel Kraft	206.536	63.433	133.931	36.931	152.388	42.115
Papel Imprensa	319.029	181.392	230.271	127.859	253.603	138.715
TOTAL	2.238.271	1.055.228	2.006.135	784.789	1.671.910	721.946

FONTE: IBDF - Infoc Madeireiro Mar/86 (nº 38) e Dez/86 (nº 47).

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Situação até setembro/86.

No período em análise, as vendas de produtos manufaturados fixaram-se em níveis inferiores aos de 1984 em 131,6 milhões de dólares, onde o item papel imprensa liderou a pauta de exportação atingindo o montante de 127,86 milhões de dólares, apesar da queda de 30% em relação a 1984. Segue a madeira aplainada, entalhada ou semelhante com 74,9 milhões de dólares. Os produtos semimanufaturados, computados somente os itens pasta química e madeira serrada, atingiram 323,1 milhões de dólares, contra 430,3 milhões alcançados em 1984, identificando uma queda de 25%.

Dentre os produtos que mais se destacaram no montante exportado, em 1985, aparece em primeira posição o item pasta química de madeira (35,16%); seguem o papel imprensa (16,29%), a madeira aplainada (9,54%), madeira compensada (8,31%) e o papel cartão (7,91%), perfazendo, no seu total, 77,21% do valor total vendido.

A mesma fonte mostra que as exportações brasileiras de produtos florestais no período de janeiro a setembro de 1986 (tabela 6) resultaram num montante de 721,9 milhões de dólares, contra 545,0 milhões verificados no mesmo período de 1985, verificando-se percentual de incremento de 32,46%. De fato, os preços médios em 1986 tiveram um comportamento ascendente para a maioria dos itens analisados. Os produtos industrializados evoluíram 11%, os semimanufaturados 16% e os manufaturados 5%, embora com relação a este último item se tenha constatado decréscimo nos preços médios da madeira laminada (-1%), do papel cartão (-2%), do papel "kraft" (-3%) e do papel imprensa (-3%).

No que tange ao mercado catarinense de produtos florestais, mais especificamente de lenha e carvão vegetal, conforme projeções de consumo desses produtos realizada pela Secretaria da Indústria, do Comércio e do Turismo, toda a demanda é atendida integralmente através da produção interna, havendo, inclusive, um excedente aproximado de 1 milhão de metros estéreos (lenha e carvão vegetal), o equivalente a 5% da produção estadual, que é exportado para os mercados do Paraná, São Paulo e Minas Gerais.

Ressalta-se que em 1987 Santa Catarina exportou para os principais centros consumidores do país produtos florestais na forma de madeira laminada e papel e celulose.

5. ABASTECIMENTO E CONSUMO

O setor papeleiro catarinense, em 1987, não apresentou dificuldades para se abastecer, tendo em vista haver matéria-prima suficiente, constatando-se em algumas regiões produtoras oferta abundante de Pinus, embora em locais mais distantes das fábricas.

Entretanto, há problemas de abastecimento de madeiras (para serraria), de lenha e carvão vegetal. O primeiro caso explica-se pela exaustão das reservas existentes, cuja derrubada indiscriminada é acelerada por influência do INCRA, que considera as reservas florestais nativas como áreas improdutivas.

No caso da lenha, como não há entrosamento entre produtores e consumidores, a comercialização depende de intermediários que pagam preços extremamente baixos ao agricultor, pelo que este não se interessa em racionalizar o processo produtivo. Por outro lado, o grande consumidor encontra crescente dificuldade em adquirir a lenha, apesar dos excelentes preços oferecidos. Há necessidade, portanto, de se implantar um adequado e bem estruturado sistema de informação de mercado e de agentes de comercialização.

Considera-se expressiva a vantagem em substituir os derivados de petróleo e a energia elétrica por lenha, possibilitando um aumento na demanda industrial desse produto. Tal aumento poderá ser atendido pelos 3 milhões de hectares disponíveis no meio rural, não utilizados com a agricultura e a pecuária, desde que sejam tomadas medidas que venham de encontro com as perspectivas do assunto enfocado.

6. ANÁLISE ECONÔMICA DA ATIVIDADE

A grande diversidade de produtos e modalidades de comercialização torna difícil a análise conjunta de todos os produtos florestais. O presente item atém-se apenas aos produtos madeira, lenha e carvão vegetal, considerados da maior relevância econômica dentro da atividade enfocada.

A madeira, nos últimos anos, tem mostrado uma expressiva variação entre os preços pagos ao produtor e aqueles recebidos pelos fornecedores das indústrias e do comércio.

O mesmo vem acontecendo com os itens lenha e carvão vegetal, cujos preços a nível de produtor têm identificado, a partir de 1986, uma sensível melhora. Entretanto, sua ascensão tem sido constatada de forma mais expressiva, a nível de consu-

midor, através de índices superiores aos das taxas de inflação do período.

Conforme levantamento realizado junto às regiões produtoras de produtos florestais na Serra do Mar e Geral, através do Instituto CEPA/SC, foram os seguintes os preços verificados a nível de produtor em 1987:

TABELA 7

PRODUTOS FLORESTAIS - PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES NAS REGIÕES PRÓXIMAS ÀS SERRAS DO MAR E GERAL - SANTA CATARINA - SET/87

DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	PREÇOS RECEBIDOS (Cz\$ 1,00)
Madeira em tora		
. Madeiras brancas em pé	m ³	500,00
. Madeiras duras em pé	m ³	2.000,00
. Araucária	m ³	8.000,00
Mata em pé	estéreo	100,00
Lenha empilhada na propriedade	estéreo	200,00/250,00
Lenha colocada no pátio da indústria	estéreo	200,00/300,00
Carvão colocado no pátio da indústria	estéreo	900,00 (*)

FONTE: Instituto CEPA/SC.

(*) Preços de dez/87.

7. PERSPECTIVAS PARA O PRÓXIMO ANO

No que se refere às fábricas de papel e celulose, as perspectivas para 1988 indicam não haver problemas de falta do produto, devido à existência de reflorestamentos em fase de maturação, com capacidade para atendimento da demanda atual das mesmas.

As serrarias deverão continuar recorrendo ao Pinus, proveniente de reflorestamentos já em fase de exploração no es-

tado, bem como à utilização de quantidades maiores de toras oriundas principalmente da região amazônica, tendo em vista a exaustão de toras nativas em Santa Catarina.

Salienta-se, também, continuar expressiva a demanda por lenha e carvão vegetal em todo o Sul e Sudeste brasileiros, além do aumento do consumo estadual decorrente da substituição gradativa, pelas indústrias, dos derivados do petróleo e da energia elétrica pela lenha e carvão, o que exige uma rápida e intensa atuação junto ao processo produtivo e de comercialização, visando estimular e disciplinar este segmento da atividade florestal, não só para melhorar a produtividade, mas também para suprir adequadamente as necessidades estaduais.

**DESEMPENHO DA
EXPLORAÇÃO ANIMAL**

4. DESEMPENHO DA EXPLORAÇÃO ANIMAL

4.1. AVICULTURA

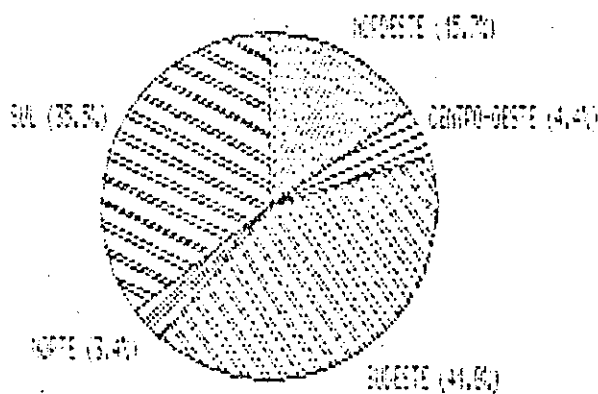
1. A AVICULTURA INDUSTRIAL SE DESENVOLVE AO LADO DOS CRIATÓRIOS DE FUNDO DE QUINTAL

Dentro do setor agropecuário, a avicultura brasileira tem alcançado o maior desenvolvimento. No Norte, por suas características peculiares em vias de desenvolvimento, a avicultura comercial tem apresentado expansão junto aos maiores conglomerados urbanos, mas ainda predominam os criatórios de subsistência. No Nordeste, constata-se a mesma situação, embora os plantéis comerciais sejam relativamente desenvolvidos no Ceará e em Pernambuco. No Sudeste, a produção de subsistência também é predominante. A avicultura paulista, porém, se destaca a nível nacional por deter o maior plantel de matrizes tanto de corte como de postura, apesar de nos últimos anos ter perdido a hegemonia, em termos de produção de carne, para Santa Catarina. No Centro-Oeste, a avicultura, quando comparada com a das demais regiões, é a menos desenvolvida. Isto acontece por sofrer a concorrência da bovinocultura extensiva e da grande lavoura. No entanto, vem sendo estimulada via deslocamento dos investimentos das indústrias do Sul e pelo aumento da oferta de cereais.

O destaque, em termos regionais, é dado para o Sul, cuja avicultura industrial, embasada nos chamados sistemas integrados, tem assegurado uma expansão mais sólida, capaz de suportar os períodos críticos. O modelo tecnológico adotado pelos avicultores dessa região os tornou os maiores produtores de carne de aves do país. A maior parte das empresas é constituída de grandes conglomerados, que atuam também em outros setores, com diversificação de produtos, com capacidade de abate adequada às exigências do mercado e com uma organização administrativa voltada para a modernização.

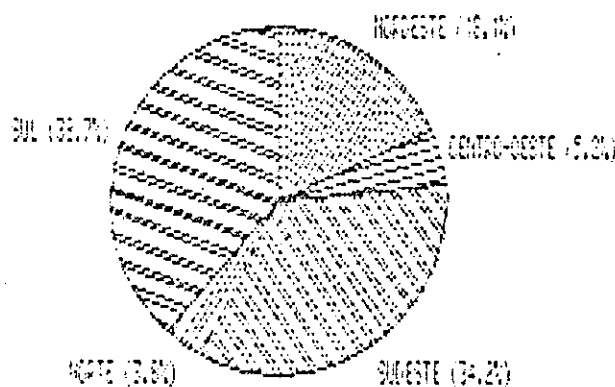
O comportamento do efetivo de aves do país obedeceu ao movimento de modernização da avicultura brasileira, que gradativamente vem passando das características de fundo de quintal para as de industrialização. A análise intercensitária revela um crescimento da participação do Sul, Nordeste e Centro-Oeste, com a gradativa perda de espaço da avicultura do Sudeste brasileiro. Esta situação é explicável, no Sul, pela solidificação de um modelo agroindustrial - adaptado às circunstâncias nacionais, tanto de mercado interno como externo - e também pelo modelo agrícola. No Centro-Oeste, principalmente pela oferta crescente de insumos alimentares e, no Nordeste, pelos incentivos fiscais e subsídios que os avicultores obtiveram no período. O caso do Sudeste deriva da perda gradativa de competitividade frente à produção sulina, de custo mais baixo.

GRÁFICO 1
AVES - EFETIVO AVÍCOLA E PARTICIPAÇÃO REGIONAL - 1980



FONTE: IBGE - CENSO AGROPECUÁRIO DO BRASIL - 1980.
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC.
EFETIVO: 413.179.594 (CAB).

GRÁFICO 2
AVES - EFETIVO AVÍCOLA BRASILEIRO E PARTICIPAÇÃO REGIONAL - 1985



FONTE: IBGE - SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO AGROPECUÁRIO DO BRASIL - 1985.
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC.
EFETIVO: 429.732.435 (CAB).

A avicultura comercial em Santa Catarina ganhou incremento a partir da implantação dos sistemas integrados de produção, que tornaram a atividade exportadora, tanto para o exterior como para outros estados brasileiros. Estes modelos de produção, aos quais a indústria fornece todos os insumos e fatores neces-

sários, detêm cerca de 96% do total produzido. O parque industrial catarinense é formado por seis grupos econômicos básicos e onze plantas industriais consideradas de grande porte, responsáveis pela quase totalidade do produto comercializado. Os dados técnicos e o modelo organizacional da avicultura catarinense permitiram a interação dos diferentes segmentos do processo produtivo com a utilização mais racional de insumos e fatores. A utilização dos mesmos métodos não vem ocorrendo de forma semelhante nos estados onde a avicultura apresenta algumas características industriais. Em razão disso, a atividade no estado assumiu a liderança nacional em termos de produção de carnes de aves, embora os avanços estejam sendo freados pela produção de grãos, insuficiente para atender às suas necessidades.

TABELA 1

AVES - NÚMERO DE AVICULTORES, PRODUÇÃO E COEFICIENTES TÉCNICOS DA AVICULTURA EMPRESARIAL - SC - 1983-87

SITUAÇÃO	83	84	85	86	87
Núm. Avicultores	3150.00	3710.00	4220.00	4500.00	4532.00
Produção (Mil t)	375.00	409.00	415.00	450.00	460.00
Conversão Alimen.	2.27	2.24	2.21	2.19	2.22
Mortalidade (%)	3.20	2.95	3.00	3.50	3.40
Peso Vivo (Kg)	1.774	1.768	1.764	1.752	1.748
Carcaça (Kg)	1.419	1.414	1.411	1.409	1.408
Idade Abate (dias)	46.40	45.80	45.40	45.20	46.10

FONTE: Agroindústrias.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

2. O AUMENTO DA PRODUÇÃO OCUPOU A OCIOSIDADE DO SETOR

A produção de carne de aves dos EUA, da CEE, da URSS, do Brasil e Japão, juntos, totaliza 75,0% da produção mundial. As mudanças para mais ou para menos nestes países explicam, em grande parte, os rumos da avicultura mundial. Recentemente, a preocupação com as crescentes importações tem levado os países produtores de petróleo a incrementar a avicultura. Com isso, têm-se destacado os incrementos anuais dessa atividade, especialmente no Egito e no Oriente Médio.

A carne de aves, comparativamente com as demais carnes, experimentou um avanço expressivo, estimulado pela abundância

cia de insumos alimentares a baixos preços em 86 e 87. Em muitos países, o ciclo curto e a eficiente transformação das rações a preços mais baixos permitiu aos consumidores beneficiarem-se do custo menor dos insumos. Os EUA, primeiro produtor mundial, registraram um pronunciado aumento de produção, induzido pelas facilidades nas exportações, via altos subsídios. Também Canadá, Austrália, Polônia e URSS aumentaram consideravelmente a sua produção avícola. Nas regiões e países em desenvolvimento persistiram os aumentos da produção, especialmente na China, na Índia e em vários países do Oriente Médio. Observou-se o recomeço de recuperação dos níveis de produção na América Latina, sobretudo no Brasil. Persistiu, em 87, a tendência da Arábia Saudita em se tornar auto-suficiente, pois aproximadamente dois terços do consumo interno foram supridos pela produção nacional.

TABELA 2

CARNE DE AVES - PRODUÇÃO MUNDIAL, VARIAÇÃO PERCENTUAL E PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS PAÍSES E REGIÕES PRODUTORAS - 1983 -87

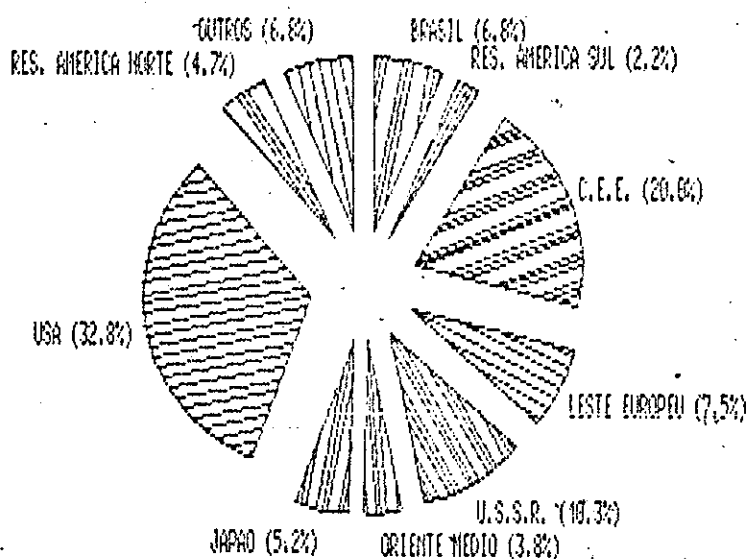
ESPECIFICAÇÃO	(Mil t)						Var. (b/a)	Part. % 87
	ANO 83	84	85	86 (a)	87 (b)			
USA	7151	7427	7865	8346	8958	7.33	32.82	
Res. América Norte	1075	1205	1235	1236	1290	4.37	4.73	
Brasil	1580	1398	1530	1650	1850	12.12	6.78	
Res. América Sul	504	605	603	610	613	0.49	2.25	
C.E.E.	5268	5219	5313	5417	5450	0.61	19.97	
Oeste Europeu	156	164	164	166	171	3.01	0.63	
Leste Europeu	1834	1938	1943	1978	2038	3.03	7.47	
U.R.S.S.	2596	2686	2700	2750	2800	1.82	10.26	
Oriente Médio	675	824	874	954	1024	7.34	3.75	
Egito	158	165	170	160	190	18.75	0.7	
África do Sul	457	480	505	531	558	5.08	2.04	
Japão	1257	1309	1395	1399	1424	1.79	5.22	
Res. da Ásia	522	523	524	535	542	1.31	1.99	
Austrália	301	297	345	365	385	5.48	1.41	
TOTAL	23534	24240	25166	26097	27293	72.53	100.02	

FONTE: USDA.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

* Dados Preliminares.

GRÁFICO 3
 CARNE DE AVES - PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS PAÍSES
 PRODUTORES - 1987



FONTE: USDA.
 ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC.

O fraco desempenho da produção avícola nacional em 84 começou a ser revertido a partir do segundo semestre de 1985, quando a economia brasileira apresentou sinais de reativação. A melhoria do poder aquisitivo, a escassez de carne bovina e a estabilização dos preços dos principais insumos em 86 induziram a atividade a entrar em um novo período de expansão. Com isso, a produção atingiu, em 87, 1,8 milhão de toneladas, mas o potencial de produção superou o patamar de 2,0 milhões de toneladas. A expansão de 11,3% na produção esteve abaixo das expectativas iniciais, uma vez que houve problemas de produtividade nos plantéis de reprodução, derivados das dificuldades de suprimento dos insumos importados.

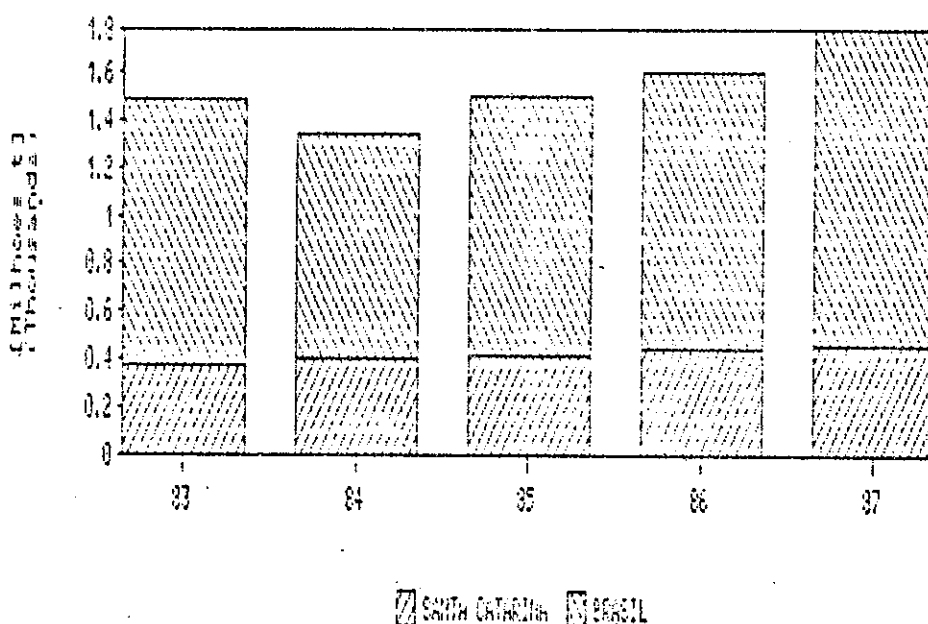
TABELA 3
 CARNE DE FRANGO - PRODUÇÃO NACIONAL MENSAL E
 VARIACÃO PERCENTUAL - 1983-87

MES	(Mil t)					Var. % b/a
	83	84	85	86 (a)	87 (b)	
Jan	132.9	106.0	126.0	132.4	143.0	8.0
Fev	125.9	102.0	123.2	128.6	153.2	19.1
Mar	122.4	102.4	123.6	130.8	150.0	14.6
Abr	114.2	98.6	116.6	121.2	131.9	8.8
Mai	124.6	111.3	119.3	125.2	144.9	15.7
Jun	125.0	113.2	116.6	127.6	140.4	10.0
Jul	126.8	115.8	115.7	133.5	142.8	6.9
Ago	125.9	115.3	131.5	131.5	145.6	10.7
Set	126.8	118.1	121.5	142.6	153.7	7.8
Out	126.0	125.2	132.7	140.0	157.5	12.5
Nov	121.5	119.9	132.7	149.1	161.4	8.2
Dez	117.4	128.2	141.1	154.5	174.9	13.2
Total	1489.4	1355.9	1500.6	1617.3	1799.3	11.3

FONTE: APINCO.
 ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

A avicultura catarinense destaca-se no cenário nacional por obter aproximadamente 28,0% da produção brasileira, embora importe 80,0% das matrizes de São Paulo e ao redor de 8,0% das necessidades de pintos de corte de outros estados. A atividade, no estado, tem evoluído de forma constante. No entanto, a sua expansão em 87 não teve a mesma dimensão da nacional. Mesmo assim, a produção estadual permaneceu despontando como a mais importante do país. O crescimento na produção de apenas 2,23% espelhou, em primeiro plano, os problemas de produtividade, principalmente nas matrizes. No segundo plano, os níveis de produção foram influenciados pelas dificuldades de mercado interno e externo e pelo encarecimento dos preços dos principais insumos.

GRÁFICO 4
CARNE DE AVES - PARTICIPAÇÃO NACIONAL E CATARINENSE - 1983-87



FONTE: APINCO.

ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC.

3. O MERCADO NÃO ACOMPANHOU O DESEMPENHO DA PRODUÇÃO

Os incrementos nas vendas internacionais foram moderados. As importações ao crescerem apenas 0,8% e as exportações 2,0% pouco efeito tiveram no panorama geral dos preços, que foram considerados historicamente baixos. A maior movimentação das transações internacionais indicou como principais exportadores a CEE, os países do Leste Europeu, os EUA e o Brasil. Como importadores destacaram-se a CEE, o Oriente Médio, a URSS, Hong Kong

e Japão. A CEE, como o principal conjunto de países importadores e exportadores, manteve sua participação dentro de um quadro que espelhou uma tendência de aumento nas suas importações, dado o crescimento da preferência interna pelo produto. No Japão, os aumentos na demanda foram cobertos apenas pelos incrementos da produção nacional, pois as importações foram estimuladas via valorizações do Yen e redução nas taxas aduaneiras, sobretudo para o produto em partes.

O mercado internacional esteve prejudicado em 87, principalmente pelo crescimento do nível dos subsídios na CEE e nos EUA, que afetou os interesses comerciais dos países exportadores e causou aviltamento de preços. A crescente auto-suficiência da URSS, do Oriente Médio e do Leste Europeu restringiu as transações internacionais com carne de frangos. Da mesma forma, a queda de demanda nos países produtores de petróleo, em função da diminuição de seus ingressos, causou quedas significativas nas suas importações. Em contrapartida, observou-se uma expansão nas vendas de frango em partes para o Extremo Oriente.

TABELA 4
CARNE DE AVES - PRINCIPAIS PAISES IMPORTADORES E EXPORTADORES, 1984-87

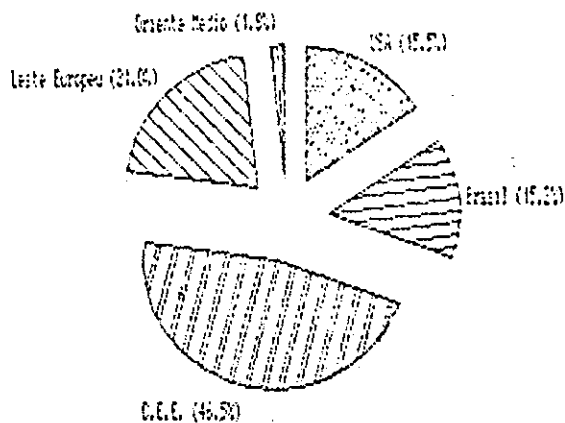
ESPECIFICAÇÃO	(Mil t)									
	ANO 1984		1985		1986		1987*		Var. %	
	Imp	Exp	Imp	Exp	Imp	Exp	Imp	Exp	Imp	Exp
USA		209		211		257		256		-0.4
América do Norte	52		47		47		56		19.1	
Brasil		281		274		251		251		0.0
América do Sul	2		2		2		2		0.0	
C.E.E.	460	774	495	775	484	758	500	769	3.3	1.5
Oeste Europeu	42		44		46		45		-2.2	
Leste Europeu	34	304	21	302	17	329	12	347	-29.4	5.5
URSS	114		141		140		142		1.4	
Oriente Médio	298	12	343	17	239	25	217	30	-9.2	20.0
Egito	120		99		105		100		-4.8	
Hong Kong	94		114		131		138		5.3	
Japão	107		104		126		136		7.9	
TOTAL	1323	1580	1410	1579	1337	1620	1348	1653	0.8	2.0

FONTE: USDA.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

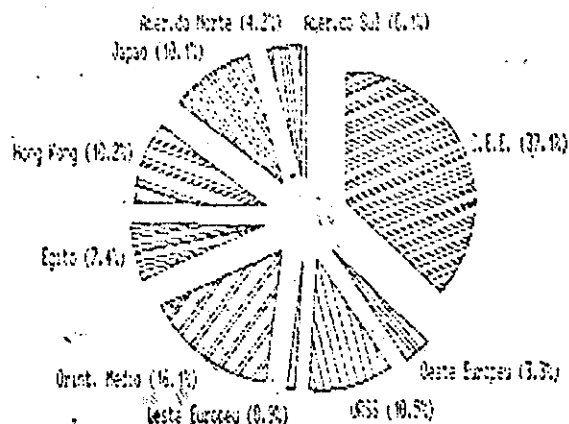
*Estimativa Preliminar.

GRÁFICO 5
CARNE DE AVES - PRINCIPAIS PAÍSES EXPORTADORES - 1987



FONTE: USDA.
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC.

GRÁFICO 6
CARNE DE AVES - PRINCIPAIS PAÍSES IMPORTADORES - 1987

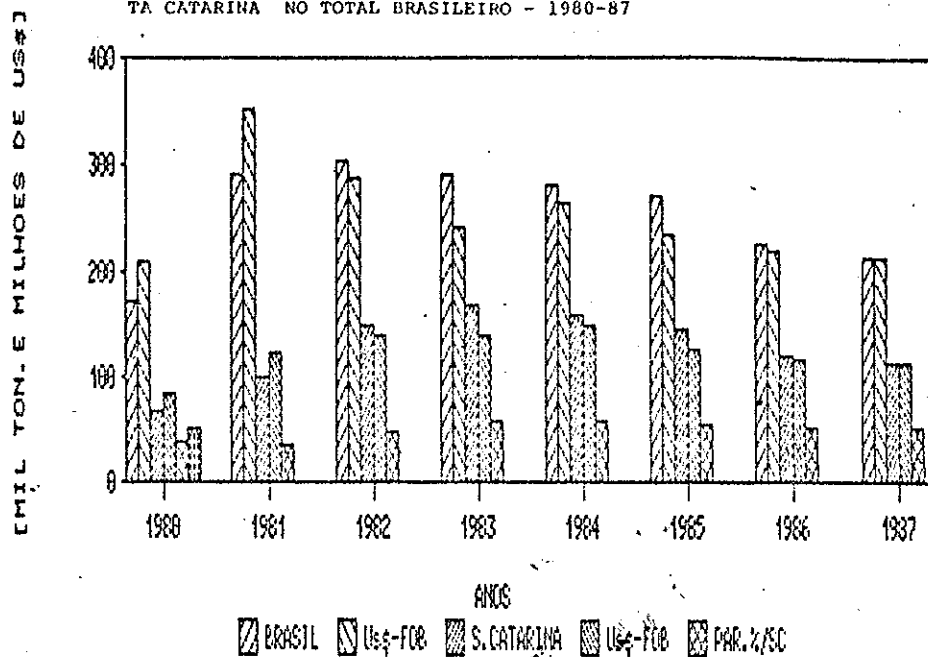


FONTE: USDA.
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC.

As exportações brasileiras vêm sofrendo acentuados declínios a partir de 1984, tanto em volume como em valor. Na raiz desse declínio estão os aumentos na produção dos principais países importadores, as dificuldades econômicas dos países produtores de petróleo, os incrementos anuais da produção mundial, principalmente nas nações mais desenvolvidas. Porém, o fator mais importante está ligado ao crescimento do nível dos subsídios norte-americanos e europeus, ofertando o produto no mercado internacional a preços muito competitivos com a avicultura brasileira. A queda nas exportações brasileiras em 86 e em parte do ano de 87 também sofreu a influência do comportamento do mercado interno brasileiro e das medidas governamentais que visavam garantir o abastecimento do país. Apesar de estarem caindo, o aumento das vendas do item frango em partes tem sustentado, de certa forma, um preço médio melhor, quando comparado isoladamente com o produto inteiro.

GRÁFICO 7

CARNE DE AVES - QUANTIDADE (1.000 t) E VALOR (MILHÕES DE US\$)
EXPORTADOS PELO BRASIL E SANTA CATARINA E PARTICIPAÇÃO DE SANTA CATARINA NO TOTAL BRASILEIRO - 1980-87



FONTES: CACEX DO BANCO DO BRASIL E ABEP.
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC.

O consumo interno, fortemente contido pelo arrocho salarial, o rígido controle de preços no varejo, o encarecimento dos insumos - seja pela política de desova dos estoques oficiais de cereais, seja pela política cambial influenciando nas cotações dos componentes importados - a maior oferta das demais carnes e a perda de espaço no mercado externo determinaram um quadro de desconforto para a avicultura. No seu aspecto mais geral, esta situação tendeu a forçar sobras do produto, pois parte da produção destinada às exportações foi colocada no mercado interno.

O mercado interno apresentou indícios de ter entrado em um claro período de expansão ao final do ano. Este fato repete-se quando ocorre alguma dificuldade no abastecimento de carne bovina, permitindo a competitividade necessária para que o frango consolide posições e conquiste novas fatias de consumidores. No caso de 87, à medida que cessaram os efeitos do controle de preços no varejo, no momento em que os estoques foram recompostos para fazer frente às vendas de final de ano, o setor operou mais confortável. A competitividade esteve presente dentro do próprio setor. As dificuldades de suprimento de insumos e fatores ressaltaram a situação de mercado ofertado, forçando a saída daqueles que estavam menos preparados.

TABELA 5

CARNE DE AVES - BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DO BRASIL E DE SANTA CATARINA - 1985 A 1987

SITUAÇÃO	(mil t)					
	BRASIL			SANTA CATARINA		
	85	86	87	85	86	87
Produção	1.483,0	1.617,3	1.910,0	415,0	450,0	477,0
Exportação	270,0	220,0	214,0	145,2	118,8	113,0
Cons.Nacional	1.213,0	1.397,3	1.714,0	269,8	331,2	224,0
Cons.Regional				112,0	123,2	125,0
kg/Per Capita	9,0	10,1	12,1	27,3	28,8	28,0
Estoque Final			42,0			2,0

FONTE: APINCO, Instituto CEPA/SC, CFP e IBGE.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

4. TENDÊNCIA DE EXPANSÃO DOS ABATES NÃO INSPECIONADOS

Os abates no país situaram-se, em 87, no intervalo entre 1,3 a 1,4 bilhão de aves, contra 1,17 e 1,2 bilhão em 86. A expansão que se verificou foi no sentido de preencher a capacidade ociosa das indústrias, especialmente nas proximidades dos grandes centros consumidores do país. Os abates sob inspeção federal são estimados em 52% do total abatido no país. São fortes os indícios de expansão dos abates não controlados oficialmente. O crescimento da carga tributária e os custos de processamento mais baixos induzem o crescimento desta forma de escoamento da produção.

O crescimento dos abates em Santa Catarina, levando-se em conta o comportamento de anos anteriores, teve um desempenho modesto em 87. As indústrias catarinenses mantiveram-se cautelosas em seus investimentos, após os desacertos do plano cruzado, mesmo porque muitas já haviam concluído os seus projetos de expansão e estavam deslocando os seus investimentos para outras unidades da federação. Este fato também explica a baixa produtividade dos plantéis e o atraso no funcionamento pleno de uma planta industrial ligada ao sistema cooperativista.

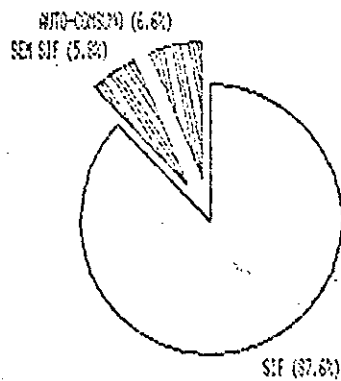
TABELA 6
 AVES - ABATE TOTAL MENSAL, SIF, NAO-SIF, AUTO-CONSUMO
 E VARIAÇÃO - 1984-87.

(Mil Cab.)

MES	1984	1985	1986 (a)	1987 (b)	Var. % b/a
Jan	21798.2	24960.1	26861.1	28849.4	6.89
Fev	21647.8	24960.1	22893.7	25139.6	8.93
Mar	22152.0	24960.1	26419.0	26900.5	1.79
Abr	20716.0	24960.1	26799.3	26295.3	-1.92
Mai	23542.9	24960.1	26613.0	26650.0	0.14
Jun	22544.2	24960.1	25154.0	26014.0	3.31
Jul	22641.0	24960.1	26519.9	26632.3	0.42
Ago	23720.2	24960.1	26732.9	26483.3	-0.94
Set	21176.4	24960.1	25950.8	27285.5	4.89
Out	24495.0	24960.1	27607.0	27310.0	-1.09
Nov	23399.0	24960.1	27670.0	29536.0	6.32
Dez	23000.0	24960.1	28250.6	29684.2	4.83
TOTAL	270832.7	299521.2	317471.3	326780.1	2.85

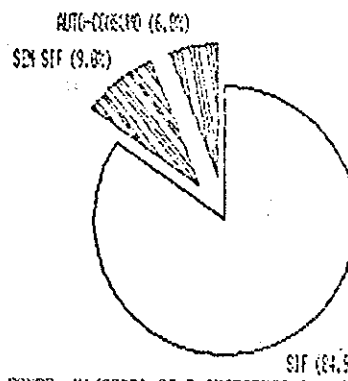
FONTE: MA/SERPA-SC, Instituto CEPA/SC.
 ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

GRÁFICO 8
 AVES - COMPOSIÇÃO DOS ABATES - INSPECIONADO, SEM INSPEÇÃO E
 AUTOCONSUMO EM SANTA CATARINA - 1986



FONTE: MA/SERPA-SC E INSTITUTO CEPA/SC.
 ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC.

GRÁFICO 9
 AVES - COMPOSIÇÃO DOS ABATES - INSPECIONADO, SEM INSPEÇÃO
 E AUTOCONSUMO EM SANTA CATARINA - 1987



FONTE: MA/SERPA-SC E INSTITUTO CEPA/SC.
 ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC.

5. O DESEMPENHO ECONÔMICO DA ATIVIDADE ESTEVE ABAIXO DAS EXPECTATIVAS

A maior preocupação do setor centrou-se na defasagem entre o preço de venda e o custo do produto, fazendo com que muitos segmentos operassem com prejuízo quase o ano todo. Os reajustes concedidos oficialmente não foram suficientes para cobrir as disparidades. Este cenário agiu no sentido de premiar os avicultores e as empresas administrativamente mais eficientes. O controle dos preços do produto no varejo impediu uma melhor remuneração do setor, em consonância com as forças de mercado. A recuperação que se verificou nas cotações das outras carnes pouco efeito teve sobre o frango, devido ao grande volume ofertado e sobretudo pela concorrência entre as grandes cadeias de supermercados, que promoveram vendas a cotações inferiores à capacidade de absorção do mercado.

Em Santa Catarina, onde a produção é integrada, os produtores, dependendo dos níveis de produtividade, conseguiram no mínimo garantir a remuneração dos custos variáveis, o que permitiu à atividade se desenvolver mesmo quando o mercado e os preços não asseguravam um bom desempenho, nem facilitavam a absorção dos excedentes.

TABELA 7

AVES - PREÇOS MEDIOS MENSAIS DO FRANGO VIVO, CONGELADO E EVISCERADO DE SC, POSTO PRAÇA DE SÃO PAULO-1984-87.

(Cz\$/Kg)

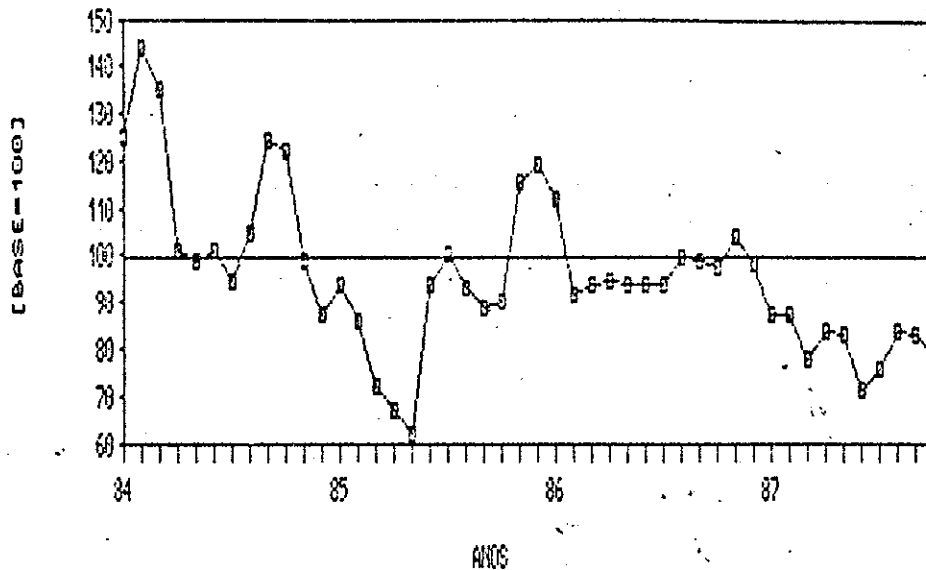
MES	84		85		86		87	
	Vivo	Cong.	Vivo	Cong.	Vivo	Cong.	Vivo	Cong.
Jan	0.735	1.150	1.830	2.550	7.70	12.90	9.43	20.20
Fev	0.950	1.320	1.850	2.550	7.68	12.80	10.76	24.20
Mar	0.980	1.320	1.750	2.560	7.81	12.30	11.00	24.20
Abr	0.800	1.220	1.750	2.560	7.81	12.30	14.20	28.00
Mai	0.850	1.280	1.750	2.560	7.81	12.30	18.00	36.00
Jun	0.950	1.380	2.850	4.200	7.81	13.00	9.44	33.70
Jul	0.980	1.410	3.300	6.100	7.90	12.90	22.50	37.00
Ago	1.200	1.980	3.510	6.950	8.50	12.90	26.06	53.00
Set	1.580	2.650	3.650	6.950	8.50	13.10	28.00	54.00
Out	1.750	2.810	4.050	6.610	8.50	13.10	29.30	56.00
Nov	1.550	2.540	5.950	10.470	9.30	14.40	34.13	58.00
Dez	1.515	2.470	6.950	11.590	9.40	14.85	34.40	59.80

FONTE: Instituto CEPA/SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

GRÁFICO 10

AVES - ÍNDICE DE PREÇOS REAIS DE OUT/87 (*) RECEBIDO PELO PRODUTOR CATARINENSE PELO FRANGO VIVO - 1984-87

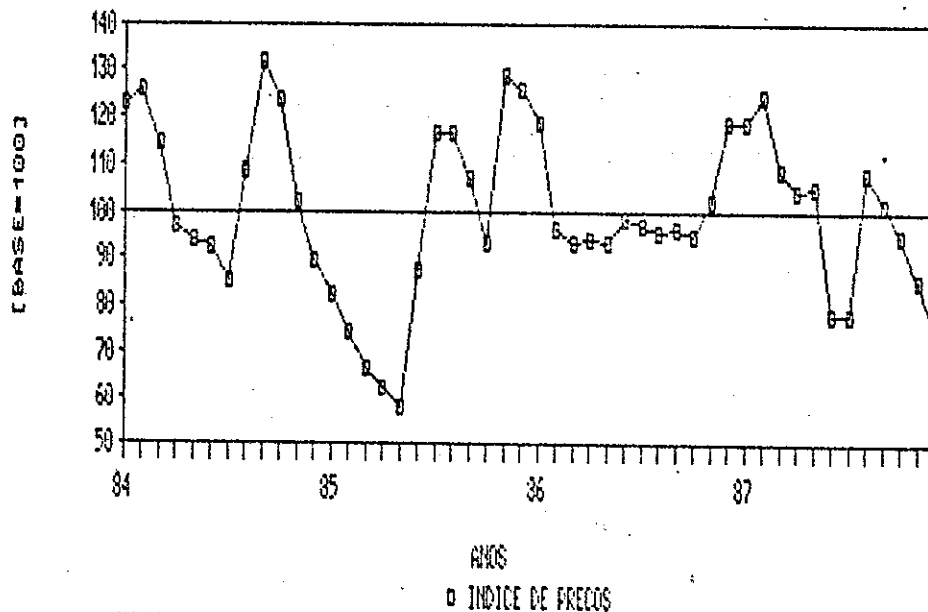


FONTE: INSTITUTO CEPA/SC.

(*) UTILIZOU-SE O IGP-DI DA FGV (COL. 2) DA REVISTA CONJ. ECON.

GRÁFICO 11

CARNE DE AVES - ÍNDICE DE PREÇOS REAIS DE OUT/87 DO FRANGO EVISCERADO CONGELADO - SANTA CATARINA - 1984/87



FONTE: INSTITUTO CEPA/SC.

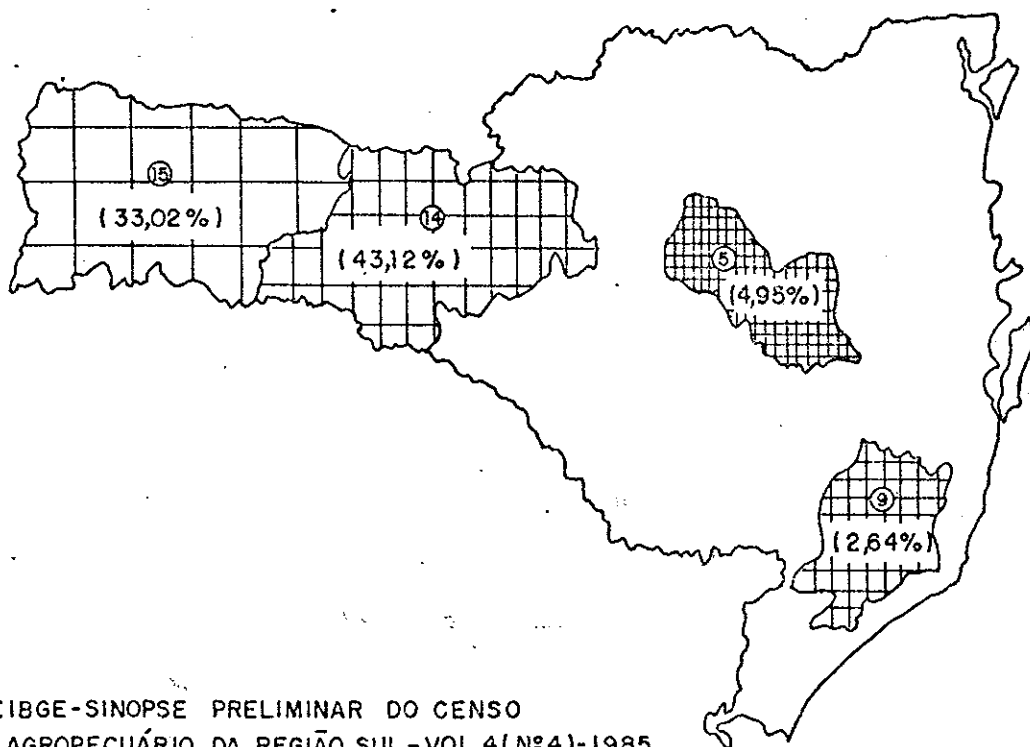
(*) UTILIZOU-SE O IGP-DI DA FGV (COL. 2) DA REVISTA CONJ. ECON.

Os preços recebidos tanto pelos avicultores quanto pelos industriais sofreram uma queda real, que persistiu na entressafra do boi, contrariando o comportamento histórico. Esta situação agravou-se não só pelos problemas de mercado e produção já mencionados, mas, também, pelas altas taxas de juros incidentes sobre os estoques de frangos e insumos. Os preços reais se mantiveram abaixo da média dos anos, quando a recessão econô-

mica comprometeu a exploração da atividade. Comparando-se o cenário de preços do segmento produtor com os do segmento industrial, constata-se que a nível de avicultor a dimensão foi mais profunda, pois, no atacado, o frango teve um valor de preços reais mais raso; também registrou uma pequena recuperação real. Em razão de os preços terem sido mantidos por um longo período abaixo da inflação, a atividade sofreu um novo processo de desestruturação, ficando patente a inibição dos investimentos.

MAPA 1

AVES - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO REBANHO POR MRH DE SANTA CATARINA - 1985



FONTE: IBGE - SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO AGROPECUÁRIO DA REGIÃO SUL - VOL. 4 (Nº 4) - 1985

ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

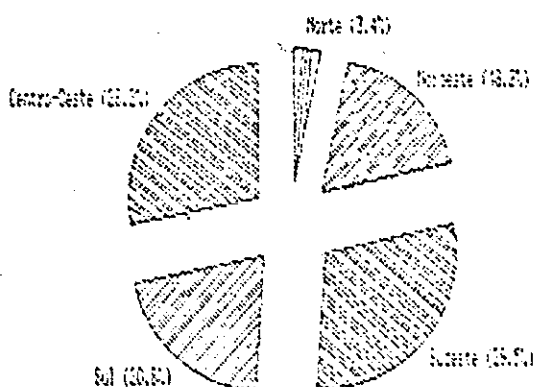
4.2. BOVINOS DE CORTE

1. OS EFETIVOS SE EXPANDEM SEM OS CORRESPONDENTES GANHOS DE PRODUTIVIDADE

A bovinocultura de corte, no país, tem-se caracterizado por um acentuado crescimento horizontal na Região Norte e Centro-Oeste, facilitado pela abertura de novas fronteiras agrícolas, pelo interesse por incentivos fiscais e pela instalação de projetos, objetivados mais como uma reserva de valor do que pela preocupação com a produção e os níveis de produtividade. No caso do Centro-Oeste, as condições ambientais têm favorecido a manutenção da pecuária extensiva, ao lado do surgimento vertical da atividade, em razão do estímulo oriundo da proximidade com os principais centros consumidores do país. Na Região Norte, no entanto, as condições ambientais adversas e a distância dos centros consumidores têm dificultado o crescimento vertical da atividade.

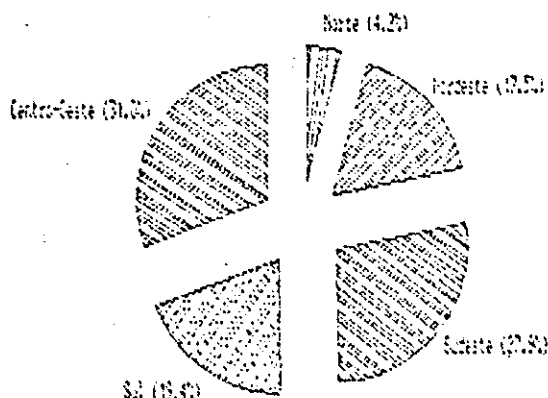
No Nordeste brasileiro, embora predominante, a atividade foi prejudicada pelas adversidades climáticas. Sua baixa produtividade tornou a produção regional pouco competitiva com a das regiões mais desenvolvidas. Na Região Sul e Sudeste, os efetivos têm-se mantido pressionados pela expansão das lavouras de exportação e de produção de cana-de-açúcar. Mesmo assim, destacaram-se pela qualidade de seus plantéis, à base de raças zebuínas e européias, e pelo grande consumo.

GRÁFICO 1
BOVINOS DE CORTE - PARTICIPAÇÃO DAS GRANDES REGIÕES
NA FORMAÇÃO DO REBANHO BOVINO BRASILEIRO - 1980



FONTE: INGE - CENSO AGROPECUÁRIO DE SANTA CATARINA - 1980.
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC.
REBANHO: 118.085.872 (CAB).

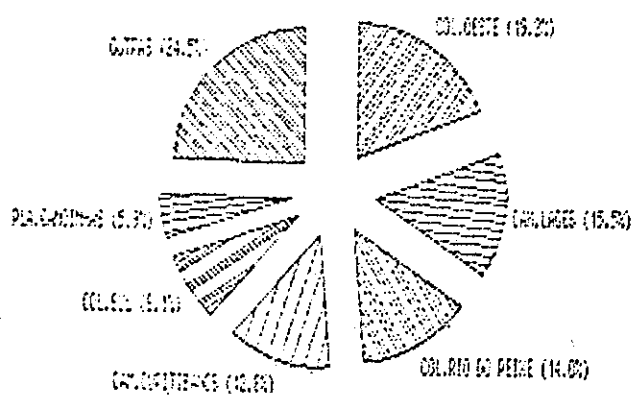
GRÁFICO 2
BOVINOS DE CORTE - PARTICIPAÇÃO DAS GRANDES REGIÕES
NA FORMAÇÃO DO REBANHO BOVINO BRASILEIRO - 1985



FONTE: SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO AGROPECUÁRIO - REGIÃO
SUL - 1985.
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC.
REBANHO: 127.643.292 (CAB).

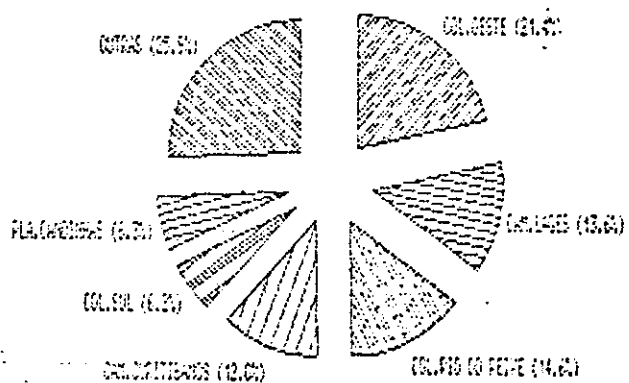
Os criatórios de bovinos em Santa Catarina têm-se caracterizado por um crescimento horizontal muito lento; seu desenvolvimento vertical, porém, tem sido notório. A incorporação de novas microrregiões não-tradicionais na produção, como é o caso do oeste e extremo-oeste, facilitou, nos anos recentes, ganhos de produtividade, já que estas microrregiões apresentam uma agricultura forte e níveis de fertilidade dos solos que permitem a integração das lavouras com a prática mais intensiva da pecuária. Por outro lado, o amadurecimento de projetos instalados antes dos anos 80, a ampliação dos confinamentos a nível de pequena unidade produtora, a preocupação com a cobertura vegetal no inverno e a aplicação de recursos do setor urbano na pecuária também contribuíram para que a atividade se modernizasse. Isto fica evidenciado ao se compararem os números referentes aos efetivos nos anos de 80 e 85, quando crescem as participações das regiões típicas de agricultura. Verificou-se, também, o surgimento de uma bovinocultura de corte mais racional nas microrregiões litorâneas e de colonização alemã, onde os invernos são menos rigorosos e a primavera-verão produz massa verde exuberante.

GRÁFICO 3
BOVINOS DE CORTE - PARTICIPAÇÃO DAS MICRORREGIÕES
HOMOGÊNEAS NA FORMAÇÃO DO REBANHO BOVINO CATARI -
NENSE - 1980



FONTE: CENSO AGROPECUÁRIO DE SANTA CATARINA - 1980.
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC.
REBANHO: 2.615.629 (CAB).

GRÁFICO 4
BOVINOS DE CORTE - PARTICIPAÇÃO DAS MICRORREGIÕES
HOMOGÊNEAS NA FORMAÇÃO DO REBANHO BOVINO CATARI -
NENSE - 1985



FONTE: SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO AGROPECUÁRIO - REGIÃO SUL - 1985.
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC.
REBANHO: 2.734.930 (CAB).

Os investimentos para a modernização da atividade, no meio e extremo-oeste e em algumas propriedades nas microrregiões de tradição pecuária, indicam-nos uma tendência de aumento nos níveis de produtividade dos plantéis. O baixo desempenho conti-

nua ligado à deficiência alimentar, à alta incidência parasitária, à presença de doenças infecto-contagiosas e de reprodução. Por outro lado, a baixa qualidade dos touros, a ação limitada da inseminação artificial e as instalações pouco adequadas levam à prática de um manejo, cujo resultado são os baixos índices de produtividade. Este cenário se agrava diante da elevada mortalidade de animais novos e pelo atraso no desenvolvimento, com reflexos negativos nos índices que medem o desempenho econômico dos criatórios. Embora tenha crescido a preocupação com a alimentação e a sanidade e tenham melhorado as formas de comercialização dos animais novos, a mortalidade de terneiros ainda é responsável por quase 50% da taxa de mortalidade do efetivo catarinense.

TABELA 1

BOVINOS DE CORTE - REBANHO, COEFICIENTES TÉCNICOS E NÍVEIS DE PRODUTIVIDADE - SANTA CATARINA - 1980 E 1985

AVALIAÇÃO	1980	1985*
Rebanho (mil cab.)	2.615,60	2.730,00
Taxa de abate (%)	6,30	8,50
Nasc./Rebanho (%)	20,30	22,00
Taxa de Fert. (%)	62,00	64,90
Taxa de Mortalidade (%)	4,80	4,50
Mort. até 1 ano (%)	11,10	10,90
Tern/mort. total	46,90	48,00

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário de Santa Catarina - 1980 e Sí-nopse Preliminar do Censo Agropecuário - Região Sul- 1985.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*) Estimativas sujeitas a revisão.

2. A RECOMPOSIÇÃO DA OFERTA NÃO SIGNIFICOU UM EFETIVO AUMENTO DA PRODUÇÃO

A produção mundial de carne bovina vem apresentando, nos anos 80, uma tendência de estabilização, ocorrendo, inclusive, períodos de baixa. Isto aconteceu como consequência imediata não só no movimento cíclico dos países de bovinocultura de corte extensiva, como também nos movimentos da economia dos paí-

ses desenvolvidos. Os aumentos e os recuos da oferta mundial são determinados pelas modificações no desempenho dos criatórios dos EUA, da CEE e da URSS, pois detêm mais de 60% da produção mundial. A tendência da mudança dos hábitos alimentares, dando preferência ao consumo das carnes brancas e magras, ao restringir a demanda mundial por carnes vermelhas, desestimula novos investimentos. Por outro lado, os incentivos para a redução dos plantéis leiteiros, especialmente na CEE e nos EUA, têm causado elevação nos estoques mundiais e quedas nos preços internos destes países, desestruturando os processos produtivos da bovinocultura de corte. Os motivos acima abordados determinaram significativo recuo na produção americana. A suspensão dos efeitos do programa de redução dos efetivos leiteiros da CEE e o rebaixamento dos estoques de carne bovina estimularam um moderado aumento na produção. Na URSS, a produção voltou a ser estimulada através dos programas oficiais que visam ampliar a oferta interna de alimentos. Na Oceania, após a recomposição do rebanho - findas as seqüelas dos longos períodos de seca - a produção volta a apresentar um bom desempenho. Cessado o movimento de retenção de animais, a produção brasileira também volta aos seus níveis históricos.

TABELA 2
CARNE BOVINA - PRODUÇÃO MUNDIAL, VARIAÇÃO % E PARTICIPAÇÃO
DOS PRINCIPAIS PAISES E REGIÕES PRODUTORAS - 1984-87

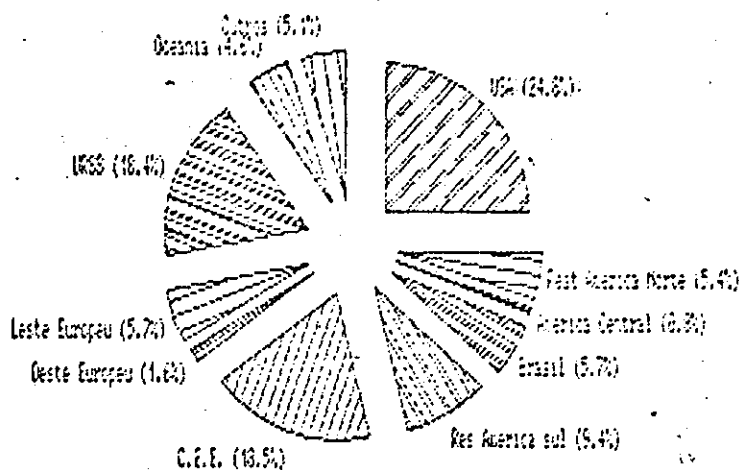
(Mil t)

DISCRIMINAÇÃO	84	85	86 (a)	87 (b)	Var. b/a	Par. % 87
USA	10928	10996	11082	10409	-6.07	24.61
Rest América Norte	2320	2374	2272	2283	0.48	5.40
América Central	322	328	331	328	-0.91	0.78
Brasil	2300	2400	2200	2400	9.09	5.67
Res. América Sul	3802	4089	4010	3951	-1.47	9.34
C.E.E.	7900	7840	7739	7758	0.25	18.34
Oeste Europeu	653	676	663	650	-1.96	1.54
Leste Europeu	2471	2550	2397	2371	-1.08	5.61
URSS	7244	7400	7600	7700	1.32	18.21
Índia	334	340	363	364	0.28	0.86
Restante Ásia	748	804	825	832	0.85	1.97
Oceania	1681	1815	1867	1942	4.02	4.59
Outros	1165	1254	1296	1307	0.85	3.09
TOTAL	41868	42866	42645	42295	-0.82	100.00

FONTE: USDA.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

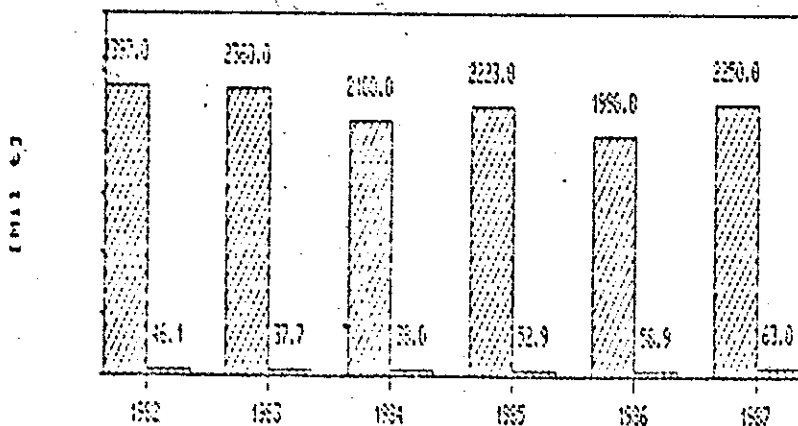
GRÁFICO 5
 CARNE BOVINA - PARTICIPAÇÃO % DOS PRINCIPAIS PAÍSES
 E REGIÕES PRODUTORAS - 1987



Fonte: USDA
 Elaboração: Instituto CEPA/SC

A produção nacional de carne bovina situou-se no intervalo entre 2,2 e 2,3 milhões de toneladas em equivalentes carcaças. Esses números refletem um comportamento histórico em que a bovinocultura de corte, devido a problemas estruturais, não consegue aumentar os níveis de produtividade, permanecendo neste patamar há vários anos. No entanto, o volume produzido em 87 foi superior ao verificado em 86, quando o aumento na retenção de animais prejudicou o suprimento interno. As previsões para Santa Catarina foram avaliadas em 62,0 mil toneladas, espelhando uma recuperação de 5,0% em relação ao ano anterior, pois os plantéis vêm apresentando ganhos de produtividade, ao lado do crescimento do interesse dos criadores pela produção na entressafra. Situação, esta, oposta à da pecuária nacional, cuja produção vem se mantendo estável, pois os plantéis, em seu maior contingente, são criados como reserva de valor e estão servindo para a abertura de novas áreas agricultáveis.

GRÁFICO 6
 CARNE BOVINA - PRODUÇÃO BRASILEIRA E CATARINENSE - 1982-87



Fonte: INIB
 Elaboração: Instituto CEPA/SC

3. O MERCADO OPEROU COM SOBRAS DO PRODUTO

As transações internacionais de carne bovina acontecem em maior volume entre os países desenvolvidos. Como exportadores, destacam-se a CEE, a Oceania e o Brasil, os quais, juntos, representaram, em 1987, 78,6% do total comprado pelos principais mercados, especialmente os situados nos países produtores de petróleo, EUA, URSS e Japão. As maiores transações se dão ao nível da CEE, por força dos acordos entre os seus países membros. No tocante às importações, excluindo-se a CEE, os EUA, a URSS, o Japão e o Egito, o Brasil e o Oriente Médio foram responsáveis por 49,6% das compras em 1987.

O Brasil, que até 1985 era um dos principais exportadores, se converteu em importante comprador. A repentina troca de situação ocorreu em função da alteração da relação oferta e demanda, cujo efeito foi a contribuição no rebaixamento dos estoques internacionais, sem efeito positivo sobre os preços, seja porque o Brasil se abasteceu sobretudo dos excedentes, seja porque as vendas por parte da CEE e dos EUA foram subsidiadas. As importações brasileiras em 87 diminuíram em função da recomposição interna da oferta. Mesmo assim, as suas exportações ficaram abaixo de suas participações anteriores, pois persistiram as medidas políticas de contingenciamento.

O comércio internacional de carne bovina manteve as mesmas características de estabilidade observadas nos anos anteriores. A queda verificada nas importações foi decorrente da redução das importações do Brasil, Canadá e URSS, que não foram compensadas pelo moderado crescimento das compras do Japão, Egito e Oriente Médio. As exportações dos países ricos tiveram um baixo desempenho, em razão da queda interna da produção e do rebaixamento dos estoques.

O comportamento do mercado interno brasileiro de 87 diferiu do ocorrido no ano anterior. As condições climáticas mais favoráveis, permitindo o apronte mais rápido dos animais, o abate do remanescente da safra de 1986 e o recrudescimento das taxas de juro, forçando o aumento dos descartes, determinaram uma expansão da oferta interna. Por outro lado, o aumento da produção das outras carnes e a diminuição no ritmo do consumo

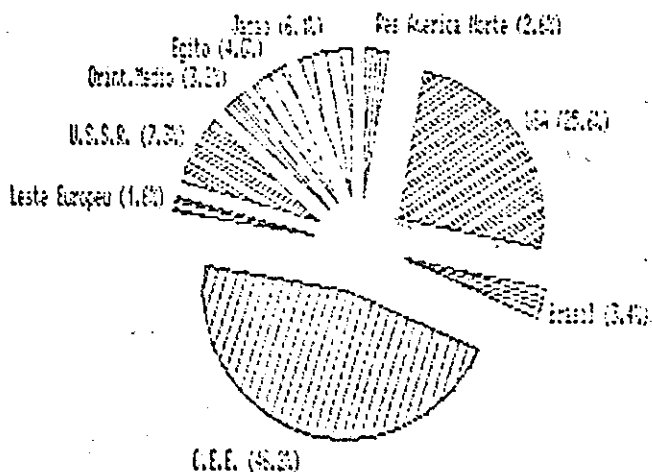
interno facilitaram o surgimento de excedentes de carne bovina. Esta situação também foi influenciada pelos estoques oficiais, avaliados em aproximadamente 90.000 t e pela importação de 130.000 t, das quais 100.000 em regime de "draw-back".

TABELA 3
CARNE BOVINA - VOLUME TOTAL IMPORTADO E EXPORTADO, POR PAÍS E REGIÃO E VARIACÃO PERCENTUAL - 1984-87

DISCRIMINAÇÃO	(Mil t)											
	1984		1985		1986 (a)		1987(*) (b)		VAR. % b/a		PART. % 87	
	Imp	Exp	Imp	Exp	Imp	Exp	Imp	Exp	Imp	Exp	Imp	Exp
Res. América Norte	115	105	122	117	106	113	100	105	-6.0	-7.6	2.5	2.2
USA	838	152	947	151	974	229	984	206	1.0	-11.2	24.7	4.3
Amér. Central		49		57		55		63		12.7		1.3
Res. América Sul		386		384		365		372		1.9		7.7
Brasil	20	480	48	530	250	430	130	350	-92.3	-22.9	3.3	7.3
C.E.E.	1589	1968	1714	2045	1730	2180	1774	2151	2.5	-1.3	44.5	44.6
Oeste Europeu	25	86	19	114	20	98	27	93	25.9	-5.4	0.7	1.9
Leste Europeu	69	296	35	359	43	283	63	307	31.7	7.8	1.6	6.4
U.S.S.R.	541	27	320	30	300	35	280	35	-7.1	0.0	7.0	0.7
Oriente Médio	96	13	139	4	121	5	122	5	0.8	0.0	3.1	0.1
Egito	236		141		150		155		3.2		3.9	
Hong-Kong	32		42		38		39		2.6		1.0	
Japão	208		216		225		235		4.3		5.9	
China	29		33		36		38		5.3		1.0	
Tailândia	29		33		36		38		5.3		1.0	
Oceania		903		1022		963		1140				23.6
TOTAL	3827	4465	3809	4813	4029	4756	3985	4827	-1.1	1.5	100.0	100.0

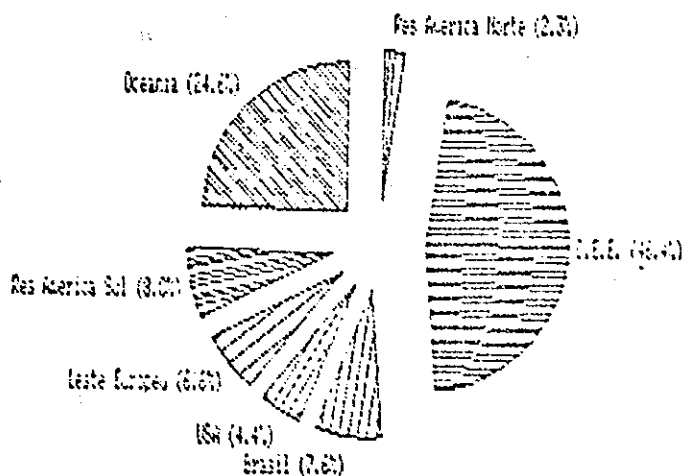
FONTE: USDA.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.
*Estimativa Preliminar.

GRÁFICO 7
CARNE BOVINA - PARTICIPAÇÃO % DOS PRINCIPAIS PAÍSES IMPORTADORES - 1987



FONTE: USDA.
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC.

GRÁFICO 8
CARNE BOVINA - PARTICIPAÇÃO % DOS PRINCIPAIS PAÍSES EXPORTADORES - 1987



FONTE: USDA.
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC.

O contingenciamento das exportações impediu o livre escoamento dos excedentes internos oriundos da retração do consumo. O tabelamento dos cortes de dianteiro, causando a distorção dos custos de espostejamento e sobras dos cortes de traseiro, determinou uma comercialização muito lenta, com os diferentes segmentos do mercado operando quase o ano todo, sem sustentação nas vendas.

Na entressafra o mercado permaneceu abastecido pela influência do nível das exportações baixo e pelos estoques oficiais altos. No caso particular de Santa Catarina, cuja produção é insuficiente para abastecer o mercado estadual, se processaram importações dos estados vizinhos a níveis historicamente inferiores. Isto está sendo possível devido ao crescimento da produção através das pastagens cultivadas de inverno e dos confinamentos.

TABELA 4
CARNE BOVINA - BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA BRASILEIRO E CATARINENSE-1985-88

COMPORTAMENTO	(Mil t)							
	BRASIL				SANTA CATARINA			
	85	86	87	88(*)	85	86	87	88 (*)
Estoque inicial	20	15	20	50			4	4
Produção	2223	1871	2250	2300	53	59	62	65
Importação	50	407	130	70	13.2	3	10	7
Suprimento Interno	2293	2293	2400	2420	66.2	62	76	76
Exportação	487	348	350	350				
Consumo Interno	1791	1925	2000	2000	66.2	62	72	72
Estoque Final	15	20	50	70			4	4
Cons.Per Capita/kg	14.5	15.3	14.4		16.1	18.3	17	

FONTE: IBGE, CFP, Instituto CEPA/SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

*Estimativa.

4. AS INDÚSTRIAS OPERARAM COM OCIOSIDADE À MARGEM DO CRESCIMENTO DOS ABATES NÃO INSPECIONADOS

O volume de animais abatidos no país foi estimado entre 10,6 e 11,2 milhões de cabeças, contra o volume de 8,8 a 9,3 milhões de cabeças constatado em 1986. O crescimento previsto de 20,4% não representou uma expansão, mas, sim, um retorno aos níveis de 1985. É consenso que, do total abatido no país, apenas 35% sofre controle oficial. Como nas demais carnes há indícios

de expansão dos abates ditos não inspecionados. Tal procedimento se explica por permitir custos de processamento mais baixos e intensa sonegação de impostos.

O desempenho dos abates em Santa Catarina mantiveram a tendência de expansão observada nos anos recentes, pois o aumento da oferta regional de bois para abate tem permitido o melhor aproveitamento da capacidade industrial instalada. Parte do crescimento, avaliada em 10,9% em 87, foi preenchida pelas indústrias que também processam suínos e por uma unidade que se encontrava com suas atividades paralisadas. Apesar do crescimento observado nos abates sob inspeção federal, ainda é significativa a participação dos pequenos e médios abatedouros não controlados oficialmente, fazendo com que as indústrias organizadas operem com capacidade ociosa.

TABELA 5
BOVINOS DE CORTE - ABATES TOTAIS MENSAIS E
VARIACAO % - SC - 1984-87.

(Mil Cab.)					
MES	1984	1985	1986	1987	Var %
			(a)	(b)	(b/a)
JAN	26.9	21.9	26.1	21.8	-16.5
FEV	23.8	20.1	23.9	24.6	2.9
MAR	25.8	23.5	25.4	27.5	8.3
ABR	26.8	23.6	27.2	28.4	4.4
MAI	27.0	24.9	24.4	27.9	14.3
JUN	20.6	21.7	23.0	25.7	11.7
JUL	17.9	20.0	21.1	25.0	18.5
AGO	18.3	19.4	23.3	24.3	4.3
SET	18.2	22.0	22.1	25.2	14.0
OUT	18.3	26.0	22.6	25.6	13.3
NOV	21.0	26.2	23.1	30.2	30.7
DEZ	23.5	24.0	22.9	29.9	30.6
TOT.	268.1	273.3	285.1	316.1	10.9

FONTE: MA/SERPA-SC, Instituto CEPA/SC.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

GRÁFICO 9
BOVINOS DE CORTE - COMPOSIÇÃO DOS ABATES DE BOVINOS
INSPECIONADO, SEM INSPEÇÃO E AUTOCONSUMO - SANTA
CATARINA - 1986

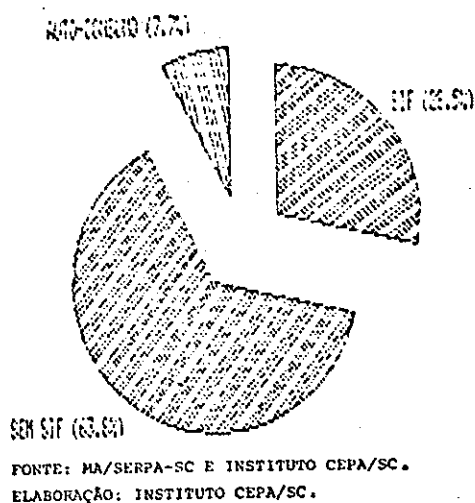
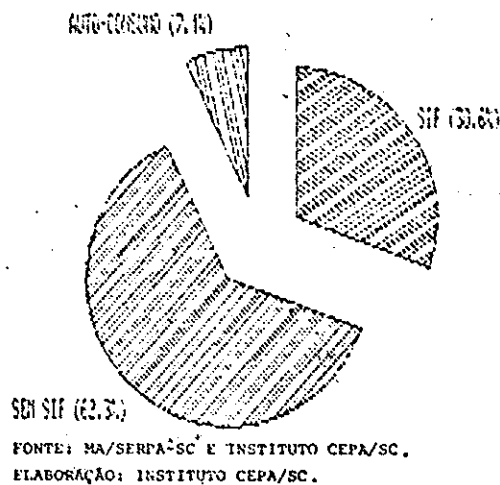


GRÁFICO 10
BOVINOS DE CORTE - COMPOSIÇÃO DOS ABATES DE BOVINOS
INSPECIONADO, SEM INSPEÇÃO E AUTOCONSUMO - SANTA CA
TARINA - 1987



5. OS PREÇOS FORAM OS MAIS BAIXOS

A oferta de carnes acima das expectativas, o abastecimento se processando tranqüilamente, os efeitos da política recessiva e de controle da inflação sobre a carne bovina, o contingenciamento das exportações e o controle dos preços da carne no varejo contribuíram para que os preços do boi gordo perdessem o impulso obtido em 1986. Por outro lado, a desova dos estoques oficiais nos principais centros consumidores do país contribuiu para a instabilidade dos preços recebidos pelos criadores. Além disso, o crescimento da carga tributária se refletiu no panorama geral dos preços do boi.

Os movimentos para cima nos preços recebidos pelos produtores foram no sentido de repassar custos, influenciados pela liberação de guias de exportação, pelos efeitos das compras oficiais e pelos reflexos do aumento de participação dos pequenos abatedouros no mercado, adquirindo o produto a uma cotação mais alta. Os períodos de aquecimento nominal dos preços não tiveram sustentação, pois houve sobras do produto em todos os segmentos do mercado, com os negócios sendo fechados de forma lenta e truncada, sempre dentro de uma expectativa de aumento dos excedentes internos. De forma mais consistente, os preços apresentaram uma recuperação significativa quando houve a suspensão da desova dos estoques oficiais e a liberação de novas cotas de ex-

portação. Este pequeno pique, ao final de outubro e durante o mês de novembro, expressou uma recomposição dos estoques das indústrias e dos varejistas, com a finalidade de fazerem frente às vendas de final de ano. Esta pequena euforia não persistiu, em razão do reinício da safra e da nova desova dos estoques oficiais.

O cenário dos preços recebidos pelos criadores, em 1987, medido em termos reais, configura-se como um dos mais baixos da década de 80, já que supera os picos precedentes. Este foi agravado porque houve incremento da produção sem correspondente demanda, via mercado interno ou externo. Nesse sentido, funcionou a política econômica de restrição às exportações para impedir o desabastecimento e de controle dos preços da carne devido aos seus efeitos sobre os processos inflacionários. A política cambial, ao encarecer os fatores e insumos dependentes de importação, tornou a situação mais preocupante. Os preços reais apresentaram uma tendência de recuperação em outubro e novembro, perdida com a entrada da safra e recrudescimento da inflação.

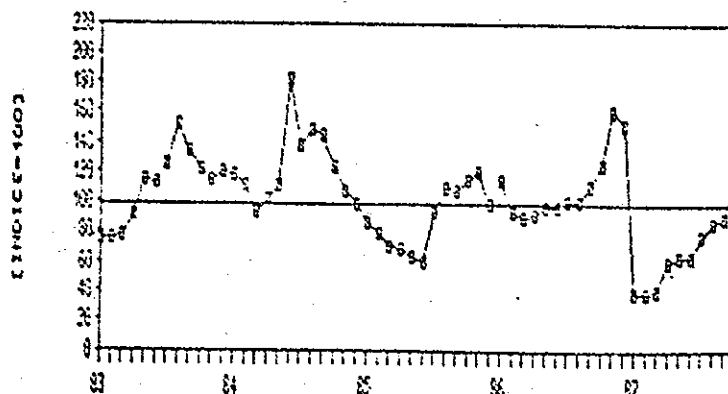
TABELA 6
BOVINOS DE CORTE - PREÇOS MEDIOS MENSAIS CORRENTES E REAIS(*) RECEBIDOS
PELOS BOVINOCULTORES DE SC - 1983-87.

ANO	83		84		85		86		87	
	Corr	Real	Corr	Real	Corr	Real	Corr	Real	Corr	Real
Jan	0.14	27.80	0.68	43.12	1.67	31.89	7.67	41.79	14.10	48.94
Fev	0.15	27.97	0.72	40.50	1.67	28.94	7.67	34.15	14.10	42.89
Mar	0.17	28.28	0.67	34.27	1.67	25.68	7.37	33.10	15.00	39.68
Abr	0.22	33.66	0.80	37.73	1.74	24.88	7.48	33.79	21.67	47.73
Mai	0.29	41.72	0.94	40.51	1.74	23.09	7.83	35.25	23.34	40.30
Jun	0.32	41.04	1.67	66.22	1.80	22.21	7.87	35.25	23.34	32.01
Jul	0.40	45.70	1.40	50.32	3.00	33.99	8.34	37.12	28.34	35.56
Ago	0.53	55.30	1.67	54.26	4.00	39.75	8.44	37.07	31.67	38.02
Set	0.53	49.03	1.80	52.93	4.34	39.48	9.34	40.58	33.00	36.68
Out	0.55	44.67	1.74	45.32	5.00	41.75	10.67	45.72	41.66	41.66
Nov	0.56	41.94	1.67	39.70	6.00	43.59	14.00	58.56	38.34	33.50
Dez	0.63	43.87	1.67	35.91	5.60	35.94	14.30	55.61	36.70	27.67

FONTE: Instituto CEPA/SC.

(*) Deflacionado pelo IGP - (Col 2 - Revista Conjuntura Econômica).

GRÁFICO 11
BOVINOS DE CORTE - ÍNDICE DE PREÇOS REAIS DE OUT/87(*)
SANTA CATARINA - 1983-87



ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC.

4.3. BOVINOS DE LEITE

1. CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE

A produção mundial de leite, em 1985, atingiu 458,6 bilhões de quilos. Esta produção se distribui por todo o mundo, mas com especial destaque entre a Europa e a América do Norte, que, juntas, representam cerca de 60% do total mundial.

O Brasil, apesar de ter o segundo rebanho bovino, que representa cerca de 10% do mundial, em 1985 se colocou apenas como décimo produtor de leite, com uma produção equivalente a apenas 2,3% do total da produção mundial. Isto se deve fundamentalmente à baixa produtividade do rebanho "leiteiro", além de um elevado número de animais improdutivos.

Segundo o Anuário Estatístico do Brasil de 1986, em 1985 se destacaram como maiores produtores nacionais os seguintes estados: Minas Gerais, com 30,4% da produção nacional, São Paulo, com 14,7%, Rio Grande do Sul, com 9,3%, Goiás, com 8,7% e Paraná, com 8,1%. Santa Catarina produziu naquele ano 4,6% do total do país e se colocou como 7º produtor nacional de leite.

O estado de Santa Catarina, segundo o Censo Agropecuário de 1980, possuía naquele ano um rebanho bovino de 2.615.600 cabeças. Pelos dados da Sinopse Preliminar do Censo de 1985, este rebanho atingiu 2.734.900 cabeças, um crescimento de 4,6% nestes cinco anos, bastante inferior ao crescimento de 17% verificado no período de 1975 a 1980.

Considerando os dados de 1980, 52,9% do rebanho destinava-se para corte, 37,8% para leite e os restantes 9,3% para produção de carne e leite, para animais de trabalho e para finalidade ignorada. Do total, 863.492 cabeças eram vacas (33%), das quais apenas 50% foram ordenhadas naquele ano.

Em relação aos grupos de cabeças de bovinos, a produção leiteira catarinense está concentrada principalmente em pro-

priedades com rebanhos de até 20 cabeças, caracterizando uma pequena produção por estabelecimento. Em 1980, estas propriedades responderam por 73% da produção total do estado. Atualmente, este talvez seja o principal fator a dar à atividade leiteira catarinense um forte caráter de produção para subsistência. Em vista disto, não obstante, segundo o Censo de 1980, a produção leiteira estadual envolvesse cerca de 156.000 produtores, apenas cerca de 30.000 efetivamente entregam parte do seu produto às indústrias e postos de resfriamento do estado.

Embora a produção leiteira esteja distribuída por todo o estado, destacam-se, em ordem decrescente de importância, as microrregiões Colonial do Oeste Catarinense, Colonial do Rio do Peixe, Colonial do Alto Itajaí, Colonial de Blumenau, Carbonífera e Campos de Curitibanos, que responderam, em 1985, por cerca de 71% da produção estadual.

2. PRODUÇÃO

Segundo o Anuário de Produção da FAO, em 1985 foram produzidos no mundo cerca de 458 bilhões de quilos de leite. Embora não se disponha de estatísticas mais atuais, o que se sabe preliminarmente é que a produção mundial continua apresentando incrementos. Isto, de certa forma, constitui surpresa, já que, dos países produtores, alguns dos mais importantes, em função dos elevados estoques de manteiga e leite em pó, decidiram implantar uma política de redução da produção. O que tem ocorrido, no entanto, é que, apesar dessa política, a produção continua evoluindo.

A produção mundial de leite, embora distribuída em praticamente todos os países, está grandemente concentrada em poucos destes.

TABELA 1

LEITE - PRODUÇÃO MUNDIAL, MAIORES PAÍSES PRODUTORES E PARTICIPAÇÃO % - 1984-85

PAÍS	1984		1985	
	Produção (1.000 t)	Partic. (%)	Produção (1.000 t)	Partic. (%)
URSS	97.400	21,50	97.765	21,34
USA	61.734	13,63	64.954	14,18
França	33.918	7,49	33.000	7,20
Alemanha Oc.	26.151	5,77	26.675	5,82
Índia	17.100	3,78	18.500	4,04
Polônia	16.744	3,70	16.300	3,56
Reino Unido	16.200	3,58	16.250	3,55
Holanda	12.782	2,82	12.559	2,74
Itália	10.910	2,41	11.000	2,40
Brasil	10.117	2,23	10.722	2,34
SUBTOTAL	303.056	66,92	307.725	67,18
TOTAL MUNDIAL	452.866	100,00	458.023	100,00

FONTE: Anuário FAO de Producción - 1985.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 2

LEITE - VACAS ORDENHADAS, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MUNDIAIS - 1980-85

ANO	VACAS ORDENHADAS (1.000 cab.)	PRODUÇÃO (milhões de kg)	RENDIMENTO (kg/vaca ord/ano)
1980	222.599	427.930	1.922
1981	222.787	428.062	1.921
1982	216.422	432.892	2.000
1983	223.045	452.570	2.029
1984	222.307	452.866	2.037
1985	222.423	458.023	2.059

FONTE: Anuário FAO de Producción de 1982, 1983, 1984 e 1985.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Quanto à produção nacional, esta se tem mantido praticamente estabilizada nos últimos anos. Portanto, embora não se disponha das estatísticas referentes a 1986 e 1987, é possível

adiantar que em função dos sérios problemas de preços que a atividade atravessou em 1986 e pela melhora que houve em 1987, a produção neste segundo ano deve ter ficado ligeiramente acima da do primeiro, que, por sua vez, deve ter ficado próximo aos níveis alcançados em 1985 (tabela 3).

No que diz respeito à produtividade do rebanho nacional, é importante observar as estatísticas com alguns cuidados. Pela tabela abaixo, nota-se que em anos de Censo - no caso, 1980 - o número de vacas ordenhadas é sensivelmente inferior aos outros anos, o que só pode ser explicado por diferenças de metodologia que acabam prejudicando a confiabilidade dos dados.

TABELA 3

LEITE - VACAS ORDENHADAS, PRODUÇÃO E RENDIMENTO - BRASIL - 1980-85

ANO	VACAS ORDENHADAS (nº de cabeças)	PRODUÇÃO (1.000 l)	RENDIMENTO (l/vacas ord/ano)
1980	12.411.206	11.596.276	934
1981	16.401.672	11.323.967	686
1982	16.386.690	11.461.215	699
1983	16.276.361	11.463.018	704
1984	16.742.910	11.932.908	712
1985	-	12.078.399	-

FONTE: Fundação IBGE - Censo Agropecuário de 1980 e Anuário Estatístico do Brasil de 1984, 1985 e 1986.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Em termos estaduais, destacam-se os estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Goiás e Paraná, os quais responderam, em 1985, por 71% da produção nacional.

TABELA 4

LEITE - PRODUÇÃO NACIONAL, SEGUNDO OS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES - 1975-1985

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	(mil litros)		
	1975	1980	1985
Minas Gerais	2.740.633	3.420.514	3.667.490
São Paulo	1.468.041	1.723.610	1.781.004
Rio Grande Sul	943.461	1.325.945	1.129.134
Goiás	506.805	963.626	1.052.533
Paraná	518.606	822.292	979.564
Bahia	383.096	534.746	666.718
Santa Catarina	408.837	534.148	559.104
Rio de Janeiro	362.816	452.435	378.593
SUBTOTAL	7.333.295	9.777.317	10.214.140
Outras Unidades	1.180.488	1.818.959	1.864.259
TOTAL DO PAÍS	8.513.783	11.596.276	12.078.399

FONTE: Fundação IBGE - Censo Agropecuário do Brasil - 1975 e 1980 e Anuário Estatístico do Brasil - 1986.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Em termos estaduais, a exemplo do que tem ocorrido a nível nacional, a produção, embora tenha apresentado alguma tendência de crescimento, este tem sido bastante discreto, ocorrendo mais em função do crescimento do rebanho do que por ganhos expressivos de produtividade. Não fosse uma atividade marginal e não fosse sua importância de subsistência para a maioria das propriedades, muito provavelmente, em função do contínuo desestímulo de preços, a produção leiteira estadual estaria decrescendo.

TABELA 5

LEITE - VACAS ORDENHADAS, PRODUÇÃO E RENDIMENTO - SANTA CATARINA - 1980-85

ANO	VACAS ORDENHADAS (nº cab.)	PRODUÇÃO (1.000 l)	RENDIMENTO (l/vaca ord/ano)
1980	433.586	534.157	1.232
1981	516.112	517.720	1.003
1982	510.059	510.959	1.001
1983	477.627	518.748	1.088
1984	486.658	540.383	1.110
1985	502.056	559.104	1.144

FONTE: Fundação IBGE - Censo Agropecuário de 1980 e Produção Pecuária Municipal 1981-85.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Para os anos de 1986 e 1987, a produção catarinense não deve ter apresentado grandes variações em relação à do ano de 1985. O que tem ocorrido é alguma redução na produção de algumas microrregiões, enquanto outras apresentam incrementos que permitem que a produção estadual continue crescendo.

TABELA 6

LEITE - PRODUÇÃO ESTADUAL, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES DO ESTADO - 1980 e 1985

MICRORREGIÃO	1980			1985		
	Vacas Ordenhadas (nº cab.)	Produção (mil litros)	Rendimento (ℓ/vaca/ano)	Vacas Ordenhadas (nº cab.)	Produção (mil litros)	Rendimento (ℓ/vaca/ano)
Colonial de Joinville	19.693	28.076	1.426	18.809	23.907	1.271
Litoral de Itajaí	3.690	4.355	1.180	3.585	4.123	1.150
Colonial de Blumenau	42.270	60.694	1.436	43.635	53.661	1.230
Colonial Itajaí do Norte	16.393	20.496	1.250	16.620	22.055	1.327
Colonial do Alto Itajaí	42.473	57.721	1.359	45.096	59.825	1.327
Florianópolis	7.946	9.194	1.157	11.100	14.353	1.293
Colonial Serrana Catarinense	16.153	16.079	995	23.359	25.771	1.103
Litoral de Laguna	2.725	2.167	795	3.786	3.008	794
Carbonífera	30.535	35.247	1.154	33.180	34.651	1.044
Litoral Sul Catarinense	9.226	9.300	1.008	10.104	8.911	882
Colonial Sul Catarinense	9.376	11.172	1.192	8.028	7.791	971
Campos de Lages	35.063	26.842	766	34.310	23.240	677
Campos de Curitiba	23.017	19.337	840	31.815	29.042	913
Colonial do Rio do Peixe	58.017	80.103	1.381	73.556	103.039	1.401
Colonial do Oeste Catarinense	98.317	131.270	1.335	119.427	117.835	987
Planalto de Canoinhas	18.692	22.096	1.182	25.646	27.893	1.088
TOTAL DO ESTADO	433.586	534.149	1.232	502.056	559.104	1.144

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário de 1980 e Produção Pecuária Municipal de 1985.

Em relação à tabela anterior, é importante voltar a fazer a ressalva sobre a diferença de metodologia de obtenção de informações de 1980 (censo) para 1985 (estatísticas subjetivas). Portanto, quando da divulgação dos resultados do Censo de 1985, é provável que os números se apresentem sensivelmente diferentes dos divulgados atualmente.

3. MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO

A política de preços tem representado para o setor leiteiro uma das principais dificuldades. Como se sabe, o governo tem uma forte participação no estabelecimento dos preços de praticamente todos os segmentos do mercado. Essa política tem sido utilizada mais em função dos índices inflacionários do que propriamente como instrumento de estímulo ao segmento produtivo.

Em vista disso, o ano de 1986 foi marcado por profundas dificuldades para o setor produtivo, que atravessou uma das épocas mais difíceis de que se tem conhecimento. O preço em 1986 foi reajustado apenas uma vez no mês de julho - retroativo a junho - em 30%, vigorando por todo o ano um preço bastante aquém dos custos de produção.

O ano de 1987, ao contrário, pode ser caracterizado como um bom ano para os produtores. Enquanto, no decorrer do ano, o reajuste acumulado aos produtores atingiu 506%, a inflação ficou próxima dos 369% - estimando-se uma inflação de 15% para o mês de dezembro.

TABELA 7
LEITE - PREÇOS MENSIS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE SC - 1985-87

MÊS	Cz\$/litro posto na plataforma das usinas ⁽¹⁾					
	PREÇO CORRENTE NO DIA 30 DO MÊS			PREÇO DE NOV/87 ⁽²⁾		
	1985	1986	1987	1985	1986	1987
Janeiro	0,52	1,78	3,50	11,36	11,12	13,91
Fevereiro	0,52	1,78	3,50	10,32	9,07	12,19
Março	0,71	1,78	3,50	12,53	9,15	10,60
Abril	0,71	1,78	5,72	11,69	9,20	14,42
Mai	0,71	1,78	5,72	10,84	9,17	11,30
Junho	0,71	2,31	10,15	10,06	11,84	15,94
Julho	1,00	2,31	10,15	12,97	11,77	14,58
Agosto	1,00	2,31	10,15	11,38	11,61	13,95
Setembro	1,00	2,31	10,15	10,42	11,49	12,91
Outubro	1,36	2,31	11,70	12,95	11,33	13,39
Novembro	1,55	2,31	12,50	12,92	11,06	12,50
Dezembro	1,78	2,31	14,00	13,10	10,28	11,90

FONTE: SUNAB.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Preço que vigorava no dia 30 de cada mês.

(2) Utilizou-se o IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas (vol 2) da Revista Conj. Econ.

Esta situação de adversidade para o segmento produtivo fica perfeitamente caracterizada pela tabela abaixo. O volume de leite recebido pelas indústrias brasileiras atingiu, em 1986, um dos menores níveis dos últimos anos. Embora isto já fosse uma tendência desde 1985, a situação de 1986 contribuiu para agravar ainda mais o quadro já negativo.

TABELA 8

LEITE - VOLUME RECEBIDO PELAS INDÚSTRIAS BRASILEIRAS E VARIAÇÃO % - 1977-87

ANO	VOLUME RECEBIDO (1.000 litros)	VARIAÇÃO (%)
1977	7.064.806	-
1978	8.118.078	14,9
1979	7.556.538	(-) 6,92
1980	7.728.338	2,27
1981	8.400.312	8,69
1982	8.126.315	(-) 3,26
1983	8.585.316	5,65
1984	8.844.972	3,02
1985	7.916.429	(-) 10,5
1986	7.644.740	(-) 3,43
1986 (1)	5.000.000	-
1987 (1)	6.200.000	19,4

FONTE: Fundação IBGE - Pesquisa Mensal de Leite.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Situação até o mês de agosto.

Em Santa Catarina, apesar dos problemas de preços e por se tratar de uma atividade em fase de expansão, com o surgimento de indústrias relativamente novas e com a comercialização por parte de um número cada vez maior de produtores, o volume recebido pelas indústrias do estado vem crescendo ano a ano.

TABELA 9

LEITE - VOLUME RECEBIDO PELAS INDÚSTRIAS CATARINENSES SOB INSPEÇÃO FEDERAL E ÍNDICE DE CRESCIMENTO - 1980-87

ANO	QUANTIDADE (1.000 litros)	ÍNDICE
1980	83.644,0	100
1981	87.644,0	105
1982	96.249,1	115
1983	101.464,0	121
1984	106.084,1	127
1985	131.724,2	157
1986	160.075,5	191
1987	176.083,1 (1)	211

FONTE: MA/SERPA-SC.

(1) Estimativa: Instituto CEPA/SC.

O leite catarinense destinado às indústrias ainda poderá sofrer um substancial crescimento, seja pela melhoria da

produtividade do rebanho de produtores que tradicionalmente comercializam leite, seja pela melhor exploração em bacias leiteiras já existentes no estado, seja, finalmente, pela expansão da atividade em regiões em que a produção e a comercialização do produto ainda podem ser incrementadas.

4. ABASTECIMENTO E CONSUMO

No Brasil, as informações sobre o consumo de leite em suas várias formas são bastante escassas. Normalmente, para se ter uma idéia aproximada do que é consumido, utiliza-se como indicador a disponibilidade per capita do produto a partir da oferta total.

TABELA 10

LEITE - PRODUÇÃO LEITEIRA, POPULAÇÃO E DISPONIBILIDADE TEÓRICA POR HABITANTE/ANO - BRASIL - 1980-85

ANO	PRODUÇÃO (1.000 litros)	POPULAÇÃO (1.000 hab/ano)	DISPON. TEÓRICA (litros/hab/ano)
1980	11.596.276	119.003	97
1981	11.323.967	124.068	91
1982	11.461.215	126.898	90
1983	11.463.018	129.766	88
1984	11.932.908	132.659	90
1985	12.078.399	135.564	89

FONTE: Fundação IBGE - Censo Agropecuário de 1980 e Anuário Estatístico do Brasil 1984-86.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Outra fonte bastante utilizada é o Estudo Nacional de Despesa Familiar, realizado pela Fundação IBGE em 1974/75. Ainda que o objetivo, por mostrar o consumo efetivamente realizado, dificilmente poderá servir de referencial para a situação atual, em função das transformações por que passou a sociedade de lá para cá, tanto em termos de distribuição espacial, quanto em termos de poder aquisitivo e de hábito alimentar.

TABELA 11

LEITE - CONSUMO ESTIMADO, PER CAPITA/ANO, SOB TODAS AS FORMAS, POR REGIÃO E CLASSE DE DESPESA

1974 E 1975

CLASSE DE DESPESA	(em quilograma)						
	R E G I Ã O						
	I (RJ)	II (SP)	III (RS, PR, SC)	IV (MG)	V (NE)	VI (DF)	VII (N, CO)
Até 1	15,580	10,140	20,313	12,461	18,490	14,624	5,663
Entre 1 e 2	24,733	32,225	40,074	36,383	36,798	24,243	10,798
Entre 2 e 3,5	36,466	49,203	70,213	49,150	58,657	43,034	21,846
Entre 3,5 e 5	54,270	64,769	89,880	72,411	73,666	59,711	28,748
Entre 5 e 7	65,150	77,551	119,963	84,536	84,453	68,817	38,606
Entre 7 e 10	86,979	96,073	134,313	101,527	91,824	94,633	55,478
Entre 10 e 15	122,123	121,050	150,353	135,211	151,648	123,721	84,647
Entre 15 e 30	185,930	168,140	182,112	209,696	169,368	171,771	141,969
Mais de 30	208,685	239,676	208,465	267,128	209,548	237,796	139,869
TOTAL	70,62	80,51	90,76	61,91	51,12	87,38	17,62

FONTE: USP - Instituto de Pesquisas Econômicas.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Uma forma que parece ser bastante razoável para se conhecer o consumo, é relacionar o volume recebido pelas indústrias brasileiras com a população urbana. A desconsideração da população rural deve-se ao fato de que, a nível nacional, é praticamente inexpressiva sua participação na aquisição do produto industrializado.

TABELA 12

LEITE - VOLUME RECEBIDO PELAS INDÚSTRIAS BRASILEIRAS, POPULAÇÃO URBANA E DISPONIBILIDADE TEÓRICA POR HABITANTE/ANO - BRASIL - 1980-86

ANO	VOLUME RECEBIDO (1.000 litros)	POPULAÇÃO URBANA (1.000 hab)	DISPON. TEÓRICA (litro/hab/ano)
1980	7.728.338	80.436	96
1981	8.400.312	85.165	99
1982	8.126.315	87.255	93
1983	8.585.316	90.033	95
1984	8.844.972	92.870	95
1985	7.916.429	95.473	83
1986	7.644.740	98.000 (1)	78

FONTE: Fundação IBGE - Pesquisa Mensal de Leite.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Estimativa: Instituto CEPA/SC.

Como se vê pelas tabelas anteriores, a produção brasileira está longe de permitir o atendimento do consumo mínimo recomendado pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, que é de 146 litros/ano. Um agravante nesta situação é que uma expressiva camada da população, em função de problemas de poder aquisitivo, sequer tem acesso ao consumo de leite. Ou seja, além de tudo, o consumo está concentrado na classe média, atualmente o consumidor de leite numericamente mais importante.

Em Santa Catarina, o consumo é seguramente maior do que o que se verifica a nível nacional. Isto fica bem caracterizado tanto pelo estudo do ENDEF (tabela 11) como pelo comparativo da oferta total com a população.

TABELA 13

LEITE - PRODUÇÃO DESTINADA AO CONSUMO HUMANO, POPULAÇÃO E DISPONIBILIDADE TEÓRICA POR HABITANTE/ANO - SANTA CATARINA - 1980-85

ANO	PROD. DESTINADA AO CONSUMO HUMANO (*) (1.000 litros)	POPULAÇÃO (*) (1.000 hab)	DISPON. TEÓRICA (litros/hab/ano)
1980	446.356	3.628	123
1981	413.208	3.670	113
1982	407.672	3.796	107
1983	423.029	3.870	109
1984	441.835	3.942	112
1985	467.736	4.013	117

FONTE: Fundação IBGE - Censo Agropecuário de 1980, Anuário Estatístico do Brasil de 1985 e 1986; GAPLAN - Projeção da População residente, total, urbana e rural segundo os municípios e microrregiões polarizadas do estado de Santa Catarina, 1980-90.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*) Estimativa.

Apesar disso, quando se utiliza o volume recebido pelas indústrias catarinenses em comparação com a população urbana catarinense, a disponibilidade teórica por habitante fica menor que a que se verifica a nível nacional. Isto se explica fundamentalmente pelo fato de que em Santa Catarina ainda existe um sensível volume de leite comercializado que não passa pelas indústrias.

TABELA 14

LEITE - VOLUME RECEBIDO PELAS INDÚSTRIAS CATARINENSES, POPULAÇÃO URBANA E DISPONIBILIDADE TEÓRICA POR HABITANTE/ANO - SANTA CATARINA 1980-86

ANO	VOLUME RECEBIDO (1.000 litros)	POPUL.URBANA (1.000 hab)	DISPON.TEÓRICA (litro/hab/ano)
1980	83.644,0	2.154,2	39
1981	87.644,0	2.250,7	39
1982	96.249,1	2.334,2	41
1983	101.464,0	2.415,9	42
1984	106.084,1	2.496,0	43
1985	131.724,2	2.574,3	51
1986	160.075,5	2.650,7	60
1987	176.083,1 (1)	2.725,2	64

FONTE: MA/SERPA-SC; Projeção da população residente, total, urbana e rural segundo os municípios e microrregiões polarizados do estado de Santa Catarina, 1980-90 - GAPLAN.

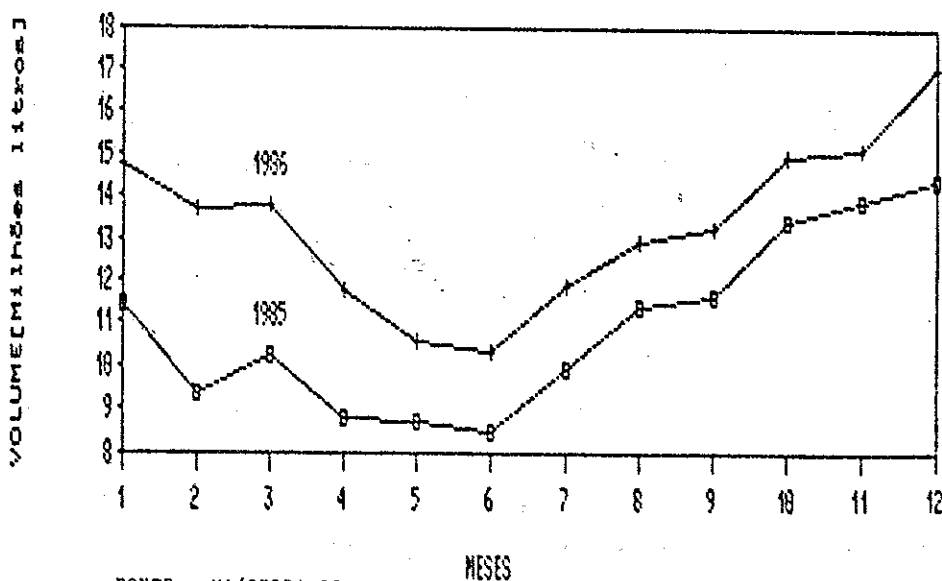
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Estimativa do Instituto CEPA/SC.

Não obstante essa baixa disponibilidade demonstrada na tabela acima, é importante observar que, em função da sazonalidade da produção (gráfico), em alguns meses do ano a oferta de leite recebido pelas indústrias ainda tem sido superior à demanda, enquanto em outros se tem recorrido à reidratação de leite em pó e à importação de leite para um atendimento mais razoável do mercado consumidor.

GRÁFICO 1

LEITE - VOLUME RECEBIDO PELAS INDÚSTRIAS CATARINENSES
(SIF) - 1985-86



FONTE: MA/SERPA-SC.

ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC.

TABELA 15

LEITE - VOLUME MENSAL RECEBIDO PELAS INDÚSTRIAS CATARINENSES -
1984-87

MÊS/ANO	1984	1985	1986	1987
Janeiro	9.946,7	11.447,2	14.736,5	16.773,7
Fevereiro	8.946,1	9.410,5	13.754,8	14.054,1
Março	8.772,6	10.230,7	13.834,0	14.116,7
Abril	7.215,5	8.787,2	11.827,4	12.046,3
Maiο	6.957,7	8.760,2	10.554,9	13.538,3
Junho	7.078,8	8.513,0	10.300,0(1)	11.558,3
Julho	8.096,3	9.904,6	11.847,8	11.797,1
Agosto	7.986,0	11.353,1	12.894,3	
Setembro	8.776,4	11.593,2	13.245,9	
Outubro	10.126,8	13.415,5	14.915,6	
Novembro	10.720,2	13.912,5	15.105,3	
Dezembro	11.461,0	14.396,6	17.059,0	
TOTAL	106.084,1	131.724,3	160.075,5	176.083,1(1)

FONTE: Instituto CEPA/SC e MA/DFA-SC-SERPA.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Estimativa Instituto CEPA/SC.

Outro agravante no abastecimento da população catari-nense é o fato de que a comercialização de leite para outros es-tados tem atingido níveis bastante significativos, substancial-mente superiores aos do leite reidratado para atender ao mercado interno.

TABELA 16

LEITE - VOLUME VENDIDO PARA OUTROS ESTADOS E VOLUME REIDRATADO
PARA ATENDER AO MERCADO INTERNO - 1984 A 1987 (1)

ANO	VOLUME VENDIDO PARA OUTROS ESTADOS (1.000 litros)	VOLUME REIDRATADO (1.000 litros)
1984	5.486,5	3.489,3
1985	19.590,2	2.307,6
1986	16.204,5	6.924,3
1987	15.310,5	6.430,7

FONTE: MA/DFA-SC-SERPA.

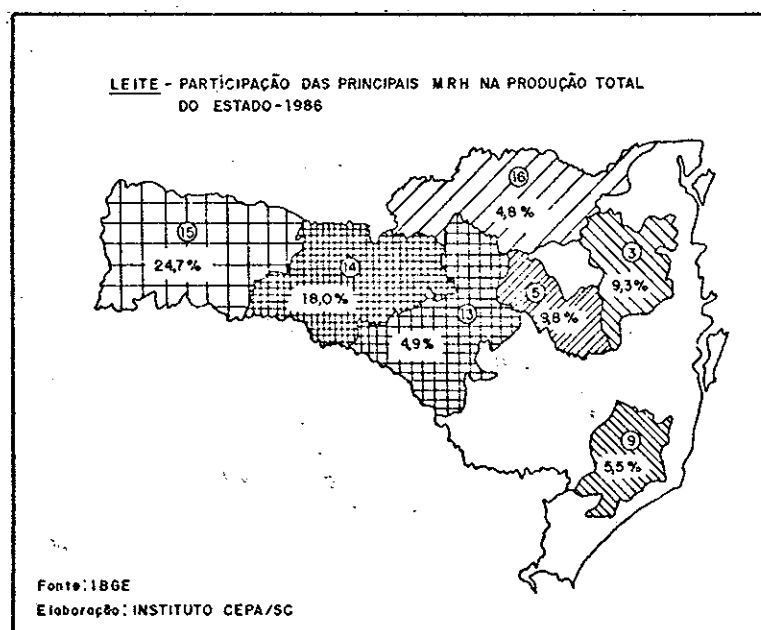
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Situação até o mês de julho.

5. PERSPECTIVAS PARA O ANO DE 1988

Para o ano que vem, ainda não existe nenhum tipo de definição para o setor leiteiro. No entanto, uma preocupação que já começa a ser levantada é em relação à política de preços a ser adotada pelo governo. Isto decorre do fato de que, em termos reais, o preço do leite, que em junho atingiu um dos maiores níveis dos últimos anos, apresentava agora ao final do ano uma nítida tendência de decréscimo, que, a continuar, poderá anular toda a recuperação alcançada pelo setor produtivo em 1987.

No que diz respeito ao abastecimento, seja pela recuperação no volume de leite recebido pelas indústrias, seja pela queda de demanda ou ainda pelos estoques de leite em pó, tanto do governo quanto da parte das indústrias, a expectativa é de que o mercado consumidor seja atendido sem maiores problemas, podendo-se, inclusive, evitar importações para atender a entressafra de 1988.



4.4. MEL DE ABELHA

1. CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE

A maior produção mundial de mel de abelha está localizada na União Soviética, seguida pela China, Estados Unidos e México. Pelas informações obtidas através do Anuário FAO de Produção de 1985, o Brasil destaca-se no cenário mundial como o 26º produtor. A atuação brasileira deverá melhorar com um aumento de produtividade.

Santa Catarina destaca-se a nível nacional como o primeiro produtor de mel de abelha, apresentando a maior densidade apícola do país e a melhor produtividade por área ocupada.

A exploração é feita em todo o estado, sendo que a maior concentração, por ordem de importância, está localizada nas microrregiões homogêneas Colonial Serrana Catarinense, Campos de Curitiba, Planalto de Canoinhas, Carbonífera, Colonial do Oeste Catarinense, Campos de Lages e Colonial do Alto Itajaí.

O trabalho apícola estadual ocupa cerca de 9.100 trabalhadores, sendo 1.800 amadores, 600 profissionais industriais e 6.700 profissionais que têm na apicultura uma atividade secundária - abrangendo cerca de 43.000 propriedades agrícolas, incluídas aquelas que se utilizam dos trabalhos de polinização.

2. PRODUÇÃO

As informações da FAO indicam, para o período de 1980 a 1985, uma produção mundial de mel de abelha crescendo anualmente à taxa de 4,15%, com tendência de evolução, nos próximos anos, a níveis um pouco inferiores aos constatados no período. Isto se deve aos seguintes fatores: países tradicionalmente produtores estão atingindo o ponto máximo de produção; países de potencial promissor, ao iniciarem a atividade, estão encontrando dificuldades em obter um mel de excelente qualidade (sabor, umidade, cor) devido à escassa vegetação disponível, e ao uso

indiscriminado de agrotóxicos nas lavouras e campos, o que prejudica sensivelmente a ação das abelhas na captação do néctar.

A estimativa da produção mundial de mel em 1985, conforme a mesma fonte (tabela 1) foi de 1.007.474 t, contra 980.347 t em 1984, representando um incremento de 2,77%. Os 10 países maiores produtores de mel, que representam 69,80% da produção mundial, são os seguintes, pela ordem: União Soviética (20,85%), China (17,21%), Estados Unidos (7,49%), México (5,96%), Canadá (4,07%), Argentina (3,97%), Turquia (3,57%), Austrália (2,45%), Etiópia (2,15%) e França (2,12%).

TABELA 1
MEL DE ABELHA - PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES - 1980-85

PAÍS	ANO	1980	1981	1982	1983	1984 (*)	1985 (*)
Angola		15.000	15.000	15.000	15.000	15.000	15.000
Rep. Centro Africana		6.000	6.500	6.600	6.700	6.800	6.900
Egito		7.242	8.679	9.725	11.107	11.200	11.300
Etiópia		20.500	21.000	21.000	21.300	21.400	21.600
Quênia		10.000	10.500	10.500	11.000	12.000	13.000
Tanzânia		9.500	10.000	10.500	11.000	11.500	12.000
Canadá		29.235	34.769	30.527	38.771	43.298	41.000
Cuba		7.397	8.897	10.100	10.212	12.000	12.000
México		65.245	70.557	60.000	68.000	67.095	60.000
Estados Unidos		84.400	84.335	104.300	93.000	75.000	75.000
Argentina		37.600	30.000	33.000	30.000	35.000	40.000
Brasil		7.000	7.500	6.057	6.873	7.500	7.500
Chile		6.000	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000
Uruguai		1.500	3.000	3.500	3.400	3.500	3.500
China		80.764	115.600	117.605	146.905	163.247	173.400
Japão		6.211	6.041	7.358	6.869	6.798	6.200
Turquia		25.170	30.041	34.030	33.178	35.620	36.000
Áustria		3.000	2.300	2.400	4.500	4.500	4.900
Bulgária		9.873	9.112	9.796	9.074	10.030	9.492
França		10.063	12.500	25.000	19.000	20.126	21.300
Alemanha Oriental		3.907	5.357	7.225	8.947	5.980	9.300
Alemanha Ocidental		11.000	14.000	18.400	19.000	16.300	9.000
Grécia		13.245	11.935	12.195	11.027	11.958	12.000
Hungria		13.624	14.593	16.950	15.619	14.048	14.800
Itália		4.000	7.500	7.600	7.700	7.876	8.100
Polônia		8.906	12.189	19.362	25.997	18.000	17.000
Romênia		14.421	13.807	16.048	14.794	15.382	15.400
Iugoslávia		5.695	5.704	5.339	6.627	5.612	6.200
Austrália		24.954	19.583	24.847	22.412	24.963	24.676
Nova Zelândia		7.489	6.931	7.000	5.053	5.818	10.000
URSS		183.000	187.000	186.000	210.000	193.000	210.000
Espanha		12.513	14.501	13.544	13.183	14.500	15.000
OUTROS		77.411	80.871	109.049	83.885	80.296	80.906
TOTAL		821.965	885.302	965.557	995.133	980.347	1.007.474

FONTE: FAO - Anuário FAO da Produção - volumes 36 (1982), 38 (1984) e 39 (1985).

ELABORAÇÃO: Instituto CEP/SC.

(*) Estimativa.

O Brasil apresenta condições de clima e de vegetação propícias à exploração apícola, com uma produção potencial em torno de 150.000 t/ano, desde que os recursos naturais e técnicos existentes sejam utilizados de forma racional - possibilitando, assim, floradas abundantes e também que se pratiquem adequadamente as formas de manejo, criando tecnologia e equipamentos que atendam às necessidades do apicultor e do subsetor.

Segundo dados da Federação Internacional das Associações de Apicultores - APIMONDIA, órgão que congrega todas as associações apícolas existentes nas várias regiões produtoras do mundo, a atividade apícola tem-se mostrado, nos últimos anos, bastante receptiva, aumentando consideravelmente o número de apicultores e, como consequência, o número de colméias. Isso porque a ação das abelhas é importante não só como produtora de mel, própolis, geléia real, cera, como, também, para fins industriais, seja na preparação de adesivos, polidores, impermeabilizadores de artefatos elétricos e cosméticos, seja para operar diretamente através do contato da abelha, exercendo o processo de polinização.

As informações da Confederação Brasileira de Apicultores - CBA, entidade que congrega 6 Federações Estaduais e 165 Associações Regionais de Apicultores, fornecem uma estimativa de produção brasileira de mel para 1987 de 38.000 t - computado o produto fiscalizado e o não fiscalizado, para um total de 2.280.000 colméias.

TABELA 2
MEL DE ABELHA - PRODUÇÃO BRASILEIRA E NÚMERO DE COLMÉIAS - 1980-88

ANO	PRODUÇÃO DE MEL (t)	Nº DE COLMÉIAS
1980	19.000	1.100.000
1981	20.000	1.340.000
1982	22.000	1.400.000
1983	24.000	1.600.000
1984	26.000	1.750.000
1985	28.000	1.900.000
1986	35.000	2.100.000
1987 (*)	38.000	2.250.000
1988 (*)	38.800	2.280.000

FONTE: CBA - Confederação Brasileira de Apicultores.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*) estimativas.

De acordo com dados da Fundação IBGE de 1985 - últimas informações disponíveis no Anuário Estatístico do Brasil de 1986 - computada principalmente a produção de mel inspecionado, foi registrada uma produção nacional de 12.570 t, destacando-se a Região Sul, com participação de 49%, seguida pela Região Norte, com 27%, sendo que a Região Sudeste contribuiu com 23%, ficando na terceira posição. A tabela 3 mostra a produção nacional de mel e cera de abelha, por região fisiográfica, segundo os dados oficiais do IBGE, enquanto a tabela 4 procura identificar o comportamento normal do mel e seus derivados inspecionados no estado, no período de 1980 a 1987.

TABELA 3
MEL E CERA - PRODUÇÃO BRASILEIRA POR REGIÃO 1980 - 85.

REGIÃO	(quilo)											
	1980		1981		1982		1983		1984		1985	
	Mel	Cera	Mel	Cera	Mel	Cera	Mel	Cera	Mel	Cera	Mel	Cera
Norte	12.678	904	26.975	-	29.947	820	39.773	315	46.808	427	46.101	156
Nordeste	259.457	24.023	2.001.094	252.268	2.033.637	298.425	1.336.950	309.256	2.513.798	369.975	3.389.807	438.329
Sudeste	562.290	16.479	837.135	49.909	934.560	58.062	1.505.867	72.227	2.227.345	96.213	2.878.232	127.879
Sul	2.116.013	66.042	3.427.348	202.748	3.050.611	204.975	3.941.041	236.865	5.774.244	288.684	6.162.981	379.533
Centro-Oeste	7.758	334	7.945	234	8.449	161	48.945	6.862	72.703	8.203	93.272	9.171
TOTAL	2.958.196	107.782	6.300.497	505.159	6.057.204	562.443	6.872.576	525.525	10.634.896	763.502	12.570.393	955.068

FONTE: Fundação IBGE - Anuário Estatístico do Brasil - 1981, 1983 e 1986.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 4
MEL DE ABELHA - PRODUÇÃO MENSAL DE MEL E DERIVADOS INSPECIONADOS - SANTA CATARINA - 1985-87

MÊS	(quilo)								
	1985			1986			1987		
	Mel	Cera	Composto de Açúcares	Mel	Cera	Composto de Açúcares	Mel	Cera	Composto de Açúcares
Janeiro	32.425	39	4.881	28.376	10.527	7.911	7.272	-	3.675
Fevereiro	45.309	1.625	7.495	28.996	148	-	12.748	2.000	-
Março	30.874	16.250	3.577	72.477	580	-	70.923	7.038	-
Abril	44.124	17.000	4.002	69.330	-	7.743	29.605	-	4.358
Maio	27.897	-	7.829	63.950	-	5.436	10.547	-	2.533
Junho	72.627	10.000	5.384	41.695	-	2.765	5.670	-	1.338
Julho	44.585	-	4.381	25.850	-	-	205.144	205.144	1.795
Agosto	20.779	-	7.755	23.178	-	-
Setembro	29.005	-	5.284	24.739	-	1.785
Outubro	21.685	-	4.343	88.279	145	2.742
Novembro	20.831	-	320	49.808	148	936
Dezembro	12.586	-	1.242	59.151	-	22
TOTAL	402.727	44.914	56.493	575.820	11.548	29.340	-	-	-

FONTE: DFA - Serviço de Inspeção do Produto Animal.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Segundo informações do Instituto de Apicultura de Santa Catarina, a produção estadual de mel de abelha, em 1987, foi de 6.900 t, contra 6.500 t verificadas em 1986, mostrando uma evolução no ano de 13%.

TABELA 5

MEL DE ABELHA - PRODUÇÃO CATARINENSE - 1980-88

(t)	
ANO	PRODUÇÃO
1980	4.500
1981	4.500
1982	3.600
1983	4.200
1984	4.500
1985	4.500
1986	6.500
1987	6.900
1988 (*)	7.800

FONTE: Instituto de Apicultura de Santa Catarina.

(*) Estimativa.

Cabe salientar que, embora tenha havido um crescimento em 1987, verificou-se a ocorrência de fatores climáticos - excesso de chuvas durante o período de maior florada e frio excessivo - em época imprópria, não propiciando condições favoráveis ao perfeito desempenho da atividade.

Ao analisar os dados de produção de 1980 a 1987 (tabela 5), verifica-se que a mesma cresceu à taxa anual de 6,30%, tendo como principais responsáveis as seguintes variáveis: aumento do índice de profissionalização do apicultor; instalação de novos apiários por novos apicultores; ampliação do número de colméias pelos antigos apicultores; introdução de Programas de Incentivos, possibilitando a entrada de novos apicultores; melhoria da produtividade, em função do aproveitamento da flora existente, através do desenvolvimento e uso de tecnologias para a atividade.

3. MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO

O mercado mundial de mel de abelha, de acordo com informações da FAO, mostrou-se bastante receptivo para as quantidades exportadas no período de 1980 a 1984, baixando sensivelmente sua quantidade exportada em 1985, comportando-se, no pe-

riodo de 1980 a 1985, com taxas anuais de crescimento de 5,24%, sendo que as quantidades médias vendidas nesse período foram de 250.650 t.

Os valores das transações, no mesmo período, têm mostrado variações bastante acentuadas, ascendentes no período de 1980 a 1983, decrescente nos anos seguintes. Diante do quadro mostrado através da tabela 6, observa-se uma forte tendência para que os preços do mel de abelha no mercado mundial continuem declinantes, uma vez que as quantidades ofertadas nesses mesmos mercados ainda se apresentam crescentes, puxando os preços para baixo.

Nas importações, os países que mais adquiriram mel de abelha de 1980 a 1985, por ordem de produto adquirido, foram a Alemanha Ocidental, os Estados Unidos, o Japão, o Reino Unido e a Itália. Em 1985, esses países compraram 74% do volume total de mel vendido pelos países produtores.

A tendência do mercado de mel é que os países importadores devam manter um comportamento regular no contexto mundial, com os países da Europa conservando ou até diminuindo suas quotas de compra. Entretanto, mercados como o da Alemanha Ocidental, da Espanha, da Hungria e da Iugoslávia deixam evidente que deverão continuar ainda mais compradores, devido ao aumento do consumo interno e em função de estarem chegando ao ponto máximo de produção; para o mercado do Japão e dos Estados Unidos, há fortes tendências de continuarem aumentando consideravelmente suas quotas de compras.

Os dados da tabela 7 evidenciam um aumento nos volumes de compras de mel de abelha no mercado mundial, no período de 1980 a 1985 - em 1980 foram compradas 196.456 t, passando em 1985 para 275.657 t, identificando um aumento anual de 7%.

TABELA 6
 MEL DE ABELHA - QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS - 1980-85

PAIS	1980		1981		1982		1983		1984		1985	
	Quant. (t)	Valor (US\$ 1000)	Quant. (t)	Valor (US\$ 1000)	Quant. (t)	Valor (US\$ 1000)	Quant. (t)	Valor (US\$ 1000)	Quant. (t)	Valor (US\$ 1000)	Quant. (t)	Valor (US\$ 1000)
Canadá	10.894	13.678	8.250	10.865	9.786	12.325	9.538	11.696	18.874	19.721	17.315	16.821
Honduras	1.065	792	977	688	1.191	951	694	576	800	600	600	420
México	39.402	31.840	46.611	33.515	40.024	24.061	59.400	44.555	54.040	35.780	43.048	27.512
USA	3.932	6.661	4.236	7.244	3.947	6.451	3.449	5.938	2.942	5.420	3.039	4.220
Argentina	19.638	19.345	28.105	26.711	29.873	26.838	29.237	25.315	26.449	20.218	38.000	26.000
Chile	1.498	939	889	800	1.088	1.000	2.737	2.200	1.427	1.000	2.450	1.500
Uruguai	1.617	1.611	2.775	2.293	2.544	2.282	1.636	1.470	1.730	1.288	2.000	1.500
Uruguai	49.296	50.150	60.205	55.200	66.526	53.768	53.202	44.004	37.891	29.313	44.054	30.110
China	340	943	643	1.750	1.279	1.750	1.861	3.528	1.735	3.259	900	1.500
Turquia	42	168	96	301	91	269	249	506	397	690	297	585
Austria	3.846	5.600	3.894	5.100	4.573	6.000	4.515	5.900	5.854	6.100	6.272	6.300
Bulgária	850	1.523	980	1.594	970	1.549	1.700	2.520	5.223	6.300	3.000	3.388
Tchecoslováquia	8.296	16.361	12.986	20.321	12.960	19.733	9.109	15.360	10.378	15.011	13.908	18.875
Alemanha Oc.	1.186	2.974	854	1.898	1.184	2.525	1.118	2.091	1.376	2.299	1.438	2.701
Reino Unido	109	299	276	934	324	980	1.104	1.655	1.694	1.805	2.169	2.433
Yugoslávia	11.427	12.891	8.196	10.746	12.814	11.709	14.662	12.262	10.837	10.094	17.604	12.977
Austrália	2.009	3.636	1.310	2.690	1.168	2.788	940	1.798	825	1.682	1.925	2.461
Nova Zelândia	12.507	13.708	14.096	15.237	13.715	14.819	19.890	22.456	24.226	26.151	22.698	22.960
URSS	1.336	5.347	1.432	5.317	1.567	5.061	2.974	5.597	1.753	4.009	1.604	4.267
França	10.336	14.249	11.980	15.264	14.913	18.891	14.733	15.486	18.407	16.423	15.275	14.868
Hungria	4.852	6.909	3.880	5.000	4.422	5.300	3.505	4.100	4.119	4.500	3.400	3.500
Romênia	623	1.170	1.596	2.446	1.942	3.098	2.391	3.435	1.336	2.085	1.702	2.608
Holanda	2.486	5.594	4.173	4.282	3.000	3.300	1.238	1.848	1.344	2.121	1.400	2.100
Espanha	21.816	32.755	27.412	33.229	22.161	33.148	22.629	31.117	29.734	33.436	26.237	29.320
Outros	209.403	249.134	245.912	263.425	252.161	259.616	262.891	265.414	263.201	249.305	270.335	238.320
TOTAL												

FONTE: FAO - Anuário FAO do Comércio - volumes 36 (1982), 38 (1984) e 39 (1985).

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 7

MEL DE ABELHA - QUANTIDADE E VALOR DAS IMPORTAÇÕES MUNDIAIS - 1980-85

PAIS	1980		1981		1982		1983		1984		1985	
	Quant. (t)	Valor (US\$ 1000)	Quant. (t)	Valor (US\$ 1000)	Quant. (t)	Valor (US\$ 1000)	Quant. (t)	Valor (US\$ 1000)	Quant. (t)	Valor (US\$ 1000)	Quant. (t)	Valor (US\$ 1000)
Algéria	1.755	1.348	3.848	3.725	3.047	2.982	1.345	1.360	2	2	0	0
Líbia	25	13	521	1.138	549	1.602	500	1.300	500	1.250	500	1.300
Canadá	276	454	447	703	239	530	384	573	196	505	246	471
USA	22.263	21.095	35.070	32.171	41.715	37.241	49.824	43.407	58.608	48.038	62.705	45.554
Brasil	188	1.130	264	249	477	509	453	492	460	409	400	350
Cipre	258	444	451	872	1.048	1.966	1.854	2.868	714	1.169	784	1.152
Hong Kong	998	1.253	848	1.032	1.142	1.268	1.154	1.186	1.325	1.471	919	1.366
Iraque	380	420	1.000	1.100	1.500	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000
Japão	20.104	20.435	25.468	25.660	28.146	27.540	33.180	32.180	33.178	32.515	28.047	24.928
Árabiá Saudita	1.620	4.690	1.842	5.679	1.973	6.932	2.050	6.683	1.300	4.186	800	2.169
Singapura	1.077	1.998	550	1.069	540	939	662	1.107	1.004	1.381	821	999
Áustria	6.664	8.316	5.706	5.896	5.860	5.241	5.473	5.250	6.259	5.133	6.323	5.136
Bélgica/ Luxemburgo	5.760	7.946	6.120	7.792	6.390	7.149	4.785	5.563	4.215	4.486	4.409	4.700
Tchecoslováquia	1.500	1.560	1.900	1.622	1.300	1.044	1.800	1.462	2.000	1.600	2.000	1.500
Dinamarca	2.130	3.132	2.518	3.019	2.562	2.887	2.131	2.347	2.187	2.081	2.739	2.669
França	6.870	9.439	7.496	9.155	8.255	9.814	8.323	9.261	5.693	5.975	7.639	8.492
Alem.Ocid.	65.597	79.575	74.448	75.448	75.830	75.114	66.386	65.497	73.951	64.012	78.787	65.571
Hungria	1.004	713	1.047	678	1.025	614	2.016	1.134	2.035	1.059	4.966	2.943
Itália	8.648	13.137	10.572	14.037	10.890	14.145	9.427	11.134	9.028	9.843	12.690	13.410
Países Baixos	6.078	9.368	7.887	9.896	8.242	9.994	8.005	9.399	8.199	8.693	9.279	9.849
Suécia	3.523	5.006	2.593	3.492	2.502	3.284	1.509	1.808	1.645	1.763	2.360	2.340
Suíça	6.078	9.368	6.207	8.981	5.626	8.180	4.766	6.984	5.500	6.972	5.455	6.880
Reino Unido	17.222	19.948	17.120	18.562	20.764	20.224	21.579	19.709	19.324	16.233	21.175	16.303
Espanha	4.095	4.415	2.762	2.883	5.636	5.477	7.673	7.287	4.818	4.241	6.000	4.800
Ingoslávia	4.874	5.768	4.652	5.920	5.084	6.930	3.657	5.078	4.804	6.456	5.148	6.738
Outros	7.519	12.192	11.098	15.635	7.616	13.025	7.525	12.182	7.976	13.436	9.565	13.952
TOTAL	196.456	243.163	232.435	255.304	247.958	266.631	248.361	258.014	256.921	244.909	275.657	245.572

FONTE: Anuário FAO de Comércio. vol. 36 (1982), 37 (1983), 38 (1984) e 39 (1985).

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*) Estimativa.

No Brasil, a atividade apícola vem se desenvolvendo gradativamente, com sua estrutura de comercialização sendo implantada em função das necessidades do momento, com os apicultores conscientizando-se da importância do seu trabalho e favorecendo a criação de mecanismos tais como associações, sindicatos e cooperativas, além da discussão de todos os assuntos relacionados com a atividade.

A estrutura de comercialização do mel, no Brasil, se encontra apoiada nos segmentos do mercado formal e informal.

No mercado formal, ainda pouco estimulado, o comércio do produto passa a exigir do produtor e do vendedor o exercício da organização, na qual o mel somente poderá ser vendido dentro das normas e padrões estabelecidos pelos órgãos de fiscalização e de saúde pública.

No mercado informal, o produto é vendido na clandestinidade em percentual bastante elevado, estando disponível junto a feiras, mercearias e aos próprios produtores, não havendo, portanto, controle de qualidade, higiene, pureza, e outros, fugindo totalmente à fiscalização das autoridades.

Os dados estatísticos indicam que o Brasil não tem apresentado tradição de venda de sua produção no mercado internacional, fazendo-se necessário um trabalho mais profundo de conscientização junto ao produtor apícola, mostrando a idéia de aperfeiçoamento e de melhoramento de técnicas e métodos que vão desde o processo produtivo até os canais de comercialização, onde o produto possa atender aos quesitos básicos em termos de qualidade, pureza e sabor - podendo, assim, competir com o mel oriundo de outros mercados em igualdade de condições.

Um outro aspecto que dificulta a entrada do produto brasileiro no mercado internacional são os baixos preços verificados junto a esses mercados, bastante inferiores àqueles praticados nos principais centros consumidores do país.

Os dados da CACEX do Banco do Brasil mostram que nos últimos anos o volume de mel brasileiro exportado para o exterior tem sido pouco expressivo, tendo sido vendidas, em 1985,

apenas 853 t, com o consumidor americano absorvendo 99,72% desse total. Entretanto, a situação para 1986 apresenta sinais de melhora, tendo sido vendidas, somente no primeiro semestre, 1.362 t de mel natural.

TABELA 8
MEL DE ABELHA - QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS - 1986-87

PAÍS	1986		1987 (até junho)	
	Quantidade (kg)	Valor (US FOB)	Quantidade (kg)	Valor (US FOB)
Angola	1.578	16.781	1.001	8.245
Iraque	86	255	143	303
Suiça	36.003	35.283	56.430	45.788
USA	1.921.800	1.148.600	1.860.000	112.258
Outros	121	391	15	49
TOTAL	1.959.588	1.201.310	243.589	166.563

FONTE: CACEX do Banco do Brasil.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Salienta-se que o Brasil também é comprador de mel, principalmente do Uruguai e da Argentina, conforme tabela 9. Estas importações fazem parte de acordos bilaterais.

TABELA 9
MEL DE ABELHA - QUANTIDADE E VALOR DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS - 1986/87

PAÍS	1986		1987 (até junho)	
	Quantidade (kg)	Valor (US FOB)	Quantidade (kg)	Valor (US FOB)
Argentina	49.644	75.340	60.340	64.350
Uruguai	525.862	426.135	589.132	561.389
TOTAL	575.506	501.475	649.472	625.739

FONTE: CACEX do Banco do Brasil.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Santa Catarina é o estado da Federação que mais produz mel. Seu consumo, no entanto, tem-se mostrado bastante acanhado, embora, nos últimos anos, tenha ocorrido um pequeno aumento na sua demanda, passando a exigir uma melhor organização nos segmentos de produção, de comercialização e de abastecimento, possibilitando o surgimento de entrepostos de vendas de mel, da casa do mel, bem como de empresas especializadas nos trabalhos de

beneficiamento, higienização e embalagem, facilitando, desta forma, o acesso do consumidor ao produto e a seus derivados como a cera, a própolis, a geléia real e doces diversos.

Isso se deu por etapas, principalmente junto ao apicultor, que passou a adotar práticas adequadas de manejo e de equipamentos de suporte, bem como a prática de higiene (utilização de vasilhames e embalagens) e de transportes de mel. A etapa posterior consistiu em mostrar ao público a importância do mel como fonte nutritiva de alimento. Para isso, utilizaram-se os meios de comunicação existentes (rádio, televisão, jornais, etc), num esforço conjunto entre a Federação de Apicultores, os Sindicatos, os Órgãos da Assistência Técnica e o Governo Estadual.

Outro fator que facilitou ao apicultor a comercialização de seu produto foi o sistema cooperativo - atualmente somam nove as cooperativas filiadas à cooperativa Central Vale do Itajaí - COOPerval, distribuídos nas regiões do Vale do Itajaí, Planalto Catarinense, Litoral Norte e Sul, Serra e Oeste (Chapecô), as quais congregam cerca de 3.200 associados.

Todo o produto entregue à COOPervale passa pelos trabalhos de controle de qualidade, sendo posteriormente processado e comercializado junto aos principais centros consumidores, através da Usina de Beneficiamento localizada no município de Palhoça.

4. ABASTECIMENTO E CONSUMO

Santa Catarina apresenta no seu Balanço de Oferta e Demanda de Mel um saldo positivo, possibilitando que parte substancial de sua produção seja comercializada fora do estado, principalmente nos centros consumidores de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná.

A nível macrorregional, os dados da Confederação Brasileira de Apicultores - CBA, indicam para a região Norte/Nordeste um consumo de apenas 90 gramas/hab/ano, enquanto nas demais regiões brasileiras o consumo se eleva um pouco mais, osci-

lando em torno de 250 gramas/hab/ano.

O fator que mais provavelmente contribui para esta situação é o pouco conhecimento do público da importância do mel como fonte nutritiva de alimento e de uma gama de calorias capazes de substituir legumes e frutas. Este fator, aliado ao alto preço, força o seu uso mais para fins medicinais.

Acrescentam-se outros fatores que poderiam contribuir para elevar o processo da comercialização e de consumo do mel:

- melhoria da qualidade mediante práticas de higienização;
- uso de embalagens adequadas, tornando mais práticos o transporte do produto e sua conservação;
- criação de mecanismos de identificação do produto (origem floral, impurezas, umidade, acidez, odor, etc), possibilitando opções de escolha pelo consumidor;
- organização do apicultor em associações, cooperativas e outras formas de organização, possibilitando a discussão de assuntos relacionados com a atividade apícola.

Quanto ao destino da produção do mel catarinense, segundo estimativas do Instituto de Apicultura de Santa Catarina - IASC, cerca de 40% é consumido internamente, enquanto os restantes 60% são vendidos principalmente nos mercados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais e Brasília.

Ao se considerar somente o comércio de mel inspecionado, segundo dados da Delegacia Federal da Agricultura, através do Serviço de Inspeção do Produto Animal, em 1985, do total do mel consumido internamente, apenas 12,80% foi inspecionado, sendo que os restantes 87,20% foram vendidos e consumidos através do mercado informal (sem fiscalização). Em 1986, o consumo inspecionado diminuiu sensivelmente, ficando em torno de 3%.

A situação fica ainda mais evidente com o produto vendido para o mercado interestadual, onde, em 1985, apenas 8,68% era feito via mercado formal (sob fiscalização), aumentando em

1986 para 12,36%, sendo que o percentual restante sai irregularmente, fugindo totalmente dos órgãos oficiais de controle, trazendo prejuízos para os cofres do estado, deixando de contribuir com várias taxas e impostos inseridos na transação legal do produto.

Quanto aos preços do mel em 1987, a nível de produtor, nas várias regiões produtoras, deverão se manter entre Cz\$ 60,00 e Cz\$ 70,00 por quilo, dependendo da sua origem botânica, enquanto que, a nível de consumidor, os mesmos deverão oscilar no mercado interno entre Cz\$ 100,00 e Cz\$ 110,00 por quilo.

As vendas do produto para o mercado interestadual, incluídos ICM, custos de embalagens, transporte, etc, deverão variar entre Cz\$ 120,00 e Cz\$ 140,00, por quilo, dependendo da origem e da qualidade do mel.

TABELA 10
MEL E DERIVADOS INSPECIONADOS - CONSUMO MENSAL CATARINENSE - 1985 E DE JANEIRO A JULHO DE 1987

MÊS	1985			1986			1987 (quilo)		
	Mel	Cera	Composto de açúcares	Mel	Cera	Composto de açúcares	Mel	Cera	Composto de açúcares
Janeiro	7.277	142	223	19.722	10.200	254	3.399	-	311
Fevereiro	3.203	6.463	206	4.914	41	91	5.015	-	276
Março	8.094	-	346	1.634	967	64	58.861	4.320	158
Abril	24.201	16.284	99	5.394	-	107	3.977	4.000	242
Maio	21.721	10.000	265	1.899	5.612	111	5.383	-	89
Junho	45.246	11.109	103	4.170	-	172	5.052	-	45
Julho	40.959	-	286	10.192	-	235	14.479	-	176
Agosto	30.448	-	161	7.782	-	190	-	-	-
Setembro	26.740	-	429	8.507	-	118	-	-	-
Outubro	10.331	-	379	3.034	-	58	-	-	-
Novembro	7.216	-	150	6.325	-	272	-	-	-
Dezembro	4.880	23	296	1.652	-	300	-	-	-
TOTAL	230.316	44.021	2.943	75.225	16.820	1.400	-	-	-

FONTE: DFA - Serviço de Inspeção do Produto Animal,
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 11

MEL E COMPOSTO INSPECIONADOS - VENDAS MENSIS DE SANTA CATARINA PARA O MERCADO INTERESTADUAL - 1985

ESTADO	DISCRIMINAÇÃO	(quilo)												TOTAL
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
SÃO PAULO	MEL	252	5.221	20.671	15.217	6.215	6.327	813	12.141	6.593	621	524	1.727	76.322
	COMPOSTO DE AÇÚCAR	2.994	5.304	1.808	2.418	3.694	2.880	2.014	3.104	3.975	2.780	1.291	1.215	33.477
RIO DE JANEIRO	MEL	20.975	789	10.969	745	6.916	5.778	14.383	21.199	684	10.429	13.773	621	107.261
	COMPOSTO DE AÇÚCAR	980	150	426	493	175	378	493	569	855	358	61	-	4.938
RIO GRANDE DO SUL	MEL	315	253	502	939	1.367	1.416	1.429	449	6.484	963	247	659	15.033
	COMPOSTO DE AÇÚCAR	754	651	367	301	610	91	649	220	641	628	467	308	5.687
PARANÁ	MEL	318	282	445	188	426	212	604	381	266	825	971	399	5.317
	COMPOSTO DE AÇÚCAR	1.097	380	658	239	376	253	1.026	543	375	522	459	430	6.358
OUTROS	MEL	628	1.094	9.079	1.203	1.058	1.318	748	469	307	10.784	921	2.709	30.318
	COMPOSTO DE AÇÚCAR	15	254	240	467	59	340	73	72	283	468	71	-	2.342
TOTAL	MEL	22.488	7.639	41.666	18.292	15.982	15.054	17.977	34.639	14.334	23.622	16.436	6.125	234.251
	COMPOSTO DE AÇÚCAR	5.840	6.739	3.499	3.918	4.914	3.942	4.255	4.508	6.129	4.756	2.349	1.953	52.802

FONTE: DFA - Serviço de Inspeção do Produto Animal.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 12

MEL E COMPOSTO INSPECIONADOS - VENDAS MENSIS DE SANTA CATARINA PARA O MERCADO INTERESTADUAL - 1986

ESTADO COMPRADOR	DISCRIMINAÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
SÃO PAULO	MEL	127	8.338	1.687	238	12.712	12.761	1.335	25.304	26.825	30.136	25.141	50.668	195.272
	COMPOSTO DE AÇÚCAR	4.034	1.469	1.045	1.169	514	389	1.464	832	204	349	651	140	12.260
RIO DE JANEIRO	MEL	1.912	12.962	24.407	565	49.291	25.581	25.512	26.306	2.970	37.447	24.419	2.031	233.403
	COMPOSTO DE AÇÚCAR	174	257	170	233	93	-	241	18	429	32	60	-	1.707
RIO GRANDE DO SUL	MEL	438	88	45	492	409	1.238	1.873	189	308	976	179	140	6.375
	COMPOSTO DE AÇÚCAR	545	66	-	79	233	135	805	251	207	25	288	-	2.634
PARANÁ	MEL	232	78	2.565	1.312	228	131	443	470	1.280	865	1.272	507	9.383
	COMPOSTO DE AÇÚCAR	266	175	-	96	179	547	726	336	1.346	136	349	38	4.194
OUTROS	MEL	800	151	335	5.250	1.164	3.800	4.212	2.946	4.742	7.436	3.158	3.058	37.052
	COMPOSTO DE AÇÚCAR	92	15	-	-	52	324	699	419	230	790	232	-	2.853
TOTAL	MEL	3.509	21.617	29.039	7.857	63.804	43.511	33.375	55.215	36.125	76.860	54.169	56.414	481.485
	COMPOSTO DE AÇÚCAR	5.111	1.982	1.215	1.577	1.071	1.395	3.935	1.856	2.416	1.332	1.580	178	23.648

FONTE: Serviço de Inspeção do Produto Animal - SERPA/SC - DFA.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 13

MEL E COMPOSTO INSPECIONADOS - VENDAS MENSAIS DE SANTA CATARINA PARA O MERCADO INTERESTADUAL - 1987

ESTADO COMPRADOR	DISCRIMINAÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	TOTAL
São Paulo	Mel	92	9.139	2.381	5.358	12.737	458	5.847	36.012
	Composto de Açúcar	264	1.311	319	700	934	825	253	4.606
Rio de Janeiro	Mel	163	861	338	725	781	501	2.640	6.009
	Composto de Açúcar	95	136	159	574	658	490	171	2.283
Rio Grande do Sul	Mel	42	3.750	2.060	403	569	367	32	7.223
	Composto de Açúcar	472	42	1.066	1.227	408	238	198	3.651
Paraná	Mel	4	167	417	178	43	138	173	1.120
	Composto de Açúcar	148	133	327	454	203	133	124	1.522
Outros	Mel	3.078	5.601	1.814	1.832	1.093	1.173	1.260	15.851
	Composto de Açúcar	9	104	17	226	310	192	350	1.208
TOTAL	Mel	3.379	19.518	7.010	8.496	15.223	2.637	9.952	66.215
	Composto de Açúcar	988	1.726	1.868	3.181	2.513	1.878	1.096	13.270

FONTE: DFA - Serviço de Inspeção do Produto Animal.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

5. PERSPECTIVAS PARA A PRÓXIMA SAFRA

As perspectivas da produção de mel, para 1988, segundo o Instituto de Apicultura de Santa Catarina, são de 7.600 toneladas - desde que as condições climáticas e de sanidade sejam favoráveis.

Enumeram-se outros fatores que deverão gradativamente contribuir para o aumento da produtividade do mel: novos critérios de manejo que estão sendo adotados, através da substituição gradual das rainhas existentes por outras selecionadas, possuidoras de melhor material genético; ampliação do uso de lâminas de cera alveoladas, possibilitando às abelhas um melhor aproveitamento das floradas, em função do maior tempo disponível e do ganho de energia; entrada de novos apicultores na atividade, como parte alternativa da renda, devido à existência de programas de incentivos existentes, procurando dar mais estímulo e impulso ao subsetor apícola; intensificação dos trabalhos de polinização junto às cultivares e frutíferas, resultando num maior rendimento e em melhor qualidade de mel.

Conforme estimativas da Confederação Brasileira de Apicultores - CBA, a produção brasileira de mel, em 1988, deverá atingir 38.800 toneladas para 2.280.000 colméias existentes, desde que não ocorra nenhuma anormalidade.

A nível mundial, acompanhando o comportamento da produção, conforme os dados da FAO, há uma forte tendência de a quantidade produzida se estabilizar em torno de 1.000.000 t, tendo em vista que a escassez de recursos disponíveis na natureza, principalmente naqueles países onde a atividade melífera é expressiva - devido, entre outros fatores, ao uso indiscriminado de agrotóxicos na agricultura, à devastação sem controle da vegetação, a focos acentuados de poluição na atmosfera por problemas de radiatividade - dificulta seriamente a sobrevivência e os trabalhos das abelhas.

Pelo exposto, países atualmente produtores de mel poderão se tornar compradores - abrindo mercado para aqueles países que ainda apresentam condições propícias para a exploração da atividade. As perspectivas para o Brasil são boas, pois, segundo a Confederação Brasileira de Apicultura - o país possui um potencial da ordem de 150.000 t/ano. Entretanto, isso será possível se houver, desde já, uma maior conscientização do povo brasileiro, e, mais especificamente, daqueles que mantêm contato mais direto com a natureza, em preservar todas as fontes de recursos passíveis de exploração, pois o clima brasileiro em todas as suas regiões apresenta condições favoráveis a uma apicultura forte e dinâmica.

4.5. PESCADO

1. CARACTERÍSTICAS DA ATIVIDADE

O Brasil, segundo informações da FAO, aumentou sua participação na captura mundial de produtos pesqueiros de 1,14% em 1983 para 1,15% em 1984.

A América Latina teve um acréscimo, na sua participação em relação ao total mundial, de 11,92% em 1983 para 14,27% em 1984. Já o Brasil, em relação ao continente, teve um decréscimo, na participação, de 9,56% em 1983 para 8,03% em 1984.

Santa Catarina, de acordo com a Fundação IBGE, ocupa uma posição de destaque na captura regional e nacional, principalmente nos itens peixes e crustáceos, muito embora tenha havido um decréscimo relativo no desembarque em 1985. A nível regional, sua participação caiu de 67,45% em 1984 para 62,31% em 1985; a nível nacional aconteceu o mesmo: 18,11% em 1984 e 17,19% em 1985.

Na pesca artesanal, segundo a Federação de Pescadores do Estado de Santa Catarina, estão envolvidos na captura de produtos pesqueiros 24.170 pescadores artesanais, todos pertencentes ao quadro de associados das 19 colônias de pesca distribuídas ao longo do litoral catarinense (dados do mês de dezembro de 1987). Este decréscimo (eram 29.838 em 1986) se deve ao fato de que muitos foram trabalhar na pesca industrial em outros estados.

Segundo a ACARPESC, até o mês de dezembro/87 existiam no estado cerca de 9.000 piscicultores cadastrados e assistidos pelo órgão.

De acordo com a SUDEPE, em 1986 (último dado disponível), cerca de 4.903 pessoas estavam envolvidas na pesca industrial, sendo que 1.559 na captura do pescado, 2.643 como operários, 182 como auxiliares, 254 na parte administrativa, havendo

ainda 265 pessoas como mão-de-obra flutuante.

2. PRODUÇÃO

Em 1984, segundo a FAO, houve uma recuperação nas capturas mundiais de pescado, que totalizaram 82,5 milhões de toneladas, com um aumento de quase 6 milhões de toneladas em relação a 1983, ano em que as capturas foram afetadas negativamente pelo fenômeno El Niño. O aumento distribuiu-se quase equitativamente entre os países em desenvolvimento e os desenvolvidos, porém foi mais expressivo nos Estados Unidos, no Japão e na URSS. As capturas de colim do Alaska e atum aumentaram significativamente. Também influiu no incremento a melhora nas capturas de espécies pelágicas pequenas no Japão, Chile, Peru e Islândia.

A participação dos países em desenvolvimento nas capturas mundiais de pescado aumentou ligeiramente, situando-se em 49%.

As descargas de pescado nos países desenvolvidos aumentaram cerca de 5%, como consequência dos aumentos ocorridos nos três principais países produtores: Japão (5%); URSS (9%) e Estados Unidos (14%).

Os principais países capturadores de pescado em 1984 foram (em mil t): Japão (11.800), URSS (10.593), República Popular da China (5.927), Estados Unidos (4.741) e Chile (4.499) (ver tabela 1).

O Brasil ocupa a quarta posição em termos de captura de pescado na América Latina, a qual, no ano de 1984, atingiu 946 mil toneladas, o que corresponde a um acréscimo de 8,11%.

TABELA 1

PESCADO - CAPTURA MUNDIAL POR PAÍS OU ZONA PRODUTORA
1980-82 (MÉDIA), 1983

DISCRIMINAÇÃO	(mil toneladas)		
	1980-82 (Média)	1983	1984
TOTAL MUNDIAL	74.461	76.830	82.530
Países em Desenvolvimento	35.670	36.869	40.431
América Latina	10.464	9.155	11.778
Chile	8.292	3.982	4.499
Peru	3.003	1.568	2.997
México	1.358	1.051	1.095
Brasil	826	875	946
Equador	676	307	867
Argentina	407	416	314
Outros	902	1.046	1.060
África	3.339	3.580	3.237
Nigéria	496	538	374
Marrocos	361	440	464
Senegal	223	223	223
Outros	2.259	2.379	2.176
Oriente Próximo	1.014	1.119	1.133
Turquia	468	567	567
Extremo Oriente	20.613	22.773	24.036
Bangladesh	687	729	758
Índia	2.418	2.541	2.840
Rep. Pop. China	4.513	5.213	5.927
Rep. da Coreia	2.246	2.400	2.477
Tailândia	1.967	2.250	2.250
Indonésia	1.913	2.295	2.217
Filipinas	1.677	1.978	2.101
Malásia	741	723	653
Outros	4.451	4.734	4.813
Países Desenvolvidos	38.791	39.961	42.099
América do Norte	5.186	5.488	5.962
Canadá	1.389	1.346	1.221
Estados Unidos	3.797	4.142	4.741
Europa Ocidental	11.147	11.118	11.480
CEE	6.684	6.598	6.670
Dinamarca	1.936	1.862	1.837
França	774	784	794
Reino Unido	880	851	844
Outros	3.094	3.101	3.195
Islândia	1.248	839	1.535
Noruega	2.487	2.836	2.456
Espanha	1.299	1.227	1.244
Outros	571	382	425
Oceania	257	318	331
Europa Oriental e URSS	10.899	11.160	11.943
URSS	9.659	9.757	10.593
Polónia	625	735	719
Japão	10.661	11.255	11.800
África do Sul	616	600	560
Outros Países Desenvolvidos	240	242	247

FONTE: FAO - Situación Y Perspectivas de los Productos Básicos, 1985-86.

(1) Excluídos os cetáceos e as algas.

Os principais países exportadores de produtos pesqueiros, em relação ao total exportado, em 1984, foram: Canadá (7,72%), Noruega (5,93%), Estados Unidos (5,78%), Dinamarca (5,68%), Japão (5,52%) e República da Coreia (4,86%). O Brasil teve um pequeno acréscimo em relação ao total exportado no mundo. Passou de uma participação de 0,87% em 1983 para 1,09% em 1984 (ver tabela 2).

O Brasil, segundo o IBGE, capturou em 1985 um total de 971.537 t, sendo que a pesca oriunda do mar participou com 78,27% e os restantes 21,73% ficaram para a pesca oriunda da água doce (ver tabelas 3, 4 e 5).

TABELA 2

PESCADO - IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO MUNDIAIS, SEGUNDO OS PAISES OU ZONAS DE ORIGEM E DESTINO - 1980-82 (MÉDIA)

DISCRIMINAÇÃO	(em milhões de dólares)					
	IMPORTAÇÃO			EXPORTAÇÃO		
	1980-82 (Média)	1983	1984	1980-82 (Média)	1983	1984
TOTAL MUNDIAL	16.337	16.614	16.814	15.447	15.795	15.981
Países em Desenvolvimento	2.495	2.167	2.094	6.360	6.816	7.102
América Latina	435	318	293	2.087	2.126	2.233
América Central	49	19	26	642	597	669
México	32	5	8	490	437	468
Caribe	155	115	92	153	182	191
América do Sul	231	184	157	1.292	1.397	1.373
Brasil	78	43	40	150	137	174
Chile	-	-	-	345	419	419
Peru	3	20	-	294	144	213
África	717	449	337	570	720	680
Nigéria	473	235	170	5	5	5
Oriente Próximo	301	265	246	112	114	124
Extremo Oriente	968	1.080	1.166	3.000	3.326	3.531
Rep. da Coreia	50	55	66	757	735	777
Índia	-	-	-	313	349	356
Tailândia	24	43	67	417	545	634
EPC da Ásia	1	1	1	368	358	366
Outros Países em Desenvolvimento	73	54	51	223	172	168
Países Desenvolvidos	13.842	14.447	14.720	9.087	8.979	8.879
América do Norte	3.226	3.957	4.082	2.265	2.260	2.158
Canadá	294	336	379	1.209	1.263	1.234
Estados Unidos	2.932	3.621	3.702	1.056	997	924
Europa Ocidental	6.323	5.835	5.767	5.046	4.865	4.723
CEE	4.832	4.540	4.442	2.689	2.694	2.591
Dinamarca	311	309	338	947	928	907
França	1.070	1.050	976	306	316	294
Rep. Fed. da Alemanha	889	831	801	304	306	290
Itália	768	735	736	106	105	105
Países Baixos	343	273	268	513	511	501
Reino Unido	991	918	877	333	320	302
Islândia	1	2	4	653	527	519
Noruega	59	48	48	955	978	947
Espanha	517	396	390	358	281	311
Europa Oriental e URSS	352	383	373	358	433	420
URSS	79	133	138	254	324	304
Oceania	229	218	248	461	526	601
Outros Países Desenvolvidos	3.712	4.054	4.250	957	895	977
Japão	3.608	3.947	4.142	856	792	882

FONTE: FAO - Situación y Perspectivas de los Productos Básicos, 1985 - 86.

TABELA 3

PESCADO - DESEMBARQUE POR CLASSE, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES DO BRASIL E SANTA CATARINA - 1982-85

REGIÃO	1982				1983			
	Peixes	Crustáceos	Moluscos e Outros	Total ⁽¹⁾	Peixes	Crustáceos	Moluscos e Outros	Total ⁽¹⁾
Norte	132.338	17.965	1.009	151.312	135.290	18.583	1.127	155.000
Nordeste	156.495	39.902	9.619	206.016	148.568	36.954	8.611	194.133
Sudeste	248.372	14.510	953	263.835	280.393	14.933	578	295.904
Sul	182.913	18.709	2.098	203.720	207.458	14.421	2.773	224.652
Santa Catarina	110.688	10.393	929	122.010	126.801	11.459	1.410	139.670
Centro-Oeste	8.518	-	-	8.518	10.606	-	4	10.610
TOTAL	728.636	91.086	13.679	833.401	782.315	84.891	13.093	880.299

(continua)

REGIÃO	1984				1985			
	Peixes	Crustáceos	Moluscos e Outros	Total ⁽¹⁾	Peixes	Crustáceos	Moluscos e Outros	Total ⁽¹⁾
Norte	138.869	15.325	946	155.140	127.717	20.909	1.112	149.739
Nordeste	146.255	41.876	9.792	197.923	152.462	43.799	7.329	204.250
Sudeste	323.041	17.272	905	341.218	316.577	21.443	1.027	339.049
Sul	230.139	23.363	2.299	255.801	240.567	24.545	2.940	268.022
Santa Catarina	153.315	18.617	608	172.540	156.654	9.618	732	167.005
Centro-Oeste	8.501	-	1	8.502	10.471	-	6	10.477
TOTAL	846.805	97.836	13.943	958.584	847.795	110.666	12.414	971.537

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil, 1985, p. 384 e 1986, p. 296.

NOTA: As diferenças porventura apresentadas entre soma de parcelas e totais são provenientes de arredondamento de dados.

(1) Inclusive pescado não especificado.

TABELA 4
PESCAÇO - PRODUÇÃO DE ÁGUAS MARINHAS, POR TIPO DE PESCA -
BRASIL, 1981-85

ANOS	(tonelada)					
	INDUSTRIAL	%	ARTESANAL	%	TOTAL	%
1981	381.480	60,00	254.334	40,00	635.814	100,00
1982	364.904	58,15	262.617	41,85	627.521	100,00
1983	398.225	58,97	277.127	41,03	675.352	100,00
1984	472.294	63,19	275.096	36,81	747.390	100,00
1985	459.936	60,48	300.515	39,52	760.453	100,00

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil - 1985, p. 380 e 381 e 1986, p. 295.

NOTA: As diferenças porventura apresentadas entre soma de parcelas e totais são provenientes de arredondamento de dados.

TABELA 5
PESCAÇO - PRODUÇÃO DE ÁGUAS DO INTERIOR, POR TIPO DE PESCA
BRASIL - 1981-85

ANOS	(tonelada)					
	INDUSTRIAL	%	ARTESANAL	%	TOTAL	%
1981	24.063	12,19	173.285	87,81	197.348	100,00
1982	23.499	11,38	182.927	88,62	206.426	100,00
1983	30.902	15,05	174.459	84,95	205.361	100,00
1984	18.861	8,92	192.656	91,08	211.517	100,00
1985	19.710	9,34	191.377	90,66	211.085	100,00

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil - 1985, p. 382 e 383 e 1986, p. 295.

NOTA: As diferenças porventura apresentadas entre soma de parcelas e totais são provenientes de arredondamento de dados.

A pesca industrial contribuiu com 49,37% e a artesanal com 50,63% do total capturado.

A Região Sudeste se destaca na captura nacional dos produtos pesqueiros com um total de 339.049 t; em seguida aparece a Sul com 268.022 t, a Nordeste com 204.250 t, a Norte com 149.739 t e, por fim, a Centro-Oeste com 10.477 t (ver tabela 3).

Os estados mais pesqueiros, em 1985, foram: Rio de Janeiro, 201.078 t (20,70%); Santa Catarina, 167.005 t (17,19%); São Paulo 113.838 t (11,72%); Rio Grande do Sul, 96.885 t (9,97%) e Pará, 93.786 t (9,65%).

Ainda em 1985, o valor do pescado capturado no Brasil,

corrigido a preços de dezembro/87, foi de Cz\$ 42.538.481,00, sendo que o grupo de peixes participou com 63,84%, o de crustáceos com 35,07% e o de moluscos e outros com 1,09% (ver tabela 6).

TABELA 6
PESCADO - VALOR DA PRODUÇÃO POR CLASSE, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES DO BRASIL E SANTA CATARINA - 1982-85

REGIÃO	1 9 8 2				1 9 8 3			
	Peixes	Crustáceos	Moluscos e Outros	Total (1)	Peixes	Crustáceos	Moluscos e Outros	Total (1)
NORTE								
Valor corrente	14.138	4.122	29	18.289	39.276	12.206	47	51.529
Valor Dez/87	5.290.667	1.542.518	10.852	6.844.037	5.774.311	1.794.511	6.909	7.575.731
NORDESTE								
Valor corrente	22.275	18.783	452	41.510	56.532	37.881	952	95.355
Valor Dez/87	8.335.663	7.028.900	169.145	15.533.708	8.311.269	5.569.220	139.961	14.020.450
SUDESTE								
Valor corrente	17.679	4.835	176	22.690	43.603	15.129	269	59.001
Valor Dez/87	6.615.766	1.809.334	65.862	8.490.962	6.410.462	2.224.248	39.548	8.674.258
SUL								
Valor corrente	11.833	6.868	193	18.894	30.417	11.022	662	42.101
Valor Dez/87	4.428.099	2.570.116	72.223	7.070.438	4.471.872	1.620.441	97.326	6.189.639
SANTA CATARINA								
Valor corrente	6.636	3.743	83	10.462	17.021	8.566	201	25.788
Valor Dez/87	2.483.297	1.400.690	31.059	3.915.046	2.502.407	1.259.363	29.550	3.791.320
CENTRO-OESTE								
Valor corrente	774	-	-	774	3.144	-	2	3.146
Valor Dez/87	289.643	-	-	289.643	462.227	-	294	462.521
TOTAL CORRENTE	66.699	34.608	850	102.157	172.972	76.238	1.932	251.142
TOTAL DEZ/87	24.959.839	12.950.870	318.083	38.228.792	25.430.142	11.208.422	284.040	36.922.604

(conclusão) (continua)
(CZ\$ 1.000)

REGIÃO	1 9 8 4				1 9 8 5			
	Peixes	Crustáceos	Moluscos e Outros	Total (1)	Peixes	Crustáceos	Moluscos e Outros	Total (1)
NORTE								
Valor corrente	126.392	40.108	243	166.743	411.510	163.282	822	575.614
Valor Dez/87	5.795.701	1.839.151	11.142	7.645.994	5.796.804	2.300.099	11.579	8.108.482
NORDESTE								
Valor corrente	160.300	167.937	6.092	334.329	552.260	505.855	16.003	1.077.098
Valor Dez/87	7.350.552	7.700.746	279.348	15.330.646	7.779.503	7.125.811	225.428	15.130.742
SUDESTE								
Valor corrente	163.936	59.330	1.320	224.586	544.917	212.605	7.341	764.868
Valor Dez/87	7.517.281	2.720.575	60.528	10.298.384	7.676.064	2.994.896	103.410	10.774.370
SUL								
Valor corrente	108.456	53.134	2.778	164.368	387.791	177.287	8.806	573.884
Valor Dez/87	4.973.247	2.436.458	127.385	7.537.090	5.462.683	2.497.383	124.047	8.084.113
SANTA CATARINA								
Valor corrente	67.135	43.520	451	111.106	220.071	81.428	3.101	304.600
Valor Dez/87	3.078.473	1.995.608	20.680	5.094.761	3.100.067	1.147.049	43.682	4.290.798
CENTRO-OESTE								
Valor corrente	9.336	-	1	9.337	31.266	-	26	31.292
Valor Dez/87	428.102	-	45	428.147	440.433	-	366	440.799
TOTAL CORRENTE	568.420	320.509	10.434	899.363	1.927.745	1.059.029	32.995	3.022.756
TOTAL DEZ/87	26.064.884	14.696.931	478.450	41.240.265	27.155.503	14.918.189	464.789	42.538.481

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil - 1985, p. 385 e 1986, p. 297.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

NOTA: As diferenças porventura apresentadas entre soma de parcelas e totais são provenientes de arredondamento de dados.

(1) Inclusive pescado não especificado.

Em se tratando de pesca do mar, sua contribuição no valor bruto da produção nacional foi de 77,71%, com o pescado proveniente da frota industrial participando com 43,0% e o da frota artesanal com 34,71% (tabela 7).

TABELA 7

PESCADO - VALOR DA PRODUÇÃO DE ÁGUAS MARINHAS, POR TIPO DE PESCA, BRASIL - 1981-85

ANOS	(Cz\$ 1.000)					
	INDUSTRIAL	%	ARTESANAL	%	TOTAL	%
1981						
Valor corrente	17.511	48,07	18.914	51,93	36.425	100,00
Valor Dez/87	12.807.107		13.833.226		26.640.333	
1982						
Valor corrente	38.684	48,75	40.675	51,25	79.359	100,00
Valor Dez/87	14.476.175		15.221.239		29.697.414	
1983						
Valor corrente	90.554	47,43	100.371	52,57	190.925	100,00
Valor Dez/87	13.313.144		14.756.427		28.069.571	
1984						
Valor corrente	395.098	57,40	293.167	42,60	688.265	100,00
Valor Dez/87	18.117.208		13.443.165		31.560.373	
1985						
Valor corrente	1.298.559	55,34	1.048.161	44,66	2.346.720	100,00
Valor Dez/87	18.292.369		14.765.096		33.057.465	

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil - 1985, p. 380 e 381 e 1986, p. 295.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

NOTA: As diferenças porventura apresentadas entre soma de parcelas e totais são provenientes de arredondamento de dados.

A pesca de água doce participou com 22,39% no valor da produção, sendo que a pesca oriunda da frota artesanal participou com 21,05% e a da frota industrial com apenas 1,33% (tabela 8).

TABELA 8

PESCADO - VALOR DA PRODUÇÃO DE ÁGUAS DO INTERIOR, POR TIPO DE PESCA - BRASIL - 1981-85

ANOS	(Cz\$ 1.000)					
	INDUSTRIAL	%	ARTESANAL	%	TOTAL	%
1981						
Valor corrente	866	8,07	9.868	91,93	10.734	100,00
Valor Dez/87	633.370		7.217.208		7.850.578	
1982						
Valor corrente	1.711	7,48	21.152	92,52	22.863	100,00
Valor Dez/87	640.283		7.915.418		8.555.701	
1983						
Valor corrente	5.716	9,48	54.596	90,52	60.312	100,00
Valor Dez/87	840.359		8.026.640		8.866.999	
1984						
Valor corrente	12.082	5,71	159.517	94,29	211.599	100,00
Valor Dez/87	554.019		9.148.846		9.702.865	
1985						
Valor corrente	40.309	5,96	635.727	94,04	676.036	100,00
Valor Dez/87	567.819		8.955.275		9.523.094	

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil - 1985, p. 380 e 381 e 1986, p. 295.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

NOTA: As diferenças porventura apresentadas entre soma de parcelas e totais são provenientes de arredondamento de dados.

Santa Catarina, em termos de valor, ocupa a quinta posição nacional, alcançando em 1985 Cz\$ 4.290.798,00 (10,09% do total).

Segundo dados da Coordenadoria Regional da SÚDEPE em Santa Catarina, em 1987 (até outubro) foram desembarcadas 57.772 t de pescado (tabela 9), destacando-se quantitativamente a sardinha verdadeira, com uma participação de 40,85% no total

desembarcado. As demais, por ordem decrescente, foram: bonito gaiado, 14,48%; mistura, 6,47%; corvina, 5,85%; camarão-sete-barbas, 3,27%; castanha, 2,98%; sardinha-lage, 2,88% e pescadinhas, 2,45%, perfazendo um total de 79,23% (tabela 10).

TABELA 9

PESCADO CONTROLADO - QUANTIDADE DE PEIXES, CRUSTÁCEOS E MOLUSCOS DESEMBARCADOS EM SANTA CATARINA - 1982-87

GRUPO	(tonelada)					
	1982	1983	1984	1985	1986	1987 ⁽¹⁾
Peixes	74.334	71.841	87.976	114.684	102.815	54.271
Crustáceos	7.667	7.004	8.669	5.690	4.431	2.911
Moluscos	823	1.269	475	564	1.209	590
TOTAL	82.824	80.114	97.120	120.938	108.456	57.772

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico - 1986 e SUDEPE - Estatísticas Preliminares - 1987

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

NOTA: As diferenças porventura apresentadas entre soma de parcelas e totais são provenientes de arredondamento de dados.

(1) Até outubro.

A sardinha verdadeira aparece como a espécie de maior importância qualitativa no desembarque de 1987 (20,42%) e é seguida por: camarão-rosa, 12,52%; bonito-gaiado, 12,42%; tainha, 9,21%; anchova, 6,31%; corvina, 5,23%; mistura, 4,18% e camarão-sete-barbas, 3,98%.

Com relação à evolução do pescado desembarcado controlado pela SUDEPE, observa-se, de uma forma geral, que houve um decréscimo (tabela 11). Isto se deve principalmente às deficiências no sistema de coleta de informações, principalmente em termos de pessoal disponível para fazê-lo.

A perda de coleta se dá principalmente em relação à pesca artesanal. Localidades como Laguna e Barra da Lagoa têm tido este problema.

No caso da sardinha verdadeira, verificou-se, além da perda na coleta, um deslocamento dos cardumes para o litoral paulista.

Na captura da sardinha pode ocorrer, simultaneamente, a captura de espécies como cavalinha, chicharro e outras, em quantidades variáveis, dependendo da abundância ocasional dessas espécies na área de atuação da frota, pois a pesca dessas espécies não é dirigida. A isto também se deve a queda na captura da

TABELA 10

PESCADO - QUANTIDADE MENSAL DESEMBARCADA, POR ESPÉCIE, EM SANTA CATARINA - 1987

ESPÉCIE	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAYO	JUNHO
CAMARÃO-ROSA	54.199	58.398	21.802	9.541	86.043	43.031
SARDINHA-VERDADEIRA	-	2.277.354	4.283.052	1.393.586	2.979.602	3.859.836
BONITO-GALADO	1.947.013	1.316.427	1.604.031	960.743	711.400	348.576
CAVALINHA	-	20.469	3.000	-	11.330	750
CORVINA	192.327	196.527	338.555	127.709	173.818	121.715
TAINHA	52.963	36.461	53.390	64.750	675.265	153.968
CAMARÃO-LEGÍTIMO	6.600	11.758	10.318	14.272	24.797	23.556
PESCADINHAS	89.493	56.790	155.574	115.234	192.805	120.138
CAMARÃO-7-BARBAS	307.956	320.774	3.239	22.702	439.174	206.194
CAÇÕES	144.550	112.857	236.703	114.628	73.838	42.072
CAMARÃO-VERMELHO	1.740	200	-	-	-	-
CASTANHA	15.930	45.827	116.158	18.985	22.820	2.540
ABRÓTEA	3.936	4.847	6.325	8.791	30.235	33.706
ANCHOVA	27.883	10.437	17.407	1.598	11.769	311.727
PAPATERRA	18.448	14.079	27.788	13.011	18.015	24.004
BAGRES	50.135	27.251	50.487	23.858	14.357	17.107
LINGUADO	10.819	22.717	14.726	13.572	11.233	11.346
CHICHARRO	340	1.120	2.120	-	12.410	210.706
OUTROS	1.016.870	1.586.283	1.197.657	879.409	1.305.970	1.296.614
TOTAL	3.941.202	6.120.576	8.142.342	3.782.389	6.794.881	6.827.586

(continua)

(conclusão)

ESPÉCIES	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	TOTAL
CAMARÃO-ROSA	52.619	77.091	42.088	41.533	486.345
SARDINHA-VERDADEIRA	5.501.352	629.197	1.072.412	1.612.708	23.609.109
BONITO-GALADO	232.063	472.882	226.026	546.984	8.366.145
CAVALINHA	13.596	4.547	30.132	83.400	167.224
CORVINA	492.820	597.022	516.158	621.272	3.377.923
TAINHA	32.391	19.842	5.850	38.679	1.133.559
CAMARÃO-LEGÍTIMO	34.087	10.040	8.458	9.318	153.204
PESCADINHAS	435.282	47.385	50.771	152.270	1.415.742
CAMARÃO-7-BARBAS	153.299	83.681	172.346	178.642	1.888.007
CAÇÕES	44.105	37.796	61.421	110.501	978.471
CAMARÃO-VERMELHO	1.413	9.432	34.384	119.060	166.229
CASTANHA	80.642	178.625	516.006	725.851	1.723.384
ABRÓTEA	49.699	38.470	20.356	22.930	219.295
ANCHOVA	76.139	23.721	21.926	42.827	545.434
PAPATERRA	68.304	57.888	20.166	70.417	332.120
BAGRES	27.931	36.461	10.360	56.461	314.408
LINGUADO	30.207	27.078	28.485	76.153	246.336
CHICHARRO	26.091	1.272	846	20.450	275.355
OUTROS	1.992.175	719.561	666.438	1.712.793	12.373.770
TOTAL	9.344.215	3.071.991	3.504.629	6.242.249	57.772.060

FORTE: 5ª Coordenadoria Regional da SUDEPE em Santa Catarina,
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC.

TABELA 11

PESCADO - EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DESEMBARCADA, POR ESPÉCIE, EM SANTA CATARINA - 1987

ESPÉCIE	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
CAMARÃO-ROSA	-37,25	-32,85	-85,05	-71,71	35,43	-49,50
SARDINHA-VERDADEIRA	-	-76,67	66,71	-69,23	-35,24	-59,31
BONITO-GALADO	-27,57	-59,73	11,25	-42,73	-66,07	-49,30
CAVALINHA	-	-91,01	-97,33	-	-97,19	-99,70
CORVINA	1,18	36,84	39,41	-31,80	- 8,71	-62,72
TAINHA	312,71	74,08	90,86	- 0,64	-47,17	-81,12
CAMARÃO-LEGÍTIMO	-66,89	-66,27	-71,39	-18,07	-64,47	-55,13
PESCADINHAS	-66,13	-72,99	-28,96	20,04	119,26	-73,87
CAMARÃO-7-BARBAS	58,63	104,45	-97,17	-90,61	47,60	- 6,65
CAÇÕES	- 5,39	- 0,01	-27,00	-65,02	-32,64	-71,07
CAMARÃO-VERMELHO	-	-	-	-	-	-
CASTANHA	-42,48	-48,62	-15,35	-52,89	121,27	-95,40
ABRÓTEA	-85,78	-75,94	-65,17	-52,45	277,37	-80,15
ANCHOVA	190,06	- 7,91	322,91	-40,44	107,93	282,64
PAPATERRA	-21,24	-45,03	20,17	-33,06	9,65	- 1,32
BAGRES	73,12	-40,76	42,83	- 7,52	-15,22	-20,74
LINGUADO	-62,93	-22,00	-57,76	-13,99	-31,39	-42,62
CHICHARRO	-	-99,43	- 8,62	-	-24,85	128,73
OUTROS	- 5,90	-47,79	-29,85	- 4,22	- 1,48	-42,04
TOTAL	-18,50	-64,99	13,15	-54,01	-35,98	-55,23

(continua)

(conclusão)

(8)

ESPÉCIE	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	TOTAL
CAMARÃO-ROSA	-67,88	-40,36	-67,77	-59,09	-52,64
SARDINHA-VERDADEIRA	-38,12	-82,66	-72,86	-60,24	-54,13
BONITO-GALADO	2,32	57,62	-54,24	73,60	-36,61
CAVALINHA	-85,73	-40,00	393,48	1.144,78	-85,03
CORVINA	-22,87	3,84	-17,44	-19,71	-13,24
TAINHA	37,73	79,24	- 0,71	147,28	-50,21
CAMARÃO-LEGÍTIMO	27,17	-51,82	-48,48	-44,68	-50,81
PESCADINHAS	- 6,35	-67,79	-47,59	111,08	-33,16
CAMARÃO-7-BARBAS	-29,85	-51,73	129,26	-11,41	- 0,34
CAÇÕES	-56,07	-65,81	10,31	-15,37	-37,67
CAMARÃO-VERMELHO	-	-	191,56	103,35	127,08
CASTANHA	17,19	25,25	34,98	27,93	13,31
ABRÓTEA	-62,82	-13,72	-41,61	14,10	-55,74
ANCHOVA	204,70	119,05	-24,84	-90,39	-12,80
PAPATERRA	107,98	107,64	-27,09	172,35	34,69
BAGRES	- 1,58	50,60	-53,61	9,20	4,37
LINGUADO	- 0,64	10,50	-22,00	-44,77	-34,20
CHICHARRO	-55,21	-93,53	-90,05	318,03	-31,02
OUTROS	7,07	- 9,46	8,53	119,66	-14,01
TOTAL	-28,68	-50,39	-47,09	-19,78	-40,63

FONTES: TABELA 10.

ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC.

A contribuição do volume da pesca artesanal em 1987 (até outubro) foi de 13,46% no total de produtos pesqueiros controlados desembarcados, e de 18,10% no valor (tabela 12). As espécies mais representativas em volume foram a corvina (21,28%), o camarão-sete-barbas (11,66%), a tainha (10,38%) e os cações (8,26%).

TABELA 12

PESCADO - QUIDANTE E VALOR DO DESEMBARQUE CONTROLADO POR MUNICÍPIOS, EM SANTA CATARINA - 1986-87 (1)

MUNICÍPIOS	VOLUME (t)			
	ARTESANAL		INDUSTRIAL	
	1986	1987	1986	1987
ARAQUARI	332	425	-	-
ARARANGUÁ	-	306	-	-
BAL. CAMBORIÚ	547	580	-	-
BARRA VELHA	299	55	-	-
FLORIANÓPOLIS	2.853	2.046	22.915	1.528
GAROPABA	579	350	-	-
GARUVA	420	438	-	-
GOV. CELSO RAMOS	1.350	516	3.511	9
IMBITUBA	316	151	-	-
ITAJAÍ	18	-	431.571	36.558
ITAPEMA	393	309	-	-
JAGUARUNA	705	816	-	-
LAGUNA	1.594	122	12.920	1.226
NAVEGANTES	115	125	67.335	10.006
PALHOÇA	397	384	-	-
PAULO LOPES	38	26	-	-
PENHA	-	183	-	-
PIÇARRAS	-	28	-	-
PORTO BELO	540	787	-	32
SÃO FRANCISCO DO SUL	399	120	3.905	67
SÃO JOSÉ	12	4	-	-
SOMBRIO	-	43	-	-
TIJUCAS	44	40	-	-
TOTAL DO ESTADO	10.951	7.689	542.157	49.426

(continua)

(conclusão)

MUNICÍPIOS	VALOR (CZ\$)			
	ARTESANAL		INDUSTRIAL	
	1986	1987	1986	1987
ARAQUARI	4.054.760	8.713.094	-	-
ARARANGUÁ	-	7.291.515	-	-
BAL. CAMBORIÚ	4.208.730	9.884.074	-	-
BARRA VELHA	4.666.676	3.943.715	-	-
FLORIANÓPOLIS	27.799.122	32.660.029	22.915.179	23.982.781
GAROPABA	4.312.890	7.219.022	-	-
GARUVA	5.983.362	13.354.149	-	-
GOV. CELSO RAMOS	23.376.262	25.666.811	3.511.378	71.840
IMBITUBA	4.466.835	3.615.800	-	-
ITAJAÍ	142.042	-	431.570.582	607.374.372
ITAPEMA	1.887.094	4.373.608	-	-
JAGUARUNA	7.171.673	16.772.669	-	-
LAGUNA	18.414.893	2.625.154	12.920.361	2.201.210
NAVEGANTES	1.021.555	1.837.546	67.334.777	115.516.376
PALHOÇA	4.124.522	7.862.836	-	-
PAULO LOPES	652.137	1.018.943	-	-
PENHA	-	3.409.757	-	-
PIÇARRAS	-	528.898	-	-
PORTO BELO	3.543.317	14.667.452	-	8.432.593
SÃO FRANCISCO DO SUL	7.165.561	3.917.867	3.904.991	2.580.193
SÃO JOSÉ	748.230	588.850	-	-
SOMBRIO	-	925.850	-	-
TIJUCAS	489.507	859.147	-	-
TOTAL DO ESTADO	124.229.168	168.007.226	542.157.268	760.159.365

FORNE: 5ª Coordenadoria Regional da SUDEPE em Santa Catarina.

ELABORAÇÃO: INSTITUTO CIPA/SC.

(1) dados até o mês de outubro

O setor industrial participou com 86,54% do volume total capturado e com 81,90% no valor total, sendo que as espécies sardinha verdadeira, bonito-gaiado, mistura, castanha e corvina foram as mais importantes em termos de volume.

Os municípios mais pesqueiros, por ordem de importância, em 1987 (até outubro), foram: Itajaí (36.558 t), Navegantes (10.131 t), Florianópolis (3.574 t), e Laguna (1.348 t).

Informações obtidas junto à Delegacia Federal da Agricultura, através do Serviço de Inspeção do Produto Animal (SERPA), indicam uma produção (das indústrias de pesca inspecionadas) em 1987 (até julho), na forma de produtos pesqueiros elaborados e pré-elaborados: 34.782,63 t de resfriados ; 30.872,49 t de congelados, 2.204,99 t de salgados, 5.334,74 t de enlatados, ficando para o item "outros" 1.270,04 t (tabela 13).

TABELA 13

PESCADO - PRODUÇÃO INSPECIONADA EM SANTA CATARINA - 1982-87

ANO	(tonelada)					
	RESFRIADO	CONGELADO	SALGADO	ENLATADO	OUTROS	TOTAL
1982	90.102,37	38.319,47	3.767,88	4.897,23	14.275,90	151.362,85
1983	97.904,68	45.231,67	4.508,29	7.142,13	6.911,26	161.698,03
1984	53.804,90	72.294,58	5.251,08	9.863,73	2.939,92	144.154,21
1985	90.502,76	61.900,07	6.199,11	7.106,90	1.071,08	166.779,82
1986	61.238,73	61.534,65	6.201,36	6.443,69	787,16	136.916,97
1987 ^(*)	34.782,63	30.872,49	2.204,99	5.334,74	1.270,04	74.464,88

FONTE: DFA/SC - SERPA.

ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC.

(*) até julho.

Segundo a SUDEPE, em 1986 (último dado disponível), havia no estado 109 empresas de pesca, distribuídas entre 33 indústrias e 76 armadores, atuando nas áreas de congelamento, conservação, semi-conserva, resfriamento, produção de gelo e farinha de peixe.

Estas empresas possuíam, em 1987, um contingente de 98 traineiras, 43 barcos camaroeiros, 78 de arrasto, 7 de combinados, 10 de atuneiros, totalizando 236 embarcações, com capacidade de operação acima de 20 toneladas.

De acordo com a ACARPESC, o setor de pesca artesanal catarinense tem disponível um contingente de 6.901 embarcações, com capacidade bruta para operar entre 0,8 e 20 toneladas, distribuídas entre 958 canoas com motor (até 1 tonelada), 3.019 canoas sem motor (até 1 tonelada), 682 baleeiras (até 5 toneladas), 487 botes (até 6 toneladas), 1.450 bateiras (até 0,8 toneladas) e 305 caíques.

Em 1987, existiam no estado oito condomínios de produção e venda de pescados, com um total de 201 participantes. Este trabalho, criado pela SAA/SC, através do Serviço de Extensão Pesqueira, é realizado junto ao pescador artesanal.

A ACARPESC prestou assistência a 99 municípios (72 na piscicultura e 27 na pesca artesanal), em 1987. Os escritórios locais, na área da piscicultura, são 42, e na pesca artesanal, 20.

Existem atualmente cerca de 9.000 piscicultores cadastrados; a produção comercializada em 1987 foi de 352 toneladas. Desse volume, 82% é de carpa e os restantes 18% dividem-se entre tilápia, cascudo e outras espécies nativas da região. Para o cultivo dessas espécies, existem 12.000 viveiros e uma área alagada de 1.886 ha.

Os pescadores artesanais têm enfrentado diversos problemas que vêm causando a evasão dos mesmos do litoral. Entre os principais problemas existentes está a falta de recursos financeiros, a especulação imobiliária e o alto custo dos insumos básicos. Com renda calculada em cerca de dois salários mínimos, eles são obrigados a trabalhar em outras atividades para complementar a renda familiar, o que, em alguns casos, os afasta definitivamente da pesca.

Além disso, sofrem as investidas dos grandes pesqueiros que avançam de forma ilegal sobre as regiões destinadas aos pequenos pescadores, sem que haja uma fiscalização eficiente.

3. MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO

Embora em 1984 o volume de produtos pesqueiros que entram no comércio internacional tenha aumentado consideravelmente, devido à queda generalizada dos preços dos produtos mais importantes na exportação (camarão, atum e farinha de pescado), seu valor aumentou em apenas 1%.

Em relação aos países em desenvolvimento, segundo a FAO, houve um pequeno acréscimo, de 43% para 44%, no total exportado (ver tabela 2). O aumento no volume se deveu sobretudo às maiores exportações de farinha de pescado da América Latina. A República da Coreia, principal exportador de produtos pesqueiros entre os países em desenvolvimento, aumentou seus envios em 5%.

As exportações dos países desenvolvidos apresentaram uma pequena queda, como consequência de uma redução de 2,3% dos envios efetuados pelo Canadá, Noruega e Dinamarca. Entre os países desenvolvidos, o Japão foi o único grande exportador de pescado que aumentou suas exportações, principalmente pelo acréscimo nas vendas de atum enlatado para os Estados Unidos e o Reino Unido.

Nos países em desenvolvimento, as importações de pescado continuaram diminuindo e a eles correspondeu, no ano de 1984, em valor, apenas 12% das importações mundiais. Um dos motivos que levaram a este percentual foi a brusca redução nas importações da Nigéria.

Em 1984, o Brasil participou com 0,24% no total importado e com 1,09% no total exportado (tabela 2).

De acordo com a CACEX, do Banco do Brasil, em 1986 o Brasil exportou, na forma de peixes, crustáceos, moluscos e subprodutos diversos, um total de 42.371 t, contra 52.668 t comercializadas em 1985. No 1º semestre de 1987, este volume atingiu 14.834 t.

Em se tratando de valor comercializado, em 1986 as exportações brasileiras atingiram o montante de 150 milhões de dólares.

lares, contra 170 milhões obtidos em 1985. No 1º semestre de 1987, este valor foi de 58 milhões (tabelas 14 e 15).

O atum foi a espécie mais importante em termos de quantidade exportada; em termos de valor, foi o camarão.

Os Estados Unidos permanecem sendo o maior importador de produtos pesqueiros, tanto em quantidade como em valor.

As importações brasileiras de produtos pesqueiros cresceram significativamente em 1986, tanto em quantidade como em valor, passando de 43.218 t (em 1985), para 97.922 t; ou de 45 milhões em 1985 para 129 milhões de dólares em 1986 (tabela 16). Somente no 1º semestre de 1987 estas cifras alcançaram 93.811 toneladas e 94 milhões de dólares (tabela 17). Isto se deveu sobretudo à escassez de carne bovina e outras carnes, que fez com que o governo facilitasse as importações de pescado, a partir de meados de setembro/86 até abril de 1987, muito embora a CACEX tenha restringido a emissão de guias de importação a partir do final de dezembro/86.

Segundo dados da CACEX, em 1986 Santa Catarina exportou 17.296 t de produtos pesqueiros (40,82% do total nacional), sendo que o principal comprador foi Porto Rico (6.674 t) e o principal produto comercializado foi o atum (14.925 t) (tabela 18). No 1º semestre de 1987, o estado já havia exportado 6.329 t.

O valor das exportações catarinenses em 1986 foi de 15 milhões de dólares, sendo que os Estados Unidos foram os que mais contribuíram para esta cifra (5 milhões); o produto que mais rendeu foi o atum (9 milhões). No 1º semestre de 1987, este valor atingiu 5 milhões de dólares (tabela 19).

Com relação às importações catarinenses, em 1986 atingiram 4.386 t, que corresponderam a 2,6 milhões de dólares (tabelas 20). Porém, apenas no 1º semestre de 1987 o estado já havia importado 12.126 t (7 milhões de dólares) (tabela 21). Isto se deveu sobretudo ao aumento na importação da sardinha, que tem tido um baixo índice de captura no estado.

TABELA 14

PESCADO - QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE PRODUTOS PESQUEIROS, POR ESPÉCIE, SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO - 1986

PAÍS DE DESTINO PRODUTOS PESQUEIROS	QUANTIDADE - (KG)									TOTAL
	ESTADOS UNIDOS	JAPÃO	ARGENTINA	PORTUGAL	PORTO RICO	ITÁLIA	OUTROS PAÍSES			
CORVINA	-	6.711	-	-	-	-	1.000	-	-	7.711
PESCADA	240	-	-	-	-	-	4.130	-	-	4.370
ATUM	30.000	1.992.539	5.669.212	2.463.596	10.031.942	-	661.451	-	-	20.848.740
PARGO-ROSA	1.300.908	-	-	-	-	-	8.599	-	-	1.309.507
PIRAMUTABA	3.606.855	11.439	-	-	-	-	50	-	-	3.618.344
CAMARÃO	8.948.527	2.039.461	68.760	-	-	1.056.229	171.410	-	-	12.284.387
LAGOSTA	1.447.298	270	1.025	-	-	-	2.377	-	-	1.450.970
SARDINHA	2.000	-	1.069.560	-	-	-	14.420	-	-	1.085.980
OUTROS PROD. PESQUEIROS	857.049	75.075	26.490	10.000	-	104.880	687.311	-	-	1.760.805
TOTAL	16.192.877	4.125.495	6.835.047	2.473.596	19.031.942	1.161.109	1.550.748	-	-	42.370.814

(continua)

(conclusão) PAÍSES DE DESTINO PRODUTOS PESQUEIROS	VALOR - (US\$ FOB)									TOTAL
	ESTADOS UNIDOS	JAPÃO	ARGENTINA	PORTUGAL	PORTO RICO	ITÁLIA	OUTROS PAÍSES			
CORVINA	-	10.320	-	-	-	-	850	-	-	11.170
PESCADA	562	-	-	-	-	-	8.733	-	-	9.295
ATUM	77.000	3.257.859	3.826.362	1.563.440	5.301.168	-	528.473	-	-	14.554.312
PARGO-ROSA	6.953.181	-	-	-	-	-	21.540	-	-	6,974.721
PIRAMUTABA	5.016.310	13.876	-	-	-	-	60	-	-	5,030.246
CAMARÃO	63.220.198	20.634.749	181.061	-	-	5.217.695	852.564	-	-	90,106.267
LAGOSTA	28.050.696	365	10.477	-	-	-	51.868	-	-	28,113.406
SARDINHA	900	-	551.872	-	-	-	6.915	-	-	559.687
OUTROS PROD. PESQUEIROS	1.880.533	105.935	13.447	13.000	-	172.615	2,363.028	-	-	4,548.558
TOTAL	105,199,380	24,023,114	4,583,219	1,576,440	5,301,168	5,390,310	3,834,031	-	-	149,907,662

FONTE: BANCO DO BRASIL - CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR - DEPEC - 1986.
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC.

TABELA 15

PESCADO - QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE PRODUTOS PESQUEIROS, POR ESPÉCIES, SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO - 1º SEMESTRE 1987

PAÍS DE DESTINO PRODUTOS PESQUEIROS	QUANTIDADE (KG)								TOTAL
	ESTADOS UNIDOS	ITÁLIA	JAPÃO	PAÍSES BAIXOS	ARGENTINA	PORTO RICO	OUTROS PAÍSES		
ATUM	-	-	424.130	-	4.685.000	1.566.040	-	-	6.675.170
PARGO-ROSA	306.655	-	-	-	-	-	39.274	-	345.929
PIRAMUTABA	1.048.705	-	-	-	-	-	498	-	1.049.203
CAMARÃO	2.644.770	362.100	716.739	36.056	600	-	56.422	-	3.816.687
LAGOSTA	830.678	-	-	-	500	-	-	-	831.178
SARDINHA	-	-	-	-	278.000	-	-	-	278.000
TAMUATA	29.925	-	-	32.496	-	-	25.700	-	88.121
OUTROS PROD. PESQUEIROS	163.920	119.016	1.263.303	75.874	-	-	127.616	-	1.749.729
TOTAL	5.024.653	481.116	2.404.172	144.426	4.964.100	1.566.040	249.510	-	14.834.017

(continua)

PAÍS DE DESTINO PRODUTOS PESQUEIROS	VALOR (US\$ FOB)								TOTAL
	ESTADOS UNIDOS	ITÁLIA	JAPÃO	PAÍSES BAIXOS	ARGENTINA	PORTO RICO	OUTROS PAÍSES		
ATUM	-	-	731.953	-	3.471.323	931.577	-	-	5.134.853
PARGO-ROSA	1.626.241	-	-	-	-	-	89.979	-	1.716.220
PIRAMUTABA	1.394.393	-	-	-	-	-	878	-	1.395.271
CAMARÃO	17.079.871	2.399.466	8.523.808	92.338	8.476	-	295.250	-	28.399.209
LAGOSTA	19.913.932	-	-	-	9.533	-	-	-	19.923.465
SARDINHA	-	-	-	-	162.180	-	-	-	162.180
TAMUATA	38.898	-	-	38.995	-	-	29.555	-	107.448
OUTROS PROD. PESQUEIROS	330.733	177.515	117.435	76.118	-	-	772.312	-	1.474.113
TOTAL	40.384.068	2.576.981	9.373.196	207.451	3.651.512	931.577	1.187.974	-	58.312.759

FONTE: BANCO DO BRASIL - CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR - DEPEC - 1º Semestre 1987.

ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC.

TABELA 16

PESCADO - QUANTIDADE E VALOR DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE PRODUTOS PESQUEIROS, POR ESPÉCIE, SEGUNDO O PAÍS DE ORIGEM - 1986

PAÍS DE ORIGEM	QUANTIDADE (KG)								TOTAL
	URUGUAI	ARGENTINA	PORTUGAL	NORUEGA	ISLÂNDIA	REINO UNIDO	OUTROS PAÍSES		
CASTANHA	189.244	6.620	-	-	-	-	-	195.864	
CORVINA	3.630.638	1.538.073	-	-	-	-	-	5.168.711	
MERLUZA	11.610.915	21.157.497	-	-	-	-	-	32.768.412	
PESCADA	3.207.971	1.741.167	1.000	-	-	-	-	4.950.138	
NAMORADO	-	586.976	-	-	-	-	-	586.976	
BACALHAU	16.010	-	100.000	19.858.773	323.225	80.003	581.525	20.959.536	
SARDINHA	-	-	238.000	-	1.999.980	2.000.010	12.431.127	16.669.117	
POLVO, CALAMAR E LULA	-	143.619	37.500	-	-	-	13.510	194.629	
OUTROS PROD. PESQUEIROS	4.278.558	4.760.709	166.002	1.125.124	-	1.500	6.096.566	16.429.459	
TOTAL	22.933.336	29.934.660	542.502	20.983.897	2.323.205	2.081.513	19.122.723	97.921.841	

(continua)

PAÍS DE ORIGEM	VALOR (US\$ FOB)								TOTAL
	URUGUAI	ARGENTINA	PORTUGAL	NORUEGA	ISLÂNDIA	REINO UNIDO	OUTROS PAÍSES		
CASTANHA	58.375	2.284	-	-	-	-	-	60.659	
CORVINA	1.737.686	763.423	-	-	-	-	-	2.501.109	
MERLUZA	8.188.764	16.624.041	-	-	-	-	-	24.812.805	
PESCADA	1.429.211	837.362	2.200	-	-	-	-	2.268.773	
NAMORADO	-	4.804.761	-	-	-	-	-	4.804.761	
BACALHAU	49.631	-	283.500	71.692.821	1.093.505	275.135	1.776.967	75.171.559	
SARDINHA	-	-	166.450	-	979.990	759.992	5,943.280	7.849.712	
POLVO, CALAMAR E LULA	-	132.166	49.500	-	-	-	35.775	217.441	
OUTROS PROD. PESQUEIROS	1.770.091	4,538.618	98,154	1,245,707	-	18,765	4,123,437	11,794,772	
TOTAL	13,233,758	27,702,655	599,804	72,938,528	2,073,495	1,053,892	11,879,459	129,481,591	

FONTE: BANCO DO BRASIL - CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR - DEPEC - 1986.
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC.

TABELA 17

PESCADO - QUANTIDADE E VALOR DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE PRODUTOS PESQUEIROS, POR ESPÉCIE, SEGUNDO O PAÍS DE ORIGEM - 1º SEMESTRE 1987

PRODUTOS PESQUEIROS	QUANTIDADE (KG)									TOTAL
	ARGENTINA	URUGUAI	NORUEGA	PORTUGAL	MAURITÂNIA	REINO UNIDO	OUTROS PAÍSES			
CORVINA	2.477.950	2.278.037	-	-	-	-	-	-	-	4.755.987
MERLUZA	18.164.031	2.074.839	-	-	-	-	-	-	-	20.238.870
NAMORADO	86.829	-	-	-	-	-	-	-	-	86.829
PESCADA	1.383.019	980.385	-	-	-	-	-	-	-	2.363.404
CASTANHA	40.680	19.000	-	-	-	-	-	-	-	59.680
BACALHAU	-	-	6.040.975	156.875	-	24.300	608.025	-	-	6.830.175
SARDINHA	-	-	-	108.480	7.999.990	5.726.130	18.592.023	-	-	32.426.613
OUTROS PROD. PESQUEIROS	4.456.282	2.198.359	5.001.838	171.188	-	1.181.667	13.540.657	-	-	26.549.991
TOTAL	27.108.791	7.550.620	11.042.813	436.543	7.999.990	6.932.097	32.740.705	-	-	93.811.549

(continua)

PRODUTOS PESQUEIROS	VALOR (US\$ FOB)									TOTAL
	ARGENTINA	URUGUAI	NORUEGA	PORTUGAL	MAURITÂNIA	REINO UNIDO	OUTROS PAÍSES			
CORVINA	1.384.869	1.397.244	-	-	-	-	-	-	-	2.782.113
MERLUZA	14.107.038	1.728.647	-	-	-	-	-	-	-	15.835.685
NAMORADO	82.018	-	-	-	-	-	-	-	-	82.018
PESCADA	1.026.460	668.417	-	-	-	-	-	-	-	1.694.877
CASTANHA	14.645	8.213	-	-	-	-	-	-	-	22.858
BACALHAU	-	-	31.789.655	669.126	-	112.345	2.296.699	-	-	34.867.925
SARDINHA	-	-	-	77.186	3.059.992	2.278.131	6.451.286	-	-	11.866.595
OUTROS PROD. PESQUEIROS	3.800.014	1.156.754	5.837.537	117.735	-	638.100	15.494.518	-	-	27.174.658
TOTAL	20.495.044	4,949,275	37,577,192	864,047	3,059,992	3,028,576	24,242,503	-	-	94,316,629

FONTE: BANCO DO BRASIL - CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR - DEPEC - 1º Semestre 1987.

ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC.

TABELA 18
 PESCADO - QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES CATARINENSES DE PRODUTOS PESQUEIROS, POR ESPÉCIES, SEGUNDO O
 PAIS DE DESTINO - 1986

PAIS DE DESTINO	QUANTIDADE (KG)								TOTAL
	ESTADOS UNIDOS	ARGENTINA	CAPO VERDE	ITÁLIA	PORTUGAL	PORTO RICO	OUTROS PAISES		
PRODUTOS PESQUEIROS									
ATUM	-	5.370.232	600.000	-	2.199.986	6.674.460	80.735	14.925.413	
CAMARÃO	900.636	3.760	-	46.734	-	-	25.800	976.930	
POLVO, CALAMAR E LULA	-	14.490	-	98.000	10.000	-	2.485	124.975	
SARDINHA	-	1.069.560	-	-	-	-	13.950	1.083.510	
OUTROS PRODUTOS PESQUEIROS	124.245	12.000	-	-	-	-	48.585	184.830	
TOTAL	1.024.881	6.470.042	600.000	144.734	2.209.986	6.674.460	171.555	17.295.658	

(continua)

PAIS DE DESTINO	VALOR (US\$ FOB)								TOTAL
	ESTADOS UNIDOS	ARGENTINA	CAPO VERDE	ITÁLIA	PORTUGAL	PORTO RICO	OUTROS PAISES		
PRODUTOS PESQUEIROS									
ATUM	-	3.570.058	408.000	-	1.392.094	3.539.746	49.548	8.959.446	
CAMARÃO	4.930.505	8.460	-	289.565	-	-	72.752	5.301.282	
POLVO, CALAMAR E LULA	-	7.389	-	156.452	13.000	-	1.491	178.332	
SARDINHA	-	551.872	-	-	-	-	6.075	557.947	
OUTROS PROD. PESQUEIROS	116.455	6.058	-	-	-	-	110.475	232.988	
TOTAL	5.046.960	4.143.837	408.000	446.017	1.405.094	3.539.746	240.341	15.229.995	

FONTE: BANCO DO BRASIL - CAPTEIRA DE COMERCIO EXTERIOR - DEPEC - 1986.
 ELABORAÇÃO: INSTITUTO GEPA/SC.

TABELA 19

PESCADO - QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES CATARINENSES DE PRODUTOS PESQUEIROS, POR ESPÉCIE, SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO - 1º SEMESTRE 1987

PAÍS DE DESTINO	QUANTIDADE (KG)							TOTAL
	ARGENTINA	PORTO RICO	ESTADOS UNIDOS	ITÁLIA	JAPÃO	PAÍSES BAIXOS		
PRODUTOS PESQUEIROS								
ATUM	4.371.000	1.321.630	-	-	-	-	-	5.692.630
SARDINHA	278.000	-	-	-	-	-	-	278.000
CAMARÃO	-	-	185.254	13.240	-	33.976	-	232.470
POLVO, CALAMAR E LULA	-	-	-	20.000	-	-	-	20.000
OUTROS PROD. PESQUEIROS	-	-	54.870	1.000	50.000	-	-	105.870
TOTAL	4.649.000	1.321.630	240.124	34.240	50.000	33.976	-	6.328.970

(continua)

PAÍS DE DESTINO	VALOR (US\$ FOB)							TOTAL
	ARGENTINA	PORTO RICO	ESTADOS UNIDOS	ITÁLIA	JAPÃO	PAÍSES BAIXOS		
PRODUTOS PESQUEIROS								
ATUM	3.212.179	788.485	-	-	-	-	-	4.000.664
SARDINHA	162.180	-	-	-	-	-	-	162.180
CAMARÃO	-	-	825.726	102.690	-	69.696	-	998.112
POLVO, CALAMAR E LULA	-	-	-	24.094	-	-	-	24.094
OUTROS PROD. PESQUEIROS	-	-	48.646	616	52.619	-	-	101.881
TOTAL	3.374.359	788.485	874.372	127.400	52.619	69.696	-	5.286.931

FONTE: BANCO DO BRASIL - CADEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR - DEPEC - 1º Semestre 1987.

ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC.

TABELA 20
 PESCAÇO - QUANTIDADE E VALOR DAS IMPORTAÇÕES CATARINENSES DE PRODUTOS PESQUEIROS, POR ESPÉCIE E SEGUNDO O PAÍS DE ORIGEM - 1986

PRODUTOS PESQUEIROS	QUANTIDADE (KG)				VALOR (US\$ FOB)			
	ARGENTINA	MAURITÂNIA	URSS	TOTAL	ARGENTINA	MAURITÂNIA	URSS	TOTAL
CORVINA	213.200	-	-	213.200	99.628	-	-	99.628
MERLUZA	1.714.998	-	-	1.714.998	1.350.563	-	-	1.350.563
PESCADA	120.000	-	-	120.000	55.000	-	-	55.000
SARDINHA	-	2.000.000	280.147	2.280.147	-	900.000	112.059	1.012.059
OUTROS PROD. PESQUEIROS	57.552	-	-	57.552	133.001	-	-	133.001
TOTAL	2.105.750	2.000.000	280.147	4.385.897	1.638.192	900.000	112.059	2.650.251

FONTE: BANCO DO BRASIL - CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR - DEPEC 1986.
 ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC.

TABELA 21
 PESCAÇO - QUANTIDADE E VALOR DAS IMPORTAÇÕES CATARINENSES DE PRODUTOS PESQUEIROS, POR ESPÉCIE E SEGUNDO O PAÍS DE ORIGEM - 1º SEMESTRE DE 1987

PRODUTOS PESQUEIROS	QUANTIDADE (KG)				VALOR (US\$ FOB)			
	ARGENTINA	ESPANHA	MAURITÂNIA	OUTROS PAÍSES	ARGENTINA	ESPANHA	MAURITÂNIA	OUTROS PAÍSES
CORVINA	9.840	-	-	-	9.840	5.314	-	-
MERLUZA	1.693.968	-	-	-	1.693.968	1.250.932	-	-
SARDINHA	-	2.077.980	4.999.980	348.360	7.426.320	-	592.224	1.949.992
OUTROS PROD. PESQUEIROS	214.086	-	-	2.782.500	2.996.586	288.998	-	2.804.760
TOTAL	1.917.894	2.077.980	4.999.980	3.130.860	12.126.714	1.545.244	592.224	1.949.992
								2.901.256
								6.988.716

FONTE: BANCO DO BRASIL - CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR - DEPEC - 1º Semestre 1987.
 ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC.

Cabe ressaltar que a grande maioria das importações foi feita por grupos sem tradição na pesca, como é o caso de grandes redes de supermercados, "tradings" e empresas voltadas a outros produtos totalmente distintos.

Segundo dados disponíveis na Delegacia Federal da Agricultura, através do Serviço de Inspeção do Produto Animal (SERPA), as exportações catarinenses para o mercado interestadual até julho de 1987 foram de 64.366,63 t, sendo que 46,57% foi sob a forma de congelados (tabela 22).

TABELA 22
PESCADO - QUANTIDADE DE PRODUTOS PESQUEIROS INSPECIONADOS DE SANTA CATARINA, EXPORTADOS PARA O MERCADO INTERESTADUAL - 1982-87

ANO	(tonelada)					
	RESFRIADO	CONGELADO	SALGADO	ENLATADO	OUTROS	TOTAL
1982	37.105,30	29.169,69	3.494,73	4.632,90	2.944,43	77.347,05
1983	37.261,60	31.366,62	4.323,47	7.529,79	2.129,86	82.611,34
1984	39.124,04	54.511,58	4.809,83	6.989,35	2.499,67	107.934,47
1985	63.869,22	85.967,90	9.583,80	17.773,24	12.248,36	189.442,52
1986	49.058,44	50.397,90	6.885,96	6.236,07	379,98	112.958,35
1987 (*)	27.723,37	29.978,21	2.197,54	3.493,57	973,94	64.366,63

FONTE: DFA/SC - SERPA.

ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC.

(*) até julho.

De acordo com dados da mesma fonte, os principais estados importadores do pescado catarinense no período acima foram: Rio de Janeiro (34,52%), São Paulo (33,22%), Rio Grande do Sul (11,12%) e Paraná (5,73%) (tabela 23).

TABELA 23
PESCADO - QUANTIDADE DE PRODUTOS PESQUEIROS INSPECIONADOS DE SANTA CATARINA, IMPORTADOS SEGUNDO OS PRINCIPAIS ESTADOS DA FEDERAÇÃO - 1986-87

ESTADO	1986		1987 (*)	
	QUANTIDADE IMPORTADA	%	QUANTIDADE IMPORTADA	%
RIO DE JANEIRO	38.195,23	33,82	22.214,38	34,52
SÃO PAULO	29.725,06	26,32	21.380,41	33,22
PARANÁ	10.372,10	9,18	3.689,14	5,73
PERNAMBUCO	9.431,04	8,35	2.864,59	4,45
BAHIA	7.096,64	6,28	2.270,38	3,53
RIO GRANDE DO SUL	6.461,65	5,72	7.158,79	11,12
ALAGOAS	2.842,30	2,52	1.378,93	2,14
CEARÁ	2.351,68	2,08	888,79	1,38
SERGIPE	1.078,24	0,95	401,03	0,62
PARAÍBA	974,02	0,86	350,53	0,54
OUTROS ESTADOS	4.426,40	3,92	1.770,78	2,75
TOTAL	112.954,36	100,00	64.367,75	100,00

FONTE: DFA/SC - SERPA.

ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

Na área do cooperativismo catarinense, destaca-se o papel da Cooperativa de Pesca Porto Belo-COOPERBELO, sediada no município de Porto Belo, criada com o objetivo de comercializar a produção do pescado obtido através de seus associados, bem como fornecer os insumos básicos à pesca e os produtos necessários ao consumo familiar dos cooperados.

A COOPERBELO conta atualmente com cerca de 300 associados.

Em 1987, a cooperativa comercializou cerca de 226 toneladas (tabela 24).

TABELA 24

PESCADO - QUANTIDADE E PERCENTUAL DE COMERCIALIZAÇÃO REALIZADOS ATRAVÉS DA COOPERBELO - DE JANEIRO A OUTUBRO DE 1987

MÊS	QUANTIDADE (kg)	% COMERCIALIZAÇÃO NO MÊS
Janeiro	14.527	6,44
Fevereiro	14.630	6,49
Março	17.215	7,63
Abril	15.472	6,86
Maiο	29.532	13,09
Junho	29.381	13,03
Julho	31.131	13,81
Agosto	55.174	24,46
Setembro	14.758	6,54
Outubro	3.722	1,65
TOTAL	225.542	100,00

FONTE: COOPERBELO.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Para a recepção e entrega do produto, em 1987, ela contava com duas caminhonetes F-4000 de carroceria isotérmica, com capacidade para transportar até 5 toneladas; uma carreta Volvo com carroceria frigorífica, com capacidade para 25 toneladas; 2 caminhões com capacidade para 24 toneladas; 1 caminhão,

modelo 690, com capacidade para 5 toneladas e dois automóveis utilitários.

Desde o mês de novembro de 1987, a COOPERBELO encontra-se sob intervenção Federal do Ministério da Agricultura.

Observa-se que durante todo o ano a produção comercializada foi bastante inferior à do ano anterior (1.044 t). Isto se deveu principalmente à falta de entrega do produto por parte dos cooperados, que preferiram entregá-lo a atravessadores. Dessa forma, a cooperativa, que havia investido significativamente durante o plano cruzado, encontrou dificuldades em pagar os financiamentos obtidos.

4. ABASTECIMENTO E CONSUMO

De acordo com informações obtidas junto à DFA, através do SERPA, o consumo estadual de pescado caiu ligeiramente no 1º semestre de 1987, quando comparado com período idêntico de 1986. Esta queda correspondeu a apenas 2,62% (tabela 25).

TABELA 25
PESCADO - MERCADO ESTADUAL DE PRODUTOS PESQUEIROS - 1982-87

ANO	(tonelada)					
	RESFRIADO	CONGELADO	SALGADO	ENLATADO	OUTROS	TOTAL
1982	9.491,18	7.083,59	51,99	288,28	3.116,97	20.032,01
1983	7.227,74	6.047,87	262,49	1.474,08	2.188,97	17.201,15
1984	11.568,69	12.794,62	603,27	809,89	2.143,87	27.920,34
1985	9.658,34	23.655,63	602,48	383,17	678,52	34.978,14
1986	12.795,08	16.535,35	357,80	550,10	4.013,12	34.251,45
1987 (*)	7.101,45	6.309,29	469,45	122,74	8.306,82	22.309,75

FONTE: DFA/SC - SERPA.

ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC.

(*) até julho.

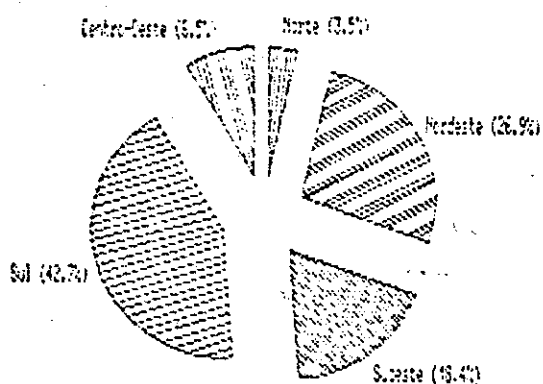
Nos países desenvolvidos, entre 1973 e 1983, segundo informações da FAO, o consumo "per capita" de pescado aumentou de 23 para 27 kg/ano. Em contrapartida, nos países em desenvolvimento, este incremento foi de 7 para 8 kg/ano. No Brasil, em 1985, o consumo "per capita" foi de 7 kg/ano.

4.6. SUINOCULTURA

1. A MODERNIZAÇÃO DA SUINOCULTURA ACOMPANHA A EXPANSÃO DA PRODUÇÃO DE CEREAIS

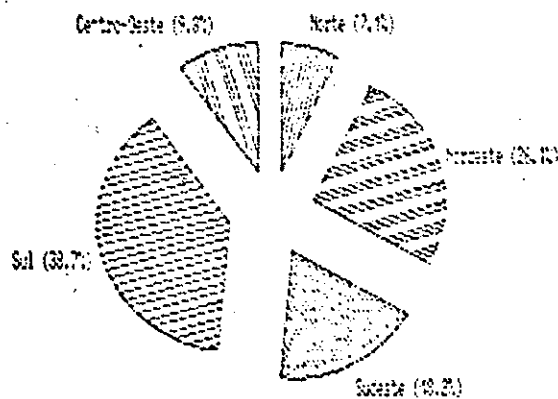
A liderança da suinocultura brasileira está nos estados sulinos, parte em razão da influência dos colonizadores e dos esforços da permanente modernização do parque industrial. Paralelamente, há na região uma constante preocupação com a incorporação de novas tecnologias e a implantação de modernos sistemas de produção. A partir da divisão espacial do rebanho, podemos constatar, como características predominantes, uma suinocultura industrial no Sul e outra de subsistência nas demais regiões. No entanto, a atividade tem crescido de importância, no Sudeste e Centro-Oeste, com o surgimento de grandes projetos de criação e industrialização, estimulados por linhas de crédito e favorecidos pela proximidade com uma área de produção de cereais em expansão. Da mesma forma, o aumento dos rebanhos no Norte e Centro-Oeste do país deve-se à expansão da fronteira agrícola, com a crescente participação de produtores sulinos.

GRÁFICO 1
SUÍNOS - PARTICIPAÇÃO DAS GRANDES REGIÕES NA FORMAÇÃO DO REBANHO SUINÍCOLA BRASILEIRO - 1980



FONTE: IBGE - CENSO AGROPECUÁRIO DO BRASIL - 1980
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC
REBANHO: 22.567.586 (CAB.)

GRÁFICO 2
SUÍNOS - PARTICIPAÇÃO DAS GRANDES REGIÕES NA FORMAÇÃO DO REBANHO SUINÍCOLA BRASILEIRO - 1985



FONTE: IBGE - SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO AGROPECUÁRIO DO BRASIL - 1985
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC
REBANHO: 30.067.116 (CAB.)

Em termos nacionais, comparando-se os dados censitários de 1980 e 1985 verifica-se a continuidade da tendência de

redução do rebanho nacional, iniciada a partir do segundo lustro da década de 70. Este fato resulta dos movimentos recessivos da economia brasileira e dos ganhos de produtividade da suinocultura em relação a outras atividades agrícolas. Com um rebanho avaliado em 31,0 milhões de cabeças, 17,4 dos quais com características comerciais, prevê-se uma produtividade superior à estimada. A importância social e econômica desta atividade se deve à participação de 2,7 milhões de estabelecimentos agrícolas e a um parque industrial composto por 1,6 mil empresas.

Os criatórios de suínos em Santa Catarina, segundo os dados preliminares do Censo Agropecuário de 1985, são explorados em 167.900 estabelecimentos, dos quais se estima que 54.000 em 1987 tiveram na suinocultura a sua principal fonte de renda. A atividade se desenvolve basicamente nas pequenas propriedades, que também são unidades produtoras de milho. A característica principal da suinocultura catarinense é a organização da produção em sistemas integrados e a modernização constante das plantas industriais. Mais recentemente, com a associação de pequenos suinocultores em "Condomínios", um novo passo foi dado no sentido de incorporar mais criadores na modernização tecnológica e no mercado. Os produtores integrados, que representam cerca de 50% dos que se dedicam primordialmente à suinocultura, possuem índices de produtividade semelhantes aos obtidos nos países desenvolvidos.

TABELA 1
SUINOS - NUMERO DE INTEGRADOS, NUMERO DE MATRIZES, NUMERO DE SUINOS, TERMINADOS E COEFICIENTES TECNICOS DA SUINOCULTURA CATARINENSE, 1984-87

SITUAÇÃO	1984	1985	1986	1987
Núm.de Integrados	20073	22106	23936	26421
Núm.Matrizes/Integ.	9.6	9.2	9.4	9.8
Núm.de Terminados/Integ.	121.0	126.0	128.0	132.0
Peso Médio Vivo/Kg	94.4	94.4	95.0	94.8
Peso das Carcaças/Kg	69.8	70.2	70.0	69.7
Taxa de Desfrute/%	145.0	148.0	150.0	150.0
Taxa de Mortalidade/%	13.8	11.2	10.6	11.4
Conversão Alimentar	3.18:1	3.19:1	3.20:1	3.22:1

FONTE: Agroindústrias.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

2. A SUINOCULTURA MOSTRA A SUA CAPACIDADE DE PRODUÇÃO

Como era esperado, a expansão da produção mundial verificada em 1987 foi motivada pelos custos de produção mais baixos ocorridos em 1986, quando tanto o milho como a soja atingiram os menores níveis de preços da década. Da mesma forma, a tendência de rebaixamento dos estoques mundiais de carne bovina propiciava um espaço a ser preenchido pela carne suína. Somada a produção da China, CEE, EUA e URSS verifica-se que estes países detêm 75,3% da produção mundial, ficando patente que as variações para mais ou para menos nestes locais esclarecem o comportamento e as tendências da suinocultura mundial. Apesar de ser significativa a expansão da suinocultura brasileira em 1987 (considerados apenas os abates sob inspeção federal, segundo fontes ligadas ao USDA), o crescimento da produção na China, no Japão e nos EUA explica grande parte da expansão da produção no ano passado.

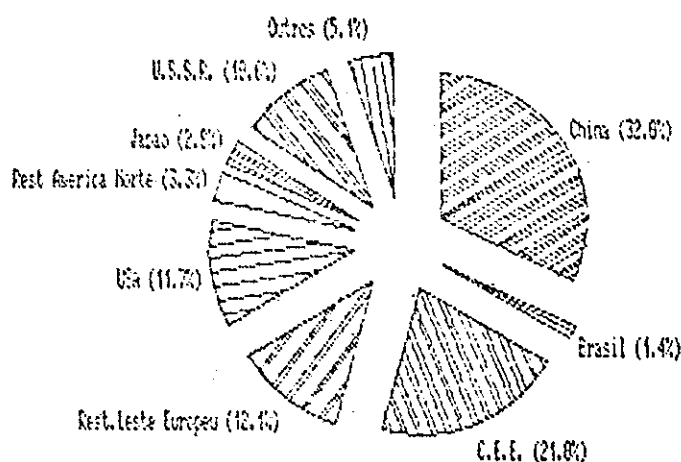
TABELA 2
CARNE SUINA - PRODUÇÃO MUNDIAL, VARIAÇÃO % E PARTICIPAÇÃO
RELATIVA -1984-87

ESPECIFICAÇÃO	(Mil ton)					
	84	85	86 (a)	87 (b)	Var.% a/b	Par. 87
China	14447	16495	17000	17600	3.53	31.67
C.E.E.	11100	11187	11495	11551	0.49	20.79
Rest.Leste Europeu	6473	6546	6676	6681	0.07	12.02
USA	6719	6716	6339	6443	1.64	11.59
U.R.S.S.	5927	5900	5850	5850	0.00	10.53
Rest.America Norte	1805	1765	1797	1836	2.17	3.30
Rest.da Asia	1540	1640	1644	1647	0.18	2.96
Japão	1424	1531	1500	1560	4.00	2.81
Rest.Oeste Europeu	1147	1189	1175	1135	-3.40	2.04
Brasil	567	600	700	750	7.14	1.35
Oceania	256	263	268	271	1.12	0.49
Rest. América Sul	228	234	242	245	1.24	0.44
Total	51633	54066	54686	55569	1.61	100.00

FONTE: USDA.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

GRÁFICO 3
 CARNE SUÍNA - PARTICIPAÇÃO % DOS PRINCIPAIS PAÍSES E REGIÕES
 NA PRODUÇÃO MUNDIAL.



FONTE: USDA
 ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

A produção nacional de carne suína atingiu em 1987 um volume próximo de 1,2 milhão de toneladas, superando o volume recorde de 1981 (1,183 milhão de toneladas). Este número foi atingido como uma decorrência imediata das condições favoráveis de mercado e preços, constatados no segundo semestre de 1985 e praticamente ao longo de todo o ano de 1986, quando os preços dos principais insumos foram estimuladores ao incremento de produção e ao retorno de criadores que estavam afastados do processo produtivo. A menor oferta de carne bovina e a recomposição real dos salários em 86 foram decisivos para que a produção nacional apresentasse uma expansão de 11,0% em 87. Verificaram-se, também, aumentos nos níveis de produtividade dos plantéis, decorrentes dos investimentos realizados com essa finalidade, mesmo porque nos anos de 83 e 84 as reduções dos plantéis se processaram no sentido de eliminar os animais menos produtivos.

TABELA 3

SUÍNOS - REBANHO, ABATE, TAXA DE ABATE E PRODUÇÃO DE CARNE EM EQUIVALENTES CARCAÇAS - BRASIL - 1984 A 1987

DISCRIMINAÇÃO	1984	1985	1986	1987
Rebanho (milhões de cab.)	29,0	30,0	31,0	31,5
Abates (milhões de cab.)	13,9	14,0	15,7	17,4
Taxa de Abate %	48,0	46,0	50,0	55,0
Produção (1.000 t)	960,0	966,0	1.080,0	1.200,0

FONTE: IBGE.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

A produção suinícola catarinense, comparada com a nacional, não tem acompanhado a mesma curva. Os decréscimos ocorridos no país nos anos de 83 e 84 não tiveram a mesma profundidade na suinocultura estadual, em razão da organização dos sistemas produtivos e do parque industrial, que dá sustentação à atividade e facilita o escoamento dos suínos produzidos. Os estímulos via mercado, que a atividade vinha recebendo desde o segundo semestre de 85, e mais os efeitos do Plano de Estabilização fizeram com que ocorresse o retorno maciço de recursos financeiros que estavam fora da atividade, facilitando o preenchimento da capacidade ociosa e a obtenção de ganhos na produtividade. Diante desse panorama, a produção cresceu 9,6% em 1987, surpreendendo as expectativas menos otimistas.

TABELA 4

SUÍNOS - REBANHO, PRODUÇÃO DE CARNE, ABATE, TAXA DE ABATE E DESFRUTE - SANTA CATARINA - 1983 A 1987

ANO	REBANHO (mil cab.)	PRODUÇÃO (mil cab.)	TAXA DE ABATE	DESFROUTE %
1983	3.200,0	4.177,0	130,0	124,0
1984	3.100,0	3.902,0	126,0	124,0
1985	3.172,0	4.142,0	130,0	133,0
1986	3.380,0	4.390,0	130,0	136,0
1987	3.436,0	4.937,0	143,0	138,0

FONTE: MA/DFA-SC (SERPA) e Instituto CEPA/SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

3. O MERCADO NÃO ABSORVE TODO O VOLUME OFERTADO

Como em 1986, os avanços e recuos dos negócios internacionais com carne suína em 1987 se deram em consonância com as condições econômicas dos países ricos. O maior volume das transações continuou vinculado às relações tanto externas como internas de CEE, responsável, sozinha, por 60,7% das importações e de 64,1% das exportações. Isto se deveu à intensa comercialização entre os países membros e à preferência do produto europeu por parte dos principais países importadores. Apesar das campanhas mundiais dos nutricionistas por carnes magras, as transações com carne suína ainda superaram os negócios com carne de

aves. A grande alteração no mercado mundial de carne suína se deu a partir da entrada do Brasil como comprador, por ser considerado como potencial exportador. Por outro lado, as compras japonesas, que vinham em expansão, sofreram uma queda, devido ao encarecimento das importações, cedendo o lugar à produção local. Os incrementos da produção mundial, apesar de moderados, têm facilitado a formação de estoques e o surgimento de subsídios por parte dos países produtores, causando contenção de preços, ao lado de um mercado que também se expandiu moderadamente.

TABELA 5
CARNE SUÍNA - PAÍSES E REGIÕES IMPORTADORES E EXPORTADORES
VARIACÃO % E NO PERÍODO DE 1984 A 1987

PAÍSES	[mil t]											
	1984		1985		1986		*1987		Var.%(b/a)		Par./87	
	Imp	Exp	Imp	Exp	Imp	Exp	Imp	Exp	Imp	Exp	Imp	Exp
Res. Am. Norte	--	176	--	197	--	216	--	227	--	5.1	--	6.0
USA	433	74	512	58	490	54	499	54	1.8	--	14.5	1.4
Brasil	--	--	3	--	38	18	40	35	5.3	94.4	1.2	0.9
C.E.E.	1936	2187	1998	2207	2055	2399	2093	2421	1.8	0.9	60.7	64.0
Leste Europeu	107	647	37	610	40	593	50	628	25.0	5.9	1.5	16.6
U.R.S.S.	120	--	246	--	250	--	250	--	--	--	7.3	--
Hong-Kong	206	--	217	--	225	--	235	--	4.4	--	6.8	--
Japão	279	--	272	--	280	--	250	--	-10.7	--	7.3	--
China	--	273	--	263	--	292	--	292	--	--	--	7.7
Tailândia	--	73	--	96	--	105	--	90	--	-14.3	--	2.4
Oceania	--	2	--	5	--	4	--	6	--	50.0	--	0.2
Outros	29	105	26	111	23	68	29	28	26.1	-58.8	0.8	0.7
Total	3110	3537	3311	3547	3401	3749	3446	3781	1.3	0.9	100	100

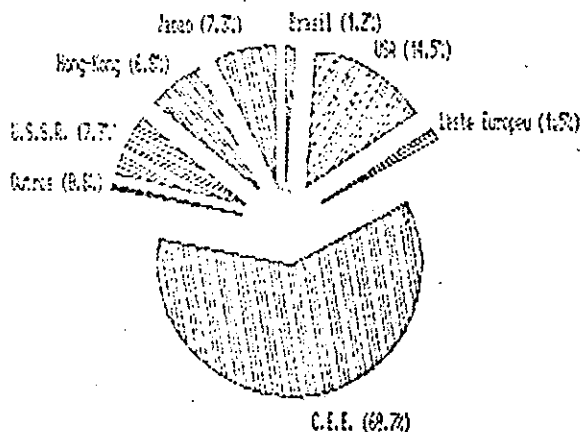
FONTE: USDA.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

*Estimativa Preliminar.

GRÁFICO 4

CARNE SUÍNA - PARTICIPAÇÃO % DOS PRINCIPAIS PAÍSES E REGIÕES DE IMPORTAÇÃO - 1987

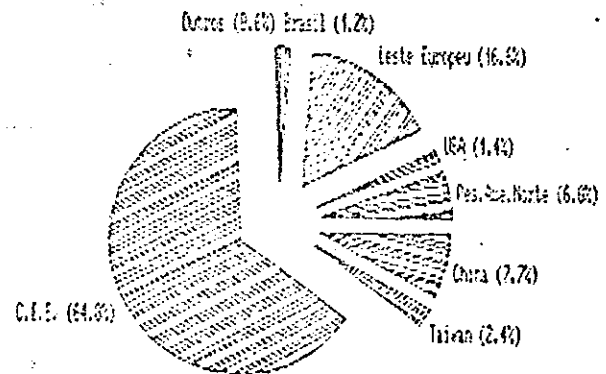


FONTE: USDA

ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

GRÁFICO 5

CARNE SUÍNA - PARTICIPAÇÃO % DOS PRINCIPAIS PAÍSES E REGIÕES DE EXPORTAÇÃO - 1987



FONTE: USDA

ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

O mercado brasileiro, ao contrário do que ocorreu em 1986, entrou em um quadro de dificuldades. O aumento da produção acima da capacidade de absorção do mercado, a maior oferta das demais carnes a preços mais competitivos, a perda do poder de compra dos assalariados e as importações de carne suína mal equacionadas foram os principais fatores para que o mercado nacional entrasse em um quadro de baixa, prejudicando os interesses do setor. Apesar de as exportações terem crescido, não foram suficientes para aliviar os estoques, cujos níveis influenciaram o comportamento das vendas e dos preços. A situação mais grave aconteceu no mercado do produtor, onde, por muitos meses, ocorreu represamento da produção. O mercado veio a apresentar apenas uma recuperação sazonal ao final do ano, como consequência dos crescimentos das vendas natalinas (características daquela época do ano).

TABELA 6
CARNE SUINA - BALANÇO DA OFERTA E DEMANDA DO BRASIL E
EM SANTA CATARINA - 1985-88

COMPORTAMENTO	(Mil ton)							
	BRASIL				SANTA CATARINA			
	85	86	87	*88	85	86	87	*88
Estoque Inicial	-	-	10.0	15.0	-	-	8.0	9.0
Produção	960.0	1080.0	1200.0	1100.0	283.0	307.1	350.0	305.0
Importação	-	38.0	40.0	-	-	-	26.0	-
Suprimento Int.	960.0	1118.0	1250.0	1115.0	283.0	307.1	384.0	314.0
Exportação	-	8.0	35.0	30.0	-	-	28.0	25.0
Consumo Interno	960.0	1100.0	1200.0	1085.0	205.2	221.1	271.0	219.0
Consumo Regional	-	-	-	-	77.8	86.0	76.0	70.0
Per Capita/Kg	7.1	10.0	8.0	-	19.0	20.1	18.0	-
Estoque Final	-	-	15.0	-	-	-	9.0	-

FONTE: Instituto CEPA/SC.

OBS: Considerou-se apenas a carne sem os componentes necessários para a industrialização.

*Estimativas preliminares.

4. A INDÚSTRIA ABSORVEU A PRODUÇÃO NO LIMITE DE SUA CAPACIDADE

Os abates, no país, foram avaliados em 17,4 milhões de cabeças, 47,0% dos quais, estima-se, sob inspeção oficial. O

crescimento expressivo de 10,8% garantiu um suprimento interno bem acima do potencial da demanda. Os abates não controlados oficialmente apresentaram indícios de expansão nos últimos dois anos. A euforia dos preços em 86 e a maior oferta de 87 facilitaram o retorno dos abatedouros não reconhecidos oficialmente. Isto aconteceu devido à ampliação dos campos de atuação, à facilidades de sonegação de impostos e aos custos de processamento mais baixos.

O desempenho dos abates em Santa Catarina manteve a tendência de expansão dos últimos cinco anos, pois a produção estadual sofre menos os efeitos cíclicos da economia e da oferta de carne bovina. A expansão de 15,1%, em 1987, se aproximou das taxas de crescimento dos anos 70. Este panorama, no entanto, refletiu uma super-oferta e as indústrias operaram no limite máximo de sua capacidade, havendo, inclusive, estrangulamento nos sistemas de estocagem, uma vez que o escoamento da produção se deu em um ritmo mais lento do que a pressão da oferta de animais prontos para o abate. Os abates estaduais representaram 28,0% do total abatido no país. Como a demanda esteve fortemente contida, as indústrias locais foram prejudicadas, pois tiveram de transportar no tempo estoques médios altos.

TABELA 7
SUÍNOS- ABATES TOTAIS MENSAIS E VARIAÇÃO PERCENTUAL-
SANTA CATARINA - 1984-87

(Mil Cab.)					
MES	1984	1985	1986 (a)	1987 (b)	Var % (b/a)
JAN	267.7	319.4	361.3	352.2	-2.5
FEV	307.0	270.6	321.3	344.5	7.2
MAR	273.4	311.4	295.3	363.6	23.1
ABR	277.4	305.2	358.0	332.2	-7.2
MAI	330.0	315.7	361.0	417.0	15.5
JUN	316.0	305.2	360.1	420.5	16.8
JUL	337.0	355.3	382.3	450.4	17.8
AGO	353.4	371.4	380.9	419.7	10.2
SET	312.0	351.3	382.0	438.6	14.8
OUT	345.9	370.2	349.5	456.8	30.7
NOV	305.0	345.2	357.0	455.4	27.6
DEZ	334.0	343.3	340.2	434.8	27.8
TOTAL	3758.8	3964.2	4248.9	4885.7	15.0

FONTE : MA/SERPA-SC, Instituto CEPA/SC.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

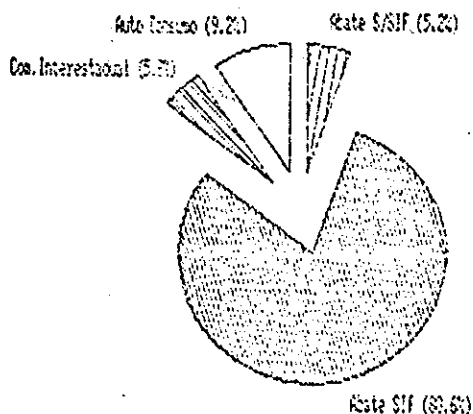
A produção de suínos de Santa Catarina segue quatro canais principais de comercialização. O chamado auto-consumo abastece os estabelecimento agrícolas; cai em termos relativos em 87, mas cresce nominalmente, pois os criadores, prensados pela grande produção, consumiram mais, incrementando a indústria caseira. A comercialização interestadual de suínos vivos decresceu, no mesmo período, uma vez que os preços dos animais no centro do país se mantiveram em níveis desestimulantes para este tipo de comércio. Os abates com e sem inspeção federal, no conjunto total da comercialização, sofreram ampliação tanto em termos relativos como nominais. Destaca-se, como fato preponderante, a tendência de crescimento da participação dos abates não controlados oficialmente, de um lado pela crescente necessidade de abastecimento das pequenas localidades, de outro estimulada por custos mais baixos e por sonegação de impostos.

TABELA 8
SUINOS - NUMERO DE CABEÇAS ABATIDAS E COMERCIALIZADOS PARA
OUTROS ESTADOS BRASILEIROS - 1983-87

ANO	(Cabeça)					TOTAL
	PRODUÇÃO REGISTRADA		PRODUÇÃO ESTIMADA			
	Abate SIF	Comércio Interest	Auto Consumo	Abate S/SIF		
1983	3494641	250000	299171	133104	4176916	
1984	3304082	100000	348376	150000	3902458	
1985	3519341	90000	400000	132816	4142157	
1986	3605163	223000	412890	230840	4471893	
1987	4155786	48000	428600	305159	4937545	

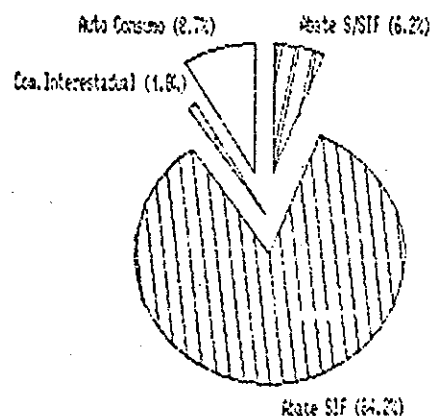
FONTE: MA/DFA-SC-SERPA e Instituto CEPA/SC.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

GRÁFICO 6
SUINOS - DESTINO DA PRODUÇÃO SUINA CATARINENSE - 1986



FONTE: MA/DFA-SC - SERPA E INSTITUTO CEPA/SC
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

GRÁFICO 7
SUINOS - DESTINO DA PRODUÇÃO SUINA CATARINENSE - 1987



FONTE: MA/DFA-SC - SERPA E INSTITUTO CEPA/SC
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

5. AS PERDAS ECONÔMICAS DESESTIMULARAM A ATIVIDADE

Os preços recebidos pelos criadores de suínos se mantiveram abaixo dos custos de produção. Com isso, a produção suínica, que vinha sendo estimulada desde o segundo semestre de 1985, entrou em uma fase de compressão, com muitos criadores reescalando os plantéis, com vistas a se adequar à nova realidade econômica. Os fatores que proporcionaram a forte instabilidade dos preços ligaram-se ao grande volume ofertado de suínos vivos, maior que o das demais carnes, aos preços oficialmente controlados ao nível do varejo, às importações mal equacionadas e à retração interna do consumo. Em termos nominais, os preços dos suínos entraram em uma fase de lenta recuperação no quarto trimestre do ano. A diminuição dos estoques circulantes de carne bovina, a eliminação dos efeitos de carne suína importada, a liberação dos preços de varejo e o crescimento sazonal do consumo permitiram esse melhor posicionamento.

TABELA 9

SUÍNOS - PREÇOS MÉDIOS MENSAIS NOMINAIS RECEBIDOS PELOS SUINOCULTORES DE SANTA CATARINA - 1983 A 1987

MÊS	(Cz\$/kg)				
	83	84	85	86	87
Jan	0,23	1,00	2,76	10,44	14,80
Fev	0,23	1,12	2,84	9,88	13,30
Mar	0,24	1,04	2,69	9,88	13,30
Abr	0,24	1,15	2,69	9,88	13,30
Mai	0,25	1,21	2,99	10,30	16,40
Jun	0,27	1,22	3,35	10,40	16,66
Jul	0,32	1,30	4,20	11,98	20,70
Ago	0,42	1,47	5,40	14,13	24,00
Set	0,61	1,73	5,40	13,44	24,00
Out	0,76	2,10	6,15	13,70	34,40
Nov	0,71	2,10	8,71	14,40	39,40
Dez	0,71	2,10	9,28	15,10	

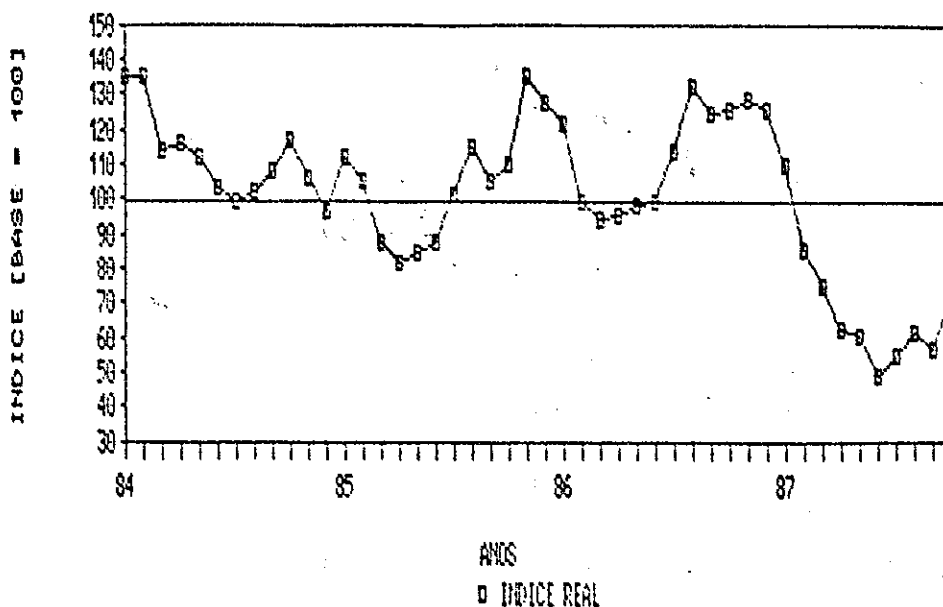
FONTE: Instituto CEPA/SC.

O cálculo do índice de relação de trocas entre o preço recebido pelo criador e o preço do concentrado mais milho, cujo peso foi ponderado através da participação desses componentes nos

custos de produção, indica-nos a situação dos suinocultores. Tomou-se como referência básica um índice médio a partir dos valores correntes, deflacionados pelo índice geral de preços calculado pela FGV, coluna 2. Ao se analisar o comportamento da curva, verifica-se uma relação nitidamente desfavorável para o suinocultor, durante 1987, já que em anos anteriores o efeito estacionalidade determinou momentos de relação favorável ao criador. Em termos reais, o pique de baixa de preços ocorrido em 87, pelo que mostra a curva, deve ser o mais baixo dos anos 80.

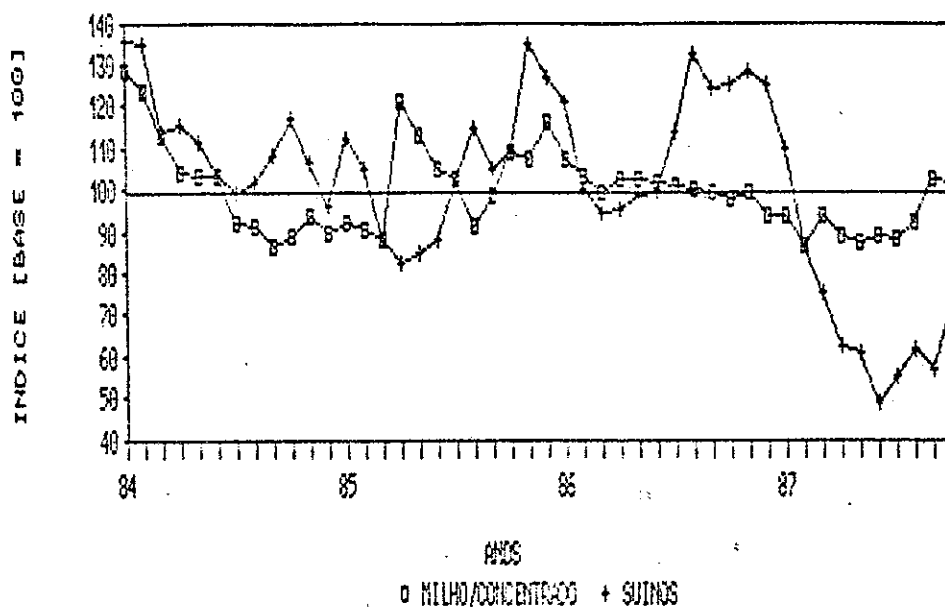
A relação favorável para quem vende os insumos se dá pelo tipo de produto e pela forma de suprimento. Mesmo que o suinocultor atenda a grande parte das necessidades de milho com cereal da sua própria lavoura - sobre cujo preço, teoricamente, teria maior controle - pela pouca capacidade e qualidade de estocagem acaba sofrendo a influência dos grandes estoques, em mãos das agroindústrias e cooperativas, que no mínimo valorizam os seus estoques em função dos custos operacionais e financeiros, a uma velocidade quase sempre superior ao nível de crescimento dos preços do suíno vivo. No caso do concentrado, fica patente a capacidade do fabricante de agregar valor, que no mínimo se aproxima da inflação. Isto acontece pelo nível de organização da agroindústria na aquisição dos componentes do concentrado e pela forma como o produto acabado chega ao produtor.

GRÁFICO 8
 SUINOS - ÍNDICE DE RELAÇÃO DE TROCAS DO PREÇO SUÍNO/CONCENTRADO
 MAIS MILHO - SANTA CATARINA - 1984-87



O índice de preços do milho mais concentrado, quando não considerada sua relação de custo com o preço do suíno, apresenta um comportamento que expressa o movimento sazonal da oferta de milho, dos componentes do concentrado e do movimento de economia. Pode-se constatar que 84 foi um ano economicamente desfavorável para quem deteve grandes estoques ou fabricou o concentrado, uma vez que houve uma pequena recomposição da oferta. Para o ano de 85 a curva demonstra os efeitos de estacionalidade da oferta, indicando condições econômicas favoráveis de comercialização. Em 86, o plano de estabilização econômica, ao congelar os preços dos principais insumos, determinou um comportamento atípico. A desestabilização econômica de 87 modificou a situação, na medida em que houve mudanças nos critérios de desova dos estoques oficiais. Mesmo assim, o nível de organização dos segmentos interessados permitiu uma recuperação a partir de outubro, no valor real tanto do milho como do concentrado.

GRÁFICO 9
SUÍNOS - ÍNDICE DE PREÇOS DO MILHO MAIS CONCENTRADO - SANTA CATARINA - 1984-87

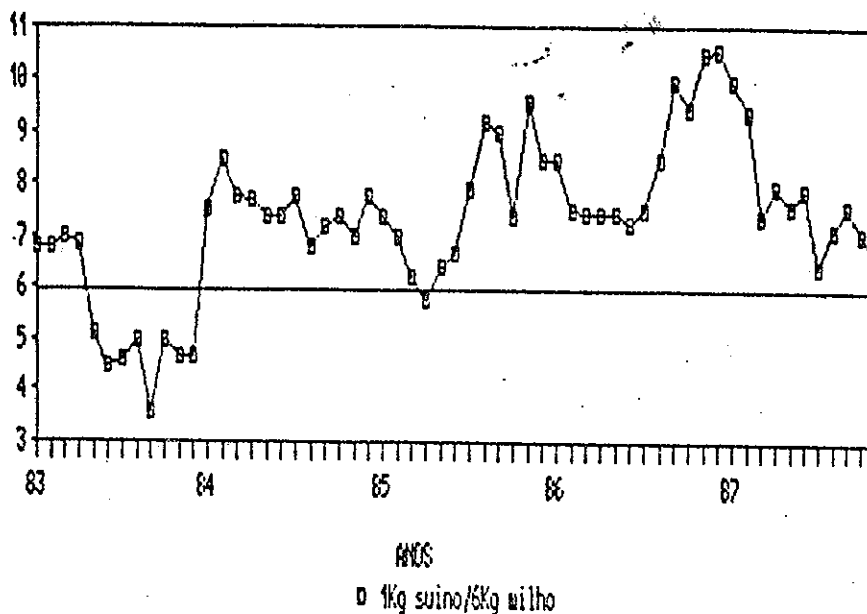


FONTE: INSTITUTO CEPA/SC

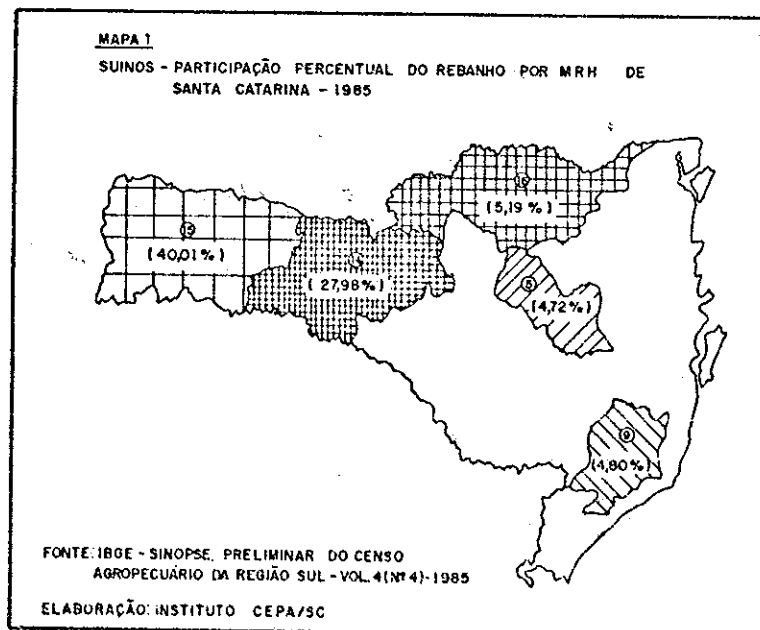
O estudo da relação preço do milho e preço do suíno merece considerações, em razão da alteração do seu significado e da sua importância como mecanismo de análise do comportamento econômico da atividade suinícola. Considera-se uma relação em favor dos produtores quando o valor de um quilograma de suínos adquiriu seis ou mais quilogramas de milho. Esta relação, nos anos de 86 e 87, não expressou o que historicamente vinha representando. Apesar de os números apontarem para uma relação supe-

rior a seis nos anos indicados, o congelamento dos preços dos insumos em 86, o descontrole da economia em 87, a política de desova dos estoques oficiais de milho e a política cambial encarecendo diariamente os custos dos insumos importados prejudicaram o acompanhamento desta medida de desempenho econômico. Estes fatores determinaram mudanças nas relações dos itens dos custos variáveis e aumentaram a participação dos custos fixos no conjunto total das despesas com a produção de suínos.

GRÁFICO 10
SUÍNOS - ÍNDICE DE RELAÇÃO DO PREÇO DO MILHO E DÓ SUÍNO - SANTA CATARINA - 1983-87



FONTE: INSTITUTO CEPA/SC



**ESTRUTURA, COMPOSIÇÃO E
VARIACÃO DO PRODUTO
AGROPECUÁRIO**

5. ESTRUTURA, COMPOSIÇÃO E VARIACÃO DO PRODUTO AGROPECUÁRIO

O estado catarinense apresenta uma topografia bastante acidentada, fazendo com que a exploração agropecuária sofra uma distribuição irregular em todo o seu território. As diferenciações edafoclimáticas e de relevo, mais as condicionantes históricas, influíram sobre a atração e distribuição dos recursos humanos, determinando significativas disparidades a nível microrregional. Aproximadamente 30% de sua área tem aptidão para culturas anuais, sem restrições para motomecanização, sendo que a parte explorada por lavouras, conforme dados da Sinopse do Censo Agropecuário para a região sul de 1985, era de 1,9 milhão de hectares, enquanto 2,5 milhões de hectares eram ocupados com pastagens.

Com todas estas peculiaridades, o estado destacou-se no cenário nacional, em 1987, como o primeiro produtor de alho, fumo, maçã, aves, mel de abelha e suínos; segundo produtor de cebola; terceiro produtor de banana e feijão; quinto produtor de batata e trigo; sétimo produtor de arroz; oitavo produtor de raiz de mandioca, soja e leite; nono produtor de milho e tomate e décimo produtor de bovinos de corte (tabela 1).

TABELA 1
PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS E PECUÁRIOS, BRASIL E SANTA CATARINA, PARTICIPAÇÃO % E POSIÇÃO DE SC NO BRASIL - 1987

PRODUTO	BRASIL	SANTA CATARINA	(tonelada)	
			PARTICIPAÇÃO DE SC NO BRASIL (%)	POSIÇÃO DE SANTA CATARINA A NÍVEL NACIONAL
Alho	62.976	19.928	31,64	1º produtor
Arroz	10.421.592	504.756	4,84	7º produtor
Banana	4.375.171	331.126	7,57	3º produtor
Batata	2.342.586	161.292	7,74	5º produtor
Cebola	856.021	261.415	30,54	2º produtor
Feijão	2.019.460	224.357	11,11	3º produtor
Fumo	398.149	156.669	39,35	1º produtor
Maçã	178.202	104.202	58,47	1º produtor
Mandioca	23.398.728	1.221.129	5,22	6º produtor
Milho	26.786.647	2.419.200	9,03	9º produtor
Soja	16.813.832	455.339	2,71	8º produtor
Tomate	2.043.177	52.500	2,57	9º produtor
Trigo	6.124.014	160.000	2,61	5º produtor
Aves	1.800.000	460.000	25,56	1º produtor
Bovinos de Corte	2.250.000	62.000	2,76	10º produtor
Leite (1.000l)	12.000.000	600.000	5,00	8º produtor
Mel	38.000	6.900	18,16	1º produtor
Suínos	1.200.000	350.000	29,17	1º produtor

FONTE: IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, fev/88, Instituto de Apicultura e EMATER/SC-ACARESC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

5.1. VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA (VBP) - 1987(1)

O valor bruto da produção agropecuária-VBP(2) aqui mostrado é a resultante daqueles produtos agropecuários economicamente mais expressivos, cujos dados (quantidades produzidas e preços recebidos) se encontravam disponíveis no momento da elaboração do item em análise. Deixou-se, portanto, de computar produtos oriundos da extrativa vegetal (madeira em tora, lenha, carvão, erva-mate, palmito) e pequenas hortaliças, que no seu somatório devem representar entre 8% e 10% do VBP agropecuário gerado.

Portanto, o VBP agropecuário encontrado é uma estimativa preliminar para aqueles produtos do setor primário, não representando o VBP do setor primário estadual.

TABELA 2
ESTIMATIVA DO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO (PARTICIPAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA) DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS DE SANTA CATARINA - 1987

PRODUTO	(Cz\$ 1.000,00)		
	VBP CORRENTE	VBP DE DEZ/87	PARTICIP. % SOBRE VBP DEZ/87
Alho	647.993	2.530.227	2,15
Arroz	1.285.169	4.120.041	3,50
Banana	901.701	1.677.719	1,42
Batata	789.827	2.433.645	2,07
Cana-de-açúcar	403.501	562.438	0,48
Cebola	979.607	2.826.928	2,40
Feijão	1.489.622	4.769.638	4,05
Fumo	2.522.704	8.736.198	7,42
Maçã	1.132.504	2.773.419	2,35
Mandioca	855.008	1.515.645	1,29
Milho	6.058.692	11.574.556	9,83
Soja	1.678.722	3.860.134	3,28
Tomate	442.376	1.025.456	0,87
Trigo	1.675.323	1.775.628	1,50
Uva	455.536	1.731.881	1,47
Aves	13.562.594	25.657.880	21,78
Bovinos de Corte	5.629.412	10.554.338	8,96
Leite	5.055.939	8.707.854	7,39
Mel	347.047	536.724	0,46
Pescado	1.262.262	2.884.235	2,45
Suínos	9.338.892	17.530.044	14,88
TOTAL	56.514.432	117.784.628	100,00

FONTE: Instituto CEPA/SC.

- (1) As informações sobre o valor bruto da produção do setor primário, total e por microrregião homogênea, são mostradas, em seus valores absolutos e relativos, no item 6 deste documento - Informações Básicas - tabelas 1, 2 e 3.
- (2) As quantidades produzidas foram distribuídas por MRH e por mês de comercialização. Os preços recebidos, utilizados para os diferentes produtos, foram aqueles observados nas diferentes MRH do estado, coletados mensalmente através da EMATER/SC-ACARESC. O produto das quantidades pelos preços resulta no VBP microrregional, cuja somatória apresenta o VBP agropecuário estadual ponderado para os produtos em análise.

A tabela 2 evidencia a forte concentração das explorações avícolas e suínicas responsáveis por 36,7% do VBP do setor primário gerado em 1987, sendo que as atividades oriundas da produção animal, incluindo o pescado e o mel de abelha, atingiram 55,9% do VBP. O grupo raízes, tubérculos e legumes, constituídos pelas culturas de alho, batata, cebola, mandioca e tomate, contribuíram com 8,8% do VBP; as frutíferas, formadas pelas culturas da banana, maçã e uva, tiveram participação de 5,2% os grãos, compreendendo o arroz, o feijão, o milho, a soja e o trigo, somaram 18,9% do VBP, sendo que o milho isoladamente teve participação de 9,8% do VBP do setor primário e, no conjunto dos grãos, em 52,0% do VBP gerado. As culturas de cana-de-açúcar e do fumo tiveram participação de 7,9%. Salienta-se, ainda, ao considerar a atividade suíno-avícola e suas culturas subsidiárias, representadas pelo milho e parte da soja, que este complexo é responsável por mais de 48% do VBP agropecuário estadual gerado.

Os produtos que apresentaram o seu VBP crescente em 1987, quando relacionados com o ano anterior, foram o alho nobre, os bovinos de corte, o leite, o trigo e a uva. Os demais produtos tiveram o seu VBP decrescente, embora tenham apresentado produções crescentes; os preços recebidos tiveram crescimentos nominais inferiores às taxas de inflação verificadas no período.

A nível de microrregião homogênea (MRH), observa-se que o VBP do setor primário encontrado identificou o seguinte comportamento:

- Das 16 microrregiões existentes em Santa Catarina, apenas 6 microrregiões se destacaram com participação acima de 4% na formação do VBP agropecuário, perfazendo cerca de 75% do VBP total.

- Nessas 6 MRH, também há enormes disparidades. A microrregião Colonial do Oeste Catarinense aparece na primeira posição, com 29,12% do VBP agropecuário, ficando o segundo lugar para a microrregião Colonial do Rio do Peixe, com 21,45%. Essas duas microrregiões foram responsáveis por 50,57% do VBP do setor agrícola.

Esse destaque deveu-se principalmente à contribuição do valor da produção dos seguintes produtos gerados nessas regiões:

Uva	-	83%
Soja	-	78%
Milho	-	75%
Aves	-	75%
Suínos	-	69%
Feijão	-	50%
Leite	-	43%
Alho comum	-	38%
Bovinos	-	32%
Mel de abelha	-	26%
Batata	-	24%
Mandioca	-	23%
Alho nobre	-	15%

Será mostrada, a seguir, através do mapa 1, a participação percentual de cada produto na formação do valor bruto da produção a nível microrregional, em 1987.

O mapa 2 identifica a distribuição percentual das microrregiões homogêneas na constituição do VBP do setor primário, por produto e total, em 1987.

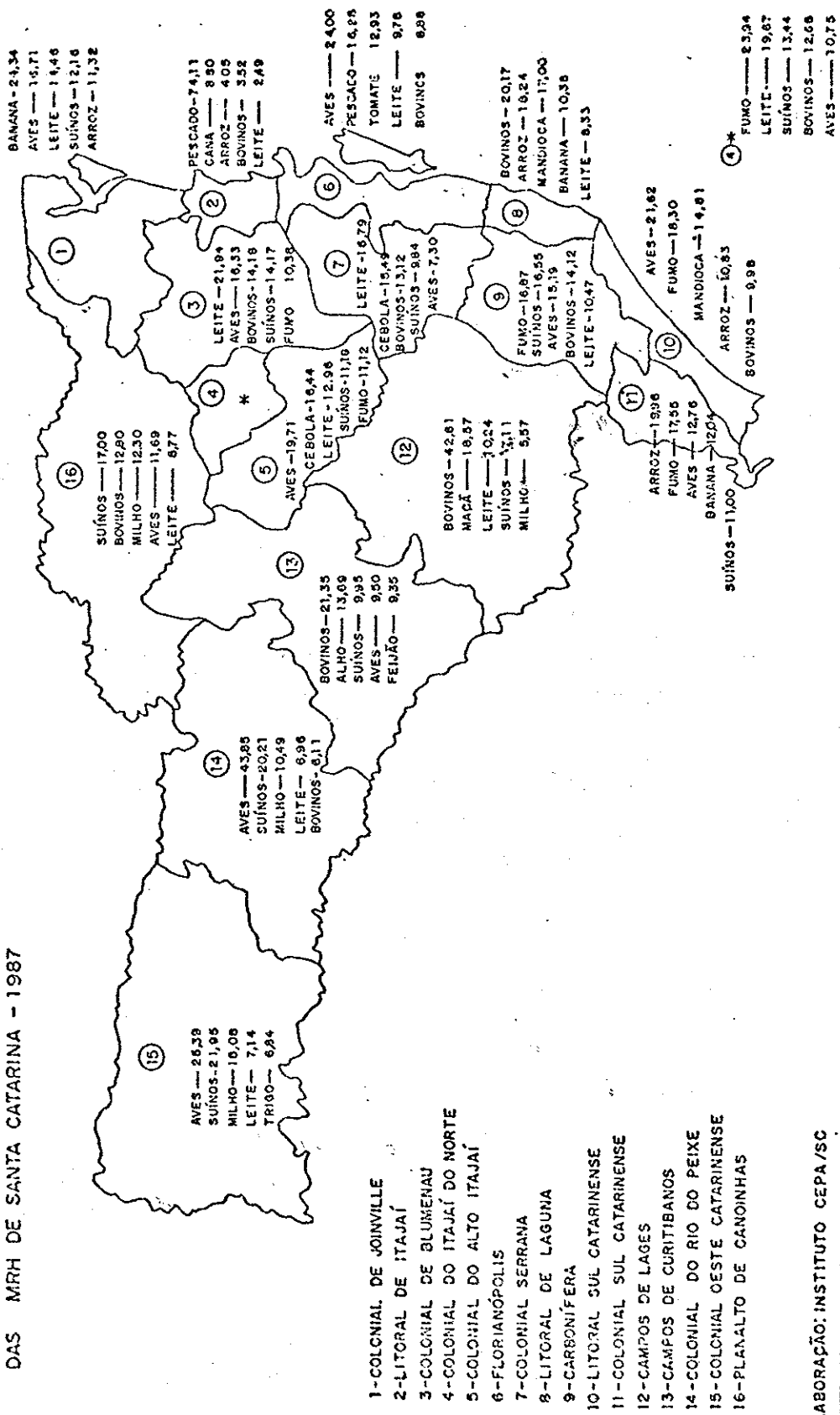
5.2. VARIAÇÃO DO PRODUTO AGRÍCOLA CATARINENSE - PERÍODO 1986/1987

O VBP agropecuário de Santa Catarina em 1987 (Cz\$ 56,5 bilhões) (3) decresceu, em termos reais, 27,6% em relação ao período anterior (1986). Esta queda no valor da produção gerada pelo setor agrícola catarinense entre os dois períodos não pode ser interpretado como uma diminuição no desempenho produtivo do setor, como sugere à primeira vista. Um exame dos índices de variação geral entre os dois períodos pode elucidar os efeitos quantidade e preço na variação do valor da produção.

(3) O Valor Bruto da Produção da forma como foi calculado expressa os valores nominais recebidos pelos produtores ao longo do ano, incorporando, portanto, os efeitos inflacionários.

MAPA 1

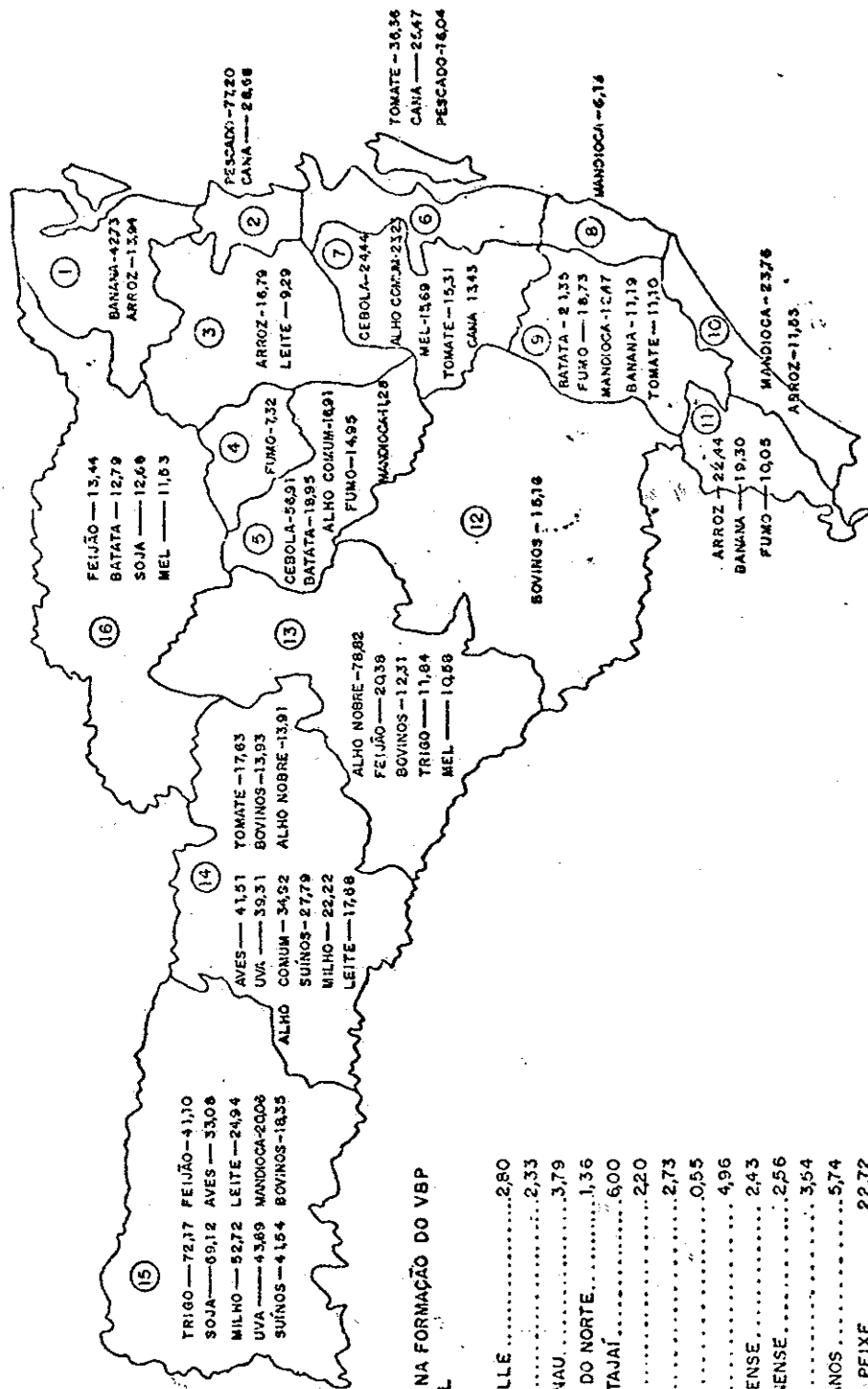
PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS NA FORMAÇÃO DO VBP AGROPECUÁRIO, DAS MHR DE SANTA CATARINA - 1987



ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

MAPA 2

PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS MRH NA FORMAÇÃO DO VBP AGROPECUÁRIO, POR PRODUTO E TOTAL, SANTA CATARINA - 1987



PARTICIPAÇÃO DAS MRH NA FORMAÇÃO DO VBP AGROPECUÁRIO ESTADUAL

1-COLONIAL DE JOINVILLE.....	2,80
2-LITORAL DE ITAJAÍ.....	2,33
3-COLONIAL DE BLUMENAU.....	3,79
4-COLONIAL DO ITAJAÍ DO NORTE.....	1,36
5-COLONIAL DO ALTO ITAJAÍ.....	6,00
6-FLORIANÓPOLIS.....	2,20
7-COLONIAL SERRANA.....	2,73
8-LITORAL DE LAGUNA.....	0,95
9-CARBONÍFERA.....	4,96
10-LITORAL SUL CATARINENSE.....	2,43
11-COLONIAL SUL CATARINENSE.....	2,56
12-CAMPOS DE LAGES.....	3,54
13-CAMPOS DE CURITIBANOS.....	5,74
14-COLONIAL DO RIO DO PEIXE.....	22,72
15-COLONIAL OESTE CATARINENSE.....	31,27
16-PLANALTO DE CANOINHAS.....	5,03

ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

O índice de variação da quantidade (Índice de Quantum de Fisher) (4), calculado para o período, foi de 1,14. Ou seja, em termos físicos a produção agropecuária catarinense cresceu, no agregado, 14% entre 1986 e 1987. Isto evidencia um excelente desempenho produtivo do setor agrícola catarinense no ano de 1987, em parte atribuído ao resultado dos investimentos, estimulados pelo Plano Cruzado realizados no setor em 1986.

Todavia, embora o efeito quantidade tenha sido bastante positivo, não foi capaz de neutralizar a evolução real negativa dos preços agrícolas no período. O índice geral de variação dos preços dos produtos da agropecuária catarinense (Índice de Fisher) acusou uma variação de apenas 107%, contra uma variação de 225% nos níveis de inflação do período (IGP-DI/fev). Ou seja, os preços sofreram um decréscimo real da ordem 36%, o que equivale a uma "defasagem" nominal de cerca de 57% relativa à situação de 1986.

Esta expressiva queda nos níveis reais dos preços agrícolas se deveu à variação real negativa em quase todos os preços dos produtos considerados, exceção ao trigo e ao leite. Em especial, os piores desempenhos na variação de preços foram apresentados pelo alho, cebola, arroz, fumo, feijão e batata-inglesa.

A interpretação deste comportamento deve ser feita à luz do contexto econômico do período e do comportamento observado no período imediatamente anterior. O Plano Cruzado de fevereiro de 1986 introduziu claramente uma atipicidade no comportamento das principais variáveis econômicas. O aumento no nível geral dos salários e a conseqüente melhoria do poder aquisitivo da população permitiu uma expansão na demanda de produtos agrícolas em 1986. Como resultado, observou-se uma variação real positiva, no nível geral dos preços dos produtos agrícolas, da ordem de 18,7% entre 1985 e 1986.

Desse modo, a queda geral dos preços agrícolas em 1987 teria ocorrido como forma de ajuste aos novos patamares da de-

(4) O índice de FISHER (índice ideal) corresponde à média geométrica dos índices da LASPEYRES e de PAASCHE.

manda do ano passado e ainda em resposta à expressiva elevação da oferta no período. Tal queda foi tão intensa a ponto de, quando tomado o período 1985-1987, o resultado ter sido um saldo líquido de 25% de queda real nos níveis gerais dos preços agrícolas daquele período. Ou seja, em que pese a elevação dos preços no período 1985-1986, a queda observada no período seguinte não só neutralizou tal elevação, como também resultou numa redução real entre os dois períodos tomados em conjunto. Certamente, a grande perda do poder aquisitivo da população em 1987 restringiu os níveis da demanda de produtos agrícolas e afetou negativamente os preços, tornando-os, em termos reais, inferiores aos níveis observados em 1985.

5.3. RELAÇÃO CUSTOS/PREÇOS RECEBIDOS

Os resultados alcançados pelo setor agropecuário estadual são mostrados através do comportamento dos principais produtos analisados pela ótica dos custos de produção e preços recebidos(5), conforme tabela 3.

Dos dados obtidos, ficou evidente que o ano de 1987 não foi favorável para o produtor catarinense, demonstrando que a situação teve reflexos positivos apenas para os agricultores que exploraram o tomate, o alho, e o leite. Os preços dos nove outros produtos estudados ficaram bem abaixo dos custos de produção, caracterizando uma alta acentuada nos preços dos insumos, ao passo que os preços recebidos não foram corrigidos nesta

(5) Utilizou-se a seguinte metodologia para os cálculos do item enfocado.

Para os produtos da lavoura:

- Custo total e variável: tomaram-se os custos de produção calculados no principal mês de plantio do produto.
- Custos corrigidos: corrigiram-se monetariamente os custos para o principal mês de colheita e/ou comercialização do produto.
- Preços recebidos: tomaram-se os preços médios recebidos pelos produtores no principal mês de colheita e/ou comercialização.

Para os produtos da pecuária:

- Tomaram-se os custos de produção calculados para o mês de junho do ano anterior (1986).
- Custos corrigidos: foram corrigidos monetariamente para o mês de junho de 1987.
- Preços recebidos: tomaram-se os preços médios recebidos pelo produtor observados no mês de junho de 1987.

mesma proporção.

Ressalta-se, contudo, que, do ponto de vista do produtor, sempre que o preço recebido iguala ou supera os custos variáveis, justifica-se a manutenção do processo produtivo, mesmo em condições de prejuízo efetivo, como ocorreu no caso dos bovinos de corte, da cebola, da batata e do feijão.

Relativamente à produção agropecuária de 1987, o crescimento verificado foi de 14% sobre o ano de 1986. No entanto, conforme já mencionado no item anterior, ocorreu uma defasagem nominal de 57% nos preços recebidos, provocada pela existência de perdas reais na economia agrícola estadual.

Salienta-se que uma maior oferta de produto propiciou que o mesmo fosse escoado via Governo Federal e que o preço predominante pago ao produtor fosse o preço mínimo.

O mercado comprador desses produtos, por sua vez, também se mostrou desaquecido em 1987, principalmente em função da ocorrência da queda real de salários dos consumidores.

TABELA 3

PARÂMETROS ECONÔMICOS DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA - SAFRA 1986/87

PRODUTO	UNIDADE	ESPECIFICAÇÃO	CUSTO TOTAL (1)	CUSTO VARIÁVEL (2)	CUSTO VARIÁVEL/CUSTO TOTAL % (3)	PREÇO RECEBIDO (4)	CUSTO TOTAL CORRIGIDO (5)	CUSTO VARIÁVEL CORRIGIDO (6)	PREÇO RECEBIDO/CUSTO TOTAL CORRIGIDO (4/5)	PREÇO RECEBIDO/CUSTO VARIÁVEL (4/6)
Alho	kg	Mês/Ref. Valor	Jun/86 22,56	Jun/86 19,44	- 86	Fev/87 38,0	Fev/87 33,22	Fev/87 28,62	- 1,14	- 1,33
Arroz Irrigado	Saco/50 kg	Mês/Ref. Valor	Out/86 129,13	Out/86 105,92	- 82	Abr/87 130,00	Abr/87 251,21	Abr/87 206,54	- 0,52	- 0,63
Batata	kg	Mês/Ref. Valor	Out/86 2,93	Out/86 2,23	- 76	Fev/87 3,60	Fev/87 4,13	Fev/87 3,14	- 0,87	- 1,15
Cebola	kg	Mês/Ref. Valor	Ago/86 1,54	Ago/86 1,10	- 71	Fev/87 2,00	Fev/87 2,22	Fev/87 1,58	- 0,90	- 1,27
Feijão	Saco/60 kg	Mês/Ref. Valor	Out/86 315,01	Out/86 224,38	- 71	Fev/87 315,00	Fev/87 445,15	Fev/87 316,38	- 0,71	- 1,00
Mandioca - 2 ciclos (solo argiloso)	t	Mês/Ref. Valor	Out/86 378,85	Out/86 285,93	- 75	Jun/87 750,00	Jun/87 1.182	Jun/87 892,10	- 0,63	- 0,84
Milho	Saco/60 kg	Mês/Ref. Valor	Out/86 90,23	Out/86 60,78	- 67	Jun/87 160,00	Jun/87 281,90	Jun/87 189,89	- 0,57	- 0,84
Soja	Saco/60 kg	Mês/Ref. Valor	Out/86 164,73	Out/86 131,18	- 80	Mai/87 180,00	Mai/87 321,22	Mai/87 255,80	- 0,56	- 0,70
Tomate	kg	Mês/Ref. Valor	Out/86 2,25	Out/86 2,21	- 87	Fev/87 4,40	Fev/87 3,59	Fev/87 3,12	- 1,23	- 1,41
Leite	ℓ	Mês/Ref. Valor	- 2,48	- 1,54	- 62	- 8,30	- 8,11	- 5,04	- 1,02	- 1,65
Bovinos	kg	Mês/Ref. Valor	- 7,87	- 3,67	- 47	- 25,0	- 25,73	- 12,00	- 0,97	- 2,08
Suínos	kg	Mês/Ref. Valor	- 8,13	- 7,66	- 94	- 16,73	- 26,59	- 25,05	- 0,63	- 0,67

FONTE: Instituto CEPA/SC.

INFORMAÇÕES BÁSICAS

6. INFORMAÇÕES BÁSICAS

TABELA 1

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DO SETOR PRIMÁRIO DE SANTA CATARINA, POR MICROREDDIÃO - 1987

(CZ\$ 1.000,00-DEZ/87)

PRODUTO	LIT. DE COL. DE COL. ITAJAI	COL. DE COL. ITAJAI	COL. ALTO NORTE	FLORIPA- NÓPOLIS	COLONIAL SERRANA	LITORAL LAGUNA	CARBO- NIFERA	LITORAL SUL	COL. SUL CATAKIN	CAMPOS LAGES	CAMPOS CURIT	COL. RIO PEIXE	COL. OEST CATAKIN	PLANAL CANOIN	TOTAL						
																Alho-com	Alho-nob	Arroz	Banana	Batata	Cana
	5792	169844	18674	338311	95219	22432	187658	469433	913739	97451	1863693	328879	28790	45660	165845						
	47872	108323	1513	99042	52611	65321	202001	71790	329938	17552	35117	80122	189362	122150	2364382						
	40822	45543	45229	471992	119996	1388	534997	9949	20674	23357	95167	229934	261026	17187	4120041						
	160668	36460	23407	1611271	144200	2665	18977	5043	3725	23357	115	11288	51900	307567	1677719						
	58	86178	23407	1611271	30004	685409	20170	15416	2895	144954	28803	56890	72050	48116	2433645						
	9671	46302	36325	210956	27809	66287	86496	31835	50098	208229	979381	404080	1929147	658516	562438						
	31858	771782	639134	1302430	66814	518099	58916	871005	878351	78505	63774	220044	732375	798245	2828928						
	3742	46842	67393	171844	46748	43868	91957	357488	30877	910843	377310	1485266	305000	33889	4769638						
	8012	13072	9662	39234	11229	84036	4763	22816	28786	2157	1192	41692	57021	64527	8735198						
	10232	172594	120555	314600	31134	134581	5671	77380	276188	49147	56347	28168	57021	64527	536724						
	16853	4862	998	21411	357374	156532	1930	11294	1461	212894	515041	2566372	6106871	672196	11574556						
	5805	666243	1374	58294	149636	1274684	603142	540951	346638	16012	322702	383295	2664625	491207	3860134						
	37889	87527	575276	192436	603357	214635	376074	249074	176939	63950	75904	191565	11024	1025456	1025456						
	57844	804536	272366	749456	210325	445468	43154	140288	121946	316	210302	106376	1281174	177391	1775628						
	24506	572844	194179	726099	66062	286021	25756	191567	300329	316	210302	106376	1281174	177391	1775628						
	2226477	462762	70	114999	70	114999	70	68846	12763	316	210302	106376	1281174	177391	1775628						
	479630	37889	666243	149636	1274684	603142	540951	346638	176939	146264	565127	10572514	8553800	655155	25657880						
	227977	87527	575276	192436	603357	214635	376074	249074	176939	1634748	1315852	1498566	1870470	684702	10554338						
	393042	57844	804536	272366	749456	210325	445468	140288	121946	364142	453253	1546252	2168444	428880	8707854						
	369034	24506	572844	194179	726099	66062	286021	191567	300329	279298	624560	4800477	7267471	916128	17530044						
	94006	2226477	462762	70	114999	70	114999	68846	12763	316	210302	106376	1281174	177391	1775628						
TOTAL	3171479	2893073	4653872	1771883	7222976	2589334	3456051	691345	6398927	3139074	3496726	4249819	7607710	25261018	34300826	6181518	117784628				

FONTE: INSTITUTO DEPA/SC

TABELA 2

PARTICIPACAO RELATIVA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS NA FORMACAO DE VALOR BRUTO DE PRODUCAO AGROPECUARIO DAS MICRORREGIOES HOMOGENEAS DE SANTA CATARINA - 1997

(%)

PRODUTO	JOINVILLE	ITAJAI	BLUMENAU	NORTE	ITAJAI	COL. ALTO	FLORIA- NOPOLIS	COLONIAL SERRANA	LITORAL LAGUNA	CARBO- NIFERA	LITORAL SUL	COL. SUL CATARINA	CAMPOS LAGES	CAMPOS CURIT	CAIPOS COL. PEIXE	COL. OESTE CATARINA	PLANAL CANOIN	TOTAL
Alho-com	0.00	0.00	0.12	0.00	0.35	0.07	1.11	0.32	0.21	0.11	0.04	0.00	0.00	0.23	0.01	0.13	0.14	0.14
Alho-nob	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	2.29	24.50	1.30	0.08	0.74	2.01
Arroz	18.29	5.87	14.86	1.05	4.27	3.68	0.65	27.14	2.95	14.95	26.13	0.41	0.46	0.32	0.55	1.90	3.50	3.50
Banana	21.51	1.55	2.33	0.09	0.00	3.83	1.52	9.45	3.16	2.29	9.44	0.00	0.00	0.00	0.00	0.23	1.42	1.42
Batata	1.29	0.00	0.98	2.55	5.96	4.64	6.54	0.20	8.36	0.32	0.59	0.55	1.25	0.91	0.76	4.92	2.07	2.07
Cana	1.65	5.55	0.78	0.00	0.00	5.57	2.17	0.39	0.30	0.16	0.11	0.00	0.00	0.04	0.15	0.00	6.48	6.48
Cebola	0.00	0.00	1.85	1.32	20.34	1.16	19.83	0.19	0.32	0.49	0.08	0.38	3.41	0.23	0.21	0.73	2.40	2.40
Feijao	0.47	0.33	0.99	2.05	2.66	1.07	1.92	1.40	1.35	1.01	1.43	4.90	12.87	1.60	5.62	10.65	4.05	4.05
Fumo	2.15	1.10	16.58	36.07	16.44	2.58	14.99	8.52	25.58	27.75	25.12	1.85	0.84	0.87	2.14	12.91	7.42	7.42
Maca	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	21.43	4.96	5.08	0.00	0.00	2.35	2.35
Mandioca	2.55	0.13	1.01	3.80	2.17	1.81	1.27	13.30	2.97	11.39	0.88	0.05	0.02	0.17	0.89	0.55	1.27	1.27
Mel	0.39	0.28	0.28	0.55	0.50	0.43	2.43	0.69	0.74	0.73	0.82	1.16	0.74	0.11	0.17	1.04	0.46	0.46
Milho	2.20	0.35	3.71	6.80	3.97	1.20	3.89	0.82	4.51	2.47	7.90	5.01	6.77	10.16	17.80	10.87	9.83	9.83
Soja	0.00	0.00	0.00	0.00	0.01	0.00	0.00	0.00	0.00	0.36	0.00	0.38	4.24	1.40	7.77	7.95	3.28	3.28
Tomate	0.24	0.58	0.10	0.00	0.27	13.81	4.53	0.28	1.78	0.04	0.04	1.50	1.00	0.76	0.00	0.18	0.87	0.87
Trigo	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.01	2.76	0.42	3.74	2.87	1.51	1.51
Uva	0.00	0.00	0.12	0.08	0.74	0.00	1.09	0.00	1.80	0.00	0.36	0.00	0.29	2.70	2.21	0.66	1.47	1.47
Aves	15.12	1.31	14.32	8.45	16.09	23.30	6.00	5.97	12.78	17.23	9.91	3.44	7.43	41.85	24.94	10.60	21.73	21.73
Bovinos	7.19	3.03	12.36	10.86	7.62	8.29	10.88	16.72	11.43	7.93	5.06	38.47	17.30	5.93	5.45	11.08	8.96	8.96
Leite	12.39	2.00	17.29	15.37	9.46	6.13	12.89	6.24	7.91	4.47	3.49	8.57	5.98	6.12	6.32	6.94	7.39	7.39
Suinos	11.60	0.85	12.31	10.86	9.16	2.55	8.28	3.73	13.86	6.10	8.59	6.57	8.21	19.00	21.19	14.82	14.82	14.82
Pescado	2.96	76.96	0.00	0.00	0.00	17.88	0.00	4.65	0.00	2.19	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	2.45	2.45
TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

FONTE: INSTITUTO CEFAP/SC

TABELA 3

PARTICIPACAO RELATIVA DAS MRH NA FORMACAO DO VALOR BRUTO DA PRODUCAO AGRICOLA, POR PRODUTO E TOTAL, SANTA CATARINA - 1987

(%)

PRODUTO	MICROCOLONIAL LIT. DE COL. DE COL. ITAJAÍ COL. ALTO FLORIA- COLONIAL LITORAL CARBO- LITORAL COL. SUL CAMPOS COL. RIO COL. OEST PLANAL TOTAL																
	JOINVILLE	ITAJAÍ	BLUMENAU	NORTE	ITAJAÍ	NOPOLIS	SERRANA	LACUNA	NIFERA	SUL	CATARIN	LAGES	CURIT	PEIXE	CATARIN	CANOIN	
Alho.com	0.00	0.00	3.49	0.00	16.91	1.11	23.23	1.33	8.15	2.16	0.83	0.00	0.00	34.92	3.05	4.82	100.00
Alho.nob	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	78.92	13.91	1.21	1.93	100.00
Arroz	14.08	4.12	16.78	0.45	8.21	2.31	0.54	4.55	4.59	11.39	22.18	0.43	0.85	1.94	4.60	2.96	100.00
Banana	40.66	2.85	6.46	0.09	0.00	5.90	3.14	3.89	12.04	4.28	19.67	0.00	0.00	0.00	0.00	1.02	100.00
Bataca	1.68	0.00	1.87	1.86	19.39	4.93	9.29	0.06	21.98	0.41	0.85	0.96	3.91	9.45	10.73	12.64	100.00
Cana	9.33	28.57	6.48	0.00	0.00	25.64	13.34	0.47	3.37	0.90	0.66	0.00	0.02	2.01	9.21	0.00	100.00
Cebola	0.00	0.00	3.05	0.83	57.00	1.06	24.25	0.05	0.71	0.55	0.10	5.13	1.02	2.01	2.55	1.70	100.00
Feijao	0.31	0.20	0.97	0.76	4.42	0.58	1.39	0.20	1.01	0.67	1.05	4.37	20.53	8.47	40.45	13.81	100.00
Fumo	0.78	0.36	8.83	7.32	14.91	0.76	5.93	0.67	18.74	9.97	10.05	0.90	0.73	2.52	8.38	9.14	100.00
Maca	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	32.84	13.60	53.55	0.00	0.00	100.00
Mandioca	5.33	0.25	3.09	4.45	11.34	3.08	2.89	6.07	12.55	23.59	2.04	0.14	0.08	2.75	20.12	2.24	100.00
Mel	2.28	1.49	2.44	1.80	7.31	2.09	15.66	0.69	8.88	4.25	5.36	9.16	10.50	5.25	10.62	12.02	100.00
Milho	0.60	0.09	1.49	1.04	2.72	0.27	1.16	0.05	2.49	0.67	2.39	1.84	4.45	22.17	52.76	5.81	100.00
Soja	0.00	0.00	0.00	0.00	0.03	0.00	0.00	0.00	0.00	0.29	0.00	0.41	8.36	9.15	69.03	12.73	100.00
Tomate	0.73	1.64	0.47	0.00	2.09	34.85	15.26	0.19	11.09	0.13	0.14	6.24	7.40	18.68	0.00	1.08	100.00
Trigo	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.02	11.84	5.99	72.15	9.99	100.00
Uva	0.00	0.00	0.34	0.08	3.37	0.00	2.18	0.00	6.64	0.00	0.74	0.00	1.27	39.34	43.68	2.37	100.00
Aves	1.87	0.15	2.60	0.58	4.97	2.35	0.61	0.16	3.19	2.11	1.35	0.57	2.20	41.21	33.34	2.55	100.00
Bovinos	2.16	0.83	5.45	1.82	5.72	2.03	3.56	1.10	6.93	2.36	1.68	15.49	12.47	14.20	17.72	6.49	100.00
Leite	4.51	0.66	9.24	3.13	8.61	2.42	5.12	0.50	5.82	1.61	1.40	4.18	5.23	17.76	24.90	4.93	100.00
Suínos	2.10	0.14	3.27	1.11	4.14	0.38	1.63	0.15	5.06	1.09	1.71	1.59	3.56	27.38	41.46	5.23	100.00
Pescado	3.26	77.20	0.00	0.00	0.00	16.04	0.00	1.11	0.00	2.39	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	100.00
TOTAL	2.69	2.46	3.95	1.50	6.73	2.20	2.93	0.59	5.43	2.67	2.97	3.61	6.46	21.45	29.12	5.25	100.00

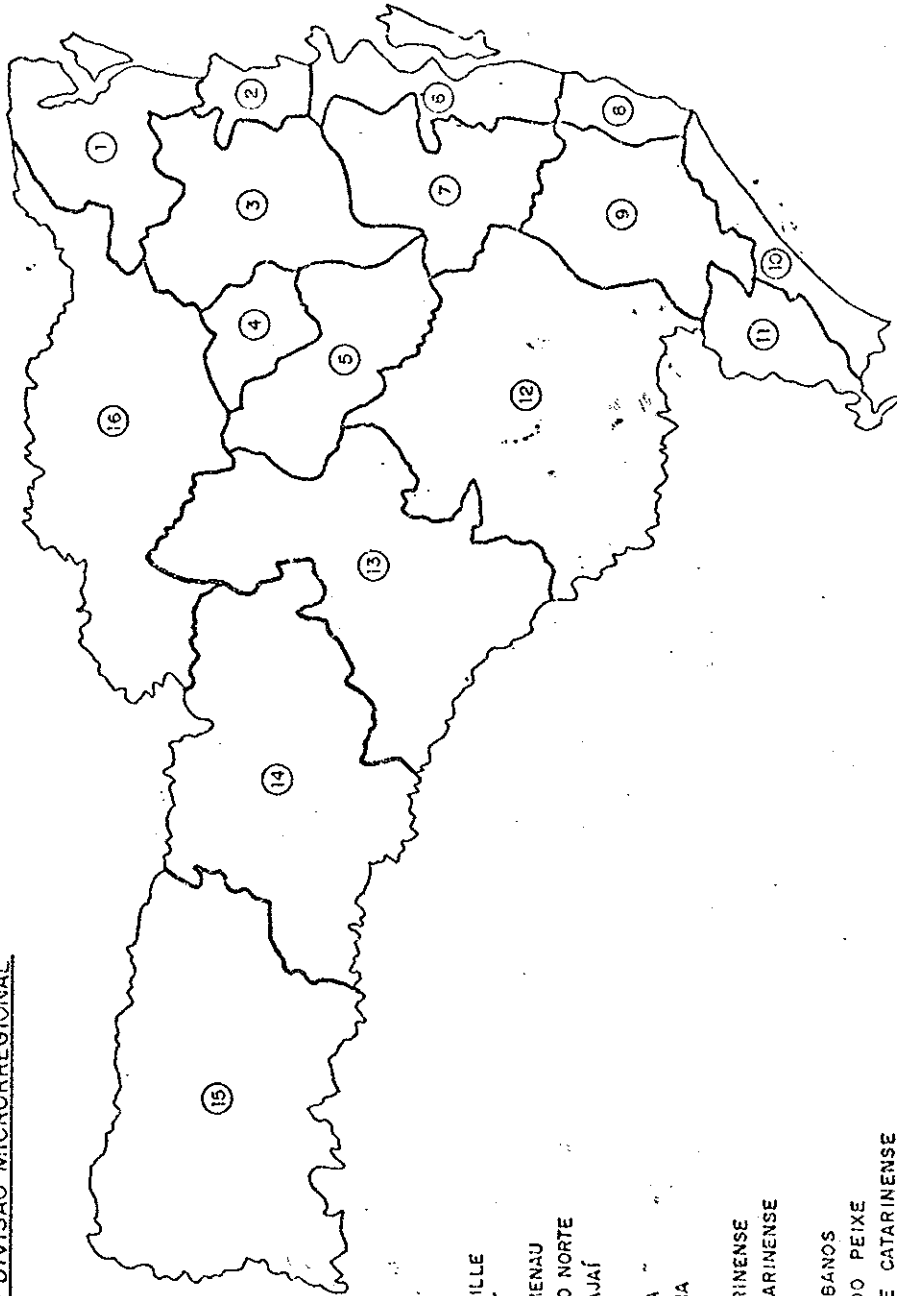
FONTE: INSTITUTO DEPA/SC

COMPOSIÇÃO MUNICIPAL DAS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS DE SANTA CATARINA EM 1987

- 1 (292)-COLONIAL DE JOINVILLE - Araquari, Barra Velha, Corupá, Garuva, Guaramirim, Jaragua do Sul, Joinville, São Francisco do Sul, Schroeder.
- 2 (293)-LITORAL DE ITAJAÍ - Balneário de Camboriú, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itape-
ma, Navegantes, Penha, Piçarras.
- 3 (294)-COLONIAL DE BLUMENAU - Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque,
Gaspar, Guabiruba, Indaial, Luiz Alves, Massaranduba, Pomerode, Presidente Nereu,
Rio dos Cedros, Rodeio, Timbó, Vidal Ramos.
- 4 (295)-COLONIAL DE ITAJAÍ NORTE - Dona Emma, Ibirama, Presidente Getúlio, Witmarsum.
- 5 (296)-COLONIAL DO ALTO ITAJAÍ - Agrolândia, Agronômica, Atalanta, Aurora, Imbuia,
Ituporanga, Laurentino, Lontras, Petrolândia, Pouso Redondo, Rio do Campo, Rio do
Oeste, Rio do Sul, Salete, Taió, Trombudo Central.
- 6 (297)-FLORIANÓPOLIS - Biguaçu, Florianópolis, Garopaba, Governador Celso Ramos,
Palhoça, Paulo Lopes, Porto Belo, Santo Amaro da Imperatriz, São José, Tijucas.
- 7 (298)-COLONIAL SERRANA CATARINENSE - Águas Mornas, Alfredo Wagner, Angelina, Ani-
tápolis, Antonio Carlos, Canelinha, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento,
Rancho Queimado, São Bonifácio, São João Batista.
- 8 (299)-LITORAL DE LAGUNA - Imaruí, Imbituba, Laguna.
- 9 (300)-CARBONÍFERA - Armazém, Braço do Norte, Criciúma, Grão Pará, Gravatal, Lauro
Müller, Morro da Fumaça, Orleans, Pedras Grandes, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima,
São Ludgero, São Martinho, Siderópolis, Treze de Maio, Tubarão, Urussanga.
- 10 (301)-LITORAL SUL CATARINENSE - Araranguá, Içara, Jaguaruna, Maracajá, São João
do Sul, Sombrio.
- 11 (302)-COLONIAL DO SUL CATARINENSE - Jacinto Machado, Meleiro, Nova Veneza, Praia
Grande, Timbê do Sul, Turvo.
- 12 (303)-CAMPOS DE LAGES - Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Lages, São Joaquim, Uru-
bici, Correia Pinto, Otacílio Costa.
- 13 (304)-CAMPOS DE CURITIBANOS - Anita Garibaldi, Campo Belo do Sul, Campos Novos,
Curitibanos, Lebon Regis, Ponte Alta, Santa Cecília, São José do Cerrito.
- 14 (305)-COLONIAL DO RIO DO PEIXE - Água Doce, Arroio Trinta, Caçador, Capinzal, Ca-
tanduvas, Concórdia, Erval Velho, Fraiburgo, Herval D'Oeste, Ibicaré, Ipira, Ipu-
mirim, Iraní, Itá, Jaborá, Joaçaba, Lacerdópolis, Ouro, Peritiba, Pinheiro Preto,
Piratuba, Ponte Serrada, Presidente Castelo Branco, Rio das Antas, Salto Veloso,
Seara, Tangará, Treze Tílias, Videira, Xavantina.
- 15 (306)-COLONIAL DO OESTE CATARINENSE - Abelardo Luz, Águas de Chapecó, Anchieta,
Caibi, Campo Ere, Caxambu do Sul, Chapecó, Coronel Freitas, Cunha Porã, Descanso,
Dionísio Cerqueira, Fachinal dos Guedes, Galvão, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Ita-
piranga, Maravilha, Modelo, Mondaí, Nova Erechim, Palma Sola, Palmitos, Pinhalzi-
nho, Quilombo, Romelândia, São Carlos, São Domingos, São José de Cedro, São Lou-
renço D' Oeste, São Miguel D'Oeste, Saudades, Vargeão, Xanxerê, Xaxim.
- 16 (307)-PLANALTO DE CANOINHAS - Campo Alegre, Canoinhas, Irineópolis, Itaiópolis,
Mafra, Major Vieira, Matos Costa, Monte Castelo, Papanduva, Porto União, Rio Ne-
grinho, São Bento do Sul, Três Barras.

MAPA 1

SANTA CATARINA - DIVISÃO MICRORREGIONAL



- 1-COLONIAL DE JOINVILLE
- 2-LITORAL DE ITAJAÍ
- 3-COLONIAL DE BLUMENAU
- 4-COLONIAL ITAJAÍ DO NORTE
- 5-COLONIAL ALTO ITAJAÍ
- 6-FLORIANÓPOLIS
- 7-COLONIAL SERRANA
- 8-LITORAL DE LAGUNA
- 9-CARBONÍFERA
- 10-LITORAL SUL CATARINENSE
- 11-COLONIAL SUL CATARINENSE
- 12-CAMPOS DE LAGES
- 13-CAMPOS DE CURITIBANOS
- 14-COLONIAL DO RIO DO PEIXE
- 15-COLONIAL DO OESTE CATARINENSE
- 16-PLANALTO DE CANOINHAS

Elaboração: INSTITUTO CEPA/SC

TABELA 4
 ÁREAS PLANTADA E COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DE SANTA CATARINA - SAFRA 1986/87

MNH	ALHO		ARROZ IRRIGADO		ARROZ SEQUEIRO		BATATA 1ª SAFRA		BATATA 2ª SAFRA		CEBOLA		FEIJÃO 1ª SAFRA	
	Plantada	Colhida	Plantada	Colhida	Plantada	Colhida	Plantada	Colhida	Plantada	Colhida	Plantada	Colhida	Plantada	Colhida
1	1	1	19.090	17.983	524	488	-	-	243	243	-	-	370	370
2	-	-	4.744	4.744	260	260	-	-	-	-	3	3	232	232
3	22	21	17.194	17.022	1.043	1.043	100	100	195	195	741	741	2.055	1.556
4	-	-	215	215	750	750	160	160	110	110	250	250	1.950	1.950
5	100	100	6.967	6.967	2.940	2.600	1.770	1.770	1.350	1.310	13.772	13.397	16.100	13.035
6	13	13	3.726	3.726	230	230	133	133	490	490	207	207	565	557
7	122	119	252	252	990	970	1.815	1.815	503	453	6.043	5.823	2.992	2.752
8	7	7	4.405	4.405	18	18	4	4	6	6	18	18	435	205
9	32	32	7.693	6.390	2.403	2.403	1.808	1.808	2.449	2.420	182	182	5.555	3.625
10	13	13	14.825	14.475	490	490	14	14	20	20	130	120	1.040	420
11	5	5	24.588	24.588	1.200	1.200	80	80	100	100	20	20	2.064	1.224
12	215	215	-	-	1.140	1.140	2.700	2.700	-	-	1.286	1.286	11.290	11.290
13	3.013	3.013	-	-	5.115	4.645	615	615	100	100	465	485	46.500	45.500
14	628	628	-	-	9.440	8.560	2.018	2.018	8	8	509	509	22.971	21.280
15	65	65	-	-	21.525	18.865	1.715	1.715	140	115	325	325	112.440	102.550
16	170	170	12	12	10.483	9.781	1.730	1.730	115	90	399	399	44.440	40.940
SC	4.406	4.402	103.711	100.779	58.551	53.443	14.662	14.662	5.829	5.660	24.370	23.765	271.000	247.486

(continua)

(conclusão)

M/R	FEIJO		FIMB		MILHO		BOJA		TOMATE		TRIGO		CANA-DE- AÇUCAR		MANDIOCA	
	Plantada	Colhida	Plantada	Colhida	Plantada	Colhida	Plantada	Colhida	Plantada	Colhida	Plantada	Colhida	Plantada	Colhida	Plantada	Colhida
1	350	320	709	4.680	4.680	4.680	-	-	20	20	-	-	750	-	-	3.565
2	280	280	323	792	792	792	-	-	42	42	-	-	4.613	-	-	276
3	2.445	1.898	6.961	13.772	13.772	13.772	-	-	42	42	-	-	1.705	-	-	3.354
4	2.000	1.730	6.900	9.900	9.900	9.900	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.000
5	6.120	4.250	15.580	32.134	32.137	50	50	51	51	-	-	-	-	-	-	8.615
6	805	755	662	2.112	2.112	-	-	468	468	-	-	-	-	4.563	-	2.290
7	1.680	1.350	5.608	12.273	12.273	-	-	240	240	-	-	-	-	2.792	-	2.180
8	350	350	778	451	451	-	-	5	5	-	-	-	-	90	-	4.710
9	3.200	3.275	17.007	16.902	16.902	-	-	193	193	-	-	-	-	1.067	-	9.036
10	2.100	2.100	4.640	5.577	5.577	670	670	8	8	-	-	-	-	100	-	18.730
11	2.750	2.750	10.524	15.193	15.197	-	-	4	4	-	-	-	-	135	-	1.750
12	-	-	964	19.116	19.116	1.320	1.320	75	75	115	115	-	-	-	-	300
13	3.000	2.800	935	64.095	64.095	27.360	27.340	99	99	12.060	12.060	13	-	-	-	66
14	6.965	6.200	2.751	218.286	218.286	58.045	52.565	223	223	9.985	9.576	-	-	1.114	-	1.726
15	83.490	60.430	8.956	526.126	526.126	249.710	247.310	-	-	93.050	89.370	-	-	2.980	-	13.935
16	288	283	8.007	66.591	66.591	32.640	32.510	30	30	13.680	13.680	-	-	-	-	2.205
SC	115.923	88.771	98.305	1.008.000	1.008.000	369.855	361.765	1.500	1.500	128.890	124.801	19.922	-	-	-	75.738

FONTE: IBGE/CCEA-SC (situação em abril/88 - sujeitos a alterações).

TABELA 5
 PRODUÇÃO OBTIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DE SANTA CATARINA - SAFRA 1986/87

MHI	(tonelada)											FUMO
	ALHO	ARROZ IRRIGADO	ARROZ SEQUEIRO	BATATA 1ª SAFRA	BATATA 2ª SAFRA	BATATA 1ª SAFRA	BATATA 2ª SAFRA	CEBOLA	FEIJÃO 1ª SAFRA	FEIJÃO 2ª SAFRA	FUMO	
1	4	75.178	990	-	2.118	-	-	-	330	308	1.226	
2	-	21.153	612	-	-	-	5	-	210	198	541	
3	63	88.018	1.527	740	990	7.370	7.370	1.650	1.650	866	12.101	
4	-	1.165	1.005	1.420	867	2.300	2.300	1.420	1.420	811	11.370	
5	342	37.011	3.279	14.461	5.790	155.555	155.555	11.944	11.944	1.985	23.362	
6	23	13.116	505	1.307	5.763	2.640	2.640	553	553	688	1.142	
7	419	1.276	1.603	17.565	3.957	63.970	63.970	2.919	2.919	889	8.974	
8	28	16.539	49	36	43	118	118	178	178	241	1.046	
9	109	18.802	3.942	22.014	22.292	1.360	1.360	2.702	2.702	1.584	27.194	
10	39	52.210	920	210	250	998	998	290	290	1.545	18.322	
11	15	108.647	2.085	850	750	185	185	945	945	2.238	15.522	
12	1.154	-	1.835	20.768	-	12.752	12.752	8.916	8.916	-	1.381	
13	18.187	-	4.099	5.675	1.000	2.540	2.540	39.143	39.143	1.008	1.461	
14	3.169	-	9.363	18.210	24	3.937	3.937	17.096	17.096	2.270	4.424	
15	216	-	24.793	16.507	515	4.402	4.402	69.205	69.205	19.854	14.895	
16	546	32	14.281	16.550	620	3.283	3.283	32.199	32.199	172	13.712	
SC	24.314	433.148	71.608	136.313	44.979	261.415	261.415	189.700	189.700	34.657	156.669	

(continua)

(conclusão)

MRH	MILHO	SOJA	TOMATE	TRIGO	CANA-DE AÇÚCAR	MANDIOCA	BANANA	MAÇÃ	UVA
1	12.312	-	600	-	40.650	62.890	18.332	-	-
2	2.394	-	948	-	374.750	3.924	1.832	-	-
3	34.966	-	1.040	-	73.975	55.440	3.341	-	281
4	22.620	-	-	-	-	60.000	36	-	48
5	75.485	135	1.405	-	-	181.725	-	-	2.004
6	6.733	-	18.492	-	310.835	33.995	1.949	-	-
7	36.447	-	7.732	-	161.120	36.905	1.088	-	1.625
8	1.031	-	105	-	2.800	61.958	513	-	-
9	46.759	-	5.668	-	47.405	128.498	3.426	-	2.888
10	14.116	1.242	80	-	2.975	247.220	1.188	-	-
11	48.579	-	60	-	3.750	24.600	6.759	-	335
12	36.320	1.998	3.625	197	-	1.800	-	31.119	336
13	108.962	39.617	3.390	22.565	400	990	-	16.182	1.137
14	521.704	45.295	8.830	12.869	33.674	34.793	-	56.822	39.377
15	1.311.676	308.875	-	105.733	123.084	254.531	-	-	11.206
16	139.096	58.177	525	18.756	-	31.960	492	-	723
SC	2.419.200	455.339	52.500	160.120	1.175.418	1.221.229	38.956	104.203	60.000

PONTE: IBGE/GCEA-SC (situação de abril/88)

EMATER/SC-ACARESC (maçã).

TABELA 6

ÁREA, PRODUÇÃO E VARIÇÃO PERCENTUAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA AGROPECUÁRIA CATARINENSE
- SAFRAS DE 1985/86 E 1986/87

PRODUTO	ÁREA - ha		VARIÇÃO %	PRODUÇÃO - t		VARIÇÃO %
	1985/86	1986/87		1985/86	1986/87	
Alho	2.536	3.519	38,76	13.021	19.928	53,04
Arroz	148.741	162.266	9,09	450.899	504.756	11,94
. Irrigado	96.233	103.711	7,72	394.751	433.148	9,73
. Sequeiro	52.508	58.555	11,51	56.148	71.708	27,53
Banana	25.722	26.916	4,64	326.893	331.126	1,29
Batata	17.583	20.491	16,53	132.828	181.292	36,48
. 1ª safra	14.005	14.662	4,69	100.965	136.312	35,01
. 2ª safra	3.578	5.829	62,91	31.863	44.980	41,16
Cana-de-açúcar (1)	23.111	20.222	-12,50	1.138.726	1.267.360	11,30
Cebola	16.678	24.370	46,12	148.426	261.415	76,12
Feijão	456.649	386.923	-15,26	180.932	224.357	24,00
. 1ª safra	271.362	271.000	- 0,13	77.140	189.700	145,92
. 2ª safra	185.287	115.923	-37,43	103.792	34.657	-66,61
Fumo	95.667	98.305	2,76	156.953	156.669	- 0,18
Maçã (2)	12.821	11.946	- 6,82	156.887	104.202	-33,58
Mandioca	84.812	75.738	-10,69	1.234.686	1.221.229	- 1,18
Milho	955.658	1.008.000	5,47	1.951.299	2.419.200	23,98
Soja	395.560	369.855	- 6,49	498.034	455.339	- 8,57
Tomate	1.353	1.500	10,86	35.225	52.500	49,04
Trigo	40.000	134.146	235,36	51.200	160.000	212,5
Uva (1)	4.286	5.363	25,13	59.531	52.791	-11,32
Aves (1.000 cab.)	-	-	-	317.471,3	326.780,1	2,93
Bov. corte (1.000 cab.)	-	-	-	285,1	316,1	10,87
Leite	-	-	-	587.028	600.000	2,21
Mel	-	-	-	6.500	6.900	6,15
Pescado	-	-	-	108.456	67.896	-37,40
Suínos (1.000 cab.)	-	-	-	4.248,8	4.885,7	14,99

FONTE: IBGE (Levantamento Sistemático da Produção - fev/88).

EMATER/SC-ACARESC - Instituto de Apicultura, SUDEPE e Instituto CEPA/SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Situação em dez/87 - Dados preliminares.

(2) Erradicação de pomares.

OBS.: Os dados da produção animal, referem-se aos anos civis de 1986 e 1987.

TABELA 7
VALOR BRUTO NOMINAL MENSAL DO PRODUTO DESEMBARCADO, POR TIPO DE PESCADO, EM SANTA CATARINA, 1986-87.

TIPO DE PESCA	ANO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
INDUSTRIAL	1986	22.417,19	50.584,40	23.803,00	26.576,00	49.143,00	61.605,00
	1987	40.973,80	57.454,70	59.249,35	36.121,50	81.140,52	172.832,43
ARTESANAL	1986	8.659,93	8.530,22	11.109,25	8.023,28	9.948,23	10.735,46
	1987	13.741,25	11.490,13	12.597,39	9.889,88	22.020,57	17.149,53

(continua)

(conclusão)		(a preços correntes em Cr\$ 1.000)							
TIPO DE PESCA	ANO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL	
INDUSTRIAL	1986	71.484,00	34.845,41	41.314,90	51.590,99	53.662,21	45.132,02	532.157,27	
	1987	104.044,87	57.830,69	46.569,67	109.559,51	57.638,08	817.797,44	
ARTESANAL	1986	9.444,25	7.676,32	9.125,08	15.288,80	12.125,52	13.726,77	124.393,11	
	1987	15.624,34	18.446,86	21.538,08	25.509,20	168.007,23	

FONTE: 5ª Coordenadoria Regional da SUDEPE em SC.

ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC.

TABELA 8
VALOR BRUTO REAL MENSAL DO PRODUTO DESEMBARCADO, POR TIPO DE PESCA, EM SANTA CATARINA, 1986-87

TIPO DE PESCA	ANO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
INDUSTRIAL	1986	159.573,81	294.213,30	139.649,82	156.828,10	289.068,03	360.491,67
	1987	185.798,86	228.328,01	204.754,81	103.955,60	183.029,68	309.731,25
ARTESANAL	1986	61.643,52	49.616,37	65.175,39	47.345,88	58.516,46	62.816,90
	1987	62.312,34	45.662,08	43.532,40	28.460,33	49.675,04	30.730,82

(conclusão)		(a preços de dez/87(*) - em Cz\$ 1.000)									
TIPO DE PESCA	ANO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL			
INDUSTRIAL	1986	415.646,40	199.955,69	234.511,73	288.845,09	293.245,26	229.290,19	3.094.267,60			
	1987	170.539,05	90.714,01	67.627,76	143.140,63	65.785,55	...	1.467.305,82			
ARTESANAL	1986	415.646,40	44.048,69	51.792,99	85.598,07	66.260,77	69.739,84	723.294,90			
	1987	25.609,02	28.935,55	31.276,44	33.329,86	301.441,32			

(continua)

FONTE: 5ª Coordenadoria Regional da SUDEPE em Santa Catarina e FGV.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*) Utilizou-se o IGP-DI (Col. 2) da Fundação Getúlio Vargas - Revista Conjuntura Econômica.

TABELA 9

PESCADO - QUANTIDADE DO PRODUTO CONTROLADO DESEMBARCADO, POR GRUPO DE ESPÉCIES, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS PRODUTORES DE SANTA CATARINA - 1986

MUNICÍPIO	(tonelada)				NO TOTAL
	PEIXES	CRUSTÁCEOS	MOLUSCOS	TOTAL	
ARAQUARI	165	166	-	332	0,31
BAL. CAMBORIÚ	428	118	-	547	0,50
BARRA VELHA	175	124	-	299	0,28
FLORIANÓPOLIS	6.894	79	304	7.277	6,71
GAROPABA	564	15	-	579	0,53
GARUVA	237	171	12	420	0,39
GOV. CELSO RAMOS	1.485	830	118	2.433	2,24
IMBITUBA	269	30	16	315	0,29
ITAJAÍ	74.047	1.473	528	76.048	70,12
ITAPEMA	391	2	-	393	0,36
JAGUARUNA	655	49	-	705	0,65
LAGUNA	4.224	438	16	4.677	4,31
NAVEGANTES	11.628	565	195	12.388	11,42
PALHOÇA	365	31	-	396	0,37
PAULO LOPES	26	13	-	39	0,04
PORTO BELO	495	44	0	539	0,50
SÃO FCO. DO SUL	721	254	19	994	0,92
SÃO JOSÉ	-	12	-	12	0,01
SÃO JOÃO DO SUL	17	-	-	17	0,02
TIJUCAS	28	16	-	44	0,04
SANTA CATARINA	102.815	4.431	1.209	108.456	100,00

FONTE: SUDEPE - 5ª Coordenadoria Regional em SC.- Anuário Estatístico, 1986.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

NOTA: As diferenças porventura apresentadas entre soma de parcelas e totais são provenientes de arredondamento de dados.

TABELA 10

PESCADO - VALOR NOMINAL DO PRODUTO CONTROLADO DESEMBARCADO, POR GRUPO DE ESPÉCIES, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS PRODUTORES DE SANTA CATARINA - 1986

MUNICÍPIO	(Cz\$ 1.000)				NO TOTAL
	PEIXES	CRUSTÁCEOS	MOLUSCOS	TOTAL	
ARAQUARI	1.185	2.870	-	4.055	0,61
BAL. CAMBORIÚ	3.020	1.189	-	4.209	0,63
BARRA VELHA	1.811	2.856	-	4.667	0,70
FLORIANÓPOLIS	44.761	4.888	1.156	50.804	7,62
GAROPABA	3.705	608	-	4.313	0,65
GARUVA	2.617	3.355	12	5.983	0,90
GOV. CELSO RAMOS	7.124	17.523	2.241	26.888	4,03
IMBITUBA	3.541	868	57	4.467	0,67
ITAJAÍ	324.828	106.158	726	431.713	64,77
ITAPEMA	1.842	45	-	1.887	0,28
JAGUARUNA	6.822	350	-	7.172	1,08
LAGUNA	21.242	10.014	79	31.335	4,70
NAVEGANTES	50.337	15.216	2.804	68.356	10,26
PALHOÇA	2.814	1.311	-	4.125	0,62
PAULO LOPES	200	452	-	652	0,10
PORTO BELO	2.991	544	7	3.543	0,53
SÃO FCO. DO SUL	3.791	7.144	135	11.071	1,66
SÃO JOSÉ	-	748	-	748	0,11
SÃO JOÃO DO SUL	74	-	-	74	0,01
TIJUCAS	272	217	-	490	0,07
SANTA CATARINA	482.976	176.356	7.218	666.550	100,00

FONTE: SUDEPE - 5ª Coordenadoria Regional em SC - Anuário Estatístico, 1986.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

NOTA: As diferenças porventura apresentadas entre soma de parcelas e totais são provenientes de arredondamento de dados.

TABELA 11

PREÇOS MENSAIS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE SANTA CATARINA - 1986

MÊS	ARROZ	BANANA	BATAIA	CANA-DE- AÇÚCAR	CEBOLA	FELJÃO	FUMO	MANDIÓCA	MILHO	SOJA
Janeiro	1,56	0,54	1,62	0,11	2,66	4,61	12,01	0,20	1,26	1,71
Fevereiro	2,27	0,67	2,45	0,10	4,22	5,04	13,58	0,21	1,49	1,80
Março	2,29	0,81	2,74	0,09	4,04	5,03	13,57	0,22	1,49	1,96
Abril	2,24	0,87	3,20	0,09	3,70	4,98	13,36	0,24	1,45	2,11
Mai	2,21	0,88	3,19	0,09	3,80	4,93	13,28	0,24	1,43	2,12
Junho	2,20	0,85	3,78	0,09	3,55	4,80	13,27	0,29	1,42	2,10
Julho	2,23	1,08	4,10	0,09	3,63	4,78	12,95	0,31	1,43	2,12
Agosto	2,27	1,02	4,68	0,09	3,81	4,82	12,94	0,32	1,45	2,13
Setembro	2,27	1,18	5,35	0,10	4,05	4,97	12,96	0,33	1,48	2,13
Outubro	2,25	1,22	5,68	0,10	4,05	5,02	13,13	0,33	1,48	2,13
Novembro	2,27	1,26	5,91	0,10	4,01	5,06	13,39	0,34	1,50	2,15
Dezembro	2,26	1,42	5,65	0,11	3,38	5,23	13,32	0,33	1,53	2,15
MÉDIA	2,19	0,98	4,02	0,09	3,74	4,93	13,14	0,28	1,45	2,05

(continua)

(conclusão)		(Cz\$/kg)								
MÊS	PRODUTOS	TOMATE	TRIGO	UVA	FRANGO	LEITE (l)	OVOS (dúzia)	MEL	SUÍNOS	BOVINOS
Janeiro		2,82	-	3,15	7,30	1,79	4,04	11,66	9,04	12,41
Fevereiro		5,06	-	2,57	8,78	1,90	4,89	14,39	10,10	13,40
Março		6,16	-	2,51	8,89	1,89	5,84	15,90	9,94	13,60
Abril		6,52	-	2,51	8,92	1,83	6,31	15,79	9,83	13,90
Mai		6,38	-	2,51	8,99	1,87	6,50	16,34	9,70	13,90
Junho		6,90	-	1,31	9,34	2,01	6,88	16,42	9,75	14,37
Julho		6,95	3,33	1,31	9,43	2,38	7,06	16,31	10,12	15,06
Agosto		6,17	3,33	1,31	9,80	2,39	7,16	16,69	10,28	16,29
Setembro		5,64	3,33	-	9,86	2,31	7,95	18,39	10,95	17,29
Outubro		5,43	3,32	-	9,98	2,37	7,17	17,94	12,33	18,79
Novembro		5,44	3,34	-	10,76	2,37	7,30	19,32	12,36	19,28
Dezembro		5,12	3,32	-	11,82	2,39	7,84	21,97	13,26	23,17
MÉDIA		5,71	3,32	2,14	9,48	2,12	6,57	16,76	10,53	15,95

FONTE: EMATER/SC-ACARESC - Material coletado para a Fundação Getúlio Vargas (estimativa).

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 12

PREÇOS MENSAIS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE SANTA CATARINA - 1987

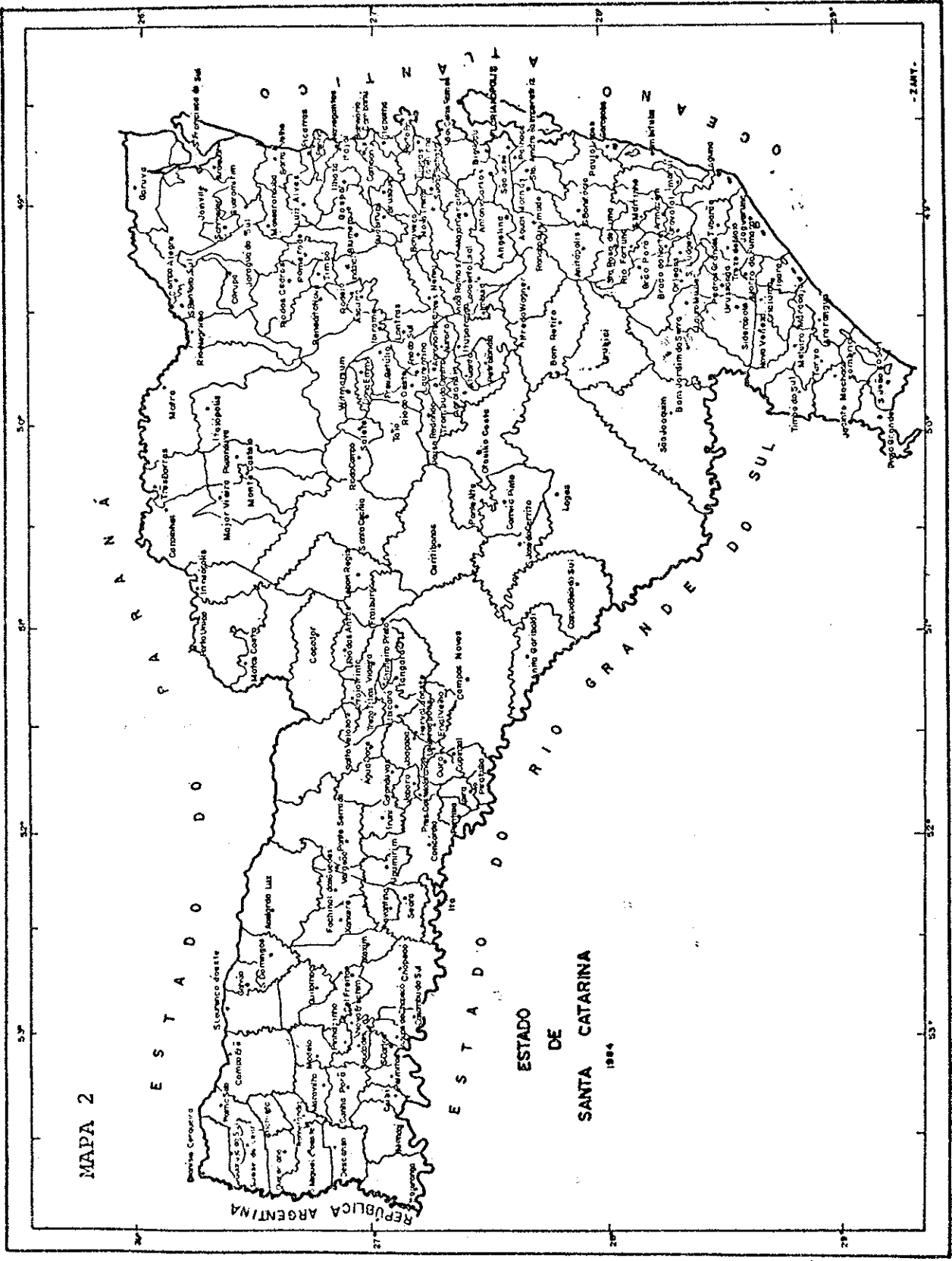
MÊS \ PRODUTO	ARROZ	BANANA	BATAITA	CANA-DE- AÇÚCAR	FELJÃO	FUMO	MILHO	MANDIOCA	SOJA	TOMATE
Janeiro	2,28	1,49	5,43	0,12	5,28	13,61	1,54	0,34	2,16	4,85
Fevereiro	2,23	1,40	4,92	0,14	5,34	15,66	1,55	0,35	2,18	5,28
Março	2,32	1,26	4,67	0,14	5,83	16,65	1,67	0,37	2,34	5,57
Abril	2,42	1,38	4,82	0,14	6,59	16,78	1,77	0,39	2,58	7,17
Maior	2,79	1,68	6,06	0,3	7,59	17,74	2,01	0,49	3,67	11,10
Junho	3,45	1,98	6,55	0,29	10,07	17,85	2,57	0,62	5,39	10,97
Julho	3,64	2,30	7,05	0,30	10,85	18,98	2,77	0,71	6,10	10,76
Agosto	4,25	2,78	7,35	0,30	11,87	18,98	2,92	0,81	6,78	12,29
Setembro	4,96	3,39	7,08	0,30	13,15	18,98	3,23	0,91	7,87	12,67
Outubro	5,47	4,25	6,97	0,32	14,42	18,70	3,75	0,96	9,05	11,50
Novembro	5,87	4,62	6,80	0,37	15,40	19,70	4,58	1,04	9,67	11,37
Dezembro	6,57	4,72	5,69	0,48	19,59	19,84	5,92	1,07	10,85	12,45
MÉDIA	3,85	2,60	6,11	0,26	10,49	17,78	2,85	0,67	5,72	9,66

(continua)

(conclusão)		(Cz\$/kg)								
MÊS \ PRODUTO	TRIGO	CEBOLA	UVA	BOI CORDO	SUÍNOS	FRANGOS	LEITE	OVOS	MEL	
Janeiro	3,32	3,31	-	25,91	13,57	12,36	2,60	8,02	21,92	
Fevereiro	3,32	3,00	7,17	29,54	13,29	13,56	3,04	9,78	23,96	
Março	3,32	2,95	8,23	30,14	13,22	14,44	3,52	11,11	25,63	
Abril	3,34	4,07	9,13	30,66	13,47	16,21	5,65	12,09	28,17	
Maior	3,34	6,10	9,13	38,07	14,06	18,83	5,94	14,17	32,49	
Junho	-	6,13	9,13	40,07	16,30	23,84	8,49	19,52	36,62	
Julho	-	6,47	11,46	44,20	17,34	26,26	10,36	21,67	40,48	
Agosto	-	6,86	12,21	52,21	20,49	27,76	10,49	19,96	43,34	
Setembro	8,54	6,85	12,21	60,38	22,63	29,36	10,92	18,87	49,41	
Outubro	8,80	7,36	19,00	64,52	23,89	30,71	11,43	18,66	55,90	
Novembro	10,20	7,35	19,00	68,58	28,5	33,05	12,49	20,03	69,62	
Dezembro	11,65	6,48	19,00	73,52	37,20	36,67	13,15	21,45	77,60	
MÉDIA	6,20	5,57	12,33	46,48	19,49	23,58	8,17	16,27	42,09	

FONTE: EMATER/SC-ACARÉSC - Material coletado para a Fundação Getúlio Vargas (estimativa).
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

MAPA 2



ESTIMATIVAS DE PLANTIO, COLHEITA E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DE SANTA CATARINA.

PRODUTO	FASE	MÊS											
		JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
ALHO	PLANTIO				/	/	/	/					
	COLHEITA												
	COMERC. (1)
ARROZ IRRIGADO	PLANTIO								/	/	/	/	/
	COLHEITA					
	COMERC.					
ARROZ SEQUEIRO	PLANTIO									/	/	/	/
	COLHEITA							
	COMERC.							
BATATA 1ª SAFRA	PLANTIO							/	/	/	/	/	/
	COLHEITA					
	COMERC.
BATATA 2ª SAFRA	PLANTIO	/	/	/	/	/	/						
	COLHEITA		
	COMERC.		
CANA DE AÇÚCAR	PLANTIO	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/
	COLHEITA				
	COMERC.				
CEBOLA	PLANTIO					/	/	/	/	/			
	COLHEITA			
	COMERC.
FEIJÃO 1ª SAFRA	PLANTIO									/	/	/	/
	COLHEITA
	COMERC.
FEIJÃO 2ª SAFRA	PLANTIO	/	/										
	COLHEITA			
	COMERC.			
FUMO	PLANTIO							/	/	/	/	/	/
	COLHEITA
	COMERC.
MANDIOCA	PLANTIO							/	/	/	/	/	/
	COLHEITA		
	COMERC.		
MILHO	PLANTIO	/								/	/	/	/
	COLHEITA
	COMERC.
SOJA	PLANTIO										/	/	/
	COLHEITA		
	COMERC.		
TRIGO	PLANTIO					/	/	/	/				
	COLHEITA										.	.	.
	COMERC.										.	.	.
TOMATE	PLANTIO	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	/
	COLHEITA
	COMERC.
MAÇÃ	PLANTIO							/	/	/	/		
	COLHEITA
	COMERC.

7. LISTA DE GRÁFICOS

	P.
POLÍTICA AGRÍCOLA EM 1987	
1. ARROZ IRRIGADO - PREÇOS MÍNIMOS REAIS DE NOV/87 ^(*) - 1983-87	20
2. ARROZ DE SEQUEIRO - PREÇOS MÍNIMOS REAIS DE NOV/87 ^(*) - 1982-87	21
3. FEIJÃO - PREÇOS MÍNIMOS REAIS DE NOV/87 ^(*) - 1982-87	22
4. MANDIOCA - PREÇOS MÍNIMOS REAIS DE NOV/87 ^(*) DA RAIZ - 1982-87	23
5. MILHO - EVOLUÇÃO DOS PREÇOS MÍNIMOS REAIS DE NOV/87 ^(*) - 1982-87	24
6. SOJA - PREÇOS MÍNIMOS REAIS DE NOV/87 ^(*) - 1982-87	25
7. SORGO - PREÇOS MÍNIMOS REAIS DE NOV/87 ^(*) - 1983-87	26
ARROZ	
1. ARROZ EM CASCA - PREÇOS NOMINAIS MENS AIS EM SANTA CATARI- NA - 1985-1986-1987	56
2. ARROZ - PREÇOS MENS AIS, NOMINAIS (ATAcado, PRODUTOR E MÍ- NIMO OFICIAL) - 1987	58
FEIJÃO	
1. FEIJÃO - PREÇOS REAIS DE OUT/87 ^(*) , NO ATACADO DE SP - 1983-87	127
2. FEIJÃO PRETO - PREÇOS REAIS DE OUT/87 ^(*) - RECEBIDOS PELO PRODUTOR SC - 1982-87	129
3. FEIJÃO CARIUCA - PREÇOS REAIS EM OUT/87 ^(*) - RECEBIDOS PE- LO PRODUTOR SC - 1983-87	130
MAÇÃ	
1. MAÇÃ ARGENTINA - QUANTIDADE PRODUZIDA E EXPORTADA - 1960- 1980	148

2. MAÇÃ - COMPOSIÇÃO DO CONSUMO BRASILEIRO - 1977-86	149
3. QUANTIDADE OFERTADA DE MAÇÃ IMPORTADA E NACIONAL DA CEAGESP - 1982-87	158
4. MAÇÃ NACIONAL - PREÇOS REAIS EM OUT/87 - 1980 A 1987	163

MILHO

1. MILHO - PRODUÇÃO MUNDIAL E PREÇOS VERIFICADOS NA BOLSA DE CHICAGO (*) - 1982-87	186
2. MILHO - PRODUÇÃO NACIONAL E PREÇOS REAIS DE OUT/87 (*) NO ATACADO PARANAENSE - 1985-87	187
3. MILHO - PREÇOS REAIS DE OUT/87 NO ATACADO CATARINENSE - 1982-87	189
4. MILHO - PREÇOS REAIS DE OUT/87 (*) PAGOS AO PRODUTOR CATA- RINENSE - 1982-87	190

SOJA

1. SOJA - COTAÇÃO INTERNACIONAL DE GRÃO, FARELO E ÓLEO - 1984-87	203
2. SOJA - PREÇOS REAIS DE OUT/87 NO ATACADO CATARINENSE - 1982-87	204

AVICULTURA

1. AVES - EFETIVO AVÍCOLA E PARTICIPAÇÃO REGIONAL - 1980 ...	254
2. AVES - EFETIVO AVÍCOLA BRASILEIRO E PARTICIPAÇÃO REGIONAL - 1985	254
3. CARNE DE AVES - PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS PAÍSES PRODU- TORES - 1987	257
4. CARNE DE AVES - PARTICIPAÇÃO NACIONAL E CATARINENSE - 1983-87	258
5. CARNE DE AVES - PRINCIPAIS PAÍSES EXPORTADORES - 1987 ...	260
6. CARNE DE AVES - PRINCIPAIS PAÍSES IMPORTADORES - 1987 ...	260
7. CARNE DE AVES - QUANTIDADE (1.000 t) E VALOR (MILHÕES DE US\$) EXPORTADOS PELO BRASIL E SANTA CATARINA E PARTICIPA- ÇÃO DE SANTA CATARINA NO TOTAL BRASILEIRO - 1980-87	261
8. AVES - COMPOSIÇÃO DOS ABATES - INSPECIONADO, SEM INSPEÇÃO E AUTOCONSUMO EM SANTA CATARINA - 1986	263

9. AVES - COMPOSIÇÃO DOS ABATES - INSPECIONADO, SEM INSPEÇÃO E AUTOCONSUMO EM SANTA CATARINA - 1987 263
10. AVES - ÍNDICE DE PREÇOS REAIS DE OUT/87^(*) RECEBIDOS PELO PRODUTOR CATARINENSE PELO FRANGO VIVO - 1984-87 265
11. CARNE DE AVES - ÍNDICE DE PREÇOS REAIS DE OUT/87 DO FRANGO EVISCERADO CONGELADO - SANTA CATARINA - 1984/87 265

BOVINOS DE CORTE

1. BOVINOS DE CORTE - PARTICIPAÇÃO DAS GRANDES REGIÕES NA FORMAÇÃO DO REBANHO BOVINO BRASILEIRO - 1980 267
2. BOVINOS DE CORTE - PARTICIPAÇÃO DAS GRANDES REGIÕES NA FORMAÇÃO DO REBANHO BOVINO BRASILEIRO - 1985 267
3. BOVINOS DE CORTE - PARTICIPAÇÃO DAS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS NA FORMAÇÃO DO REBANHO BOVINO CATARINENSE - 1980 .. 268
4. BOVINOS DE CORTE - PARTICIPAÇÃO DAS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS NA FORMAÇÃO DO REBANHO BOVINO CATARINENSE - 1985 .. 268
5. CARNE BOVINA - PARTICIPAÇÃO % DOS PRINCIPAIS PAÍSES E REGIÕES PRODUTORAS - 1987 271
6. CARNE BOVINA - PRODUÇÃO BRASILEIRA E CATARINENSE - 1982-87 271
7. CARNE BOVINA - PARTICIPAÇÃO % DOS PRINCIPAIS PAÍSES IMPORTADORES - 1987 273
8. CARNE BOVINA - PARTICIPAÇÃO % DOS PRINCIPAIS PAÍSES EXPORTADORES - 1987 273
9. BOVINOS DE CORTE - COMPOSIÇÃO DOS ABATES DE BOVINOS INSPECIONADOS, SEM INSPEÇÃO E AUTOCONSUMO - SANTA CATARINA - 1986 276
10. BOVINOS DE CORTE - COMPOSIÇÃO DOS ABATES DE BOVINOS INSPECIONADOS, SEM INSPEÇÃO E AUTOCONSUMO - SANTA CATARINA - 1987 276
11. BOVINOS DE CORTE - ÍNDICE DE PREÇOS REAIS DE OUT/87^(*) - SANTA CATARINA - 1983-87 277

BOVINOS DE LEITE

1. LEITE - VOLUME RECEBIDO PELAS INDÚSTRIAS CATARINENSES (SIF) - 1985-86 289

SUINOCULTURA

1. SUÍNOS - PARTICIPAÇÃO DAS GRANDES REGIÕES NA FORMAÇÃO DO REBANHO SUINÍCOLA BRASILEIRO - 1980 333
2. SUÍNOS - PARTICIPAÇÃO DAS GRANDES REGIÕES NA FORMAÇÃO DO REBANHO SUINÍCOLA BRASILEIRO - 1985 333
3. CARNE SUÍNA - PARTICIPAÇÃO % DOS PRINCIPAIS PAÍSES E REGIÕES NA PRODUÇÃO MUNDIAL 336
4. CARNE SUÍNA - PARTICIPAÇÃO % DOS PRINCIPAIS PAÍSES E REGIÕES DE IMPORTAÇÃO - 1987 338
5. CARNE SUÍNA - PARTICIPAÇÃO % DOS PRINCIPAIS PAÍSES E REGIÕES DE EXPORTAÇÃO - 1987 338
6. SUÍNOS - DESTINO DA PRODUÇÃO SUÍNA CATARINENSE - 1986 .. 341
7. SUÍNOS - DESTINO DA PRODUÇÃO SUÍNA CATARINENSE - 1987 .. 341
8. SUÍNOS - ÍNDICE DE RELAÇÃO DE TROCAS DO PREÇO SUÍNO/CONCENTRADO MAIS MILHO - SANTA CATARINA - 1984-87 343
9. SUÍNOS - ÍNDICE DE PREÇOS DO MILHO MAIS CONCENTRADO - SANTA CATARINA - 1984-87 344
10. SUÍNOS - ÍNDICE DE RELAÇÃO DO PREÇO DO MILHO E DO SUÍNO - SANTA CATARINA - 1983-87 345

8. LISTA DE MAPAS

	p.
ALHO	
1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE ALHO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1986/87	32
ARROZ	
1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE ARROZ DE SEQUEIRO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1986/87	45
2. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE ARROZ IRRI GADO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1986/87	45
BANANA	
1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE BANANA EM SANTA CATARINA - 1987	64
BATATA	
1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE BATATA IN- GLESA 1ª SAFRA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1986/87	87
2. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE BATATA IN- GLESA 2ª SAFRA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1986/87	87
CANA-DE-AÇÚCAR	
1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE CANA-DE- AÇÚCAR EM SANTA CATARINA - SAFRA 1986/87	90
CEBOLA	
1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE CEBOLA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1986/87	100
FEIJÃO	
1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE FEIJÃO 1ª SAFRA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1986/87	120

2. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE FEIJÃO 2ª SAFRA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1986/87	120
---	-----

FUMO

1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE FUMO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1986/87	135
--	-----

MAÇÃ

1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE MAÇÃ EM SANTA CATARINA - SAFRA 1986/87	156
--	-----

MANDIOCA

1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE MANDIOCA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1986/87	168
--	-----

MILHO

1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE MILHO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1986/87	181
---	-----

SOJA

1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE SOJA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1986/87	196
--	-----

TOMATE

1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE TOMATE EM SANTA CATARINA - SAFRA 1986/87	217
--	-----

TRIGO

1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE TRIGO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1986/87	227
---	-----

AVICULTURA

1. AVES - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO REBANHO POR MRH DE SANTA CATARINA - 1985	266
---	-----

BOVINOS DE LEITE

1. LEITE - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO TOTAL DO ESTADO - 1986	291
---	-----

SUINOCULTURA

1. SUÍNOS - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO REBANHO POR MRH DE SANTA CATARINA - 1985 345

ESTRUTURA, COMPOSIÇÃO E VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

1. PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS NA FORMAÇÃO DO VBP AGROPECUÁRIO DAS MRH DE SANTA CATARINA - 1987 353
2. PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS MRH NA FORMAÇÃO DO VBP AGROPECUÁRIO, POR PRODUTO E TOTAL, SANTA CATARINA - 1987 354

INFORMAÇÕES BÁSICAS

1. SANTA CATARINA - DIVISÃO MICRORREGIONAL 365
2. ESTADO DE SANTA CATARINA 376

9. LISTA DE TABELAS

	P.
POLÍTICA AGRÍCOLA EM 1987	
1. ÍNDICES AGROPECUÁRIOS E PREÇOS MENSIS PAGOS E RECEBIDOS PELOS PRODUTORES BRASILEIROS - 1986 E 1987	14
2. JUROS INCIDENTES SOBRE AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO RURAL, A PARTIR DA RESOLUÇÃO 1.350 DE 19-07-87, DO BANCO CENTRAL.	15
3. VALORES BÁSICOS DE CUSTEIO POR FAIXA DE PRODUTIVIDADE, DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DE SANTA CATARINA, SAFRAS 1981/82 A 1987/88	16
4. PREÇOS MÍNIMOS BÁSICOS PARA OS PRODUTOS DE CICLO MÉDIO DA SAFRA DE VERÃO 1987/88 - EM OTN/kg, COM VARIAÇÃO MENSAL NO PREÇO EM OTN	18
5. PREÇOS MÍNIMOS BÁSICOS PARA A SAFRA DE VERÃO DE 1987/88 - EM OTN/kg, PARA OS PRODUTOS QUE NÃO TÊM VARIAÇÃO MENSAL NO PREÇO EM OTN	19
6. ARROZ IRRIGADO - PREÇOS MÍNIMOS MENSIS NOMINAIS E REAIS DE NOV/87*, 1982-87	20
7. ARROZ SEQUEIRO - PREÇOS MÍNIMOS MENSIS NOMINAIS E REAIS DE NOV/87* - 1982-87	21
8. FEIJÃO - PREÇOS MÍNIMOS MENSIS NOMINAIS E REAIS DE NOV/87* - 1982-87	22
9. MANDIOCA - PREÇOS MÍNIMOS MENSIS E NOMINAIS E REAIS DE NOV/87(*) DA RAIZ, 1982-87	23
10. MILHO - PREÇOS MÍNIMOS MENSIS NOMINAIS E REAIS DE NOV/87* - 1982-87	24
11. SOJA - PREÇOS MÍNIMOS MENSIS NOMINAIS E REAIS DE NOV/87* - 1982-87	25
12. SORGO - PREÇOS MÍNIMOS MENSIS NOMINAIS E REAIS DE NOV/87* - 1982-87	26
13. ÁREA PLANTADA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DE SANTA CATARINA - SAFRAS 1976/77 A 1987/88	27
14. ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E VARIAÇÃO DAS PRIN	

CIPAIS LAVOURAS DE SANTA CATARINA - DADOS FINAIS DE SAFRA 1986/87 E PREVISÃO DA SAFRA 1987/88 (Nov/87)	27
--	----

ALHO

1. ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MUNDIAL - 1980-85	32
2. PRODUÇÃO BRASILEIRA, POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO - SAFRAS DE 1980/81 A 1987/88	33
3. ÁREA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E ÍNDICES DE CRESCIMENTO DA CULTURA EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1979/80 A 1987/88.	34
4. QUANTIDADE IMPORTADA - ALADI, TERCEIROS PAÍSES E TOTAL - 1980-87	35
5. ÁREA E PRODUÇÃO DA CULTURA EM SANTA CATARINA, POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA - SAFRA 1987/88 (*)	38
6. QUANTIDADE DE ALHO CATARINENSE COMERCIALIZADO PARA O MERCADO NACIONAL - SAFRAS DE 1978/79 A 1987/88	40
7. QUANTIDADE OFERTADA E PREÇOS MÉDIOS NOMINAIS MENSIS PRACTICADOS NO MERCADO DA CEASA/SC - 1987	40
8. VALOR BÁSICO DE CUSTEIO POR FAIXAS DE PRODUTIVIDADES E CALENDÁRIO DE LIBERAÇÕES NA REGIÃO CENTRO-SUL - SAFRA 1987/88	41

ARROZ

1. ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO OBSERVADOS NAS PRINCIPAIS MRH DE SANTA CATARINA - SAFRA 1986/87	43
2. ÁREA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E ÍNDICE DE CRESCIMENTO DA CULTURA (SEQUEIRO E IRRIGADO) EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1979/80 A 1987/88	44
3. PRODUÇÃO MUNDIAL EM CASCA E BENEFICIADO - SAFRAS 1986/87 E 1987/88	46
4. ÁREA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES - SAFRA 1986/87 (*) ...	47
5. ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL - SANTA CATARINA - SAFRAS 1985/86 E 1986/87	48
6. ARROZ BENEFICIADO - OFERTA E DEMANDA MUNDIAL - SAFRAS 1985/86 E 1986/87	50
7. PREÇOS NO ATACADO, RECEBIDOS PELOS PRODUTORES E PREÇOS MÍNIMOS OFICIAIS DURANTE O ANO DE 1987 (NOVEMBRO)	50

8. VOLUME CONTRATADO ATRAVÉS DE AGF E EGF - 1986 (ATÉ NOVEMBRO DE 1987).....	57
--	----

BANANA

1. QUANTIDADES MUNDIAIS PRODUZIDAS A NÍVEL DE REGIÃO E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL - 1983-85	62
2. PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES E TOTAL DA PRODUÇÃO MUNDIAL - QUANTIDADES E PERCENTUAIS DE PARTICIPAÇÃO - 1983-85 ..	62
3. ÁREA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E PARTICIPAÇÃO DE CADA REGIÃO E RESPECTIVO ESTADO NO TOTAL DA ÁREA E DA PRODUÇÃO BRASILEIRAS - 1986-87	63
4. ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO DA CULTURA EM SANTA CATARINA - 1976-88	65
5. EXPORTAÇÃO MUNDIAL, A NÍVEL DE REGIÃO, QUANTIDADES E PERCENTUAIS DE PARTICIPAÇÃO - 1983-85	66
6. PRINCIPAIS PAÍSES EXPORTADORES E TOTAL MUNDIAL - QUANTIDADE E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL - 1983-85	66
7. QUANTIDADES MUNDIAIS IMPORTADAS, POR PAÍS - 1980-85 ...	67
8. QUANTIDADE MENSAL COMERCIALIZADA NA CEASA/SC - 1985-87	70
9. PREÇOS MÉDIOS MENSIS CORRENTES A NÍVEL DE ATACADO E VAREJO, CONSTATADOS NA CEASA/SC - 1985-87	71
10. PREÇOS MÉDIOS MENSIS DE NOV/87 (*) A NÍVEL DE ATACADO E VAREJO, CONSTATADOS NA CEASA/SC	71

BATATA

1. PRINCIPAIS PRODUTORES MUNDIAIS - 1982-85	77
2. ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA E RENDIMENTO MÉDIO, SAFRAS DE 1974/75 A 1986/87	77
3. ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO, SEGUNDO OS ESTADOS E O BRASIL - SAFRA 1986/87 (1)	79
4. ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1975/76 A 1986/87	80
5. ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO OBTIDA, POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA DE SANTA CATARINA - SAFRAS 1985/86 E 1986/87	81
6. QUANTIDADES E VALORES DAS IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES MUNDIAIS E BRASILEIRAS - 1983-85	82

7. QUANTIDADE COMERCIALIZADA NA CEASA/SC EM 1987 E PREÇOS MÉDIOS NOMINAIS OBTIDOS, POR MÊS, 1986-87	85
---	----

CANA-DE-AÇÚCAR

1. PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES E TOTAL DA PRODUÇÃO MUNDIAL, QUANTIDADES E PERCENTUAIS DE PARTICIPAÇÃO - 1983-85	89
2. ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE CADA ESTADO NO TOTAL DA CULTURA - 1986-87	89
3. ÁREA PLANTADA E COLHIDA, RENDIMENTO MÉDIO OBTIDO E PRODUÇÃO OBTIDA, POR MRH DE SC - SAFRAS 1985/86 E 1986/87 ...	90
4. ÁREA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E ÍNDICE DE CRESCIMENTO DA CULTURA - BRASIL E SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1975/76 A 1986/87	92
5. VOLUME TOTAL DAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS E PARTICIPAÇÃO RELATIVA, POR PAÍS - 1983/85	94

CEBOLA

1. PRINCIPAIS PRODUTORES MUNDIAIS - 1983-85	102
2. PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS ESTADOS - SAFRAS DE 1980/81 A 1986/87	104
3. ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO OBTIDA, PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL E RENDIMENTO MÉDIO, POR ESTADO - SAFRA 1986/87	105
4. ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E ÍNDICES DE CRESCIMENTO DA CULTURA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1986/87 E PREVISÃO PARA A SAFRA 1987/88 (EM NOV/87)	106
5. PRODUÇÃO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO BRASILEIRAS - 1970-86	109
6. CUSTO DE PRODUÇÃO E PREÇOS A NÍVEIS DE PRODUTOR ATACADO E VAREJO, POR MÊS, SANTA CATARINA - 1986/87	111
7. ÁREA PLANTADA E RENDIMENTO DA CULTURA, POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA DE SANTA CATARINA - SAFRAS 1986/87 E 1987/88 .	117
8. BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA E VARIAÇÃO PERCENTUAL SAFRAS 1986/87 E 1987/88	117

FEIJÃO

1. PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES - 1983-85	121
---	-----

2. ÁREA COLHIDA E PRODUÇÃO OBTIDA (1ª E 2ª SAFRAS), POR REGIÃO E BRASIL - SAFRAS 1985/86 E 1986/87	122
3. ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO (SAFRA E SAFRINHA) DA CULTURA EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1977/78 A 1987/88	124
4. PRODUÇÃO (1ª SAFRA E SAFRINHA) POR MICRORREGIÃO HOMOGENEA DE SANTA CATARINA - SAFRAS 1985/86 E 1986/87	125
5. ESTIMATIVA DE OFERTA E DEMANDA - BRASIL, SAFRAS 1985/86 E 1986/87	131
6. PREÇO NOMINAL MENSAL A NÍVEL DO PRODUTOR CATARINENSE, NO ATACADO DE SÃO PAULO E PREÇO MÍNIMO - 1987	133

FUMO

1. PRODUÇÃO MUNDIAL - 1983-86	137
2. ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO - SAFRAS NACIONAIS 1985/86 E 1986/87 ⁽¹⁾	138
3. ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO DA CULTURA EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1978/79 A 1987/88	138
4. ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGENEAS DE SANTA CATARINA - SAFRAS 1985/86 E 1986/87 ..	139
5. QUANTIDADE CLASSIFICADA SEGUNDO AS DIFERENTES VARIEDADES, PARTICIPAÇÃO %-SANTA CATARINA, SAFRAS 1985/86 E 1986/87	139
6. PRINCIPAIS EXPORTADORES MUNDIAIS DE FUMO EM FOLHA - 1985	140
7. PRINCIPAIS IMPORTADORES MUNDIAIS DE FUMO EM FOLHA - 1985	141
8. QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS - 1982-87	141
9. QUANTIDADE E VALOR DO FUMO EMBARCADO PARA EXPORTAÇÃO, PELOS PORTOS CATARINENSES - 1972-86	142
10. PREÇO MÉDIO NOMINAL RECEBIDO PELOS PRODUTORES DE SANTA CATARINA, POR VARIEDADE E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL - SAFRAS 1985/86 E 1986/87.....	143
11. CONSUMO DOMÉSTICO DE CIGARROS NO BRASIL, 1978-87	144

MAÇÃ

1. PRINCIPAIS PRODUTORES MUNDIAIS - 1982-85	147
---	-----

2. CRESCIMENTO ANUAL DA PRODUÇÃO BRASILEIRA, QUANTIDADE PRODUZIDA, POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO SAFRA 1976/77 A 1985/86	148
3. PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES E PARTICIPAÇÃO RELATIVA - SAFRA 1986/87	154
4. ÁREA PLANTADA E COLHIDA, PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA EM SANTA CATARINA - SAFRA DE 1976/77 A 1986/87	155
5. DISTRIBUIÇÃO DA ARMAZENAGEM A FRIO CONFORME A ADMINISTRAÇÃO DAS UNIDADES, POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA - SANTA CATARINA - 1987	157
6. POPULAÇÃO BRASILEIRA, QUANTIDADE PRODUZIDA E IMPORTADA, CONSUMO NACIONAL E VALOR DAS IMPORTAÇÕES - 1977-87	158
7. ÁREA PLANTADA E COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA CULTURA ARGENTINA - MÉDIAS DAS SAFRAS 1981/82 - 1985/86 E 1976/77-1985/86 E SAFRAS 1976/77 A 1986/87	161
8. PREÇOS MÉDIOS MENSIS VERIFICADOS NA CEAGESP - 1982-1987	163
9. PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES E PARTICIPAÇÃO RELATIVA - SAFRA 1987/88	164

MANDIOCA

1. DESTINO DA COLHEITA NAS MICRORREGIÕES DE SANTA CATARINA - 1980	167
2. ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MUNDIAL - 1980-85	169
3. ÁREA E PRODUÇÃO BRASILEIRA, POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO - SAFRA 1985/86 E 1986/87 ⁽¹⁾	170
4. ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1976/77 A 1987/88	171
5. ÁREA CULTIVADA EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1983/84 A 1987/88 ⁽¹⁾	171
6. ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA LAVOURA NAS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS DE SANTA CATARINA - SAFRA 1986/87 ⁽¹⁾	172
7. PREÇOS MÉDIOS NOMINAIS E REAIS DE DEZ/87 (*) RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES DE SANTA CATARINA E PREÇOS MÍNIMOS - SAFRAS DE 1979/80 A 1987/88	174
8. PREÇOS MAIS COMUNS (NOMINAIS E REAIS (*)) DA FÉCULA EM SANTA CATARINA, A NÍVEL DE INDÚSTRIA, EM 1987	175

9. COMPARATIVO ENTRE OS PREÇOS MÍNIMOS (NOMINAIS E REAIS*) DA FARINHA, FÉCULA E RAIZ - SAFRA 1981/82 A 1986/87.....	176
10. CONSUMO "PER CAPITA" DA RAIZ E DE SEUS DERIVADOS POR LO- CAL DE CONSUMO - 1974-75	177
11. CONSUMO "PER CAPITA" DE RAIZ E DE DERIVADOS NA ÁREA RU- RAL E URBANA DA REGIÃO SUL DO BRASIL - 1974-75	177

MILHO

1. PRODUÇÃO MUNDIAL POR PAÍS - SAFRAS DE 1984/85 A 1987/88	182
2. PRODUÇÃO BRASILEIRA, POR REGIÃO - SAFRAS DE 1981/82 A 1986/87	183
3. PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES - SAFRAS DE 1981/82 A 1986/87	183
4. ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA CULTURA EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1976/77 A 1987/88 (série reajustada)	184
5. ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA DE SC - SAFRAS DE 1985/86 E 1986/87	185
6. ESTIMATIVA DE OFERTA/DEMANDA DOS ESTADOS UNIDOS E MUN- DIAL - SAFRAS DE 1986/87 E 1987/88	191
7. PREÇOS MENSAIS, A NÍVEL DE PRODUTOR E ATACADO EM SANTA CATARINA, ATACADO NO PARANÁ E NA BOLSA DE CHICAGO - 1987	192
8. ESTIMATIVA DAS NECESSIDADES CATARINENSES - 1985-87	193
9. ESTIMATIVA DE OFERTA/DEMANDA - BRASIL - SAFRAS DE 1983/84 A 1987/88	194

SOJA

1. PRODUÇÃO MUNDIAL - SAFRAS DE 1984/85 A 1987/88	197
2. PRODUÇÃO BRASILEIRA, POR ESTADO - SAFRAS DE 1980/81 A 1986/87	198
3. ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO NO BRASIL - SAFRAS DE 1972/73 A 1986/87	199
4. ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA CULTURA EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1976/77 A 1987/88	200
5. ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO OBTIDA, POR MICRORREGIÃO HOMOGÊ- NEA DE SANTA CATARINA, SAFRAS DE 1985/86 E 1986/87	201

6. OFERTA E DEMANDA MUNDIAL DE GRÃOS E DERIVADOS - TEMPORALAS COMERCIAIS DE 1986/87 E 1987/88	205
7. OFERTA E DEMANDA BRASILEIRA - SAFRAS DE 1983/84 A 1988/89	206
8. COTAÇÕES MENSAS DO COMPLEXO SOJA - BOLSA DE CHICAGO 1987 (1ª entrega sem prêmio)	208
9. COTAÇÕES MENSAS DO GRÃO, DO FARELO E DO ÓLEO A NÍVEL DE PRODUTOR E ATACADO CATARINENSE, E NA BOLSA DE CEREAIS DE SP - 1987	208

TOMATE

1. ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO COLHIDA E RENDIMENTO MÉDIO NO MUNDO - 1980-85	210
2. ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO ESPERADOS NO BRASIL, SEGUNDO OS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES - SAFRA 1986/87 ⁽¹⁾	211
3. ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1977/78 A 1986/87	212
4. ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA - SANTA CATARINA - SAFRA 1986/87 ..	213
5. QUANTIDADE COMERCIALIZADA NA CEASA/SC, EM 1987 E PREÇOS MÉDIOS DE COMERCIALIZAÇÃO - 1986 E 1987	215

TRIGO

1. PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DA PRODUÇÃO MUNDIAL - 1985	219
2. PRINCIPAIS PAÍSES EXPORTADORES (TRIGO + FARINHA) E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS - 1985	220
3. ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO POR ESTADO - SAFRAS 1986/87 E 1987/88 ⁽¹⁾	221
4. ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA CULTURA EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1978/79 A 1987/88	221
5. ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA DE SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1985/86 A 1987/88 ^(*)	222
6. MÉDIA MENSAL(*) DA COTAÇÃO NO FECHAMENTO DA BOLSA DE MERCADORIAS DE CHICAGO, PARA O PRIMEIRO MÊS DE ENTREGA - 1985-87	223

7. QUANTIDADE ADQUIRIDA PELO CTRIN E PESO HECTOLÍTRICO MÉ-
DIO, POR ESTADO - SAFRAS 1985/86 E 1987/88 224
8. PREÇOS MENSAIS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES BRASILEIROS -
1985-87 224
9. PREÇOS RECEBIDOS PELO GOVERNO PELO TRIGO DE ph 78 POSTO
NOS MOINHOS - 1985-87 225

UVA

1. COLHEITA E EFETIVO DAS PLANTAÇÕES, SEGUNDO A TECNOLOGIA
APLICADA E GRUPO DE ÁREA DO PRODUTO - SANTA CATARINA -
1980 229
2. COLHEITA E EFETIVO DAS PLANTAÇÕES, SEGUNDO O DESTINO DA
PRODUÇÃO E GRUPOS DE ÁREA TOTAL-SANTA CATARINA - 1980 .. 229
3. ÁREA DESTINADA À COLHEITA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA CUL-
TURA NAS DIFERENTES UNIDADES DA FEDERAÇÃO - SAFRA
1986/87 230
4. ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA VIDEIRA, POR MICRORREGIÃO
HOMOGÊNEA DE SANTA CATARINA - SAFRA 1986/87 230
5. ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO, POR MUNICÍPIO DA MICRORRE-
GIÃO COLONIAL DO RIO DO PEIXE - SAFRA 1986/87 231
6. ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO POR MUNICÍPIO DA MI-
CRORREGIÃO CARBONÍFERA - SAFRA 1986/87 232
7. ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA CUL-
TURA EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1979/80 A 1986/87 ... 232
8. QUANTIDADE INDUSTRIALIZADA POR GRUPO E TIPO - SANTA CATA-
RINA - SAFRAS 1985/86 E 1986/87 233
9. VOLUME PRODUZIDO POR TIPO, NAS REGIÕES DE VIDEIRA E URUS-
SANGA - SANTA CATARINA - 1978-87 234
10. CAPACIDADE DE ESTOCAGEM DAS CANTINAS NA MICRORREGIÃO HO-
MOGÊNEA COLONIAL DO RIO DO PEIXE, POR ESTABELECIMENTO E
MUNICÍPIO - 1987 234
11. CAPACIDADE DE ESTOCAGEM DAS CANTINAS, NA MICRORREGIÃO HO-
MOGÊNEA CARBONÍFERA, POR ESTABELECIMENTO E MUNICÍPIO -
1987 235
12. NÚMERO DE PRODUTOR, QUANTIDADE COMERCIALIZADA, PREÇO MÉ-
DIO E VALOR TOTAL DA MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA - COLONIAL
DO RIO DO PEIXE, POR MUNICÍPIO - SAFRA 1986/87 236

PRODUÇÃO FLORESTAL

1. ESTIMATIVA DE PRODUÇÃO TOTAL MUNDIAL DE MADEIRA BRUTA - 1980-85 240
2. ESTIMATIVA DE MADEIRA EM TORA PARA BENEFICIAMENTO E TRANSFORMAÇÃO POR PAÍS - 1980-85 241
3. ESTIMATIVA MUNDIAL DE LENHA E CARVÃO VEGETAL, TRANSFORMADOS EM LENHA - 1980-85 242
4. VOLUME PRODUZIDO, FATOR DE CONVERSÃO, EQUIVALÊNCIA EM MADEIRA ROLIÇA E VARIAÇÃO PERCENTUAL - 1986-87 243
5. QUANTIDADE E VALOR DA PRODUÇÃO DE CARVÃO, LENHA, MADEIRA EM TORA E NÓ DE PINHO, POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA - SANTA CATARINA - 1985 244
6. QUANTIDADE E VALOR DA EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS FLORESTAIS BRASILEIROS - 1984-86 245
7. PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES NAS REGIÕES PRÓXIMAS ÀS SERRAS DO MAR E GERAL - SANTA CATARINA - SET/87 248

AVICULTURA

1. NÚMERO DE AVICULTORES, PRODUÇÃO E COEFICIENTES TÉCNICOS DA AVICULTURA EMPRESARIAL - SC - 1983-87 255
2. PRODUÇÃO MUNDIAL, VARIAÇÃO PERCENTUAL E PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS PAÍSES E REGIÕES PRODUTORAS - 1983-87 256
3. PRODUÇÃO NACIONAL MENSAL E VARIAÇÃO PERCENTUAL - 1983-87 257
4. PRINCIPAIS PAÍSES IMPORTADORES E EXPORTADORES, 1984-87 259
5. BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DO BRASIL E DE SANTA CATARINA - 1985 A 1987 262
6. ABATE TOTAL MENSAL, SIF, NÃO-SIF, AUTO-CONSUMO E VARIAÇÃO - 1984-87 263
7. PREÇOS MÉDIOS MENSAIS DO FRANGO VIVO, CONGELADO E EVISCERADO DE SC, POSTO PRAÇA DE SÃO PAULO - 1984-87 264

BOVINOS DE CORTE

1. REBANHO, COEFICIENTES TÉCNICOS E NÍVEIS DE PRODUTIVIDADE - SANTA CATARINA - 1980 E 1985 269
2. PRODUÇÃO MUNDIAL, VARIAÇÃO % E PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS PAÍSES E REGIÕES PRODUTORAS - 1984-87 270

3. VOLUME TOTAL IMPORTADO E EXPORTADO, POR PAÍS E REGIÃO E VARIACÃO PERCENTUAL - 1984-87	273
4. BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA BRASILEIRO E CATARINENSE - 1985-88	274
5. ABATES TOTAIS MENS AIS E VARIACÃO % - SC - 1984-87	275
6. PREÇOS MÉDIOS MENS AIS CORRENTES E REAIS(*) RECEBIDOS PELOS BOVINOCULTORES DE SC - 1983-87	277

BOVINOS DE LEITE

1. PRODUÇÃO MUNDIAL, MAIORES PAÍSES PRODUTORES E PARTICIPAÇÃO % - 1984-85	280
2. VACAS ORDENHADAS, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MUNDIAIS - 1980-85	280
3. VACAS ORDENHADAS, PRODUÇÃO E RENDIMENTO - BRASIL - 1980-85	281
4. PRODUÇÃO NACIONAL, SEGUNDO OS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES - 1975-1985	282
5. VACAS ORDENHADAS, PRODUÇÃO E RENDIMENTO - SANTA CATARINA - 1980-85	282
6. PRODUÇÃO ESTADUAL, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES DO ESTADO - 1980 E 1985	283
7. PREÇOS MENS AIS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE SC - 1985-87	284
8. VOLUME RECEBIDO PELAS INDÚSTRIAS BRASILEIRAS E VARIACÃO % - 1977-87	285
9. VOLUME RECEBIDO PELAS INDÚSTRIAS CATARINENSES SOB INSPEÇÃO FEDERAL E ÍNDICE DE CRESCIMENTO - 1980-87	285
10. PRODUÇÃO LEITEIRA, POPULAÇÃO E DISPONIBILIDADE TEÓRICA POR HABITANTE/ANO - BRASIL - 1980-85	286
11. CONSUMO ESTIMADO, PER CAPITA/ANO, SOB TODAS AS FORMAS, POR REGIÃO E CLASSE DE DESPESA - 1974 E 1975	287
12. VOLUME RECEBIDO PELAS INDÚSTRIAS BRASILEIRAS, POPULAÇÃO URBANA E DISPONIBILIDADE TEÓRICA POR HABITANTE/ANO - BRASIL - 1980-86	287
13. PRODUÇÃO DESTINADA AO CONSUMO HUMANO, POPULAÇÃO E DISPONIBILIDADE TEÓRICA POR HABITANTE/ANO - SANTA CATARINA - 1980-85	288

14. VOLUME RECEBIDO PELAS INDÚSTRIAS CATARINENSES, POPULAÇÃO URBANA E DISPONIBILIDADE TEÓRICA POR HABITANTE/ANO - SANTA CATARINA - 1980-86 289
15. VOLUME MENSAL RECEBIDO PELAS INDÚSTRIAS CATARINENSES - 1984-87 290
16. VOLUME VENDIDO PARA OUTROS ESTADOS E VOLUME REIDRATADO PARA ATENDER AO MERCADO INTERNO - 1984 A 1987(1) 290

MEL DE ABELHA

1. PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES - 1980-85 293
2. PRODUÇÃO BRASILEIRA E NÚMERO DE COLMÉIAS - 1980-88 294
3. MEL E CERA - PRODUÇÃO BRASILEIRA POR REGIÃO 1980-85 295
4. PRODUÇÃO MENSAL DE MEL E DERIVADOS INSPECIONADOS - SANTA CATARINA - 1985-87 295
5. PRODUÇÃO CATARINENSE - 1980-88 296
6. QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS - 1980-85 .. 298
7. QUANTIDADE E VALOR DAS IMPORTAÇÕES MUNDIAIS - 1980-85 .. 299
8. QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS - 1986/87 301
9. QUANTIDADE E VALOR DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS - 1986/87 301
10. MEL E DERIVADOS INSPECIONADOS - CONSUMO MENSAL CATARINENSE - 1986 E DE JANEIRO A JULHO DE 1987 304
11. MEL E COMPOSTO INSPECIONADOS - VENDAS MENSAS DE SANTA CATARINA PARA O MERCADO INTERESTADUAL - 1985 305
12. MEL E COMPOSTO INSPECIONADOS - VENDAS MENSAS DE SANTA CATARINA PARA O MERCADO INTERESTADUAL - 1986 305
13. MEL E COMPOSTO INSPECIONADOS - VENDAS MENSAS DE SANTA CATARINA PARA O MERCADO INTERESTADUAL - 1987 306

PESCADO

1. CAPTURA MUNDIAL POR PAÍS OU ZONA PRODUTORA-1980-82 (MÉDIA), 1983 310
2. IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO MUNDIAIS, SEGUNDO OS PAÍSES OU ZONAS DE ORIGEM E DESTINO - 1980-82 (MÉDIA) 311
3. DESEMBARQUE POR CLASSE, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES DO BRASIL E SANTA CATARINA - 1982-85 311

4. PRODUÇÃO DE ÁGUAS MARINHAS, POR TIPO DE PESCA - BRASIL, 1981-85	312
5. PRODUÇÃO DE ÁGUAS DO INTERIOR, POR TIPO DE PESCA- BRASIL - 1981-85	312
6. VALOR DA PRODUÇÃO POR CLASSE, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES DO BRASIL E SANTA CATARINA - 1982-85	313
7. VALOR DA PRODUÇÃO DE ÁGUAS MARINHAS, POR TIPO DE PESCA, BRASIL - 1981-85	314
8. VALOR DA PRODUÇÃO DE ÁGUAS DO INTERIOR, POR TIPO DE PESCA - BRASIL - 1981-85	314
9. QUANTIDADE DE PEIXES, CRUSTÁCEOS E MOLUSCOS DESEMBARCADOS EM SANTA CATARINA - 1982-87	315
10. QUANTIDADE MENSAL DESEMBARCADA, POR ESPÉCIE, EM SANTA CATARINA - 1987	316
11. EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DESEMBARCADA, POR ESPÉCIE, EM SANTA CATARINA - 1987	317
12. QUANTIDADE E VALOR DO DESEMBARQUE CONTROLADO, POR MUNICÍPIOS, EM SANTA CATARINA - 1986-87 ⁽¹⁾	318
13. PRODUÇÃO INSPECIONADA EM SANTA CATARINA - 1982-87	319
14. QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE PRODUTOS PESQUEIROS, POR ESPÉCIE, SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO - 1986	323
15. QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE PRODUTOS PESQUEIROS, POR ESPÉCIES, SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO - 1º SEMESTRE 1987	324
16. QUANTIDADE E VALOR DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE PRODUTOS PESQUEIROS, POR ESPÉCIE, SEGUNDO O PAÍS DE ORIGEM - 1986	325
17. QUANTIDADE E VALOR DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE PRODUTOS PESQUEIROS, POR ESPÉCIE, SEGUNDO O PAÍS DE ORIGEM - 1º SEMESTRE 1987	326
18. QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES CATARINENSES DE PRODUTOS PESQUEIROS, POR ESPÉCIE, SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO - 1986	327
19. QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES CATARINENSES DE PRODUTOS PESQUEIROS, POR ESPÉCIE, SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO - 1º SEMESTRE 1987	328

20. QUANTIDADE E VALOR DAS IMPORTAÇÕES CATARINENSES DE PRODUTOS PESQUEIROS, POR ESPÉCIE E SEGUNDO O PAÍS DE ORIGEM - 1986	329
21. QUANTIDADE E VALOR DAS IMPORTAÇÕES CATARINENSES DE PRODUTOS PESQUEIROS, POR ESPÉCIE E SEGUNDO O PAÍS DE ORIGEM - 1º SEMESTRE DE 1987	329
22. QUANTIDADE DE PRODUTOS PESQUEIROS INSPECIONADOS DE SANTA CATARINA, EXPORTADOS PARA O MERCADO INTERESTADUAL - 1982-87	330
23. QUANTIDADE DE PRODUTOS PESQUEIROS INSPECIONADOS DE SANTA CATARINA, IMPORTADOS SEGUNDO OS PRINCIPAIS ESTADOS DA FEDERAÇÃO - 1986-87	330
24. QUANTIDADE E PERCENTUAL DE COMERCIALIZAÇÃO REALIZADOS ATRAVÉS DA COOPERBELO - DE JANEIRO A OUTUBRO DE 1987 ...	331
25. MERCADO ESTADUAL DE PRODUTOS PESQUEIROS - 1982-87	332

SUINOCULTURA

1. NÚMERO DE INTEGRADOS, NÚMERO DE MATRIZES, NÚMERO DE SUÍNOS, TERMINADOS E COEFICIENTES TÉCNICOS DA SUINOCULTURA CATARINENSE, 1984-87	334
2. PRODUÇÃO MUNDIAL, VARIAÇÃO % E PARTICIPAÇÃO RELATIVA - 1984-87	335
3. REBANHO, ABATE, TAXA DE ABATE E PRODUÇÃO DE CARNE EM EQUIVALENTES CARCAÇAS - BRASIL - 1984 A 1987	336
4. REBANHO, PRODUÇÃO DE CARNE, ABATE, TAXA DE ABATE E DESFRUTE - SANTA CATARINA - 1983 A 1987	337
5. PAÍSES E REGIÕES IMPORTADORES E EXPORTADORES VARIAÇÃO % E NO PERÍODO DE 1984 A 1987	338
6. BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DO BRASIL E EM SANTA CATARINA - 1985-88	339
7. SUÍNOS - ABATES TOTAIS MENSIS E VARIAÇÃO PERCENTUAL - SANTA CATARINA - 1984-87	340
8. NÚMERO DE CABEÇAS ABATIDAS E COMERCIALIZADAS PARA OUTROS ESTADOS BRASILEIROS - 1983-87	341
9. PREÇOS MÉDIOS MENSIS NOMINAIS RECEBIDOS PELOS SUINOCULTORES DE SANTA CATARINA - 1983 A 1987	342

ESTRUTURA, COMPOSIÇÃO E VARIAÇÃO DO PRODUTO AGROPECUÁRIO

1. PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS E PECUÁRIOS, BRASIL E SANTA CATARINA, PARTICIPAÇÃO % E POSIÇÃO DE SC NO BRASIL - 1987 349
2. ESTIMATIVA DO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO (PARTICIPAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA) DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS DE SANTA CATARINA - 1987 350
3. PARÂMETROS ECONÔMICOS DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA AGROPECUÁRIA DE SANTA CATARINA - SAFRA 1986/87 358

INFORMAÇÕES BÁSICAS

1. VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DO SETOR PRIMÁRIO DE SANTA CATARINA, POR MICRORRÉGIAO - 1987 361
2. PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS NA FORMAÇÃO DO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIO DAS MICRORRÉGIÕES HOMOGÊNEAS DE SANTA CATARINA - 1987 362
3. PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS MRH NA FORMAÇÃO DO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, POR PRODUTO E TOTAL, SANTA CATARINA - 1987 363
4. ÁREAS PLANTADA E COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DE SANTA CATARINA - SAFRA 1986/87 366
5. PRODUÇÃO OBTIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DE SANTA CATARINA - SAFRA 1986/87 368
6. ÁREA, PRODUÇÃO E VARIAÇÃO PERCENTUAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA AGROPECUÁRIA CATARINENSE - SAFRAS DE 1985/86 E 1986/87 370
7. VALOR BRUTO NOMINAL MENSAL DO PRODUTO DESEMBARCADO, POR TIPO DE PESCADO, EM SANTA CATARINA, 1986-87 371
8. VALOR BRUTO REAL MENSAL DO PRODUTO DESEMBARCADO, POR TIPO DE PESCA, EM SANTA CATARINA, 1986-87 372
9. QUANTIDADE DO PRODUTO CONTROLADO DESEMBARCADO, POR GRUPO DE ESPÉCIES, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS PRODUTORES DE SANTA CATARINA - 1986 373
10. VALOR NOMINAL DO PRODUTO CONTROLADO DESEMBARCADO, POR GRUPO DE ESPÉCIES, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS PRODUTORES DE SANTA CATARINA - 1986 373

11. PREÇOS MENS AIS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE SANTA CAT <u>A</u> RINA - 1986	374
12. PREÇOS MENS AIS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE SANTA CAT <u>A</u> RINA - 1987	375

10. BIBLIOGRAFIA

- ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL DA AGRICULTURA CATARINENSE. Florianópolis, INSTITUTO CEPA/SC, v.9, n.1-11, 1987.
- ALIMENTACIÓN Y NUTRICIÓN. Roma, FAO, v.12, n.2, 1986.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO. Florianópolis, SUDEPE, 1986.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. Rio de Janeiro, IBGE, 1985.
_____. Rio de Janeiro, IBGE, 1986.
- ANUÁRIO FAO DE COMÉRCIO. Roma, FAO, 1986.
- ANUÁRIO FAO DE PRODUCCIÓN. Roma, FAO, 1986.
- CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro, FGV, v.41, n.10-2, 1987.
- CUSTOS DE PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS. Florianópolis, INSTITUTO CEPA/SC, v.7, n.1-6, 1986.
_____. Florianópolis, INSTITUTO CEPA/SC, v.8, n.1-6, 1987.
- LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro, IBGE, set.-dez. 1987.
- SINÓPSE PRELIMINAR DO CENSO AGROPECUÁRIO - REGIÃO SUL. Rio de Janeiro, IBGE, v.4, n.4, 1985.
- SÍNTESE ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA. Florianópolis, INSTITUTO CEPA/SC, v.1, 1986-87.
_____. Florianópolis, INSTITUTO CEPA/SC, v.2, 1986-87.
- SITUACIÓN Y PERSPECTIVAS DE LOS PRODUCTOS BÁSICOS. Roma, FAO, 1985-86.

INSTITUTO CEPA/SC

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA

CONSELHO DELIBERATIVO

Secretário da Agricultura e do Abastecimento
Delegado Federal da Agricultura em SC
Secretário-Chefe do GAPLAN
Presidente da FETAESC
Presidente da FAESC

Presidente
Vice-Presidente
Membro
Membro
Membro

SECRETARIA EXECUTIVA

Carlos Roberto Roncatto Filho
Osmar Alcides da Conceição

Secretário Executivo
Secretário Executivo Adjunto

APOIO

Joares A. Segalin – Assis. Téc.
Zélia Alves Silvestrini – Editora

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

Econ. Vitório Manoel Varaschin – Coordenador
Engº Agrº Hélio de Oliveira Filho – SAA
Engº Agrº Hugo Gustavo Hadrich
Engº Agrº José Carlos Madruga da Silva
Aux. Téc. José Luiz Netto Menezes
Engº Agrº José Maria Paul
Engº Agrº Luiz Carlos R. Echeverria – EMPASC
Econ. Luiz Marcelino Vieira

Engº Agrº Luiz Torezan
Econ. Márcia Janice Freitas Cunha
Méd. Vet. Olices Osmar Santini – ACARESC
Engº Agrº Otto Luiz Kiehn – ACARESC
Econ. Paulo Ceser Zoldan
Engº Agrº Rubens Altmann
Engº Agrº Walter Antonio Casagrande

COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO E ANÁLISE CONJUNTURAL

Engº Agrº Simão Brugnago Neto – COORDENADOR
Econ. Francisco Assis de Brito
Engº Agrº Geraldo Buôgo
Engº Agrº Guido Boeing
Méd. Vet. Jurandi Soares Machado
Engº Agrº Tabajara Marcondes

COORDENADORIA DE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAÇÃO

Téc. Agr. Francisco Carlos Heiden – COORDENADOR
Aux. Téc. Amélia Silva de Oliveira
Anal. Sist. Cláudio Cesar Reiter
Bibl. Edina Nani Régis
Est. Gilberto de Oliveira
Prog. Ilmar Borchardt
Pesq. Merc. José Janio Kahl
Aux. Téc. Luiz Lima – CIDASC
Op. Dig. Neusa Maria dos Santos

Prog. Renato Deggau
Bibl. Telmelita Maria Senna Ronsoni
Téc. Agr. Eugênio Moretti Garcia (Jaraguá do Sul, Joinville)
Téc. Agr. Evandro Uberdan Anater (Joaçaba)
Téc. Agr. Getúlio Tadeu Tonet (Mafra)
Pesq. Merc. Luiz Carlos Marafon (Chapecó)
Téc. Agr. Manoel Amadeu Plácido (Criciúma)
Téc. Agr. Valdir Cembranel (São Miguel d'Oeste)

UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

José Souza Filho – COORDENADOR
Contador – Ademir Ribeiro da Rocha
Alcemir Luiz Lessa
Aldo Cesar Machado Cruz
Claudete Bento Setúbal
Édila Gonçalves
Janice Maria Waitnuch
João Luiz Schaefer
João Manoel Anderson
Jocenan Maria Cardoso

Jocenir Miriam Cardoso de Souza
Manoel de Aguiar Pereira – SAA
Manoel Rodrigues Júnior – SAA
Margarete Ramos Bento
Mauri Cardoso
Paulo Cesar Bion
Sidaura Lessa
Terezinha Maria Pamplona
Walmir Bernardo Schmidt

FUNCIONÁRIOS EM LICENÇA E/OU À DISPOSIÇÃO EM OUTRAS EMPRESAS

Méd. Vet. José Eláudio Della Giustina
Engº Agrº Júlio Alberto Rodigheri
Laurindo Altino Cordeiro
Paulo Cesar Arns
Rubia Mara Barichello
Vanildo Antonio Furtado

Engº Agrº Cesar Augusto F. Silva
Econ. Custódio Hordácio da Silveira
Dora Maria Pagano Gasperini
Fernando Vieira Machado
Imenesio de Souza
Econ. Jesiel de Marco Gomes